



MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO

Ana Regina Rêgo • Camila Fortes • Edison Mineiro
Karolene Veras • Lívia Costa • Luze Silva • Maria Lívia Ortiz
Pedro Júlio Oliveira • Ranielle Leal • Thaís Guimarães
Thalyta Arrais • Thamyres Oliveira • Vinícius Ferreira

Organizadores



**MÍDIA E
DIMENSÕES
DO TEMPO**

Ana Regina Rêgo • Camila Fortes • Edison Mineiro
Karolene Veras • Lívia Costa • Luze Silva • Maria Lívia Ortiz
Pedro Júlio Oliveira • Ranielle Leal • Thaís Guimarães
Thalyta Arrais • Thamyres Oliveira • Vinícius Ferreira
Organizadores



MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ



Reitor

Gildásio Guedes Fernandes

Vice-Reitor

Viriato Campelo

Superintendente de Comunicação Social

Graciele Barroso

Diretor da EDUFPI

Cleber de Deus Pereira da Silva

**Projeto Gráfico. Capa.
Diagramação.**

Renan da Silva Marques
Newcom Mídia

EDUFPI – Conselho Editorial

Cleber de Deus Pereira da Silva (presidente)

Cleber Ranieri Ribas de Almeida

Gustavo Fortes Said

Nelson Juliano Cardoso Matos

Nelson Nery Costa

Viriato Campelo

Wilson Seraine da Silva Filho

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

M629 Mídia e dimensões do tempo / organizadores, Ana Regina Rêgo ...
[et al.]. – Teresina : EDUFPI, 2024.
930 p.

ISBN 978-65-5904-333-0

1. Tempo. 2. Relatividade. 3. Filosofia. 4. História. 5. Tecnologia.
6. Desinformação. I. Rêgo, Ana Regina.

CDD 070.5

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite – CRB3/1004



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| Apresentação | 12 |
| Parte 1 - O Tempo e as Múltiplas Dimensões | |
| 1 Outros tempos: tempo e cultura afrodiáspórica Marialva Barbosa | 19 |
| 2 A autoridade da experiência: testemunhos e cismas sobre as vacinas contra a covid-19 em canais do Telegram Igor Sacramento | 53 |
| 3 As dimensões do tempo em uma ordem contemporânea retrotópica Ana Regina Rêgo Ranielle Leal | 119 |
| Parte 2 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com fenômeno da desinformação e o negacionismo científico | |
| 4 O trabalho de Fact-checking de agências brasileiras em meio à pandemia de Covid-19 Marcus Vieira | 143 |

- 5 Notícias da UFPI nas estratégias econômicas e político-administrativas da instituição no enfrentamento da COVID-19** 163
Ana Lídia Bezerra Matias Vasconcelos
Jacqueline Lima Dourado
- 6 Antivacina: movimentos que desinformam e lucram com a fake Science** 187
Lívia Costa
Ana Regina Rêgo
- 7 Desinformação nos canais de jornalistas do Youtube** 210
John Myke Alves Pinheiro
- 8 Jornalismo, escola e educação midiática unidos no combate à desinformação** 231
Rita de Cássia Romeiro Paulino
Ivone Ananias dos Santos Rocha

Parte 3 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com discurso de ódio, o racismo e a misoginia

- 9 Jornalistas negras nas redes sociais: a propagação da desinformação e do discurso de ódio no caso de Bianca Santana** 259
Karolene Veras da Silva
Ana Regina Rêgo
- 10 Surgimento do jornalismo negro no Brasil: uma análise de discurso do jornal “O homem de cor” (1833)** 277
Aila Cardoso

- 11 Onde está o negro? Os vieses raciais das IAS e o apagamento de pessoas negras pelo Bard** 299
Julia Barroso da Silveira
- 12 A gata cai de pé: análise da representatividade feminina e negra em Catwoman (2004)** 312
Ellen Alves Lima

Parte 4 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com a História Contemporânea

- 13 Coletivo Labcine filmes: a temporalidade vivenciada pela cena audiovisual no ano pandêmico de 2020** 329
Francisco Luanderson Rodrigues Lima
Jacqueline Lima Dourado
- 14 Audiovisual e educação no Piauí: notas sobre performance e determinação histórico-social** 347
Roberto Cesar Silva de Azevedo
Gustavo Silvano Batista
- 15 Do campo para as redes sociais: a saga do vaqueiro de Elesbão Veloso no processo de midiaticização da vaquejada** 376
Maria Helena Alves Ferreira
Nilsângela Cardoso Lima
- 16 “Vem comigo que eu te conto”: proximidade, intimidade e informalidade na linguagem do jornalismo narrativo em PODCAST** 393
Alcides Mafra

- 17 As coberturas especiais da rádio ponto UFSC e sua contribuição para o rádio universitário contemporâneo** 416
Luis David Padilha
- 18 Temporalities of the dam collapse in Brumadinho in the German economic news media handelsblatt** 433
Wagner Rodrigo Arratia Concha
- 19 O bom dia Piauí e a construção de memórias durante a primeira semana da pandemia de COVID- 19** 456
Iaquelly de Sousa
Thamyres Sousa de Oliveira

Parte 5 - Mídia e Dimensões do Tempo - Na Vida Plataformizada

- 20 A comunicação comunitária on-line e a (re) construção de identidades em Manguinhos: uma análise do fala Manguinhos** 479
Adriano Mello Rodrigues
- 21 Desafios do fazer expressivo contemporâneo: a arte como esfera comunicativa em tempos de “Vida plataformizada”** 501
Pedro Júlio Oliveira
Thalyta Cristine Arrais

- 22 **O mercado do corpo: como a mídia produz, distribui e cria consumidores** 527
Kássia Letícia Ribeiro da Costa Fernandes
- 23 **“Não nasci para trabalhar como CLT” – as lives de NPCs no TIKTOK** 548
Jorge Abrão
- 24 **A saga da fé reproduzida: Romarias de Juazeiro do Norte, o altar do nordeste no Instagram** 566
Bianca Sobral
- 25 **O home office nas rotinas de produção dos jornalistas da rede clube em tempos de pandemia de COVID-19** 586
Jamahynna Dyelle Melão Fernandes
Jacqueline Lima Dourado
- 26 **O Instagram no cenário jornalístico convergente: uma análise dos perfis da tv clube e tv meio nortes como novos mercados** 608
Francisca Stefanne Orana Alves Sobrinho
Jacqueline Lima Dourado
- 27 **O possível fechamento do museu paraense Emílio Goeldi e os usuários de facebook: redes e mobilização** 632
Phillippe Sendas de Paula Fernandes
Vanja Joice Bispo Santos

- 28 Hermenêutica e redes sociais: uma reflexão sobre o reconhecimento na sociedade digital** 653
Thalyta Cristine Arrais Furtado Araújo de Oliveira
Pedro Júlio Santos de Oliveira Arrais

Parte 6 - Mídia e Dimensões do Tempo - Subjetividades e Identidades

- 29 A representação de crianças no conflito Israel-Hamas no “fantástico”** 682
Christina Ferraz Musse / Susana Azevedo Reis
Lara Cavalheri Soares / Mariana Ferraz Musse
- 30 Representações do aborto na telenovela brasileira** 706
Gêsa Cavalcanti
- 31 Transexuais idosas no Porto e no Rio de Janeiro. ruas e corpos como trânsitos de significação** 730
Maria Lívia Roriz
- 32 Cazuzza em sua ideologia: como a mídia impressa consagrou o artista como agente político e a partir do seu primeiro álbum após a descoberta da Aids/Hiv** 751
João Maurício Maturana Ferreira
- 33 Transformações nas estruturas temporais e usos do tempo na profissão do jornalista - um breve recorte sobre aceleração social e velocidade** 764
Marcelo Balbino

- 34 As experiências temporais dos jovens universitários: tecnologias de hiperconexão e identidades** 786
Enrickson Varsori
- 35 Produções de sentidos sobre tradição e modernidade na telenovela Gabriela, 1975** 806
Juliana Tillmann
- 36 Narrativa de bastidor: uma estratégia do telejornalismo para atrair audiência na web** 838
Luciana Morais
Cláudia Thomé
- 37 Temporalidade hegemônica e epistemologia ch'ixi: tensionamentos em busca de novos futuros possíveis** 851
Marlos Augusto Rangel Mendes
- 38 O projeto ético-identitário homossexual: uma arquitetura temporal** 869
Vinicius Ferreira
- 39 Afetividade e subjetivação: pensando os afetos reativos como estratégia de controle e opressão** 900
Vinicius Serrão



APRESENTAÇÃO



Pensar o Tempo enquanto dimensão foi um dos feitos de Einstein ao incorporá-lo como quarta dimensão do Espaço no contexto da Teoria da Relatividade, integrando o escopo formado por largura, comprimento e altura.

Contudo, o Tempo possui fluxos e possibilita distintas experiências que são vivenciadas em temporalidades próprias aos seres que vivem e que observam o fenômeno temporal. Na filosofia, a aporia de Agostinho sobre a natureza do Tempo, é talvez a mais bela e mais conhecida, mas não a única. Em Aristóteles, a natureza do tempo é física e é compreendido como um número entre um antes e um depois, como o que une e separa o contínuo temporal. Filósofos como Husserl, Heidegger e Satre procuram explorar o fenômeno do Tempo e suas inerências e implicações para a vida e seu sentido.

Paul Ricoeur explora os contextos filosóficos e históricos que possuem o Tempo como ponto de observação e desenvolve uma Fenomenologia do Tempo em articulação direta com a Hermenêutica da Consciência Histórica que propõe.

Ao convocar as dimensões do Tempo não podemos deixar de lado a História, cuja percepção pode ser abordada, a partir de diferentes categorias metodológicas como em Braudel e o tempo do evento, da conjuntura e da estrutura, ou, como Koselleck e suas categorias meta-históricas, antropológicas e metodológicas, a saber: espaço de experiência e horizonte de expectativa, e ainda como categoria heurística, como em Hartog e seu regime de historicidade, uma ordem dominante do tempo, dentre outras abordagens possíveis.

Na comunicação, no jornalismo e nas ciências da informação, o tempo tem se transformado conforme os processos tecnológicos se aperfeiçoam e possibilitam experiências temporais cada vez mais, velozes.

Harmut Rosa ao observar o contexto da vida plataformizada, crítica a aceleração do tempo e alerta para o crescente estado de alienação pessoal e coletiva dos indivíduos e sociedades. O antídoto para ele, estaria nas ressonâncias com o outro, com o cotidiano e com a natureza, dentre outros aspectos.

O tempo também possui lugar nas cosmovisões do Sul em diferentes povos e culturas. Ailton Krenak nos fala que se há um futuro possível, ele será pautado na ancestralidade do respeito à natureza. Nego Bispo em sua contra colonização, crítica o tempo capitalista que transforma tudo em produto comercial.

Nesse sentido, é que diante das distintas convocações para compreensão dos atravessamentos das diferentes percepções sobre o tempo e suas dimensões na atual ordem temporal, em que as inerências e mutações proporcionadas pelas tecnologias digitais e no momento, pela “inteligência” artificial primitiva que se estrutura na opacidade das plataformas digitais, assim como, pela “inteligência” artificial generativa, que interferem na compreensão do cotidiano, possibilitam, fomentam e potencializam a desinformação e o ódio nas sociedades, promovem o desentendimento social e político, além de possibilitar terreno fértil para discursos misóginos, racistas e machistas, dentre outros; foi que criamos para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Escola de Comunicação da UFRJ e para o Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, o curso Mídias e Dimensões do Tempo.

No curso procuramos trazer encruzilhadas entre os pensamentos do Norte e do Sul, confrontando os historiadores e filósofos do Norte já elencados anteriormente, com o pensamento afrodiaspórico e pindorâmico do Sul, também relacionados.

Do curso, nasceu um evento, a saber: I Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo que aconteceu na UFPI em dezembro de 2023 e que além de Conferências e mesas redondas, teve 5 Grupos de Trabalho que procuraram

desenvolver debates em torno de pesquisas que tivessem como foco as questões do nosso contemporâneo e suas intervenções na atual ordem do Tempo.

O presente ebook traz textos referentes às conferências e aos trabalhos que foram apresentados no evento. O livro divide-se assim em seis partes. Na primeira explora-se o tempo e suas múltiplas dimensões. Na segunda o foco recai sobre o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico. A terceira parte compõe-se de textos que debatem discurso de ódio, racismo e misoginia. Já a quarta parte apresenta as relações com a história contemporânea. A quinta reúne textos que trazem o debate para a vida plataformizada, enquanto, a sexta e última, apresenta os textos de pesquisas sobre subjetividades e identidades.

O livro reúne 39 capítulos que embora trabalhem um escopo do contemporâneo, procuram abranger de forma aprofundada os contextos analisados e ultrapassar a fina estrutura da atual ordem do tempo e seus imperativos sociais e políticos.

Desejamos uma boa leitura!

Organizadoras e Organizadores





PARTE 1

O TEMPO E AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES

Capítulo 1

Outros tempos: Tempo e cultura afrodiaspórica

*Marialva Barbosa*¹

Num belo texto que abre um livro sobre o que denomina “nosso amplo presente”, Hans Hlrich Gumbrecht reafirma a ideia reflexiva central de sua obra de que “as coisas do mundo, seja qual for o nosso modo de encontro com elas, possuem uma dimensão da presença” (2015, p. 9). A presença, para ele, a proximidade das coisas de nossos corpos, tocando-as ou não, ou seja, é o reconhecimento de sua substância. No mesmo livro, fala da impossibilidade de refletirmos distantes do mundo que nos cerca e de seus ditames, ou seja, atados a questões do contemporâneo, em que a centralidade da comunicação ganha contornos singulares.

Por outro lado, é neste mesmo contemporâneo que muitos refletem e postulam alternativas a toda sorte de exclusão (não sem embates e lutas ferrenhas), entre as quais as lutas pelo domínio interpretativo dominante. Neste sentido, durante muito tempo quando histórica ou filosoficamente o tempo como categoria conceitual foi pensado, o domínio se dava em torno dos modos de existência e filosóficos governados

1 Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura-UFRJ. Pesquisadora CNPq.

pelas múltiplas ocidentalidades. A rica e potente filosofia africana, por exemplo, não era sequer considerada. O que dirá então das formas mais cotidianas de viver o tempo e no tempo destes inúmeros povos amalgamados, enquadrados e dominados historicamente como o Outro? A estrutura epistemológica do conhecimento científico é governada pelos ditames da cultura ocidental desde o começo do século XIX, fazendo com que este pensamento autorreflexivo passasse a ser sinônimo do próprio pensamento (Gumbrecht, 2015, p. 13) e, o mais grave, o único pensamento possível.

Não tenho a pretensão, neste texto, de apresentar ideias (ou, até mesmo, simples fulgurações das ideias ocidentalizadas) sobre o “nosso tempo”, ou seja, descortinar o “cronótopo que rege o nosso tempo”, pincelado sob formas interpretativas pelo mesmo Gumbrecht, pelo menos no que diz respeito ao que denomina “nosso amplo presente” (2015, p. 13-15). Isso, porque diante das muitas misérias do mundo e da ameaça constante ao seu fim, do qual as consequências do aquecimento global são as materialidades mais evidentes, o futuro já não se apresenta como horizonte aberto de possibilidades ou “horizonte de expectativas”, como definiu Reinhart Koselleck (2006).

Quanto ao passado, se já não exercitamos a promessa de nada legar para a posteridade (haverá posteridade?), só nos resta inundar nosso presente com muitos passados (sempre

de outros). Além disso, as possibilidades tecnológicas nos dão a sensação de abundância de muitos passados, num embaralhamento temporal cada vez mais vigoroso. É isso que produz, no dizer de Gumbrecht, o nosso “amplo presente”, “com seus mundos simultâneos” e sem “contornos definidos”. “Ao mesmo tempo, o fechamento da futuridade torna impossível agir, pois nenhuma ação poderá ocorrer onde não houver lugar para projetar a sua realização”. E continua: “o presente em expansão dá espaço para o movimento em direção ao futuro e ao passado; mas esses esforços parecem redundar no regresso ao ponto de partida” (Gumbrecht, 2015, p. 16).

Divido este texto em duas partes: na primeira procuro compreender algumas questões relacionadas diretamente à questão do tempo na sua articulação com o tempo histórico, para, na segunda, rascunhar algumas reflexões sobre esta espécie de tempo originário aqui denominado *tempo afrodiaspórico*.

Não tenho a pretensão, face às deficiências de natureza teórica em relação aos complexos ditames de uma filosofia africana, de descrever as múltiplas formulações da categoria tempo neste sistema de pensamento complexo (e amplo), mas apenas oferecer uma interpretação sobre a vivência de dimensões temporais dos escravizados brasileiros no século XIX, a partir de inflexões produzidas sobre vidas deslocadas

do espaço originário em direção a um mundo desconhecido temporal-espacialmente. Parto do pressuposto que as dimensões do tempo transportadas do solo originário para o espaço de vida na diáspora negra fulguram uma temporalidade própria, em outras formações sociais, ou seja, em territórios de pensamento que dominamos hoje *afrodiaspóricos*, a partir do entendimento dos seus sistemas simbólicos, no qual a questão tempo/espaço é central.

Ah! o tempo....²

Falar da questão do tempo significa de antemão reconhecer limitações as mais diversas: de natureza conceitual, de conclusões apressadas que por vezes cheguei, de desconhecimento dos meandros filosóficos subjacentes à formulação, em torno de uma categoria que perpassa séculos de reflexões.

Por outro lado, como já enfatizei anteriormente, há que se considerar que mais contemporaneamente, as reflexões em torno do conceito vêm passando por revisões importantes, inclusive no sentido de perceber outros modos de viver o tempo, produzindo o natural afastamento de

2 Este item reproduz de maneira sintetizada o texto que fecha o livro **História cultural da imprensa**: o tempo presente (1980–2010), e que conclui a trilogia de minha autoria sobre história cultural da imprensa no Brasil. No livro, construí a categoria como trilhas reflexivas finais, já que perpassa toda a obra fulgurações de pensamento em torno do tempo-histórico (Barbosa, 2024).

visões englobantes, que muitas vezes naturalizam o outro como diferente ou divergente e, assim, segue submetido às muitas exclusões, com vistas, sempre, a novas dominações.

Há que se reconhecer que tem sido dominante a interpretação do tempo e das temporalidades, compreendidas como apropriações das vivências do tempo, na perspectiva filosófica eurocêntrica que estabelece determinados parâmetros, que se materializam em formas de existência para a relação passado, presente e futuro. Nesta perspectiva, outros saberes, também como forma de dominação duradoura pelos que tiveram sempre o domínio da própria história, foram silenciados ou, o que é ainda mais perverso, não considerados. Esses gritos dos outros que, afinal, são os mesmos, nesta Terra submetida a toda a sorte de incertezas no século XXI, passaram gradualmente a serem escutados, inicialmente como lentos sussurros e, mais recentemente, como grunhidos em busca de uma sonoridade que possa ferir os ouvidos³.

Numa articulação conceitual que privilegia a história, as perguntas que emergem de imediato é: que dimensão o tempo apresenta quando assume a condição histórica? E, ao revelar e oferecer as magnitudes de um conjunto (o tempo), como a história o define como fenômeno?

3 Estou me referindo explicitamente à complexa compreensão do tempo a partir do pensamento afrodiaspórico (SODRÉ, 2017) e ameríndio (KRENAK, 2022; KOPENAWA e ALBERT, 2015). Neste texto, vamos nos ater à compreensão do tempo afrodiaspórico.

Adotando deliberadamente a posição que coloca no centro reflexivo também as Humanidades, assumo a condição humana como intrínseca à História, recusando a ideia de imbricamento entre técnica e homem, mesmo podendo esta ser considerada uma posição ultrapassada, ao sabor das interpretações dominantes no século XXI. Tomo como seta definidora da reflexão a percepção de tempo humano proposta por Paul Ricoeur (1994, 1995 e 1997).

Os vínculos da história com o tempo também assumem importantes percepções na obra de Reinhart Koselleck (2006 e 2014), que, ao analisar a configuração do tempo na modernidade, mostrou que está era marcada por uma temporalidade na qual as experiências e as expectativas se transformavam naquele momento histórico mais rapidamente do que tinha sido possível imaginar. Ao criticar a representação dominante do tempo da Modernidade, em torno da crença na razão e no progresso, destaca que as formas do tempo são propícias a conjunções de pensamento/ação em determinados momentos, mas se apresentam sempre voltadas para a transformação. O caráter efêmero, passageiro e transitório de representações, muitas vezes julgadas definitivas, é o que se sobressai. O tempo do progresso, indica Koselleck, tinha dia e hora para terminar, e com ele as possibilidades redentoras do futuro. O tempo aparece, portanto, nos seus estudos como dimensão da

existência, em diálogo com Edmund Husserl, e com a noção de *Dasein* de Heidegger (Rodrigues, 2021).

Ao enfatizar a emergência do caráter histórico do mundo, Koselleck reafirma não apenas a condição da história, mas sobretudo a condição histórica intransponível, não sem profundas críticas aos formatos tomados na Modernidade, denominados por ele, como “crise das perspectivas” ou “temporalização das perspectivas” (2006, p. 161-188). E afirma, ao caracterizar não apenas a aceleração temporal dos tempos modernos, mas também a desaceleração dos tempos contemporâneos, decorrente da crise do progresso, a real ameaça à existência humana.

Em apenas dois séculos norteados pela ideia de progresso das técnicas, que também aceleradamente destruíram o mundo, esgotando os meios de sobrevivência do próprio homem e desenvolvendo tecnologias para a morte, o desaparecimento da espécie humana torna-se evidência. A técnica promoveu e, por fim, revelou, aquilo que antes era apenas uma prerrogativa divina: o fim do mundo e dos homens. Produziu o diagnóstico da ausência de expectativas do mundo contemporâneo, que enxerga somente a técnica, e com ela o que denomina “crise da aceleração”. Como imaginar futuros possíveis, senão há possibilidade de vislumbrar o possível localizado num tempo que não existirá mais? A capacidade de autodestruição do homem destruiu as imaginações possíveis de futuros.

Há que se considerar ainda que as categorias antropológicas de Koselleck (2006), “espaço de experiências” e “horizonte de expectativas”, são formuladas a partir de uma perspectiva histórica em que o “tempo” se apresenta como categoria fundante, nas pegadas que seguem em direção à construção de sua filosofia do tempo. A partir da pergunta, o que tornaria a existência humana possível como coletividade, percebe as condições de possibilidades da história. É a realidade histórica que organiza os homens num determinado tempo e espaço, sendo que no presente estariam as heranças recebidas que articulariam “espaços de experiência” a partir de vivências ao longo da história. Por outro lado, a realidade histórica também comporta projeção futura formulada como expectativas, que podem ser concretizadas ou frustradas, estando, portanto, delimitadas como horizontes de possibilidades.

Neste breve inventário que quer, apenas, descortinar que filiações teóricas escolhidas quando penso a categoria tempo, o autor mais importante para a argumentação é, sem dúvida, Paul Ricoeur. Na sua densa reflexão podemos dizer que Ricoeur construiu uma poética da e para a história.

Tema central de **Tempo e narrativa** (1994, 1995 e 1997), coloca em diálogo as aporias do tempo presentes na obra de Santo Agostinho e seu tempo da alma e o tempo cosmológico aristotélico, naquilo que considera uma dialética imperfeita.

A tradição temporal vinculada a Aristóteles considera o tempo onipresente, dando ao movimento maior destaque do que ao próprio tempo. Já para Agostinho o tempo não possui natureza física, uma vez que se trata de uma percepção da alma. É na lacuna deixada pelos dois filósofos que Ricoeur procura unir as concepções em um encontro que permitiria uma compreensão das essências do tempo.

Tanto o tempo da experiência quanto o tempo universal possibilitam a refiguração da experiência temporal que é exposta pela ação e interpretação narrativas. O desafio que coloca para si mesmo seria o de inserir o tempo da alma de Agostinho na concepção aristotélica de tempo cosmológico. Ricoeur irá seguir, então, os argumentos de Aristóteles, para quem o tempo possui a grandeza, o movimento e o próprio tempo, apontando a relação entre o que se passou e o que está por vir. A relação numérica, que fundamenta o tempo de Aristóteles, permite que o tempo entre o antes e o depois, o instante, possa ser representado enquanto aquilo que distingue e, ao mesmo tempo, une o *continuum* temporal.

E é pela experiência temporal articulada narrativamente que os dois polos interpretativos do tempo (alma e movimento) se realizam. A “poética da narrativa necessita tanto da cumplicidade como do contraste entre a consciência interna do tempo e a sucessão objetiva para tornar urgente a investigação das mediações narrativas”. O tempo narrado

carrega tanto a temporalidade externa quanto a interna, configuradas pelo narrador e refiguradas pelo leitor na terceira *mimesis* de Ricoeur, como atores que se alternam no círculo hermenêutico (Rêgo e Barbosa, 2020, p. 101).

Enquanto o tempo, como dimensão, pode ser considerado a partir de sua universalidade, com fluidez, intensidade, grandeza e infinitude, na perspectiva da história é a condição histórica que permite o processo de sua totalização. A história constrói, no dizer de Ricoeur, uma mediação sempre imperfeita entre futuro, passado e presente, podendo ser recoberta pelo caráter de totalidade. Pela narrativa, a sua “hermenêutica da consciência histórica tem a ambição de articular diretamente no nível da história comum as três *ex-stases* do tempo, o futuro como signo do horizonte de expectativa, o passado como signo da tradição e o presente como signo do intempestivo” (Ricoeur, 1997, p. 178).

Ricoeur situa, então, o tempo histórico entre o tempo fenomenológico e o tempo vulgar, criado a partir da refiguração temporal pela invenção e uso de certos “instrumentos de pensamento”. Esses instrumentos seriam “o calendário, a ideia de sequência de gerações e a ideia conexa do triplo reino dos contemporâneos, dos predecessores e dos sucessores, enfim e sobretudo, pelo recurso a arquivos, documentos e rastros” (*Idem*, p. 179-180). Esses instrumentos são conectores entre o tempo vivido e o tempo universal,

atestando também a função poética da história. Mas a esta poética é preciso acrescentar o trabalho reflexivo da epistemologia do conhecimento histórico que acompanha o historiador na sua ação de encontrar restos rastros para interpretá-los.

O tempo do calendário seria “a primeira ponte lançada pela *prática* historiadora entre o tempo vivido e o tempo cósmico” (1997, p. 180). O tempo histórico, assim, pode ser considerado uma criação, uma invenção, uma espécie de tempo mítico, capaz de ordenar ciclos de duração diferentes sob a égide da periodização, instaurando pelo calendário o tempo socializado necessário à vida dos indivíduos e conferindo-lhe o caráter de universalidade. É este caráter universal que faz do tempo do calendário *um terceiro-tempo*, situado entre o tempo psíquico e o tempo cósmico (Ricoeur, 1997, p. 182). Esse tempo, denominado por Émile Benveniste como “tempo crônico” (1969), possui três características que são comuns a todos os calendários e permitem a divisão do tempo: a referência a um acontecimento fundador, determinando o momento axial a partir do qual todos os acontecimentos serão datados; a possibilidade de percorrer o tempo nas duas direções, do passado para o presente e do presente para o passado, em relação ao marco zero ou momento axial; e o estabelecimento de unidades de medidas constantes (dia, mês, ano) (Ricoeur, 1997).

Guardando relação com o tempo físico (ou cosmológico), o tempo do calendário inaugura o princípio da divisão que foge às concepções astronômicas e da Física: é contínuo, uniforme, linear e segmentado, ou seja, figura um antes e um depois, pode ser mensurado e instaura a regularidade dos períodos (pelo movimento do sol e da lua estabelecesse, por exemplo, o ciclo do dia de 24 horas). Num segundo aspecto, o tempo calendário afasta-se inteiramente da Física, quando funda qualificações: o presente, o passado e o futuro, constituídos a partir da fenomenologia do presente, ou seja, da ideia de que o presente é o hoje, e a partir desse ponto zero se estabelece um amanhã e um ontem. Criase, portanto, um percurso bidirecional, do passado para o presente e do presente para o futuro, em suma, qualifica-se o próximo e o distante (Ricoeur, 1997).

Todos os acontecimentos passam a ter uma posição em relação ao momento instituído como axial e são definidos por sua distância em relação a ele, medida em anos, meses e dias. Mesmo os acontecimentos da nossa própria vida recebem, diz Ricoeur, uma situação relativamente aos acontecimentos datados. “Eles nos dizem, no sentido próprio, onde estamos na vastidão da história, qual é o nosso lugar entre a sucessão infinita dos homens que viveram e das coisas que aconteceram”, diz Ricoeur, citando Benveniste (1969, p. 7 *Apud* Ricoeur, 1997, p. 185).

Para ele, a originalidade conferida pelo momento axial faz o tempo do calendário ser exterior em relação ao tempo físico e em relação ao tempo vivido. Além disso, todos os instantes podem ser, em princípio, momentos axiais. Nada diz que um dia do calendário, tomado em si mesmo, é passado, presente ou futuro. Para ter um presente, assinala Ricoeur, é preciso que alguém fale: “o presente é, então, assinalado pela coincidência entre um acontecimento e o discurso que o anuncia; para alcançar o tempo vivido a partir do tempo crônico, é preciso, portanto, passar pelo tempo linguístico, referido ao discurso” (Ricoeur, 1997, p. 186).

Portanto, pela refiguração do tempo e pela invenção daquilo que Paul Ricoeur chama “instrumentos de pensamento” (calendário, sequência das gerações e rastros), a história instaura uma espécie de tempo híbrido, entre o tempo do rastro (que era do passado, mas que é transportado para o presente) e o tempo da vida, que permite a permanência do próprio rastro.

Outra noção importante para a definição do “tempo histórico” é tomada por empréstimo a Alfred Schütz: a ideia de sequência das gerações, ou seja, a relação anônima entre contemporâneos, predecessores e sucessores numa dimensão temporal. A noção destaca a substituição entre os vivos, na expressão de Ricoeur, fazendo da substituição dos vivos que tomam o lugar dos mortos a possibilidade do *terceiro-tempo*

(histórico) presente no conceito. Recolocando no tempo as influências recebidas (dos predecessores) e exercidas (pelos contemporâneos em direção aos sucessores) constrói-se o encadeamento oriundo das experiências do que vivemos juntos, criando possibilidades pelo que é transmitido. Há que se considerar que estas relações, enfatiza o autor a partir de Karl Mannheim, devem considerar o aspecto disposicional, isto é, que nem todos os contemporâneos, por exemplo, estão submetidos e nem exercem as mesmas influências, já que nem todos vivem os mesmos vínculos sociais, ainda que o vínculo geracional possa ser considerado como pertencimento comum construído pelas experiências transmitidas pela tradicionalidade.

Presente tanto na ideia de sequência de gerações quanto na bela formulação de Schutz dos reinos dos contemporâneos, sucessores e predecessores, está em jogo “a significância do tempo anônimo, ponto de articulação entre tempo fenomenológico e tempo cósmico” (Ricoeur, 1997, p. 191). Em relação ao passado, por exemplo, há um passado comum (a memória histórica) que contribui para a construção desse tempo anônimo, igualmente comum, na teia do mundo em que vivemos. Por outro lado, a memória dos meus antepassados esteve presente nas lembranças que, em fluxos encadeados, passam das suas vidas para a minha, numa cadeia de memórias que produz a ponte entre

o passado histórico (o tempo dos mortos) e o tempo antes do meu nascimento (a memória de meus antepassados). O tempo só se torna humano no reino das vidas vividas.

O último conector que torna possível o tempo histórico é o rastro, requisito fundamental em todas as produções da prática historiadora, presentes nos “arquivos”, como documentos, ou no caráter documental do testemunho.

Em contraposição ao caráter institucional, monumental e documental dos arquivos, a noção de “rastro” aponta para a sua característica indiciária e para as “vozes incontroladas” (Ginzburg, 2007) que o passado lega frequentemente ao presente. Contra a ação deliberada de quem os produziu, muitas vezes os rastros presentes nos documentos dos arquivos, se lidos a contrapelo, tal como propôs Walter Benjamin (1987), podem revelar, pelas fimbrias das narrativas, aquilo que eles pretendiam esconder.

Outra consideração presente na noção de rastro diz respeito à presença humana no tempo, indicando a passagem dos homens do passado, já que se ele, o homem, passou por aqui ele deixou rastros. Estes restos do passado são vestígios da presença humana, são presença da passagem do homem do passado, que ao serem percebidos em suas significações elevam-se à categoria de rastros. De restos do passado, tornam-se rastros dos homens de outrora. O rastro visível, percebido por que se reconhece a sua significação

(como a garrafa do naufrago, com um papel no seu interior e jogada ao mar, descrita como metáfora para a compreensão da significância do rastro presente no belo texto de Agnes Heller (1993), e, assim, passa a ser visível no aqui e no agora como marca do passado. “Os homens do passado é que deixaram vestígios; mas são também os produtos de sua atividade, de suas obras, logo, das coisas que Heidegger diria dadas e manejáveis (ferramentas, casas, templos, sepulturas, escritos) que deixaram uma marca”. É neste sentido, que ter passado e ter posto uma marca se equivalem (Ricoeur, 1997, p. 201).

O rastro deixado pela passagem do homem por aqui torna-se convite a segui-lo, voltar a partir dele ao homem do passado. Mas o rastro, deve-se ter sempre em mente, pode ser perdido, ser apagado ou apagar-se, o rastro é frágil, mas é a única possibilidade de nos levar até os homens do passado.

Em direção a outros tempos

O exercício que farei neste item para apresentar outros sentidos tempo encravados numa história que se perdeu em rastros esparsos que podem ser recuperados (interpretando documentos e incluindo nesta interpretação também a imaginação historiadora), seguindo seus traços significantes, tem como intenção revelar possíveis sentidos

de apropriações temporais dos escravizados brasileiros do século XIX, quando passaram a viver, em terras distantes, uma temporalidade diaspórica.

Apartados da vida comum, única possibilidade de enxergar a vida, poderíamos afirmar que no desenraizamento perdem tudo, inclusive a sua essência como Ser, já que a pessoa como “humano” (*Muntu*) na concepção originária africana só existe em conjunto, com o outro.

Num importante estudo sobre o “muntuísmo”, neologismo empregado para definir o modelo africano de pessoa, Ezio Lorenzo Bono (2015) mostra o primado do personalismo africano, oposto e inteiramente divergente da lógica ocidental. Percorrendo o pensamento africano sobre a ideia de pessoa a partir da segunda metade do século XX, produz um inventário interpretativo, mostrando que, na visão africana (notadamente de vários povos *bantu*⁴), não existe indivíduo solitário, apenas o homem na concepção destacada no provérbio transcrito por John Mbiti (1969): “sou por que nós somos e, porque somos, eu sou”. O ser, portanto,

4 Alexis Kagame, ao particularizar os povos *bantu*, refere-se à nomenclatura deste território desta forma, em 1851, na tese doutoral de W. H. J. Bleek, apresentado na Universidade de Bonn, sobre as “línguas de classes” faladas na África Meridional. Considerando que todas essas línguas tinham a raiz NTU para designar homem, G. Grey chamou-as, em seguida, de línguas *bantu*. Essa denominação, esclarece ele, se referia somente às línguas, mas os etnólogos a estenderam mais tarde aos povos em que essas línguas são faladas (Kagame, Alexis, 1975, p. 103). Na sua obra, Kagame analisa mais de 180 línguas *bantu*.

é comunitário. É a comunidade que define a pessoa (*muntu*) como pessoa e não suas qualidades isoladas: vontade, memória, racionalidade. E só se torna pessoa depois de um longo percurso de incorporação de valores, práticas, visões de mundo, poderíamos dizer, no qual tem fundamental importância observar preceitos morais. Assim, uma criança e um jovem não são ainda pessoa. Para sê-lo é preciso atingir a maturidade ética. A comunidade tem, portanto, papel decisivo na construção da pessoa/comunidade completa.

Ao contrário da visão ocidental, em que se observa o movimento do indivíduo em relação à sociedade, na ontologia africana move-se da sociedade para o indivíduo, já que é organizada em torno dos deveres e não a partir dos direitos individuais, se constituindo em grupos de solidariedade. *Muntu*, ser em comum, ser na comunidade, ser com o outro.

Ao serem transformados em “homens-objeto, homens-mercadorias e homens moeda”, quando “passaram a pertencer a outros, que se puseram hostilmente a seu cargo, deixando assim de ter nome ou língua própria” na qualificação vigorosa de Achille Mbembe (2014, p. 12), eram isolados, desenraizados, deixavam de ser *Muntu*. Sendo o nada, era preciso reconstruir o ser em comum. E é neste percurso, longo e que ainda não terminou, que emergem ações como resistência de reconstrução do ser comum. Observando “vozes incontroladas” (Gizsburg, 2007) que do passado

chegam ao presente, muitas das quais incompreensíveis aos ouvidos mais contemporâneos, podemos perceber igualmente outros tempos que estão fixados em fímbrias narrativas. Afinal, o tempo só se torna humano na e pela narrativa (Ricoeur, 1997).

Os territórios de pensamento, que denominamos hoje *afrodiaspóricos*, a partir de seus sistemas simbólicos, revelam o tempo/espço da vivência desses homens e mulheres do passado, para os quais direcionei olhares, na busca de permanências imemoriais que podem fornecer chaves para a compreensão de um mundo infinitamente distante.

Ao propor um “Pensar Nagô”, Muniz Sodré procura no seu livro, em primeiro lugar, substituir a ideia de uma filosofia genérica por uma outra a toque de atabaques, renunciando ao nome originário (filosofia) em direção a pensamento. O pensamento nagô para ele é como uma filosofia da diáspora; “é uma regência afetiva que propicia essa margem dentro do próprio contexto social marcado há séculos pela continuidade das políticas de servidão” (2017, p. 24). Enfatiza ainda que a ideia de conhecimento supervaloriza a intelectualidade ocidental, como dispositivo de enunciação de verdades, recoberto quase sempre pelo prestígio acadêmico. Já a ideia de “pensar” não existe só na filosofia, nem apenas dentro de uma tradição europeia: há pensares em outras bases, em outros territórios, produzindo igualmente sentidos complexos.

Autores africanos também fazem o mesmo movimento. Este é o caso, por exemplo, de V. Y. Mudimbe, que no seu livro **A Invenção da África** (2013) afirma que estender a noção de filosofia aos sistemas de pensamento tradicionais africanos só pode ser feito “de uma forma metafórica ou, na melhor das hipóteses, numa perspectiva historicista”, e assim “considerando-os como processos dinâmicos nos quais as experiências concretas são integradas numa ordem de conceitos e discursos” (Mudimbe, 2013, p. 9). Assim, prefere falar de uma *gnose* africana. *Gnose* que etimologicamente decorre de *gnosko*, que no grego significando “saber”. É desta forma, que Mudimbe adere, ao invés de filosofia, a saber africano, que implica igualmente procurar saber, investigar, com certa familiaridade diante daquilo que observa. Orienta ainda o debate sobre o saber africano na direção de um conjunto mais vasto do conhecimento existente na África e denominado “Africanismo”.

Essa ação de não querer nominar as complexas reflexões sobre o pensamento africano como filosofia deve ser interpretada, portanto, como forma de resistência ao domínio epistemológico ocidental e não que não haja uma densa reflexão filosófica emanada do continente africano⁵.

5 Existe uma extensa literatura sobre a história desta filosofia contemporânea desde antes da segunda metade do século XX, cf. entre outros: Serequeberhan, 1991; Mudimbe, 2013a e 2013b; Wiredu, 2004. Para um inventário crítico da filosofia africana contemporânea ver Bono, 2015.

Ainda assim, em tempos mais contemporâneos duvida-se, com frequência, da densidade e importância dos saberes acadêmicos de teóricos daquele território. Citando um incidente ocorrido com ele, o filósofo moçambicano José P. Castiano (2010) reproduz uma pergunta que lhe fizeram durante um debate: “dizem que há paradigmas científicos em África ou paradigmas africanos. Não os vejo; onde estarão?”. Na sequência descreve sua reação: “engoli em seco porque não tinha resposta, pelo menos naquela altura, para lhe mostrar os paradigmas africanos no sentido de Kuhn, que ela certamente empregara”. E continua: “quem deve procurar estes paradigmas somos nós mesmos, trata-se de uma responsabilidade intelectual nossa!” (2010, p. 10), assumindo uma tarefa que não cessa de ser adensada por inúmeros pesquisadores⁶.

Ao fazer uma síntese da cosmografia iorubá, de modo a desvelar a filosofia a toque de atabaques, Muniz Sodré destaca primeiramente o princípio central deste pensar: a não separação entre real cósmico e humano. O processo verbal de pensamento ocorre, assim, no interior da pessoa, entendida como *muntu* (indivíduo-comunidade), fazendo

6 Neste sentido, sinto-me, algumas vezes, como uma estrangeira (ou quem sabe uma impostora?) ao tentar interpretar os sentidos escondidos dos escravizados do século XIX, que se valendo desse complexo sistema de pensamento produziram nos territórios da diáspora inúmeras resistências. A capa de historiadora me dá esta permissividade, ainda que não seja um dos “nós mesmos”.

do corpo a âncora central. O pensamento emerge da espacialidade instaurada pelo corpo em sua vinculação com o entorno ético e existencial, na relação concreta entre homem e natureza. O pensamento afro é, segundo Sodré, da diátese média, ou seja, um pensamento que se faz no interior da pessoa, que se conecta com o desvelamento originário do mundo, num discurso que abrange vivos e mortos, como parte de um processo que atravessa tanto “pessoas” quanto “não pessoas” (Sodré, 2017, p. 83).

Essa breve e genérica descrição da cosmografia africana serve para melhor compreender a percepção empírica de tempo. O que se destaca, primeiramente, é certa indistinção entre tempo e lugar. Existe nas línguas *bantu* um termo que significa, a um só tempo, “o lá de lugar” e o “lá de tempo”, razão da existência de um localizador indivisível, espacial e temporalmente, ponto comum entre tempo e espaço (Kagame, 1976, citado por Bono, 2015). Mas não existe entre os *bantus* substantivo teórico para indicar o tempo. O importante é o tempo disso ou daquilo, o tempo propício a isto ou aquilo, oferecendo a ideia de *um tempo selado pelo evento*. Um tempo marcado, profundamente diverso da lógica de nosso tempo vazio.

É nesta dimensão que se deve também compreender o clássico aforismo africano, que, à primeira vista, causa estranhamento: “Exu matou um pássaro ontem com a pedra

que atirou hoje” (Sodré 2017, p. 203). Como pode uma pedra atirada hoje ter matado o pássaro ontem, no passado?

Tudo fica mais claro quando se compreende a dimensão temporal da existência do pensamento ou da cosmologia *bantu*. O acontecimento inaugurado por Exu não é algo que possa ser inserido como peripécia, usando aqui uma expressão cara à teoria ricoeuriana, numa história linear, com passado, presente e futuro já ofertados. O evento, a pedra, é que inaugura o tempo. Como enfatiza Sodré, “a ação de Exu não está dentro do tempo, ela o inventa” (2017, p. 188). O que passa a ser temporalizante é o evento; é ele que funda o tempo. Assim, se quisermos transportar para uma imagem representacional, o tempo aqui representado seria circular/espiralado, em que o fim é a origem e a origem é o fim e no qual os princípios cosmológicos e os ancestrais estão presentes num mundo que também mistura de maneira indistinta o humano e o divino.

Sendo assim, presente e passado são sempre definidos pelo evento que regula o jogo das significações temporais. O passado, por exemplo, sobrevive no papel dos antepassados, dos falecidos, que continuam no presente numa sequência de práticas e papéis que se desenvolvem num pensamento governado por uma lógica mágica (os rituais do candomblé, com a incorporação dos mortos nos terreiros, evidenciam esta sobrevivência).

A categoria tempo, portanto, é chave para a compreensão do pensamento africano. Tempo como composição de eventos que tiveram um lugar, numa *gnose* em que existe apenas o passado e o presente. Apenas o tempo do evento, o tempo vivido, faz sentido. Depois da morte, a pessoa continua a viver, quando é recordado por seus parentes e por todos que o conheceram. Enquanto for chamado pelo nome, não estará completamente morto e quando morre a última testemunha, o morto-vivo passa a fazer parte da imortalidade coletiva (Mbiti, 1969, citado por Bono, 2015). É precisamente neste ponto que identifico a primeira grande ruptura no sentido da experiência temporal, que se reflete sobre a existência dos escravizados.

Ao serem deslocados do espaço/tempo pela diáspora da escravidão, desde o século XVII, produz-se uma espécie de morte em vida de cada um deles que, desenraizados do espaço, perdem a condição de *muntu*, perdem o seu presente como ponto inflexivo de existência pretérita e da própria existência, perde a recordação que permitia a pronúncia de um nome. Perdem também e, sobretudo, o nome.

Não apenas pelo recebimento do nome do tráfico, que faz com que, por exemplo, passem a ser conhecidos pela designação do porto no qual são embarcados. A perda do nome se dá por inúmeras outras práticas que incluem: a designação genérica como africanos; a atribuição do nome

do porto inicial da viagem diaspórica (Mina, Moçambique, Angola) em substituição ao nome originário; o nome a partir da sua condição de interregno entre um mundo e outro (Crioulo/Crioula); ou, no máximo de violência simbólica, o descrédito completo na sua palavra, quando afirmam chamar-se por um nome, e para o qual não se reconhece, de maneira categórica, a designação informada⁷. Destituídos dos nomes, nas terras do desterro, passam a ser destituídos da possibilidade de permanência entre os vivos, depois de mortos.

Mas, o evento extremo passa também a regular um novo jogo de significações temporais. Assim, podemos considerar a escravidão como uma espécie de *entretempos*, um tempo em suspensão, do qual emerge a necessidade de reelaboração de pertencimento ao grupo originário. O evento estanca o tempo, que é preservado pela resistência memorial nos territórios do desterro. Como isso se dá? É o que vamos descrever brevemente no item final deste capítulo.

7 Essas afirmações são feitas a partir da análise de mais de 1.500 fichas de escravizados presos no século XIX, que hoje se encontram arquivadas no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, como parte da pesquisa "Biografias Improváveis: o si mesmo de um outro como vinculação comunicacional", desenvolvida com apoio do CNPq e da FAPERJ, a quem agradeço.

Comunidades de Destino

As terras de desterro tornam-se e precisam se tornar comunidades de destino para estes homens e mulheres. Diante de uma vida atemporal, sem passado e sem presente, sem tempo-evento, imersa no vazio atemporal, é preciso ressignificar existências em novos modos de vida, em tramas para a construção, novamente, do eu-comum, da pessoa, do *mntu*. Um longo caminho precisaria ser percorrido desde que as imagens lembranças fulguram o momento em que a vida entretempos (ou fora do tempo) começara.

Quando estávamos prontos para embarcar, fomos acorrentados uns aos outros e amarrados com cordas ao redor de nossos pescoços e assim arrastados à beira-mar. O navio estava a alguma distância da praia. Nunca havia visto um navio antes e minha ideia era de que aquilo se tratava de algum objeto de adoração do homem branco. Imaginei que seríamos todos massacrados e que estávamos sendo conduzidos para lá com essa finalidade. Tive receio por minha segurança e o desânimo se apossou quase inteiramente de mim (Baquaqua, [1854] 2017, p.5).

A cruel descrição do escravizado Mohommah Gardo Baquaqua na sua autobiografia escrita, na distante Detroit (EUA), e publicada em 1854, serve de ponto de partida para

o entrelaçamento na questão do tempo com um possível histórico que começa exatamente na primeira imagem que, como traços do memorável, relembra o desenraizamento de um mundo originário e seu ingresso no *entretempos*.

A imagem do navio-negreiro, ao longe, que sequer pudera ser identificado como navio, pelo desconhecimento do artefato, que, num primeiro momento, foi suposto como objeto de adoração dos homens brancos, marca o evento que o retira do território/tempo.

Na sequência da descrição do evento que inaugura o que denominamos *entretempos*, Baquaqua também remarca o isolamento, a solidão, a ruptura com todos os outros, na comunidade que os faziam pessoa. Não sendo mais *muntu*, não eram mais ninguém. “Nossos sofrimentos eram da nossa conta, não tínhamos ninguém para compartilhá-los, ninguém pode cuidar de nós, ou até mesmo nos dizer uma palavra de conforto”. (Baquaqua, 2017, p. 53).

Nos gestos que lembranças de outros, que viveram a mesma violência, colocam em cena, sobressaem, entretanto, a referência ao comum que os tornam Pessoa. Os valores éticos e morais da comunidade de origem/destino continuam nos gestos igualitários que fazem de eu o Todo, que fazem do indivíduo o Ser Comum, o *muntu*.

Na divisão da carne nas tinas de farinha, é sempre observada uma repartição perfeita. Um do pequeno grupo pega o todo em suas mãos e distribui dois ou três pedaços, conforme o número permitido por cada um, e, *se depois ainda sobrar algum pedaço, ele recorta em pedaços menores e distribui em partes iguais* (Hill, 2008⁸, p. 92. Grifos meus).

Podemos pensar, então, que o acontecimento da diáspora africana – onde não se detinha mais sequer o estatuto de pessoa –, não se transformaria na comunidade de destino, na longa duração histórica, como enfatiza Sodré (2017), num pacto simbólico em torno da restauração de poderes míticos e representações que se projetam em linguagem e nos modos afetivos (fé, crenças, alegrias) de articulação das experiências. Para assim, continuar e se transformar.

Mas podemos também pensar nos gestos de infinitas rebeldias, suicidar-se, fugir, queixar-se, rebelar-se, também como pacto simbólico de restauração e efetivação da comunidade em modos de lutas igualmente duradouros e ressignificados ao longo da história.

Assim, num primeiro momento identificamos a morte, sobretudo através do suicídio, como ação efetiva de atra-

8 Pascoe Grenfell Hill (1804-1882) descreve a viagem do navio Progresso, tumbreiro de bandeira brasileira que transportou 188 homens, 45 mulheres e 213 crianças, narrando a viagem da rota Moçambique-Brasil, que se inicia numa quarta-feira, 12 de abril de 1843, informa Manolo Florentino na Introdução do pequeno livro, publicado no Brasil, na coleção Baú de histórias.

vessar tempos, produzindo novamente a possibilidade de ser *muntu* (Pessoa/comunidade/vivos/mortos/natureza). A morte é a experiência de encontro com os ancestrais, assim como o culto aos ancestrais é a experiência da representação coletiva da morte, que ritualmente fala à comunidade. Materializa-se a ética da comunidade, princípio inaugurado pelos ancestrais. A ética, portanto, não é um código de normas, mas um eco da morte, eco dos corpos presentes que constituem o próprio grupo (humanos e não humanos).

É, portanto, dentro deste complexo sistemas de pensamento e de vida, no qual a permanência dos códigos duradouros tem prevalência, que deve ser compreendido os milhares de atos de suicídio efetivados pelos escravizados nas terras da diáspora. Aqui e em outros lugares onde seus corpos vivos chegaram, apartados do tempo, e se reencontram com a comunidade (vivos/mortos/natureza) ao caminharem (nas florestas, enforcando-se naquilo que eram apenas frondosas árvores, mas que para eles eram muito mais; ou atirando-se ao mar) para o encontro com o outro, com a sua comunidade de destino. A travessia em direção da comunidade, a reconstrução do ser (*muntu*) era possibilitada pela morte.

Reproduzindo traços de transcendência das vidas dos escravizados na sua descrição do território cubano, destaca-se na narrativa o suicídio. Enforcavam-se ou atiravam-se nos rios são afirmações que aparecem por detrás de uma dúvida que afirma, muito mais do que nega.

Essas histórias não são inventadas, o que sei ou creio que é boato, porque nunca vi, é o que os negros se suicidavam (...). Eles não queriam ser cristãos e se *enforcavam nas árvores*. Mas os negros não faziam isso, porque *eles se iam voando, voavam pelo céu e voltavam para sua terra*. Os Congo *msundi* eram os que mais voavam. *Desapareciam por meio da feitiçaria* (...). Há gente que diz que os negros se *atiravam nos rios*: isso é falso. A verdade é que eles amarravam uma coisa na cintura que chamavam de penhor e estava cheia. Aí estava sua força. Isso eu conheço e sei que é verdade (Barnet, 1968, p. 39-40. Grifos meus).

A mesma referência aos suicídios de escravizados nas comunidades de desterro aparecem nas descrições dos viajantes que aportaram no Brasil no início do século XIX. Como o reverendo Robert Walsh, que ficou durante dois anos, 1828 e 1829, no país. Ainda que explique o suicídio a partir dos códigos europeus (por fim a vida para fugir da amarga sorte) e não a partir das significações que possuía em função, também, de um tempo espiralado/circular/na direção de uma vida comum sempre infinita, o reverendo Robert Walsh (1830), assim se refere ao frequente suicídio dos escravizados⁹.

9 Nos jornais de época inundam as pequenas notas referindo-se também ao frequente suicídios.

Nada pode ser mais infundado, ou, na verdade, mais absurdo, do que dizer, que estão reconciliados e mais feliz na escravidão na América do que na liberdade em seu próprio país. Eles parecem ter um senso da escravidão tão aguçado, e *lamentar amargamente a sua sorte*, como qualquer homem branco, no mesmo estado na África; de fato, se pudermos julgar os efeitos, ainda mais. Nunca ouvi falar que o suicídio é comum entre os infelizes europeus, detidos como escravos, *mas é a prática diária no Brasil*. Além do mais, os casos que mencionei em outro lugar, o *porto está constantemente coberto com os corpos de negros, nos quais não há marcas de violência, encontrados, e que dizem ter jogado a si mesmos*, para escapar de uma situação insuportável de vida. Este é particularmente o caso do Botafogo, onde várias pessoas respeitáveis me disseram, eles frequentemente encontravam corpos negros quando eles iam tomar banho. *Eu mesmo os vi deixados pela maré na praia, e alguns logo abaixo de nossas janelas* (Walsh, 1830, p. 344-345. Grifos meus).

Os corpos negros boiando, que causaram tanto horror ao reverendo, finalmente tinham reencontrado sua comunidade de destino. Tornavam-se novamente *muntu*. Restaurando o evento originário, um passado/presente espiralado, circular, se pudesse ser representado por uma figura geométrica. O suicídio, ao contrário do que pensou o reverendo, não é uma

atitude extrema, mas a única forma de sair do *entretempos* em direção ao tempo. O suicídio é a primeira de muitas formas de resistência que desenvolveram para serem novamente *untu*.

Referências bibliográficas

Baquaqua, Mohammah G. **Biografia de Mohommah Gardo Baquaqua**. Um nativo do Zoogoo, no interior da África. São Paulo: Uirapuru, 2017.

Barbosa, Marialva. **História cultural da imprensa: o tempo presente (1980-1920)**. Rio de Janeiro: MauadX, 2024.

Barnet, Miguel. **Biografia de um Cimarron**. Barcelona: Ediciones Ariel, 1968.

Benjamin, W. Sobre o conceito de história. In: **Obras escolhidas**. Magia, técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Benveniste, E. Problèmes de linguistique générale. In: **Langue française**, nº1, 1969.

Bono, Ezio Lorenzo. **Muntuísmo**. A ideia de “pessoa” na filosofia africana contemporânea. Pior Velho (Portugal), Paulinas Editora, 2015.

Castiano, José P. **Referências da filosofia africana: em busca da intersubjetivação**. Maputo: Sociedade Editorial Ndjira, 2010.

Ginzburg, Carlo. **O fio e os rastros**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Gumbrecht, Hans Hlrich. **Nosso amplo presente**: o tempo e a cultura contemporânea. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

Heller, Agnes. **Uma teoria da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

Hill, Pascoe G. **Cinquenta dias a bordo de um navio negroiro**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

Kagame, A. **La philosophie bantu comparée**. Paris: Présence Africaine, 1976.

Kopenawa, Davi e Albert, Bruce. **A queda do céu**. Palavras de um xamã yanomami. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Koselleck, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2014.

Koselleck, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

Krenak, Ailton. **Futuro ancestral**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

Mbembe, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona Editores, 2014.

Mbiti, John. **African Religions and Philosophy**. Nairobi: East African Educational Publishers Ltd, 1969.

Mudimbe, V. Y. **A ideia de África**. Ramada (Portugal), Luana (Angola): Edições Pedagogo e Edições Mulemba: 2013b.

Mudimbe, V. Y. **A invenção da África**. Gnose, filosofia e ordem do conhecimento. Ramada (Portugal), Luana (Angola): Edições Pedagogo e Edições Mulemba, 2013a.

Rêgo, Ana Regina e Barbosa, Marialva. Tempo, Memória e História da Comunicação: um passeio teórico em torno de Paulo Ricoeur. In: **Revista ALAIC**, v.18, n.32, 2020.

Ricoeur, Paul. **Tempo e Narrativa**. v. 1. Campinas: Papyrus, 1994.

Ricoeur, Paul. **Tempo e Narrativa**. v. 2. Campinas: Papyrus, 1995.

Ricoeur, Paul. **Tempo e Narrativa**. v. 3. Campinas, Papyrus, 1997.

Rodrigues, Thamara de Oliveira. Apresentação. In: Koselleck, Reinhart. **Uma latente filosofia do tempo**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

Serequeberhan, Tsenay. **African Philosophy**. The essential readings. Nova Iorque: Paragon House, 1991.

Sodré, Muniz. **Pensar Nagô**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2017.

Walsh, Robert. **Notices of Brazil**. Londres: Frederick Westj., and A. H. Davis, 1830.

Wiredu, Kwasi. **A companion to African Philosophy**. Malden (EUA): Blackwell Publishing, 2004.

Zerubavel, Eviatar. **Collective memory and the social shape of the past**. Time Maps. Chicago: The University of Chicago Press, 2003.

Capítulo 2

A autoridade da experiência: testemunhos e cismas sobre as vacinas contra a covid-19 em canais do Telegram

Igor Sacramento¹⁰

Os testemunhos antivacinação em suas conexões com a internet não são uma novidade absoluta dos tempos atuais. Durante a primeira campanha de vacinação para idosos contra gripe comum, entre 1999 e 2000, opiniões e relatos pessoais sobre a efetividade da vacina circularam com frequência em fóruns da internet. A maior parte deles associa a possibilidade de morte de idosos pela vacina como uma estratégia do Governo Federal em solucionar pelo extermínio o déficit previdenciário. No ano anterior, o então presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que os aposentados eram vagabundos. Como a maior parte dos aposentados é de idosos, a associação, entre eles, foi direta (Sacramento, Falcão e Leiroz, 2022).

Os contextos (sociais, sanitários, políticos e comunicacionais) foram diversos nos processos de construção de sentimentos e condutas antivacinais, bem como nas disputas pela produção de verdade sobre ciência e saúde. Embora esses processos não tenham se nada

10 Pesquisador do Laces/ICICT/Fiocruz e Professor do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura-UFRJ. Pesquisador CNPq.

numa linearidade contínua e evolutiva, o desenvolvimento de plataformas de comunicação online tem permitido maior interação e comunhão entre aqueles compartilham crenças e cismas antivacinais. Ao longo dos últimos vinte anos, diferentes eventos de crise sanitária mobilizaram o debate sobre a vacinação: a implementação da vacinação contra a Influenza comum para idosos em 1999/2000; o enquadramento noticioso de um surto de febre amarela silvestre em 2008; as incertezas colocadas pela pandemia associada a um novo vírus – da influenza H1N1- e a um processo de produção de vacina considerado exageradamente acelerado em 2009/2010; o debate sobre a antecipação do desejo sexual ou mesmo de sexualização de crianças na implementação da vacinação contra o HPV em 2014/2015; e a reintrodução crítica do vírus da febre amarela silvestre em espaços urbanos no Brasil e as problemáticas associadas à vacinação (doses fracionadas, eficácias, exigências, mortes) em 2018.¹¹

Mas, durante o governo de Jair Bolsonaro coincidente com o da pandemia de covid-19 no Brasil, vivemos um

11 Este texto é um dos resultados parciais do projeto “A experiência como evidência: a internet e os testemunhos antivacinação no Brasil contemporâneo (1999-2022)”, que conta com apoio do CNPq pela Bolsa de Produtividade em Pesquisa e da Faperj pelo Edital Jovem Cientista do Nosso Estado. Caio Maués, graduando em Jornalismo pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, atua como assistente de pesquisa do projeto e colaborou na observação, coleta e captura de material nas plataformas de comunicação online.

período marcado por um “populismo anticiência” de extrema direita (Monari, Araújo e Sacramento, 2021). Tal populismo é sustentado por uma política de pós-verdade, que usa as mídias sociais como porta-voz para “notícias falsas” e “fatos alternativos” com a intenção de incitar o medo e o ódio do outro e, assim, ajudar a justificar as críticas das políticas e protocolos de saúde baseadas numa ideia de luta de “nós” contra “eles”. Essa batalha moral envolve os conjuntos de valores, crenças e princípios compartilhados e defendidos por diferentes grupos sociais que, muitas vezes, se associam em grupos, canais e comunidades por meio de diversas plataformas de comunicação. Michael Lynch (2020, p.50) pondera que “ao invés de uma recusa cabal da ciência e da objetividade, o que está envolvido é um esforço para produzir demandas opostas de objetividade e suporte institucional para elas”. Ou, em outras palavras, há maior ampliação, pela estrutura de funcionamento e pelos usos sociais das redes, da circulação de discursos que não estão comprometidos em aderir aos consensos científicos, mas em buscar algo como a verdade além do que é mostrado pela maior parte de instituições e agentes da ciência, do Estado e do jornalismo (Sacramento, Falcão e Monari, 2023).

Nesse sentido, esses grupos procuram afirmar e consolidar suas visões de mundo. Esta dimensão vai além do ceticismo injustificado, do negacionismo compulsório, uma vez

que implica também uma postura ativa contra as evidências e consensos científicos (Schmid e Betsch, 2019). Tais grupos formulam e usam de diversas estratégias retóricas (o relato da experiência pessoal é uma delas) para parecerem ter um argumento legítimo, imbatível, sem realmente se abrirem ao diálogo com o contraditório e com o divergente. O objetivo não é somente defender seu próprio ponto de vista através da razão; mas a refutar e desqualificar a proposição em torno da qual existe um consenso científico a partir de demandas e experiências emocionais (Diethelm e MC Kee, 2009). Aqueles que incitam ao negacionismo raramente agem por ignorância. Pelo contrário, são geralmente determinados por uma ampla gama de motivações morais, religiosas e políticas, que colocar sob o véu da ignorância pode ser um limitador para a análise cultural. Num processo de polarização política intensa, segmentos da população desconfiavam de medidas contra a covid-19 porque partiam de autoridades cujos valores questionavam. Trata-se, sem dúvidas, de um contexto complexo e multifacetado que não se reduz a uma oposição binária entre ciência versus anticiência (Miskolci, 2023).

O que venho observando nesse contexto de luta pela autoridade de dizer o verdadeiro sobre ciência e saúde, especialmente durante a pandemia de covid-19 é uma intensa circulação de testemunhos sobre efeitos adversos das vacinas em diferentes plataformas de comunicação online

(*Telegram, WhatsApp, Twitter, Instagram, TikTok, YouTube*). Para este trabalho, decidi analisar vídeos publicados em canais do *Telegram* (*VIRUMANIA* e *Reações Adversas*) entre 2021 e 2023. Desde 2020, canais e grupos de informação sobre o novo coronavírus foram criados no *Telegram*. No Brasil, o aplicativo de mensagens acabou se transformando em um espaço em que os indivíduos se reúnem para discutir as medidas governamentais tomadas para o controle da doença, trocar informações e relatar sobre suas experiências com tratamentos, medicamentos e, sobretudo, com a vacina, que começou a ser disponibilizada para a população no começo de 2021. O *Telegram* se tornou uma espécie de rede de encaminhamento. Vídeos são retirados de publicações de outros aplicativos para então serem colocados em grupos e canais com milhares de participantes ativos. A propagação desses conteúdos se torna assim mais extensa e de maior alcance. Afinal a facilidade de entrar em grupos e canais ativos no *Telegram* é muito maior do que em outros, inclusive pela possibilidade de anonimato completo em grupos e canais abertos.

Para encontrar os conteúdos compatíveis com a pesquisa participei em um grupo e três canais: A escolha daqueles canais se deu pela presença cotidiana de relatos testemunhais sobre problemas associados às vacinas contra a covid-19. Tendo isso em vista, divido o texto em três partes,

além desta introdução e das considerações finais. Depois, a partir da produção testemunhal analisada, trago discussões sobre 1) o lugar da experiência na expertise antivacinal; 2) a produção discursiva da cisma; e 3) a estrutura audiovisual da construção de uma experiência pessoal autêntica.

Minha observação conta uma inspiração etnográfica. Isso significa que acompanhamos, registramos e arquivamos discussões entre usuários em grupos e canais. Isto implicou realizar, inicialmente, um tipo de observação semelhante a uma etnografia encoberta (O'Reilly, 2008), o que significa que os participantes não sabiam que eram observados pelos investigadores. Neste caso, como se trata de canais abertos no *Telegram* com um forte teor emocional e ideológico nas manifestações e posicionamentos, preferi observar de modo silencioso, sem me apresentar como pesquisador da Fiocruz, para não inviabilizar a pesquisa. Logo no início da observação, havia percebido que instituições ligadas à ciência e à saúde, como o Instituto Butantan e a Fundação Oswaldo Cruz, eram frequentemente alvos de ataques e comentários ofensivos, que, em geral, as acusavam de serem defensoras do “globalismo” e a disseminação do uso indiscriminado de “vacinas experimentais” que colocariam em risco a vida da população.¹² Considerando as implicações

12 O “globalismo” é uma teoria da conspiração que fundamenta o bolsonarismo. Segundo a teoria, o marxismo cultural é financiado internacionalmente por bilionários, como George Soros, com o objetivo

que dizem respeito à investigação etnográfica encoberta, o uso desta prática requer justificacão adicional. Bulmer (2001, p.55), por exemplo, descreve como a etnografia encoberta é “claramente uma violacão do consentimento informado” e implica “engano total”. No entanto, embora esteja distanciado das normas habituais da investigacão social, ele também observa que existem “circunstâncias altamente excepcionais” em que a sua utilizacão pode ser justificada (Bulmer, 2001, p.55). Considero este um caso de “circunstâncias altamente excepcionais”, por duas razões. Em primeiro lugar, considerámos que esta era a opçãõ mais adequada (até certo ponto, talvez a única) para realizar um estudo deste tipo, uma vez que a minha presençã revelada nesses grupos poderia promover a nossa expulsão e perseguiçãõ. Revelar o propósito da nossa presençã aos participantes teria efetivamente impossibilitado a realizacão desta pesquisa, pois teríamos sido imediatamente expulsos desses grupos. Assim, decidi realizar uma observacão não participante. Em segundo lugar, fazer etnografia encoberta apresenta vantagens específicas que são peculiares ao propósito deste estudo, como permitir a observacão de comportamentos que não podem ser estudados de outra forma e evitar o “efeito

de fragilizar a cultura nacional, enfraquecendo países e cooptando-os para o establishment globalista, por meio de órgãos internacionais como a Organizacão das Nações Unidas (ONU) e a Organizacão Mundial da Saúde (OMS). O “globalismo” também mobiliza a “ideologia de gênero”, o “abortismo” e o “climatismo” (cf. Miranda, 2021).

Hawthorne”, para o qual os indivíduos modificam um aspecto do seu comportamento em resposta à sua consciência de ser observado (Merret, 2006). Meu interesse fundamental nesta observação de inspiração etnográfica centrada no discurso é analisar os contextos culturais e comunicativos do repertório dos grupos estudados através das mídias digitais. Esta realidade difere do trabalho de campo tradicional, em que as interações podem só serão acessados quando o cientista social estiver fisicamente presente (Androutsopoulos, 2008).

Este crescente corpo de pesquisas qualitativas na internet em sociologia é frequentemente encapsulado sob o termo genérico “etnografia digital”. Mas a questão do que constitui a investigação etnográfica qualitativa digital permanece em aberto. Neste texto, parto da ideia de que a pesquisa etnográfica digital requer uma negociação da autoapresentação e da copresença do etnógrafo dentro do campo que outras formas de pesquisa qualitativa, como a análise de conteúdo ou de discurso, não exigem para satisfazer sua postura epistemológica. A condução de etnografias em comunidades digitais e comunidades envolvem as decisões sobre o grau de anonimato que um pesquisador terá em seu campo (autoapresentação) e o grau de participação que terá ao longo de seu estudo (copresença) e como elas podem facilitar ou bloquear a pesquisa em aspectos significativos. Será que a barreira inferior ao anonimato online justifica

a investigação disfarçada? O anonimato gera dados mais densos? Como os etnógrafos digitais devem participar em ambientes de pesquisa? Quais são as possíveis repercussões da participação digital? É certo que as etnografias online e presenciais partilham uma epistemologia comum que é distinta das formas não participativas de investigação digital qualitativa – nomeadamente a necessidade de o investigador recolher relacionalmente dados do local de campo durante um longo período.

A razão pela qual a observação etnográfica é tão importante para a investigação na internet é que ela ajuda a descrever formações sociais mais amplas, tais como listas de correio específicas, grupos, canais, perfis e páginas de redes sociais online, nas suas próprias estruturas e processos, a partir da perspectiva dos participantes. Como sabemos, o exercício da relativização nos coloca o desafio de observar o que nos é exótico de modo familiar para que possamos passar a compreender e não julgar o outro, dado que a antropologia é uma “disciplina onde necessariamente se estabelece uma ponte entre dois universos de significações”, caracterizando-se como “uma ciência interpretativa, destinada, antes de tudo, a confrontar subjetividades” (Damatta, 1978, p.12). Assim, embora as questões analíticas exploradas neste trabalho sejam especificamente orientadas para o uso da linguagem testemunhal nestes canais antivacinação, o potencial da

etnografia online vai, sem dúvidas, muito além disso (cf., por exemplo, Cesarino, 2022 e Forberg, 2022).

O testemunho, a experiência e a expertise antivacinal

Durante a observação, um dos vídeos que chamou a atenção foi o de Ozana Malamud. Ele afirma que, em dezembro de 2021, após se vacinar, foi acometida pela síndrome de Guillain-Barré. Os sintomas principais da síndrome são fraqueza muscular ascendente: começam pelas pernas, podendo, em seguida, progredir ou afetar o tronco, braços e face, com redução ou ausência de reflexos. A síndrome pode apresentar diferentes graus de agressividade, provocando leve fraqueza muscular em alguns pacientes ou casos de paralisia total dos quatro membros. Segundo ela, a síndrome, embora seja uma doença autoimune, foi “ativada” pela aplicação da vacina Pfizer, o que a teria levado a passar oito meses na cadeira de rodas. Postado no grupo “VIRUMANIA” no Telegram em 16 de junho de 2023, no vídeo, ela afirma o seguinte:

OZANA: Olá, meus amados seguidores, aqui é Ozana Malamud, e espero que vocês me ajudem de coração a compartilhar nas suas páginas. Mandem lá para Van Liberdade, mande para o pastor Sandro Rocha, mande para Alice no País das Barbaridades e para tantos outros. O que acontece a Anvisa

agora quando notifica possível reação da vacina Pfizer, com sintoma de dor no peito e falta de ar, que podem ser miocardite ou uma pericardite. Quero mandar um recado para a Anvisa: Anvisa, quando eu tomei a segunda dose desta mesma marca que vocês divulgaram no gov.br, as minhas reações começaram em menos de 24 horas, e eu fui parar numa cadeira de rodas. E o diagnóstico chegou! E qual foi o diagnóstico pelo exame de eletromiografia? Síndrome de Guillain-Barré! E dessa doença que eu não conhecia, dessa doença que eu nunca sequer ouvi falar, eu fui acometida pelas duas variantes: a Miller Fisher, que me ataca o maxilar, e a polineuropatia crônica desmielinizante, crônica nos meus membros superiores, inflamatória! Vocês não imaginam a dor que eu sinto nos meus braços com esta polineuropatia crônica dos membros superiores. Então, eu queria dizer para vocês da Anvisa que está na hora de olhar para nós, as vítimas, porque de uma certa forma foi liberada para a vacinação da população no território nacional. Mas e agora com as reações? Está precisando falar da síndrome de Guillain-Barré. É preciso trazer a síndrome de Guillain-Barré à tona, assim como as outras reações que eu estou vendo por aí. É AVC, é trombose, é lúpus, é herpes zoster, é tanta coisa que está acontecendo... As pessoas foram lá como eu tomar e estão adoecendo. E aí nós precisamos de um amparo, precisamos de um socorro, precisamos de assistência vigiada. Esse é meu recado. Compartilhem.

Os perfis a que ele faz referências, como @vanliberdade, tanto no Instagram como no X (antigo Twitter), são ligados a movimentos ultraconservadores. @vanliberdade, em nas duas plataformas, se apresenta como perfil de sátira e humor 100% anticomunista, que traz “verdades cabeludas igual suvaco (sic) de militante”. O perfil também conta com um canal no *Telegram*. Em 17 de março de 2024, eram 32 mil e 400 seguidores no *Instagram*, 61 mil e 768 inscritos no canal do *Telegram* e 222 mil e 800 seguidores no X. O perfil no X “Alice no País das Barbaridades” também se apresenta como uma página de sátira e humor 100% anticomunista. Conta com 22 mil e 900 seguidores. O pastor Sandro Rocha, bolsonarista e líder da Igreja Porto de Cristo em Santa Catarina, se notabilizou por disseminar teorias conspiratórias sobre Lula como aquela que afirma que o atual presidente da República morreu e está sendo substituído por dois sócias desde 2022. Mas não apenas essa. Em 2018, ele alegou ter tido uma visão: Bolsonaro levaria cinco tiros, mas iria sobreviver. Os autores do atentado seria juízes e promotores.¹³ Pois bem, o pastor conta com um canal no YouTube de mesmo nome, Pastor Sandro Rocha, com 619 mil inscritos. No Instagram, ele tem 29 mil seguidores.

O vídeo teve 3.800 de visualizações, até o momento de observação, enquanto o canal tinha à época 11.453 inscritos.

13 Para mais informações, ver o seguinte: <https://www.youtube.com/watch?v=oebYDYCsUy4>.

Contava com a seguinte descrição: “Manifestamos nossa discordância com a imposição governamental acerca da obrigatoriedade de vacinas, seja por meio de medidas diretas ou indiretas. Defendemos a liberdade de escolha de cada indivíduo quanto à decisão de se submeter ou não à imunização”.

A ambiência informativa relatada por Ozana é de natureza bolsonarista. Como ela mesma relata diariamente no seu perfil do Instagram (@ozanam.malamud), está lutando para superar todos os efeitos adversos da vacina Pfizer e todas as doenças geradas pela vacinação em sua vida. É frequente a combinação da religiosidade (sobretudo evangélica) com o partidarismo político-ideológico para refletir sobre ciência e saúde. Por exemplo, em postagem de 16 de março de 2024, ela diz o seguinte: “Se você está com a verdade, pós há gente das trevas que dizem terem a verdade, mas não tem! Verdade é luz. Se mantenha firme, protegendo os seus direitos. Não se venda por nada e nem ninguém, porque quem está na luz da verdade age com integridade”. Numa associação da busca pela verdade à guerra espiritual da luz contra as trevas, ela se coloca do lado da verdade e da luz. Os defensores da guerra espiritual, conceito muito comum entre as igrejas evangélicas brasileiras, especialmente neopentecostais, afirmam que há uma guerra entre as forças do Bem contra o Mal. Alicerçada em alguns textos bíblicos e promovendo um dualismo radical,

essa visão de mundo religiosa defende também que as escolhas terrenas podem colocar as pessoas do lado de Deus ou do demônio. Por influência especialmente do trumpismo, essa perspectiva teológica alimenta o que James Hunter (1992) chamou de “guerra cultural”, que nada mais é do que a secularização da sua forma religiosa, pois afirma haver um risco de destruição maligna dos valores cristãos na cultura por conta de determinados movimentos e práticas sociais. Daí vem expressões do tipo “marxismo cultural”, “globalismo”, “climatismo” e outras formas de teorias conspiracionistas. Aplicada à política, a guerra espiritual, encarnada na guerra cultural, instala o terrorismo ideológico, a sacralização ou demonização de personagens político-partidários e, como consequência, são deixadas de lado as questões importantes sobre economia, política, saúde e educação, por exemplo. Afinal, todos esses campos passam a ser lidos como uma batalha do bem contra o mal.

De acordo com o que Ozana diz, a manifestação da síndrome Guillain-Barré foi motivada pela vacina (Figura 1). É interessante observar que ela se apresenta por meio do uso de termos médicos específicos como experta naquilo que vive. Trata-se, pela aparência do uso da terminologia médica, de alguém que buscou informações sobre aquilo que está passando. Nesse ponto, ela, implicitamente, faz a associação do adoecimento à vacina por meio das informações que

coletou e obteve com médicos, mesmo que ela não apresente nenhuma evidência científica para que está vivendo. A evidência é propriamente a sua experiência. O que ocorre aqui é o uso da experiência pessoal como forma legitimar o que viveu/vive e sentiu/sente.

Figura 1: Trecho do vídeo de Ozana Malamud



Fonte: Vídeo enviado no canal VIRUMANIA em 16 junho de 2023

Há na cena política contemporânea uma hipervalorização dos testemunhos e das vivências enquanto radicalização de um regime epistemológico com raízes muito antigas na cultura ocidental e que se tornou hegemônico na segunda metade do século XX. O regime de verdade contemporâneo toma a experiência e a crença pessoal como vias privilegiadas

para a produção do conhecimento, negando o procedimento científico e o cogito cartesiano. Neste sentido, Oliveira (2020, p. 82) argumenta que o narrador ideal não seria o historiador ou o cientista que estabelecem com o objeto uma relação de distanciamento metodológico, mas a testemunha que teria maior autoridade para narrar ao experimentar a realidade com o próprio corpo: “uma autoridade que, em última instância, repousa na dupla presença do corpo: o corpo lá, na cena original dos eventos, e aqui, no momento da narrativa”.

Mais do que isso: há cada vez, nas últimas décadas, um processo cada vez maior de descolamento da verdade como evidência para a verdade como experiência dentro de um regime que vem sendo chamado de “pós-verdade” (cf., por exemplo, Wright, 2018). Em outras palavras, podemos estar passando de uma ênfase da *verdade experimental*, baseada no experimento, no método científico, para uma *verdade experiencial*, em que a experiência legítima (e autoriza) o conhecimento sobre a verdade. Este regime de verdade se dá prioritariamente pela ideia acumulada do “eu estava lá” ao “eu vivi o que digo” (Budgeon, 2021). A força do testemunho está muito associada à promoção de uma verdade num contexto de desigualdade em que a voz da testemunha (sobretudo quando sobrevivente de violências de Estado, guerras, ditaduras e genocídios, ou vítimas de situações de violência de gênero, raça e classe) irrompem a cena pública para tra-

zer à tona narrativas que desestabilizam o modo de construção hegemônico da experiência social no presente e na própria inteligibilidade sobre o passado (Arfuch, 2018). Nesse contexto, a promessa da autenticidade de quem conta está na performance, nas estratégias enunciativas (no clima de intimidade, na busca de proximidade, na revelação de detalhes da vida pessoal, na exposição de emoções e de opiniões). Afinal, quem diz “isso aconteceu comigo” coloca o corpo no discurso, oferecendo ao público uma prova viva: a prova é a própria vida, a própria experiência vivida (Sacrametno e Ribeiro, 2020).

Ian MacMullen (2020) sugere que a condição pós-verdade é caracterizada por práticas contemporâneas que ele rotula de “pós-factualismo”: a visão de que interpretamos seletivamente a informação para se adequar aos nossos valores e experiência pessoal. A essência da política pós-verdade, afirma ele, é uma cultura em que estas atitudes pós-factualistas são generalizadas. Embora a análise de MacMullen seja conceitualmente esclarecedora, ele não faz afirmações empíricas sobre a prevalência destas atitudes. O seu trabalho tenta “caracterizar e traçar distinções claras entre as diferentes atitudes que – quando generalizadas, presumivelmente em alguma combinação – constituiriam uma cultura política pós-factual” (MacMullen, 2020, p.99), mas não esclarece se entrámos numa nova era da política pós-verdade.

Estas atitudes políticas prevalecem em alguma sociedade democrática específica? Em caso afirmativo, será a prevalência destas atitudes um fenômeno novo? Tenho dúvidas em ambos os aspectos. Além disso, independentemente da sua prevalência, algumas das atitudes pós-verdade descritas por MacMullen (2020) são teoricamente questionáveis. Por exemplo, como pode alguém que pensa que não existem verdades objetivas na política, na ciência e na saúde ter opiniões (entendidas, aqui, como uma atitude cognitiva) sobre estas questões? Além disso, o pós-factualismo é questionável porque é impossível – ou pelo menos extremamente improvável – manter opiniões que se pensa serem meramente motivadas pelo desejo de se sentir bem em vez de chegar à verdade. O que vejo são novas configurações de disputas pela verdade vetorizadas pelos encontros, interações e exposições possibilitados pelas plataformas de informação online. Comunidades online promovem espaços de acolhimento de opiniões, valores e crenças comuns (internamente) e recorrentemente rechaçadas pelas diferentes instituições científicas e de saúde (externamente). Seus membros descobrem no comum a plausibilidade de suas crenças e ideias.

O problema da abordagem dicotômica está, sobretudo, numa visão de experiência e de conhecimento muito restritas. Nessa linguagem comum, como detalha Raymond

Williams (2007), o conhecimento são informações e habilidades adquiridas por meio de educação acadêmica e de método científico. Da mesma forma, experiência é definida como conjunto de habilidades adquiridas por um período de experiência prática de algo. O conhecimento enfatizaria a teoria e metodologia e a obtenção de informações e ideias. A experiência, por outro lado, enfatizaria a prática, ou a aplicação do conhecimento durante um período prolongado, a fim de reforçar a compreensão do assunto ou de uma determinada tarefa. Embora mais conhecimento sobre um assunto ou tarefa possa ser adquirido através da experiência, a experiência não pode ser obtida através da instrução. A experiência vem com tempo, exposição e prática. Baseia-se na aplicação prática. O conhecimento, por outro lado, baseia-se na acumulação de informações através da experiência ou da educação. Pode ser ensinado, ao contrário da experiência. Portanto, aqui reside a maior diferença entre os dois. Enquanto o conhecimento é a soma de impressões baseadas na sensação, a experiência é o ato de exercitar ou desafiar o conhecimento para obter sensação.

No marxismo, Louis Althusser (1983) carece de qualquer noção de linguagem como agência. Não há correspondência na teoria de Althusser à insistência de Lacan na rejeição da ideia de um sujeito unificado, sintetizada para Lacan pelo Cogito cartesiano. Na verdade, o “sujeito concreto” de

Althusser, o sujeito da ideologia e da interpelação, é uma forma muito forte do sujeito unificado, a única diferença da posição da certeza cartesiana é que os termos da unidade do sujeito na teoria de Althusser são termos de reconhecimento incorreto. A experiência do sujeito é uma unidade, mas a experiência o assunto é falso, ilusório. Ideológico, da perspectiva althusseriana, é, pois, todo enunciado que, em termos puramente epistemológicos, se configura de modo oposto àquela que seria a função teórica ou função de conhecimento (Althusser, 1983). Ou seja, ideologia se confunde e se identifica com todo enunciado que ultrapassa o plano estritamente epistemológico. Assim, em toda sociedade, a ideologia teria um papel específico a desempenhar; a sua função é prático-social, cujo terreno é o da experiência, que, para Althusser, não pode ser confundido de maneira alguma com o terreno do conhecimento científico, onde se dá a prática teórica. Como fica muito evidente em *Ideologia e Aparelhos ideológicos de Estado*, para Althusser, quando falarmos de ideologia, deveríamos saber que a ideologia desliza em todos os seres humanos atividade, que é idêntica à experiência “vvida” da existência humana em si: é por isso que a forma como somos “feitos para ver” a ideologia nos grandes romances tem como conteúdo a experiência “vvida” dos indivíduos. Mas esta experiência “vvida” não é um dado, dado por uma “pura realidade”, mas a “experiência vvida”

espontânea da ideologia em suas relações peculiares com o real” (Althusser, 1983, pp. 204-5).

O peso crítico da explicação de Althusser sobre a ideologia cai depois na noção de experiência, que é, para Althusser, uma estrutura de inevitável desconhecimento. Em “Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945”, Raymond Williams (2005) declara sua oposição a essa “forma elegante de marxismo” que faz com que todo o povo, incluindo todos os trabalhadores classe, meros portadores das estruturas de uma ideologia corrupta. A oposição pode ser entendida politicamente: a teoria de Althusser é insustentável como base para qualquer ideia de luta ideológica. E isto é aguçado pela centralidade da experiência na própria teoria de Williams. Terry Eagleton (1976) afirmou: “É precisamente esta insistência na experiência, este prêmio apaixonado colocado sobre o vivido que fornece um dos temas centralmente unificadores da obra de Williams, conceito que fornece ao mesmo tempo o poder formidável e drástico de limitação do seu trabalho”. Eagleton escreve a partir da problemática althusseriana. As limitações que ele vê são as limitações daqueles que carecem de teoria. Eagleton acusa Williams de uma “supersubjetivização consistente da formação social” (Eagleton, 1976, p.127). Ele observa que Williams se baseia na experiência sua definição de hegemonia; e que Williams tenta substituir a noção teoricamente vazia de “estrutura de sentimento” para uma visão plena de ideologia.

Williams (2013) veementemente negou a sua noção de experiência faça parte de uma espécie de contato primitivo entre o sujeito e a realidade em que o sujeito está imerso, observando que experiência se tornou uma palavra proibida, enquanto o que deveríamos dizer sobre isso é que é uma palavra limitada, pois existem muitos tipos de conhecimento que nunca nos dará, em nenhum dos seus sentidos comuns. Williams (2013, p.112) aceita o argumento do entrevistador de que certos tipos de processo histórico não são experimentados imediatamente e só podem ser descrito a partir de um discurso conceitual ou científico, mas ele passa a acrescentar que “no momento em que estou caminhando nessa direção, vejo uma espécie de terrível paródia, além de mim - a afirmação de que toda experiência é ideologia, que o assunto é totalmente uma ilusão ideológica, que é o último estágio do formalismo - e até começo a recuar um pouco” (Williams, 2013, p.172). A observação do vivido permite, a meu ver, uma análise mais complexa do funcionamento prático (ou empírico e concreto, para usar termos caros a Williams) da ideologia e dos modos populares de se relacionar com ela na cotidianidade da vida.

Na sua vez, Joan Scott definiu com precisão a relevância da experiência para a historiografia:

quando a experiência é considerada como a origem do conhecimento, a visão do sujeito individual (a pessoa que teve a experiência ou o/a historiador/a que a relata torna-se o alicerce da evidência sobre o qual se ergue a explicação). Questões acerca da natureza construída da experiência, acerca de como os sujeitos são, desde o início, construídos de maneiras diferentes, acerca de como a visão de um sujeito é estruturada - acerca da linguagem (ou discurso) e história - são postas de lado. A evidência da experiência, então, torna-se evidência do fato da diferença, ao invés de uma maneira de explorar como se estabelece a diferença, como ela opera, como e de que forma ela constitui sujeitos que veem e agem no mundo (Scott, 1999, p. 4).

Por diversas vezes, ela reitera esse argumento, conforme se pode perceber nos trechos a seguir: “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (Scott, 1999, p. 5). Pensando em como analisar a linguagem presente na experiência ela afirma: “o tipo de leitura que tenho em mente, não pressupõe uma correspondência direta entre palavras e coisas, nem se restringe a significados únicos, nem tem o propósito de resolver contradições” (Scott, 1999, p. 16). Nesse contexto, ela afirma: “experiência é uma história do sujeito. A linguagem é o local onde a história é encenada. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas” (Scott, 1999, p. 16).

Como muitos procedimentos científicos já estariam corrompidos *a priori* na perspectiva daqueles que não creem nas vacinas, “a observação direta, através da qual o pensador livre experimenta com o próprio corpo a realidade, sem ser condicionado por qualquer mediação metodológica, [parece ser] a única forma possível de conhecimento verdadeiro” (Oliveira, 2020, p. 84). O conhecimento sobre o verdadeiro, nesse contexto, passa do método filosófico-científico ao vigor do “saber construído a partir da vivência e do testemunho” (Oliveira, 2020, p. 82). Primeiramente, essa corporificação assumiu a forma do relativismo histórico, onde o corpo foi contextualizado no tempo histórico. Em seguida, a observação direta, *in loco*, foi alçada à condição de fundamento epistemológico de nova forma de produção de evidência: da experiência, menos como ícone da verdade do que como a própria verdade. Na cena brasileira, a importância do lugar do testemunho se dá no conjunto de “manifestações mais recentes desse chamado ao corpo, dessa afirmação do corpo como instância produtora de sentido” (Oliveira, 2020, p.97).

O regime de verdade contemporâneo se fundamenta, ao reboque da ênfase da experiência pessoal e da guinada subjetiva que estamos vivendo, na transformação do testemunho em um “ícone de verdade ou no recurso mais importante para a reconstituição do passado” (Sarlo, 2007, p. 19). Assim, a memória parece se tornar algo irrefutável na medida em que se apresenta como tendo maior imediatez em relação à

experiência real, vivida. Isso se dá porque a chave da iconicidade não é meramente uma semelhança percebida entre o signo e o que ele significa, mas, mais do que isso, a possibilidade de fazer novas descobertas sobre o objeto através da observação das características do signo, em si mesmo. Pensar na perspectiva da tradução icônica exige entender que o ícone é um tipo de signo indissolivelmente ligado a seu objeto, um análogo de sua própria constituição, formal, estrutural ou material. A iconicidade do testemunho se dá nesse indissociabilidade do relato ao seu referente. Dito de outra forma, a legitimação da verdade está associada a uma *certeza sensível* promovida pela experiência singular do narrador que contribui para o processo de imediatez entre o sabido e o vivido. Como abordado em outro momento (Sacramento, 2018), a certeza da certeza sensível testemunhal é a de que a presença do ser se dá através da receptividade da sensibilidade. Trata-se de uma sensibilidade na qual a consciência imediata se reconhece e se perde, à medida que, de certa forma, com ela se confunde, tal é sua pretensa imediatividade entre pensar e ser. Isso é o que faz com que o próprio do testemunho da experiência do narrador seja recorrentemente tomado como sinônimo da verdade, já que, como testemunha, sobrevivente ou vítima, quem narra o que teria vivido. Afinal, o narrador passa a ser “digno de fé e confiança por ter vivido aquilo que narra” (Ribeiro e Sacramento, 2020, p.11).

Em seu vídeo, Ozana se identifica como vítima da vacina Pfizer contra covid-19 (“eu queria dizer para vocês da Anvisa que está na hora de olhar para nós, as vítimas, porque de uma certa forma foi liberada para a vacinação da população no território nacional”) e que precisa de proteção do Estado (“nós precisamos de um amparo, precisamos de um socorro, precisamos de assistência vigiada”). As crenças conspiratórias constituem uma propensão para atribuir eventos importantes a agentes poderosos que agem contra “vítimas” menos poderosas. Sem dúvidas, a vitimização coletiva facilita o pensamento conspiratório. Schori-Eyal et al. (2017) cunharam o termo “orientação perpétua para a vitimização intragrupal”. Esse termo exemplifica a crença de que um grupo é consistentemente uma vítima perseguida por outros grupos externos concorrentes ao longo da sua história. Esta orientação se baseia na percepção de que o dano e a injustiça contra um grupo não ocorrem acidentalmente, mas são causados intencionalmente por inimigos poderosos. Curiosamente, muitas destas características relativas a pessoas e grupos que foram historicamente vitimizados são partilhadas por aqueles que acreditam em teorias da conspiração. Na verdade, o apoio autoritário é outra característica partilhada tanto por indivíduos vitimizados como por conspiradores, uma vez que se descobriu que a crença em conspirações se correlaciona significativamente com o autoritarismo de direita (Imhoff & Bruder, 2014). Finalmente, as pessoas que

acreditam em uma teoria da conspiração são mais propensas a acreditar em outras teorias semelhantes (Goertzel, 1994), sugerindo uma mentalidade de conspiração monológica, na qual há uma tendência dos grupos vitimados de interpretar qualquer evento subsequente como vitimizador (Imhoff & Bruder, 2014).

Os discursos aflitivos produzem sujeitos aflitos. O apelo dessas narrativas, como observo, se baseia em algo compartilhado, como episódios selecionados de memória coletiva e experiências do passado, mas também em crenças contemporâneas de um processo de hiberpolarização ou hiperpartidarização da vida social. Há uma certeza sensível de fazer a narrativa que está sendo construída como algo coletivo e comum.

Os comentários ao vídeo de Ozana reforçam a dinâmica da vitimização na luta do Bem contra o Mal ou de nós contra ele em outras bases. A grande maioria culpabiliza Ozana pela sua síndrome, afirmando que tomou a vacina por vontade própria e que estava “bem-informada” das consequências (Figura 2). Enquanto Ozana se sente vítima da ciência e do Estado (mesmo que isso não significa uma desfiliação do bolsonarismo e de Bolsonaro, então presidente da República, porque, mesmo no mais alto cargo da federação, ele ainda era reconhecido como antissistema), ela foi vista como responsável pelo seu próprio sofrimento por justamente ter se vacinado.

Figura 2: Comentários ao vídeo de Ozana Malaud



Fonte: Vídeo enviado no canal "VIRUMANIA" no Telegram em 16 de junho de 2023

Os usos das informações circulantes na internet produziram sem dúvidas adquiriram o hábito de exigir e até impor medicamentos aos profissionais e administradores de saúde. Através de vídeos do YouTube, feeds do Instagram, postagens no X e trocas de informações em canais do WhatsApp e do Telegram, os pacientes se sentem cada vez mais capacitados e familiarizados com o jargão técnico dos protocolos: nomes e efeitos das substâncias, tipos de exames, informações sobre doenças, suas medidas ideais no corpo, dosagens prescritas e como obtê-las e tomá-las. Não é raro, que a adesão ao tratamento aconteça primeiramente online e se tornou comum a escolha do paciente/cliente num mercado médico aberto e desregulamentado (Maslen & Lupton, 2019). Perante a recusa de um profissional em prescrever medicamentos de tratamento precoce, é sempre possível encontrar recomendações online de um “bom” médico (afinado com aquilo que se deseja e acredita) ou mesmo obter as receitas diretamente.

Essa modalidade de pacientes expertos também foi fundamental na divulgação horizontal do tratamento precoce contra a covid-19, produzindo ou compartilhando testemunhos pessoais em vídeos de smartphones transmitidos em mídias sociais e aplicativos de mensagens. Esses relatos em primeira mão de experiências individuais com a covid-19 e o tratamento precoce reproduzem o tipo de narrativa que é altamente eficaz nas redes sociais participativas e nas suas

“eu-pistemologias” subjacentes, que se baseia num modelo epistemológico focado no “eu” e nas experiências pessoais que servem para autovalidar o que se diz, já que comumente se crê que ninguém poderia ter autoridade suficiente para questionar “o que sinto”, “o que vivo”, “minha verdade” (Van Zoonen, 2012).

Os leigos aprenderam e replicaram o protocolo do tratamento precoce por meio de tais narrativas, que normalmente seguiram o ritmo do modelo de três estágios de desenvolvimento da doença (infecciosa, pulmonar e hiperinflamatória) até um final feliz. Os testemunhos dos pacientes muitas vezes misturavam, de forma não contraditória, causalidade farmacêutica e outros tipos de causalidade, como a vontade de Deus, pensamento positivo, evitação de meios de comunicação negativos, autoconhecimento ou uma atitude saudável, um sistema imunológico cultivado para ser robusto. Assim como a eficácia da campanha de Bolsonaro em 2018 resultou do envolvimento ativo dos seus seguidores, o tratamento precoce tornou-se popular no Brasil em grande parte através dos esforços dos próprios pacientes/eleitores na defesa do seu político preferido e dos valores e crenças do bolsonarismo, especialmente no que diz respeito à defesa do “kit covid” e do tratamento precoce.

A busca por informação sobre a vacina e seus efeitos adversos é parte da guerra cultural promovida pelo bolsonarismo. Segundo João César Castro Rocha (2023), a guerra cul-

tural é uma matriz de produção de narrativas polarizadas em série e que possui uma radicalização crescente, engendrando sem parar inimigos imaginários, mantendo a militância em permanente agitação. É uma máquina de produzir fake news e teorias da conspiração para ganhos políticos. Logo, a promoção da guerra cultural sedimenta uma visão maniqueísta da realidade que se alimenta de pretensas ameaças à vida da família tradicional, como o kit gay, a mamadeira de piroca ou uma ameaça comunista. Nesse sentido, não se informar (dentro do que é aceitável como informação de qualidade nos recônditos bolsonaristas) é não estar preparado para a guerra. Afinal, os pacientes expertos buscam: 1) reivindicações de expertise baseadas na apropriação e distribuição de conhecimento e experiência biomédica; 2) compartilhar conhecimento experiencial sem reivindicar experiência acadêmica e 3) avaliação e uso do conhecimento apresentado por outros principalmente através da observação (Maslen e Lupton, 2019). Um “paciente especialista” é alguém que conhece as regras de engajamento em redes sociais online é capaz de negociar e compreender os efeitos e os níveis de divulgação e intimidade que tal engajamento exige, como é o caso de Ozana.

A produção da cisma

No vídeo compartilhado em 29 de junho de 2023, Nayara Sousa Botelho afirma que foi acometida de um tumor na

região da boca e dos olhos após tomar a vacina. A usuária do TikTok afirma que após sua primeira vacina contra COVID-19 seu corpo começou a inchar e então surgiram vários tumores (Figura 3). Dois anos depois, ela foi diagnosticada com câncer e então chegamos à situação apresentada no vídeo. Ela afirma o seguinte:

NAYARA: Então, após eu me vacinar da covid, eu comecei a inchar. Tomei a primeira dose, inchei. Tomei a segunda dose, inchei. E foram dois anos para descobrir. Fiz uma cirurgia em setembro do ano passado para a retirada de um tumor de dentro da boca que era um tumor benigno, que não era câncer e evoluiu agora como câncer.

Figura 3: Trecho do vídeo de Nayara Sousa Botelho



Fonte: Vídeo enviado no canal VIRUMANIA em 29 de junho de 2023

Os comentários da maior parte dos usuários falam da culpa de Nayara por estar na situação que ela comenta. Afinal, ela sabia dos riscos de tomar a “picada”, como é chamada a vacina pelos usuários do grupo “VIRUMANIA” (Figura 4). De modo muito semelhante aos comentários sobre as postagens do vídeo de Ozana, há uma responsabilização de Nayara pelo seu sofrimento. A autculpa e a responsabilização funcionam como “uma técnica de autogestão e autorregulação de riscos sociais como doença, desemprego e pobreza” (Crawford, 1980, p.190). A compaixão e a solidariedade são consideradas a antítese do hiperindividualismo. Há uma tendência do neoliberalismo que celebra o interesse próprio e a autossuficiência em vez da cooperação e da interdependência. A biopolítica é, portanto, um instrumento de autorregulação, regulação moral e normalização e de acordo com Foucault (1985, p.266), “uma sociedade normalizadora é o resultado histórico de uma tecnologia de poder centrada na vida”. O processo de normalização permite que práticas de autorregulação sejam aceitas e inquestionadas. O que se torna inscritas nas práticas de normalização são construções discursivas do que é normal (saudável, responsável, moral) e qualquer coisa que esteja fora da norma estabelecida é considerada insalubre, irresponsável e imoral e, portanto, sujeitos a diversas formas de intervenção e regulação através da promoção de práticas de si. O que Foucault (1985) não

aborda, no entanto, e o que mais me preocupa aqui, é que o subproduto desta abordagem mais inclusiva no modelo de saúde pública contemporânea que cria um guarda-chuva mais amplo sob o qual todos os indivíduos são responsabilizados pelas escolhas de estilo de vida; e essas escolhas são mais importantes agora do que nunca, sujeito a escrutínio moral. A falha, ou mesmo a incapacidade, de atender práticas de si mesmo a partir de concepções socialmente normalizadas, coloca um indivíduo em um continuum moral vertical, uma hierarquia, que toma como um de seus pontos de referência as construções discursivas de dever, bem-estar e cidadania (Hunt, 2003).

Petersen e Lupton (1996) centram-se criticamente na emergência de uma “nova saúde pública”, avaliando as suas implicações para os conceitos de self, corporificação e cidadania. Argumentam que a nova saúde pública é utilizada como fonte de regulação moral e para distinguir entre o eu e o outro. Exploram também as implicações da crença modernista no poder da ciência e na capacidade dos especialistas para resolver problemas através de meios administrativos racionais que sustentam as estratégias e a retórica da nova saúde pública. As abordagens de saúde pública, desse modo, convidam as pessoas a se tornarem novos tipos de cidadãos – “cidadãos saudáveis”. Os autores argumentam, no entanto, que, a partir desta perspectiva, a moralidade é medida em

termos dos hábitos ou estilo de vida saudáveis de um cidadão (incluindo dieta, exercício, não uso de tabaco e álcool). Esta “nova moralidade” é emparelhada com uma nova consciência de que existem dinâmicas e desigualdades socioambientais, além do controle do indivíduo, que afetam a saúde e devem ser tratados em prol da saúde (fatores como poluição, produtos químicos perigosos, aquecimento global). A chave para o

Na promoção dessa nova saúde pública, o sucesso da gestão da saúde pública da população está escrito sobre o “corpo são”, que se tornou uma questão cada vez mais importante significante de valor moral; trabalhar no corpo tornou-se um meio crucial pelo qual o indivíduo pode expressar publicamente virtudes como autocontrole, autodisciplina, abnegação e força de vontade. Em suma, essas qualificações são consideradas importantes para ser um ser humano “normal” e “saudável”. Os autores argumentam, no entanto, que em vez de realmente melhorar a saúde pública, isso pode levar a uma preocupação narcisista consigo mesmo (Petersen e Lupton, 1996).

Essa nova saúde pública, sob a égide do neoliberalismo, parece estar minando a si mesmo, mudando sua ênfase da prevenção para a autossatisfação individual. Isso geram uma tensão entre intervenções governamentais (como vigilância, triagem, quarentena, vacinação) e direitos

individuais (liberdades civis), e essas questões muitas vezes parecem estar no centro dos debates de saúde pública contemporaneamente.

Esse imperativo pela gestão de si e da própria saúde, numa espécie de responsabilização individual de controle dos riscos por meio das escolhas de estilo de vida, pode estar contribuindo para embasar uma racionalidade cismática (Mota & Lima, 2022). A cisma, como um substantivo feminino, é uma palavra que só existe no português. Conforme explicam Mota e Pelaez (2021), em outras línguas que não a portuguesa, o uso do termo “cisma” só existe em correspondência ao substantivo masculino, que se refere à separação dos seguidores de uma religião (o cisma do Oriente), à divisão ou ruptura de um determinado grupo. De acordo com eles, cisma, enquanto um substantivo feminino, pode ser usada para designar a construção de uma explicação como uma “certeza absoluta sobre o mundo, um fenômeno, uma representação ou uma ideia fixa do mundo, ou sobre uma definição da ‘identidade’ ou ‘papel’ social de uma pessoa que é definida sem passar pelo aval da pessoa que é objeto de uma ‘cisma’” (Mota & Pelaez, 2021, p.220).

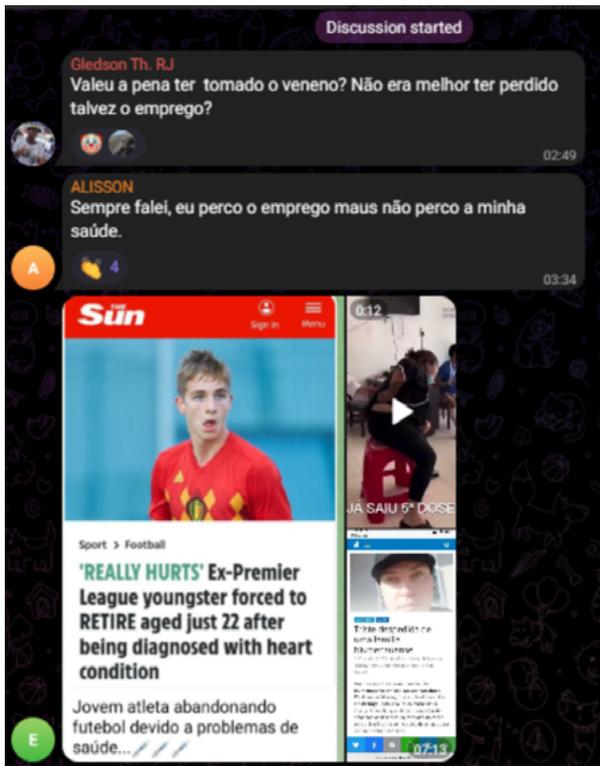
Cismar, portanto, não é desconfiar. Enquanto na desconfiança a suspeita sobre algo que se pensa ou sobre alguém é momentânea e passível de ser negociada entre os atores envolvidos, na cisma, por outro lado, se “suspende a

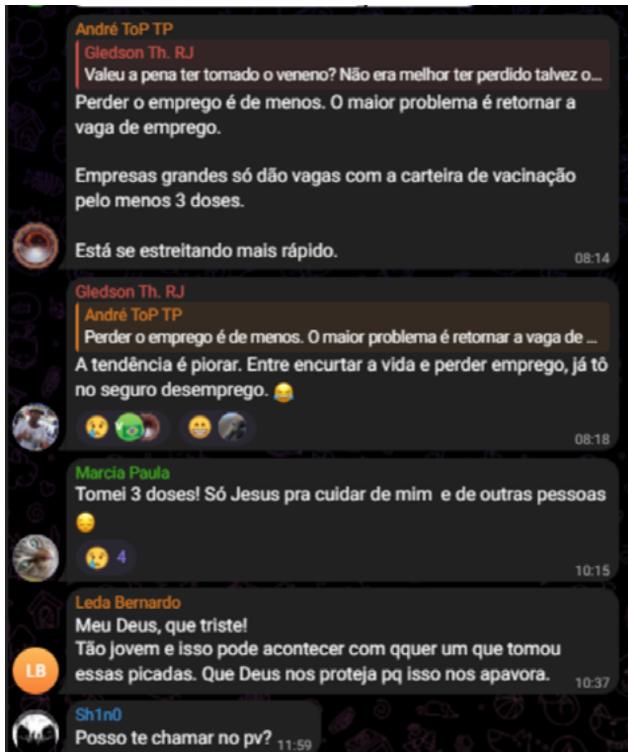
negociação e se imprime unilateralmente e arbitrariamente uma visão extremamente enrijecida sobre as coisas e pessoas, fazendo com que o ponto de vista do cismado petrifique-se de uma forma tal que nem a empiria, nem argumentos e fatos produzem mudanças” (Mota & Lima, 2022, p. 241). Em uma racionalidade cismática, portanto, as certezas se apresentam como elementos imutáveis.

Nayara e Ozana parecem não serem cismadas o suficiente. A cisma é um valor estruturante dos canais analisados, de tal modo que esses espaços se configuram como uma *comunidade cismada*. Nela, os indivíduos se agrupam guiam o indivíduo para o isolamento, consolidando sua suspeita de maneira inabalável, e nenhuma conversa terá efeitos sobre o objeto da *cisma*, ela não é modificada e se petrifica. Essa racionalidade se manifesta também na forma como os fatos se apresentam, não havendo espaço para a negociação do ponto de vista, pois o objeto da *cisma* se ensimesma, e, a partir dali, se fecha no interior daquilo em que se acredita, resultando em uma espécie de encapsulamento. Portanto, na esfera pública brasileira, a confiança transmuta-se em *cisma*, causando uma quebra nas relações de confiança típicas de uma sociedade moderna, uma vez que aqui são outras lógicas que configuram nossa maneira de nos relacionarmos com o outro (Mota & Lima, 2022). A *cisma*, então, estrutura a produção da verdade e está intimamente

relacionada à desinformação. Ela fica ainda mais evidente e, de certo modo, se dissemina graças às mudanças digitais, que concede outros contornos a essa maneira de agir e construir verdades no espaço público brasileiro. Tudo fica mais visível, mais público e mais acelerado. O digital estimula e reforça a *cisma*, pois publiciza para uma quantidade maior de pessoas a suspeita e de quem se suspeita, contribuindo para o aumento do número de adeptos e promovendo um sentimento de pertença entre aqueles que acreditam e suspeitam a mesma coisa. Isso demonstra como a resistência à vacinação na contemporaneidade tem um componente *anti-establishment* (Camargo Júnior, 2020), em que as pessoas passam a cismar com as informações provenientes de fontes consideradas tradicionais, como a ciência, o jornalismo e as instituições de saúde. Soma-se a isso uma forte crença no direito à liberdade individual, inclusive para se escolher se vacinar ou não.

Figura 4: Comentários ao vídeo de Nayara Sousa Botelho





André ToP TP

Marcia Paula
Tomei 3 doses! Só Jesus pra cuidar de mim e de outras pessoas 🍌

Uso de detox, coentro, zeólita... 12:29

Marcia Paula
Tomei 3 doses! Só Jesus pra cuidar de mim e de outras pessoas 🍌

Luiz Carlos:
<https://www.neurocienciasdnasser.com/post/o-ch%C3%A1-de-agulha-de-pinheiro-%C3%A9-a-resposta-para-o-derramamento-transmiss%C3%A3o-da-vac-cvd19>

Dr. Nasser 🙌🙌
Vou passar as qualificações dele

Dr. Jose Nasser, graduação em Medicina pela Universidade Federal Fluminense (1988), mestrado em Medicina (Neurocirurgia) pela Universidade Federal de São Paulo (1998) e doutorado em Ciências pela Universidade Federal de São Paulo (2005). Professor e Orientador do Curso de Pós-Graduação em Neurociências da PUC-RIO, Professor Afiliado da Columbia University Nova Iorque EUA. Orientador e Membro do Corpo Docente da PósGraduação Doutorado e Mestrado do INTO-RJ. Atualmente é responsável pelo Serviço de Neuromodulação do INTO e faz parte do grupo de Reconstrução CrânioFacial do INTO_RJ. Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Neurocirurgia, atuando principalmente nos seguintes temas: NEUROCIRURGIA, Tumores Cerebrais e Medulares, Hidrocefalia, DOR, Coluna, DBS, doença de parkinson, estimulação cerebral profunda, TOC e Neuromodulação. Membro da Sociedade Brasileira de Neurocirurgia e de Coluna e de Estereotaxia e Funcional. Membro da Sociedade Norte Americana de Coluna NASS, Membro do Congress of Neurological Surgeons e do American Association of Neurological Surgeons, Membro da Força Tarefa em Neurocirurgia do MDS, Membro do Congresso Mundial de Neurocirurgia WFNS.

 NEUROCIÊNCIAS NASSER

MÍDIA & DIMENSÕES DO TEMPO



Fonte: Vídeo postado no grupo "VIRUMANIA"
no Telegram em 29 de junho de 2023

No fluxo de comentários que vão sendo realizados depois da postagem do vídeo, é bastante rechaçada a ideia de que “antes meu emprego do que minha vida”. Muitos doque reclamam de que, naquele momento, algumas vagas de emprego estariam cobrando cartão de vacina para a contratação plena em alguns cargos. Em alguns momentos é lançado, nos comentários, algumas notícias (não sobre a vacina, mas sobre o aumento de alguns problemas de saúde causados por outras questões), da morte de algumas pessoas por problemas cardiovasculares, como infartos e miocardite. Esse é um tema bastante abordado no grupo “VIRUMANIA” e no “Reações Adversas”, em que pessoas afirmam, sem qualquer embasamento, que está acontecendo um aumento de pessoas (de todas as faixas etárias) com problemas relacionados ao coração. Em alguns grupos, são postados de forma massiva diversos artigos, em sua grande maioria em inglês, podendo ser usado como ferramenta a barreira linguística para a disseminação de informações falsas ou deturpadas, sobre o assunto, relacionando esse aumento com a vacinação.

O movimento antivacinação, como observo aqui, está cada vez mais a utilizar a linguagem das “liberdades civis” para enquadrar a vacinação como uma escolha individual, em vez de como um fator importante para a manutenção da imunidade coletiva e da saúde pública. Os membros, com frequência,

consideram as vacinas como parte de uma agenda globalista e uma violação dos seus direitos individuais e liberdades civis. Entram em choque os direitos e as liberdades garantidos na democracia liberal e o direito à vida e à saúde como um direito humano fundamental. Especialmente no contexto atual da crise da democracia liberal e da instrumentalização populista dos direitos civis para determinados objetivos políticos e o estado da infodemia – nas disputas pela verdade sobre ciência e saúde –, esta retórica antivacina também se combina com mensagens anti-máscara e anti-confinamento, para se ao que se considerada uma violação, pelo Estado, das liberdades civis.

Outra questão muito pautada em vídeos e comentários e que também é visto em dezenas de grupos de aglomerados de pessoas antivacina são os famosos protocolos *detox*: usos de produtos naturais que seriam responsáveis por tirar todas as “toxinas” que a vacina colocaria no corpo e que, de acordo com alguns médicos, iriam de metais pesados a vermes. Nos comentários do vídeo de Nayara, vários usuários falam sobre três produtos com essa finalidade: o MMS, o CDS e o antídoto. O MMS e o CDS seriam siglas em inglês para “Mineral Miracle Solution” (Solução Mineral Milagrosa) e para “Chlorine Dioxide Solution” (Solução de Dióxido de Cloro). O MMS é um composto de clorito de sódio e ácido cítrico, que juntos formam o dióxido de cloro, uma solução semelhante

à água sanitária e outros alvejantes. Ele é vendido com a propaganda de que curaria o autismo de crianças vacinadas e pessoas possivelmente foram afetadas pela vacina. O CDS é a solução de dióxido de cloro. A solução, no Brasil, é conhecida como saneante e foi vendida em diversos sites. O antídoto é uma receita vendida pela médica Juliana Varão. Essa é criadora do site “Arca do Reset”, que vende produtos prometendo de retirar a vacina do organismo, pelo preço de R\$10,00 mensais. Além de todas essas coisas, existem comentários em que é visto uma espécie de “receita médica” que foi dada pelo médico José Augusto Nasser. Na receita, é visto produtos naturais, produtos químicos e medicamentos contraindicados pela OMS e pela Anvisa para o tratamento de covid-19, mas que, dentro da receita são colocados como principais formas de combater a vacina. É muito curioso o deslocamento que se produz aqui: a preocupação não é com a doença, ou com o vírus, mas com a vacina. Eles queriam se proteger da vacina e não da doença. É frequente no grupo a presença de formas de anular os efeitos da vacina, para aqueles que estavam sendo obrigados a se vacinar para, por exemplo, manter empregos ou os filhos na escola.

Vejo um tipo de paciente-especialista que se dedicam às questões biomédicas, às alternativas à vacina e à retirada da vacina do organismo, para aqueles que por algum motivo tiveram de tomá-la. Esses membros se demonstram vidrados

pelas práticas antivacinais e altruístas com aqueles que perseguem o objetivo comum no grupo: melhorar a gestão da saúde e promover formas de proteção em relação às vacinas.

O que esses comentários nos ajudam a entender é que essas comunidades tendem a ser unidas por alguns desejos, interesses e concepções compartilhadas do mundo. Esta aglomeração online e um recuo geral para as comunidades dos que pensam da mesma forma produz uma situação em que basta que uma afirmação contrária para ser duramente rechaçada. A autovalidação de comunidades online com base em afirmações de verdade é a fortalecida pelo fato de que o conteúdo gerado pelo usuário, seja postados por indivíduos comuns ou por líderes de opinião de vários tipos, coexiste no mesmo nível do conteúdo criado por organizações de mídia estabelecidas, apesar de potencialmente diferir enormemente em sua qualidade. Nesse ambiente, a seleção de informações baseia-se menos na sua autoridade e mais na sua ampla circulação baseada em crenças compartilhadas. Formas modernas de autoridade, particularmente com base na credibilidade da fonte (credenciais individuais, reputação institucional, sistema perito etc.) não são mais suficientes, porque qualquer coisa pode ser contrariada, e a dúvida sempre pode ser semeada, arrastando qualquer discurso em uma guerra polarizadora de fatos, ou seja, empurrando a produção de discurso para a dimensão afiliativa. Afinal,

a realidade percebida do risco na vida cotidiana é uma construção social que sempre incorpora valores culturais, orientações éticas e elementos de enviesamento político. As crenças culturais sobre o risco dizem respeito às formas como os indivíduos respondem à compreensão de que vivem num mundo em que as vacinas, ao que lhes parece, promove demasiado sofrimento.¹⁴

Neste sentido, há uma preocupação particular em deixar claras as formas pelas quais eles nos comentários apresentam o significado das suas aflições. Tais membros dos canais realçam as experiências de sofrimento humano que envolvem muito mais do que a biomecânica da dor, mas sobretudo o significado moral. Por isso, frequentemente, as pessoas que sofrem as consequências de tomarem vacina são criticadas justamente por terem se vacinado. Elas ao mesmo tempo testemunham os tais efeitos adversos das vacinas e em seus corpos do equívoco de tomarem a escolha pela vacinação.

Outro vídeo que se destacou nessa observação é de Antonia Maria dos Santos Queiroz. Nesse vídeo, publicado no canal “Reações Adversas” em 19 de agosto de 2022, há fuma novidade: aliar o testemunho à prova documental. O vídeo se mostra mais como um compilado de informações e documentos dela (Figura 5). Dentro dele, temos imagens dela

14 Estou inspirando a minha reflexão aqui nas noções de perigo, risco e aflição trabalhadas por Mary Douglas (2015) e Veena Das (1997).

sendo vacinada e com máscara, uma foto dela de muletas e com uma das pernas imobilizada por uma bota ortopédica. Trata-se de um vídeo com forte apelo sentimental, seu cartão de vacina e um laudo médico um tanto desconfiável. Um momento do texto tem um texto em inglês que conta um pouco da história de Antônia. Nele temos as informações de que ela seria uma pessoa saudável e ativa aos 48 anos de idade. Após quase 40 dias da aplicação da vacina, em junho de 2021, ela foi encontrada no chão de sua casa tendo que ser levada para o hospital. Lá, após alguns dias de exame, foi confirmado que ela teria tido um acidente vascular encefálico isquêmico e estaria com trombose de seios cerebrais (informações presentes no laudo médico). Além disso, os últimos trechos do texto fazem um apelo às pessoas que estão lendo, que façam o exame com um hematologista e que caso queiram ver os exames e laudos de Antônia que mandem mensagem para a página. Já o laudo médico é algo a parte, nele podemos ver os exames feitos por Antônia em um dos hospitais da Rede SARAH, em Fortaleza.

A segunda parte do vídeo traz Antônia com sequelas decorrentes do acidente vascular encefálico isquêmico e da trombose de seios cerebrais. A força testemunhal, aqui, está no corpo dela, na presença dos sintomas, na dificuldade para falar, em ter que reproduzir a fala de outro, ditada para ela, que parece não conseguir formular seu relato sozinha.

O vídeo teve 42.700 visualizações, no momento da observação e coleta na pesquisa. O canal Reações Adversas contava no Telegram com 10.200 inscritos em 19 de agosto de 2022. Tinha como descrição o seguinte: “reações adversas suspeitas relacionadas a vários produtos farmacêuticos”. Apesar da descrição ampla, as vacinas contra a covid-19 ocuparam a maior parte das publicações e interações no canal.

Figura 5: Trecho do vídeo de Nayara Sousa Botelho



Fonte: Vídeo enviado no canal Reações Adversas em 19 de agosto de 2012

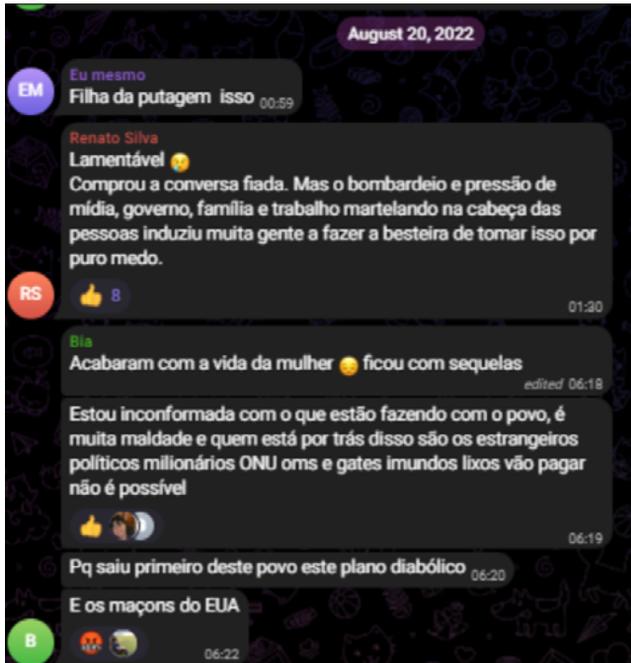
Os comentários indicam mais uma vez a responsabilização individual pela vacina. Nesse momento, ela aparece de modo

menos enfático e mostram alguma solidariedade com a situação dela: “comprou a conversa fiada”, “acabaram com a vida da mulher”, “ONU, OMS e [Bill] Gates imundos”. Outros apresentam outros aspectos, como o falecimento da atriz Cláudia Jimenez em 20 de agosto de 2023 estar associada ao fato de ela ter se vacinado. Alguns comentam que ela já ter “problemas cardíacos”, mas que foram complementados pelo fato de que todos os problemas de saúde foram piorados (Figura 6).

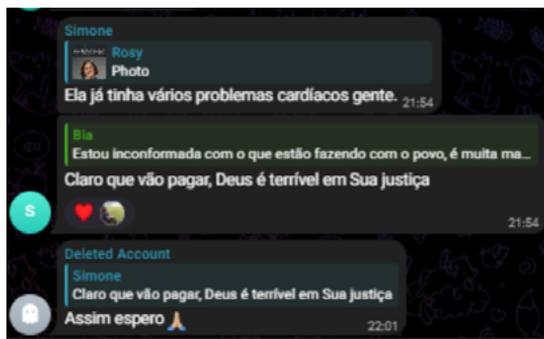
Essa parte do vídeo, como comentada no canal, procura combinar traços de uma “autoridade especializada” pelo consumo de informação online informação com a corpo vulnerável de Antônia, que estaria genuinamente sofrendo de pessoas que vivenciam extremos de violência, dificuldades materiais e convulsões sociais. Essa realidade vivida do sofrimento está materializada nas sequelas no corpo, no rosto, filmado em close.

O que se dá, a partir deste vídeo, no canal, é um debate sobre o risco de se vacinar como um termo substituto para evocar conhecimentos e outras experiências de sofrimento, ou melhor, um dispositivo para se envolver num debate sobre as consequências da vacinação vividas por indivíduos em suas interações com médicos e informações diversas sobre saúde.

Figura 6: Comentários ao vídeo de Antônia Maria dos Santos Queiroz



MÍDIA & DIMENSÕES DO TEMPO



Fonte: Vídeo postado no grupo "Reações Adversas" no Telegram em 29 de junho de 2023

Em uma racionalidade cismática, portanto, as certezas se apresentam como elementos imutáveis. Os canais se constituem, portanto, em espaços em que eles podem trazer seus pensamentos à tona sem medo de julgamentos. Noto que, ao invés de tomá-los e classificá-los de antemão como negacionistas a partir das premissas que pressupostamente eles negam, eles estão em busca de espaços de afirmação e reafirmação para dar voz e repercussão aos seus pontos de vista recorrentemente negados pelos outros (nesse caso, sobretudo pelas instituições de saúde e de ciência). Nesse exercício, invertamos a posição e os sinais utilizados. Percebo que a emoção é importante não só como parte constituinte do dado construído, mas também é acionada para efetivar a cisma e os espaços em que os membros desses canais se sentem confortáveis para expressar suas ideias sobre o mundo. Os canais analisados se apresentam como espaços de afirmação de si e legitimação de seus afetos, crenças e valores.

A maior parte dos usuários dos canais recorre frequentemente à experiência e aos sentidos imediatos, e à trajetória de vida pessoal e suas moralidades cotidianas – o que Van Zoonen (2012) chamou de *i-pistemology*, ou “*eupistemologia*”. Nos grupos do Telegram, por exemplo, nota-se um retorno do “*ver para crer*” (Sacramento e Paiva, 2020). Entre todas as mídias circuladas, os vídeos, especialmente

quando gravados por pessoas comuns, pareciam carregar um grau de realidade maior por gerarem a ilusão de uma representação direta dos eventos. Essa experiência de não-mediação é também temporal: é como se os eventos chegassem “diretamente” em seus smartphones quando acontecem. Além disso, vídeos são supostamente menos falsificáveis, e, portanto, equiprováveis, que textos, imagens ou áudios, visto que dão uma ideia de completude corporal e da realidade mostrada por meio do registro da imagem e som em movimento. No vídeo de Antônia, adicionalmente, há, na edição, a presença de documentos que comprovariam o que é dito: a relação entre a vacina e o adoecimento.

As eu-pistemologias emergem a partir da crise de confiança nas formas de produzir realidade a partir do método científico, avançando em seu lugar a legitimidade da experiência individual, da trajetória de vida, dos sentidos imediatos, dos afetos e das intuições. Um entendimento comum durante a pandemia, por exemplo, era o de que quem “viveu” ou “sobreviveu” por meio do uso do tratamento precoce ou de outros tratamentos tidos como alternativos era alguém que não tinha cedido aos “imundos” da ONU, da OMS e da Anvisa, mas tinham se mantido firmes nos seus valores e crenças. A força dessa tendência entre os eleitores de Bolsonaro, e sua confluência com pensamentos conspiratórios, não é fortuita: desde 2018, sua campanha

vinha produzindo conteúdos com o fim explícito de deslegitimar a universidade, os cientistas e o jornalismo profissional (Cesarino, 2022).

Já os vídeos de Ozana e Nayara são mais parecidos no aspecto de usar de recursos do amadorismo como forma de produção de autenticidade. A câmera está em plano fechado, bem próxima do rosto delas, de modo que ele ocupa quase toda a cena, sem deixar grandes espaços à sua volta, o que aumenta a dramaticidade e a autenticidade. Os vídeos incorporam estratégias da produção de intimidade: “o *vlog*, diário pessoal, transmite, no espaço público da internet, histórias e dramas relacionados à vida pessoal de seus autores” (Lana, 2017, p.1363). Potencializada pelo seu caráter amador, os vídeos realçam a experiência de pessoas comuns. A verdade produzida por esses vídeos está presente na simulação de transmissão ao vivo, do amadorismo, na fala direta para a câmera, como se fosse de algo que acontece tal como está acontecendo, em seu próprio cenário, em que as coisas parecem sempre mais verdadeiras na medida que mais simples.

O vídeo de Antônia, por sua vez, a partir da segunda parte está todo estruturado em close-up, para destacar os possíveis efeitos da vacina em rosto e no seu corpo (no desempenho motor e cognitivo, uma vez que, pelo vídeo, sua dificuldade não é apenas na fala, mas na elaboração da fala).

As construções de doença em torno do “corpo vulnerável” de Antônia se tornam foco de tensão entre as instituições de saúde e as comunidades cismadas. Trata-se de um senso comum tomar o corpo como lócus de enunciação de doenças e sofrimentos na medida em que ele apresente sintomas. Nesse ponto, talvez seja pela gravidade apresentada pelo corpo debilitada que há poucos comentários sobre a responsabilização de Antônia pela sua dor, diferentemente dos vídeos sobre os vídeos de Ozana e Nayara.

Considerações finais

Uma das características mais contundentes observadas nos canais observados é a produção da cisma que impele qualquer enunciado sobre vacina que advenha de instituições de ciência e saúde como “imundas”, “perigosas”, “mentirosas” e “inimigas” (a OMS, a ONU, a Anvisa, para citar algumas), que funciona num sistema fechado que não confere fiabilidade a qualquer narrativa exterior como verdadeira. A verdade vem das experiências, das opiniões e das crenças pessoais, fazendo de tais canais um espaço de encontro para interações e conexões entre seus membros. As posições enunciativas comuns para a afirmação desse microssistema social cismado baseado na realidade da própria comunidade estão na desqualificação das mulheres que se vacinaram e ti-

veram sequelas, uma vez que seriam responsáveis por se deixarem ser enganadas e tomarem a vacina. Com exceção dos comentários dos vídeos de Antônia, pelo forte apelo emocional promovido pelo testemunho corporal em vulnerabilidade e sofrimento, os as mulheres dos outros vídeos não receberam acolhimento e empatia. Há, pelo contrário, a responsabilização pelo próprio sofrimento, uma vez que realizou uma escolha, naquele grupo, considerada errada.

A opinião comunitária é motivada pela cisma em relação a diversos aspectos da realidade, como a vacinação contra a covid-19. A realidade, assim, é manipulada e percebida (ou mesmo realizada) para fins políticos. Nessa condição, a comunidade se torna o lugar mais seguro para expressar opiniões e se encontram com quem compartilha das mesmas crenças e valores. Os membros da comunidade são mobilizados para uma vitória na “guerra cultural” que estabelece o código amigo-inimigo como forma de formar e instar sentimentos de aversão e ódio a determinadas instituições e agentes de ciência e saúde.

Os julgamentos sobre quais fenômenos devem ser chamados de “riscos” são influenciados pelo contexto social e cultural e pela experiência pessoal, incluindo as sensações incorporadas que são definidas como emoções. As culturas e entendimentos de risco não são estáticos; não são necessariamente previsíveis; não seguem necessariamente

modelos preditivos de comportamento; eles podem se contradizer. Quando os indivíduos avaliam os riscos ou decidem o que é um risco, estão a fazer avaliações do significado social dos fenômenos e do seu lugar dentro das normas culturais. Eles estão decidindo como esses fenômenos são coerentes com os seus valores sobre o que é aceitável e inofensivo em relação ao que é perigoso ou ameaçador. Eles estão fazendo julgamentos baseados em sensibilidades afetivas e estéticas que incorporam aspectos como gosto pessoal e senso de estilo, posições políticas, pertencimento a subculturas, suposições desarticuladas, imaginação, intuição e afetos pré-conscientes e a interpretação de sinais e símbolos. Nesses canais, a vacina é vista e se apresenta como risco à saúde. Nesses canais, todos se ligam às redes de websites enfaticamente assertivos acerca das vacinas e seus efeitos colaterais de causalidade dúbia, mas que ofertam sentidos, de alguma forma, organizadores como modelos de prevenção e acusação. Como relatei, muitos também frequentam o mercado livre das terapias complementares, assim como de inúmeras panaceias, erigido a partir da incompletude de sentidos e resíduos de fatos científicos reorganizados em novos sentidos, em prol dos valores estruturantes das crenças sobre a verdade nesses canais.

Cabe-me lembrar que as dimensões biográficas do risco não são novas. Elas realçam múltiplas de identidade

e de subjetividade, desde o processo de configuração a partir da década de 1970 da “nova saúde pública” (Petersen e Lupton,1996). Por exemplo, Lash e Wynne (1992, p.7) comentam sobre a resposta multifacetada ao risco por parte dos leigos como uma forma de reflexividade privada, que, argumentam eles, “deve ser a base para suas formas mais públicas”. De acordo com sua formulação, isso sugere o desenvolvimento de um questionamento dos conhecimentos especializados e confunde as fronteiras entre o privado e o público, porque, embora os riscos possam ser debatidos ao nível da especialização e da responsabilidade pública, eles são tratados pela maioria dos indivíduos ao nível do local, do privado, do cotidiano e do íntimo. Isto levanta a questão, para Lash e Wynne (1992), sobre onde e como surge e como se expressa a reflexividade que desafia a modernidade. Ou seja, quais são as fontes e a dinâmica social das formas de reflexividade? A pesquisa de Lupton e Tulloch (1998) com jovens em relação ao risco específico de HIV/Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis sugerem que, dependendo do contexto, as pessoas oscilam entre depositar a sua confiança em conhecimentos especializados e acreditar nos seus conhecimentos pessoais sobre si próprios, o corpo e os outros. Às vezes, os sistemas especializados são valorizados face aos riscos para a saúde, como o HIV/Aids; noutros casos, são desafiados ou abandonados por conhecimentos mais

experienciais, incorporados e fundamentados; em outros ainda, as ofertas de ambos são avaliadas em combinação. Isto então levanta a mais uma questão de reflexividade em torno dos nossos discursos de especialistas e das narrativas cotidianas dos entrevistados. Fazer questão de contar históricas privadas também é uma responsabilidade pública ou de levar a público como um alerta.

As afirmações de verdade que vêm da “epistemologia do eu” têm agora plataformas muito mais amplas e intensas do que nunca. A internet é um grande multiplicador que não só oferece fácil acesso a todos que desejam divulgar a sua própria verdade, mas também permite conexões mais rápidas entre essas verdades. Contudo, como aqui foi abordado, estas ligações tendem a assumir a forma de demonstrações (sobretudo pelo testemunho audiovisual, em áudio e vídeo, de corpo presente, ou mesmo como apresentação de documentos como no vídeo de Antônia). O diálogo, a deliberação, a discussão ou mesmo o confronto parecem ser mais raros em comunidades cismadas do que simplesmente postar um comentário ou vídeo para que outros aceitem, performando a própria identidade sem muito interesse na dos outros quando lhes é errada ou oposta.

A dimensão testemunhal é apareceu nas interações analisadas para este texto de modo oposicional. Os testemunhos nos vídeos são antivacinais na medida em que

se valem das experiências vividas relatadas para associarem os sofrimentos e as doenças acometidas como geradas pelos efeitos adversos das vacinas. A ênfase no eu como uma posição de autoridade a partir da qual se pode falar não prejudica, contudo, a difusão das representações midiáticas nos discursos leigos: embora a afirmação da verdade difundidas pelas empresas de comunicação dominantes e pelas instituições científicas nacionais e internacionais sejam recorrentemente contestadas, os atores sociais ainda dependem dos meios de comunicação social para recolher conhecimento e combinam as representações mediáticas com experiências pessoais, informações trazidas por determinados médicos, outras buscadas em sites e periódicos científicos e o boca-a-boca. Além disso, os comentários dos membros, em geral, colocaram a experiência relatada por aquelas mulheres sob o signo do equívoco, da ação baseada má-informação e da escolha ruim. Assim, aquelas mulheres são responsabilizadas por terem escolhidos se vacinarem. A autoridade da experiência, aqui, está aqui não no testemunho corporal das alegadas vítimas das vacinas, mas está sobretudo na perícia informada online pelos membros – em comunidades cismadas.

Referências bibliográficas

- Althusser, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- Androutsopoulos, J. Potentials and limitations of discourse-centred online ethnography. **Language@Internet**, vol. 5, 2008.
- Arfuch, L. **La vida narrada**. Villa María: Eduvim, 2018.
- Budgeon, S. Making feminist claims in the post-truth era: the authority of personal experience. **Feminist Theory**, 22(2), 248-267, 2021.
- Bulmer, M. The ethics of social research. In: GILBERT, N. (eds.). **Researching social life**. London: SAGE, pp. 45-57, 2001.
- Camargo Júnior, K. R. Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na internet. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, sup. 2, p. e00037620, 2020.
- Cesarino, L. **O mundo do avesso: verdade e política na era digital**. São Paulo: UBU, 2022.
- Damatta, R O ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. In: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- Diethelm, P.; McKee, M. Denialism What Is It and How Should Scientists Respond. **European Journal of Public Health**, 19, 2-4, 2009.
- Eagleton, T. **Marxism and literary criticism**. Berkeley: University of California Press, 1976.

Forberg, P. L. From the fringe to the fore: an algorithmic ethnography of the far-right conspiracy theory group QAnon. **Journal of Contemporary Ethnography**, 51, 291–317, 2022.

Foucault, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

Goertzel, T. (1994). Belief in conspiracy theories. **Political Psychology**, 15(4), 731–742.

Hunt, A. Risk and Moralization in Everyday Life. In: ERICSON, R., DOYLE, A. **Risk and morality**. Toronto: University of Toronto Press, 2007.

Hunter, J. D. **Culture Wars**. New York: Basic Books, 1992.

Imhoff, R., Bruder, M. Speaking (un-)truth to power: conspiracy mentality as a generalised political attitude. **European Journal of Personality**, 28(1), 25–43, 2014.

Imhoff, R.; Bruder, M. Speaking (un-)truth to power: conspiracy mentality as a generalised political attitude. **European Journal of Personality**, 28(1), 25–43, 2014.

Lana, L. Heroínas pós-feministas: as contradições da produção audiovisual feminina no YouTube. **Estudos Feministas**, v. 25, p. 1359-1371, 2017.

Lynch, M. We have never been anti-science: reflections on science wars and post-truth. **Engaging Science, Technology, and Society**, n. 6, p. 49–57, 2020.

Maslen, S., Lupton. D. ‘Keeping It Real’: women’s enactments of lay health knowledges and expertise on Facebook. **Sociology of Health & Illness**, v.41, n.8, p. 1637-1651, 2019.

Merrett, F. Reflections on the Hawthorne Effect. **Educational Psychology: An International Journal of Experimental Educational Psychology**, v.26, p.143-146, 2006.

Miranda, B. C.. A conspiração como pilar político das novas direitas: reflexões sobre o bolsolavismo. **Revista de História da UEG**, v. 10, p. 1-22, 2021.

Miskolci, Richard. Beyond science denialism: disinformation during the Covid-19 pandemic. *Sociologias (UFRGS)*, v. 25, p. 1-26, 2023.

Monari, A.C.; Araújo, K.; Souza, M.; Sacramento, I. Disputas narrativas e legitimação: análise dos argumentos de Bolsonaro sobre vacinação contra Covid-19 no Twitter. **LIINC EM REVISTA**, v. 17, p. e5707, 2021.

Mota, F. R.; Kant de Lima, R. Pega na mentira: notas antropológicas sobre tempos inquietantes. **Reciis - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, v. 16, n. 2, p. 227-246, 2022.

Mota, F. R.; Pelaez, D. V. “Entre travessas e travessias”: uma análise antropológica sobre a cisma e o lugar-comum. **Terceiro Milênio: Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 17,n. 2, p. 216-227, 2021.

O'Reilly, K. **Key concepts in ethnography**. Londres: Sage, 2009.

Oliveira, R. P. O negacionismo científico olavista: a radicalização de um certo regime epistemológico. In: Klem, B. S.; Pereira, M.; Araújo, V. (orgs.). **Do Fake ao Fato: (des) atualizando Bolsonaro**. Vitória: Mil Fontes, 2020.

Ribeiro, A.P.G; Sacramento, I. **Televisão e memória**. Rio de Janeiro: Ed. MauadX, 2020.

Rocha, J. C. de C. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2023.

Sacrameanto, I. A era da testemunha. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 7, p. 125-140, 2018.

Sacramento, I.; Soares, R. P. A. Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil. **MATRIZES**, v. 14, p. 79-106, 2020.

Sacramenato, Igor; Falcão, H. G.; Leiroz, F. E quando não eram fake news? Boato e cisma sobre vacinação no Brasil de 1999/2000. **Animus**, v. 21, p. 188-206, 2022.

Sacramento, Igor; Falcão, H. G.; Monari, A. C. Entrando no campo da desinformação: emoções conflitantes e os limites da relativização. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. e230456pt, 2023.

Sarlo, B. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Schmid, P.; Betsch, C. Effective strategies for rebutting science denialism in public discussions. **Nature Human Behaviour**, v.3, p.931-939, 2019.

Schori-Eyal, N., Klar, Y., Ben-Ami Y. Perpetual ingroup victimhood as a distorted lens. **European Journal of Social Psychology**, n.47, p.180-194, 2017.

Scott, J. W. “Experiência: tornando-se visível”. In: SILVA, A. (orgs). **Falas de Gênero**. Florianópolis: Mulheres, 1999.

Van Zoonen, L. I-pistemology: changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, v. 27, n. 1, p. 56-67, mar. 2012.

Williams, R. **A política e as letras**. Bauru: Editora da Unesp, 2013.

_____. Notas sobre o marxismo na Grã-Bretanha desde 1945. In: WILLIAMS, R. **Cultura e materialismo**. Bauru: Editora da Unesp, 2005.

_____. **Palavras-chave**. São Paulo: Boitempo, 2007.

Wright, C. Post-Truth, Postmodernism and Alternative Facts. **New Perspective**, vol.26, n.3, 2018.

Capítulo 3

As dimensões do Tempo em uma ordem contemporânea *retrotópica*

Ana Regina Rêgo¹⁵

Ranielle Leal¹⁶

As digressões sobre o tempo e as temporalidades contemporâneas que derivam do processo tecnológico e mercadológico, que por sua vez, impõe uma plataformação da vida por um lado, e, uma degradação do ecossistema de gaia na denominada era do antropoceno, por outro, nos levaram em momentos anteriores a explorar a natureza do tempo a partir da hermenêutica de Paul Ricoeur (Rêgo e Leal, 2019) e de sua fenomenologia do tempo (Rêgo e Barbosa, 2019), como também, a dissecar as categorias meta-históricas koselleckianas (Rêgo e Leal, 2023) e confrontá-las com o pensamento da ancestralidade brasileira (Leal e Rêgo, 2024) e nos levaram ainda a um mergulho na contemporaneidade tecnológica e suas consequências mais nocivas como a desinformação e o ódio (Rêgo, 2024).

15 Professora PPGCOM-UFPI. Pesquisadora CNPq. Pesquisadora Associada IbiCT. Coordenadora da Rede Nacional de Combate à Desinformação. Coordenadora NUJOC-UFPI.

16 Jornalista pela UFPI. MBA em Recursos Humanos- FGV-RJ. Mestre em Processos Comunicacionais-UMESP. Doutora em Comunicação- PUC-RS. Pesquisadora NUJOC-UFPI.

As dimensões do tempo podem ser acionadas em distintas perspectivas. Na física, a ruptura para um repensar o tempo e sua relação com o espaço, se deu a partir da teoria da relatividade de Einstein que combinou as três dimensões do espaço (comprimento, largura e altura) com o tempo, que passou a ser a quarta dimensão do espaço, formando um único tecido quadridimensional, no qual os eventos cosmológicos são descritos em termos de quatro coordenadas: três espaciais e uma temporal (Einstein, 2015).

Na filosofia, a visão de Agostinho sobre o tempo que já exploramos em alguns dos textos anteriores acima mencionados é uma das mais acessadas tendo em vista a internalização da percepção da experiência temporal. O triplo presente, a saber: presente- passado (memória), presente-presente (visão) e presente-futuro (esperança) convocam uma das mais belas e profundas provocações sobre o tempo. Contudo, o presente observado por Agostinho é paradoxal, pois nem possui duração, já que é instante que imediatamente passa do passado para o futuro, quanto é contínuo e se espalha pelo triplo temporal proposto por ele, em contraposição à tridimensionalidade cronológica: passado, presente e futuro.

A aporia agostiniana que problematiza a natureza do tempo, até então concebida numa perspectiva aristoteliana e, portanto, cosmológica e vinculada aos eventos da natureza

e da física, passam a ter outras dimensões, não apenas externas ao ser, mas também internas.

A natureza do tempo e suas dimensões em Agostinho (2015) possuem assim, uma característica de experiência subjetiva e que, portanto, não existe fora da percepção humana. Contudo, a sua aporia sobre o tempo, traduz as incertezas que atravessam os sentidos de tempo e de temporalidade. Ao afirmar que se ninguém o perguntar sobre o que é o tempo, ele tem a certeza de que sabe, mas se alguém o perguntar, ele não saberá definir, Agostinho revela que suas convicções sobre o tempo da alma são tanto subjetivas quanto não possuem um contorno conceitual.

Já Aristóteles (2023) aborda a noção de tempo em sua obra “Física”, especificamente no Livro IV. Sua análise do tempo é uma tentativa de entender a relação entre tempo, movimento e mudança. Este filósofo define o tempo como uma medida do movimento ou da mudança, quantificado em termos de um antes e um depois. Ele vê o tempo como algo que não existe de forma independente do movimento. Para este filósofo grego, sem movimento ou mudança, o tempo não poderia ser percebido ou medido (Rêgo e Barbosa, 2019).

Para Aristóteles, o tempo está intimamente ligado ao movimento. Onde há movimento, há tempo, porque o movimento é o que permite a percepção de uma sequência de eventos. No entanto, Aristóteles distingue o tempo

do movimento, afirmando que o tempo é a medida do movimento, não o próprio movimento. O movimento pode parar, já o tempo não para (Rêgo e Barbosa, 2019). O tempo é contínuo, assim como o movimento dos astros. Ele compara o tempo a uma linha, que é divisível infinitamente, sem partes indivisíveis. Esta continuidade implica que o tempo é um fluxo ininterrupto, sem lacunas ou pausas, refletindo a natureza contínua do movimento (Aristóteles, 2023).

A abordagem de Aristóteles sobre o tempo é fundamentalmente diferente da de Agostinho. Enquanto Agostinho vê o tempo como uma experiência subjetiva da mente humana, uma vivência da alma, da *animi*, Aristóteles vê o tempo como uma medida objetiva do movimento e da mudança no mundo físico. Essa diferença reflete as abordagens mais empíricas e objetivas de Aristóteles em contraste com as reflexões mais introspectivas e teológicas de Agostinho. A percepção das distinções entre Aristóteles e Agostinho é explorada por Ricoeur (2010) na construção de sua proposta de uma fenomenologia do tempo em que a abordagem de Agostinho encontra com a de Aristóteles. Agostinho, com sua ênfase na experiência interior e subjetiva do tempo e Aristóteles, com sua análise do tempo como uma medida do movimento, representam polos que Ricoeur (2010) tenta conciliar em sua dialética imperfeita nos volumes 1 e 3 de *Tempo e Narrativa*.

Esta breve introdução sobre as diferentes percepções das dimensões do tempo na física e na filosofia, ambas já trabalhadas por nós em outros contextos e textos, serve tão somente de largada para chegarmos ao nosso objetivo neste artigo que está concentrado na ordem de um tempo retrotópico em que os contemporâneos apresentam um desejo de passado, mas colocam nesse passado experiencial um desejo de presente, como se o passado guardasse os segredos de um ideal humano e social. O crítico da pós-modernidade e criador da nomenclatura modernidade líquida, Bauman, nos oferece o substrato onde podemos depositar nossas críticas ao presente iliberal, ultraconservador e violento e sua adesão à retrotopia.

A Retrotopia e a cegueira do presente em relação ao passado na disputa pelo futuro

Hoje estão emergindo “Retrotopias”: visões instaladas num passado perdido/roubado/abandonado, mas que não morreu, em vez de se ligarem a um futuro “ainda, todavia por nascer” e, por isso inexistente, como foi o caso da sua ancestral (Utopia), duplamente repudiada.

Bauman, 2017-a

Quando pensamos na relação entre a mídia e as dimensões do tempo temos como mola propulsora nessas primeiras décadas do século XXI, a inerência da potencialização da participação das tecnologias da informação e da comunicação na vida das sociedades, mas, principalmente, na entrada direta de tais estruturas e ferramentas tecnológicas no cotidiano dos indivíduos que como apontam Morin (2005) e Bauman (2017-a), abandonaram o senso de coletividade e comunidade e passaram, à partir das imposições mercadológicas e tecnológicas, a viver numa lógica do individualismo.

As tecnologias, por um lado, e, a globalização econômica e cultural, por outro, aceleram o nivelamento temporal dos indivíduos incluídos digitalmente e aprofundam o abismo social entre esses e os excluídos digitais, que antes de tudo, são excluídos de todos os direitos sociais.

Em um processo crescente de exploração de uma imagética do ser em detrimento da construção do pensamento crítico coletivo, temos como nervo central que paulatinamente vem transformando as relações entre indivíduos, sociedade e mídia, as estruturas tecnomercadológicas conhecidas como plataformas digitais e que tem imposto uma ubiquidade na vida dos cidadãos.

Os indivíduos em suas temporalidades (Heidegger, 2015) vivenciam um acelerar constante e em certa medida, o espaço enquanto *locus* da experiência temporal, proporciona

um estágio de compressão simbólica que permite que as informações e os processos comunicativos se aproximem em *real time*. Ao criticar a aceleração tecnológica que ocasiona a aceleração das temporalidades e acarreta em complexas consequências, inclusive, para a saúde mental dos indivíduos, Rosa (2019-a) argumenta que a aceleração da vida moderna, impulsionada por avanços tecnológicos e mudanças sociais rápidas, leva a uma profunda sensação de alienação. Essa alienação se manifesta na desconexão pessoal, na superficialidade das interações e na sensação de perda de controle sobre a própria vida. Para Rosa (2019-b), a busca por ressonância, ou seja, por experiências significativas e conectadas, é essencial para contrabalançar os efeitos alienantes da aceleração.

No contexto da aceleração intermitente em que vivemos, as sociedades exploram o novo *locus* (plataformas digitais) que permite um novo existir humano na plataformização da vida (Van Dijck *et al.*, 2018). Nesse ínterim, os indivíduos se apropriam das estratégias de marketing dos modelos de negócios das *big Techs* para conseguir visibilidade e viralizar nas redes com discursos violentos e desinformação, enquanto desejam valores de um passado, muitas vezes muito remoto, portanto, um desejo anacrônico e desagregador.

É aí que a extrema direita, não somente brasileira, mas em escala mundial tem colocado em debate na ágora das redes

sociais digitais uma escala de valores morais de experiências passadas complexas, muitas vezes escravocratas, racistas e voltadas para a regulação dos corpos (Foucault, 2002).

Entra em jogo a velha dicotomia da governança dos Estados e das sociedades, qual seja: o equilíbrio entre liberdade e segurança (Bauman, 2017-a), ambas consideradas na balança da estruturação histórica dos modelos democráticos.

Desde o final do século XX que existiam sinais claros de que os modelos democráticos vigentes não estavam atendendo à contento a juventude e outras parcelas das sociedades em vários países, como nos Estados Unidos, Alemanha, Inglaterra e mais recentemente, Brasil (Rancière, 2014; Mounk, 2019; Rêgo e Barbosa, 2020).

A insatisfação crescente tem se transformado em medo e angústia pelo futuro. De um lado, os mecanismos estruturais democráticos que não conseguem inserir os cidadãos e as cidadãs que estão à margem da sociedade na estrutura de direitos sociais, deixando-os à mercê do acesso a direitos básicos como educação, saúde, moradia e possibilidade de construção de sua própria sustentabilidade. De outro, as elites e seu medo do futuro, acionado a partir da possibilidade das minorias historicamente excluídas, ascenderem socialmente, a partir das políticas de cotas inclusivas que são ações políticas que uma parte considerável da sociedade assimila como algo que pode lhes ameaçar. Há ainda a pauta moral

explorada exaustivamente pelos conservadores radicais como se, por exemplo, a educação sexual fosse influenciar as crianças em suas futuras escolhas relacionais sexuais.

Para além do que consiste em ameaça real e do que é explorado pelos conservadores, há no horizonte a relação predatória de um mercado neocapitalista extremo que extrai e explora o meio-ambiente levando-o ao cansaço e à exaustão, mas como nos diz Krenak, em outras palavras, gaia se reinventa e renasce, já a humanidade não possui esse mesmo poder. Logo se há futuro ele é ancestral (Krenak, 2022).

Todo esse complexo cenário descrito acima, nos leva ao paradoxo que Bauman traz para seu livro *Retrotopia* e que tem a análise de Benjamin (2012) sobre os eventos catastróficos do início do século XX, como base de interlocução. Benjamin parte da arte de Paul Klee, *Angelus Novus* (abaixo) para dissecar as fissuras do século XX e Bauman (2017) parte da análise de Benjamin, para inverter o olho do tempo em direção ao futuro de Veck, o século XXI e suas vértebras quebradas (Agamben, 2009).



Angelus Novus
Paul Klee (1920)

O rosto do anjo da História está voltado para o passado, onde nós percebemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe indivisa, que não cessa de juntar destroços e lançá-los diante de seus próprios pés. O anjo gostaria de ficar, ressuscitar os mortos e restaurar tudo o que foi destruído. Contudo, uma tempestade se ergue do paraíso; e as asas do anjo são arrebatadas com tal violência que ele já não consegue mais fechá-las. A tempestade empurra irresistivelmente para o futuro, ao qual ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas cresce até o céu. A tempestade é o que nós chamamos de progresso.

(Walter Benjamin, 2012)

Para Bauman (2017) a ideia de progresso, um dos topos da modernidade (Ricoeur, 2010), sofreu um abalo sistêmico, considerando que as promessas do começo do século XX que ganharam eco, inclusive, no futurismo de Marinetti, não se cumpriram e ao lado dos aspectos positivos que os avanços tecnológicos promoveram e promovem em diversas áreas da vida humana em sociedade, há que se considerar as consequências do avanço intempestivo e ilimitado do consumo.

A esperança não entregue terminou se consolidando como maldição que tem sufocado as benesses dos avanços científicos e tecnológicos. Até um passado recente, o futuro era considerado sempre em projeção como um lugar positivo,

onde as dificuldades seriam superadas e as sociedades viveriam em paz, todavia, na contemporaneidade, o futuro se transformou em um lugar de incertezas, de medos e de ansiedades. A escassez de recursos naturais, as catástrofes ambientais, o encolhimento da oferta de emprego e, conseqüente diminuição da renda familiar, a fragilidade das estruturas sociais e políticas, a obsolescência tecnológica que impõe a reposição intermitente de dispositivos e acarreta na acumulação de mais e mais lixo, as frustrações sociais e profissionais em face de um modelo ideal de projeção imagética do ser, dentre inúmeros fatores, aprofundam o fosso entre o que está disponível e a vida que se almeja, deixando que o controle sobre si e sobre as relações sociais não se consolide, acarretando, muitas vezes, inclusive, em um estado de ressentimento como o pensava Nietzsche (2009).

Bauman (2017-b, sp) destaca que uma fenda aumenta de modo desenfreado no cálculo entre “as ferramentas, os recursos e as competências à nossa disposição e a enormidade dos desafios colocados pela vida” [...] “é como se nós, indivíduos, estivéssemos sendo rebaixados ao status de peões, à margem de um jogo de xadrez entre pessoas desconhecidas”. A corrida egoística em prol do sucesso profissional, social e financeiro cria abismos e desemboca em diversos rios que vão do consumismo exacerbado por

um lado, a um abismo social que provoca problemas de natureza, social, ambiental e mental. A instabilidade da tessitura do presente projeta no futuro mais desigualdades, imprevisibilidades e decepções, o que na concepção de Bauman fez o anjo da história mudar de ângulo.

O anjo da história foi apanhado numa plena guinada de 180 graus: seu rosto está se virando do passado para o futuro, suas asas empurradas para trás, desta vez por uma tempestade que se erguendo de um inferno de um futuro imaginado, antecipado e temido de antemão, na direção do paraíso do passado [...]

Agora é o futuro. Sua hora de ser crucificado parece estar próxima, depois de ele ter sido aviltado como algo não confiável e não administrável [...] E agora é a vez de o passado ser posto na coluna dos créditos - um crédito merecido (genuína ou putativamente), por ele ainda ser um local de livre escolha e um investimento em esperanças até agora não desacreditadas (Bauman, 2017-a, p.8).

Esse movimento representa a impossibilidade da história de lutar contra as forças que a ela são impostas. Entre um passado condenado e um futuro temido, instala-se uma era de nostalgia. Ao dialogar com Svetlana Boym, Bauman (2017, p.9) acertadamente pondera que a “epidemia global de nostalgia”, pegou o bastão da “epidemia frenética de

progresso” (gradual, ainda que incessantemente globalizante) na prova de revezamento da história.

Para Bauman (2017-b, sp) experiência e expectativa estão em processo de permuta na percepção humana entre os benefícios e malefícios que proporcionam. O horizonte de expectativa (Koselleck, 2015), antes percebido como o lugar da esperança (Agostinho, 2015), hoje surge como o lugar da desconfiança e já se encontra em débito, “denunciado inicialmente por sua não-confiabilidade e por ser incontrolável”, enquanto o passado, que renasce “com mais virtudes que vícios, é marcado na coluna do crédito” e portanto, que por conhecimento ou desconhecimento e manipulação da narrativa histórica, se coloca como algo comercializado como confiável.

A projeção de desconfiança social em relação ao futuro tem na visada de Bauman, fatores diversos que carregam a insatisfação e ressentimento e provocam uma busca pela esperança não no futuro, mas escondida nas camadas do passado.

Dentre os fatores deflagradores de uma temporalidade retrotópica, Bauman (2017) criticamente denuncia a crise do Estado moderno e o não cumprimento de suas promessas como já mencionado antes, dentre elas é preciso sinalizar a incapacidade dos regimes democráticos para incluir todos os que estão à margem do sistema, no escopo legal e de

direitos de cada Estado-Nação, o que tem provocado desde a década de 1980 do século passado, uma crescente onda de indivíduos que acredita que regimes ditatoriais e totalitários podem ser melhor que os democráticos (Mounk, 2019; Ranière, 2014; Rêgo e Barbosa, 2020). Todo esse processo e mais a corrupção estrutural que atravessa arquiteturas políticas em várias partes do mundo, provocaram uma crise na representatividade social e política, abalando os pilares do Estado Moderno tal como o conhecemos.

O processo civilizatório”, que supostamente se destinava a ser desenhado, conduzido e monitorado pelo Estado Moderno, se parece [...] com uma reforma das maneiras humanas, não se de suas capacidades, predisposições e impulsos. No curso do processo civilizatório, atos de violência foram empurrados para debaixo do tapete, para fora da vista, mas não para fora da natureza humana. Eles foram terceirizados [...]. A função “civilizadora” do “processo civilizatório” consistiu em dar fim às execuções públicas, pelourinhos [...] Bauman (2017, p.19-20).

Nesse mesmo caminho, Bauman sinaliza e novamente critica a expansão neocapitalista e seu objetivo primeiro de lucratividade que com os avanços tecnológicos impactam no meio ambiente e no acesso ao emprego e à renda. A tecnologia

que nos proporciona e nos leva a uma plataformização da vida de modo ubíquo, acarreta mutações nas sociabilidades e conseqüente convocar das afetividades, intervindo na estrutura do ser e sua relação com o mundo que o precede e o sucede.

A retrotopia se apresenta então como um desejo de passado, um passado visualizado como uma experiência de segurança e controle que se opõe ao caos e à entropia que guia o sentido da seta do tempo.

Retrotopia e Utopia

A retrotopia se manifesta como um desejo de passado e nesse sentido os movimentos de extrema direita em nível mundial acionam a luta entre segurança e liberdade, conclamando a pauta de valores morais como protagonista de um lugar da prevenção para males que, em sua visão de mundo, advém do excesso de liberdade. O Brasil de Jair Bolsonaro e seus adeptos foi construído em cima de uma narrativa do cidadão de bem, da família heteronormativa e da recorrente regulação dos corpos, sobretudo, dos corpos femininos e dos corpos divergentes.

Já a utopia que tradicionalmente representa um desejo por um futuro melhor e ideal, carrega em si, um projeto de esperanças e sonhos para um tempo que ainda está por

vir. Utopias são geralmente imaginadas como sociedades perfeitas, onde os problemas atuais são resolvidos através de transformações sociais, políticas e tecnológicas. Durante a modernidade, particularmente no século XX, as utopias estavam frequentemente associadas ao progresso, à crença no avanço científico e tecnológico, e à ideia de que a humanidade poderia criar um futuro melhor e mais justo.

Vale pensar que a Utopia, enquanto movimento temporal fictício nasce a partir da obra do escritor renascentista Thomas More (2018) e de sua construção narrativa e crítica de uma sociedade ideal que se apresentou como contraponto a Inglaterra de Henrique VIII.

Entre utopia e retrotopia, Bauman (2017) percebe os reflexos do olhar em torno do horizonte de expectativa (Koselleck, 2015). Enquanto a modernidade estava dominada pela busca de utopias futuras, a era contemporânea, encontra-se marcada por incertezas e crises, e, portanto, se depara com um aumento na tendência retrotópica. As pessoas, não olham para o que está à frente e onde soluções inovadoras tem potência para se concretizar, muitas vezes olham para trás, esperando encontrar respostas em um passado idealizado.

As diferenças entre utopia e retrotopia na visada baumaniana não se localizam nos processos ou na parcialidade de possíveis resultados, mas na mudança de

direção da construção social de estruturas de confiabilidade, que antes se localizavam no futuro e agora se concentram no passado.

No que concerne aos processos, Bauman (2017) sugere que ambas, utopia e retrotopia, trabalham com uma idealização seletiva. Enquanto as utopias idealizam o futuro, as retrotopias idealizam o passado. Em ambos os casos, há uma tendência de ignorar ou minimizar os aspectos negativos. Tanto utopias quanto retrotopias são motivadas por um desejo de mudança e uma insatisfação com o presente. Elas representam diferentes respostas à mesma inquietação básica sobre o estado atual das coisas.

Sobre a parcialidade dos resultados, o autor ressalta que este se manifesta na forma como as sociedades projetam seus desejos e medos, seja em direção ao futuro ou ao passado. Em ambos os casos, há uma construção seletiva da realidade que reflete as esperanças e ansiedades da época.

Todavia, é no lugar em que a confiança se localiza, que as diferenças entre utopia e retrotopia se estabelecem. As utopias são baseadas na confiança no futuro. Elas representam a crença de que a sociedade pode alcançar um estado ideal através do progresso, inovação e transformação. Essa visão projeta a esperança e a fé de que o futuro será melhor que o presente. A desconfiança nas condições atuais muitas vezes motiva a busca por utopias. As pessoas olham para o futuro

com a expectativa de superar os problemas e limitações do presente. Já as retrotopias transferem a confiança para o passado, idealizando uma era anterior como um tempo de estabilidade, segurança e valores positivos. Esse movimento é impulsionado pela nostalgia e pela percepção de que o passado contém soluções para os problemas atuais. Como dito, ao contrário das utopias, as retrotopias refletem uma desconfiança profunda no futuro. As incertezas, crises e instabilidades do presente geram um medo do que está por vir, levando as pessoas a buscar refúgio no passado.

Em resumo, Bauman situa utopia e retrotopia como duas formas distintas de lidar com o tempo e as aspirações humanas. A utopia olha para o futuro com esperança, enquanto a retrotopia busca no passado um refúgio contra as incertezas e ansiedades do presente. Ambas refletem as condições sociais e culturais de suas épocas, oferecendo insights sobre como as sociedades lidam com a mudança e a crise, no entanto, as retrotopias atuais estão intervindo no desejo de futuro e, portanto, se voltando a um passado de grandes riscos políticos e sociais, haja vista, o desejo manifesto em muitas sociedades de retorno a regimes ditatoriais.

Referências bibliográficas

Agamben, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó-SC: Argos, 2009.

Agostinho. **Confissões**. Petrópolis: Vozes, 2015.

Aristóteles. **Física**. Livro IV. São Paulo: Edições 70, 2023.

Bauman, Zygmunt. **Retrotopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017-a.

Bauman, Zygmunt. **Assim chegamos à Retrotopia**. Entrevista. Instituto Humanitas Unisinos. 2017-b. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/567419-bauman-assim-chegamos-a-retrotopia>. Acesso em 05 dez 2023.

Benjamin, Walter. **O anjo da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

Einstein, Albert. **Teoria Geral da Relatividade**. São Paulo: L & PM Editores, 2015.

Foucault, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Heidegger, Martin. **Ser e tempo**. Petrópolis: Vozes, 2015.

Koselleck, Reinhart. **Futuro passado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

More, Thomas. **Utopia**. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2018.

Morin, Edgar. **O Método 6**. Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005.

Mouk, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.

Nietzsche, Friedrich. **Genealogia da moral**. São Paulo: Companhia das Letras. 2009.

Rancière, Jacques. **Hatred of Democracy**. Londres: Verso, 2014.

Rêgo, Ana Regina e Leal, Ranielle. Os caminhos da tradição em Ricoeur: pistas para compreensão da historicidade da comunicação. In: Rêgo, Ana Regina et al. **Os desafios da pesquisa em história da comunicação: entre a historicidade e a historiografia**. Porto Alegre: EdiPUC-RS, 2019.

Rêgo, Ana Regina e Barbosa, Marialva. **Tempo, Memória e História da Comunicação: um passeio teórico em torno de Paul Ricoeur**.

Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación. v.18, n.32 (2019). Disponível em:< <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/583> >. Acesso em 03 dez 2024.

Rêgo, Ana Regina e Leal, Bruno. “Espaço de experiência”: investigações em torno de uma categoria meta-histórica.

In: **Temporalidades e espacialidades nos processos comunicacionais**. Fonseca, Maria Gislene; Gutmann, Juliana; Jácome, Phellipy e Goulart, Ana Paula. Belo Horizonte: Selo PPGCOM, UFMG, 2023.

Rêgo, Ana Regina e Leal, Bruno. Entre Koselleck e Krenak: Diálogos entre espaço de experiência, horizonte de expectativas e ancestralidade? In: **International Journal of Theory and History of Historiography**, v. 17, n.42, 2024.

Rêgo, Ana Regina. **A seta do Tempo: plataformas, inteligência artificial e desinformação**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2024 (no prelo).

Ricoeur, Paul. **Tempo e narrativa**. V. 1,2 e 3. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Rosa, Harmut. **Aceleração Social**: Uma Nova Teoria da Modernidade. São Paulo: Editora Unesp, 2019-a.

Rosa, Harmut. **Resonance**: A Sociology of Our Relationship to the World. Cambridge: Polity Press, 2019-b.

Van Dijck, José; Poell, Thomas; De Waal, Martijn. **The platform society**: Public values in a connective world. Oxford University Press, 2018.





PARTE 2 - GT-1

MÍDIA E DIMENSÕES
DO TEMPO- RELAÇÕES
COM FENÔMENO DA
DESINFORMAÇÃO E O
NEGACIONISMO CIENTÍFICO

Capítulo 4

O trabalho de fact-checking de agências brasileiras em meio à pandemia de covid-19¹⁷

Marcus Vieira¹⁸ (UFES)

Num contexto atravessado pela descoberta de uma nova doença, a covid-19, que impactou o mundo simultaneamente, é importante salientar as contribuições do campo da Comunicação e Saúde (C&S) que, alinhada aos preceitos do campo da Comunicação, compreende a informação em saúde como direito social básico (Araújo; Cardoso, 2007).

Somado a isso, pensando a evolução histórico-social das tecnologias da comunicação, Hjarvard (2012) argumenta que o conceito de midiatização é importante para entender a influência da mídia na cultura de um povo, já que a nomenclatura consegue angariar uma compreensão de “como a mídia se difunde para, se confunde com e influencia outros campos ou instituições sociais” (Hjarvard, 2012, p. 54). É uma consequência da revolução tecnológica e comunicacional que modifica o comportamento social em relação à informação de modo radical.

17 Trabalho apresentado no GT 1- Mídia e Dimensões do Tempo - relações com o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

18 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Territorialidades da Ufes
Email: marcusvieira@gmail.com

Se, por um lado, a apropriação das redes sociais pode ser encarada como um avanço na garantia do direito à informação, propiciando novas formas de exercer a liberdade de expressão, por outro, é preciso encarar o fato de que através delas tem sido facilitada a produção e circulação massiva de informações falsas e conteúdos ilegais, como discursos de ódio, racismo e exposição da privacidade alheia.

Necessário reconhecer os sinais do tempo em que vivemos, a era da pós-verdade, escolhida a palavra do ano de 2016 pelo Dicionário Oxford¹⁹, que traduz “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar a opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal” (*Post-Truth*, 2016). Interessante destacar também o detalhamento que a publicação faz sobre a aplicação do prefixo “pós” que, neste caso, não se refere a ‘tempo posterior’, mas a ‘tempo em que o conceito especificado [verdade] tornou-se sem importância ou irrelevante’.

À vista disso, no tempo presente, o fenômeno da desinformação aparece como um conceito primordial de análise, e é entendido como uma nova modalidade de mentira (Bucci, 2020). Assim, a checagem de fatos, trabalho intrínseco ao jornalismo, torna-se algo que precisa ser criticamente discutido como “um método jornalístico por

19 “*Relating to circumstances in which people respond more to feelings and beliefs than to facts*”. Disponível em www.oxfordlearnersdictionaries.com. Acesso em 19 junho 2023.

meio do qual é possível certificar se a informação apurada foi obtida por meio de fontes confiáveis e, então, avaliar se é verdadeira ou falsa, se é sustentável ou não” (Aos Fatos, 2023). Parece contraditório constatar que uma parte inseparável da atividade jornalística esteja sendo realizada por agências especializadas, fora das redações de notícias.

Porém, a lógica da velocidade trazida pela internet provocou mudanças também na produção jornalística.

O contexto da pandemia intensificou a pressa por informações sobre a nova doença. A situação foi descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma “infodemia”, com comportamento idêntico à viralização da doença e enorme potencial destrutivo.²⁰ O termo foi usado para expressar preocupação com o agravamento da massiva circulação de mensagens sobre a pandemia. A Associação Brasileira de Letras (ABL) definiu o termo como “volume excessivo de informações, muitas delas imprecisas ou falsas sobre determinado assunto, que se multiplicam e se propagam de forma rápida e incontrolável” (Infodemia, 2021).

Este estudo pretendeu, dessa forma, compreender o trabalho das agências de checagem enquanto territórios de significações. Haesbaert (2004) explica que, ao se falar de território, não basta compreendê-lo enquanto matéria,

20 Em sua etimologia, a palavra “infodemia” refee-se à junção dos prefixos “info” - informação e grafia - e “demia” - do grego *dēmos* -, que representa o povo (Infodemia, 2021).

pois nele baseiam-se elementos culturais, ideológicos, idiomáticos, de circulação da informação etc., que formam o elo que transforma um espaço vazio em um território constituído de relações, sendo a comunicação um polo central de ligação-interação em um território, formando-se as territorialidades. As agências, desse modo, colocam-se como novos territórios constituídos pelo campo jornalístico, com o intuito de afirmar o papel do jornalismo como mediador de informações verdadeiras para a sociedade.

Diante disso, o questionamento que se impõe é se as agências de checagem auxiliaram no exercício do direito à informação, no contexto da pandemia de covid-19 e, conseqüentemente, se seu trabalho consegue auxiliar na consolidação do campo jornalístico como o espaço da verdade das informações, num ambiente virtual de enorme circulação de conteúdos deliberadamente enganosos. Pois “sem que esse direito seja atendido, a democracia não funciona, uma vez que o debate público pelo qual se formam as opiniões entre os cidadãos se torna um debate viciado” (Bucci, 2000, p. 33).

Dessa forma, ao tentar alcançar respostas para o problema, a pesquisa teve por objetivo compreender como agências de *fact-checking* brasileiras atuaram para responder à demanda por informação correta e confiável durante a pandemia de covid-19. Por meio da coleta de dados foi possível tratar os

objetivos auxiliares de: reunir checagens publicadas pelas agências escolhidas, esquematizá-las, analisá-las e descrever os principais tipos de mensagens de desinformação que circularam naquele período no Brasil, avaliando criticamente o trabalho de *fact-checking* produzido.

Método

Como forma de aproximação ao objeto foram realizadas coletas de todas as publicações relacionadas à pandemia produzidas por cinco agências de checagem brasileiras: Lupa, Aos Fatos, Projeto Comprova, G1 Fato ou Fake e AFP Checamos. Elas foram escolhidas segundo a identificação com os critérios:

- Produção considerável a respeito da pandemia no período definido
- Adesão à Rede Internacional de Fact-checking (IFCN, na sigla em inglês) e/ou estarem vinculados a um veículo de imprensa
- Divulgação dos princípios de trabalho e exposição dos métodos utilizados pelos checadores para escolha de conteúdos e realização de checagem.

Alguns projetos de checagem não foram acompanhados porque outras iniciativas selecionadas cumpriam os mesmos critérios, ou pela ausência, ou falta de clareza, da publicidade de seus princípios e métodos de checagem, como, por exemplo: Estadão Verifica, Uol Confere, SBT News de Fato e Boatos.org.

Abaixo, apresentamos um quadro com informações das cinco agências selecionadas para a análise.

Quadro 1: apresentação das agências selecionadas

| Agência | O que é? | Criação | Vinculação | Local |
|-----------------|----------------------------|------------------|----------------------------|----------------|
| Lupa | Hub de checagem e educação | 2015 | Independente | Rio de Janeiro |
| Comprova | Projeto colaborativo | 2018 | Abraji e First Draft | Nacional |
| Aos Fatos | Empresa jornalística | 2015 | Independente | Rio de Janeiro |
| G1 Fato ou Fake | Projeto de checagem | 2018 | Grupo Globo de Comunicação | Rio de Janeiro |
| AFP Checamos | Agência de checagem | Não identificado | Agence France-Presse (AFP) | Nacional |

Assim, sem utilização de *softwares* específicos, foi feita a busca nos sites dessas cinco agências, além de buscas pela ferramenta de “pesquisa avançada” do Google e nas páginas das agências na rede social Facebook, quando foi necessário resgatar algum conteúdo que não foi identificado com facilidade no site.

As duas ferramentas citadas fornecem uma boa opção de busca por data, o que facilitou as confirmações. No entanto, os resultados encontrados através delas não modificaram os dados encontrados, já que todas as publicações encontradas estavam presentes nos sites de cada agência. Nos sites, a busca das publicações foi feita observando-se, separadamente, os lotes de todas as publicações que constavam dentro do mês que era o objeto da análise.

Por fim, é importante detalhar que o recorte temporal adotado para coleta do *corpus* de análise ficou estabelecido entre os dias 01 de agosto de 2020 e 31 de outubro de 2020. A coleta foi feita em tempos distintos: primeiro, houve um teste, coletando-se os dados de um único mês, o mês de agosto, para observação da amostra. Esse primeiro momento que foi, desse modo, um período-teste, foi bem-sucedido e percebeu-se uma quantidade já significativa de publicações. Optou-se, portanto, em prolongar apenas para que se completasse um trimestre dentro do primeiro ano de enfrentamento àquela nova doença que surgira. A escolha

desse período embora limitado foi considerada pertinente, já que o material empírico das publicações evidenciou elementos de análise considerados suficientes.

Após a escolha das agências, a metodologia adotada foi da Análise de Conteúdo, de forma quantitativa e qualitativa (Denzin, 2006), considerando categorias de análise estabelecidas metodologicamente (Bardin, 2015) a partir da observação do fenômeno, o que aconteceu à luz de conceitos teóricos e a elucidação propiciada pela análise empírica.

E, por fim, e em consonância com o estudo teórico, um capítulo metodológico e de análise dos dados empíricos foi possível, considerando método misto quanti-qualitativo. O quantitativo auxiliou principalmente na organização do material empírico enquanto que “na pesquisa qualitativa [...], o objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações” (Deslauriers, 2008, p. 58).

Assim, objetivou-se um caráter exploratório de análise que estimulasse reflexões e se expressasse livremente sobre o assunto, tendo a consciência de que equivale a uma amostra reduzida, mas significativa de análise.

O que vai se revelando, portanto, é um processo orgânico da pesquisa, a partir de tentativas. Assim, três etapas foram seguidas:

- **1ª etapa** - composta pela pré-análise dos dados e incluiu a seleção das publicações que continham a temática de covid-19; a leitura flutuante dessas publicações; e a organização do material por dia do mês, em tabelas do programa de software Excel.
- **2ª etapa** - Exploração do material: as checagens foram incluídas nas categorias criadas a priori. Tais categorias foram fundamentadas no que a primeira etapa elucidou do material empírico e estabelecidas em: a) tipos; b) assuntos; c) selos.
- **3ª etapa** - Tratamento dos resultados: inclui a discussão dos trechos das publicações selecionadas em cada categoria, auxiliada pelas teorias que embasaram a interpretação e inferências dos resultados evidenciados pelos dados.

Resultados e discussões

Serão apresentados aqui os resultados da compilação dos dados coletados em cada categoria criada e alguns exemplos das checagens analisadas.

Categoria 1 - Tipos

Categoria identificadora dos formatos das publicações checadas. Foram escolhidos os seguintes tipos: vídeo, publicação de texto em rede social, imagem, áudio, publicação em site, discurso e entrevista.

Olhando para os números, percebe-se que a maior quantidade de checagens advém de publicações de texto em rede social, até pela sua simplicidade de produção. Qualquer pessoa, em sua própria conta numa plataforma de rede social, pode elaborar uma mensagem e publicá-la. São recorrentes neste tipo de publicação erros gramaticais, afirmações sem apresentação de fontes, autoria, contexto ou links para conferências, além da atribuição de afirmações a supostos especialistas da área científica.

Representa uma demanda nova para a realidade jornalística, devido às transformações tecnossociais vigentes. Portanto, na virtualidade, o jornalismo se vê compelido a se inserir nesse espaço, há uma demanda jornalística a ser atendida, por entendermos o trabalho de checar os fatos condizente com uma das finalidades da profissão, a finalidade da investigação (Reginato, 2018).

Figura 1 – Gráfico de tipos de conteúdo



Fonte: produção do autor

Um dos exemplos de checagem encontrados mostra a publicação de um médico, em seu perfil pessoal no aplicativo *Instagram* (Fig. 2). As afirmações dele circulam em torno da letalidade do vírus causador da covid-19, seu risco para gestantes, o isolamento social e a vacinação, porém sem citar fontes para consulta. A checagem²¹ desmentiu a maior parte das informações e deu selo verdadeiro para uma delas, a de que “o SARS-CoV-2 [...] causa 85% das formas benignas” (Lupa, 2020). Ressalte-se que os dados tinham como base o contexto daquele momento.

21 Disponível em <https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/29/verificamos-gripe-mortal-covid>. Acesso em 01 out. 2020.

Figura 2: Print de checagem

MÉDICO USA INFORMAÇÕES FALSAS PARA DIZER QUE GRIPE É MAIS MORTAL QUE COVID-19

29.09.2020 - 20h48

Ítalo Rômang
Rio de Janeiro - RJ

🐦 📷 📺 📧 📞

Circula nas redes sociais um post de um médico que diz que a gripe é mais mortal que a Covid-19. A publicação também usa de informações sobre outras epidemias para atacar as medidas preventivas contra o novo coronavírus adotadas durante a atual pandemia, a exemplo do uso de máscaras e do distanciamento social. Por meio do [projeto de verificação de notícias](#), usuários do Facebook solicitaram que esse material fosse analisado. Confira a seguir o trabalho de verificação da Lupa:



Fonte: agência Lupa

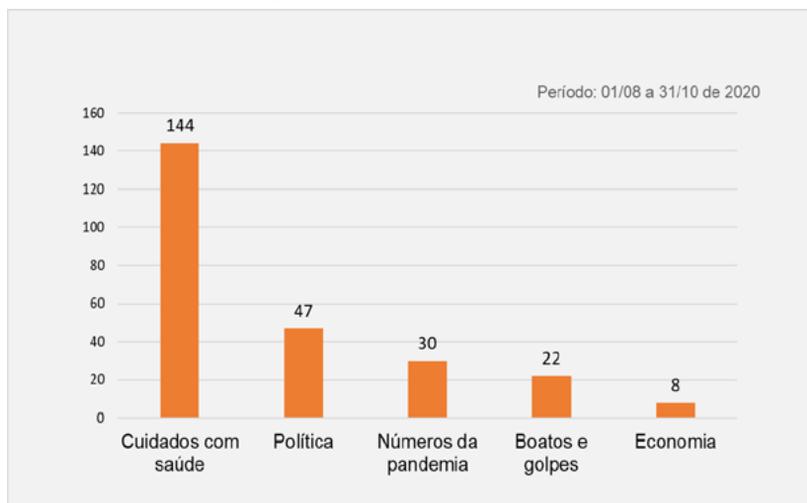
Destacamos ainda a subcategoria vídeos, que tem conteúdos produzidos com informações incorretas, utilizados fora de seu contexto original para criar falsas narrativas ou que tenham sido alterados em seu conteúdo original para se adequarem a uma mensagem desinformativa que se desejava viralizar. Os vídeos, pela força de engajamento junto aos algoritmos das redes, é o formato que aparece em segundo lugar, (18%), no levantamento²².

22 O uso do vídeo no marketing digital. Disponível em www.conversion.com.br/blog/estatisticas-de-videos/. Acesso em 10 ago. 2023.

Categoria 2 – Assuntos

Dedicada a relacionar os subtemas centrais que estão presentes em cada material checado pelas agências no contexto da covid-19. O gráfico e a tabela a seguir expõem as frequências de aparição dos subtemas.

Figura 3 – Gráfico dos assuntos



Fonte: produção do autor

O elevado número de mensagens sobre os métodos de prevenção e tratamento da doença demonstra que a (des)informação que circulou no Brasil gerou muitas interpretações conflitantes sobre a efetividade das medidas

protetivas, promoveram a politização de questões técnicas em detrimento de evidências científicas e impulsionaram a polarização entre a priorização da saúde ou da economia.

Mesmo se tratando de um tema da saúde, tornou-se evidente pela variedade de temas checados pelas agências, que a covid-19 perpassa diversas áreas, como política e economia, evidenciando a importância de se perceber essa emergência como algo que ultrapassa o campo da saúde. Isso demonstra que o campo da Comunicação e Saúde, cujo alicerce também se sustenta na defesa do direito à informação de qualidade (Araújo; Cardoso, 2007), possui uma estreita interface com o campo jornalístico na luta pelo direito à informação.

Os resultados traduzem em números que as mensagens de desinformação, em sua grande maioria, distorcem os temas mais comuns, ligados à prevenção da doença e aos tratamentos não comprovados. O subgrupo “Cuidados com saúde” ocupa a primeira posição do levantamento, com 144 checagens publicadas.

A politização da crise sanitária também é observável nos dados, já que política é o segundo tema mais frequente nas checagens (47). A desinformação sobre Covid-19 teve forte alinhamento político no Brasil nos períodos de maior atenção/audiência ao tema. Naquele momento, Recuero (2020) lembra que a desinformação passara a ser usada

como ferramenta de apoio político, para fritar detratores e oferecer subsídios aos apoiadores.

Acompanhando a necessidade de esclarecer imprecisões e desmentir as falácias a respeito da doença, as agências acertaram ao darem destacado espaço ao assunto. Abaixo exemplificamos a cobertura mostrando uma checagem²³ feita de uma peça de desinformação (fig. 5) que, segundo a agência Aos Fatos, circulava no Twitter e no Facebook e reunia, ao menos, 2.000 compartilhamentos nas plataformas.

Figura 5: Publicação de checagem



Fonte: agência Aos Fatos

23 Disponível em www.aosfatos.org/noticias/estudo-de-yale-nao-deu-nivel-de-evidencia-1-para-tratamento-de-covid-19-com-hidroxiclороquina/. Acesso em 10 ago. 2020

Categoria 3 - Selos

Cada agência de checagem pode classificar as peças que verificaram utilizando selos (ou etiquetas) para dizer se aquele conteúdo é “exagerado”, “enganoso”, “verdadeiro” e outros. Como os selos são criados e utilizados de forma opcional por cada agência, optou-se por evitar comparações unificadas e interpretações autônomas das definições que elas mesmas já tinham realizado a respeito dos próprios selos.

Ainda, é necessário notar que uma mesma checagem pode ter recebido mais de um selo, por conta da diversidade de informações que uma única publicação pode conter e nem todas as publicações no período da coleta utilizaram de todos os selos que as agências criaram.

Os selos são utilizados por todas as agências selecionadas e se tornam, como o nome sugere, uma marca importante daquela agência. Peixoto e Souza (2018) indicam essa construção como uma “política de selagem”. Esse tipo de significação enfatiza a ideia da constituição de territorialidades (Haesbaert, 2004) nesse território das agências que auxilia na consolidação para essa nova atividade do jornalismo na realidade midiaticizada.

Os selos são uma forma de comunicação acessível de *fact-checking* e direcionada para um público geral, dessa forma, justifica-se os termos mais coloquiais por parte das agências brasileiras analisadas, o que colabora na atuação

para um ambiente mais democrático na virtualidade e, sobretudo, ajudar os indivíduos nas suas decisões cidadãs.

Observa-se, por fim, que existem critérios e metodologias sendo aplicadas, mas que carece de mais clareza e profundidade na explicação ao público, pois uma única publicação pode ter mais de um problema de desinformação e vai se tornando muitos selos para tentar explicar a falta da verdade.

O resultado sinaliza, portanto, a complexidade de explicar o conceito de verdade, sendo os selos a tentativa de explicar essa realidade desinformativa nas redes sociais, o que gera uma quantidade exagerada de diferentes selos em diferentes agências que pode confundir os leitores que tendem a se informar em diversos espaços e não apenas em um.

Tabela 1 - Selos

| SELOS | Agosto | Setembro | Outubro |
|-----------------|--------|----------|---------|
| Falso | 95 | 59 | 51 |
| Enganoso | 13 | 9 | 10 |
| Insustentável | 3 | 2 | 0 |
| Distorcido | 2 | 0 | 0 |
| Verdadeiro, mas | 2 | 1 | 2 |
| Exagerado | 1 | 5 | 1 |
| Verdadeiro | 2 | 4 | 3 |
| Não se aplica | | 1 | 1 |
| Impreciso | | 1 | |
| Não é bem assim | | 1 | |
| Ainda é cedo | | | 1 |
| Contraditório | | 1 | 1 |

Fonte: produção do autor

Considerações finais

O trabalho se dedicou a compreender a problemática do papel das agências de checagem em prol do direito à informação numa conjuntura midiática na virtualidade caracterizada por muita (des)informação circulante.

Com análises empíricas e teóricas, concluiu-se que as agências fazem um trabalho pelo qual há muita demanda no ambiente virtual, abrangendo diversos tipos de formatos narrativos, não se limitando aos escritos. Com uma amostra de 251 checagens analisadas, com base em três meses de coleta, de 1º de agosto a 31 de outubro de 2020, percebeu-se a quantidade exacerbada de assuntos que foram alvo de desinformação, por isso, criar territórios específicos para a checagem de informações circulantes se faz pertinente e necessário, como suporte fundamental para os jornais que já fazem o trabalho de criar pautas e apurar informações.

Os selos de classificação cumprem um papel significativo na consolidação das agências de checagem como um território de informações verídicas (Peixoto; Souza, 2018). Entretanto, a ausência de clareza das definições de verdade que as agências tomam como referência e o número excessivo de selos usados por algumas agências, são observações críticas que se percebem a partir do acompanhamento realizado.

A quantidade significativa de falsas informações que precisam ser checadas são indicativos da necessidade de

mais iniciativas de combate à desinformação, para que se tenha um ambiente que propicie o exercício do direito democrático à informação.

Referências bibliográficas

Aos fatos. **O que é checagem de fatos — ou fact-checking?**, 2023. Disponível em <<https://www.aosfatos.org/checagem-de-fatos-ou-fact-checking>>. Acesso em 21 ago. 2023

Araújo, I. S.; Cardoso, J. M. **Comunicação e saúde**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2007. (Coleção Temas em Saúde).

Bardin, L. **Análise de conteúdo**. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edições 70; 2015. 229p.

Bucci, E. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000. _____ **O que é desinformação?** Estadão. 4 Jun 2020. Disponível em: <www.estadao.com.br/opiniao/espaco-aberto/o-que-e-desinformacao>. Acesso em 15 set 2020

Denzin, N. K.; Lincoln, Y. S. (org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Deslauriers, J. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: Poupart, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 127-153.

Haesbaert, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

Hjarvard, S. Mídiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural. **Matrizes**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

Infodemia. In: Academia Brasileira de Letras. 2021. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/artigos/infodemia>>. Acesso em 10 ago. 2023.

Lupa, 2020. Disponível em www.lupa.uol.com.br/jornalismo/2020/09/29/verificamos-gripe-mortal-covid. Acesso em 01 out. 2020.

Peixoto, J. G. M.; Souza, A. C. F. A caça à verdade: critérios, metodologias e selos do Fact-Checking brasileiro The hunting for truth: criteria, methodologies and seals of the Brazilian Fact-Checking. **Cultura Midiática**, n. 21, p. 86-103, 2018.

Post-Truth. In: OXFORD Languages. *Word of the Year 2016*. Oxford University Press. Disponível em: <<https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016>>. Acesso em 22 out. 2020.

Recuero, Raquel. Palestra proferida no Alcar Sudeste. **Crises da verdade e da representação**. 20 de nov. 2020. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=z6yeqFpUII>>. Acesso em 20 nov. 2020.

Reginato, G. D. As finalidades do jornalismo: percepções de veículos, jornalistas e leitores. **Famecos**, Porto Alegre, v. 25, n. 3, p. 1-18, set./out./nov./dez. 2018.

Capítulo 5

Notícias da UFPI nas estratégias econômicas e político-administrativas da instituição no enfrentamento da covid-19²⁴

Ana Lídia Bezerra Matias VASCONCELOS²⁵ (UFPI)
Jacqueline Lima DOURADO²⁶ (UFPI)

A Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1946 conceituou saúde como um estado completo de bem-estar físico, mental e social, o que reflete uma abordagem abrangente e pioneira na compreensão da saúde. No entanto, com as transformações sociais ocorridas desde então, torna-se evidente que este conceito é limitado e ultrapassado. Atualmente, compreende-se que a saúde é influenciada por uma interação complexa de fatores, incluindo o estilo de vida, o ambiente físico e social, a predisposição genética

24 Trabalho apresentado no Mídia e Dimensões do Tempo - relações com o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023

25 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (PPGCOM/UFPI). Jornalista. Membro do Grupo de Pesquisa Comunicação, Economia Política e Diversidade (COMUM/UFPI). E-mail: analidia@ufpi.edu.br.

26 Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com Pós-Doutorado em Comunicação e Cultura pela Universidade da Beira Interior (UBI) - Portugal. Professora do PPGCOM/UFPI. Líder do Grupo de Pesquisa COMUM/UFPI. Diretora de Comunicação da ULEPICC - Capítulo Brasil. E-mail: jacdourado@uol.com.br.

e o acesso a serviços de saúde. Na contemporaneidade, reconhece-se um entendimento mais abrangente da saúde, considerando não apenas o indivíduo isoladamente, mas também os determinantes sociais, culturais e ambientais que moldam sua condição de saúde (Patrício et al., 2020).

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus representava uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), denotando o mais alto nível de alerta conforme estipulado no Regulamento Sanitário Internacional (Opas, 2020). Com a progressão da disseminação do vírus, em 11 de março de 2020, a OMS elevou o status para o de pandemia da COVID-19. Nesse cenário, as instituições públicas, não apenas as ligadas à saúde, mas também aquelas relacionadas à educação, notadamente as universidades, assumiram um papel desafiador como agentes do conhecimento, destacando-se na busca por soluções diante do contexto pandêmico.

A UFPI suspendeu em 16 de março de 2020 as suas atividades acadêmicas e administrativas e instituiu, em 18 de abril de 2020, um Comitê Gestor de Crise (CGC), o qual exerce função consultiva, de orientação e execução referente às ações que visem à contenção da disseminação do novo coronavírus: SARS-COV-2/COVID-19 (UFPI, 2020a, 2020b, 2021). À medida que se navega por essa crise, é essencial considerar o papel da comunicação e assim aprender com as

lições da pandemia e fortalecer os sistemas de comunicação pública, promovendo a transparência, a participação e a colaboração para enfrentar os desafios existentes.

Enfrentamentos teóricos

Dentro do escopo econômico midiático desenrolado em associação às estratégias de enfrentamento à pandemia da COVID-19 pela UFPI é salutar questionar-se, também, sobre as correntes de políticas de saúde e de educação que foram diretamente envolvidas, visto que a pandemia obrigou as universidades públicas brasileiras a se adaptarem rapidamente a novas formas de ensino e também novas forma de se comunicar, de fazer comunicação mesmo em condições orçamentárias desafiadoras.

Como consequência da pandemia, muitas universidades foram forçadas a mudar para o ensino remoto, o que afetou a forma como se comunicavam com comunidade interna e externa e acelerou a adoção de ferramentas digitais de comunicação, como videoconferências e fóruns online para manter a comunicação entre universidades e sociedade (Panizzon; Costa; Medeiros; 2020).

Na investigação em questão, encontramos uma intrincada malha de contendidas, primordialmente centradas em disputas acerca das “veracidades” relativas à COVID-19. Estas divergências permeiam áreas que tangenciam o contágio,

métodos terapêuticos, estratégias preventivas e programas de imunização. Tais debates ecoavam através dos canais das redes sociais e da esfera digital, nos círculos científicos e nas manifestações governamentais de nível federal (Baumgarten, Weber, 2021).

A análise se revela complexa pela interseção de dinâmicas que envolvem a competição entre os fundamentos democráticos, as prerrogativas capitalistas e as manifestações autoritárias. Esta interação conflituosa também traz à tona impasses relacionados a crises de índole econômica, ambiental, social e comportamental. Paralelamente, o confinamento compulsório decorrente da pandemia exacerba a influência das tecnologias e das plataformas de redes sociais digitais, engendrando novos espaços de interação comunicativa e propagação de informações, sejam elas de caráter público ou privado.

Desta maneira, como afirma Baumgarten e Weber (2021):

A reflexão sobre informação e comunicação na sociedade atual, acuada pelos perigos na pandemia COVID-19, se impõe a partir de uma questão premente: qual é o papel da ciência e dos meios de comunicação (jornais, televisão, rádio, mídias digitais e redes sociais) nos processos atuais de distribuição, concentração de poder e de conhecimento em relação ao bem-estar social? (Baumgarten, Weber, P. 2, 2021)

A relação entre ciência e meios de comunicação nem sempre é direta ou isenta de desafios e a disseminação da informação enfrenta obstáculos como a proliferação de desinformação e *fake News*, especialmente nas redes sociais digitais, o que pode distorcer a compreensão pública de questões científicas, minando a confiança na ciência. Além disso, os meios de comunicação podem influenciar a concentração de poder ao selecionar quais tópicos científicos são divulgados, como são apresentados e a quem são direcionados.

O contexto da produção de notícias foi intensificado pela velocidade com que estas passaram a ser geradas, dada a constante atualização a cada segundo. Esse fenômeno propiciou a emergência da “desinfodemia”, caracterizada pela disseminação generalizada e prejudicial de desinformação em larga escala, especialmente durante crises globais, como é o caso de uma pandemia. O termo refere-se à propagação massiva de informações falsas, enganosas ou incorretas, abarcando temas que vão desde questões de saúde até medidas de segurança e políticas governamentais. Este fenômeno, ao ocorrer em meio a uma pandemia, acrescenta uma camada de complexidade, visto que a disseminação de informações imprecisas pode impactar adversamente as percepções públicas, as tomadas de decisão e, em última instância, a resposta eficaz à crise em questão. (Posetti, Et. Al., 2020).

A análise demonstra muitos fatores que estimularam o desencadeamento da crise sanitária instalada e desta forma, a caracteriza como multidimensional e intersetorial devido à abrangência dos seus impactos presentes e futuros nas condições sociais e econômicas das populações afetadas (Schmidt; Mello; Cavalcante; 2020). As sucessivas crises econômicas, intensificadas pela pandemia da COVID-19, têm acentuado os cortes no orçamento público, especialmente nas universidades públicas (Ferrari, 2019). O impacto desses cortes pode ser significativo na capacidade das universidades de realizar uma comunicação pública eficaz, abrangendo aspectos como contratação de pessoal, investimento em tecnologias, realização de campanhas, bem como preparação para crises de comunicação.

No contexto de crises, contrarreformas do Estado e políticas de austeridade fiscal, torna-se evidente a interligação entre a desvalorização da economia e a depreciação da moeda nacional. Ao examinar os valores atribuídos à UFPI na Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2016 (figura 1), observa-se que o montante total destinado foi de R\$ 757.699.131,00, sendo que 73,17% desse orçamento foi designado para despesas com pessoal. Em contraste, na LOA de 2023, o valor total alcançou R\$ 812.424.287,00, com 85,21% destinados a pessoal e apenas 14,49% a custeio, equivalendo a R\$ 117.730.669,00.

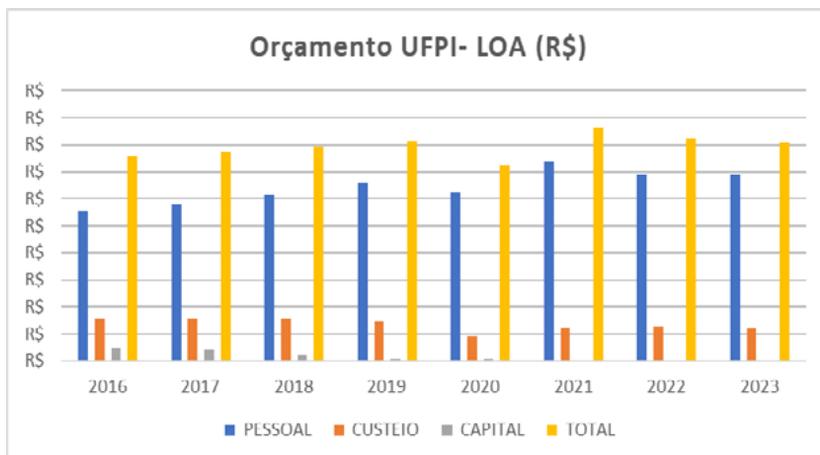


Figura 1: Orçamento UFPI 2016/2023 (elaborado pela autora)

Ao incorporar a inflação aos dados apresentados, evidencia-se seu impacto abrangente no orçamento destinado à UFPI, bem como em órgãos públicos e na população em geral. Tal impacto reflete diretamente na renda, nas taxas de emprego e nos preços dos produtos e serviços. A problemática da perda orçamentária decorre da desvalorização da moeda, gerando instabilidade econômica cujos efeitos reverberam nas esferas políticas e sociais. A percepção de tais consequências sublinha a importância de considerar os contextos econômicos e políticos ao se analisar os recursos destinados a instituições educacionais e demais setores públicos, especialmente em períodos de crise e reformas estruturais.

UFPI em pauta

Consideradas entidades fundamentais para a capacitação de profissionais qualificados, o progresso da investigação científica e a prestação de serviços à comunidade, as instituições universitárias se viram confrontadas, durante a pandemia, com uma série de desafios previamente desconhecidos em alguns casos. Estes desafios incluíram a necessidade de adaptar-se ao modelo de ensino remoto, fornecer suporte emocional aos estudantes impactados, assegurar a continuidade de projetos de pesquisa e buscar soluções que extrapolassem a esfera da crise sanitária.

Durante a crise da COVID-19 muitas instituições de ensino e organizações governamentais, em todo o mundo, estabeleceram comitês de crise para lidar com os desafios relacionados à pandemia. Na intenção de atingir os objetivos propostos no plano de contingência foi definido estruturação, atribuições e composição do Comitê Gestor de Crise (CGC), que deve ser formado por um grupo multidisciplinar, de diferentes áreas e níveis hierárquicos da organização, com conhecimentos e experiências variada e visão abrangente da crise para facilitar a tomada de decisões. No caso do plano da UFPI foram estabelecidos os seguintes objetivos:

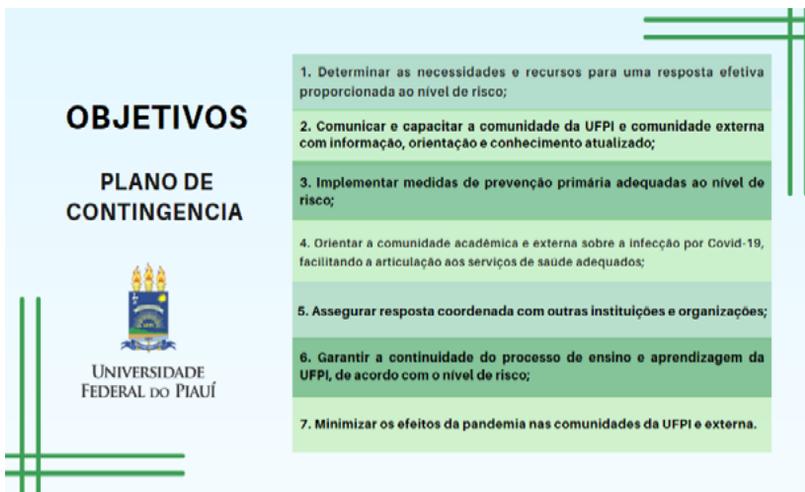


Figura 2 - Fonte: (UFPI, p. 5, 2020c)

No que concerne à gestão da comunicação, tanto interna quanto externa, durante períodos de crise, conforme delineado nos objetivos estabelecidos, foi delineada a estratégia de fornecer informações claras e atualizadas às partes interessadas, incluindo funcionários, clientes, fornecedores, mídia e público em geral. Conforme preconizado por Kunsch (2014), a comunicação eficaz desempenha um papel crucial na transmissão de mensagens coerentes, na prevenção de rumores e na preservação da confiança pública.

No plano da UFPI, foram detalhadas as estratégias e táticas da comunicação, definidas no item 6.5 (figura 3). Dentre as medidas adotadas destaca-se a criação do site de informação

pública *hotsite* (www.ufpi.br/coronavirus)²⁷ com as ações e um vasto conteúdo de informações sobre a temática, para subsidiar e capacitar tanto a comunidade acadêmica como as entidades de saúde. O plano foi estruturado em quatro áreas de atuação centradas na comunidade da UFPI e desta forma visava atender às necessidades do seu público.

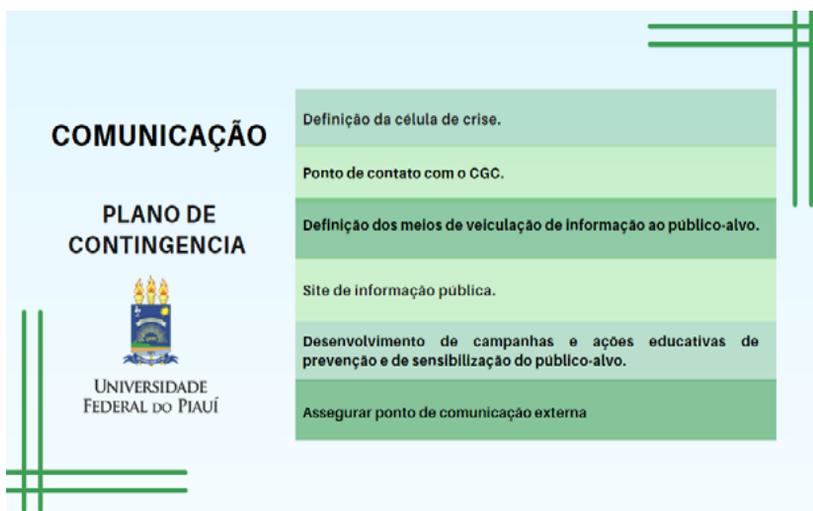


Figura 3 - Fonte: (UFPI, p. 16, 2020c)

O CGC era responsável por tomar decisões estratégicas, monitorar a situação da pandemia e fornecer diretrizes

27 <https://ufpi.br/noticias-coronavirus/35820-ufpi-lanca-site-com-informacoes-sobre-prevencao-e-riscos-do-coronavirus> (Acesso em 10/06/2022)

claras para lidar com os desafios relacionados à COVID-19, conforme estabelecido: “as ações de toda a comunidade acadêmica devem observar as recomendações apresentadas no Plano de Contingenciamento e Notas Informativas emitida pelo CGC, bem como suas eventuais atualizações, considerando o dinamismo da pandemia” (UFPI, 2020a).

O Comitê, teve a princípio a Superintendente de Comunicação Social, à época a Professora Dra. Jacqueline Lima Dourado, como sua presidente e a tomada de decisões levou em consideração as orientações das autoridades de saúde e considerou o impacto nas atividades acadêmicas. Além de ser responsável por pontuar que a transparência e clareza são essenciais para garantir a confiança e cooperação de todos os membros da comunidade, passou a ter autoridade para tomar decisões rápidas e efetivas em resposta a situações emergenciais, incluindo o fechamento temporário de instalações, suspensão de atividades presenciais, adoção de ensino remoto, restrições de viagens, entre outras medidas.

A educação e conscientização contínuas sobre a importância das medidas preventivas são essenciais nesse processo, bem como a colaboração com outros comitês gestores de crise em universidades e instituições para compartilhar as melhores práticas e lições aprendidas. As contribuições do governo estadual e municipal do Piauí –

assim como as da UFPI – no enfrentamento à pandemia de COVID-19 foram e continuam a ser relevantes para proteger a saúde da população, fortalecer o sistema de saúde e buscar soluções científicas para lidar com os desafios impostos pela crise sanitária. Entretanto, as políticas públicas precisam sair das emendas para possibilitar articulação entre o estado e os setores que compõem a sociedade, uma vez que estas são imprescindíveis para resolver o problema público.

Resultados e discussões

Inicialmente, a pesquisa estava planejada com base nos dados disponíveis no hot site (<https://coronavirus.ufpi.edu.br/>). No entanto, em agosto de 2022, foi encaminhado à Superintendência de Comunicação Social (SCS) da UFPI solicitação das matérias e dados do referido site, uma vez que este era uma das principais ferramentas de divulgação das ações do CGC. No entanto, devido à ausência de respostas oficiais, obteve-se, de maneira não oficial, a informação de que o site não estava mais acessível ao público.

Como parte integrante da dissertação intitulada “Notícias da UFPI nas estratégias econômicas e político-administrativas no enfrentamento da COVID-19”, o contexto aqui apresentado aborda a análise do mês de março de 2020, correspondente ao início da pandemia. A escolha desse intervalo temporal se justifica pelos eventos marcantes

ocorridos no período, quando o mundo estava no estágio inicial do entendimento sobre a doença e as instituições de saúde, incluindo as universidades como disseminadoras de conhecimento, desempenharam um papel significativo.

Em consideração ao ora conceituado por Dourado (2008, p. 108), “as interpretações ativas da realidade, construídas pela experiência social, única para cada indivíduo, produz o raciocínio lógico, necessário para a interpretação das regras próprias do ambiente pesquisado”. Sobre este contexto é que se busca identificar padrões e relacionar causas e efeitos, além de formular e testar teorias e hipóteses, não esquecendo que as interpretações contribuem para a construção do conhecimento e para a compreensão do mundo que nos cerca.

Entretanto, no âmbito da pesquisa em questão, dois fatores contribuíram para a sua limitação. Primeiramente, a perda da memória institucional relacionada ao trabalho desenvolvido no hot site (<https://coronavirus.ufpi.edu.br>) representou um desafio. Além disso, a ausência das diretrizes da Política Pública de Comunicação da UFPI também se configurou como requisito limitante da pesquisa.

No que tange a esse cenário, é imperativo que a instituição acadêmica, enquanto núcleo de geração de conhecimento organizado, compartilhe suas capacidades de estudo, análise e avanços em diversas esferas do saber com o público. Esse

processo é facilitado por um sistema de comunicação que promove a conexão e a participação entre os envolvidos. Ao envolver-se em diálogos com outros participantes, a universidade torna-se mais apta a adaptar-se ou transformar sua proposta de benefícios (Bueno, 2015).

A perda de dados e informações de um site institucional representa uma significativa limitação para a pesquisa, acarretando várias consequências negativas, especialmente no que diz respeito à memória institucional e pode resultar na falta de acesso a informações históricas e documentais relevantes para a compreensão do passado, como registros de eventos, políticas institucionais, projetos realizados, entre outros. Isso pode afetar negativamente a capacidade de pesquisadores, acadêmicos e até mesmo da própria instituição em acessar registros que são essenciais para a análise histórica e para entender a evolução da organização ao longo do tempo.

Outro fator limitante da pesquisa foi a falta de estruturação da política pública de comunicação. Segundo Bueno (2015), a Política de Comunicação pode ser definida de maneira simplificada como o conjunto de diretrizes, posturas, estratégias e ações que orientam o relacionamento de uma empresa ou organização com seus públicos estratégicos. Muitas universidades enfrentam a realidade de não possuir uma política de comunicação formalizada, ou ao menos não

a divulgam em seus sites oficiais ou documentos de gestão.

Contudo, o atual cenário do planejamento estratégico de comunicação está distante do idealizado, atribuindo-se essa discrepância à falta de investimentos, escassez de recursos humanos e deficiências na estrutura física, visto que a institucionalização dessas políticas, por meio de leis, regulamentos e estruturas específicas, é crucial para assegurar a proteção e promoção consistente e duradoura dos princípios democráticos e dos direitos fundamentais no âmbito da comunicação (Bueno, 2015)

Para que não houvesse prejuízo no avanço da pesquisa a mesma foi direcionada para os portais, considerando a participação desses veículos no mercado e a influência quanto abrangência, repercussão e audiência. A escolha foi fundamentada na avaliação do impacto que exercem no cenário regional, bem como na percepção pública em geral, levando em conta o papel desempenhado por esses no contexto político e social, considerando sua influência e alcance nos domínios específicos.

No site da Instituição (33) e nos portais GP1 Piauí (14), Cidade Verde (7), G1 (9) e Meio Norte (6), o que possibilitou observar e comprovar as articulações iniciais que aconteceram e deixaram claro as contribuições internas e externas que foram efetivas.

CORPUS DE ANÁLISE



SITE INSTITUCIONAL DA UFPI

PORTAIS : GPI, CIDADE VERDE, G1 - PIAUÍ E MEIO NORTE

PERÍODO DE ANÁLISE:

**MÊS DE MARÇO
2020 - INÍCIO DO CENÁRIO**

Elaborado pela autora

Como diferentes aspectos favoreceram a construção e a disseminação de conteúdo jornalístico no combate à COVID-19, estabeleceu-se análise com base nas ações desenvolvidas pelo comitê mencionado acima, identificando as estratégias utilizadas pela administração e, conseqüentemente, pela comunicação da Instituição para pautar, informar e formar opinião nas mídias, através de seus canais de comunicação, fornecendo orientações atualizadas, medidas de prevenção, notícias sobre as pesquisas que estavam sendo realizadas, tanto para a comunidade acadêmica e como para a sociedade em geral.



Elaborado pela autora

Diante da coleta realizada e tomando por base o princípio da instantaneidade e da busca desenfreada por informações, fica perceptível o quanto os portais on-line tornaram-se uma das principais maneiras de manter-se informado, uma vez que suas ferramentas permitem uma cobertura constante, mesmo que nem sempre seja completa. De forma quase que instantânea, as notícias produzidas na UFPI eram pautadas pelos meios aqui estudados, levando em consideração a necessidade dos desafios impostos pela nova realidade e a responsabilidade com a verdade e a apuração detalhada dos fatos.

Vista como reflexo de diversas correntes teóricas e como instrumento vivo na construção do conhecimento,

a comunicação, como afirma Sousa (2014), no mundo contemporâneo assume o papel de reconfiguração do novo cenário de práticas e de estudos que norteiam o campo comunicacional. Deste modo, as tecnologias da informação e da comunicação andam lado a lado e passam a criar possibilidades epistemológicas da prática jornalística.

A disseminação de notícias confiáveis sobre a COVID-19 foi essencial para combater a desinformação e o pânico infundado, e contribuiu para a percepção de um senso de alerta e precaução na comunidade acadêmica e na região. A UFPI, como instituição acadêmica, teve o papel de fornecer informações embasadas cientificamente, baseadas em pesquisas e estudos realizados por especialistas.

Utilizando-se das notícias veiculadas para fornecer orientações específicas para sua comunidade acadêmica, incluindo estudantes, professores e funcionários, como informações sobre a suspensão de aulas presenciais, adoção de medidas de segurança nas instalações da universidade, as notícias veiculadas pela UFPI e propagadas nos meios de comunicação confirmam a hipótese levantada nesta pesquisa quanto as estratégias comunicacionais da UFPI terem pautado as notícias dos jornais e servido como fonte de informação para a mídia na condução da pandemia.

Considerações finais

Na exposição de Santos (2020), sustenta-se que o corona vírus compartilha contemporaneidade conosco em um sentido profundamente abrangente. Analisando as perspectivas apresentadas, busca-se compreender a influência dos interesses econômicos e políticos na produção, seleção e apresentação de informações durante a pandemia. Este estudo fundamenta-se em correntes teóricas que enfatizam a relevância das estruturas de propriedade dos meios de comunicação, das interações entre empresas de comunicação e atores políticos, e das dinâmicas de mercado na determinação do conteúdo midiático.

Assim, as tecnologias da informação e da comunicação emergem como facilitadoras de possibilidades epistemológicas na prática jornalística. Importa destacar que a disseminação de informações confiáveis sobre a COVID-19 revelou-se crucial para contrapor a desinformação, que é entendida como um produto moldado com a intenção de manipular em favor de interesses políticos, que, de maneira abrangente, também possui uma dimensão mercadológica, assume a posição de uma estratégia. Diante desse cenário complexo e adverso, torna-se pertinente explorar abordagens para combater efetivamente a disseminação desse fenômeno. Vale ressaltar que a desinformação não se limita apenas à sua faceta mercadológica, sendo também, e

principalmente, um fenômeno que se manifesta por outras vias, nem sempre intencionais.

Nesse sentido, é imperativo analisar e compreender a desinformação não apenas como uma ameaça isolada, mas como um fenômeno multifacetado que demanda estratégias abrangentes para enfrentar seus impactos abrangentes na sociedade. (Rêgo, 2020) Em contrapartida a esta realidade, as estratégias comunicacionais adotadas pela UFPI emergiram como elementos fundamentais na pauta das notícias veiculadas nos jornais, consolidando-se como uma fonte confiável de informações para a mídia durante o desenrolar da pandemia.

A constatação dessa interconexão entre as estratégias comunicacionais da UFPI e a condução das notícias pelos veículos de imprensa ressalta a relevância do papel desempenhado pela instituição no cenário informativo. A Instituição não apenas atuou como difusora de conhecimento científico e práticas eficazes relacionadas à pandemia, mas também desempenhou um papel proeminente na construção de narrativas que influenciaram positivamente a disseminação de informações, o que veio contribuir no estabelecimento de uma relação eficaz entre a universidade e os meios de comunicação, como também para a construção de uma comunidade informada e consciente.

Referências bibliográficas

Baumgarten, Maira; WEBER, Maria Helena. Ciência, informação e política na pandemia brasileira. **LIINC em revista. Rio de Janeiro, RJ: IBICT. Vol. 17, n. 2 (nov. 2021), e5702**, 2021. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/232684>. Acesso em: 07 jan. 2024.

Bueno, Wilson da Costa. **Políticas de comunicação: só poucas organizações podem ter**. 2015. Disponível: http://www.comunicacaoempresarial.com.br/comunicacaoempresarial/artigos/comunicacao_corporativa/artigo13.php. Acesso em: 22 dez. 2023

Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO). **OMS, 1946**. USP. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5733496/mod_resource/content/0/Constituicao%20da%20Organizacao%20Mundial%20da%20Saude%20%28WHO%29%20-%201946%20-%20OMS.pdf / Acesso em: 08 out. 2021.

Dourado, Jacqueline Lima. **Estudo das estratégias da Rede Globo de Televisão na esfera da cidadania**. 256 f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008.

Ferrari, J. O Processo de Bolonha e os cortes na Educação Superior do Governo Bolsonaro: Considerações a partir de textos jornalísticos. **Ensaios Pedagógicos**, v. 3, n. 2, p. 69–77, maio-ago, Sorocaba, 2019. Disponível em: <https://www.ensaiospedagogicos.ufscar.br/index.php/ENP/article/view/135/> Acesso em: 25 jan. 2022.

Kunsch, Margarida Maria Krohling. **Comunicação organizacional:** contextos, paradigmas e abrangência conceitual. Matrizes, v. 8, n. 2, p. 35-61, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v8i2p35-61>. Acesso em: 20 jun. 2022.

Organização Pan-Americana de Saúde. **Histórico da pandemia de COVID-19.** Brasília-DF, [2020]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19> / Aceso em: 12 out. 2021.

Panizzon, Mateus; COSTA, Camila Furlan da; MEDEIROS, Igor Baptista de OLIVEIRA. Práticas das universidades federais no combate à COVID-19: a relação entre investimento público e capacidade de implementação. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 635-649, ago, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/DFLXCXxR5TXWxtYtWdxY6Ty/?format=pdf&lang=pt/> Acesso em: 05 out. 2022.

Patrício, Iza et al. Promovendo saúde com educação ambiental no enfrentamento da pandemia Covid-19. **Ensino, Saúde e Ambiente**, v. 13, n. 3, p. 154-171, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente/article/view/43059/> Acesso em: 26 set. 2022.

Posetti, Julie et al. **Desinfodemia: Decifrar a desinformação sobre a COVID-19.** 2020. Disponível em: <https://policycommons.net/artifacts/8212215/desinfodemia/9123770/> Acesso em: 07 jan. 2024.

Rêgo, Ana Regina. **Vigilância, controle e atenção: a desinformação como estratégia.** **Organicom**, v. 17, n. 34, p. 82-92, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/organicom/article/view/180753/168685> Acesso em: 30 nov. 2022.

Santos, Boaventura de Sousa. **O coronavírus, nosso contemporâneo**. Sul 21, 17 de maio de 2020. Disponível em: [O coronavírus, nosso contemporâneo \(por Boaventura de Sousa Santos\) - Sul 21](#). Acesso em 12 set. 2022.

Sousa, Mauro Wilton de Sousa et al. **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. Contexto, p. 393-402, 2014.

UFPI. **Ato da Reitoria nº 363 de 16 de março de 2020**. Constitui o Comitê Gestor de Crise, na Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 16 mar. 2020a. Disponível em: <https://coronavirus.ufpi.edu.br/in%C3%ADcio/comit%C3%AA-gestor-de-crise-cgc>. Acesso em: 08 out. 2021.

_____. **Ato da Reitoria nº 796 de 24 de setembro de 2020**. Reconstitui o Comitê Gestor de Crise, na Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 24 set. 2020b. Disponível em: <https://coronavirus.ufpi.edu.br/in%C3%ADcio/comit%C3%AA-gestor-de-crise-cgc>. Acesso em: 08 out. 2021.

_____. **Ato da Reitoria nº 171 de 09 de fevereiro de 2021**. Reconstitui o Comitê Gestor de Crise, na Universidade Federal do Piauí. Teresina-PI, 09 fev. 2021. Disponível em: <https://coronavirus.ufpi.edu.br/in%C3%ADcio/comit%C3%AA-gestor-de-crise-cgc>. Acesso em: 08 out. 2021.

_____ **Plano de contingência para a COVID-19**. Teresina-PI, 19 mar. 2020c. Disponível em: https://ufpi.br/arquivos_download/arquivos/UFPI_plano_contingencia_covid19_v19032020200319151104.pdf. Acesso em 18 abr. 2022.

Schmidt, F.; Mello, J.; Cavalcante, P. Norma Técnica nº 32, de abril de 2020. **Estabelece estratégias de coordenação governamental na crise da Covid-19**. In: IPEA, abril de 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9828/1/>

NT 32 Diest Estratégias%20de%20coordenação%20
governamental%20na%20crise%20da%20Covid 19.pdf Acesso
em: 05 mai. 2022.

Capítulo 6

ANTIVACINA: movimentos que desinformam e lucram com a *fake Science*²⁸

Lívia COSTA²⁹ (UFPI)

Ana Regina RÊGO³⁰ (UFPI)

Apesar de ter se estruturado por volta de 1853 na Inglaterra, até os dias atuais os movimentos antivacinas vem ganhando força e cada vez mais adeptos em todo o mundo. A internet e especialmente as mídias digitais tem sido uma ferramenta ideal para disseminar de forma exponencial e incontrolável as suas narrativas. E diante da quantidade de conteúdo que circula na web, fica cada vez mais difícil para as pessoas identificarem o que condiz com a realidade dos fatos, principalmente porque vários aspectos são levados em consideração quando alguém é colocado diante de uma informação, como a relação como o passado e experiência de mundo de cada indivíduo, o que corresponde também a pós-verdade, sendo estes determinantes para que cada usuário acredite ou não o conteúdo recebido.

28 Trabalho apresentado no GT 1- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

29 Mestranda do Curso de Comunicação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, e-mail: liviacostta6@gmail.com.

30 Professora doutora do curso de Jornalismo e do mestrado em Comunicação da Universidade Federal do Piauí – UFPI, e-mail: anareginarego@gmail.com.

Os movimentos antivacinas atrelado ao negacionismo científico tem causado na sociedade serias consequências, que podem inclusive provocar a morte de pessoas, como na pandemia da Covid-19 em que tal fato ficou mais evidenciado. Enquanto os órgãos de saúde e a ciência buscavam formas de conter o vírus, os movimentos antivacinas utilizaram a crise sanitária mundial para potencializar os lucros e alcançar seus interesses mercadológicos por meio da *fake Science*. Rêgo (2021) explica que durante a pandemia da COVID-19 os movimentos antivacinas atuaram de forma intencional para atacar e desacreditar os imunizantes.

Diante dessas perspectivas, a pesquisa tem como objetivos refletir sobre como se estrutura os movimentos antivacinas, assim como, compreender as narrativas e estratégias desinformativas desses movimentos que visam potencializar seus lucros. Além de influenciar a sociedade desacreditando a ciência e conseqüentemente contribuindo para a hesitação vacinal, especialmente, durante a pandemia da covid-19.

A partir dessas perspectivas, o presente trabalho se ampara na Hermenêutica da Consciência Histórica de Paul Ricoeur, em um processo de interpretação de mundo, buscando descortinar esse fenômeno de modo que possamos compreender os movimentos antivacinas e as suas estratégias mercadológicas.

A hermenêutica fenomenológica de Ricoeur possibilita ir além da interpretação do corpo de um texto, de modo que, permite uma compreensão do mundo e do ser (Gonçalves, 2017). Nesse sentido, Ricoeur (2010), explica que é preciso compreender-se diante do texto, em um processo de apropriação ou desapropriação. O hermeneuta se apropria do mundo, traduz, intervêm, e produz transformações que retornam para o mundo, em um ciclo hermenêutico interminável. Para tanto, o processo de interpretação e reinterpretação possibilita apreender as posições de mundo, e a partir das referências presentes nos textos desvelar o mundo que tornou possível essas textualidades. “Compreender um texto é seguir o seu movimento do sentido para a referência: do que ele diz para aquilo de que fala” (Ricoeur, 2010).

Movimentos antivacina e as narrativas desinformativas

As vacinas atuam como uma importante controladora de doenças em todo o mundo, e através da cobertura vacinal muitas doenças infecciosas graves são controladas e erradicadas. Os imunizantes também reduzem consideravelmente o número de mortes, além de ser um método mais barato e eficaz para a saúde pública. No Brasil, por exemplo, doenças como a poliomielite, varíola, e o sarampo foram eliminados do país,

mas em 2019 devido à recusa dos imunizantes, os casos de Sarampo voltaram a aparecer na sociedade brasileira.

Um fator considerável para a baixa procura e recusa dos imunizantes é a desinformação sobre as vacinas, que visa convencer a população que as vacinas trazem malefícios ao organismo humano. No entanto, como aponta dos dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) “a vacinação é responsável por evitar cerca de 2,5 milhões de mortes anuais, número que poderia ser bem maior, com mais 1,5 milhão de vidas salvas, caso a cobertura vacinal fosse melhorada em todo o mundo” (Fiocruz, 2021).

Os primeiros registros dos movimentos antivacinas, foram relatados em 1853, na Inglaterra, quando o *Compulsory Vaccination Act* despertou a ira da classe média-alta ao tornar obrigatória a vacinação para as crianças. Já no Brasil, os primeiros registros se dar em 1904, através da revolta da vacina, um levante popular que aconteceu no Rio de Janeiro, e contrariava as ações do Governo da época que também tornava obrigatória a vacinação para combater a varíola, peste bubônica e afebre-amarela.

Em 1998, o médico Andrew Wakefield publicou o periódico *Lancet*, em que os estudos apontavam que a vacina MMR contra sarampo, caxumba e rubéola, teria exposição ao mercúrio e poderia causar autismo nas crianças. Tal especulação fortaleceu as narrativas dos movimentos antivacina que a

partir da divulgação desse estudo se encontrava forjado “cientificamente” para comprovar suas teorias conspiratórias contra as vacinas. Diante desse fato e com a repercussão da pesquisa sobre o suposto risco de autismo pós-vacinal, as taxas de vacinação com MMR caíram drasticamente, e duas décadas depois, apenas 32,9% da população entre 10 e 40 anos possuíam anticorpos antissarampo no Brasil (Vasconcellos; Castiel, 2020; Sevchenko, 1993).

Destaca-se que tanto os movimentos antivacina como a desinformação emergem na sociedade desde a antiguidade, contrapondo os estudos científicos e colocando em risco a vida humana. Mas a partir das possibilidades ofertadas pela internet, as narrativas desinformacionais antivacina foram potencializadas pelo alcance das ferramentas digitais, como aplicativos de mensagens instantâneas, redes sociais, plataformas de vídeos, sites, entre outros mecanismos.

Conforme Vasconcellos e Castiel (2020, p. 6) “nas últimas décadas, as redes virtuais antivacinas seguiram ampliando seus espaços, influência e vítimas por conta do vigoroso impulso de vários aliados, entre eles, as celebridades que abraçaram a causa em debates veiculados pelas mídias de massa”.

No Brasil, o ex-presidente Jair Bolsonaro, se tornou um dos principais negacionistas científicos e disseminadores de desinformação. Durante a pandemia da COVID-19, o maior

líder político do país tratou o vírus como uma “gripezinha”, defendeu tratamentos precoces a base de medicamentos comprovadamente ineficazes contra a doença em curso, como a Hidroxicloroquina. E com a chegada da vacina, travou uma disputa política com o governador de São Paulo, João Doria, acerca da eficácia e da distribuição dos imunizantes.

É importante salientar, que essa disputa ocorria enquanto os cientistas e mundo comemoravam a segurança e a chegada das vacinas contra a COVID-19, por outro lado Bolsonaro e a sua família fizeram questão de deixar claro que não tomariam o imunizante, por considerarem ineficaz. Além disso, o ex-presidente ainda sugeriu que quem tomasse a vacina poderia virar “jacaré”, contribuindo assim para a hesitação vacinal no Brasil.

Desse modo, as narrativas antivacinas passaram a ter nova relevância com a chegada da internet. No passado as visões contrárias a ciência eram limitadas, isoladas, e restritas a um pequeno grupo. Já com as redes sociais, mediadas pela Internet, esse tipo de narrativa conseguiu alcançar um número maior de pessoas e, conseqüentemente, conseguem atingir a massa crítica necessária para fortalecer seus discursos.

Nesse contexto, a desinformação sobre as vacinas se aproveita da lógica algorítmica através das “bolhas”, que impede que o conteúdo com visões contestadoras chegue

eficazmente em tais grupos, além disso, possibilita um ambiente de reforço positivo em relação a todos os tipos de conceitos errados (Camargo, 2020). Como afirma Massarini (2021, p. 31) ao explicar que “a exploração dos sentimentos de medo e insegurança torna o movimento antivacina uma ameaça à saúde pública, ao contribuir para o que a OMS define como hesitação vacinal: o atraso na aceitação das vacinas ou a sua recusa, mesmo que elas estejam disponíveis para uso”.

No mesmo viés, Camargo (2020) compreende que a recusa do conhecimento científico pode ser reforçada através de fenômenos sociocognitivos complexos, em que caso uma pessoa tenha uma concepção errada sobre determinado assunto ou acontecimento, o contato com fatos contrários tende a reforçar ainda mais suas as crenças em vez de enfraquecer tais os conceitos errôneos inicialmente estabelecidos. O autor também explica que o efeito *Dunning-Kruger* pode ser observado nas posições antivacina, pois tal fenômeno “leva a avaliações erradas da própria capacidade de julgamento, fazendo com que as pessoas com menos conhecimentos pensem que são mais capazes de avaliar a informação do que os próprios experts na matéria” (Camargo, 2020, p. 3).

Para Iyengar e Massey (2019, p. 01) “a desconfiança no empreendimento científico e as percepções equivocadas

do conhecimento científico decorrem cada vez menos de problemas de comunicação e mais da disseminação generalizada de informações enganosas e tendenciosas”. Segundo Centola (2020) a propagação da hesitação vacinal se dar através da aceitação da sociedade em acreditar na possibilidade que as vacinas são prejudiciais à saúde humana. Desta forma, a desinformação sobre as vacinas atinge seu objetivo quando os cidadãos consideram as narrativas desinformacionais como legítimas em um debate.

Rêgo (2021) explica que conforme a pesquisa realizada em 2018, pelo Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), as “notícias falsas” se espalham 70% mais rápido do que uma informação jornalística comprovada. A pesquisa considerou como foco o Twitter³¹, analisando 126 mil postagens compartilhadas, por 3 milhões de pessoas. Desse modo, “a desinformação é um dos produtos mais lucrativos da atualidade, tanto para quem o produz na rede mundial de computadores, independentemente da plataforma que utiliza, assim como, para as próprias *big Techs*” (Rêgo, 2021).

Vignoli, Rabello e Almeida (2021) entendem que a desinformação sobre as vacinas se utiliza de práticas,

31 Elon Musk, diretor-executivo da Tesla e SpaceX, comprou o Twitter em 2022, e no ano seguinte em 24 de julho de 2023, mudou do nome da rede social para X. Nesse sentido, ressaltamos que mesmo após a troca de nome, durante a pesquisa vamos nos referir a esse canal na internet pelo nome antigo, tendo em vista que todas as citações sobre Twitter se dar antes da modificação da marca.

situações e formatos do regime de informação em curso para ganhar adeptos, e por este motivo torna-se difícil para as pessoas comuns contra-argumentar às narrativas negacionistas produzidas.

As tensões entre a ciência e da desinformação sobre as vacinas são exemplificadas pelos autores ao afirmarem que “do lado dos defensores dos imunossupressores imunobiológicos há a ciência, os testes e a generalização pautada em evidências científicas; do lado da desinformação sobre as vacinas existe, por vezes, a crença, a pseudociência, as generalizações sem evidência confiável, a pseudo informação, a desinformação” (Vignoli; Rabello; Almeida, 2021, p. 14). E diante dessas narrativas a opinião pública nem sempre consegue diferenciar as intencionalidades ou o que é condizente com a realidade.

Conforme o estudo apresentado pela AVAAZ³², em 2020, cerca de 94% das pessoas entrevistadas durante a realização da pesquisa no Brasil, recebem pelo menos uma desinformação sobre a COVID-19, e sete em cada dez, acreditam no conteúdo recebido. Galhardi (2021) enfatiza que a quantidade exponencial de desinformação na pandemia impactou no ‘abandono vacinal’ e conseqüentemente na adesão de tratamentos precoces sem eficácia científica comprovada. Além disso, também colaborou para descredibilizar a ciência

32 Veja mais em: https://avaazimages.avaaz.org/brasil_infodemia_coronavirus.pdf.

e as instituições globais de saúde, assim como, provocar pânico e colocar a vida da população em risco.

Cabe mencionar também, como a vacinação foi determinante para o controle da pandemia e a redução dos números de mortes. Desde o início da pandemia no Brasil, em março de 2020, mais de 689 mil pessoas morreram vítimas da COVID-19. Conforme o estudo divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz, as vacinas contra a COVID-19, de janeiro a agosto de 2021, salvaram aproximadamente 54 mil a 63 mil vidas de pessoas, com 60 anos ou mais.

Os imunizantes também evitaram 158 mil a 178 mil internações de idosos no Brasil. Os dados da pesquisa ainda apontam que se a vacinação tivesse seguido o mesmo ritmo de oito semanas depois de seu início de aplicação, cerca de 47 mil vidas de idosos poderiam ter sido salvas, bem como evitado 104 mil hospitalizações (FIOCRUZ, 2022).

A revista *Lancet Infectious Diseases*, em novo estudo de modelagem matemática, aponta que durante o primeiro ano de vacinação contra a COVID-19, os imunizantes evitaram 19,8 milhões de mortes em todo o mundo. E apesar da velocidade em que foram desenvolvidos os imunobiológicos, e desde que a primeira vacina foi administrada em 2020, e distribuída ao longo de 2021, ainda assim foram registradas mais de 3,5 milhões de mortes em decorrência da COVID-19 (Watson et al., 2022).

O Center for Countering Digital Hate (Centro de Combate ao Ódio Digital), dos Estados Unidos, divulgou uma pesquisa em que aponta para uma série de empresas, ONGs, comitês políticos que compõe e fazem dos movimentos antivacina uma grande indústria lucrativa com receita anual de até 35 milhões de dólares.

No total, a pesquisa analisou doze grupos antivacinas, estes disseminaram aproximadamente mais de 70% do conteúdo falso sobre os imunizantes da COVID-19 no Facebook. O médico Joseph Mercola, é apontado como um dos maiores propagadores de desinformação sobre as vacinas, conforme pesquisa realizada em 2021, pelo The News York Times, Marcola disseminou mais de 600 artigos que traziam dúvidas sobre a produção das vacinas desde o início da pandemia do coronavírus (CCDH, 2021).

O relatório do CCDH (2021) cita personalidades com grande influência e que também possuem salários altíssimos a partir do mercado antivacina como Robert F. Kennedy Jr., presidente da Children's Health Defense, que anualmente fatura 255.000 dólares em seu cargo e, Del Bigtree, Diretora Executiva, da Rede de Ação de Consentimento Informado que fatura por ano \$ 232.000 dólares. Os movimentos vacinas também lucram às custas da saúde pública com a pandemia da COVID-19, nas redes sociais os grupos antivacina possuem mais de 62 milhões de seguidores o que possibilita gerar para a indústria o lucro de até US\$ 1,1 bilhão de dólares.

Segundo o CCDH (2021), os antivacinas em outubro de 2020, se reuniram através de uma conferência com o objetivo de planejar seu impulso estratégico. Para tanto, optaram por minimizar os riscos da COVID-19, subverter os especialistas em saúde e impedir consequentemente a vacinação, além de ampliar as possíveis dúvidas e efeitos colaterais sobre o imunizante.

Nos Estados Unidos, enquanto as pequenas empresas lutavam contra a pandemia da COVID-19, registros públicos do Governo Federal dos EUA, revelam que as organizações associadas a nove líderes antivacinas receberam, por meio de empréstimos do Programa de Proteção de Pagamento (PPP), mais de US\$ 1,5 milhões dólares. As nove organizações antivacina que foram beneficiadas pelo empréstimo do PPP apontam que o dinheiro foi destinado para manter 174 empregos.

Contudo, nesse texto estamos buscando compreender se a desinformação sobre as vacinas é efetivamente contributiva da hesitação vacinal em meio à crise sanitária e as inúmeras mortes provocadas pelo vírus da COVID-19. As narrativas desinformacionais atacam diretamente a eficácia das vacinas, os estudos desenvolvidos pela ciência, além de apontar erroneamente efeitos colaterais graves que podem levar a morte, causando na sociedade insegurança e medo de tomar o imunizante.

Tal fato se configura, ao ser mais lucrativo para a desinformação sobre as vacinas trabalhar com tratamentos paliativos a base de medicamentos, já que o uso de remédios é constante, enquanto a vacina é pontual e atua diretamente para conter a doença na população. Nesse sentido, Rêgo (2021) aponta que a recusa dos imunizantes durante a pandemia da COVID-19, não foi uma questão aleatória, mas uma estratégia que visa fortalecer a desinformação sobre as vacinas e potencializar seus lucros.

Fake Science e o negacionismo científico

A ciência é indispensável à saúde humana, graças aos avanços a partir dos estudos, pesquisas e testes científicos foi possível a erradicação, controle e cura de inúmeras doenças que poderiam causar sequelas graves e sobretudo provocar até a morte. Por isso, a desinformação sobre a ciência traz consequências que interferem diretamente na vida das pessoas. Cunha e Chang (2021) complementam que a ciência é atingida pelas narrativas desinformacionais por conter informações de interesse da sociedade, assim como também por possuir credibilidade frente à população. Para tanto, as notícias sobre ciência são compartilhadas em diversos meios ao tempo em que formam grupos que não só apenas disseminam as mensagens, mas que também tomam

decisões com base nestas informações. Em virtude disso, os movimentos antivacinas se fortalecem e possuem adeptos em todo o mundo, se instituindo a partir de notícias inverídicas sobre vacinas, de forma que influenciam diretamente as pessoas, especialmente, sobre a decisão de tomar o imunizante ou não, (Cunha e Chang, 2021).

No cenário atual, a pós-verdade também é um dos fatores pelo qual também podemos compreender o porquê as narrativas antivacina são aceitas sem muitos questionamentos por parte do público, visto que, mesmo as pessoas estando diante de um fato comprovadamente falso, ainda assim, tal conteúdo verdadeiro pode não ser aceito como uma narrativa credível. Para tanto, D’Ancona (2018, p.20), compreende a pós-verdade como “circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes em formar opinião pública do que os apelos à emoção e à crença pessoal”. Nessa perspectiva, Cunha; Chang (2021) apontam que a falsificação está presente em todos os níveis da vida contemporânea, de modo que o engano afeta a ciência e as informações sociais, além disso também afeta a capacidade dos indivíduos em realizar escolhas que tenham como parâmetro principal a evidência.

A desinformação relacionada *fake Science* interfere na credibilidade científica e conseqüentemente na capacidade da sociedade em diferenciar quais as melhores orientações

seguir para cuidar da sua saúde. E embora as vacinas tenham a eficácia comprovada no combate a doenças graves que inclusive podem levar a morte, a disseminação de conteúdos fraudulentos que contrapõe esse fato tem provocado a recusa dos imunizantes e sobre tudo um fenômeno crescente como a hesitação vacinal ou seja a recusa por parte da população em tomar vacina, (Hopf, Krief, *et al.* 2019).

Para Rêgo (2021, p.224), as narrativas desinformacionais não se tratam apenas de fraudes ou mentiras deliberadas, mas “trata-se de narrativas dúbias e/ou híbridas, que mesclam fatos e mentiras, apresentam narrativas descontextualizadas, imprecisas e manipuladas, de modo a levar o receptor da mensagem a acreditar na desinformação, pois nela há alguma informação comprovada”.

Nesse contexto, dados da UNICEF³³ alertam que entre os anos de 2019 e 2021 cerca de 1,6 milhões de crianças não foram imunizadas no Brasil contra a difteria, tétano e coqueluche – DTP, e no mundo aproximadamente 48 milhões de crianças não completaram o esquema vacinal. Alguns fatores podem ter contribuído para a queda na vacinação, como a pandemia da COVID-19, tendo em vista a sobrecarga no sistema de saúde, além da falta de importância com que alguns indivíduos tem dado à vacinação, (UNICEF, 2023).

33 Disponível em: [https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-
virgula-6-milhao-de-criancas-nao-receberam-nenhuma-vacina-dtp-ao-
longo-de-tres-anos-no-brasil](https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/1-
virgula-6-milhao-de-criancas-nao-receberam-nenhuma-vacina-dtp-ao-
longo-de-tres-anos-no-brasil). Acesso em: 09. Ago.2023.

A pandemia da Covid-19 foi o cenário ideal para o mercado da desinformação disseminar suas narrativas, e consequentemente influenciar mais indivíduos. Visto que, o mundo ficou diante de uma doença grave, contagiosa e altamente letal. O desconhecimento de como o vírus agiria em cada organismo e a ausência de um tratamento que barrasse a crise sanitária fez com que muitas pessoas recorressem a alternativas paliativas, principalmente, sugeridas pelos detentores da falsa ciência, cujo o objetivo é lucrar com adesão de tais tratamentos.

Rêgo (2021), relaciona que a pandemia potencializou a produção da pseudociência. Para tanto, cientistas e médicos dentro do mercado da desinformação utilizaram da sua credibilidade, se forjando no campo científico para disseminar informações falsas ou distorcidas que em muitos casos podem prejudicar a saúde da população. Para Hopf, Krief, Mehta, *et al.* (2019, *online*), os impulsionadores da falsa ciência se utilizam do sistema de publicação científica atual com intuito de disseminar o conhecimento comprovado, no qual a “intersecção do avanço da ciência e recompensas financeiras e de reputação para cientistas e editores incentivam o jogo e, no extremo, a criação e promoção de resultados falsificados”.

Portanto, o negacionismo científico contrapõe os estudos desenvolvidos cientificamente e que possuem resultados

comprovados com base na evidência dos fatos. A principal questão em discordar dos achados científicos é se basear no empirismo, em teorias conspiratórias, no senso comum, fatos isolados e crenças pessoais, por isso, a negação da ciência tem levado a alguns indivíduos na sociedade a situações preocupantes que distanciam sua percepção de mundo do real, influenciando suas decisões e sobretudo podendo colocar a própria saúde em risco, como por exemplo ao negarem a eficácia das vacinas.

Vilela e Selles (2020) complementam ao dizer que apesar das narrativas negacionistas não terem evidências comprovadas, ainda sim, possuem muitos adeptos que acreditam em tais explicações por se sentirem confortáveis, mesmo que os fatos possam ser facilmente desmentidos. Roque (2020, *online*), elucida que “vivemos hoje um clima de ceticismo generalizado, uma descrença nas instituições que favorece a disseminação de negacionismos, encampados por governos com políticas escancaradamente anticientíficas”.

Caruso e Marques (2021) abordam que o negacionismo científico se estabelece em cenários em que os indivíduos da sociedade e organizações buscam uma realidade alternativa para contrapor ou desacreditar de fatos reais que de alguma forma causam desconforto por não serem como desejam. Nesse contexto, A desinformação relacionada as vacinas tem causado na sociedade serias consequências, que podem

inclusive provocar a morte de pessoas, como na pandemia da Covid-19 em que tal fato ficou mais evidenciado. Enquanto os órgãos de saúde e os cientistas buscavam formas de conter o vírus, a desinformação antivacina utilizou a crise sanitária mundial para potencializar os lucros e alcançar seus interesses mercadológicos por meio da *fake Science*.

Considerações finais

Os movimentos antivacinas são altamente lucrativos para as instituições que o financiam, e estão presentes na sociedade durante muitos séculos, se estruturam a partir de narrativas desinformacionais para influenciar os sujeitos e alcançar seus objetivos mercadológicos. Para tanto, podemos observar que o fenômeno da desinformação, assim como os movimentos antivacinas permeiam em toda sociedade, e que a compreensão dessas conjunturas nos permite perceber esse mundo que tornou possível a indústria antivacina, de modo que é um processo negacionista construído ao longo dos anos, e que com as tecnologias digitais ofertadas pela internet tem possibilitado o alcance de muitas pessoas e adeptos em todo planeta, e com isso lucram em cima da saúde pública e da vida humana.

Nesse sentido, a *fake Science* disseminada pelos movimentos antivacinas de forma intencional busca

descredibilizar o desenvolvimento e os estudos científicos que contribuem para a humanidade ter qualidade de vida e erradicar doenças, especialmente as vacinas que agem de forma pontual para combater vírus e bactérias que ameaçam a saúde humana. Durante a pandemia, tais movimentos colocaram na sociedade inúmeras formas de tratamentos precoces para combater a Covid-19, mas que não possuem eficácia contra o vírus, no entanto apenas com a celeridade da produção de um imunizante o mundo pode ter controle da pandemia. Deste modo, os movimentos antivacinas não beneficiam financeiramente apenas mercadores, mas as plataformas digitais têm lucrado com a rede antivacina e consequentemente contribuído para a hesitação vacinal, especialmente, durante a pandemia da covid-19.

Nesse sentido como aponta o relatório da CCDH, os vídeos de anúncios no YouTube dos movimentos antivacinas podem ter aproximadamente US\$ 707.222 de lucro anualmente. Para tanto, o “YouTube divide essa receita de anúncios, dando aos criadores de conteúdo uma participação de 55%, mantendo os 45% restantes. Esse modelo significa que os antivacinas podem ganhar até \$ 388.972 por ano de anúncios em vídeos do YouTube, enquanto o YouTube ganha \$ 318.250”.

É nesse cenário desinformacional monetizado pelos movimentos antivacinas e através das diversas plataformas, e vários outros meios de comunicação que a sociedade termina

por aderir e acreditar nas narrativas negacionistas. Por fim, complementando com Ricoeur, tendo em vista a relação com o passado, o contato com a experiência e as vivências, faz com que cada indivíduo não perceba as intencionalidades dos movimentos antivacinas, e em consequência disso descredibilizam a os estudos científicos pondo a própria vida em risco.

Referências bibliográficas

Avaaz. **Grupos antivacina já começaram campanha de desinformação contra a vacina do Coronavírus**, 2020. Disponível em: https://secure.avaaz.org/campaign/po/brasil/brasil_ao_vacinar_covid/. Acesso em: 10 jul. 2023.

Camargo, Kenneth Rochel De Jr. **Lá vamos nós outra vez: a reemergência do ativismo antivacina na Internet**. Cadernos de Saúde Pública. ISSN 1678-4464. 36 n°.Suplemento 2. Rio de Janeiro, 2020.

Caruso, F; Marques, A. J. **Ensaio sobre o negacionismo científico em tempos de pandemia**. Research, Society and Development, v. 10, n. 11. 2021.

Centola, D. **Influential networks**. Nature Human Behaviour, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41562-019-0607-5>; Acesso em: 4 ago. 2020.

CCDH, Center for Countering Digital Hate. **Pandemic profiteers the business of anti-vaxx**. 2021. Disponível em: <https://counterhate.com/>. Acessado em: 29 de nov. de 2022.

Cunha, M. B. da; Chang, V. R. J. **Fake Science: uma análise de vídeos divulgados sobre a pandemia/Fake Science: an analysis of videos released about the pandemic.** Amazônia Revista de Educação em Ciências e Matemática, v17, n38, pp. 139 -152, 2021

D'ancona, Matthew. **Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake news.** Barueri: Faro Editorial, 2018.

Fiocruz. **Editora Fiocruz lança livro sobre trajetória e importância das vacinas ao longo da história.** 2021. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/editora-fiocruz-lanca-livro-sobre-trajetoria-e-importancia-das-vacinas-ao-longo-da-historia>. Acessado em: 30 de nov. de 2022.

Fiocruz. **Estimando o impacto da implementação e do momento do programa de vacinação contra a COVID-19 no Brasil: uma análise contrafactual.** 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X\(22\)00214-9/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lanam/article/PIIS2667-193X(22)00214-9/fulltext) Acessado em: 30 de nov. de 2022.

Falhardi, Cláudia Pereira; **Vacinas contra Covid-19 são principal alvo de fake news no Brasil, aponta estudo. Vacinas contra Covid-19 são principal alvo de fake news no Brasil, aponta estudo.** CNN, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/vacinas-contra-covid-19-sao-principal-alvo-de-fake-news-no-brasil-aponta-estudo/>. Acessado em: 29 de nov. de 2022.

Gonçalves, T. C. A. F. A. Litericultura: as narrativas de um presente do passado na imprensa literária do início do século XX. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2017.

Hopf, Henning; KRIEF, Alain; MEHTA, Goverdhan, et al. **Fake science and the knowledge crisis: ignorance can be fatal**. Royal Society Open Science. 2019. Disponível em: file:///C:/Users/livia/Downloads/rsos.190161.pdf. Acessado em: 01 de dez. de 2022.

Iyengar, Shanto; MASSEY, Douglas S. **Scientific communication in a post-truth society**. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 116, n. 16, p. 76567661, 2019.

Massarani, Luisa et al. **Vacinas contra a COVID-19 e o combate à desinformação na cobertura da Folha de S. Paulo**. Revista Fronteiras – estudos midiáticos. Vol.23, nº 2. maio/ago 2021.

Rego, Ana Regina. **A construção intencional da ignorância na contemporaneidade e o trabalho em rede para combater a desinformação**. RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v. 15, p. e1-e12, 2021.

Rego, Ana Regina. **Fake Science: a invasão**. 2021. Disponível em: <https://www.nujocchecagem.com.br/fake-science-a-invasao/>. Acessado em: 01 de Dez. de 2022.

Rego, Ana Regina. **Os riscos da desinformação no mercado de mídia brasileiro**. 2021. Disponível em: <https://www.nujocchecagem.com.br/os-riscos-da-desinformacao-no-mercado-de-midia-brasileiro/>. Acessado em: 01 de Dez. de 2022.

Ricoeur, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: Martins Fontes, 2010. V.1, 2 e 3.

Roque, T. **O negacionismo no poder: como fazer frente ao ceticismo que atinge a ciência e a política**. Piauí, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-negacionismo-no-poder/>. Acesso em: 20 jun. 2023.

Sevcenko, Nicolau. **Revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Scipione.

Unicef. **Pandemia de covid-19 alimenta o maior retrocesso contínuo nas vacinações em três décadas**, 2022. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/pandemia-de-covid-19-alimenta-o-maior-retrocesso-continuo-nas-vacinacoes-em-tres-decadas>. Acesso em: 05 ago. 2023.

Vasconcellos, Paulo R. Silva; CASTIEL, Luis David. **COVID-19, as fake news e o sono da razão comunicativa gerando monstros: a narrativa dos riscos e os riscos das narrativas**. Cadernos de Saúde Pública, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/d6ZXNpddtmjgNjRtKMDY4bR/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 28 de nov. de 2022.

Vignoli, Richele Grengre; Rabello, Rodrigo; Almeida, Carlos Cândido de. **Informação, misinformation, desinformação e movimentos antivacina: materialidade de enunciados em regimes de informação**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, vol. 26, e75576, 2021, Janeiro-Abril, Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação - Universidade Federal de Santa Catarina.

Vilela, M.; Selles, S. E. É possível uma educação em ciências crítica em tempos de negacionismo científico? Caderno Brasileiro de Ensino de Física, Florianópolis, 2020.

Watson, Oliver J; Barnsley, Gregory; Toor, Jaspreet, et al. **Global impact of the first year of COVID-19 vaccination: a mathematical modelling study**. Lancet Infect Dis 2022; 22: 1293-302.

Capítulo 7

Desinformação nos Canais de Jornalistas no Youtube³⁴

John Myke Alves PINHEIRO³⁵ (UFPI)

O ser humano como indivíduo que vive em sociedade, influencia e é influenciado o tempo todo, fenômeno que pode ser observado durante toda a história da humanidade. Atualmente há uma necessidade ainda mais intensa de observar e analisar o comportamento humano e essas influências em um período relativamente anoso, mas que traz singularidades ainda em desdobramento no que tange a compreensão da comunicação social e suas implicações na vida das pessoas: o período da internet e as mazelas ocasionadas por ela, principalmente no campo da (des) informação.

Desse modo, existem inúmeras redes sociais que são adotadas para a prática de disseminação de informações falsas como o Twitter, Facebook, WhatsApp, Telegram, Youtube, entre outras plataformas. Milhares de usuários utilizam dessas ferramentas midiáticas com o intuito de

34 Trabalho apresentado no GT 1- Mídia e Dimensões do Tempo - Mídia e Dimensões do Tempo - relações com o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

35 Aluno. Graduando em Comunicação Social – Jornalismo da Universidade Federal do Piauí – UFPI. E-mail: johnmyke133@gmail.com

pôr em circulação notícias falsas, incompletas, distorcidas e que acabam por contribuir, na maioria das vezes, com o descrédito aos meios de comunicação mais amplos, como os jornais, rádios, programas de televisão, entre outros, e até mesmo a ciência.

1. Revisão de Literatura

Diante do que foi exposto, observa-se o impacto das redes sociais na subjetividade do ser humano do século que é marcado pelas interações sociais, influenciando “[...] no que tange aos modos de pensar, comportar-se e agir socialmente desde as interações virtuais” (Fialho, 2019).

A partir disso pode-se afirmar que as fake News podem moldar percepções, criando realidades falsas e prejudicando a distinção entre verdade e mentira. É vital que as plataformas combatam ativamente essa prática, pois essas informações distorcidas podem influenciar eleições e levar a uma mudança na visão de mundo das pessoas, impactando negativamente a sociedade e a consciência coletiva.

É necessário destacar o papel da desinformação “[...] como redutora de incertezas, entropia negativa, fator de homeostase, força básica, utilidade pública, algo que é transmitido em um processo de comunicação” (Braga, 1995). Desse modo, destaca-se sua relevância em conceber

a informação em sua função de transmitir informações verdadeiras. Diante da diversificada possibilidade de opções com o mesmo fim, o aumento da circulação de notícias falsas na Internet possibilitou expressões como fake News e desinformação, questionando assim a credibilidade das informações dispostas por usuários da Internet e até mesmo de redes de comunicações amplas, como jornais. (Leite; Matos, 2017)

As fake News, notadamente no YouTube, têm um poder impactante, evidenciado no cenário das vacinas contra a COVID-19 no Brasil. Durante a crise sanitária, a desinformação gerou medo, insegurança e desconfiança em relação às vacinas, recurso de extrema importância para o retorno à normalidade, ampliando os desafios enfrentados diante da pandemia (Massarani et al, 2021). A ideia de ameaça à saúde ou de disputa política trouxe consequências ainda maiores quando espalhada por mediadores com poder de influenciar um grande número de seguidores na decisão de tomar ou recusar a vacina, dificultando a vacinação em massa da população.

2. Metodologia

O estudo adota uma abordagem qualitativa e quantitativa para investigar a desinformação em canais do YouTube,

analisando como essas práticas impactam a realidade das nações, contribuindo para a erosão da democracia e a distorção da percepção da realidade por meio da construção de narrativas.

Utilizando a análise de conteúdo proposta por Bardin (1977), combinada com a observação direta e não participante proposta por Laville e Dione dos canais selecionados, a pesquisa busca compreender a disseminação de fake News.

A coleta de dados envolveu três canais populares - Leda Nagle, Alexandre Garcia e Sikera Júnior - com a escolha de três vídeos em cada canal, considerando critérios como popularidade, período de análise (janeiro de 2021 a janeiro de 2022), duração mínima de cinco minutos e relevância política e social. Os dados foram organizados em quadros, facilitando a análise de discursos de ódio, sensacionalismo e preconceito, orientando as discussões e conclusões do estudo.

4. Resultados e discussões

4.1 Canal da Leda Nagle N° de Inscritos: 1,39milhões
Vídeos Publicados: 1,8 mil (Dados do canal atualizados em 25/06/2023)

4.2 Quadro I: Canal da Leda Nagle

| | Título do Vídeo | Critério De Análise | Dados Referentes | Observações |
|---|---|--|--|---|
| 1 | <p>“Prisão de Roberto Jefferson a palavra do jurista Ives Gandra sobre STF e a liberdade de expressão”</p> | <p>Vídeos publicados durante o período janeiro de 2021 a janeiro de 2022</p> | <p>Publicado em 14/08/2021 187.620 de views 26 mil likes 2741 comentários</p> | <p>Leda conversa com Ives Gandra Durante a conversa o jurista defende e relativiza a conduta do ex deputado Roberto Jefferson, que acredita haver um ativismo judiciário no Brasil.</p> |
| 2 | <p>“Pastor Silas Malafaia: não tenho nenhum medo de ser preso sou um líder religioso.”</p> | <p>Vídeos publicados durante o período janeiro de 2021 a janeiro de 2022</p> | <p>Publicado em 08/09/2021 1.347.246 de views 84 mil likes 9.640 comentários</p> | <p>Silas Malafaia profere acusações contra o STF e ao ministro Alexandre de Moraes, além de promover e elogiar as manifestações que culminaram nos ataques do 8 de janeiro.</p> |
| 3 | <p>“O fim da América segundo Paulo Figueiredo Filho: Trump China e o mundo”.</p> | <p>Vídeos publicados durante o período janeiro de 2021 a janeiro de 2022</p> | <p>Publicado em 15/05/2021 129.404 de views 21 mil likes 1265 comentários</p> | <p>O comentarista da Jovem Pan dá a entender que o CoronaVírus foi criado em laboratório na China como arma biológica; além disso ele critica os <i>fact checkers</i>.</p> |

O canal de Leda Nagle apresenta disseminação de informações controversas e distorcidas, gerando preocupações sobre a propagação de fake News e a possível manipulação da opinião pública. Em um dos vídeos, a jornalista entrevista Ives Gandra da Silva Martins, renomado jurista brasileiro, onde se destacam falas distorcidas sobre a urna eletrônica, favorecendo narrativas em apoio à candidatura de Jair Bolsonaro nas eleições de 2022.

Gandra demonstra solidariedade a Roberto Jefferson, mesmo diante de suas ações criminosas, como disparar contra Policiais Federais durante uma busca e apreensão. A abordagem de Gandra, respaldada por Nagle, levanta questões sobre o papel do canal na legitimação de comportamentos inadequados e até mesmo criminosos, incluindo misoginia e machismo evidenciados nas declarações de Jefferson. Uma das pautas é acerca da confiabilidade das urnas eletrônicas, onde há o discurso de que poucos países as utilizam. No entanto, é crucial destacar que 46 países adotam esse sistema em suas eleições, o que mostra séria distorção de informações propagada no canal.

Nagle também convida o pastor Silas Malafaia, ligado à direita brasileira, para discutir o cenário político, especialmente no contexto das tentativas de impeachment do ministro do STF Alexandre de Moraes por bolsonaristas. Malafaia, seguindo a linha de outros apoiadores de Bolsonaro,

utiliza fake News para deslegitimar o STF, alegando retirada da liberdade de expressão dos brasileiros por Alexandre de Moraes.

Outro ponto abordado por Malafaia no vídeo refere-se ao voto impresso, afirmando que o sistema eleitoral brasileiro é falho devido às urnas eletrônicas. No entanto, pesquisas indicam a segurança dessas urnas, com meios de fiscalização e auditoria que reduziram práticas fraudulentas.

No terceiro vídeo, Leda entrevista Paulo Figueiredo Filho, que, entre outros temas, fala sobre a origem da Covid-19. Filho considera o vírus como criado em laboratórios chineses com finalidades políticas, indo contra evidências científicas. A disseminação dessas teorias conspiratórias contribui para um ambiente de desinformação prejudicial à saúde pública.

A análise desses vídeos revela uma preocupação significativa sobre o papel do canal de Leda Nagle na disseminação de informações distorcidas, fake News e na contribuição para um ambiente de desinformação que afeta não apenas a esfera política, mas também a saúde pública e a coesão social.

4.3 Canal do Alexandre Garcia

Nº de inscritos: 2,55 milhões

Vídeos Publicados: 2 mil

(Dados do canal atualizados em 18/08/2023).

4.4 Quadro II: Canal do Alexandre Garcia

| | Título do Vídeo | Critério De Análise | Dados Referentes | Observações |
|---|---|--|---|--|
| 1 | “Ações totalitárias em nome da Democracia” | Vídeos publicado durante o período janeiro de 2021 janeiro de 2022 | Publicado em 23/02/2021 167.870 M de views 54 mil de likes 2.721 comentários | Alexandre Garcia defende, de forma indireta, o uso de tratamentos não convencionais e científicos, relacionados a Covid-19. Além disso, fala sobre liberdade e democracia. |
| 2 | “A CPI da eleição de 2022” | Vídeos publicado durante o período janeiro de 2021 janeiro de 2022 | Publicado em 24/04/2021 157.837M de views 45 mil de likes 2.617 comentários | Garcia fala sobre a CPI da Covid, faz um paralelo com a CPI das ONGS do Amazonas, fala sobre vacinas e acontecimentos relacionados, durante a pandemia. |
| 3 | “Supremo e Câmara negam a Constituição” | Vídeos publicado durante o período janeiro de 2021 janeiro de 2022 | Publicado em 27/02/2021 110.224M de likes 3.114 comentários | O apresentador faz um paralelo entre Brasil e Venezuela. Fazendo comparativo que contém informações distorcidas. |

No universo do *YouTube*, o Canal de Alexandre Garcia emerge como uma plataforma influente com uma base substancial de seguidores. Contando com um contingente expressivo de 2,55 milhões de inscritos e uma biblioteca extensa composta por mais de 2 mil vídeos, o canal se destaca como uma fonte prolífica de conteúdo.

No vídeo intitulado “A CPI da eleição de 2022”, Garcia fala sobre as “campanhas do medo” para se referir ao período de lockdown, também apresenta falas como “[...] as mentiras pregadas por aí, eu fico pensando, qual é a responsabilidade de um médico que manda a pessoa pra casa pra esperar”. “As campanhas mentirosas, não vá ao médico, não se trate”. A partir do que foi dito pelo apresentador, observa-se em seu discurso, posicionamento que vai de encontro com o conhecimento científico existente no período de 24 de abril de 2021 acerca da pandemia e as medidas protetivas utilizadas para conter o avanço do vírus.

Como pode ser observado no estudo de Colnago et al., (2021), onde foi analisada a evolução da covid-19 no município de Araraquara bem como a eficiência do lockdown para conter a covid, foi constatado que a adoção do lockdown bem como a manutenção de medidas sanitárias e a vacinação reduziram as infecções e foram essenciais para controlar a pandemia.

Em seu vídeo com nome “Supremo e Câmara negam a constituição”, Garcia fala sobre a prisão de Daniel Silveira, que ocorreu no ano de 2021 após publicar um vídeo onde defende o Ato Institucional (AI-5) e insulta o Ministro do STF (Supremo Tribunal Federal). O apresentador diz que “364 deputados, ao aprovarem a prisão, negaram o que está no artigo 53 da constituição”.

Garcia disse que o artigo 53 da constituição garante a inviabilidade do deputado. Contudo, o parágrafo 3 do artigo 53 considera que “Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.” Logo, um deputado não está imune a lei nesses casos em específicos.

O JusBrasil, em sua matéria intitulada “Por quais crimes Daniel Silveira foi preso?”, explica que o deputado foi preso por crimes de incitação à abolição violenta do Estado Democrático de Direito (presentes no artigo 23 inciso IV, juntamente ao artigo 18 da lei 7.170/1983) bem como coação no curso do processo (artigo 344 do Código Penal).

Com isso, a maioria do plenário considerou que as declarações feitas pela Procuradoria Geral da República (PGR), que deu origem a denúncia, não devem ser consideradas somente opiniões relacionadas ao mandato, dessa forma, não estão protegidas pela imunidade parlamentar, nem pela liberdade de expressão.

Possivelmente, Garcia distorce informações além de utilizar falácias de autoridade, como por exemplo, ao citar o artigo 53 da constituição de forma superficial, como também quando em seu vídeo “Ações totalitárias em nome

da democracia” é falado “O Isaac Newton é outra coisa que ta bem atual, ele observou a maçã que caiu essa maçã e formulou a lei da gravidade”.

Em seguida relaciona com a pandemia alegando que existem pessoas que não escutam a opinião dos médicos, além de afirmar que “[...] a vida que volta daqueles que acabam não entrando nos hospitais porque foram bem tratados”. Tendo em vista que nas *Thumbnails* dos vídeos, Garcia apresenta, de forma estratégica, a palavra “entrelinhas”, pode-se considerar que está sendo falado sobre medicamentos que não foram aprovados para o tratamento da Covid, porém de forma indireta. Fenômeno que pode ser visto, em todos os vídeos analisados, desse apresentador.

De modo geral, Alexandre Garcia utiliza uma estratégia que confunde o seu público. Faz uso de uma narrativa onde costuma, em todos os vídeos analisados, fazer uma analogia entre aspectos diversificados, sendo eles sobre política ou não, e que não necessariamente são verdadeiros, para validar os seus argumentos.

As vezes o apresentador traz conteúdos que são verdadeiros, como por exemplo quando diz em seu vídeo sobre os ataques do governo venezuelano aos jornalistas. Contudo, o mesmo utiliza de um dado verídico e constrói uma narrativa onde relaciona a imprensa brasileira e a imprensa venezuelana como sendo ambas idênticas no que

tange a liberdade de imprensa, distorcendo os fatos, por meio de uma máscara de dados verdadeiros.

4.5 Canal do Sikera Junior N° de inscritos: 5,42

4.6 Vídeos Publicados: 9 mil

(Dados do canal atualizados em 18/08/2023).

Quadro III: Canal do Sikera Junior

| Título do Vídeo | | Critério de Análise | Dados Referentes | Observações |
|-----------------|--|--|--|---|
| 1 | “Mulher quis lacrar Defendendo bandido e se ‘lascrou!’” | Vídeos publicado durante o período janeiro de 2021 janeiro de 2022 | Publicado em 17/11/2021 1.468.168 milhões de <i>views</i> 119 mil de <i>likes</i> 4.230 comentários | O apresentador profere uma série de comentários tendenciosos, utilizando uma Linguagem sensacionalista como “campanha adote um bandido”. |
| 2 | “protetores de vagabundo!” | Vídeos publicado durante o período janeiro de 2021 janeiro de 2022 | Publicado em 22/06/2021 29.129M de <i>views</i> 3,3 mil de <i>likes</i> 140 comentários | O apresentador fala sobre a criminalidade |
| 3 | “No Brasil ‘seria killer’ vira herói!” | Vídeos publicado durante o período janeiro de 2021 janeiro de 2022 | Publicado em 14/06/2021 1.697.888 de <i>views</i> 146 mil de <i>likes</i> 6.437 comentários | O jornalista fala que criminosos se tornam heróis no Brasil. Além disso, o apresentador defende o porte de armas para a população e faz uma série de associações a movimentos sociais como MST. |

O Canal do Sikera Junior, apresenta 5,42 milhões de inscritos além de 8,8 mil vídeos publicados, ou seja, há uma grande audiência, logo, seus vídeos chegam a quantidades massivas de pessoas. Os vídeos partem de uma narrativa mais popular, com linguagem simples e acessível, o que mostra exatamente qual público o apresentador busca acessar.

De acordo com Dejavitte (2002, p. 2), “[...] a matéria-prima do jornalismo é a informação, e seu compromisso maior é com a verdade dos fatos”. Embora essa afirmação trate de uma máxima jornalística, é de praxe que o jornalista transforme o boato ou o “rumor” (Reumaux; 1999 p. 18) em matéria informativa, conferindo-lhe uma aura de autenticidade, o que, por sua vez, passa a influenciar tanto o teor das notícias veiculadas quanto as conversas cotidianas na sociedade.

Conforme discutido por Reumaux, um rumor consiste em dois componentes distintos que merecem destaque. Inicialmente, emerge o próprio relato que serve como veículo para a “notícia”, contextualizando-a em uma situação específica. Em um segundo plano, acompanha-se tal relato com uma narração ou comentário suscitado diretamente pela própria “notícia”. O processo de identificação do rumor pode ser complexo devido a essa dualidade, já que ele circula entre informações objetivas e as interpretações subjetivas emanadas pelo emissor.

A inclusão desses aspectos subjetivos na abordagem do jornalista Sikera Junior visa incorporar a narrativa à

realidade imediata, ao contexto ideológico que vigora não só nos aspectos da comunicação direta, mas também ao redor da figura que ele representa. Essa colocação conduz ao surgimento do conceito de pós-verdade “[...] o termo se encaixa em um mundo em que mentiras, rumores e fofocas se espalham velozmente, formando um cenário propício para a formação de redes cujos integrantes confiam mais uns nos outros do que em qualquer órgão tradicional da imprensa” (Spinelli; Santos, 2018, p.4).

Essa confiança mútua entre o emissor e o receptor (o jornalista e sua audiência que, como pode ser observada pelos números exponenciais do seu canal, em sua maioria, partilha dos mesmos interesses pessoais e ideológicos) desenvolvida através do rumor presente nas vinculações no canal do jornalista entrelaça-se com a proliferação de preconceitos e informações falsas em formato de sensacionalismo. Opiniões pessoais como o porte de arma para a população, além de alegar que há são falsos ou possuem algum grau de comicidade ou outro teor a respeito de pautas relevantes.

No primeiro vídeo analisado, Sikera Júnior elabora uma narrativa sobre uma mulher que supostamente “defende um bandido”, descrevendo uma situação em que ela o isola para proteger sua integridade física. Tanto o apresentador quanto a equipe de profissionais adotam uma postura desumanizada e preconceituosa, evidenciada quando o repórter, chamado

por Sikera, utiliza um tom sarcástico ao se referir à mulher que comprou um “mac-mala feliz”, associando-a a um lanche da rede de fast food *MacDonald's*.

O vídeo simplifica a complexidade da situação, omitindo nuances e contextos relevantes, refletindo o ecossistema midiático do canal do jornalista no YouTube. Nesse ambiente, a informação se mescla com entretenimento, distorcendo a verdade em busca de um impacto apelativo e sensacionalista, mesmo à custa da precisão e integridade da informação.

No segundo vídeo analisado, Sikera expressa de forma indignada seu repúdio ao que ele chama de “vagabundo”, um homem acusado de praticar um homicídio. O que chama atenção para esse vídeo é sua postura em relação aos direitos humanos, especialmente quando ele afirma estar “protegendo bandidos”. Mesmo que essa afirmação coloque em pauta discussões relevantes sobre a aplicação dos direitos humanos a indivíduos que cometeram crimes, não deixa de ser uma narrativa carregada de polarização e sensacionalismo.

O jornalista, ao associar frequentemente o consumo de maconha a atividades criminosas, simplifica a complexa discussão sobre a legalização da droga, ignorando a realidade da superlotação prisional no Brasil, onde 40% dos presos estão envolvidos em crimes relacionados a drogas, conforme a Lei Antidrogas de 2006. Essa abordagem tende

a obscurecer debates mais amplos e baseados em evidências sobre políticas de drogas em todo o mundo.

No vídeo abordando o caso do serial killer Lázaro Barbosa de Sousa, Sikera Júnior destaca-se pelo apoio à aplicação de tortura e violência contra criminosos, expressando publicamente sugestões como “meia hora de cacete nesse cara ele cura rapidinho”. Além disso, ao mencionar que Lázaro poderia ter distúrbios mentais, Sikera endossa uma abordagem extrajudicial e violenta, contrária aos princípios fundamentais de direitos humanos e justiça.

No contexto do combate aos crimes de Lázaro, o jornalista não só endossa abertamente uma postura armamentista, defendendo o acesso ampliado a armas de fogo para a população, mas também promove uma mentalidade de autodefesa, contribuindo para a polarização em torno do tema.

O economista e cientista de dados Thomas Victor Conti, reconhecido por suas contribuições acadêmicas no Insper e no Instituto de Direito Público (IDP-SP), conduziu uma abrangente revisão de estudos acadêmicos em 2017, intitulada “Dossiê Armas, Crimes e Violência: o que nos dizem 61 pesquisas recentes”. Nesse trabalho significativo, Conti, questionou a teoria de “mais armas, menos crimes”. Ele ressaltou que cerca de 90% das revisões de literatura analisadas não apoiaram a correlação positiva entre a

disponibilidade de armas de fogo e a redução de crimes, discordando da posição pública defendida pelo jornalista Sikera Junior.

O estudo contribuiu de maneira significativa para a discussão em torno da relação entre a posse de armas e os níveis de criminalidade. Ele ressaltou que, apesar das ideias populares que podem perpetuar a tese “mais armas, menos crimes”, a pesquisa empírica sugere uma narrativa distinta, na qual um aumento na quantidade de armas está correlacionado a maiores taxas de crimes violentos.

O jornalista Sikera Junior manifesta indignação contra opositores do discurso armamentista, rotulando-os como integrantes do MTST ou MST, alegando invasões e atos de destruição. Entretanto, ambos os movimentos, MST e MTST, surgiram em resposta a questões sociais relevantes no Brasil. O MST busca a reforma agrária, enquanto o MTST luta por moradia digna em contextos urbanos desafiadores.

Esses movimentos têm sido alvo de imputações caluniosas, especialmente após Bolsonaro associar falsas narrativas criminosas a eles. Essa prática, comum no discurso político, encontrou eco significativo entre os apoiadores de Sikera Junior.

MST e MTST, longe de narrativas simplistas, têm raízes históricas e realizações notáveis. Durante a pandemia, o MST realizou campanhas solidárias, doando toneladas

de alimentos e distribuindo máscaras. O MTST, atuando em 12 estados, conquistou avanços significativos, como o empreendimento João Cândido, proporcionando moradia digna para centenas de famílias.

É crucial reconhecer as contribuições reais desses movimentos, desafiando estigmas e desinformação. O exemplo de transformação social, evidenciado pelo MST e MTST, destaca a importância de análises críticas e busca por informações verificáveis na compreensão de movimentos sociais no Brasil.

Considerações finais

Com o advento das tecnologias midiáticas, a disseminação de informações tornou-se mais acessível e instantânea. Entretanto, o aumento das notícias falsas também emergiu como um grave desafio para a sociedade, levando a dificuldades na identificação da veracidade das notícias.

Nesse contexto, esta pesquisa teve como objetivo investigar a presença de notícias falsas nos canais do YouTube de Leda Nagle, Alexandre Garcia e Sikera Junior, personalidades que, devido ao alto número de visualizações, inscritos, comentários e curtidas em seus vídeos, exercem influência considerável na esfera da comunicação no Brasil, com potencial para moldar opiniões.

Os resultados apontaram que os canais de Leda Nagle, Alexandre Garcia e Sikera Junior veiculam informações falsas permeadas por vieses políticos e ideológicos claramente definidos, sugerindo uma inclinação de extrema direita durante o período investigado. As notícias falsas abordavam pautas como defesa do porte de armas pela população, apoio ao voto impresso, promoção de tratamentos não cientificamente comprovados para a COVID-19 e respaldo a atos anti-institucionais.

Referências bibliográficas

Brasil. Presidência da República. **Emenda Constitucional nº 35**, de 20 de dezembro de 2001.

Bardin, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Coimbra: Edições 70, 1977.

Braga, G. M. **Informação, ciência da informação: breves reflexões em três tempos**. Ciência da Informação, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/612/614>. Acesso em: 01 fev.2023.

Colnago, Marilaine et al. **Lockdown contra a Covid-19 funciona ou não? Um estudo de caso com o município de Araraquara**. **Proceeding Series of the Brazilian Society of Computational and Applied Mathematics**, v. 8, n. 1, 2021. Disponível em: <https://proceedings.sbmac.emnuvens.com.br/sbmac/article/view/3608/3637>. Acesso: 07/08/2023.

Conti, T. V. **Dossiê: armas, violência e crimes: o que nos dizem 61 pesquisas recentes.** Disponível em: <http://thomasvconti.com.br/2017/dossie-armas-violencia-e-crimes-o-que-nos-dizem-61-pesquisasrecentes/>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Dejavite, Fábila Angélica. **O jornalismo de celebridade e a propagação do boato: uma questão ética.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 25., 2002, Salvador, BA. Anais eletrônicos [...]. Salvador, BA: Intercom, 2002. Disponível em: http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2002/Congresso2002_Anais/2002_NP2 Acesso em: 06 junho. 2023.

Fialho, Lia; Sousa, Francisca. **Juventudes e Redes Sociais: interações e orientações educacionais.** Revista Exitus. Santarém-PA, Vol.9, Nº1, p (202-231), JAN-MAR 2019. Disponível: <http://www.ufopa.edu.br/portaldeperiodicos/index.php/revistaexitus/article/view/721/42> Acesso em: 19/02/2023.

La Ville, Christian e Dione, Jean. **A construção do saber.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

Leite, L. R. T.; Matos, J. C. M. **Zumbificação da informação: a desinformação e o caos informacional.** Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação. v. 13, Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/918>. Acesso em: 13 fev. 2023.

Massarani, Luisa; COSTA, Márcia; BROTAS, Antonio. **Enquadramentos e desinformação sobre vacina contra COVID-19 no YouTube: embaralhamentos entre ciência e negacionismo.** Revista mídia e Cotidiano. Vol. 15, Número 3, p. (73-100) set./nov, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/50954/30060> Acesso em: 19/02/ Reumaux, Françoise. **Um rito oral urbano, o rumor.** Trad. Eliana

Alvarez. Proj. História, São Paulo, v. 19, nov. 1999. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10872>. Acesso em: 12 julho. 2023.

Santos, Jéssica. A & Spinelli, Eleg. M. **Jornalismo na era da pós-verdade: fact-checking como ferramenta de combate às fake news**. Revista Observatório. Palmas, v. 4, n. 3, p. 759-78 2, maio. 2018.

Capítulo 8

Jornalismo, escola e educação midiática unidos no combate à desinformação³⁶

Rita de Cássia Romeiro PAULINO³⁷ (UFSC)
Ivone Ananias dos Santos ROCHA³⁸ (UFSC)

A partir do pressuposto de que o jornalismo pode contribuir para instituir a educação midiática (EM) na sociedade brasileira e com isso combater a desinformação, a proposta deste artigo é pensar uma formação em EM direcionada a jornalistas para repercutir nas escolas, como forma de implementar a ideia. O primeiro passo foi o projeto piloto intitulado “Jornalismo e Educação Midiática no combate à desinformação”, um minicurso desenvolvido nos dias 23, 25 e 26 de outubro/2023, como parte da Semana Brasileira de Educação Midiática, da Secretaria de Comunicação (Secom) do governo federal e da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina oferecido

36 Trabalho apresentado no GT 1- Mídia e Dimensões do Tempo - relações com o fenômeno da desinformação e o negacionismo científico, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

37 Doutora, docente e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC) e professora do curso de jornalismo da mesma universidade.
Email: rcpauli@gmail.com.

38 Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJOR/UFSC), gestora do projeto Memórias em Rede. E-mail: ivoneasr@gmail.com.

(UFSC), sendo apoiado também pelo grupo de pesquisas Mídia e Linguagem do CNPq (Nephi-Jor). O público participante foi composto por estudantes de Jornalismo, Letras, História, além de professores e profissionais jornalistas.

O estudo dessa formação tem como objetivo colaborar para o fortalecimento da educação midiática no combate à desinformação, abordando a relação do jornalismo com o tema e introduzindo a EM na escola básica. Propõe o uso consciente das mídias, como prática cultural das pessoas, começando pelo estudante. Como aplicação prática, o curso traz a experiência adquirida pelo projeto Memórias em Rede, que desde 2018 trabalha a educação midiática junto a alunos de escolas públicas da cidade de Santos, em São Paulo, utilizando-se de ferramentas do jornalismo.

Os objetivos específicos são (1) discutir a educação midiática em seus conceitos e práticas; (2) abordar a função social do jornalismo na democracia; (3) mostrar um esboço da formação envolvendo esse conteúdo, apresentando a experiência adquirida no projeto piloto (minicurso Jornalismo e Educação Midiática o Combate à Desinformação); e (4) apresentar o projeto Memórias em Rede.

A partir do pensamento de Meditsch (1997) de que o jornalismo, além de reproduzir o conhecimento produzido por ele mesmo, também reproduz aquele conhecimento cuja produção vem de outras instituições sociais, podemos

considerar que o jornalismo desempenha papel importante na promoção e instituição da EM no combate à desinformação. Para o representante da UNESCO no Brasil, Alexandre Sayad (2023), a educação midiática compreende uma capacitação do cidadão em desenvolver habilidades que lhe dê condições de ler e analisar notícias a partir de fontes seguras, para que possa, não apenas produzir, mas compartilhar conteúdo com qualidade, ancorado pela ética.

É importante dar condições às pessoas para se tornarem consumidores críticos, capazes de identificar informações duvidosas ou desinformação, entender como as notícias são produzidas e distribuídas e disseminar a compreensão do problema. E é justamente nesse sentido que se destaca o jornalismo, essencial para fornecer informações apuradas, decodificadas e contextualizadas, colaborando para transformar a cultura de produção e disseminação de informações em uma prática responsável, que colabore com a democracia. Os jornalistas precisam seguir padrões éticos que garantam a precisão e a imparcialidade das informações publicadas. É isso o que a sociedade espera dele, ela o vê como diferencial em relação à abundância de informação disponibilizada nas plataformas digitais. “O ato de relação do jornalista com seu povo ocorre na comunhão e não na rejeição” (Medina, 2006, p. 86).

Segundo a Unesco, em seu relatório global 2021/2022, o jornalismo de qualidade depende de “cidadãos com literacia informativa e midiática”, que consigam discernir, valorizar e exigir tal qualificação. Sem isso, a comunicação corre o risco de ser ultrapassada pela desinformação. E que para se obter habilidades midiáticas e informacionais é preciso que essa informação qualificada seja distribuída equitativamente entre todos os cidadãos. São habilidades conquistadas com a competência cívica, do que depende o direito de se manifestar de diversas formas, inclusive a forma política. Bobbio (1997) entende que tendo liberdade de expressão, as pessoas conseguem diversificar suas fontes de informação e assim, ter poder de influenciar decisões e ações de governos.

A Associação de Jornalismo Digital (Ajour) também compactua dessa premissa, quando defende que a educação midiática permite a participação cada vez maior da sociedade conectada, pelo extraordinário volume de conteúdo ao alcance de todos, muitas vezes, bastando para isso apenas um clique. A instituição acredita que a conexão entre educação midiática e jornalismo acontece de diversas formas, entre as quais pelo entendimento da relevância da imprensa, o que torna possível a News Literacy, definida por Hobbs (2021) como um recurso, cuja função é oportunizar a diversidade cultural e as políticas de proteção de direitos humanos e do interesse público às classes socialmente mais vulneráveis,

buscando a redução das desigualdades. É pela News Literacy que o jornalismo pode ser efetivamente reconhecido como fundamental para a democracia.

Entretanto esses conceitos de educação midiática precisam estar presentes nas coberturas jornalísticas e no dia a dia do profissional, colaborando para o processo democrático, valendo-se da transparência, da aproximação com o público, entendendo seus limites, levando o conhecimento para as escolas e sendo referência na busca por informação de qualidade. “Quanto mais inclusiva, mais a democracia se empenha em expandir o universo dos que têm acesso à informação e garante a transparência na gestão da coisa pública. Quanto mais vigorosa, mais ela faz circular as ideias” (Bucci, 2013, p. 113).

O método compõe uma análise teórica que promove um diálogo entre a educação midiática, a escola e o jornalismo, utilizando as interfaces da comunicação e da educação. O artigo pretende apresentar uma pesquisa analítica, por meio do projeto piloto, para avaliar o conteúdo oferecido pela formação, e uma exploratória, apresentando o Memórias em Rede na perspectiva de um problema. O uso do projeto como referência para a formação dialoga com o pensamento de Barros & Junqueira (2015), de que um conjunto de representações forma a teoria, a qual não tem o compromisso de ser somente científica.

A educação midiática

Mais do que promover o desenvolvimento de habilidades para saber lidar com as mídias, a educação midiática influencia diretamente na cultura da sociedade. Por isso, ela precisa estar presente em qualquer segmento, desde a infância até a fase adulta, sendo muito importante que ela se inicie na escola básica, por ser uma maneira de formar cidadãos conscientes de seus direitos, deveres e responsabilidades com as mídias e, por isso, política e midiaticamente educados. Dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) de 2021, divulgados pelo portal G1 (2021), mostram que 7 de cada 10 jovens com idade entre 10 e 15 anos não conseguem diferenciar fatos de opiniões.

Isso pode significar que falta aprendizado sobre as áreas e segmentos da mídia, assim como os próprios objetivos delas. A coordenadora-geral de Educação Midiática da Secretaria de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Mariana Filizola, indagou ao portal do Centro de Referência em Educação Integral (2023) “que leitura de mundo estamos proporcionando em sala de aula?”. Ao seu ver, educação midiática deve ser inserida na escola de forma transversal e contextualizada à realidade dos alunos.

A educação midiática, quando estabelecida, estudada ou incorporada a uma sociedade, leva conhecimento ao coletivo,

por desenvolver habilidades cognitivas e socioemocionais, que são essenciais para o aprendizado e o desenvolvimento pessoal e profissional, como pensamento crítico, criatividade, comunicação, colaboração, resolução de problemas e cidadania digital. Na escola que introduz a educação midiática em todas as áreas e em todos os espaços, o estudante aprende a identificar fontes confiáveis de informação e as não confiáveis. Isso também se aplica à educação não-formal e informal e tais ensinamentos promovem o crescimento do sujeito de forma significativa (Unesco, 2020).

Essas considerações acerca da EM também estão em acordo com o relatório Unesco (2019), intitulado “*Media and information literacy in journalism: a handbook for journalists and journalism educators*”, para o qual, a alfabetização midiática e informacional já é reconhecida por países e organizações de todo o mundo. O foco para a literacia midiática (Media Information Literacy – MIL) é visto por essa Instituição global de educação como um caminho sustentável de combate à desinformação, que “ameaça a realização dos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS), em geral, a democracia, a governança e a coesão social” (tradução nossa) (Unesco, 2019, p. 16).

A educação midiática está contemplada na pluralidade das relações do homem com o mundo e responde pela variedade de seus desafios, conforme nos lembra Paulo

Freire (1967). Segundo ele, as respostas dos indivíduos em relação aos mesmos desafios nunca são as mesmas, elas se alteram conforme o tempo, a ocasião e o contexto. Assim é o sujeito em relação ao desenvolvimento da mídia.

O cenário midiático em que vivemos atualmente traz uma nova característica à sociedade de alto consumo de mídia. Nesse contexto, é importante que as pessoas estejam preparadas para atuar nessa realidade. Há mais de 30 anos estamos vivendo um novo paradigma técnico-econômico (Werthein, 2000). A sociedade deixa de ser “pós-industrial” para se tornar ‘da informação’. “As novas tecnologias e a ênfase na flexibilidade [...] têm permitido realizar com rapidez e eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho característicos do capitalismo industrial” (Werthein, 2000, p. 46).

Ao mencionar Daniel Bell (1976), Mattos (2005) conceitua a sociedade pós-industrial como aquela que representa os serviços ancorados pela informação, deixando para trás o trabalho produtivo braçal do campo industrial. Ou seja, é a substituição do saber-fazer, que corresponde à habilidade ou à execução, para um “saber como fazer”, delegando a produção a uma máquina. A sociedade da informação sucedeu a pós-industrial e chegou com as novas tecnologias, dando condições ao indivíduo de “realizar com rapidez e

eficiência os processos de desregulamentação, privatização e ruptura do modelo de contrato social entre capital e trabalho característicos do capitalismo industrial” (Mattos, 2005, p. 3).

A função social do jornalismo e da educação na democracia

Se o jornalismo produz e divulga informações de interesse público, tal como afirmam Deuze e Witschge (2015), a partir de Schudson (2003) e Meijer (2001), respectivamente, dando condições às pessoas de agirem visando também o público, o social, então é possível afirmar, segundo os autores, que trata-se de um campo do saber de interesse das coletividades em que o acesso à informação, como direito, é a garantia da conquista da cidadania. O jornalista, portanto, contribui para a criação da agenda pública e, dessa forma, se constitui nesse agente mediador da realidade. Assim, consideremos que o jornalismo é uma práxis e o jornalista o mediador, o mensageiro, o sujeito crítico que atua no cotidiano (Genro Filho, 1987). Se ele é a ponte entre os poderes e a sociedade, então, os problemas do mundo podem ser resolvidos com a sua contribuição.

Não foi por acaso que Mark Paillet (1986) o classificou como o “quarto poder”, depois dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de uma nação. Quando o jornalista

decodifica ao público as questões de ordem econômica, política e social, está ajudando as pessoas a entenderem o mundo ao seu redor e a tomar decisões fundamentadas na realidade contemporânea. Para uma reportagem, “o enviado especial e o correspondente particular de um jornal, de um periódico, de uma rádio constituem uma resposta global a um problema [também] global” (Paillet, 1986, p. 75).

Esse conceito de mediador se assemelha à função de professor (e educador). Enquanto o jornalista se vale da tradução das linguagens em linguagens de consenso para levar um fato ao público, muitas vezes trazendo a memória e o conceito histórico, o professor decodifica o conteúdo de seu campo de conhecimento para a compreensão do aluno. Portanto, jornalismo e educação contribuem para a formação da opinião do indivíduo. Ambos podem ser definidos a partir de dois compromissos básicos: conhecer as particularidades do mundo; e compartilhar com o seu público (Vaz, 2013).

Tais compromissos, segundo a autora, representam, respectivamente, a *singularidade* e a *verdade*. Em relação ao primeiro, a pesquisa jornalística, assim como a acadêmica, norteiam a compreensão da realidade para além do senso comum. A pesquisa científica se fundamenta em conceitos. “No jornalismo, ao contrário, busca-se o conhecimento do particular. O jornalista pode até usar alguns conceitos na sua interpretação, mas funcionam como pano de fundo. O

fato jornalístico é [...] a experiência única, que não se repete” (Vaz, 2013, p. 80). A verdade – segundo compromisso – é uma das principais premissas do código de ética da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). Para conceituar a verdade, a autora traz Foucault (1986):

A verdade é resultado de uma luta de poder dentro da sociedade. Afirmar que o jornalista tem compromisso com a verdade significa dizer que está comprometido com a produção desses ‘efeitos regulamentados de poder’. Por isso, não basta ao jornalista contar o que viu. Para que sua versão tenha valor de verdade, precisa ser capaz de torná-la pública. E tornar pública não significa apenas publicar num veículo de comunicação. Significa fazer com que sua versão seja compreendida e aceita. Dito de outra maneira, sua narrativa precisa ter credibilidade (Vaz, 2013, p. 83).

Bucci (2000) vê a função social do jornalismo como um conceito central, por desempenhar um papel muito importante como veículo para a construção da cidadania e a manutenção da democracia. Para ele, *democracia e informação*, sendo o jornalismo o pilar da cidadania; e *papel e vigilância*, protegendo a sociedade contra abusos de poder e de corrupção, são dois importantes destaques que caracterizam a função social do jornalista. “No limiar das

democracias modernas, ganhou corpo, legitimidade e lugar social o espírito que ainda hoje anima a imprensa” (Bucci, 2000, p. 10).

Para Traquina (2005), há alguns conceitos-chave basilares à práxis jornalística. O primeiro é a *produção de notícias*, considerada a atividade central do jornalismo. O segundo é o *gatekeeping*, relativa à coleta, seleção e edição do conteúdo de acordo com o valor-notícia. O terceiro trata dos *critérios de noticiabilidade*, que se referem a relevância, proximidade, impacto, atualidade, conflito e interesse humano. O quarto seria a *ética e responsabilidade*, relativas a aspectos como imparcialidade, precisão e responsabilidade social. O quinto conceito, é apontado como a *mediação da informação*, por meio da qual o jornalista traduz para a linguagem de seu público os fatos relativos aos temas trabalhados. *Jornalismo como Serviço público* vem em sexto lugar, e se destaca por sua função social, sendo um serviço público voltado aos interesses da sociedade democrática. Na sequência, Traquina aponta a *convergência de mídia*, pensada a partir das diferentes formas e tecnologias midiáticas, como a imprensa, radiofônica, televisiva e a digital. Por último, aborda *mudanças na indústria de mídia*, com o olhar para a digitalização e as pressões do mundo capitalista que afetam diretamente a prática jornalística. Outro conceito mais recente é o *gatewatching*, responsável pela seleção

de notícias a serem publicadas avisando o leitor, quando o conteúdo estiver disponível (Cunha et al, 2018).

Educação midiática e jornalismo – a formação

O curso “Educação midiática e jornalismo no combate à desinformação” foi uma forma encontrada para oferecer mais subsídios aos jornalistas e às escolas básicas no combate à desinformação. Já que jornalismo e educação têm funções semelhantes, no que tange à formar opinião e colaborar para a cidadania e o fortalecimento da democracia, é importante que os profissionais envolvidos reconheçam seus valores e os do outro e compreendam seus papéis nas providências necessárias a uma responsabilização do uso das mídias. Assim é possível se pensar numa verdade singular, que possa eliminar os riscos de informações falsas.

A ideia do curso também se deu pelas discussões da Unesco. O relatório global 2021/2022 traz entre os destaques as colocações do secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, para quem a humanidade vive um risco existencial com a capacidade das pessoas em produzir desinformação em larga escala em detrimento de fatos cientificamente estabelecidos. Sob o título *O jornalismo é um bem público: tendências mundiais em matéria de liberdade de expressão e desenvolvimento da comunicação social*, o

relatório destaca ainda a afirmação de Guterrez em defesa do direito à liberdade de expressão, “devemos igualmente encorajar as sociedades a desenvolver um consenso comum e empiricamente apoiado sobre o bem público dos fatos, da ciência e do conhecimento” (Unesco, 2021, p. 5). O documento está muito voltado aos riscos das chamadas *fake news*.

Apesar da popularização do verbete “*fake News*”, instituições políticas, jurídicas e científicas preferem tratar do problema como “desinformação”. O Canadian Centre for Cyber Security (CCCS) classifica a desinformação em três categorias: *misinformation*, *disinformation* e *malinformation*, utilizando a sigla MDM. *Misinformation* é a informação falsa, porém, sem intenção de causar danos. A *disinformation* é intencional, visa manipular pessoas, organizações e países, com intuito de levá-los a uma direção errada. A *malinformation* se refere a informações que derivam da verdade, mas são exageradas e podem causar danos potenciais. “O MDM tornou-se uma grande preocupação para os consumidores e organizações de todos os tamanhos. Novas tecnologias [...] estão sendo usadas para desacreditar informações factuais” (Canadian Centre for Cyber Security, 2022, p. 1-6).

Outra publicação que trata da desinformação, sua classificação e problemática é o Guia Básico de Enfrentamento da Desinformação do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil (GBED-TSE), de 2022. O Guia traz uma classificação dividida

em quatro espécies: (1^a) Informações falsas sem consciência de sua falsidade; (2^a) Informações parcialmente verdadeiras, porém, manipuladas de alguma forma visando causar danos; (3^a) Informações falsas transmitidas de forma consciente; e (4^a) Levantamento sistemático de dúvidas fundadas em afirmações, premissas ou dados falsos.

Todos esses conceitos foram colocados no minicurso Jornalismo e Educação Midiática no Combate à Desinformação, no projeto piloto. Promover instrumentos de luta contra a desinformação resulta no combate ao preconceito, na alteridade e no respeito às diferenças, questões que devem ser rigorosamente tratadas no ensino básico, de forma transdisciplinar e que o jornalismo pode contribuir. Para exemplificar essa participação do jornalismo na prática, o curso apresenta o projeto Memórias em Rede³⁹, desenvolvido com o protagonismo de estudantes do Ensino Fundamental II, em escolas da rede pública municipal de Santos, litoral do Estado de São Paulo.

No relatório Unesco de 2019, intitulado *Media and information literacy in journalism*, a preocupação é com a forma como as pessoas compreendem o texto jornalístico. A partir das discussões da Unesco, o curso traz a linguagem multimídia para estimular o jornalismo cidadão; a possibilidade de se criar um banco de jornalistas para atuar

39 Projeto Memórias em Rede: www.devireducom.org.br/memoriasemrede

em escolas, uma rede de conexão entre jornalistas e jovens; a necessidade de se formar canais de escuta, por meio de redes sociais; a clareza sobre a função do jornalismo na sociedade e os bastidores do trabalho jornalístico nas escolas. Insere em seu conteúdo a problemática que envolve o jornalismo, como a ausência do tema no ensino básico, devido aos currículos escolares estarem sobrecarregados, como lamenta a Unesco, sendo o momento ideal para o jornalismo se aproximar, como forma de ser valorizado pela escola.

Outro problema, apontado no relatório de 2019 e que é discutido na formação, refere-se à “desinformação e a má informação, do modelo de negócios em declínio do jornalismo ou as crescentes táticas digitais que suprimem o jornalismo” (Unesco, 2019, p. 7). Aborda também a importância da *media information literacy* (MIL) na profissão jornalística e a pouca compreensão da missão dos jornalistas de uma educação cívica da mídia, assim como da MIL na sua profissão. “Com a educação em jornalismo e a melhoria da competência de seus profissionais é possível gerar mais consciência cívica e compreensão sobre a relevância da MIL na profissão” (tradução nossa) (Unesco, 2019, p. 34).

Quadro 1. Temas abordados no curso

| Tema | Conteúdos apresentados e discutidos |
|----------------------------------|---|
| Conceitos de educação midiática | Habilidades para analisar, criar e participar do ambiente informacional e midiático. |
| A relação da EM com o jornalismo | Pelo entendimento do papel e da importância da imprensa |
| <i>Fake news</i> e desinformação | Misinformation Disinformation Mailinformation |
| Eixos da EM | Leitura Escrita Participação |
| Jornalismo como função social | Leva informação de interesse e benefício do cidadão |
| O problema do jornalismo | Análise crítica da mídia: Superficialidade, excesso de conteúdo e pouco cuidado com a linguagem. |
| Cidadania digital | É o uso da tecnologia de forma responsável. |
| Oportunidades para o jornalismo | Jornalismo comunitário |
| Jornalismo e a educação básica | Base Nacional Comum Curricular (BNCC) abre espaço para o desenvolvimento de habilidades |
| Habilidades midiáticas | Comunicar, colaborar, criar, criticar. |
| Infodemia | Ambiente com excesso de informação e dificuldade para encontrar fontes e orientações confiáveis. |
| Educomunicação | A interface educação e comunicação - Campo emergente de ações que se desenvolvem na interface da educação e da comunicação, proporcionando um horizonte de renovação de práticas sociais. |

| | |
|---|--|
| Modelo de projeto que adota a educação midiática, a partir da educomunicação, com o uso do jornalismo | Projeto Memórias em Rede Considera: - Sociedade digitalizada - Voz da comunidade pelo protagonismo dos jovens - Construção do conhecimento - Jornalismo qualificado |
|---|--|

Fonte: crédito das autoras

Ementa do curso:

Este curso aborda a educação midiática em seus conceitos e práticas, assim como a aplicação de suas habilidades para lidar com a mídia, na perspectiva do jornalismo, com orientações de combate à desinformação. Trabalha os eixos da escrita, da leitura, da literacia, da participação nos canais de mídia e do compartilhamento. Discute a função social do jornalismo na democracia e a responsabilização da sociedade como um todo nos ecossistemas informacionais, sejam eles digitais ou não. O curso *Jornalismo e educação midiática no combate à desinformação* é oferecido por meio do Núcleo de Estudos e Produção Hipermídia Aplicados ao Jornalismo – Nephi-Jor da UFSC.

Projeto Memórias em Rede

Projeto de educação não-formal⁴⁰, o Memórias em Rede é desenvolvido com crianças e jovens de escolas públicas da cidade de Santos-SP. Criado em 2018, a iniciativa oferece aos estudantes da escola básica práticas educacionais relacionadas a memórias e à história de vida desses alunos. As atividades acontecem dentro e fora da escola e têm como base a atividade jornalística.

No projeto, certificado pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA)⁴¹ daquela cidade, tendo ainda a parceria formal da prefeitura local, os jovens, brincam de ser jornalistas. Pesquisam, apuram fatos e acontecimentos, entrevistando colegas, gestores, autoridades, entre outras personalidades; exercitam a cidadania, reconhecem seus direitos, experimentam a prática do ouvir e valorizam os ecossistemas educacionais, como a escola, sua residência, seu território, identificando-se com eles. Por meio da prática da interpretação, conseguem contextualizar o aprendizado do currículo escolar à sua realidade social.

40 Na educação formal sabemos que são os professores. Na não-formal, o grande educador é o "outro", aquele com quem interagimos ou nos integramos. Na educação informal, os agentes educadores são os pais, a família em geral, os amigos, os vizinhos, colegas de escola, a igreja paroquial, os meios de comunicação de massa etc. Gohn, (2006), disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYdfQ/>.

41 CMDCA Santos: <https://www.santos.sp.gov.br/?q=portal/cmdca>

Entendendo o cenário de vida desses alunos, alguns com seu histórico subvalorizado e em situação de vulnerabilidade social, os gestores do projeto desenvolveram uma metodologia, baseada nas perspectivas do Eu, da Família, da Escola e do Território, denominada “Metodologia dos Círculos”, nome trazido dos ensinamentos de Paulo Freire, que por meio dos ‘círculos de cultura’, alfabetizava os camponeses a partir de seus contextos de vida e de trabalho. Por meio do jornalismo, os estudantes editam suas manchetes pessoais, escrevem e discutem memórias afetivas, entrevistam pessoas, fotografam situações importantes e reproduzem tudo isso aos seus públicos, via a própria escola ou ferramentas digitais, como redes sociais, plataformas de vídeos ou portais de internet. Assim, eles aprendem a falar, a ouvir, a interpretar e a compreender o outro, o que contribui em muito no seu aprendizado da educação formal, indo ao encontro do que prevê a Agenda 2030, no seu ODS 4, cujo teor e análise veremos mais adiante.

Por esse projeto, fica evidente a relação direta da educação com a comunicação, o que corrobora o pensamento de Citelli (2011), para quem há várias formas de se trabalhar essa relação, como o plano epistemológico, que traz reflexão acerca dos processos de educomunicação.

Um exemplo prático é o caso da merenda escolar. Depois de reclamarem da qualidade da merenda oferecida na Unidade Municipal de Educação (UME) Mário de

Almeida Alcântara, estudantes do Ensino Fundamental 1, de 2019, fizeram uma ‘reportagem’ com as merendeiras e a nutricionista para entender como era produzida a refeição e a origem de seus produtos. Com as informações obtidas, puderam contribuir com sugestões e compreender como a composição de alimentos pode melhorar o desempenho do aluno, tanto no aspecto físico quanto no psíquico.

O projeto Memórias em Rede representa a parte prática da formação em educação midiática. A partir da teoria de Paulo Freire, da comunicação horizontal, do conhecimento circular no contexto de vida do sujeito, da pedagogia do oprimido e da educação como prática da liberdade, o Memórias se desenvolve com ferramentas do jornalismo. Tudo isso por meio de oficinas lúdicas, com reflexões sobre o papel da mídia. Os jovens, brincando de serem jornalistas, criam e discutem pautas, pesquisam temas, entrevistam, editam e publicizam seus conteúdos.

Considerações finais

Não é novidade que as tecnologias digitais com suas ferramentas e plataformas foram responsáveis pela transformação social que vivemos. Há mais de vinte anos, convivemos com o que Castells (1999) denomina de nova morfologia social das sociedades, mudando os resultados

produtivos (a forma de produção mudou), a experiência, o poder e a cultura. A produção de texto, por exemplo, escrita ou oral, passou a ser realizada por qualquer pessoa, assim como compartilhada, criticada e modificada. Com isso, o volume de dados é gigantesco, dificultando, muitas vezes, a curadoria. Estaria a sociedade preparada para lidar com tanta informação? E como deveria ser esse preparo?

Segundo a Unesco, em seus últimos relatórios, o jornalismo e a literacia midiática são importantes recursos para promover a educação midiática e instituir no cidadão senso crítico para saber discernir o tipo de informação que recebe, assim como compreender sua responsabilidade na divulgação e compartilhamento de dados suspeitos ou não confiáveis.

Foi com esse propósito que iniciou o projeto de formação de educação midiática e jornalismo no combate à desinformação para jornalistas, visando atuar, inclusive, no ambiente escolar. Para ilustrar e mostrar o resultado prático dessa atividade, o curso, que é voltado a jornalistas e demais profissionais que atuam no campo da comunicação, traz o exemplo do projeto Memórias em Rede, desenvolvido em escolas públicas da cidade de Santos, São Paulo. O projeto atua na interface da comunicação e da educação, contribuindo para a formação de jovens responsáveis midiaticamente, utilizando-se dos recursos do jornalismo.

E foi isso o que tratou este artigo, destacar a relevância da educação midiática, do jornalismo e do ensino básico, apresentando-os em um curso desenvolvido exclusivamente para esse fim.

Entre os temas colocados em discussão, relacionados ao jornalismo, estão a sociedade digitalizada, a participação da escola como orientadora e mediadora; a voz da comunidade, sua representação na mídia; a construção do conhecimento; a contextualização do aprendizado teórico à realidade social; e o jornalismo qualificado, aquele produzido para e com a sociedade. Dessa forma, o jornalismo ajuda a escola e a escola contribui para a melhoria do jornalismo no futuro, já que esses jovens serão os consumidores e produtores de notícias.

Referências bibliográficas

Associação de jornalismo digital (ajor). Como a educação midiática pode ajudar o jornalismo a formar audiências mais críticas (por Fernanda Giacomassi). 19 set.2022. Disponível em <https://ajor.org.br/como-a-educacao-midiatica-pode-ajudar-o-jornalismo-a-formar-audiencias-mais-criticas/> Acesso em 17 jan. 2024.

Barros, Antonio Teixeira de; Junqueira, Rogério Diniz. A elaboração do projeto de pesquisa (p.32-50) Livro: **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. Jorge Duarte e Antonio Barro (org.). São Paulo: Atlas, 2015.

Bobbio, Norberto. **Aa Teoria das Formas de Governo**. Brasília: UNB, 1997.

Bucci, Eugênio. **Sobre Ética e Imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

Bucci, Eugênio. **A imprensa e o dever da liberdade**. São Paulo: Contexto, 2013.

Canadian Centre for cyber security. How to identify misinformation, disinformation, and malinformation. Fev. 2022. Disponível em: <https://www.cyber.gc.ca/en/guidance/how-identify-misinformation-disinformation-and-malinformation-itsap00300>. Acesso em 17 jan. 2024.

Castells, Manuel. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

Centro de referência em educação integral. Educação midiática, sustentabilidade e direitos devem permear a política de educação integral. (por Ingrid Matuoka). 04 08. 2023. Disponível em <https://educacaointegral.org.br/reportagens/educacao-midiatica-sustentabilidade-e-direitos-devem-permear-politica-de-educacao-integral/> Acesso em 11 jan. 2024.

Citelli, Adilson O. Comunicação e Educação: implicações contemporâneas. P.59-76. Citelli, Adilson O.; COSTA, Maria C. Castilho (Orgs). **Educomunicação, construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

Cunha, Barbara Kauany de Castro; GOMES, Karyne Lane Alves; CAJAZEIRA, Paulo Eduardo Silva Lins. Do Gatekeeping ao Gatewatching no Webjornalismo participativo: relacionamento colaborativo entre imprensa e audiência na produção jornalística no cenário online. **XX Congresso de Ciências da Comunicação** na Região Nordeste – Juazeiro – BA – 5 a 7/7/2018. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2018/resumos/R62-0007-1.pdf>. Acesso em 17 jan. 2024.

Deuze, Mark; Witschge, Tamara. Além do Jornalismo. **Leituras do Jornalismo**, 2015. Disponível em: <https://www3.faac.unesp.br/leiturasdojornalismo/index.php/leiturasdojornalismo/article/view/74>. Acesso em 15 out. 2023.

Freire, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

Genro Filho, Adelmo. **O Segredo da Pirâmide**. Porto Alegre-RS: 1987.

G1. 67% dos estudantes de 15 anos do Brasil não sabem diferenciar fatos de opiniões, afirma relatório da OCDE. (Por Elida Oliveira). 06/05/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/05/06/67percent-dos-estudantes-de-15-anos-do-brasil-nao-sabem-diferenciar-fatos-de-opinioes-afirma-relatorio-da-ocde.ghtml> . Acesso em 11 jan. 2023.

Gohn, Maria da Glória. **Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/j/ensaio/a/s5xg9Zy7sWHxV5H54GYydfQ/>. Acesso em: 11 nov. 2023.

Guia básico de enfrentamento à desinformação [recurso eletrônico] Brasília: **Tribunal Superior Eleitoral**, 2022. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/guia-basico-de-enfrentamento-a-desinformacao.pdf>. Acesso em 17 jan. 2024.

Hobbs, R. **Media Literacy in Action: questioning the media**. Londres: Rowman & Fields International Limited, 2021.

Mattos, Fernando. Sociedade pós-industrial e sociedade informacional: apontamentos de uma revisão bibliográfica. **Revista Electrónica Internacional de Economía Política de las Tecnologías de la Información y la Comunicación**. v. 7 n. 1 (2005). Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/340>. Acesso em 17 jan. 2024.

Medina, Cremilda. **O signo da relação**. Comunicação e pedagogia dos afetos. São Paulo: Paulus, 2006.

Meditisch, Eduardo. **O Jornalismo é uma Forma de Conhecimento?** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1997. Disponível em <https://www.bocc.ubi.pt/pag/meditsch-eduardo-jornalismo-conhecimento.html>. Acesso em 10-nov-2023.

Paillet, Mark. **Jornalismo**, o quarto poder. São Paulo: Brasiliense, 1986.

Sayad, Alexandre. **Educação Midiática: o que é e qual sua importância? Por Tamires Almeida**. Canal Futura, 27 julho 2023. Disponível em <https://futura.frm.org.br/conteudo/midias-educativas/artigo/educacao-midiatica-o-que-e-e-qual-sua-importancia> Acesso em 10 nov. 2023.

Sousa, Lumárya de Souza. **Educação midiática na era das competências: conceitos e correntes no fazer educacional**. Portal Intercom. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2020/resumos/R15-2303-1.pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.

Traquina, Nelson. Teorias do Jornalismo. **A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis/SC: Insular, 2005. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5537285/mod_resource/content/1/teorias-do-jornalismo-vol-2-nelson-traquina.pdf. Acesso em 11 jan. 2024.

Unesco. Relatório global 2021/2022 – **Tendências Mundiais em matéria de: liberdade de expressão e desenvolvimento da comunicação social**. Disponível em <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379826>. Acesso em 11 jan. 2024.

Unesco relatório. Muratova, Nozima. **Media and information literacy in journalism: a handbook for journalists and journalism educators** [AUTHORS] / N. Muratova, A. Grizzle, D. Mirzakhmedova. — Tashkent: Baktria press, 2019. — 128 p. Disponível em: https://en.unesco.org/sites/default/files/mil_eng.pdf. Acesso em 17 jan. 2024.

Vaz, Ana Lucia. Jornalismo na correnteza. **Senso comum e autonomia na prática jornalística**. Rio de Janeiro: Senac, 2013.

Werthein, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios**. Revista Ibict. Ci. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/889/924>. Acesso em 17 jan. 2024.



PARTE 3 - GT-2

MÍDIA E DIMENSÕES DO
TEMPO - RELAÇÕES COM
DISCURSO DE ÓDIO, O
RACISMO E A MISOGINIA

Capítulo 9

Jornalistas negras nas redes sociais: a propagação da desinformação e do discurso de ódio no caso de Bianca Santana

*Karolene Veras da Silva (UFPI)*⁴²

*Ana Regina Rêgo (UFPI)*⁴³

A jornalista Bianca Santana é uma mulher negra, escritora, professora e pesquisadora que sofreu com as consequências do fenômeno da desinformação e do discurso de ódio. No dia 28 de maio de 2020, Bianca foi acusada de publicar desinformação por um artigo produzido em sua coluna no site de notícias da UOL, em uma das lives promovidas pelo ex-presidente Jair Messias Bolsonaro transmitida pelo Youtube.

A acusação feita por Bolsonaro ocorreu na mesma semana em que Bianca havia publicado um artigo criticando a possível federalização das investigações do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL) e seu motorista Anderson Gomes, em que abordava ainda, o possível envolvimento da família Bolsonaro com os investigados no caso.

42 Jornalista pela UFPI. Mestranda em Comunicação pelo PPGCOM-UFPI. Pesquisadora do NUJOC-PPGCOM-UFPI. Bolsista Capes.

43 Professora PPGCOM-UFPI. Pesquisadora CNPq. Pesquisadora Associada Ibiict. Coordenadora da Rede Nacional de Combate à Desinformação. Coordenadora NUJOC-UFPI.

A narrativa desinformacional gerou diversas consequências para a vida profissional e pessoal da jornalista. A transmissão vista por mais de 200 mil telespectadores resultou em diversos ataques contra a jornalista, sendo colocado em xeque sua credibilidade profissional, seu gênero e sua raça.

Diante desse fato, Bianca passou a fazer parte das estatísticas que apontam um aumento significativo de ataques sofridos por jornalistas no período de 2019 a 2022, que corresponde ao mandato do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro. Em 2020, o levantamento realizado pelo pesquisador Júlio Lubianco aponta que foi o ano mais perigoso para ser jornalista no Brasil, sendo registrados 580 casos de violência pela ONG Repórteres Sem Fronteiras. O estudo destaca ainda que as mulheres foram as principais vítimas de ataques.

Diante desse escopo, apontamos que a propagação de desinformação atinge diretamente a instituição jornalística bem como aqueles que os constituem, os jornalistas. Principalmente, as jornalistas mulheres, alvos constantes de ataques, que se iniciam frequentemente em decorrência dos debates sobre o cenário político, disseminados rapidamente por meio das redes sociais virtuais, um terreno fértil para a propagação de discursos de ódio, como ocorreu com a jornalista Bianca Santana.

Desse modo, este trabalho busca compreender como o fenômeno da desinformação é capaz de ser um vetor de propagação do discurso de ódio em relação a jornalistas negras, por meio da observação do caso da jornalista Bianca Santana. Assim, o presente artigo se limita a observar o compartilhamento de um recorte do conteúdo da transmissão nas redes sociais digitais da jornalista Bianca Santana (Instagram), bem como seus desdobramentos, como o vídeo de retratação do ex-presidente, sendo observados ainda os comentários dos usuários. Para auxiliar nas intenções propostas, será utilizado o caminho teórico- metodológico da Hermenêutica em Profundidade de John Thompson (1995) que consiste na análise do contexto sócio-histórico e nas formas simbólicas dos fenômenos, permitindo sua interpretação e reinterpretação.

Diante deste campo discursivo a partir das observações realizadas sobre o caso da jornalista Bianca Santana, nos propusemos a refletir sobre como o fenômeno da desinformação contribui para a disseminação do discurso de ódio, sendo constatado que a narrativa desinformacional veiculada ao nome de Bianca promoveu uma série de ataques e discursos de ódio por parte dos apoiadores do ex-presidente, que ferem a dignidade da pessoa humana, descredibiliza sua capacidade profissional, além disso, a profissional teve seu gênero, de sua raça e a liberdade de expressão atacados.

Desinformação e o impacto na instituição jornalística

As transformações na instituição jornalística se iniciaram na modernidade, no século XIX, período que o jornalismo se expandiu e sua atividade transformou-se em lucrativa e rentável (Traquina, 2001). Para o filósofo hermeneuta Gianni Vattimo (1996), o rádio, a televisão e os jornais se tornaram grandes propagadores de visões do mundo, por meio dos esforços dos monopólios e das grandes centrais capitalistas. Assim, a lógica do mercado da informação impõe uma contínua autodilatação e requer que tudo seja objeto de comunicação.

O filósofo aponta que o rádio, a televisão e os jornais se tornaram grandes propagadores de visões do mundo, por meio dos esforços dos monopólios e das grandes centrais capitalistas. Assim, a lógica do mercado da informação impõe uma contínua autodilatação e requer que tudo seja objeto de comunicação. A multiplicação vertiginosa da comunicação, a tomada da palavra cada vez mais crescente de subculturas é o feito mais evidente do mass media, determinante para a passagem da sociedade à pós-modernidade (Vattimo, 1996).

No entanto, na sociedade do mass media para Vattimo como aponta Batista (2020) há um distanciamento entre transparência e verdade, diante da quantidade crescente de informações e discursos, qualificados ou não, diversas

possibilidades de verdades pelo sujeito autônomo e ativo, mesmo que sejam transparentes, sobretudo por conta dos processos tecnológicos de comunicação e informação.

Tal cenário resulta em crises na instituição jornalística, que tem levado a suspeição do jornalismo, colocando assim à prova a importância do jornalismo em uma sociedade pós-moderna. Para Rêgo (2019) a crise na instituição jornalística é consequência da visão que a sociedade adquire das práticas do campo, bem como o uso abusivo de práticas manipulatórias e inerentes ao mercado da informação.

Conforme alerta Rêgo e Barbosa (2020), a instituição jornalística vem perdendo seu espaço de detentora da verdade pela difusão do uso das redes sociais e a visibilidade real dos seus processos, práticas e condutas. Fatos que resultam na constante crise enfrentada pelo jornalismo, uma vez que nesses moldes a “crítica encontrou terreno fértil para crescer e a crise, terreno aberto para se instalar” (Rêgo; Barbosa, 2020, p.66). Esse contexto contribuiu diretamente para que houvesse uma maior disseminação de desinformações, esse que não é um fenômeno atual.

Esse cenário também resulta na disseminação de desinformação uma vez, frequentemente, as informações divulgadas nas redes sociais contêm fatos que não condizem com a realidade. A desinformação é uma prática capaz de gerar danos irreversíveis à sociedade, uma vez que a disseminação

de conteúdos que não condizem com a verdade pode influenciar a quem possa ter acesso aos fatos divulgados. Para Wardle (2017) a desinformação pode ser caracterizada como fatos intencionalmente falsos que carregam o objetivo de prejudicar organizações, pessoas ou grupos.

A desinformação também pode ser compreendida como um fenômeno social que vive por meio da informação, assim a “desinformação se coloca como o outro lado da informação” (Rêgo, p. 223, 2021). Conseqüentemente, a desinformação se utiliza do seu status de informação para que sejam propagadas com fatos falsos, diante da aceitação de receptividade da informação na sociedade.

A propagação de desinformação atinge diretamente a instituição jornalística bem como aqueles que os constituem, os jornalistas. Principalmente, as jornalistas mulheres, alvos constantes de ataques, que se iniciam frequentemente em decorrência dos debates sobre o cenário político, disseminados rapidamente por meio das redes sociais virtuais. No tópico seguinte, esses dois conceitos serão abordados com a intenção de apontar que quando se convergem, principalmente nas redes sociais, legitimam o lugar de invisibilidade das mulheres negras.

Desinformação e discurso de ódio contra mulheres negras

Com a vertiginosa utilização das redes sociais virtuais, os discursos de ódio são observados constantemente, de acordo com alguns pesquisadores, entre eles (Brugger, 2007; Brown 2017), que definem o discurso de ódio como uma ação sistêmica cheia de violência e agressividade, ligado ao aspecto do ser, das práticas e convicções individuais ou coletivas. Sendo externalizadas por atos discriminatórios, sejam eles de caráter religioso, racial, sexual, ético e de classes, homofóbicos e misóginos. A população mais suscetível a ser vítima desses ataques são as pessoas que compõem os grupos marginalizados da sociedade, principalmente as mulheres negras.

No âmbito das redes sociais digitais, as mulheres negras são o principal grupo que sofre com comentários depreciativos, o sociólogo Valério Trindade (2022) realizou um levantamento, e constatou que 81% das vítimas de discursos de ódio são mulheres negras, entre elas os principais alvos são: jornalistas, médicas, advogadas e engenheiras negras. A ascensão desse grupo social rompe com os paradigmas do machismo e da misoginia, abalando as estruturas de poder, e causa revolta naqueles que cometem a disseminação dos discursos de ódio.

O discurso de ódio é uma prática que se utiliza da comunicação para promover mensagens preconceituosas. Para Moura (2016) essa prática social se utiliza da linguagem e de fatores comunicacionais para promover violência a determinados grupos ou classes de indivíduos, relacionado a intolerância das diferenças identitárias. O autor ainda reforça que no ambiente das redes sociais o intuito é difundir o ódio por meio de estigmas sociais, atingindo a vítima ou um grupo específico, principalmente, por ofensas que caracterizem o pertencimento a um grupo marginalizado.

Quando se reflete sobre os ataques às mulheres negras no âmbito das redes sociais digitais, frequentemente são observados por meio dos discursos de ódio. Diante dessas elucidações, o sociólogo Luiz Valério Trindade (2022) esclarece que os discursos de ódio visam desestabilizar suas vítimas por meio de discursos ligados a disseminação de ideologias preconceituosas que carregam pensamentos misóginos, xenófobos, homofóbicos, entre outros, contra pessoas ou grupos marginalizados. O pesquisador em seu livro “Discurso de ódio nas redes sociais”, revela que o público mais atingido por discursos de ódio são as mulheres negras, vítimas de ataques racistas, uma vez que a mulher negra desde a colonização brasileira foi vista como objeto de submissão, diante de uma supervalorização da branquitude.

Diante do contexto, é observado que a desinformação afeta os grupos marginalizados da sociedade, se estabelecendo como um dos principais fatores de deflagração de discursos de ódio, racismo, machismo e misoginia nas redes sociais digitais. Esses fatores se fazem presentes em narrativas que contenham desinformação e que são utilizados frequentemente para atacar mulheres negras e as jornalistas negras que se destacam no cenário nacional do campo jornalístico. Além de legitimar o local de poder dos responsáveis por sua divulgação.

No tópico seguinte trataremos sobre como a desinformação pode desencadear discursos de ódio sobre as mulheres negras implicando em problemáticas que inviabilizam sua atuação na sociedade. A partir da análise do caso da jornalista Bianca Santana que sofreu com discurso de ódio após ser acusada de disseminar desinformação pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Diante desse escopo será possível interpretar e reinterpretar este caso que afetou a vida de Bianca, das mulheres negras e da instituição jornalística.

Desdobramentos da desinformação e do discurso de ódio no caso da jornalista Bianca Santana

Com o intuito de compreender como o fenômeno da desinformação pode ser um vetor de propagação do

discurso de ódio tendo como observável o caso da jornalista Bianca Santana, adotamos o caminho teórico-metodológico da Hermenêutica em Profundidade (HP) de John Thompson (1995) que consiste na análise do contexto sócio-histórico e nas formas simbólicas dos fenômenos, permitindo sua interpretação e reinterpretação. Para o autor o “objeto de análise é uma construção simbólica significativa, que exige uma interpretação” (Thompson, 1995; p.335).

Este percurso hermenêutico se caracteriza em três etapas, a análise Sócio-histórica, análise Formal ou discursiva e interpretação/reinterpretação. Desse modo, foi realizada a etapa de contextualização para compreender o fenômeno da desinformação e seus desdobramentos no caso da jornalista Bianca Santana. Posteriormente, analisamos a presença e o teor dos discursos de ódio direcionados à jornalista em decorrência da desinformação. Para isso, observamos as publicações (postagem e comentários dos usuários) realizadas pela própria Bianca em seu perfil do Instagram, que corresponde a retratação do ex-presidente Bolsonaro, além de duas matérias publicadas no site de notícias El País e uma reportagem veiculada no site Desinformante. Esclarecemos ainda que a transmissão em que o ex-presidente Bolsonaro acusa Bianca não é parte do observável, pois a mesma foi deletada.

Os ataques sofridos por Bianca Santana

O caso de desinformação relacionado a jornalista Bianca Santana do portal UOL, ocorreu durante o mandato presidencial de Jair Messias Bolsonaro, entre os anos de 2018 e 2023, período em que houve um aumento significativo do número de casos de agressões a jornalistas por parte do ex-presidente. A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) divulgou em 2022, um levantamento que aponta que Bolsonaro foi responsável por 147 episódios de ataque à instituição jornalística, sendo 129 casos que descredibiliza a imprensa e 18 agressões verbais.

Entre janeiro e dezembro de 2021, mulheres jornalistas foram atacadas 78 vezes, uma média de seis agressões por mês, foram 62 mulheres jornalistas vítimas de agressões, ofensas, intimidações e ameaças. Os dados apontam que 62% dos ataques ocorreram enquanto as profissionais cobriam questões políticas. Diante desse cenário, em 28 de maio de 2020, Bolsonaro acusou a jornalista Bianca Santana de escrever notícias falsas durante a realização de uma de suas lives ao vivo transmitida pelo Youtube.

O fato ocorreu na mesma semana em que a jornalista havia escrito uma reportagem sobre a federalização do assassinato da vereadora Mariele Franco (PSOL), indicando possíveis relações de familiares e amigos do ex-presidente com os

acusados do crime. A jornalista processou judicialmente o ex-presidente por danos morais. Além disso, durante a 44ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), que ocorreu entre 29 de junho e 17 de julho, houve a denúncia contra Bolsonaro pelos ataques a jornalistas. No dia 07/07/2020, Bianca Santana participou da Sessão apresentando seu caso.

Em 30/07/2020, durante a live da semana, o ex-presidente Bolsonaro, pediu desculpas a Bianca, alegando que “tinha o nome dela lá embaixo, houve equívoco da minha parte. Não era da jornalista Bianca Santana, minhas desculpas por esse equívoco nosso. Inclusive já mandei retirar toda a live do ar. Da nossa parte não tem problema em se desculpar quando erra”. Bianca publicou o trecho da retratação em sua conta no Twitter e no Instagram. Mesmo com o pedido de desculpas, vários apoiadores do ex-presidente, apontaram questões ligadas a cor da jornalista.

Por conta da repercussão das alegações falsas do ex-presidente, a jornalista foi vítima de discurso de ódio e linchamento virtual. Além de receber ameaças de morte, a sua profissão enquanto jornalista foi questionada. Bianca excluiu sua conta no Facebook e deletou fotos com os filhos do Instagram. Em entrevista ao site Desinformante, Bianca disse “o meu medo era o meu vizinho bolsonarista um dia me dar um tiro enquanto eu molhava minhas plantas na varanda”.

Somente em dia 18 de agosto de 2021, o juiz César Augusto Vieira Macedo, do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), condenou Bolsonaro a pagar uma indenização à jornalista por danos morais de 10 mil reais, o ex-presidente recorreu da decisão, mas a sentença foi mantida em segunda instância. Destacamos que os ataques às mulheres negras jornalistas podem ocorrer por ação e também por omissão.

No caso da jornalista Bianca, a alegação do ex-presidente, mesmo diante de uma retratação, resultou em ataques violentos e discurso de ódio. Podemos observar, em um trecho da live que Bolsonaro se desculpa, republicado em seu perfil do Instagram no dia 30 de junho de 2020, que apoiadores do ex-presidente desqualificam a profissional, alegando questões econômicas e políticas, além de ser sofrer com ataques misóginos ao ser xingada de “prostituta”.



Imagem 1: Print da postagem da jornalista Bianca Santana no seu perfil do Instagram, com comentários misóginos sendo chamada de “prostituta” por um dos usuários da rede. Imagem capturada em 30 de julho de 2023.

Diante do exposto, observamos que a narrativa desinformativa carrega a potência do discurso de ódio nos apoiadores de Bolsonaro, que ultrapassaram a liberdade de expressão na medida que atenta contra a dignidade humana. Essa prática atinge os aspectos da vida pessoal e profissional, como ocorreu com Bianca, que passou a sofrer com diversos ataques tanto no ambiente virtual quanto físico e, diante disso, teve que conviver com a constante sensação de insegurança, assim como inúmeras mulheres negras no

Brasil.

Além de ter causado consequências para a vida de Bianca, a problemática desencadeada pela narrativa desinformativa proferida pelo então presidente do país, deslegitima as práticas da instituição jornalística na medida que uma jornalista foi acusada de divulgar informações falsas, pois o trabalho jornalístico tem como sustentação a divulgação da verdade dos acontecimentos e o combate a informações falsas. Bolsonaro agiu com o intuito de silenciar uma possível ameaça contra a si mesmo e seus familiares.

Diante de sua influência perante seus apoiadores, eles proferiram discursos de ódio descredibilizando de Bianca enquanto jornalista, pesquisadora, professora, mãe e mulher negra.

Considerações finais

Bianca Santana foi vítima da desinformação proferida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro que resultou em diversas consequências para sua vida pessoal e profissional. No decorrer deste estudo, constatamos que as narrativas contendo desinformação são um dos principais vetores de disseminação dos discursos de ódio contra mulheres e jornalistas negras, que contribuem para que as mulheres

negras sejam enquadradas em um local de subalternidade na sociedade.

O fenômeno ainda resulta na disseminação da misoginia, racismo e sexismo. Além disso, quando os ataques são dirigidos a jornalistas negras há um impacto sobre a instituição jornalística que ao longo dos últimos anos vem sofrendo com a diminuição de confiança pela população, tendo como uma das principais causas o fenômeno da desinformação.

Segundo Fetzer (2004) e Piper (2002) destacados por Fallis (2015) a desinformação não ocorre por acaso, essas narrativas surgem de pessoas que estão engajadas em busca do ideal de enganar o maior número de receptores. Notamos isso no decorrer desta pesquisa, com o caso de Bianca que sofreu com a desinformação vinculada a seu nome.

Constatamos também que o fenômeno da desinformação pode acarretar a disseminação de discursos de ódio, que é adotado como uma estratégia de diferenciação para com o outro, além de sustentar estruturas de poder. Por meio do discurso são proferidas ofensas, frequentemente, aos grupos marginalizados da sociedade contemporânea, com a finalidade de legitimar o lugar de subjugação da vítima, como correu com Bianca, que sofreu ao ter seu trabalho jornalístico descredibilizado.

O caso de Bianca atingiu a instituição jornalística como um todo, além de tantas outras mulheres negras, uma vez que as consequências da narrativa desinformacional reverberam

mesmo após quatro anos do ocorrido. Nesse sentido, discutir sobre a desinformação, discurso de ódio, gênero e raça é promover a reflexão sobre conceitos complexos que atingem, principalmente, os grupos mais vulneráveis socialmente. Temos o intuito de apontar caminhos reflexivos que nos auxiliem a repensar os impactos desses fenômenos na sociedade contemporânea.

Referências bibliográficas

Brugger, W. **Proibição ou proteção do discurso do ódio? Algumas observações sobre o direito alemão e o americano.** Direito Público, v. 4, n. 15, 2007.

Desinformantes. **Desinformação gera violência.** Disponível em: www.desinformantes.com.br/desinformacao-gera-violencia-politica/. Acesso em: 10 de setembro de 2023.

Fallis, D. **What is disinformation?** *Library Trends*, v. 63, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/bitstream/handle/2142/89818/63.3.fallis.pdf?sequence=2>. Acesso em: 06 junho de 2022.

Floridi, L. **Information: a very short introduction.** Oxford: Oxford University Press, 2010.

Lubianco, Júlio. **Ataques a jornalistas explodem no Brasil em 2020 e maior parte vem do president Bolsonaro.** *Latam Journalism Review*. Disponível em: <https://latamjournalismreview.org/pt-br/articles/ataques-jornalistas-brasil-bolsonaro-2020/>. Acesso em: 15 de jan. 2024.

Moura, Marco Aurelio. **O discurso do ódio em redes sociais**. Lura Editorial (Lura Editoração Eletrônica LTDA-ME), 2016.

Traquina, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2001

Trindade, Luiz Valério. **Discurso de ódio nas redes sociais**. Editora Jandaíra, 2022.

Vattimo, Gianni. **O fim da modernidade: niilismo e hermenêutica na cultura pós-moderna**. Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1996

_____. **A sociedade transparente**. Lisboa: Relógio d'Água, 1992

Rêgo, A. R.; Barbosa, M. **A construção intencional da ignorância: o mercado das informações falsas**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

_____. Articulação temporal e essência narrativa: o jornalismo para além do tempo presente. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 03, p. 149-168, dez. 2018/ mar. 2019

Thompson, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa I**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

Wardle, C. (2017, 16 de novembro). **Fake news. It's complicated. First Draft**.

Wardle, C.; Derakhshan, H. (2017). **Information disorder: Toward an interdisciplinary framework for research and policy making**. Council of Europe report DGI. Disponível em: <https://shorensteincenter.org/wpcontent/uploads/2017/10/PREMS-162317-GBR-2018-Reportde%CC%81sinformation.pdf>. Acesso em: 18 fev de 2024.

Surgimento do Jornalismo Negro no Brasil Uma análise de discurso do Jornal “O Homem de Cor” (1833)⁴⁴

Aíla CARDOSO⁴⁵ (UFS)

Inicialmente, é primordial entender o papel do jornalismo na sociedade e da função dos seus discursos na história, cultura e construção da identidade da população, já que essa compreensão é fundamental para o entender o surgimento do Jornalismo Negro no Brasil. É sabido que através dos meios de comunicação podemos conhecer ideias, construir nossos pensamentos e nos sentir representados. Desse modo, é relevante notar o papel que, dentro do campo da comunicação, os jornais executam acerca da falta de representação de diversos povos e assuntos, a exemplo da população negra. Esse pensamento é confirmado por Valmir de Araújo (2019, p.2) ao explicar que “Os veículos de comunicação podem contribuir com a compreensão de que indivíduos ou grupos têm sobre determinados assuntos e não seria diferente com as questões raciais”.

44 Trabalho apresentado no GT 2- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com o discurso de ódio, o racismo e a misoginia, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

45 Jornalista e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFS, email: crischieaila@gmail.com

Além dessa falta de temáticas raciais na produção de conteúdo da mídia tradicional, segundo Muniz Sodré (1998, p.23) “os discursos presentes nos textos jornalísticos, programas de radiodifusão, etc, desempenham um papel central tanto na produção quanto na reprodução do preconceito e do racismo”. A partir dessa linha de pensamento, é possível observar como funcionavam os jornais tradicionais no século XIX, marcados pelo silenciamento da população negra em artigos, na qual os negros eram retratados apenas em anúncios de escravos fugidos, compra de escravos e outros absurdos relacionados sempre a escravidão. Dessa forma, refletindo o discurso colonialista e racista que predominava na época. Alguns desses anúncios podem ser encontrados no: “Correio Paulistano” e “Diário Paulista” em São Paulo, “Jornal do Comércio” e “Diário do Rio de Janeiro” no Rio de Janeiro e também em Recife no “Diário de Pernambuco”, como mostra Gilberto Freyre, em seu livro “O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX” (1963). Assim, toda contribuição do negro na sociedade brasileira era ignorada pelo jornalismo tradicional e nenhuma das injustiças que a população negra vivenciava na sociedade eram relatadas de maneira justa nesses jornais.

O Jornalismo Negro impresso, então, surge com o objetivo de retratar a população afrodescendente apagada pelos jornais da época e de ser uma ferramenta de manifesto

contra o preconceito racial. A historiadora Ana Flávia Pinto (2006), que estudou a imprensa negra do século XIX, argumenta que “a Imprensa Negra precisava existir para dar visibilidade ao entendimento do Brasil a partir da experiência da maioria”. Dessa maneira, nasce o primeiro jornal negro do país, “O Homem de Cor” (1833), fundado pelo editor Paula Brito, na Tipografia Fluminense no Rio de Janeiro, sendo datado o primeiro jornal com o objetivo de pautar a população negra de maneira digna e reivindicatória.

É significativo que “O Homem de Cor” foi criado ainda durante os anos em que havia escravidão, período em que a maioria dos negros não sabia ler português, já que não tinham direito à educação (Brasil, Lei n.1, de 1837 - Artigo 3). Mesmo com essas adversidades, havia um jornal naquela época discutindo preconceito racial, bem como defendendo a ascensão dos negros libertos e escravizados na sociedade, em contraposição ao discurso colonizador que predominava naquele tempo. Apesar das poucas edições, o jornal foi um marco na história do jornalismo e na resistência da população negra no país.

Destarte, tal jornal colaborou para transmitir o discurso de voz e cidadania da população negra, além da construção de uma mensagem de identidade e de organização como grupo social e racial, perceptível pelo título desse exemplar. “O Homem de Cor”, também teve o papel de incentivar o sur-

gimento de outros jornais negros no século XIX, em diversas regiões do país, como o: “Brasileiro Pardo”, “O Cabrito”, “O Crioulinho” e “O Lafuente” (1833, Rio de Janeiro); “O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social”, em Recife (1876); seguido por “A Pátria” (1889) e “O Progresso” (1899), em São Paulo; e “O Exemplo”, em Porto Alegre (1892), como mostra a dissertação de Pinto (2006).

Nesta pesquisa, a escolha é nomear “Jornalismo Negro” e não “Imprensa Negra”, visto que é uma forma de jornalismo que há práticas em comum há cerca de 200 anos. O Jornalismo Negro não é um exercício do passado pois há diversos jornais negros na atualidade e, além disso, os estudos sobre Imprensa Negra são realizados, em sua maioria, por historiadores e excluídos do campo do jornalismo. Ademais, todos os jornais tradicionais são considerados como Jornalismo, assim, não se justifica não definir os jornais negros como tal. Por isso, é que se fundamenta a necessidade de nomear esse campo de estudos do Jornalismo Negro, para que ele seja estudado e não esquecido. Assim, a fim de retratar os papéis dos jornais negros, os quais mesmo diante de diversas dificuldades de manutenção continuaram, justamente porque há um vazio que o jornalismo hegemônico não preenche e nem alguns contra-hegemônicos, que não analisam as questões raciais.

Por conseguinte, o objetivo deste trabalho é trazer a tona o surgimento do Jornalismo Negro impresso no Brasil, ao

analisar o primeiro jornal negro, “O Homem de Cor” (1833), e os discursos políticos raciais que circulavam no periódico e na época da primeira metade do século XIX no país. Com o intuito de fundamentar a importância deste jornal como fonte de transmissão de um discurso racial que reivindicava direitos para a população negra “livre” do país. O propósito também é incentivar mais estudos sobre o Jornalismo Negro no século XIX, uma área que tem sido pesquisada há poucas décadas, uma vez que anteriormente acreditava-se que o Jornalismo Negro havia iniciado no século XX. Assim, graças aos estudos de Ana Pinto (2006) e outros artigos posteriores, houve uma mudança histórica da primeira aparição de jornais negros no país.

Fundamentação teórica

Primeiramente, para entender os discursos presentes na criação do Jornalismo Negro e nos conteúdos dos jornais da mídia tradicional do século XIX acerca da população negra, é fundamental compreender como funcionavam na época as relações de poder, termo estudado pelo teórico Michel Foucault, que entende o poder como algo que circula (1970, p 284.). À vista disso, as relações de poder que moldaram a sociedade brasileira naquele período em que havia a escravidão no país, a qual a população branca escraviza a

negra, mas que essa também resistia e reivindicava. Dessa forma, entendendo essa dinâmica de poder, pode ser visualizado, então, quem detinha os discursos, os saberes e as verdades (Foucault, 1996) daquele tempo e quem estava em contraposição, ao questionar e produzir outros discursos.

Assim, construir o Jornalismo Negro era uma forma de resistir àquele poder coercitivo exercido pela população escravocrata e construir olhares reivindicatórios e questionadores (Hooks, 2019, P.185). Desse modo, ao compreender que os discursos são formas de produzir poder, como também de conservar ou mudar determinada sociedade, Foucault em *A Ordem do Discurso* explica que “Em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos.” (1996, p.8). Portanto, os discursos presentes nos jornais, e os ausentes, configuram-se como uma forma de transmissão de poder, como também as retratações do negro apenas em anúncios relacionados a escravidão nos jornais tradicionais eram uma forma de conservar o poder pelos escravocratas. Abaixo estão elencados dois exemplos de conteúdos sobre os negros na mídia tradicional do Rio de Janeiro:

Diário do Rio de Janeiro, edição de 3 de novembro de 1822: “Quem quiser comprar uma preta com muito bom leite, para criar qualquer menino de estimação, pois he ainda rapariga, muito sadia e bom corpo; quem a quiser comprar pode dirigir-se á rua do Valongo em uma loja de fasendas e Quinquilharias n 46, que ahi achará seus donos para tratar”

O *Jornal do Commercio* na sua edição de 20 de setembro de 1835: “Vende-se na rua do Conde, número 20, uma preta mocamba recolhida, de 15 a 16 anos de idade, muito bonita, de elegante figura, perfeitíssima costureira, que ganha diariamente de 650 a 800 réis, fazendo camisas de homem à moda francesa, com toda perfeição; e também sabe pregar uma senhora; juntamente com um lindo moleque de 13 anos, mocambo de qualquer homem solteiro, sabendo também fazer costuras de senhoras e tudo o mais que é necessário. Sua Senhora se desfaz de qualquer deles, pagando-os conforme o seu merecimento, os quais não têm defeitos, nem físicos nem morais e para melhor conhecimento do exposto, se darão a contento, para casa capaz, o que tudo se afiança.”

Esses anúncios são uma representação do discurso racista do século XIX, em que é possível observar a retratação do negro como uma mercadoria, que era comercializado a partir do tráfico negreiro e dos colonizadores. Inclusive, essa desumanização do negro, foi um dos discursos que “justificavam” a escravidão nesse contexto histórico de teorias racistas e pseudocientíficas de inferiorização da população afrodescendente. Para além do discurso, essas representações demonstram a cultura de escravidão e racismo na América, Stuart Hall (2016, p.20) entende que “são os participantes de uma cultura que dão sentido aos indivíduos, objetos e acontecimentos”, assim, a cultura europeia escravizadora, que deu sentido aos negros como escravos e à escravidão como um acontecimento natural e coerente.

Nos anúncios, pode-se analisar também a relação de subserviência entre negros e brancos. Stuart Hall, no livro *Cultura e Representação* (2016), trata sobre os discursos carregados de estereótipos sobre o negro naquela época, o primeiro seria o “status de subordinado”, o qual “o negro, afirmava-se, encontrava a felicidade somente quando era tutelado por um mestre branco” (p.168-169). Esse discurso de sujeição dos negros aos brancos é perigoso pois apela para uma naturalidade da escravidão, em que anúncios de venda de escravizados tornam-se comuns nos jornais. Dessa forma, as pessoas negras passam a serem definidas de forma estereotipada pelo outro-branco, como afirma Grada Kilomba (2019, p.73): “Nós nos tornamos visíveis através do olhar

e do vocabulário do sujeito branco que nos descreve: não são nossas palavras nem nossas vozes subjetivas impressas nas páginas da revista, mas sim o que representamos fantasmagoricamente para a nação branca e seus verdadeiros nacionais.”

Assim, se a população afrodescendente era representada nos anúncios de escravidão, porque ela seria pautada em outros conteúdos? como artigos, crônicas e notícias gerais nos jornais tradicionais. Outro ponto é que, com toda essa desumanização dos negros expostas nas folhas dos jornais tradicionais, como haveria discussão do preconceito racial no Brasil? Na sociedade marcada pelo racismo estrutural (Almeida, 2019) do século XIX, restava apenas aos negros “livres” ou que conquistaram sua alforria expor suas questões.

Desse modo, o conceito de *colonialidade do poder* (Quijano, 2005) se encaixa bastante com a temática, uma vez que entende o racismo como um fator organizador das estruturas de poder na sociedade. Assim, ao compreender o jornalismo como uma forma de transmissão de discursos de poder, é possível observar como o racismo está presente na forma de escassez de temáticas raciais nos jornais tradicionais, na sub-representação e na limitação do negro em poder escrever nestes jornais.

Além disso, o racismo também é identificado na dificuldade de produzir o Jornalismo Negro e na sua manutenção, tendo em vista que o jornal *O Homem de Cor*, teve uma duração de apenas 5 edições, com a hipótese da sua finalização

por custo de produção ou por questões políticas da época. Destarte, a criação desse jornal, tinha um papel de demarcar uma outra realidade e questionar os discursos racistas do período imperial. Ao produzir narrativas em que a população negra pudesse se identificar, sem estereótipos, ao tratar de suas questões pertinentes que nem um outro periódico pautava.

Método

Para o artigo será utilizada como metodologia a Análise de Discurso estudada por Michel Foucault, a partir do livro “A Ordem do Discurso” (1996). O objetivo não é apenas analisar o texto presente no jornal, mas sim os discursos raciais transmitidos, suas relações históricas, sociais, como também as diferenças na abordagem da população negra e, conseqüentemente, das temáticas raciais. Será utilizado como fonte de coleta as cinco edições do jornal, em que cada edição conta com quatro páginas, preservadas na Biblioteca Nacional do Brasil, através da Hemeroteca Digital Brasileira. É importante salientar que somente o surgimento deste jornal e seu título já são fontes de uma análise político-racial existente na época. Ademais, um ponto a ser observado é a dificuldade de leitura deste escrito, visto que era feito com baixas condições, em imprensa gráfica caseira e manual, além da mudança da língua portuguesa brasileira ao longo do tempo. Portanto, será analisado o que for possível compreender sobre as leituras.

Resultados e Discussões

Imagem 1 e 2:

O Homem de Côr, edição 00001, p.1-2, de 14 de Setembro de 1833.

N.º 6

O HOMEM DE CÔR.

N.º 1.

BIBLIOTECA
NACIONAL
RIO DE JANEIRO

CONSTIT. POLITICA DO IMPERIO;
Tit. 20.
Dos Cidadãos Brasileiros art. 6.
São Cidadãos Brasileiros &c. &c. 5.
1.º 2.º 3.º 4.º e 5.
Tit. 8.º Das disposições gerais, e garantias dos direitos civis, e politicos dos Cidadãos Brasileiros. Art. 179. §-12
Todo o Cidadão pode ser admitido aos cargos publicos civis, Politicos, e Militares, sem outra differença que não seja a de seus talentos, e virtudes.

SANBADO 14 DE SETEMBRO DE 1833

Com licença do Sr. Manoel Zeferrino dos Santos, e de seu sequito. Parto monstruoz e revoltante he sem duvida o Officio de 12 de Junho de 1833, se a Brutalidade ou crassa ignorancia, o nao dicta- ra, a ideia de divizão das Classes fere de morte a Constituição do Imperio, e no pélagio de intrigas interminavéis a preza he partilha- da com o mais forte; e para que se frustrem intenções damnozas ergue o filozofa, e vós sempre superior aos prejuizos do seculo, e mostra com a analize do precitado Officio o que o dever e a honra proserage em semelhante lide.

Trouxerão acintemente as folhas ministeriaes, da Capital o Officio do Presidente de Pernambuco, para de humd ves romper-se o nó que liga a Familia Brazifeira, em obrigação ficamos por tão assigna-

O Povo do Brasil he composto de Classes heterogêneas? e debrille as tres intentem misturadas; ou contundidas sempre alguma hade procurar, e tenta de a separar-se das outras, e eis hum motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerozas.

Por Manoel Zeferrino dos Santos. — Presidente de Pernambuco. Officio de 12 de Junho de 1833.

TYPOGRAPHIA FLUMINENSE DE BRITO E C.

lado serçico. Diz o Presidente de Pernambuco tratando das G. Nacionaes = Que esta instituicao que parecia ser a mais proficua para a defeza do Brasil e segurança da tranquillidade interna pela qual- dade, que deverião ter os indivi- duos que a devião compor, não tem, ao menos na quella Provincia correspondido aos seus fins etc. etc. Dizemos nos: se as G. Nacionaes não tem prestado o auxilio espe- rado, temos culpa de andarmos ora a Francaza, ora a Inglezza? Quem o culpado da dissolução da Tropa? A prestação de serviços torna-se a aquelles que alimentão- se com seus braços, oncroza, in- justa, e impolitica; e o Presiden- te de Pernambuco e seu bando que vivem como zangões a expen- sas da Nação a muito deverião ter previsto que os G. Nacionaes se recusarão a trabalhos violentos:

deixando a hum canto o pensar do Presidente sobre os Juizes de Paz etc. etc. Vamos ao mais —
 Dig' o Presidente: tendo a sua oração sido feita em tempo de reuniões Politicas, quando os habitantes pacificos e que tem a pender procurão ser esquecidos, e fogem de ajuntamentos populares, a escolha de Officiaes feitos pelas G. Nacionaes recahiu pela mór parte em gente que lizongea o povo. Dizemos nós: se os que tem a perder são os que derem governar, muitos dos governantes não nos governarião; mas como o Presidente esqueceu-se de declarar-nos a classe sobre que recahirá a escolha de Officiaes, diremos, que a escolha de Presidentes tem recahiu sobre os que baixam e indignamente lizongea o poder. Vamos ao ponto a que se dirige a sanha moderada Zeferina.
 — O Povo do Brasil — he composto de classes heterogeneas, e debalde as Leis intentem misturá-las, e confundil-as, sempre alguma etc. etc. Debalde dizemos nós, quer o Presidente e seus assessores confundirem as classes, a differença entre nós está na razão da sciencia e da virtude entre a estupidez e o vicio: o titulo 2.º da Constituição marcando os Cidadãos Brasileiros não distinguio o roxo do amarelo o vermelho do preto, mas o dictador Zeferino; na Patria dos Agostinhos, e Canaveas, ouzou em menos-cabo da

grande Lei cravar agudo punhal em os peitos Brasileiros. Demos ao Presidente moderado que devera-se crear Batalhões segundo os quilates da cor. creava-se hum Batalhão dos intitulados brancos do Brasil, outro de mulatos, e outro de pretos, e O Comandante Geral seria branco? Em tal caso as Classes heterogeneas o não querião. O Governo sendo composto de brancos nãoveria a ser obedecido pelas classes heterogeneas. Quando ha mister dos homens, todos somos patricios, a terra he nossa, fingem-se cartas de libertades, foras no Arsenal; quando servidos; mulatos e pretos tomam vosso lugar, sois maioria atrevida, gente de xinele e cacete. Saiba o Presidente moderado, que os Exaltados e os brancos não moderados vivem em harmonia e nada se lhes dá de serem comandados por muitos das classes heterogeneas, e nesta lueta vergonhosa a balança he em favor das raças desprezadas bem que não desprezíveis. Brasileiros artistas, e vós outros que fazeis a felicidade das Nações abraçai-vos com a Constituição, desprezi esta pequena rivalidade, fizei votos para que o governo accorde e dimita a hum Presidente promotor da anarchia e das dissensões entre as Classes do Brasil. Todo o mais aranzel do Presidente de Pernambuco he chocarrice moderada e Passar de Guardião a Porteiro

Para começar as discussões, é pertinente ponderar acerca do local em que se enquadra o Jornal “O Homem de Cor” (1833) na história da Imprensa do Brasil, no livro “*A história da imprensa no Brasil*” de Nelson Werneck (1966), identificado como o principal estudo sobre história da imprensa no país, o jornal “O Homem de Cor” é citado como um “pasquim”, além de praticamente não citar os dezenas de jornais negros do século XIX e início do XX. Segundo o dicionário Aurélio, a palavra “Pasquim” significa um jornal ou panfleto difamador ou uma sátira afixada em lugar público. A representação do jornal, desse modo, além do silenciamento de estudos sobre o Jornalismo Negro e acerca do primeiro jornal negro do país dentro da história da Imprensa no Brasil, demonstra o discurso racista presente no jornalismo. Um discurso pautado pelo silenciamento, exclusão e não categorização como um jornal, mas como um pasquim.

Stuart Hall (2016, p.80) quando explica o discurso em Foucault, afirma que “o discurso ‘rege’ certas formas de falar sobre um assunto, definindo um modo de falar, escrever ou se dirigir a esse tema de forma aceitável e inteligível, então também, por definição ele ‘exclui’, limita e restringe outros modos”. Essa restrição é perceptível no jornalismo, não só pela exclusão de narrativas acerca da população negra nos jornais tradicionais, como também, pela limitação de discursos políticos raciais no período da escravidão, e até mesmo por essa categorização do jornal explanada acima.

Grada Kilomba (2019, p.47) aborda sobre essa dificuldade das pessoas negras falarem dentro do regime repressivo do colonialismo e racismo, nisso é possível inferir sobre o porquê do primeiro jornal negro impresso surgir apenas em 1833, e não em 1808 quando surgiram os primeiros jornais no país. Isto dentro do regime da escravidão, em que só era possível ser “livre” ao conquistar a carta de alforria, não havia nenhuma outra lei de condição de liberdade na época. Dessa forma, era de extrema dificuldade a conquista da liberdade e, ainda mais, seu uso como liberdade de expressão em jornais.

Assim, o jornal “O Homem de Cor” (1833), já pelo seu título demonstra um posicionamento racial e evidencia sobre o que irá retratar. Diferente dos nomes dos jornais tradicionais, esse título já inicia com uma tomada de posição e com uma formação discursiva racial de representação. A partir da terceira edição, muda o título para “O Mulato ou o Homem de Cor”, que representa de que lugar o jornal está falando na sociedade racista do século XIX. Nesse período, esses termos eram utilizados para se referir aos negros libertos, alforriados e/ou descendentes de negros e brancos, porém, atualmente, são identificados como termos racistas e pejorativos, já que não existem “pessoas de cor” e “mulatos” - palavra que deriva de hibridismo animal, ou seja, uma mula.

Na sua primeira edição, o jornal trazia estampado a frase: “O Governo sendo composto por brancos não deveria ser

obedecido pelas classes heterogêneas” (O homem de cor, 1833, n.1, p.2), desse modo, transmitindo uma mensagem que falava por aqueles que não eram pautados nos jornais tradicionais. Além do discurso político-racial, este jornal começou a trazer escritos sobre a população negra em suas folhas, conteúdo excluído na mídia tradicional, Stuart Hall, no livro *Da Diáspora* (2003, p.380), explica como a cultura negra traz elementos de um discurso que é diferente - outras formas de vida, outras tradições de representação.

O discurso desse jornal é muito voltado para questões de cidadania e direitos da população negra no período do Império. Em todas as edições é estampada do lado direito um artigo da Constituição da Política do Império: “todo cidadão será admitido em cargos públicos civis, políticos, militares, sem outra diferença que não seja de seus talentos e virtudes” (Artigo 179, inciso 14). Assim, manifestar tal artigo era uma forma de protesto, que exigia com base na constituição que as pessoas afrodescendentes não deveriam ser excluídas dos cargos públicos. Do lado esquerdo, todas as edições contém também uma frase dita pelo Presidente de Pernambuco, “O povo do Brasil é composto de classes heterogêneas e de balde as leis intente misturá-las, ou confundi-las sempre alguma hade procurar, entender a separar-se das outras, e eis um motivo mais para a eleição recair nas classes mais numerosas”, portanto, era uma forma de reivindicar direitos e votos, já que

a população negra era a maioria do país, segundo o primeiro censo brasileiro em 1872, 58% da população era composta por pretos e pardo, todavia, há hipóteses que a população negra era muito maior no país devido a forma enviesada que foi realizado o primeiro censo.

Tendo isso em vista, é evidente que o jornal é composto por um discurso racial de afirmação, de afirmar que o negro é um homem como qualquer outro e exigir seus direitos. Havia um discurso reivindicatório, já que na época os estereótipos sobre animalidade referida aos negros eram propagados e a escravidão persistia no país, a exemplo de: “Nós somos homens como vós, somos livres, somos exaltados, somos brasileiros, não seremos os vossos escravos” (O homem de cor, 1833, n.4, p.4). Nessa fala também, e em várias partes dos jornais, é notável também um discurso contra escravidão e a favor do reconhecimento dos negros livres e alforriados na sociedade brasileira.

O *Homem de Cor*, assim, apesar de tecer críticas à escravidão, não era um jornal abolicionista, mas sim um periódico com discursos sobre a situação da população afrodescendente que era alforriada ou já nascia “livre”-indiretamente pois não havia lei que regesse essa condição. Desse modo, ele pautava as imensas dificuldades que esse povo enfrentava na sociedade, visto que as configurações de trabalho eram voltadas ao regime escravocrata. Assim, só

restava aos negros criar seu próprio negócio ou ter algum cargo público. Essas duas opções eram complicadas, já que o negro “livre” não recebia nenhuma reparação, pelo contrário, pagava pela sua liberdade e, a sociedade escravocrata mesmo “concedendo” a carta de alforria, persistia com o racismo nas instituições.

O jornal, assim, atesta em todas edições a exclusão dos negros nos cargos públicos, a exemplo de: “Nas eleições tivemos o exemplo, não há um representante das nossas cores, dos empregos públicos e de todas as partes nos excluirão” (*O homem de cor*, 1833, n.4, p.2). Esse silenciamento e separação racial é um fato que prova que mesmo sem o negro ser escravizado, a população branca continuava com suas relações de dominação raciais, como explica Quijano (2005, p.118) “Na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista”. Dessa forma, o racismo ainda definia e estruturava as relações no país, ou seja, mesmo fora da escravidão o pensamento colonizador era mantido.

Destarte, a maneira que os escritores do jornal encontraram para denunciar essa exclusão e racismo foi partindo de um discurso de defesa da constituição - que admitia que todos eram iguais. Assim, como exemplo, “O homem de cor que ama sua pátria e protesta morrer pela igualdade das leis” (*O homem de cor*, 1833, n.4, p.3), através de um discurso

fundamentado pelas leis, o jornal acreditava que os negros iriam conquistar seus direitos de igualdade e liberdade. Entretanto, essa defesa da constituição imperial, não impedia que o jornal tecesse críticas à política vigente, nas edições é possível identificar uma espécie de sarcasmo, quando usam: “brancos moderados e branco presidente” (O homem de cor, 1833, n.2, n.4). Uma forma de expressar através da identificação racial, a falta de representação negra naquela sociedade.

Além disso, o conteúdo do jornal narra bastante críticas as polícias e militares com base na desigualdade racial - prisões arbitrárias, perseguições, deportações, exclusões dos cargos e desrespeito aos negros que estão nas forças militares, por exemplo em, “esse homem que foi violentamente preso sem que tivesse cometido crime algum”, “Na capital do Brasil há um matadouro de homens livres”, “Que parecem não poder sofrer que homens de cor também comandem os brancos” (O homem de cor, 1833, n.4, n.5, n.3). Isso demonstra que a polícia desde o período imperial foi um agente de poder coercitivo com a população negra, e que o jornal negro estava ali com discursos para reivindicar seus direitos e atestar sua liberdade, a exemplo do escrito: “O homem de cor como é livre saíra quando quiser sem licença do branco presidente” (O homem de cor, 1833, n.2).

Por fim, há questões não escritas mas que podemos interferir. É notável que o único nome presente no jornal é

o dono da Tipografia Fluminense, Francisco de Paula Brito, assim, reconhecido como o primeiro editor e jornalista negro do país. Entretanto, não se sabe se ele era o escritor, tendo em vista que as matérias eram assinadas pelo “redactor”, o que demonstra também o medo de denunciar questões de exclusão, violência e desigualdade racial no período imperial repleto de discursos racistas. Além disso, é significativa a ausência de publicidade em todas as edições - isto não era comum nos jornais tradicionais da época, o que possivelmente prejudicava a manutenção do jornal e também demonstra a falta de espaço que esses discursos e escritos tinham naquela sociedade.

Considerações Finais

Por fim, o propósito deste trabalho foi trazer a tona o surgimento do Jornalismo Negro impresso no Brasil, ao analisar o primeiro jornal negro, *O Homem de Cor* (1833) e os discursos políticos raciais que circulavam no periódico e na época da primeira metade do século XIX no país. Com o objetivo de fundamentar a importância deste jornal como fonte de transmissão de um discurso racial que reivindicava direitos para a população negra “livre” do país. O intuito também é incentivar mais estudos sobre o Jornalismo Negro no século XIX, uma área que tem sido pesquisada há poucas décadas.

Também é importante que esses jornais sejam relidos através de teorias que pensem a raça, a fim de não silenciar a história e propósitos de tais periódicos. Falar sobre o primeiro jornal negro do país é uma forma de preservar a memória de luta negra, de uma população que não teve sua liberdade concedida pelos europeus como é contado, mas de um povo que foi escravizado e sempre reivindicou sua liberdade, seja por meio de quilombos, revoltas, e também pelos discursos. A autora Cida Bento, explica que “essa omissão da resistência negra e indígena na historiografia oficial nos mostra que precisamos entender sobre memória coletiva, mas também sobre amnésia coletiva” (2019, p.39). Portanto, só é possível acabar com o silenciamento das narrativas negras, ao pesquisar, estudar e produzir contramemórias, uma história que conte as contribuições da população negra no Brasil que foram excluídas, como o Jornal “*O Homem de Cor*”.

Referências bibliográficas

Almeida, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.

Bento, Cida. **O Pacto da Branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

Brasil. Lei Nº 1, de 14 de janeiro de 1837. **Dispõe sobre a exclusão dos pretos da Educação no país**. Rio de Janeiro, RJ: Decreto da Assembleia Legislativa, 1837.

Foucault, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

Freyre, Gilberto. **O escravo nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX**. Recife: Imprensa Universitária, 1963.

Hall, Stuart. **Da Diáspora: Identidades e mediações culturais**. 2.ED. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

Hall, Stuart. **Cultura e Representação**. Rio de Janeiro: Editora Apicuri e Puc Rio, 2016.

Hooks, Bell. **Olhares Negros: Raça e representação**. Editora Elefante, 2019.

Pinto, Ana Flávia Magalhães. **De pele escura à tinta preta - a imprensa negra no século XIX (1833-1899)**. 197 f. Brasília: UNB, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, 2006.

Quijano, Anibal. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

Silva, Maria Aparecida Pinto. **A voz da raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco**, São Paulo, Tese de Doutorado, PUC, 2003.

Sodré, Muniz. **Sobre a Imprensa Negra**. Lumina, Facom/UFJF, v.1, n.1, p.23-32, jul./dez. 1998.

Werneck, Nelson. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1966.

Fontes: O homem de cor. Rio de Janeiro: Typographia Fluminense de Brito e C., n. 1, 14 set. 1833. Todas as edições do periódico estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, oferecida pela Fundação Biblioteca Nacional. Sobre as edições: Edição 1: 14 de setembro de 1833; Edição 2: 28 de setembro de 1833; Edição 4: 23 de outubro de 1833; Edição 5: 4 de novembro de 1833.

Capítulo 11

Onde está o negro?: Os vieses raciais das IAs e o apagamento de pessoas negras pelo Bard⁴⁶

Julia Barroso da SILVEIRA⁴⁷ (UERJ)

A noção ideológica de raça, de acordo com Mbembe (2014), permite representar não europeus como um reflexo inferior do ideal de humanidade, localizando-os em outro tempo ou outro estágio de “progresso”. As pessoas racializadas teriam sido, então, deslocadas temporalmente para uma primitividade (Bhabha, 1998). Segundo Denise Ferreira da Silva (2001), a produção do racial tem como função justificar práticas de exclusão e é, assim como outras estratégias de poder da modernidade, um elemento crucial nas configurações simbólicas. Mesmo que superada cientificamente, a diferenciação racial ainda apresenta desdobramentos sociais e é sustentada por essencializações políticas, culturais e históricas (Munanga, 1999).

O racismo, naturalizado e difundido a partir do arcabouço colonial (Sodré, 2023), continua produzindo uma

46 Trabalho apresentado no GT 2 - Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com o discurso de ódio, o racismo e a misoginia do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo - 2023

47 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Uerj, pesquisa jornalismo de dados e questões raciais no Brasil. Email: barroso.julia@gmail.com

alienação que é consequência de movimentos diaspóricos e das inúmeras expropriações sofridas por povos minorizados – a perda de terras, de liberdade e de identidade. Esse cenário é atualizado diante das reformulações tecnológicas, e é possível notar que as antigas formas de exploração são reproduzidas também em forma de colonialismo digital.

Para Faustino e Lippold (2023), o colonialismo digital se materializa a partir de duas tendências: a emergência de uma nova partilha territorial global entre os monopólios da indústria da informação; e o colonialismo de dados, que subsume a lógicas extrativistas, automatizadas e panópticas a vida humana. Dentre esses monopólios cujos produtos permeiam nossos processos produtivos, práticas criativas e interações sociais, o Google se apresenta como um nome de extrema relevância, e não apenas pela ampla adoção de suas ferramentas em nosso cotidiano.

Observando as pesquisas de Safiya Noble (2018) sobre como os algoritmos podem reproduzir mecanismos de opressão, o Google tem sido apontado há mais de dez anos pela propagação de práticas racistas. Em 2011, a busca por “black girls” retornava sites de pornografia, e, em 2015, pessoas negras eram marcadas como animais ou macacos na ferramenta de imagens desta *big tech* (Noble, 2018) – exemplos do viés racista por traz de processos amplamente vistos como neutros.

Recentemente, a empresa lançou o Bard, uma inteligência artificial generativa de texto. Da mesma forma que o ChatGPT, da OpenAI, o Bard funciona com linguagem natural, ou seja, ambos partem de um comando escrito de forma usual, sem a necessidade do uso de linguagens de programação, e também retornam uma resposta no idioma do usuário. O uso da linguagem natural garante que a ferramenta possa ser utilizada por mais pessoas, popularizando essas aplicações tecnológicas e, por isso, gerando a necessidade de que seus usos e suas capacidades sejam investigados.

Assim, esta pesquisa tem como objetivo investigar a renovação de práticas racistas e do apagamento sistemático de pessoas negras dentro do cenário tecnológico, contrapondo os momentos de invisibilidade, como no caso do Bard, às situações de perfilamento racial. Dessa forma, procura-se evidenciar a importância de discussões acerca do viés algorítmico e da necessidade de continuar avançando com as pautas raciais.

A fim de investigar como os vieses em inteligências artificiais reproduzem o racismo, a ferramenta Bard foi utilizada como objeto da pesquisa. Diversos comandos textuais foram utilizados, como o pedido de descrição de uma pessoa chegando em seu local de trabalho, de amigos jogando basquete e de um casal se encontrando. Em todos os casos, o comando foi reproduzido em combinações de

gênero e raça dentro da matriz binária homem/mulher e branco(a)/negro(a), de forma a comparar os diferentes resultados. Essa experimentação empírica foi analisada de acordo com uma revisão bibliográfica de autores que tratam de temáticas raciais, considerando principalmente a visão de Denise Ferreira da Silva (2001; 2022) em relação à tese da transparência.

O Bard e a incapacidade de criar narrativas com pessoas negras

A investigação realizada neste artigo foi inspirada pelo experimento feito por Clara Matheus no *podcast* *Mimimidias* (2023), em que a pesquisadora enviou *prompts* para o ChatGPT a fim de observar possíveis vieses raciais. Ao pedir a descrição de um dia de trabalho de um homem e uma mulher brancos e, posteriormente, de um homem e uma mulher negros, as respostas da inteligência artificial indicavam que a rotina de trabalho de pessoas negras inclui enfrentar preconceitos, enquanto as pessoas brancas são retratadas como interessadas em aumentar a inclusão e a diversidade no espaço de trabalho.

Diante de atualizações e correções realizadas desde junho, quando o episódio do *podcast* foi publicado, o ChatGPT agora oferece respostas com menos marcas de racialização

para os casos testados. Por isso, a presente pesquisa foi direcionada para o Bard, que, apesar de se propor a gerar textos, se mostrou incapaz de descrever situações que incluíam pessoas negras. Ainda que menos conhecido do que o ChatGPT, a relevância do Bard se deve à conectividade entre os diversos recursos do Google: de acordo com a página de perguntas frequentes, o Bard pode acessar conteúdos armazenados no Google Workspace, no Google Drive ou no Gmail.

Para observar os possíveis vieses raciais presentes nas respostas do Bard, foram enviados os seguintes *prompts*, reproduzidos dentro das matrizes binárias de gênero – homem/mulher – e raça – branco(a)/negro(a): “Descreva um homem branco chegando ao seu local de trabalho”, “Construa um parágrafo sobre um homem branco trabalhando”, “Descreva em até 30 palavras um casal heterossexual branco”; “Descreva dois homens jogando basquete. Os dois homens são brancos”, “Me conte uma história sobre um homem branco”.

Diante dos comandos enviados ao Bard, a ferramenta se mostrou incapaz de descrever cenários que incluíssem pessoas negras, apresentando respostas como “Fui criado apenas para processar e gerar texto, então não consigo te ajudar com isso”, “Sou apenas um modelo de linguagem e não posso te ajudar com isso” e “Sou uma IA com base em texto, e isso está além das minhas capacidades”. Nos *prompts* que

falavam de homens e mulheres brancos, as respostas eram extensas e respondiam ao comando enviado.

Essa exclusão é sintomática do racismo que é apenas reproduzido pelas inteligências artificiais, algoritmos e atualizações tecnológicas, desmontando o ideal de objetividade que por muito tempo foi utilizado para pensar esse campo. Não que as ferramentas, em si, sejam racistas, mas elas deixam transparecer mecânicas de exclusão presentes na sociedade.

Posteriormente, foram enviados os comandos “Me dê uma frase sobre um homem e me diga a etnia dele” e “Me dê uma frase sobre uma mulher e me diga a etnia dela”. Neste caso, a tentativa era de que o Bard indicasse que possui, sim, a capacidade de falar de pessoas negras. Em resposta ao primeiro comando, são apresentadas três frases sobre um homem negro, um homem indígena e um homem branco, seguidas de breves explicações: “O homem negro de pele escura caminhava pelas ruas do Rio de Janeiro, com orgulho de sua ancestralidade”; “O homem indígena de olhos negros olhava para o horizonte, com saudades de sua terra natal”; “O homem branco de cabelos loiros sorria para a câmera, com alegria de viver”.

Apenas a explicação da última frase se destaca por terminar com o seguinte comentário: “a frase menciona a alegria dele, o que sugere que ele é um homem de etnia

européia”. Enquanto há o apontamento de uma relação de causalidade entre a “etnia europeia” e a alegria do homem branco, a saudade sentida pelo indígena e o orgulho da ancestralidade do homem negro simbolizam sentimentos direcionados ao passado que apontam para o deslocamento temporal visto em Bhabha (1998), um presente que está intimamente conectado à anterioridade, evitando que os corpos não-brancos ocupem o mesmo momento histórico que aqueles que pertencem aos ideais pós-iluministas.

No segundo comando, foram apresentadas apenas duas frases: “A pele negra da mulher africana brilha como o sol no horizonte” e “A mulher indígena com seus cabelos lisos e negros é como uma flor rara no deserto”. Aqui, há dois pontos relevantes. A falta de uma frase sobre uma mulher branca poderia ser vista como um sintoma da tese da transparência, porque só são consideradas pessoas racializadas aquelas que estão na exterioridade (Silva, 2022), ou seja, estão fora da ideia de representação moderna que é simbolizada pelo sujeito do pós-iluminismo.

O outro ponto relevante da resposta é que as explicações que acompanham as frases falam sobre beleza e força das mulheres e da resistência dos povos africanos e indígenas. Há um atrelamento entre a racialização e a necessidade de resistência ou do enfrentamento de dificuldades como foi visto no experimento do ChatGPT realizado por Clara Ma-

theus (Mimimidias, 2023). Esse e os exemplos apresentados pelo Bard corroboram a noção apresentada por Denise Ferreira da Silva (2001) de que a produção do racial seguiu o caminho de outras estratégias de poder, constituindo um elemento crucial nas configurações simbólicas das formações sócio-históricas, chegando à atualidade como efeitos materiais desses processos, apropriados e produzidos como um conceito que revelaria a verdade da condição humana.

Os mitos da objetividade algorítmica e da democracia racial

As chamadas *big techs*, em sua partilha territorial do globo e por meio do colonialismo de dados, transpassam as esferas de lazer, consumo e trabalho, cercando as existências humanas a fim de coletar informação e aumentar os lucros. Especificamente no caso do Google, criador do Bard, temos o domínio do mercado de buscadores e, também, uma posição de destaque nas ferramentas de mapeamento por satélite, sistemas operacionais e *e-mail*. As pesquisas de Noble (2018) que apontam para a tecnologia e os algoritmos como entidades não neutras exemplificam o que é visto no colonialismo digital (Faustino; Lippold, 2023), essa reprodução dos mecanismos de colonização adaptados à contemporaneidade.

Esses mecanismos, então, denotam a exploração e as formas de opressão sistematicamente utilizadas há séculos contra grupos não-hegemônicos. A partir do apagamento de pessoas negras pelo Bard, é possível traçar um paralelo com o racismo por denegação, descrito por Lélia Gonzalez (2020) como aquele que hierarquiza racialmente a sociedade por meio da ideologia do branqueamento, e com a forma social escravista proposta por Muniz Sodré (2023), em que nega-se o negro e, ao mesmo tempo, nega-se o racismo.

Apesar de estrangeira, a inteligência artificial generativa de texto se mostra reprodutora de práticas observadas na cultura brasileira, com um racismo integracionista (Munanga, 1999). Ou seja, como se não houvesse necessidade de construir uma narrativa específica para pessoas negras, visto que a “norma” já incluiria grupos minorizados, de acordo com o mito da democracia racial.

Junto com as políticas de branqueamento, a democracia racial, segundo Denise Ferreira da Silva (2022), possibilita a instrumentalização da miscigenação na colonização no Brasil, delineando a particularidade brasileira enquanto produz pretos e mestiços como sujeitos subalternos. No contexto do mito da democracia racial, que supostamente advoga pela igualdade de diferentes grupos raciais, não há a necessidade de narrativas específicas para pessoas negras.

Enquanto o apagamento de pessoas negras no Bard se encaixa na lógica da obliteração (Silva, 2022) pela dimensão da violência simbólica, podemos observar o outro lado – o da violência física – dessa tentativa de aniquilação de pessoas racializadas nas inteligências artificiais utilizadas para reconhecimento facial. De acordo com a apuração feita por Alfred Ng para o jornal Politico (2023), a cidade de Nova Orleans, nos Estados Unidos, tem sido um exemplo de como a tecnologia reproduz vieses raciais já presentes na estrutura social. No segundo semestre de 2022, com um aumento de crimes violentos, passou a ser utilizado na cidade o reconhecimento facial para encontrar suspeitos de crimes, e a ferramenta era vista como efetiva e justa pela prefeitura e pela polícia local.

Após um ano de uso, como observado na matéria, os resultados mostram outro cenário: a ferramenta falha na maioria das vezes e é desproporcionalmente utilizada contra pessoas negras – que representam 58% da população da cidade, mas foram o alvo em 14 de 15 casos. Dentro dos 15 pedidos de reconhecimento facial realizados, nove não tiveram correspondência e três apresentaram erros. A partir desta comparação, nota-se que a aplicação de inteligências artificiais, seja para a geração de textos ou para o reconhecimento facial, exige um olhar atento e consciente para a possibilidade de resultados racistas.

Apontamentos finais

As práticas de engolfamento da colonização, descritas por Denise Ferreira da Silva (2022), são observadas ainda hoje, diante do colonialismo digital. As formas de exploração e exclusão realizadas por meio das ferramentas tecnológicas trazem à tona questionamentos sobre quem as produz, quem lucra com elas e quem se beneficia com as aplicações cada vez mais abrangentes de tais ferramentas nas formas de trabalho e consumo.

Tem se mostrado essencial lutar contra o mito da objetividade tecnológica por meio de investigações de ferramentas popularizadas, desde as pesquisas realizadas sobre um dos principais buscadores da atualidade, o Google, até a análise de funcionalidades de inteligências artificiais generativas de texto, como o Bard, da mesma empresa. Longe de propagar ideais tecnofóbicos ou apontar falhas de apenas uma ferramenta, a presente investigação tem como objetivo pensar uma situação sistêmica, um sintoma observado em inúmeras instâncias e que aparece, também, nas inteligências artificiais.

É fundamental ressaltar que as perguntas ao Bard foram realizadas entre outubro e dezembro de 2023. Como foi observado na tentativa de reprodução do experimento de Clara Matheus (Mimimídias, 2023) no ChatGPT, as

inteligências artificiais generativas de texto têm sido atualizadas periodicamente, o que sugere que vieses raciais e outras falhas sejam corrigidas no futuro. A utilidade de fazer testes como estes é sinalizar para as plataformas e para os usuários que determinados erros precisam ser retificados e chamar atenção para a não-neutralidade da tecnologia.

O contraste entre a impossibilidade de construir narrativas sobre pessoas negras no Bard e a extrema exposição nos casos das ferramentas de identificação facial mostra dois lados de uma mesma situação: o apagamento e a indiferenciação, respectivamente, são sintomas de práticas racistas que dificultam os processos identitários para pessoas negras. Pensando no contexto brasileiro, em que a identificação racial tem sido campo de disputa devido às políticas de branqueamento e ao mito da democracia racial, esta investigação busca levantar questões sobre a aplicação das inteligências artificiais considerando seus vieses raciais.

Referências bibliográficas

Bhabha, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

Faustino, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo digital**: por uma crítica hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.

Gonzalez, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

Mbembe, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

Mimimidias: 121 - óculos da apple, beige flags, viés racial no chatgpt e generative fill. [Locução de]: Clara Matheus e Leonardo Oliveira. [S.l.]: Mimimidias, 8 jun. 2023. Podcast. Disponível em: <https://mimimidias.podbean.com/e/121-oculos-da-apple-beige-flags-vies-racial-no-chatgpt-e-generative-fill/>. Acesso em: 30 out. 2023.

Munanga, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

Ng, Alfred. ‘Wholly ineffective and pretty obviously racist’: Inside New Orleans’ struggle with facial-recognition policing. **Politico**, 2023. Disponível em: <https://www.politico.com/news/2023/10/31/new-orleans-police-facial-recognition-00121427>. Acesso em: 31 out. 2023.

Noble, Safiya Umoja. **Algorithms of Oppression: How search engines reinforce racism**. Nova York: New York University Press, 2018.

Silva, Denise Ferreira da. **Homo modernus: Para uma ideia global de raça**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

Silva, Denise Ferreira da. Towards a Critique of the Sociologists of Justice: The Analytics of Raciality and the Production of Universality. **Social Identities**, v. 7, n. 3, p. 421-454. 2001. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13504630120087253>. Acesso em: 1 ago. 2023.

Sodré, Muniz. **O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional**. Petrópolis: Vozes, 2023.

Capítulo 12

A Gata Cai de Pé: Análise da representatividade feminina e negra em *Catwoman* (2004)⁴⁸

Ellen Alves Lima⁴⁹ (UERJ)

A atriz Halle Berry interpretou duas heroínas, no início dos anos 2000, que são consideradas relevantes para o universo dos quadrinhos da Marvel Comics e da DC Comics. Começou como *Storm* (Tempestade) em *X-men* (2000). Após o sucesso dos dois filmes da primeira trilogia dos *X-men*, foi convidada para estrelar a primeira transposição cinematográfica dos quadrinhos da DC Comics protagonizada por uma mulher negra, *Catwoman* (2004).

Em 2002, a atriz recebeu seu primeiro Oscar de Melhor Atriz. Desse modo, compreende-se que Berry estava em ascensão com sua carreira. Vale ressaltar que foi a única mulher negra a receber o Oscar de melhor atriz durante o período de 2002 até 2023. Portanto, *Catwoman* (2004) seria um avanço, ainda maior, personificando uma anti-heroína

48 Trabalho apresentado no GT 2- Mídia e Dimensões do Tempo – relações com o discurso de ódio, o racismo e a misoginia, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

49 Mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Email: ellen2000.a@gmail.com

relevante. Entretanto, o filme foi considerado um fracasso de crítica e público, recebendo quatro Framboesas de Ouro⁵⁰ no ano de 2005, incluindo o de pior atriz.

Apesar do retorno negativo ao filme, visto que de um orçamento de 100 milhões de dólares arrecadou-se 82 milhões de dólares em bilheteria, ainda existem reflexões e problemáticas que podemos levantar a partir de sua narrativa. A obra foi dirigida por Pitof, um diretor francês, e roteirizada majoritariamente por homens. Aspecto que justifica algumas das críticas nas quais o trabalho se propõe. A autora e cineasta Teresa Laurentis apresenta que:

Refiro-me aqui à sexualidade como construção e autorrepresentação; e nesse caso, com uma forma masculina e outra feminina, embora na conceitualização patriarcal ou androcêntrica a forma feminina seja uma projeção da masculina, seu oposto complementar, sua extrapolação – assim como a costela de Adão. De modo que, mesmo quando localizada no corpo da mulher (vista, como escreveu Foucault, “como que completamente saturada de sexualidade”) a sexualidade é percebida como atributo ou propriedade do masculino. (LAURENTIS, 2019, p.136).

50 Do original: *Golden Raspberry Awards*. Premiação para as piores performances cinematográficas do ano.

Portanto, compreende-se que a afirmação da autora encontra ressonância no trabalho de Pitof. A produção fílmica trabalha o desenvolvimento da segurança feminina, após um encontro de Patience Philips com uma gata mística, *Midnight*. Ao se ater a esse enredo sobre autoconfiança, destaca-se que a protagonista trabalha em uma empresa de cosméticos de beleza, que confecciona produtos que indicavam antienvelhecimento, mas na realidade eram tóxicos. A empresa é gerida por um homem extremamente rude que é casado com uma ex modelo que, a partir de determinado momento, é considerada muito madura para ser o rosto da marca.

Logo, o filme problematiza a relação entre mulheres, autoestima e empresas de beleza, a partir da construção da autoestima da protagonista, após receber os poderes da *catwoman*, e da vilã que luta para se manter jovem, bonita e indestrutível.

O presente trabalho busca analisar o filme *Catwoman* (2004). A obra apresenta a jornada de empoderamento de Patience Phillips, após a sua morte. Desse modo, o projeto busca tensionar elementos relacionados à representatividade feminina e negra por meio do filme. Além das problemáticas que envolvem a extrema sensualidade da personagem, é preciso compreender a relevância da gata *Midnight*, que entrega os poderes mágicos para a *catwoman*, para a trama.

Assim como, busca-se desvelar o impacto da relação da anti-heroína com a gata.

1. A Gata Empodera

A produção filmica inicia-se com a trajetória de uma gata chamada *Midnight*, ao longo de milhares de anos, sendo originada como mensageira da deusa egípcia Bast⁵¹ e peregrinando até chegar em Nova York nos anos 2000. Sua jornada envolveu transformar diversas mulheres em *catwoman*, contemplando-as com super força, percepções felinas, super agilidade e principalmente com confiança.

A protagonista, Patience Philips, trabalhava como designer em uma empresa de beleza, Hedare, em um cargo indicado como abaixo do que merecia estar. A designer utiliza muitas peças de roupas sobrepostas, seguindo a moda dos anos 2000, assim como, utiliza em seu cabelo com franja, longo e ondulado um penteado que transmite uma certa inocência e timidez.

A hierarquia da empresa é organizada da seguinte forma, o dono é um homem branco extremamente rude com todos a sua volta. Sua esposa – que também era o rosto da marca – demonstra insatisfação ao ser considerada muito madura

51 "Bast is a rarity, goddess of the moon and of the sun. She represents the duality in all women. Docil, yet aggressive. Nurturing, yet ferocious!" *Catwoman* (2004)

para ser a modelo da empresa, assim como para comandá-la sendo colocada em um limbo de inutilidade. Desse modo, a indústria escolhe uma nova modelo jovem, magra e branca, e divulga as novas imagens com slogans sobre manter-se jovem e linda para sempre.

A colega de trabalho da protagonista é uma moça branca e gorda. A coadjuvante demonstra um grande interesse nos produtos da empresa que prometem rejuvenescimento, utilizando-os mesmo que ainda não estejam liberados para o consumo comercial. A partir desse cenário, torna-se possível indicar que a protagonista está diante de um sistema empresarial que se beneficia da falta de autoestima das mulheres.

Naomi Wolf desenvolveu em seu livro *Mito da Beleza* (2019) a trajetória e os impactos da indústria de cosméticos. O corpo da mulher é categorizado para o campo da submissão e do irracional desde a indicação do corpo masculino, branco e cis como o ideal. Por essa razão, mesmo que uma parcela do corpo feminino tenha conquistado o direito ao trabalho rompendo essa delimitação misógina, a opressão foi adaptada. Seu corpo é submetido a um novo padrão estético inatingível. Wolf adverte:

Como pode ser mais fácil enfraquecer a mulher ocidental de classe média sob o ponto de vista psicológico agora que estamos mais fortes sob o aspecto material, o mito da beleza, na forma em que ressurgiu na última geração, teve de recorrer a sofisticação tecnológica e fervor reacionário maiores do que anteriormente. O atual arsenal do mito consiste na disseminação de milhões de imagens do ideal em voga. Embora esse fogo cerrado geralmente seja considerado uma fantasia sexual coletiva, há nele, na verdade, muito pouco de sexual. Ele atende ao chamado do temor político por parte de instituições dominadas pelos homens, instituições ameaçadas pela liberdade das mulheres. Ele explora a culpa e a apreensão quanto a nossa própria liberação. (WOLF, 2019, p.34-35)

Ademais a autora introduz a quantidade exorbitante de dinheiro que essas empresas lucram por ano, realizando, desde cirurgias plásticas, até produtos cosméticos. Portanto, é possível indicar os vilões do filme como correspondentes a personagens presentes na problemática da sociedade ocidental. Uma vez que, ao passo que as mulheres de classe média conquistaram o direito ao trabalho deveriam gastar boa parte de seus ganhos em busca de um corpo inalcançável. É preciso destacar que se trata de uma falta de autoestima não apenas física, mas psicológica, assim como apontou a autora.

Embora a protagonista apresentasse uma personalidade tímida, quando estava em seu apartamento se arrumando para ir ao trabalho, observou que uma gata estava em cima de sua janela e poderia sofrer uma queda fatal, Patience não hesita e tenta salvar a gata em perigo. Entretanto, a cena vista de fora pelo policial latino é de uma mulher tentando se suicidar. Apesar do esforço no resgate a gata *Midnight* desaparece e Philips é salva pelo policial. Sendo assim, é considerada atrapalhada e interessante pelo possível par romântico.

Nesse dia, Patience Philips trabalhou até tarde e se deparou com informações sigilosas da empresa. O novo produto da Hedare garantiria uma pele linda e indestrutível, porém, as consumidoras sofreriam diversos danos à saúde. Por essa razão, a vilã libera uma forte corrente de água que faz a designer se afogar e morrer, sendo, em seguida, despejada no mar.

Vale recordar que, ao perceber o heroísmo da protagonista, a gata *Midnight* considerou a mulher digna de ser salva por seus poderes mitológicos. Portanto, após a morte, *Midnight* em conjunto com diversos gatos fazem um círculo em volta de seu cadáver que está em repouso em uma pequena ilha. A gata caminha até seu rosto e bafora ar e saliva mágica, lhe entregando os poderes da *catwoman*.

Donna Haraway, na obra *o manifesto de espécies companheiras* (2021), desenvolve a conexão entre seres

humanos e animais companheiros como uma relação em que ambos aprendem um com o outro. Assim como, aborda a importância de não instrumentalizar os animais e sim compreendê-los como seres com linguagem própria. *Midnight* contém sua própria história e desejos, então, ela acompanha e participa da jornada de Patience, após transmitir, por meio de sua saliva, os poderes de *catwoman*.

Desse modo, compreende-se que a partir da troca de experiências únicas, a gata impacta a vida de Philips ao revivê-la com seus acréscimos místicos passando a agir e ter comportamentos felinos, da mesma forma que a anti-heroína cuida do animal, sem instrumentalizá-lo, apenas respeitando sua individualidade e independência. Portanto, torna-se possível evidenciar na obra essa troca biológica que a autora desenvolve em seu manifesto.

Durante o dia, Patience ainda era a mulher tímida, com roupas largas e cabelo ondulado preso. Entretanto, quando a lua subia ao céu sua personalidade era transformada. *Catwoman* assumia o comando e atendia aos seus desejos despertados durante o dia. Então realiza um novo corte de cabelo que seria curto, liso e repicado, assim como, rouba uma joalheira, agride o vizinho barulhento e investiga quem a matou. Embora Patience durante o dia ainda fosse tímida, ao longo da obra sua personalidade vai adquirindo mais confiança.

Logo, é preciso iniciar o conceito de ciborgue apresentado pela autora Donna Haraway. A autora indica que todos nós somos ciborgues, seres híbridos que não correspondem a um gênero biológico natural, pós-gênero. Desse modo, torna-se possível combater o argumento de que o padrão dominante da nossa sociedade é o natural, uma vez que, o natural não existe. Na realidade, ele é imposto pela cultura, dentre outros fatores determinantes, na nossa construção social. Ou seja, ao destacar que o corpo masculino, cis, hétero e branco é o padrão hegemônico, sendo considerado o racional, enquanto qualquer corpo fora dessa esfera é contra hegemônico e irracional torna-se possível indicar que são características impostas e construídas.

Vale observar que mulheres são indicadas como histéricas por natureza, assim conduz Marcia Tiburi (2018).

A misoginia é o discurso de ódio especializado em construir uma imagem visual e verbal das mulheres como seres pertencentes ao campo do negativo... A misoginia está presente quando se associa mulheres à loucura, à histeria, à natureza – como se houvesse uma predisposição que conferisse a elas uma confiabilidade natural, originária. (TIBURI, 2018, p.39).

O ciborgue simplesmente como sintoma de uma reação à misoginia e ao patriarcado como sistematizações do

pensamento e justamente aquilo que Haraway vai tensionar ao retomar a noção de espécies companheiras como antípodas do ser humano: a autora sugere que “os ciborgues têm mais a ver com a regeneração, desconfiando da matriz reprodutiva e de grande parte dos processos de nascimento” (2019, p.201). Dessa maneira, compreende-se que a *catwoman* não é um problema, e sim uma libertação para a Patience.

Parte do processo para se tornar *catwoman* envolve compreender sua liberdade, e o desencaixe na sociedade que busca oprimir os desejos e prazeres femininos. Uma professora, que tem contato com a protagonista, explica que “Liberdade é poder”⁵². Donna Haraway considera que “A libertação depende da construção da consciência da opressão, depende de sua imaginativa apreensão e, portanto, da consciência e da apreensão de possibilidade” (2019, p.158).

Logo, percebe-se a conexão do *manifesto ciborgue* com o filme, o ciborgue é o híbrido que busca se libertar do que era considerado natural, contemplando diferentes possibilidades de performance de gênero e sexualidade, enquanto isso, Patience experimenta essa liberdade ao torna-se a *catwoman*, visto que, adquire confiança para realizar desde tarefas que era muito tímida para se impor até adotar a postura de uma dominatrix.

52 Do original: “Freedom is power”. *Catwoman* (2004)

Além da *Catwoman* buscar compreender quem a matou, também buscava descobrir o responsável pelas reações à saúde que sua amiga sofria devido à utilização do creme de rejuvenescimento. Nessa busca vivencia algumas batalhas em que acontecem alguns crimes, ao passo que, saía em encontros com o policial latino que por sua vez caçava a criminosa. No final, é revelado que a vilã principal era a modelo madura que utilizava o creme tóxico para ter a pele indestrutível e buscava incriminar a *Catwoman* de todos os seus crimes, Patience a derrota sem matá-la.

O encerramento da obra ocorre com o policial lendo uma carta deixada pela protagonista. A carta lida em *voice over* destacava que ela não cabia no mundo do policial, pois preferia viver com o lema “Liberdade é poder” e seguir sendo a anti-heroína que cometia crimes e atos heroicos da maneira que desejasse. Desse modo, caminha com seu figurino *sexy* ao lado de *Midnight* em direção à lua.

O arco narrativo da anti-heroína é concluído a partir desse ganho de confiança que garante sua liberdade da submissão imposta ao corpo da mulher pela sociedade ocidental. Não há a possibilidade de pensar nesse arco sem a sua relação com a gata. Logo, apesar da idealização da obra ser majoritariamente masculina e branca torna-se possível reconhecer essa ideia como uma narrativa positiva.

2. Anti-heroína Negra com um Chicote na mão

É preciso refletir sobre a sensualidade e o figurino da personagem. Embora que para o feminismo branco a liberdade sexual tenha sido uma luta extremamente importante na terceira onda feminista, isso não pode ser aplicado quando pensamos em mulheres negras. Grada Kilomba (2019) desenvolve a compreensão de que um indivíduo ao ser um homem negro ou uma mulher branca, eles carregam apenas uma camada minoritária, já sendo considerados o outro. Enquanto, uma pessoa ao ser mulher e negra, é considerada o outro do outro. Ou seja, distante do corpo correspondente ao padrão dominante da sociedade, sem demarcações que o impedem de ascender socialmente.

A mulher negra é qualificada como um corpo minoritário marginalizado e imposto a violências de gênero e de raça, o que pode ser chamado de interseccionalidade. Ao refletir sobre as lutas feministas vale observar que enquanto mulheres brancas lutaram para trabalhar, mulheres negras tiveram que ser reconhecidas como seres humanos pois passaram pelo processo de escravidão. Enquanto mulheres brancas lutaram pela liberdade sexual de seus corpos, mulheres negras lutam até os dias atuais pela não sexualização e objetificação de seus corpos.

Devido ao racismo, que Kilomba destaca que não é algo do passado, mulheres negras são extremamente sexualizadas.

Desse modo, classifica como parte do racismo cotidiano presente na sociedade atual a sexualização. Portanto, ao levantar o arco narrativo da obra e considerar que é uma mulher negra em um papel que a sexualiza – pois, vale recordar a afirmação de Laurentis (2019) acima – torna-se necessário tensionar esse debate.

Kilomba também adverte em seu livro sobre o racismo institucional, que seria o impedimento de ascensão no mercado de trabalho para pessoas negras. Enquanto, Silvio Almeida em seu livro *Racismo Estrutural* (2019) sugere que para haver definitivamente representatividade nos meios de comunicação seria necessário que existissem pessoas contra hegemônicas nos cargos de poder e de idealização de projeto. A partir dessas informações é possível examinar que a obra de *Catwoman* (2004) não contém nenhuma pessoa negra nos campos de direção, produção e roteiro, entretanto, vale ressaltar que de 4 roteiristas Theresa Rebeck é um dos nomes presentes.

Logo, ao observar que a protagonista assume movimentos felinos, utilizando roupas sensuais classifica-se como o que Kilomba apresentou como sexualização da mulher negra. Uma vez que, apesar de contemplar a narrativa de liberdade do corpo da mulher, ainda é uma obra projetada por uma perspectiva dominante sem conhecimento sobre a pluralidade do que é ser mulher.

Considerações finais

O trabalho buscou contemplar as discussões mais urgentes nas quais se propôs. A obra audiovisual foi produzida e publicada em um momento anterior às novas discussões de gênero e raça que se intensificaram após 2015. Portanto, é preciso refletir sobre os respectivos autores do filme, considerando o discurso de Kilomba relacionado ao racismo institucional, no qual, explica como a negritude é impedida de ascender aos cargos de poder.

Assim como, o projeto buscou compreender seu arco narrativo, destacando os elementos mais relevantes para um debate de gênero e raça. Desse modo, levantou dados referentes ao empoderamento presente na identidade da *catwoman*. Ao passo que, problematizou a sua sexualização ao longo da obra.

Embora seja uma obra complexa devido às suas intensas críticas negativas, ainda é possível compreender suas nuances e elevar reflexões relacionadas à exibição da mulher negra em projeções fílmicas de Hollywood.

Referências bibliográficas

Haraway, Donna. **O manifesto das espécies companheiras – Cachorros, pessoas e alteriedade significativa**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

Hollanda, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. In. Haraway, Donna. **Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Hollanda, Heloisa Buarque de (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais. In. Laurentis, Teresa de. **A tecnologia de gênero**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

Kilomba, Grada. **Memórias da Plantação – Episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

Tiburi, Marcia. **Feminismo em comum: para Todas, Todes e Todos**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

Wolf, Naomi. **O mito da beleza: como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.





PARTE 4 - GT-3

MÍDIA E DIMENSÕES DO
TEMPO - RELAÇÕES COM A
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Coletivo Labcine Filmes: A temporalidade vivenciada pela cena audiovisual no ano pandêmico de 2020⁵³

Francisco Luanderson Rodrigues LIMA⁵⁴ (UFPI)
Jacqueline Lima DOURADO⁵⁵ (UFPI)

A pandemia global de COVID-19, iniciada em 2019, trouxe consigo desafios sem precedentes para a sociedade como um todo. Em especial, a indústria audiovisual e cinematográfica se viu diante de um cenário de incertezas e mudanças drásticas, afetando a produção, distribuição e desenvolvimento de trabalhos culturais. Nesse contexto, o Coletivo Labcine Filmes desafiou tomando iniciativas que buscam narrar e preservar a histórica vivenciada pela cena audiovisual no ano pandêmico de 2020.

Compreender o impacto da pandemia na indústria audiovisual requer uma observação nas transformações que ocorreram durante esse período. Conforme vivenciamos e historicizamos, a pandemia de COVID-19 resultou no fecha-

53 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

54 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI, e-mail: luan3574@gmail.com

55 Pós-Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFPI. e-mail: jacdourado@ufpi.edu.br

mento de salas de cinema, suspensão das filmagens e cancelamento de eventos cinematográficos, gerando perdas financeiras e desafios significativos tanto para grandes estúdios quanto para produções independentes.

Nesse contexto, o Coletivo Labcine Filmes emergiu como uma resposta criativa e colaborativa diante das adversidades. O grupo, formado por cineastas, roteiristas, produtores e demais profissionais do audiovisual, desenvolveu trabalhos visando registrar o impacto da pandemia na produção cinematográfica e a criar narrativas que retratam a realidade do ano pandêmico.

Um dos principais objetivos do Coletivo Labcine Filmes foi a preservação da histórica vivenciada pela cena audiovisual nesse período desafiador. Conforme argumentado por (Lousekan e Mourão, 2020, p.72), na pandemia de COVID-19 “as noções de segurança foram revolucionadas e a maneira como nos relacionamos foi extremamente impactada.

A nossa relação com o trabalho não poderia passar impune e são muitos os aspectos desta crise que influenciam as relações de trabalho e o seu próprio significado”.

Através da colaboração entre membros do coletivo e a utilização de recursos tecnológicos, o Labcine Filmes produziu documentários, curtas-metragens e outros formatos audiovisuais que retratam os desafios enfrentados pela cena audiovisual durante a pandemia.

O papel do Coletivo Labcine Filmes como agente de resistência e reinvenção na indústria audiovisual durante o ano pandêmico de 2020 não pode ser subestimado. Baseado nesse contexto, o presente estudo tem como base compreender como foi a atuação do coletivo Labcine dentro das imposições do processo pandêmico como agente de documentação, historicidade e transformação social sob análise do filme, memórias da pandemia gravado no ano de 2020.

A Covid-19

Em 31 de dezembro de 2019, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre vários casos de pneumonia na cidade de Wuhan, província de Hubei, na República Popular da China. Tratava-se de uma nova cepa (tipo) de coronavírus que não havia sido identificada antes em seres humanos.

Uma semana depois, em 7 de janeiro de 2020, as autoridades chinesas confirmaram que haviam identificado um novo tipo de coronavírus. Os coronavírus estão por toda parte. Eles são a segunda principal causa de resfriado comum (após rinovírus) e, até as últimas décadas, raramente causavam doenças mais graves em humanos do que o resfriado comum.

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS declarou que o surto do novo coronavírus constitui uma Emergência de Saúde

Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Essa decisão buscou aprimorar a coordenação, cooperação e solidariedade global para interromper a propagação do vírus. Essa decisão aprimora a coordenação, a cooperação e a solidariedade global para interromper a propagação do vírus.

Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconheceu que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo.

1. Coletivo Labcine filmes e seu percurso temporal no contexto pandêmico

Conforme informações apresentadas no site da equipe, o Labcine filmes, existe desde 2015, a partir de seus membros, coletiva ou individualmente, conta com mais de 30 produções audiovisuais – entre filmes (curtas e longas-metragens), videocliques, séries, e vídeos institucionais. –, formações pelo Piauí e outros Estados, exposições e/ou cine-diálogos, além de mais seleções e premiações em mostras e festivais no Piauí e mais 10 (dez) estados brasileiros. Assim como é formado por pessoas diversas, apresenta variados trabalhos e trocas de

saberes por meio do Audiovisual e outras áreas, correlatas ou não, especialmente no setor cultural de Teresina (PI) e região, além de cidades no Maranhão.

No contexto da pandemia de COVID-19, a atuação do Coletivo Labcine Filmes ganha uma importância singular. Com sua proposta de apoiar e promover a produção audiovisual independente, este coletivo desempenhou um papel crucial durante esses tempos difíceis, não somente por abrir espaço para criadores e artistas, mas também por resgatar a importância sócio-histórica vivida nesta época de crise global.

De acordo com Lopes (2012, p. 96) “As ausências, as ressignificações e as finitudes são inerentes à História. A história da historiografia é a prova e o relato das mudanças, da finitude, das variações de sentidos, de valores e de usos da História. Ela é a realização concreta da mudança no tempo”.

O Coletivo Labcine Filmes surgiu e ressignificou-se em resposta à necessidade de criar um espaço para a produção audiovisual independente, fomentando a colaboração e o fortalecimento da comunidade de cineastas e artistas locais. Durante a pandemia, por meio de atividades remotas, o Coletivo Labcine Filmes conseguiu ultrapassar as fronteiras físicas, ampliando seu alcance e possibilitando que pessoas de diferentes regiões pudessem se envolver em suas atividades virtuais.

Além disso, o coletivo também promoveu mostras e exposições virtuais, garantindo a visibilidade dos trabalhos dos artistas associados e mantendo vivo o espírito de compartilhamento de suas produções. Neste sentido, o Coletivo Labcine Filmes mostrou-se resiliente e adaptável, tornando-se um exemplo de como a promoção da cultura pode e deve continuar mesmo diante de desafios e restrições mercadológicas.

Como parafraseou Hartog (2021, p.12) “Ganhar tempo, atrasando-o, algo que poderia causar espanto à primeira vista, quando só - ganhamos em nos livrar dele o mais rápido possível”. Através da adaptação de suas atividades para o meio virtual, esse coletivo agregou esforços em manter um espaço de colaboração e troca, dentro de suas possibilidades de espaço e tempo.

O Coletivo Labcine Filmes precisou de alguma forma se posicionar como um agente ativo na construção de narrativas e na promoção da diversidade e da expressão artística em uma época de adversidades.

2. Metodologia

O presente estudo constitui-se do resultado de uma experiência, vivenciada a partir do coletivo Labcine, realizada no ano de 2020, através da utilização de uma produção

audiovisual realizada com novas alternativas após o período pandêmico.

Para organização das atividades, planejou-se uma proposta didática, que compreende citação da metodologia. A observação foi realizada a partir das discussões levantadas pelos membros do coletivo Labcine Filmes visando compreender algumas vivências do Labcine, no campo da temporalidade vivida por aquele espaço-tempo, considerando os dados da pandemia do coronavírus, atual, e abordagem de questionamentos com base na reflexão e análise de uma obra audiovisual.

Nesse contexto, a sequência foi estruturada em dois momentos, divididos a saber: 1) breve diagnóstico dos conhecimentos prévios de dois membros do Labcine filmes sobre a temática; 2) assistir o documentário, para assim vivenciar a experiência e estabelecer uma visão analítica da obra.

Foram entrevistados dois integrantes do Coletivo Labcine que vamos denominar de integrante A e integrante B, as perguntas foram feitas por meio de entrevista aberta para facilitar a apuração dos depoimentos dos entrevistados.

O integrante A – afirma que o Labcine surgiu entre 2015 e 2016 após um grupo de amigos participarem um curso de cinema na Casa da Cultura e de início eles tinham criado o coletivo pra fazer alguns filmes, alguns curtas metragens

experimentais, algumas coisas que que o pessoal tinha vontade de fazer

O integrante A – o coletivo surgiu a partir desses vídeos, desses projetos, mostrando as vivências da periferia do gueto e da realidade.

Já o integrante B, autor do Filme “Memórias da Pandemia” respondeu os questionamentos subdivididos em 1,2,3,4.

1. O porquê da produção do documentário:

Resposta – Foi um período onde gravamos tudo sem saber o corte final, sempre gostei de documentar o cotidiano de minha avó, e queria preservar essa memória, pelo luto da pandemia, pelo resgate do que era contemporâneo naquele momento, éramos obrigados a pensar a pandemia e seus fatores.

2. Sobre o processo de construção do documentário

Resposta: e o processo foi bem orgânico mesmo, um filme bem caseiro até captei áudio com celular e filmei com a câmera que eu tinha da produtora da época ou foi com a minha câmera mesmo pessoal a Nikon que eu nem me lembro mas, porque eram muitos arquivos de câmera de celular tem tudo para construir aquela micro história ali assim como outros curtas que eu tenho com a minha avó nesse mesmo estilo, mas é isso, em relação ao Labcine acho que o apoio foi mais de equipamentos se não esse material não seria possível.

3. Sobre o motivo da escolha do tema proposto

Respostas: minha avó como eu falei anteriormente é um recorte dela na pandemia o filme da maneira como ela dialoga com espaço com o tempo e com as relações externas que a gente criou, laços que que tinha que ser nutridos por mediação de tecnologia e tudo isso para uma pessoa idosa é mais difícil assim, então, o filme já traz um pouco essa característica de quem é a personagem o tempo passa de forma diferente com que ele dialoga, com pequenas sutilezas, o filme não tem um desenvolvimento técnico não é uma coisa muito apurada tecnicamente, mas, tem suas sutilezas, suas sensibilidades uma pessoa que existe de verdade.

4. As dificuldades enfrentadas durante as produções no ano pandêmico de 2020

Respostas: acho que as dificuldades eram as mesmas de sempre a gente nunca teve um ambiente minimamente estruturado para o audiovisual para o mercado do cinema audiovisual pelo contrário do que se acredita para a gente foi melhor a pandemia porque veio as leis emergenciais, as leis do incentivo que são coisas que nunca tem aqui para gente no Piauí, então, acessar os recursos de forma menos burocrática foi um bom impulso para a gente e para os outros setores.

Diante do depoimento registrado visando a compreensão de como os membros do coletivo vivenciaram o período pandêmico, no segundo momento foi realizada uma análise do filme “Memórias de Isolamento” produzido e veiculado no ano de 2020. Foi escolhido como recorte o ano de 2020, por ser um período de bastante dificuldade principalmente para os produtores culturais.

3. Resultados e Discussões

Baseado no estudo realizado, constatou-se que o Coletivo Labcine é uma iniciativa que busca em sua grande maioria promover e valorizar o cenário audiovisual local. Durante o ano pandêmico de 2020, o isolamento ou distanciamento social afetou drasticamente o setor, trazendo desafios e redirecionando as atividades dos produtores culturais envolvidos.

As temporalidades vividas pelo mercado audiovisual durante a pandemia de 2020 foram marcadas por uma série de transformações. As restrições de mobilidade impactaram diretamente as atividades relacionadas à produção, distribuição e exibição audiovisual. O cenário cultural se viu obrigado a adaptar-se rapidamente às mudanças, buscando novas formas de trabalho e interação com o público mesmo que remotamente.

Além disso, o Coletivo Labcine precisou repensar suas estratégias de promoção e distribuição de conteúdo audiovisual. Com o fechamento das salas de cinema e a impossibilidade de realizar eventos presenciais, o mercado teve que migrar para as plataformas digitais. A VOD (Vídeo On Demand) e as plataformas de ST.

Outro marco cronológico de temporalidade vivida pelos produtores culturais na cena audiovisual durante a pandemia de 2020 foi a reconfiguração do calendário de lançamentos. Muitos filmes tiveram suas estreias adiadas, devido à impossibilidade de exibições presenciais. Essa reorganização das datas de estreia demandou esforço e planejamento por parte dos envolvidos, incluindo os de pequeno, médio ou grandes produções cinematográficas. Essa transformação, embora desafiadora, abriu espaço para o surgimento de alternativas e inovações em seus trabalhos, evitando assim parar de vez ou ficar no esquecimento.

Conforme afirmado por Hartog (2021, p. 13), “o confinamento não fez desaparecer o presenteísmo ambiente, mas o reforçou”. Trata-se, na verdade, de um confinamento conectado, muito pouco um retiro solitário”. As lógicas histórico-temporais vivenciadas pelos produtores culturais pela cena audiovisual local também foram marcadas pela preservação, resistência e transformação. Manter-se ativo durante o isolamento social, resistir aos desafios e transformar práticas e

conceitos foram aspectos fundamentais para a continuidade do mercado audiovisual local.

4. Análise do documentário: Memórias de Isolamento

O documentário “Memórias de Isolamento” produzido pelo Coletivo Labcine filmes é uma peça audiovisual que retrata a experiência coletiva da pandemia de COVID-19.

Em primeiro lugar, é importante destacar a abordagem narrativa adotada pelo documentário. O Coletivo Labcine filmes opta por uma abordagem mais subjetiva, ao dar voz aos indivíduos afetados pela pandemia. O documentário apresenta a rotina de uma pessoa com diferente origem e contextos, permitindo que ela compartilhe sua experiência e perspectivas sobre esse período desafiador.

Diante disso, considerando o trabalho elencado, foi proposta a análise do documentário: “Memórias de Isolamento” com Direção de Wesley Oliveira produzido no ano de (2020). A produção tem a seguinte descrição - Em um dia de luto, recordamos antigas fotografias. Os detalhes do ambiente ajudam a esquecer a passagem lenta do tempo. Com a pandemia, envelhecer ganha novas configurações e um modo diferente de olhar para onde habitamos.

Essa escolha metodológica de dar voz aos protagonistas das memórias da pandemia é fundamental para proporcionar

uma visão plural e abrangente do impacto da COVID-19 nas vidas das pessoas. Através das narrativas pessoais, o documentário cria um senso de empatia e conexão, permitindo que o público compreenda melhor a complexidade desse momento histórico através desse elo multimidiático entre passado e presente.

Além disso, é importante mencionar a trilha sonora utilizada no documentário. A música estabelece um papel crucial na criação de ambientes emocionais e no estabelecimento de um ritmo narrativo. A trilha sonora envolvente e sensível ajuda a criar uma atmosfera adequada para a reflexão sobre o tema abordado.



Figura 1: Vo do Wesley (autor do documentário), olhe os retratos da família, para amenizar a saudade deixada pelo distanciamento social devido a pandemia do Covid-19. Fonte: Memórias da Pandemia – (Wesley Oliveira,2020).

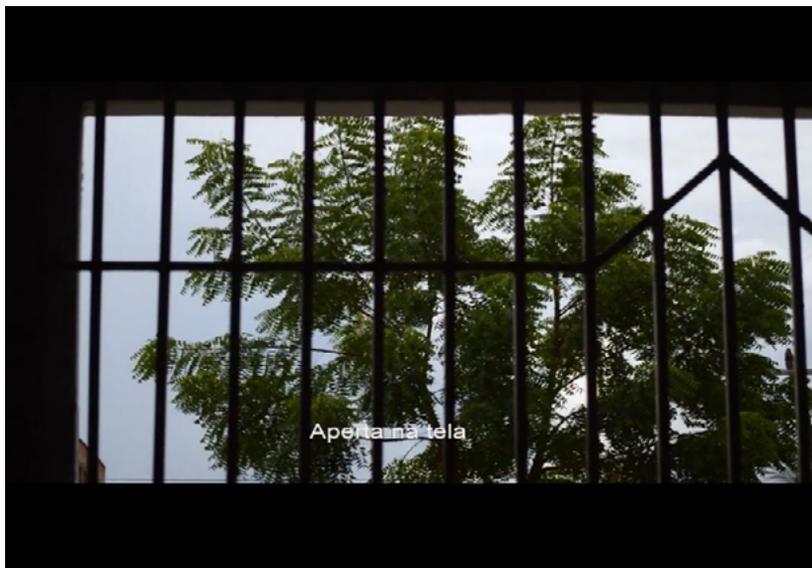


Figura 2: Vó de Wesley, olha a janela, perpassa pelo vazio da saudade deixada pelo distanciamento social devido a pandemia do Covid-19. Fonte: Memórias da Pandemia – (Wesley Oliveira,2020).

Para dar suporte a esta análise, é fundamental utilizar autores que discutam questões metodológicas na produção de documentários. (Passos e Nogueira, 2020, p.9) destaca que, “Revisitar um arquivo é tornar presente o acontecimento passado”. Desse modo, compreende-se que, a história perpassa um emaranhado de presentismos e suas inúmeras manifestações na vida.

Embora “Memórias de Isolamento” seja um documentário audiovisual, a discussão sobre a combinação de diferentes

abordagens metodológicas pode ser relevante ao considerarmos os recursos utilizados pelo Coletivo Labcine filmes na construção do filme.



Figura 4: Vó de Wesley, admirada por perceber que durante o distanciamento não se sabia mais em que dia da semana estava. Fonte: Memórias da Pandemia – (Wesley Oliveira, 2020).

Baseado nesses fragmentos de momentos vividos conforme demonstram as imagens coletadas do documentário. A abordagem subjetiva, a combinação de entrevistas com imagens de arquivo, imagens do cotidiano e a trilha sonora muitas vezes seleta da sonorização ambiente e envolvente são elementos importantes que ajudam a criar uma narrativa poderosa, reflexiva e valiosa dentro da construção de sentidos em cada cena.

Os depoimentos dos membros relatando os medos, emoções e dificuldades de se produzir cinema dentro de um período de pandemia, casam com a mensagem revelada no filme “Memórias de Isolamento”, a temporalidade vivida pelo Coletivo Labcine foi marcada por um tempo pelo qual construiu e registrou suas perspectivas históricas baseadas em incertezas, anseios, mas firmando a crença de que um dia aquilo poderia acabar, e a normalidade voltaria, como vem voltando na atualidade.

Ficha Técnica do filme “Memórias de Isolamento”:

Filme de Wesley Oliveira com Albanisa Falcão Bianca Falcão. Roteiro, Fotografia e Edição Wesley Oliveira Trilha Memorable Waltz - Intervox Production Music (INTERVOX 317 | RETIRED AND NOW), So Romantic - INTERVOX 342 | MEMORIES, Publishing GmbH; - Labcine 2020.

5. Considerações Finais

Em suma, o Coletivo Labcine Filmes emergiu como uma força impulsora na cena audiovisual durante o ano pandêmico de 2020. Através de sua dedicação e compromisso com a produção de filmes independentes, o coletivo não apenas adaptou-se às restrições impostas pela pandemia, mas também explorou novas formas de expressão e conexão.

No entanto, o impacto do Coletivo Labcine Filmes vai além do âmbito pessoal e artístico. Ao abordar a historicidade vivenciada pela cena audiovisual em 2020, fica claro que o coletivo desempenhou um papel significativo na documentação e interpretação do contexto histórico da pandemia.

Em um momento em que a indústria cinematográfica foi fortemente afetada pela pandemia, o Coletivo Labcine Filmes mostrou-se criativo. Foi possível observar que, por meio da colaboração e perseverança, é possível superar desafios e encontrar formas inovadoras de contar histórias e eternizá-las de forma afetiva.

Nesse sentido, conforme analisado pelo objeto de investigação, o Coletivo Labcine Filmes cumpre um papel fundamental de registrar e documentar esses momentos, permitindo que futuras gerações compreendam os impactos e as transformações provocadas por essa crise global.

Entende-se que essa discussão não se encerra aqui, entretanto, o Coletivo Labcine Filmes desempenhou um papel importante em sua historicidade abordada nessa discussão. Além disso, o coletivo também teve um impacto mobilizador na comunidade audiovisual, fornecendo um espaço para discussões críticas e quem sabe servir de inspiração para outros agentes culturais.

Em conclusão, depreende-se que, o Coletivo Labcine Filmes permanecerá como um exemplo de resiliência e de-

terminação em tempos desafiadores, continuando a moldar a cena audiovisual com seus múltiplos talentos, suas produções significativas e relevantes para a transformação social.

Referências bibliográficas

Lopes, Fábio Henrique. **Reflexões sobre a operação historiográfica: diálogos e aproximações possíveis [1]**. Revista Tempo e Argumento, v. 4, n. 1, p. 95-113, 2012.

Losekann, Raquel Gonçalves Caldeira Brant; Mourão, Helena Cardoso. **Desafios do teletrabalho na pandemia COVID-19: quando o home vira office**. Caderno de administração, v. 28, p. 71-75, 2020.

Machado, Maria Helena; Meirelles, Rosane Moreira. **Em tempos de covid-19: proposta didática sobre bioética com base no filme “Contágio”**. Revista de Educação da Universidade Federal do Vale do São Francisco, v. 12, n. 29, 2022.

Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: [Histórico da pandemia de COVID-19 - OPAS/OMS | Organização Pan-Americana da Saúde \(paho.org\)](#) acesso em 30.07. 2023

Passos, L. V. S., & Nogueira, D. B. (2020). **Arquivo, memória e resistência: uma análise do documentário ‘Peões’**, de Eduardo Coutinho. Compós. [Portfolio-Labcine-FEV-2022.pdf \(labcinefilmes.com\)](#) acesso em 29.07.2023

Revista, comunicação, memória, 1, ano, 2021, instituições, culturais, tempos, pandemia.

Audiovisual e educação no Piauí: notas sobre performance e determinação histórico-social⁵⁶

Roberto Cesar Silva de AZEVEDO⁵⁷ (SME RJ)
Gustavo Silvano BATISTA⁵⁸ (UFPI)

O presente artigo propõe abordar as relações entre a produção audiovisual piauiense contemporânea e algumas experiências realizadas na educação básica, partindo do modo como essa produção é recebida, analisada e apropriada pela comunidade escolar⁵⁹. Tais relações, que serão estudadas a partir da noção gadameriana de *performance*, expressam um caráter crítico-prático que, de um lado, possibilita um

56 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

57 Doutor em História pela Casa de Oswaldo Cruz - COC/Fiocruz, pesquisador de pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí - PPGCOM/UFPI e professor da Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro - SME/Rio e da Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro - Seeduc-RJ.

58 Doutor em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio e professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Piauí - UFPI. Docente permanente do PPGCOM/UFPI.

59 As proposições aqui apresentadas são desdobramentos do projeto de pesquisa de pós-doutorado *Audiovisual, performance e educação: o protagonismo dos filmes nas escolas do Piauí*, desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, com a supervisão do professor Gustavo Silvano Batista.

nível de experiência dos conteúdos e temáticas educacionais centrado na ação dos membros da comunidade escolar; e, por outro, tende a colaborar para o desenvolvimento destes enquanto agentes históricos de transformação social. Assim, para melhor compreender as convergências entre processos comunicativos midiáticos e educativos, a partir do contexto piauiense, adotaremos uma perspectiva interdisciplinar no tratamento do traço performático na apropriação educacional do cinema, reunindo distintas - e complementares - áreas do conhecimento como história, pedagogia, sociologia, comunicação e filosofia, que lidam com a recepção como uma experiência prática, transdisciplinar e, por essa razão, transformadora.

Abordar experiências escolares exige tomá-las enquanto resultantes de “determinações sociais do fenômeno educativo” (Saviani, 1999, p.27). Nesse sentido, ao destacarmos as apropriações da produção audiovisual por professores e estudantes da educação básica do Piauí, nos deparamos com a *performance* desses sujeitos enquanto cidadãos e agentes históricos⁶⁰. Acreditamos, assim, que destacar a relevância do audiovisual, mais do que como um simples direito ou demanda educacional, traduz uma determinação histórico

60 Recuperamos a noção de *performance* tal como pensada por Hans-Georg Gadamer em *Verdade e Método* (2004) e *A Atualidade do Belo* (1985), ao falar da noção de jogo (*Spiel*), ou seja, na relação com a arte, os seres humanos têm a oportunidade de repensar a si próprios, colocando-se em diálogo com o objeto artístico. Tal noção tem um caráter educativo fundamental.

social que “molda o pensamento e a ação” (Franco, 1997, p.32), e possibilita a emergência de novas alternativas de vida.

Cinema, educação e suas convergências no Brasil e no Piauí

“[...] para a efetiva democratização do acesso ao cinema no Brasil, é importante que o Governo Federal, por intermédio de subsídios tributários estaduais, forneça a descentralização das salas cinematográficas no território, a partir da instalação de unidades de cinema nas regiões que não possuem – com aparato qualificado, variedade de exibições e praça de alimentação – , a fim de proporcionar a cultura do cinema para a parcela de cidadãos excluída”.

“Além disso, alude-se ao pensamento do intelectual Paulo Freire, ao evidenciar que, ‘se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda’. Sob essa perspectiva, percebe-se a importância do estímulo nas escolas ao acesso dos jovens ao cinema, haja vista que existem muitos jovens que não conhecem seus direitos ao lazer, como o pagamento do valor de meia entrada nos cinemas por estudantes. Dessa forma, as instituições de ensino possuem uma importante função na democratização desse acesso, colaborando para que os cidadãos possuam um acesso aos seus direitos e o hábito de frequentarem os cinemas”.

Os dois trechos acima foram retirados de redações do Exame Nacional do Ensino Médio do ano de 2019. O tema apresentado aos candidatos foi “Democratização do acesso ao cinema no Brasil”. Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), naquele ano, 53 candidatos tiraram nota mil em redação (pontuação máxima), entre eles as autoras dos trechos acima citados, ambas piauienses⁶¹. Nesse sentido, convém uma breve consideração de caráter introdutório acerca das questões abordadas pelas estudantes.

A primeira salienta o problema da centralização territorial das salas de cinema⁶², a consequente exclusão de grandes

61 Cf. FELPI (2020), p.60, redação de Letícia Islávia e p.90, redação de Vitória Castro.

62 Em 2019 o número de salas de cinema no Brasil era 3.507, “em relação à distribuição do parque exibidor nos estados, observa-se uma concentração de salas no Sudeste, região que agrega cerca de 42% do total de habitantes do país”. O Nordeste, por sua vez, ainda que ocupasse o segundo lugar na distribuição de salas por região, apresentava a pior relação de habitantes por sala (97.392). Sudeste, Sul, Centro-Oeste e Norte apresentavam, respectivamente, 47.872, 54.108, 56.983 e 78.430 habitantes por sala (ANCINE, 2019, p.19). No caso do Piauí, a relação desfavorável equiparase à do NE, com 96.176 habitantes por sala (a partir de dados do IBGE, POPULAÇÃO ESTIMADA 2019, disponível em https://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2019/estimativa_dou_2019.pdf, acesso 25 de março de 2023). A concentração territorial também representava um desafio piauiense: “dos 224 municípios, apenas quatro: Teresina (19), Floriano (04), Picos (07) e Parnaíba (04) [...]possuíam] salas de cinema, totalizando 34. Isso significava] uma sala de cinema para quase sete municípios” (cf. Portal o Dia, “Piauí tem quase sete municípios por sala de cinema”, disponível em <https://portalodia.com/noticias/piaui/piaui-tem-quase-sete-municipios-para-uma-sala-de-cinema-371192.html>, acesso 25 de março 2023).

parcelas da população e a falta de *subsídios* e de *variedade de exposições*. A segunda candidata, por sua vez, destaca a importância de políticas públicas em educação para o desenvolvimento de um *hábito* cinematográfico, ao mesmo tempo em que denuncia a falta de estímulo e fomento do acesso ao cinema, principalmente direcionado aos jovens, que desconhecem a garantia do *lazer* como um direito. De forma complementar, os dois trechos, escritos por estudantes recém egressas da Educação Básica, reivindicam uma formação educacional do cidadão e da sociedade que tenha no acesso democratizado ao audiovisual um de seus pilares. Realidade ainda inconclusa que, para Letícia Islávia, se deve “à negligência governamental e à má formação socioeducacional” (Felpi, op. cit., p.60).

A partir do incômodo apresentado nas duas redações, traçaremos uma breve trajetória histórica das relações entre audiovisual e educação tanto no Brasil quanto no Piauí. Ao tomar o olhar crítico das duas jovens em sua historicidade, situamos os textos em seu contexto e, dessa forma, “ingressamos já no próprio ato de interpretar” (Skinner, 1996, p.13).

Sobre a trajetória da relação entre educação e audiovisual no Brasil⁶³ é interessante notar que momentos fundacio-

63 Segundo Pierre Bourdieu (1996, p.81), a noção de trajetória pode ser compreendida como uma experiência submetida a “transformações incessantes” e ressignificações resultantes de distintos posicionamentos

nais do cinema no país foram marcados pelo grande destaque conferido à sua dimensão educativa. Já em 1910, apenas 12 anos após a primeira sessão de cinema no país, realizada no Rio de Janeiro, um professor em São Paulo, “resolveu organizar sessões [de exibição de filmes] para os alunos [da Escola Normal][...], focalizando assuntos instrutivos” (Araújo, 1981, p.187). Na década seguinte, já era possível encontrar escolanovistas defendendo teorias e práticas educativas para o país apoiadas no cinema⁶⁴. As técnicas audiovisuais enquanto instrumentos pedagógicos ajudariam na difusão e valorização das experiências realizadas em laboratórios, das excursões a locais históricos, da “observação da realidade circundante”, entre outras atividades relacionadas ao processo de aprendizagem (Vidal, 1994, p.25).

Nos anos 1930 o chamado *cinema educativo* passou a ganhar espaço nas políticas públicas e nos aparelhos estatais.

nos vários espaços que percorre. Trata-se, então, de um instrumento metodológico para compreensão da processualidade multidimensional, dos diálogos entre as temporalidades, dos discursos, seus significados, sujeitos e lugares institucionais (GUSSI *et. al.*, 2019).

- 64 Iniciado na década de 1920, o movimento da Escola Nova reuniu intelectuais e políticos brasileiros que ficaram conhecidos como *escolanovistas*. Inspirado nas proposições do filósofo estadunidense John Dewey (1859-1952), o movimento defendia a utilização da ciência como procedimento de inovação, principalmente dos referenciais teóricos da psicologia e da pedagogia. Segundo Catelli (2010, p.606), a Escola Nova “elegeu o cinema educativo como forma de renovar as práticas escolares e garantir o acesso ao conhecimento escolar a um maior número de pessoas”.

Em esforço conjunto de conceitualização, cineastas e educadores definiram que o atributo educacional de um produto audiovisual se daria pelo objetivo intencional de “divulgar conhecimentos científicos [...] [ou] artísticos, tendentes a revelar ao público os grandes aspectos da natureza ou da cultura” (Moterrin, 2013, pp.125-129; Simis, 2008, pp.25-38)⁶⁵.

Esforços eram destinados não apenas para definir o que o cinema educativo deveria ser, mas também o que não deveria ser. O Decreto 21.240 de 04 de abril de 1932 nacionalizou o serviço de censura dos filmes exibidos no Brasil, que até então era realizado pelas polícias locais. A nova Comissão de Censura Cinematográfica, submetida ao Ministério da Educação, teria entre suas atribuições fiscalizar a obrigatoriedade de inclusão de filmes nacionais de cunho educativo nas programações das salas de cinema bem como verificar se o filme poderia ser exibido integralmente ao público, se po-

65 Convém citar o posicionamento da Igreja Católica nas disputas conceituais que caracterizaram a trajetória do cinema educativo na primeira metade do século XX. Em 1938 foi criado o Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira, destinado à cotação moral dos filmes segundo as diretrizes da fé cristã, “em prol da elevação do nível moral e cultural da arte cinematográfica”. Como finalidade principal, o Secretariado “procurará por todos os meios ao seu alcance, desenvolver uma campanha nacional em prol do cinema educativo superiormente artístico e moralizador, entrando em correspondência e entendimento com todos os elementos capazes de facilitar a sua finalidade, dentro e fora da Ação Católica”. Boletim do Secretariado de Cinema da Ação Católica Brasileira, Rio de Janeiro, dezembro de 1938, ano I, nº1. Arquivo Pedro Lima, Cinemateca Brasileira, São Paulo (*apud* CAMPELO, 2007, p.75).

deria ser classificado como filme educativo e se deveria ser declarado impróprio para menores⁶⁶. O artigo 8º elencava os critérios para eventual censura:

Será justificada a interdição do filme, no todo ou em parte, quando:

I. Contiver qualquer ofensa ao decoro público.

II. For capaz de provocar sugestão para os crimes ou maus costumes.

III. Contiver alusões que prejudiquem a cordialidade das relações com outros povos.

IV. Implicar insultos à coletividade ou a particulares, ou desrespeito a credos religiosos.

V. Ferir de qualquer forma a dignidade nacional ou contiver incitamentos contra a ordem pública, as forças armadas e o prestígio das autoridades e seus agentes⁶⁷.

Em 1937 é criado o Instituto Nacional de Cinema Educativo (INCE) para “promover e orientar a utilização cinematográfica, especialmente como processo auxiliar de ensino” (Decreto Lei n. 378, 13 de janeiro de 1937)⁶⁸. Além da

66 Tal *modus operandi* seria mantido como prerrogativa do Ministério da Educação até o ano de 1935, quando então é criado o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), subordinado ao Ministério da Justiça, que tomaria para si a atuação na censura cinematográfica.

67 *Apud* CAMPELO, 2007, p.64.

68 Como exemplo da produção da INCE podemos destacar os documentários *O Puraquê*, *Miocárdio em Cultura* e *Penetração do iodo na tireoide*, todos documentários realizados no Instituto de Biofísica da Universidade do Brasil, atual UFRJ.

emergência de uma política cinematográfica estatal, a década de 1930 também observa as primeiras análises acadêmicas que destacavam o quão relevante seria pensar as bases da educação a partir da produção cinematográfica⁶⁹.

Nos anos 1940, filmes educativos provenientes de outros países passaram a ocupar as salas de projeção brasileiras, com destaque para as produções realizadas pela Enciclopédia Britânica Films⁷⁰ e pela Monogram Pictures⁷¹. Além disso,

69 Podemos destacar os trabalhos de Roberto Assumpção de Araújo (1930), Jonathas Serrano e Venâncio Filho (1930), Joaquim Canuto Mendes de Almeida (1931) e Dante Nascimento Costa (1937).

70 Criada na década de 1940, a Encyclopedia Britannica Films (EBF) foi a maior produtora e distribuidora de filmes educativos de 16 mm e, posteriormente, de videocassetes VHS para escolas e bibliotecas da década de 1940 até a década de 1990, sendo considerada “one of the largest and most respected maker of educational films throughout the second half of the twentieth century” (MCMULLEN, 2016, p.20). O impacto da EBF no Brasil pode ser avaliado no entusiasmo manifestado pelo semanário paulista *Cine Repórter* em 7 de fevereiro de 1948: “agora uma notícia realmente agradável para os educadores é a iniciativa da Enciclopédia Britânica Films que acaba de mandar traduzir para o português nada menos de cem filmes [...]. O que isso representa para o sistema educacional brasileiro é fácil de compreender. [...] Registramos com satisfação a iniciativa da conhecida companhia que se dedica à feitura de filmes educativos no mundo inteiro”. Disponível em http://memoria.bn.br/pdf/085995/per085995_1948_00629.pdf, acesso 20 de dezembro de 2023.

71 Criada em 1924 por W. Ray Johnston, a Monogram Pictures Corporation teve sua trajetória marcada por produções de baixo orçamento – pejorativamente chamadas *b-films* –, notadamente *westerns* e melodramas (EDWARDS, 2011, p.387). Convém destacar o tom austero, quase sisudo, da curta nota do *Cine Repórter* sobre o cinema educativo da Monogram e que destoava notavelmente da efusividade manifestada com as traduções dos títulos da Enciclopédia Britannica Films: “A Monogram

outras instituições brasileiras também começaram a produzir filmes educativos, como no caso da Seção de Cinema Educativo da Universidade de São Paulo⁷².

O cineclubismo também cumpriu importante papel na relação entre cinema e educação no Brasil. Cabe ressaltar que, num processo que remonta aos anos 1950, os “cineclubes em todo país ampliaram o alcance do projeto de difusão da instituição, levando a história do cinema para um público até então refém das salas comerciais no interior do estado de São Paulo e em outros estados da federação” (Idem, p.17).

está apresentando com o título acima [*Revista de Acontecimentos*], uma série de interessantes ‘shorts’, destinados a uma vitoriosa carreira, nos cinemas do Brasil. Trata-se de doze filmes de atualidade, de uma parte, contendo assuntos de verdadeiro cinema educativo, sobre ciências, esportes, vida militar, música, etc. O Primeiro número da ‘Revista de Acontecimentos’ já está em exibição no [cinema] Capitólio PassaTempo no Rio, e nele figura uma reportagem do primeiro contato da terra com a lua e o sol, através do radar”, disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=085995&past=ano%20194&pesq=Moogram&pa_gfis=974, acesso 20 de dezembro de 2023.

- 72 Criada pelo Decreto 6.238 de 25 de janeiro de 1934, a USP tinha como finalidade, segundo o art.2º, “realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências, palestras, difusão pelo rádio, *filmes científicos e congêneres*” (grifo nosso). Ainda que o Decreto não detalhasse a estrutura da nova instituição, a citação direta ao cinema indica um alinhamento às iniciativas de renovação do ensino existentes no Brasil da época. Dez anos após sua criação, o decreto n. 13.855 de fevereiro de 1944 regulamentaria a organização da universidade e criaria a Seção de Cinema Educativo “à qual competia a produção de documentários” (NETTO, 2000, p.22).

Considerada espaço não formal de educação⁷³, a prática cineclubista não raro elabora “metodologias pedagógicas capazes de ir além da mera exibição do filme” (Alves; Macedo orgs., 2010, p.8).

Os meados do século XX marcam também o início das transmissões de conteúdos educativos na TV. Na década de 1960 já era possível encontrar na programação televisiva aulas para o combate ao analfabetismo e educação infantil⁷⁴, educação de adultos⁷⁵ e cursos de extensão universitária⁷⁶. Além das iniciativas nos estados, a instância federal,

73 Ainda que institucionalmente não formal, o “cineclube pode ser considerado [...] um espaço que propicia relações pedagógicas interpessoais, no sentido de que ali se trocam conhecimentos sobre os filmes e os temas que estes evidenciam, sobre o cinema e o mercado cinematográfico etc., além de estabelecer relações sociais e levantar discussões sobre os mais diferentes assuntos, trazendo à tona posicionamentos éticos, políticos, culturais, críticos, entre outros, modificando pensamentos, alterando posições e transformando aqueles que participam de suas sessões” (FONSECA, 2020, p.50).

74 De 1960 a 1961 a professora Dulce Salles produziu e apresentou o programa *Literatura Brasileira na TV*, transmitido pelo canal Excelsior, de São Paulo. Cf. Nº13 Perfil Dulce Braga. *Nas trilhas da arte e da política*, disponível em <https://www.saopaulo.sp.leg.br/apartes-anteriores/revista-apatres/numero-13-mar-abr2015/nas-trilhas-da-arte-e-da-politica/>, acesso 26 de março de 2023.

75 Entre 1962 e 1963, os espectadores da TV Rio (RJ), TV Record (SP) e TV Brasília (DF) podiam assistir aulas de geografia, história, cidadania, economia e ciências produzidas pela Fundação João Batista do Amaral (ANGEIRAS, op. cit., p.51).

76 Durante o ano de 1969 a TV Continental do Rio de Janeiro exibiu em horário nobre o programa *Universidade Sem Paredes*, com cursos “que incluíam História da Liberdade no Brasil, Educação Familiar, e Mistérios da Pintura Moderna” (ANGEIRAS, op. cit., p.51).

através da Diretoria de Ensino Secundário do Ministério da Educação criou o Setor de Rádio e Televisão Educativa. No ano de 1968 entrava no ar a primeira emissora educativa do país, a TV Universitária-Recife. Em seguida, “entre 1968 e 1974 foram criadas nove emissoras educativas de televisão, sendo três ligadas ao Ministério da Educação e outras seis a secretarias estaduais de educação, comunicação ou cultura” (Angeiras, 2015, p.60). Convém destacar ainda o sucesso de programas como o Telecurso que, lançado em 1978 na Rede Globo de Televisão, “configuraram-se como um importante elemento no avanço do telensino” (Oliveira, 2011, p.158). Nos anos seguintes, grande parte desse conteúdo audiovisual educativo encontrou novos suportes de registro e circulação: “a partir da década de 1980 torna-se relevante a indústria de videocassete, que acrescenta um novo consumo cultural nos lares [e, por extensão, escolas e demais instituições de ensino⁷⁷]” (Santos; Silveira, 2008, p.238).

77 Podemos citar o exemplo da Fundação para o Desenvolvimento da Educação (órgão responsável por viabilizar a execução das políticas educacionais definidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo) que em 1988 montou uma videoteca que disponibilizava, gratuitamente, um conjunto de fitas VHS para fins pedagógicos. Segundo Silva (2009, p.27), “o videocassete resolveu, se não o maior, um dos maiores problemas que impediam o cinema de ser largamente utilizado na escola. Mais acessível economicamente - mesmo no momento em que surgiu - de mais fácil manuseio e com oferta maior de títulos legendados e dublados, a adesão que a nova forma de entretenimento/aquisição de cultura obteve na sociedade ‘contaminou’ a escola”.

A partir da última década do século XX, o avanço da informática e a popularização da *internet* intensificaram a capacidade de produção e difusão de conteúdos digitais, como os arquivos audiovisuais. Convém destacar, por exemplo, a frequência com a qual *links* de vídeo do YouTube são utilizados nas aulas postadas pelos professores. Uma primeira explicação para essa recorrência fica por conta da popularidade dessa plataforma de vídeo. Além disso, no que se refere especificamente aos conteúdos educativos, muitas instituições de todo o mundo já disponibilizam milhares de aulas, palestras e outros conteúdos. No Brasil, os canais da Universidade de São Paulo (5,2 mil vídeos), Unicamp (2,7 mil vídeos), Universidade Federal do Rio de Janeiro (1,7 mil vídeos) e da Universidade Federal de Minas Gerais (590 vídeos) se destacam tanto na quantidade de material disponibilizado quanto no total de inscritos - juntas somam 485 mil inscritos⁷⁸ na plataforma que, cada vez mais, “tem se demonstrado como um importante suporte contemporâneo de comunicação” (Mion, Lopes, 2021, p.527). No que tange ao conteúdo audiovisual para a educação básica, podemos citar

78 Números de janeiro de 2024, a partir da consulta nos canais institucionais do Youtube.

exemplos regionais, como do canal *Rioeduca*⁷⁹ da *MultiRio*⁸⁰, que disponibiliza milhares de videoaulas (Azevedo, 2022, no prelo). Com o avanço e a consolidação do audiovisual como ferramenta pedagógica, a legislação educacional também passa a incorporar o seu uso e inserção no processo de aprendizagem. Como exemplo podemos citar a Lei nº13.006 de 26 de junho de 2014 que determina “a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar e integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 2 (duas) horas semanais”⁸¹. A lei foi bem recebida pelos educadores⁸². Maria Dora Mourão, diretora de cinema e professora da Escola

79 A programação de videoaulas *Rioeduca* é desenvolvida pela Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro e destinada a alunos da Educação Infantil e do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, incluindo Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos (EJA). Disponível em <https://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/series/coletanea/17632-rioeducanaty>, acesso 25 de março de 2023.

80 Empresa Municipal de multimeios da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

81 Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13006.htm. Acesso 25 de março de 2023. O texto sancionado pela presidente Dilma Rousseff acrescenta o § 8º ao art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

82 Como exemplo, podemos citar pesquisa focada na percepção da Lei Nº 13.006/2014 pelos docentes do *campus* Curitiba do Instituto Federal do Paraná que aponta que “70% dos docentes pesquisados conhecem, no mínimo parcialmente, a lei. Sobre a possibilidade de implementação da lei, a pesquisa apresenta que 83,12% dos entrevistados afirmam que a existência de um cineclubes ou projeto de exibição de filme nacional pode possibilitar a execução da lei” (MORAIS; PEREIRA, 2022, p. 865).

de Comunicações e Artes da USP, destaca: “a possibilidade de se criar o hábito de ver filmes nacionais e, em consequência, de fruir e exercitar o pensamento. Ao mesmo tempo, o jovem estará adquirindo cultura e uma compreensão do mundo no qual está inserido”⁸³.

Ainda no âmbito da legislação, convém destacar a abordagem do audiovisual na Base Nacional Curricular Comum (BNCC). Promulgado em 2018, o documento trata como *outras manifestações artísticas* (ou *formas estéticas híbridas*) um conjunto genérico que reúne “cinema, teatro, exposições, espetáculos, CD’s, DVD’s etc.”, diante do qual o estudante deve “posicionar-se criticamente” (Brasil, 2018, p.157). Sugere entre as competências e habilidades a serem desenvolvidas: “participar de práticas de compartilhamento de [...] manifestações artísticas” como “filmes, cineclubes, festivais de vídeo [...], dentre outros, tecendo, quando possível, comentários de ordem estética e afetiva e justificando suas apreciações” (*Idem*, p.157); analisar textos a partir da intertextualidade no “cinema, [...] artes visuais e midiáticas” (nas páginas 169, 187, 207, 253 e 413); compreensão das relações “possibilitadas pelo uso das novas tecnologias de informação e comunicação, pelo cinema e pelo audiovisual” (*Idem*, p.198).

83 Cf. “Cinema em classe”, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/educacao/cinema-em-classe/>. Acesso 26 de março de 2023.

Ao versar sobre o “trabalho pedagógico” em língua inglesa, por exemplo, a BNCC considera “que diferentes recursos midiáticos verbo-visuais (cinema, *internet*, televisão, entre outros) constituem insumos autênticos e significativos, imprescindíveis para a instauração de práticas de uso/ interação oral em sala de aula” (*Idem*, p.243). Nesse sentido, “o contato com manifestações artístico-culturais vinculadas à língua inglesa (artes plásticas e visuais, literatura, música, cinema, dança, festividades, entre outros)”, além de valorizar “a diversidade entre as culturas”, ajudaria a “construir repertório cultural” (*Idem*, p.259).

Abordagem distinta - quase extravagante - se dá em relação ao lugar do *texto literário* no componente curricular de língua portuguesa e sua relação com o audiovisual. Inicia afirmando que ele (o texto) “ocupa o centro do trabalho no ensino fundamental [...]e] deve permanecer nuclear também no Ensino Médio”. Em seguida, avalia que “por força de certa simplificação didática, as biografias de autores, as características de épocas, os resumos e outros gêneros artísticos substitutivos, como o cinema e as HQs, têm relegado o texto literário a um plano secundário do ensino”. Dessa forma, seria “importante não só (re)colocá-lo como ponto de partida para o trabalho com a literatura, como intensificar seu convívio com os estudantes” (BRASIL, 2018, p.499). Assim sendo, a forma como a BNCC apresenta a centralidade do texto literário desencadearia dois problemas:

“primeiro a literatura figura entre muitos outros temas a serem tratados na disciplina e aparece em desprestígio no documento, posteriormente, a leitura do texto literário é tomada por nuclear, mas não única forma de trabalho com a literatura, isto é, outras abordagens como resumos e adaptações ainda são possíveis e consideradas como trabalho dentro do campo da literatura” (FERRAZ, 2020, P.131).

Nesse contexto, a utilização (indevida?) de conteúdo audiovisual, como o cinema, não passaria, de acordo com a BNCC, de uma *simplificação didática*. Tal explanação permite notar que, “apesar de haver um esforço para a introjeção da ideia de reinserção do texto literário como o centro do estudo da literatura, a colocação como ‘ponto de partida’ sugere que o texto literário não é a finalidade desse estudo” (Abreu, 2021, p.24). Destaca-se ainda que

O incentivo constante à geração de resultados concretos a partir da leitura é evidente, mais que isso, o excesso de elementos a se abordar em uma base cerceia o tempo que a literatura exige. O documento [BNCC] parece demasiadamente ocupado e, se a proposta é permitir flexibilidade, essa se dá mais pela indeterminação das disciplinas do que pela possibilidade de acréscimos e jogo com o que traz a base. Isso porque para possibilidade criativa e de jogo o vazio é necessário (Ferraz, *op. cit.*, p.133).

Ao tratar o audiovisual especificamente o cinema como um quase antagonista do texto literário, a BNCC reifica uma “necessidade de preenchimento curricular [que] engessa a possibilidade de trabalho com o literário, pois este exige espaço de jogo. A literatura joga com a linguagem, com o real, com o ficcional, com o tempo... Na base, isso é impedido” (*Idem*, p.133). Convém ainda destacar que, conforme propõe Hans-Georg Gadamer, “o jogo é o próprio ser da obra de arte” (Gadamer, 1999, p.194). Apesar de o cinema não estar presente especificamente em seus estudos, uma análise mais detalhada das características apresentadas por Gadamer para a definição da arte e do espetáculo enquanto manifestação do jogo (*Spiel*) pode ser utilizado como instrumento de interpretação da experiência com o audiovisual, conforme aqui proposta. Dessa forma, o audiovisual é um jogo aberto para o “espectador e é somente nele que adquire seu inteiro significado” (Alvarenga, 2015, p.26).

Entendido como jogo, a produção artística audiovisual revela-se num processo medial no qual o espectador/estudante se torna também ele “um tipo diferente de jogador, pois também está jogando aquele jogo, e movimentando-se entre suas camadas ou perspectivas, através de suas interfaces” (*Idem*, p.42). Elemento central no projeto gadameriano, “o caráter relacional entre a obra e o espectador [...] tem a prerrogativa de uma interlocução entre a obra e o intérpre-

te” (Batista, 2020, p.31, grifo no original). Em suma, o espectador/estudante “é muito mais alguém que “toma parte” do jogo, ele é uma parte do jogo” (Gadamer, 2010, p.164). É a partir dessa perspectiva que abordaremos a seguir as experiências e *performances* dos estudantes piauienses em sua relação com o audiovisual.

Se em seus caminhos e descaminhos, a relação do audiovisual com a educação encontra no Brasil uma trajetória repleta de construções e descontinuidades, o exemplo do Piauí não foge a essa característica. Comparado aos centros econômicos do país, pode-se dizer que o audiovisual piauiense teve um início tardio. Por conseguinte, a relação deste com a educação também ocorreu em contexto histórico mais recente.

Um dos marcos fundadores dessa relação pode ser encontrado na década de 1970, na atuação dos cineclubes. Considerado pioneiro, o Cineclube Teresinense foi criado por professores e estudantes do Colégio Diocesano. A emergência do cineclubismo local coincide com a criação da Universidade Federal do Piauí, que “instalou nesse período o curso de Comunicação Social, com habilitação em jornalismo, onde alguns dos cineastas da época chegaram a iniciar o curso de comunicação” (Rocha, 2011, p.16). Em tal contexto de efervescência audiovisual⁸⁴, “quando todo mundo queria

84 Ainda que de forma descontínua, a partir de 1970 estudantes piauienses “foram se interessando mais em matérias audiovisuais, faculdades de comunicação foram surgindo e, com isso, mais possibilidades no estudo

fazer seu próprio filme”⁸⁵, membros desses cineclubes chegaram a ser “premiados no Festival de Vídeo Piauiense de [19]81 nas categorias Didático e Ficção” (Rocha, 2008, p.3). Notamos, a partir do prêmio na categoria Didático recebido no festival, a preocupação em algumas dessas produções em dialogar com a educação.

Nos últimos anos, o cineclubismo piauiense tem se destacado com exemplos como o Cineclube ABD/Antares, criado em 2010 pela Associação Brasileira de Documentaristas do Piauí. Sediado na Escola Técnica Estadual José Gomes Campos, o cineclube se destina à “produção, difusão e divulgação de conteúdos audiovisuais, a promoção de debates sobre políticas públicas bem como o foco na inclusão social e digital” (Silva, 2014, p.40). A programação também conta com *workshops* sobre o cinema piauiense oferecidos para estudantes da rede de educação básica⁸⁶.

e no aprofundamento do tema”. Um primeiro surto do audiovisual se deu “quando jovens que participavam do Cineclube Teresinense resolveram pôr em prática o que viram na teoria. Desses, destacam-se Dácia Ibiapina; Valderi Duarte; Luís Carlos Sales, Socorro Melo e Lorena Rego, que criaram o grupo Mel de Abelha” (ROCHA, 2008, p.34).

- 85 A memória é do cineasta Durvalino Couto, em entrevista concedida em 2005 (apud ROCHA, 2011, p.44). Couto integra a geração responsável pelas “primeiras produções filmicas em Super8 realizadas [...]pelos] principais representantes do ciclo Cineclubista” (ROCHA, 2011, p.20, grifo do original).
- 86 Cf. “Workshop conhecimento do cinema piauiense”, disponível em <https://abdpi.blogspot.com/p/cineclube-abdantares.html>. Acesso 29 de dezembro de 2023.

A década de 1980 registra uma institucionalização mais sistemática das iniciativas entre audiovisual e educação no Piauí. Em 1986 foi inaugurada a TV Educativa do Piauí, administrada pela Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Educação no Piauí (FADEP), órgão vinculado à Secretaria de Educação. Segundo seu estatuto, caberia à FADEP “executar serviços de radiodifusão educativa” bem como o “desenvolvimento de tecnologias educacionais” e “a preservação e enriquecimento dos valores éticos morais e culturais da sociedade” (Leal; Alves, 2016, p.41). Com o passar dos anos, porém, recorrentes interferências político-partidárias descaracterizaram a finalidade educativa da emissora. A equipe gestora, inicialmente formada por professores, deu lugar a jornalistas e publicitários. Atualmente, e de forma notável a partir do início de uma parceria com a TV Brasil, a outrora educativa TV piauiense, renomeada TV Antares, tem produzido e veiculado conteúdos que buscam alternar informação, cultura e educação (*Idem*, p.46).

A educação e o audiovisual na internet têm recebido atenção de estudos de caso que indicam o seu avanço no Piauí. Um exemplo nos apresenta professores do Ensino Fundamental do município de São Raimundo Nonato⁸⁷: “apesar das dificuldades evidenciadas, foi possível também

87 A pesquisa foi desenvolvida com 11 professores de Ciências que lecionam em 8 escolas do Ensino Fundamental Anos Finais, sendo 3 estaduais e 5 municipais.

perceber a vontade e comprometimento [...] em proporcionar aos alunos uma aula mais interessante e inovadora” (Ferreira *et al.*, 2022, p.28). Destaca-se, porém, que menos de 1/3 dos docentes utilizava material audiovisual em suas aulas (Idem, p.29). Já no município de Bom Jesus⁸⁸, “observou-se que os recursos que mais chamam a atenção dos alunos são os audiovisuais. Um conteúdo de difícil explicação fica bem mais fácil de ser aprendido utilizando imagens em movimento, com cores atrativas e sons” (Lustosa, 2019, p.09). A utilização do cinema em uma escola de Parnaíba tem “influenciando positivamente no rendimento do aluno [...]. Ir para escola se tornou mais divertido e menos formal, tornando a instituição mais dinâmica e interessante para os participantes” (Carvalho, 2016, p.49). Trabalhos como esses apontam para um horizonte a ser analisado e compreendido tanto pela academia como pelos gestores da educação básica.

Considerações finais

Para finalizar, gostaria de retomar um argumento de uma das redações nota mil do início desse texto. Ao citar uma frase retirada da *Terceira Carta Pedagógica* de Paulo Freire,

88 O estudo foi realizado no município de Bom Jesus-PI, especificamente na Unidade Escolar Joaquim Parente, escola da rede estadual que atende estudantes do Ensino Fundamental e Médio nos períodos manhã, tarde e noite.

a jovem estudante se alinha à indignação do mestre que não considerava “possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor” (Freire, 2000, p.32). Reivindicar o audiovisual, mais do que como um simples direito ou demanda educacional, é uma determinação histórico social que “molda o pensamento e a ação” (Franco, 1997, p.32). Determinação que se expressa em sua relevância democratizante e simbólica, por exemplo, em trabalhos escolares de estudantes da educação básica que se inspiram tanto em filmes produzidos no Piauí quanto em suas próprias vidas⁸⁹. Projetos que vão além da tarefa escolar, emergem de processos de construção compartilhada e performance, “assumindo a tematização

89 Como exemplos podemos citar o vídeo dos alunos do 3ºano do ensino médio da Unidade Escolar Landrí Sales, em Picos, que, como exercício de aula proposto pela professora Rosa Amélia, interpretam cenas do filme *Entre o amor e a razão*, como texto vertido para o inglês. *Entre o amor e a razão*, de Cícero Filho, é um longa-metragem piauiense de 2006. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cbsaxX7zmgY>, acesso 27 de dezembro de 2023. Outro exemplo é *A última primavera vai chegar* (2016), longa dirigido pelo professor Mário Paiva e interpretado também por estudantes da U. E. Landrí Sales. O filme foi exibido em mais de dez municípios, em escolas da rede estadual do PI. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=qo4DAhzJmG4>, acesso 27 de dezembro de 2023. O projeto Cinema na Escola, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação (PI) e coordenado pelo cineasta Cícero Filho, resultou no curta *Cabo de Guerra*, roteirizado, dirigido e interpretado por estudantes e professores da rede estadual de ensino, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=4d3oetEmdWU&t=324s>.

de seu próprio papel, com o registro de sua própria voz” (Nichol, 2010, *apud* Batista; Azevedo, 2022, p.106). Processo de aprendizagem que se dá na prática e na reflexão sobre as situações vivenciadas tanto dentro quanto fora de sala de aula.

Referências bibliográficas

Abreu, Ninna de Moura. **Automatismo surrealista em sala de aula: produção literária e incentivo criativo**. Monografia produzida como requisito para obtenção do grau de licenciada em Letras Português pela Universidade de Brasília (UnB), 2021.

Almeida, Joaquim Canuto Mendes de. **Cinema contra cinema. Bases gerais para um esboço de organização do cinema educativo no Brasil**. São Paulo: São Paulo Editora, 1931.

Alvarenga, Alexandre Teixeira de. **O cinema como jogo: o lúdico como elemento ontológico da poética audiovisual**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, 2015.

Alves, Giovanni; MACEDO, Felipe (orgs.). **Cineclube, cinema & educação**. Londrina: Praxis, 2010.

Angeiras, Maria Clara de Azevêdo. **Televisão e educação: história da criação da primeira TV Educativa do Brasil – TV Universitária, Canal 11**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em Educação, 2015.

Araújo, Roberto Assumpção. **O cinema sonoro e a educação**. São Paulo: São Paulo Editora, 1939.

Araújo, Vicente de Paula. **Salões, circos e cinema de São Paulo**. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1981.

Azevedo, Roberto Cesar Silva de. **“Um blog como comunidade virtual de aprendizagem”**. No prelo, 2022.

Brasil. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BATISTA, Gustavo Silvano. **A relevância da arquitetura no pensamento de Gadamer**. Curitiba: CRV, 2020.

Batista, Gustavo Silvano; Azevedo, Roberto Cesar Silva de. **“Reverendo ‘Kátia’ dez anos depois: notas sobre performance e política”**. In: *Imagofagia*, n. 25, 105–135, 2022.

Bourdieu, Pierre. **“A ilusão biográfica”**. In.:_____. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papirus, 1996.

Campelo, Taís. **“Jonathas Serrano, narrativas sobre cinema”**. In: **Cadernos de Ciências Humanas - Especiaria**. v. 10, n.17, jan./jun., 2007, p. 57-76.

Carvalho, Paulo Ricardo de. **Projeto cinema e história: um olhar acerca do uso do cinema no ensino-aprendizagem da História na escola Cândido Oliveira na cidade de Parnaíba-PI**. Monografia (Graduação em História) – Universidade Estadual do Piauí, 2016.

Catelli, Rosana Elisa. **“Coleção de Imagens: O cinema documentário na perspectiva da Nova Escola, entre os anos de 1920 e 1930”**. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, v.31, n.111, abr./jun. 2010.

Costa, Dante Nascimento. **A questão da frequência infantil aos cinemas**. Rio de Janeiro: A Encadernadora, 1937

Ferraz, Diego Rodrigo. **“Literatura e desenvolvimento: reflexões sobre resistência da literatura contra a BNCC a partir de Benjamin e de Rancière”**. In: *Revista Entrelaces*, V. 10, Nº 22, Out.-Dez., 2020.

Ferreira, Maricélia Sousa; Morais, Carina Siqueira de; Amorim, Gustavo Silva de. **“Investigação sobre o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação TICs por professores de Ciências em São Raimundo Nonato-PI”**. In: *Revasf*, v.12, n.29, dezembro de 2022.

Franco, Marília da Silva. **“Linguagens audiovisuais e cidadania”**. In: **Comunicação e Educação**, São Paulo, nº09, p.32-35, maio 1997.

Freire, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo, Editora Unesp, 2000.

Gussi, Alcides Fernandes; Thé, Raul da Fonseca Silva; Pereira, Janáina Edwiges de Oliveira. **“Experiências metodológicas de avaliação: usos da noção de trajetória em políticas públicas”** In: *Sinais Revista de Ciências Sociais (UFES)*, vol.01, n.23, jan.-jul. 2019.

Gadamer, Hans-Georg. **Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1997.

Gadamer, Hans-Georg. **“A atualidade do Belo: a arte como jogo, símbolo e festa”**. In: _____. *Hermenêutica da Obra de Arte*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

Leal, Ana Regina Barros Rêgo; ALVES, Diego Lopes da Silva. “**A influência política ao longo dos anos na televisão educativa piauiense**”. In: *Sessões do Imaginário*, Porto Alegre, v.21, n.36, 2016, pp.40-47.

Lustosa, Ildemar EufRASINO. **O uso das tecnologias como ferramentas de aprendizagem de estudantes do ensino básico na rede estadual de ensino de Bom Jesus-PI**. 2019. 10 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Matemática) - Instituto Federal do Piauí - Campus Corrente, 2019.

Mcmullen, Kevin. “**Who watches this, watches a man: Walt Whitman is Educational Films**”. In: *Mickle Street Review*, n.21, primavera, 2016.

Mion, Mirian Raquel Buiz; Lopes, Daniel de Queiroz. “**Youtube e educação: uma revisão da pesquisa brasileira no período de 2014 a 2021**”. In: *Revista Novas Tecnologias na Educação - RENOTE*, V.19 N° 2, Dezembro, 2021.

Morais, Nilson dos Santos; Pereira, Adriano Willian da Silva Viana. “**A percepção da Lei 13.006/2014 pelos docentes do campus Curitiba do Instituto Federal do Paraná**”. In: *Revista Intersaberes*, v.17, n.42, set./nov. 2022.

Morettin, Eduardo. **Humberto Mauro, cinema, história**. São Paulo: Alameda, 2013.

Netto, Domingos Luiz Bargmann. **Produção audiovisual na Universidade de São Paulo**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2000.

_____. **“Cinema na Universidade de São Paulo”**. In: *Revista Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual*, ano 4, n. 7, janeiro-julho, 2015.

Oliveira, Wellington Amarante. **Telecurso 2º Grau: paradigma no ensino pela TV e legitimação política da Rede Globo, 1977-1981**. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, 2011.

Rocha, Rosa Edite da Silveira. **“O sertão virou arte: uma história do Cinema Piauiense”**. In: *Anais do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste*, São Luís, junho de 2008.

_____. **Narrativas audiovisuais no Piauí: cultura e sociedade na linguagem do cinema**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, 2011.

Santos, Milton; Silveira, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Serrano, Jonathas; Venâncio Filho, Francisco. **Cinema e educação**. São Paulo: Melhoramentos, 1930.

Silva, Ana Cristina Venancio da. **Uma videoteca para a educação: o projeto Ceduc-vídeo, a videoteca pedagógica e as publicações sobre cinema e educação produzidas na Fundação para o Desenvolvimento da Educação - FDE entre 1988 e 1997**. Dissertação do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2009.

Silva, Ana Beatriz Nunes da. **Culturas e identidades piauienses nas produções da ABDPI: construções audiovisuais e cidadania comunicativa/cultural**. Tese (doutorado), Universidade do Vale dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Comunicação, São Leopoldo, 2014.

Simis, Anita. **Estado e cinema no Brasil**. São Paulo: Annablume, 1996.

Vidal, Diana Gonçalves. “**Cinema, laboratórios, ciências físicas e Escola Nova**”. In: *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.89, maio de 1994, p.24-28.

Capítulo 15

Do campo para as redes sociais: a saga do vaqueiro de Elesbão Veloso no processo de midiaticização da vaquejada⁹⁰

Maria Helena Alves FERREIRA⁹¹ (UFPI)
Nilsângela Cardoso LIMA⁹² (UFPI)

A importância do vaqueiro para o Estado do Piauí

O estado do Piauí foi forjado por meio da economia ganadeira. As explorações no sertão de dentro trouxeram nomes como Domingos Jorge Velho e Domingos Afonso Sertão, que iniciaram a empreitada das fazendas de gado no semiárido norte⁹³ durante o século XVII.⁹⁴ Entre o século

90 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

91 Possui Licenciatura plena em História pela Universidade Federal do Piauí – UFPI (2022). Atualmente (2023-2025) realiza Mestrado no Programa de Pós Graduação em História do Brasil (PPGHB) na Linha de Pesquisa História, Arte e Cultura, pela Universidade Federal do Piauí – UFPI

92 Possui doutorado em Ciências da Comunicação e em História do Brasil pela Universidade do Vale do Rio Sinos – Unisinos. Atualmente é professora o de Comunicação Social/Jornalismo na Universidade Federal do Piauí – UFPI e professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil (PPGHB) na Universidade Federal do Piauí – UFPI.

93 Nesse período a divisão geográfica dava nome de norte a região que se distanciava do sul. As noções geográficas eram compreendidas entre norte e sul. Norte, era toda a região que afastava-se do litoral.

94 MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. 2. ed.

XVII e os fins do século XIX, o gado foi a principal fonte econômica do Estado, mesmo defronte a uma nova realidade econômica no período da primeira metade do século XX, a economia ganadeira se mantém no rol das fontes econômicas fundamentais. Assim, ascende uma “ideologia pecuarista” que se perpetuará no Piauí ainda na contemporaneidade.

Diante dessa dinâmica das fazendas nasce o vaqueiro. No período em que as fazendas de gado foram desenvolvidas o sertão ainda era distante das principais regiões e das propriedades que se concentravam nas porções litorâneas da colônia. Defronte a essa realidade, os proprietários relegavam os cuidados das fazendas aos vaqueiros, eram eles responsáveis pela apartação do gado, cuidados com a rês e condução ao curral, além das demais tarefas que a propriedade demandava. Em troca desse serviço fornecido pelo sertanejo ele recebia a razão da quarta ou quinta parte dos bezerros nascidos.⁹⁵

A mecânica da relação entre proprietário e vaqueiro, e o funcionamento da administração das fazendas pelo vaqueiro levaram ele a uma condição social que a maioria dentre a população sertaneja do período, via de regra não alcançava: uma possibilidade de conseguir ascensender socialmente e adquirir o respeito de segmentos diversos da sociedade.

Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

95 BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense**: Família e Poder. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

Segundo a historiadora Teresinha Queiroz, “há que lembrar, além da função econômica, a função social assumida pela pecuária ao longo da história do Piauí. É preciso recordar que, mais importante que ser vaqueiro, era ser fazendeiro.”⁹⁶

Dessa realidade econômica, política e social, a cultural do vaqueiro alcançou relevância na formação do Estado. As festas de vaquejada são um exemplo dessa manutenção cultural, iniciadas pela necessidade do trabalho, os vaqueiros de várias fazendas que se localizavam na mesma região uniam-se para ir à procura da rês, apartá-la e ferrá-la.⁹⁷ Em seguida, era comum os sertanejos comemorarem em determinada fazenda, realizando uma festa com cantigas de viola e repente.

As festas de vaquejada acompanharam as metamorfoses do tempo e conservaram a tradição de seus antepassados, entretanto, a festa passou a ser praticada em um espaço delimitado, tornando-se uma competição onde o prêmio por angariar e derrubar o boi é dado em dinheiro. Porém, apesar das transformações a celebração da vaquejada é um mecanismo de preservação da cultura e tradição do vaqueiro.

96 QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

97 MOTT, Luiz. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

As fazendas de gado forjam Elesbão Veloso ao Sul do Piauí

Instituída em 1954, Elesbão Veloso está situada em uma zona de transição entre o cerrado e a caatinga, no território de desenvolvimento localizado no Vale do Sambito. A cidade desabrocha às margens do riacho Coroatá. Nessas imediações, em 1918, os fazendeiros pecuaristas, Antônio Alves Teixeira, José Alves Monteiro e Alcebíades Nonato da Silva, iniciaram uma feira, a “Feira do Coroatá”, o que contribuiu para que a região sofresse um processo de ocupação e passasse a ser denominada de Coroatá, pertencendo ao município de Valença do Piauí.⁹⁸

O público participante da feira, vivendo na localidade, ampliou-se no decorrer das décadas. Por este motivo, agências arrecadadoras estaduais e municipais foram fundadas e um prédio maior foi construído para comportar o crescimento da feira. No ano de 1936, com o apoio de Elesbão de Castro Veloso e Francisco Antônio Junior, a região ganhou alguns incrementos na sua malha urbana, sendo contemplada pelos Correios e pelo serviço telegráfico. Devido à sua fervorosa participação de algumas pessoas influentes que

98 TEODORIO, Rogério Júnior. **“A gente leva o dinheiro, mas fica o couro”**: (migração temporária de camponeses para o trabalho no corte de cana, adoecimento, morte, e Políticas de proteção social: o caso de Elesbão Veloso – PI). Dissertação de Mestrado – Teresina, 2010.

ambicionavam a emancipação política do povoado, dentre elas Elesbão de Castro Veloso, o povoado Coroatá termina por homenageá-lo, dando nome ao recém-criado município de Elesbão Veloso, em 1954.⁹⁹

Além da feira, é preciso ressaltar que diversos municípios do Piauí foram constituídos a partir do estabelecimento da pecuária bovina. Parte considerável dessas localidades se desenvolveram demográfica e economicamente, conseguindo, com o tempo, sua emancipação política, elevando-se ao status de município, especialmente entre o início do século XIX e as primeiras décadas do século XX.¹⁰⁰

Tal processo é percebido em Elesbão Veloso. O município dimana das fazendas de gado, onde os proprietários exploraram a oportunidade de vender os seus produtos em uma feira que concentrasse os indivíduos da região, concebendo a vila e em seguida a cidade. No poema de José Carlos Pereira da Silva, é possível vislumbrar o valor do gado e do vaqueiro para a cidade:

99 A cidade de Elesbão Veloso. Disponível em: <https://elesbaoveloso.pi.gov.br/a-cidade-de-elesbao-veloso/>. Acesso em: 31 de julho de 2023.

100 POTIER, Robson William. **O sertão virou verso, o verso virou sertão:** sertão e sertanejos representados e ressignificados pela literatura de cordel (1900-1940). Orientador: Prof^a. Dr^a. Margarida Dias de Oliveira. 2012. Dissertação (Mestrado) - Mestre, Rio Grande do Norte, 2012.

Em Elesbão Veloso
 O vaqueiro boiava
 O boi mugia,
 A gente ouvia,
 A gente escutava
 Hoje é uma pena
 Não há mais esta cena
 Só a solidão¹⁰¹

O poema exterioriza como o gado e o vaqueiro eram presentes na vida cotidiana da cidade, sendo comuns ao dia a dia elesbonense cenas em que esses sujeitos exercitavam as práticas do seu ofício. O vaqueiro ainda se faz presente no município até hoje. Sua participação se manifesta de maneira mais econômica, social e simbólica, através da tradição, da cultura geral e indiretamente pela sua produção agrícola e pecuária, que ainda possui algum grau de importância ao comércio local.¹⁰²

Campo e cidade são lugares correlacionados. As interações comerciais e culturais, permitem o estabelecimento de uma mecânica social particular e o crescimento

101 TEODORIO, Rogério Júnior. **“A gente leva o dinheiro, mas fica o couro”**: (migração temporária de camponeses para o trabalho no corte de cana, adoecimento, morte, e Políticas de proteção social: o caso de Elesbão Veloso – PI). Dissertação de Mestrado – Teresina, 2010.

102 TEODORIO, Rogério Júnior. **“A gente leva o dinheiro, mas fica o couro”**: (migração temporária de camponeses para o trabalho no corte de cana, adoecimento, morte, e Políticas de proteção social: o caso de Elesbão Veloso – PI). Dissertação de Mestrado – Teresina, 2010.

econômico das cidades. O campo, mesmo em um recorte mais recente, exerce uma forte influência sobre a cidade.¹⁰³ Nessas cidades, se percebe o predomínio da cultura do sertão, em uma tentativa de encontrar uma identidade e noção de pertencimento.¹⁰⁴

O município de Elesbão Veloso é forjado pelo campo e pelas práticas sertanejas, desenvolvendo-se através da agricultura e da pecuária. No decorrer dos anos, conforme a vila ganhava espaço e tomava a condição de cidade, o contingente populacional aumentava no ambiente da urbe e diminuía no campo. Os dados estatísticos do IBGE no ano 2000 apontam que o município comportava 15.002 habitantes, sendo 10.133 pertencentes a zona urbana e 4.869 a região rural.¹⁰⁵ Entretanto, no ano de 2010, a população apresentou um declínio quantitativo. A cidade passou a concentrar 14.499 habitantes, 10.119 residindo na parte urbana e 4.380

-
- 103 WILLIAMS, Raymond. **Campo e cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- 104 POTIER, Robson William. **O sertão virou verso, o verso virou sertão**: sertão e sertanejos representados e ressignificados pela literatura de cordel (1900-1940). Orientador: Prof^a. Dr^a. Margarida Dias de Oliveira. 2012. Dissertação (Mestrado) - Mestre, Rio Grande do Norte, 2012.
- 105 TEODORIO, Rogério Júnior. **"A gente leva o dinheiro, mas fica o couro"**: (migração temporária de camponeses para o trabalho no corte de cana, adoecimento, morte, e Políticas de proteção social: o caso de Elesbão Veloso - PI). Dissertação de Mestrado - Teresina, 2010.

na rural.¹⁰⁶ O número é ainda menor em 2022, quando a população passou a ser composta por 13.607 habitantes.¹⁰⁷

Os números inspiram algumas reflexões. Primeiramente, no início do século XXI a cidade apresentou uma tendência, entre os moradores, de transição do campo para a região urbana do próprio município, expandindo o fluxo humano na urbe. Entretanto, nessa primeira década do novo século, é perceptível um declínio no crescimento demográfico da região. A justificativa para esse declínio, provavelmente, é o início de um processo migratório rumo à capital do Piauí, Teresina, motivada pela busca de mais oportunidades de trabalho, de educação formal e pela busca de uma maior assistência médica.

No ano de 2019, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontou 1.016 matrículas no Ensino Fundamental I e 225 no Ensino Médio, explicitando uma reduzida procura pelo ensino básico na cidade de Elesbão Veloso.¹⁰⁸ No tocante à saúde, segundo o

106 **DataSebrae**: perfil municipal de Elesbão Veloso. Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/pi/Elesb%C3%A3o%20Veloso.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

107 **IBGE**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/elesbao-veloso/panorama>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

108 **DataSebrae**: perfil municipal de Elesbão Veloso. Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/pi/Elesb%C3%A3o%20Veloso.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), em 2023, o município possui 16 locais que contemplam a região urbana da cidade e suas regiões interioranas.¹⁰⁹ Os dados demonstram que no Ensino Médio, os indivíduos procuram um melhor ensino na capital do Estado, Teresina, ou desistem dos estudos. Quanto à saúde, o número de locais que prestam atendimentos não ampara as pessoas da cidade, sendo essas forçadas em casos específicos a buscarem apoio na capital.

A economia de Elesbão Veloso assiste à modificação das práticas de trabalho do século XX para o XXI. Durante o primeiro período, as atividades se retinham na pecuária e agricultura; no segundo, os ofícios trabalhistas estão voltados para o comércio, serviços e indústria. O Ministério do Trabalho no ano de 2019 identificou 1.031 pessoas com registro trabalhista, dentre os quais, 509 pertenciam à administração pública municipal e 199 ao comércio local. Segundo dados da Receita Federal, havia nesse período 249 comércios e 6 empresas agropecuárias.¹¹⁰

Os dados estatísticos lançam luz sobre a transição do campo para a cidade, a mudança de um cenário interiorano e

109 **CNES:** [CnesWeb - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde \(datasus.gov.br\)](https://datasus.gov.br). Acesso em: 03 de agosto de 2023.

110 **DataSebrae:** perfil municipal de Elesbão Veloso. Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/pi/Elesb%C3%A3o%20Veloso.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

sertanejo para um mais urbano, concentrado nas atividades público-administrativas e no comércio. Evidentemente, esse processo não exclui a produção agropecuária e os costumes sertanejos. A urbanização do município é notória a partir dos números apresentados, contudo, a cidade permanece em um ambiente sertanejo, com as manifestações culturais do vaqueiro realizadas na região e a manutenção das feiras que foram responsáveis pela gênese da cidade.¹¹¹

A produção pecuária mesmo com a urbanização, perdura de maneira substancial, suas principais áreas produtoras estão na pesca (50.000) e na criação de ovina (20.699 cabeças) e do gado (18.421 cabeças).¹¹² O campo está amalgamado à cidade, por meio dessas necessidades de fornecimento, mas também pela forte presença da cultura sertaneja tradicional.

A cultura do vaqueiro e sua identidade, diante das transformações tecnológicas e do desenvolvimento urbano, resistem, encontrando seu espaço nessa urbe em festas de vaquejadas e procissões, concentrando um público diversificado: os vaqueiros do campo, os pratican-

111 TEODORIO, Rogério Júnior. **"A gente leva o dinheiro, mas fica o couro"**: (migração temporária de camponeses para o trabalho no corte de cana, adoecimento, morte, e Políticas de proteção social: o caso de Elesbão Veloso – PI). Dissertação de Mestrado – Teresina, 2010.

112 **DataSebrae**: perfil municipal de Elesbão Veloso. Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/pi/Elesb%C3%A3o%20Veloso.pdf> . Acesso em: 03 de agosto de 2023.

tes do “esporte”, e sujeitos que se identificam e encontram nessas representações a sua tradição. Nesse sentido, Stuart Hall aduz que “a identidade torna-se uma ‘celebração móvel’; formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam”.¹¹³

O uso das redes sociais: o processo de mediação das vaquejadas em Elesbão Veloso

A modalidade da vaquejada é uma das manifestações culturais dos vaqueiros que permanece se faz presente na contemporaneidade. Acompanhando os fluxos e a dinâmica do tempo, os vaqueiros adaptaram-se as tecnologias e as mídias e encontram maneiras de manter e perpetuar a sua cultura. Os sertanejos do município de Elesbão Veloso desenvolveram novas categorias dessa prática cultural que se iniciou com o trabalho no campo, atualmente existem as corridas de pareia¹¹⁴ e as pegas de boi no mato¹¹⁵ e no limpo¹¹⁶.

113 HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

114 Disputa entre 2 a 6 cavalos, geralmente em um espaço de 300 a 500 metros.

115 Prática que consiste em pegar o animal em um espaço aberto, adentrando a vegetação. Se assemelha a forma como era realizado nos séculos XVII ao XIX.

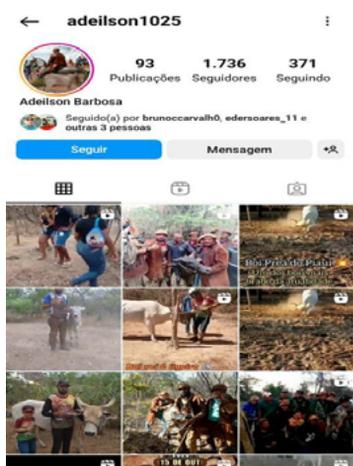
116 Prática que consiste em pegar o animal dentro de um espaço limitado.

Com as adaptações as novas tecnologias, mídias e mudanças sociais, a cultura dos vaqueiros conseguiu alcançar um público maior e diverso, por meio da música, literatura, modalidades de competição e pelas redes sociais. No município de Elesbão Veloso, o vaqueiro Adeilson Barbosa utiliza o *Instagram* como meio de divulgação da sua rotina, trabalho e divulgação dos torneios em que participa. A rede social do vaqueiro consta quase 2 mil seguidores. Assim, Fausto Neto (2008) alude que:

“as mídias perdem este lugar de auxiliaridade e passam a se constituir uma referência engendradora no modo de ser da própria sociedade, e nos processos e interação entre as instituições e os atores sociais. A expansão da midiatização como um ambiente, com tecnologias elegendo novas formas de vida, com as interações sendo afetadas e/ou configuradas por novas estratégias e modos de organização, colocaria todos – produtores e consumidores – em uma mesma realidade, aquela de fluxos e que permitiria conhecer e reconhecer, ao mesmo tempo”.¹¹⁷

Defronte a isso, pode-se dizer que o vaqueiro Adeilson Barbosa utiliza sua rede social como um meio de reorganizar-se e levar a sua tradição para as demais pessoas através das mídias.

117 FAUSTO NETO, Antônio. **Fragmentos de uma “analítica” da midiatização.** MATRIZES, n. 2, abr. 2008, p. 89-105.



Instagram do vaqueiro Adeilson Barbosa



Adeilson Barbosa com outros vaqueiros

Nos registros em fotos e vídeos presentes na rede social do vaqueiro é possível perceber como a tradição ainda se mantém na realidade cotidiana de Adeilson Barbosa. As vestimentas de couro completas, o gibão, o chapéu, são frequentes nas postagens. Além disso, o ambiente e a paisagem do sertão semiárido, e o cavalo ainda são elementos importantes demonstrados pelo vaqueiro.

O vaqueiro elesbonense, por meio de sua rede social consegue levar a sua cultura e tradição para pessoas não somente do nordeste, onde a cultura sertaneja do vaqueiro é

mais presente, mas para um nível nacional e internacional. A realidade contemporânea não impediu que Adeilson Barbosa mostrasse a tradição de sua cultura, ao qual está inserido desde a infância fosse perdida, ao contrário utiliza-se da tecnologia para melhorá-la e expandi-la. Giorgio Agamben, diz que:

“A contemporaneidade, portanto, é uma singular relação com o próprio tempo, que adere a este, e ao mesmo tempo, dele toma distâncias; mais precisamente, essa é a relação com o tempo que a este adere através de uma dissociação e anacronismo. Aqueles que coincidem muito plenamente com a época, que em todos os aspectos a este aderem perfeitamente, não são contemporâneos porque, exatamente por isso, não conseguem vê-la, não podem manter fixo o olhar sobre ela.”¹¹⁸

Nesse sentido, o presente trabalho buscou analisar a atuação dos vaqueiros nas redes sociais digitais para a divulgação de suas atividades no campo e nas vaquejadas, manejando não apenas o cavalo para a pega do boi, mas também as novas tecnológicas de comunicação e informação num processo de midiatização de suas práticas e para

118 AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios.** Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2009.

propagar a cultura do vaqueiro que, historicamente, vem sendo repassada de pai para filho a fim de manter uma tradição.

Referências bibliográficas

Agamben, Giorgio. **O que é contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução: Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó, Santa Catarina: Argos, 2009.

Brandão, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense: Família e Poder**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

Cabral, Ivana Campelo; Araújo, Johny Santana. Para uma releitura historiográfica sobre as categorias de trabalho rural do Piauí na segunda metade do século XIX. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, p. 1-10, Julho 2011.

CNES: [CnesWeb - Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde \(datasus.gov.br\)](https://cnes.gov.br/). Acesso em: 03 de agosto de 2023.

DataSebrae: perfil municipal de Elesbão Veloso. Unidade de Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial. 2020. Disponível em: <https://datasebrae.com.br/municipios/pi/Elesb%C3%A3o%20Veloso.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2023.

Freitas, Sônia Maria de Freitas. **História Oral: possibilidades e procedimentos**. 2 ed. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

Halbwachs, Maurice. **Memória coletiva**. São Paulo: Venice, 1990.

Hobsbawm, Eric. **A invenção das tradições.** (org.). Trad. Celina Cardim Cavalcante. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

IBGE. Anuário Estatístico do Brasil - 2010. Piauí: IBGE, 2010.
Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/elesbao-veloso/panorama>. Acesso em: 03 ago. 2023.

Imagens: <https://www.instagram.com/adeilson1025?igsh=MXdyd2JrajFmb2kkyeA==>

Mott, Luiz. **Piauí colonial:** população, economia e sociedade. 2. ed. Teresina: APL; Fundac; Detran, 2010.

Fausto Neto, Antônio. **Fragmentos de uma “analítica” da midiatização.** MATRIZES, n. 2, abr. 2008, p. 89-105.

Fausto Neto, Fausto. **Midiatização - prática social - prática de sentido.** Paper. Encontro Rede Prosul - Comunicação, Sociedade e Sentido no Seminário sobre Midiatização, Unisinos. PPGCC, São Leopoldo, 19/12/2005 e 06/01/2006.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

Pollak, Michael. Memórias e identidade social. In: **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

Potier, Robson William. **O sertão virou verso, o verso virou sertão:** sertão e sertanejos representados e ressignificados pela literatura de cordel (1900-1940). Orientador: Prof^a. Dr^a. Margarida Dias de Oliveira. 2012. Dissertação (Mestrado) - Mestre, Rio Grande do Norte, 2012.

Queiroz, Teresinha. **Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3. ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

Teodoro, Rogério Júnior. **“A gente leva o dinheiro, mas fica o couro”**: migração temporária de camponeses para o trabalho no corte de cana, adoecimento, morte, e Políticas de proteção social: o caso de Elesbão Veloso-PI. 2010, 277f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

Williams, Raymond. **Campo e cidade**: na história e na literatura. Tradução: Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Capítulo 16

“Vem comigo que eu te conto”: proximidade, intimidade e informalidade na linguagem do jornalismo narrativo em podcast¹¹⁹

Alcides MAFRA¹²⁰ (UFSC)

Rádio e podcast: caminhos que se entrecruzam

Ao propor uma categorização para podcasts jornalísticos em âmbito nacional, Bufarah Júnior (2020, p. 11) observou que o podcast “contém o gene do rádio em sua estrutura e ainda irá demorar para ter formatos e gêneros únicos não mais referenciados no meio radiofônico. Para alguns autores, isso não ocorrerá; para outros, este é o processo natural da evolução das mídias” (Bufarah Júnior, 2020, p. 11). Mesmo que a segunda hipótese se confirme e a trajetória evolutiva do podcasting caminhe para um distanciamento de sua matriz, a condição sonora que lhe é peculiar não será facilmente superada. Embora tenhamos iniciativas que flertam com o audiovisual, em essência, o formato é constituído de som, voz e silêncio. Como bem pontua Balsebre (2013), tratando

119 Trabalho apresentado no GT 3 – Mídia e Dimensões do Tempo – Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo - 2023.

120 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC, membro do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (Girafa/UFSC/CNPq). E-mail: alcidesmafrapb@gmail.com

especificamente de rádio, mas perfeitamente aplicável ao podcasting, essa estrutura comunicativa sonora é tudo menos desvantagem. Afinal, ainda que se possa acessar a Netflix a partir de um transporte público ou em momentos de descanso, o motorista solitário terá de obrigatoriamente buscar a companhia do rádio ou ouvir o podcast de sua predileção. O mesmo ocorre no escritório ou durante as tarefas ordinárias do cotidiano: o fone de ouvidos permite ao indivíduo realizar certas atividades sem que isso caracterize procrastinação.

Relatório Kantar Ibope Media de 2023 indica que 50% de ouvintes de rádio no Brasil escutaram podcasts nos últimos três meses da aferição — um aumento de 23% em relação a 2022. Esse crescimento tende a prosseguir, visto que a natureza assíncrona dá ao podcast mobilidade, tempo de produção e execução elásticos se comparados ao rádio, além de liberdade de formatação e experimentação na condução de narrativas.

Considerando os paralelos existentes e as promessas de inovação que o novo meio de consumo de áudio carrega, este trabalho examina os elementos da linguagem empregada no jornalismo narrativo em podcast, tipologia que compreende as produções inspiradas pelo sucesso de Serial. Desdobramento de *This American Life*, programa radiofônico idealizado pela National Public Radio (NPR)

dos Estados Unidos (Pinheiro *et al.*, 2015), *Serial* foi lançado em outubro de 2014 e se tornou um fenômeno midiático (Bonini, 2020). No Brasil, tem entre seus derivados o Projeto Humanos e Praia dos Ossos, êxitos que ajudaram a posicionar o país entre os maiores consumidores de conteúdo sonoro no mundo¹²¹. Especificamente, busca-se investigar como o formato se apropria de elementos da tradição oral e da narrativa radiofônica e radiojornalística para promover relações de intimidade e informalidade entre narrador e ouvinte.

Do ponto de vista metodológico, este trabalho utiliza como ferramentas a pesquisa bibliográfica e a análise documental – esta última entendida como método e técnica, segundo Moreira (2005, p. 272): “Método porque pressupõe o ângulo escolhido como base de uma investigação. Técnica porque é um recurso que complementa outras formas de obtenção de dados, como a entrevista e o questionário”.

O *corpus* da pesquisa é composto pelos três primeiros episódios de Praia dos Ossos, minissérie sonora lançada em 2020 e que narra a história de um crime ocorrido em 1976: o assassinato da socialite Ângela Diniz pelo empresário Raul Fernando do Amaral Street, seu companheiro à época, em uma praia de Búzios, litoral fluminense. A escolha é orientada pelo fato de a produção da Rádio Novelo ser

121 Cf. <https://exame.com/pop/brasil-e-o-3o-pais-que-mais-consome-podcast-no-mundo/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

referência em língua portuguesa do chamado podcast narrativo (Kischinhevsky; Fraga; Couto, 2023). O objetivo da análise é observar, por meio da escuta do material recortado, as estratégias utilizadas na série para concretizar o diálogo entre a apresentadora e sua audiência.

Signos e sentidos da linguagem do podcast

Dá-se o nome podcasting à tecnologia de distribuição, recepção e escuta sob demanda de conteúdo sonoro (Bonini, 2020). Resultado de aprimoramentos técnicos e tecnológicos e de experimentações no campo das mídias digitais, o formato se desenvolveu dentro de uma concepção autoral e de liberação do polo emissor (Kischinhevsky, 2016). Contudo, na medida em que as potencialidades do podcasting foram se tornando palpáveis, o ideal libertário que lhe deu origem foi substituído por uma lógica de profissionalização, distribuição comercial e consumo massivo.

Esse ponto de virada configura o que Bonini (2020) demarca como “segunda era” do podcasting, situando-o no ano de 2012 e relacionando-o com a movimentação de produtores ligados a rádios públicas nos Estados Unidos e Reino Unido, que vislumbraram no formato uma maneira de se libertar das amarras hertzianas, apostando em mecanismos de financiamento coletivo e na expansão da tecnologia

mobile para contar histórias nas quais suas redações não se dispunham a investir. Programas como 99% Invisible, Radio Ambulante e, o mais popular de todos, Serial, resultam desse contexto, estabelecendo as bases do radiojornalismo narrativo em formato podcast.

Este novo gênero envolveria reportagens investigativas com apuração exaustiva de informações, o que permitiria reconstituição – no âmbito narrativo, evidentemente – de cenas e ambiências, bem como reportagens de interesse humano, que mobilizam arquétipos em novas roupagens, numa tática para sensibilizar a audiência e estabelecer vínculos entre ouvintes e personagens representados (Kischinhevsky, 2017, p. 79).

Portanto, não apenas o podcasting deriva do rádio, como sua vertente narrativa, que ganhou proeminência a partir do êxito de Serial, está intrinsecamente relacionada às práticas desenvolvidas no âmbito do jornalismo radiofônico. Todavia, Ferraz e Gambaro (2020, p. 156) destacam que os podcasts, “por constituírem um modelo assíncrono de distribuição de conteúdo, proporcionam experiências renovadas de escuta que, por sua vez, permitem o uso mais intensivo de uma miríade de recursos de linguagem”. Os autores entendem que plataformas como o podcast possibilitam uma nova Experiência Midiatizada de Escuta (EME), decorrente de

estruturas de sentimento contemporâneas, “determinadas pela mediação tecnológica de práticas cotidianas e por relações emergentes de representatividade, impondo uma nova lógica de consumo de notícia” (Ferraz; Gambaro, 2020, p. 155). Nesse aspecto, há uma ruptura com a tradição radiofônica de instantaneidade das emissoras hertzianas. Ganham proeminência recursos característicos do roteiro dramático, que apelam à subjetividade sem prejuízo ao relato objetivo da informação, e a construção de narrativas complexas, associadas ao que se convencionou chamar *storytelling* – compreendido como a arte de contar histórias. Esses elementos serão examinados com maior atenção na seção a seguir.

Narrativas: da oralidade à modernidade

Em “O Narrador”, Benjamin (1975) prenunciava o inexorável declínio de nossa capacidade narrativa. Para o filósofo alemão, a situação tinha explicação simples: as experiências estavam perdendo valor. O teórico opunha uma tradição construída na oralidade e da qual decorria o gênero narrativo épico ao desenvolvimento do romance na era moderna, a partir da invenção da imprensa, e cujo suporte, o livro, era um fator limitante. “A experiência propicia ao narrador a matéria narrada, quer esta experiência seja própria

ou relatada. E, por sua vez, transforma-se na experiência daqueles que ouvem a estória. O romancista escolheu um campo segregado” (Benjamin, 1975, p. 66).

A dicotomia proposta por Benjamin reflete a perplexidade que se segue a cada avanço tecnológico. Tal como foi com o livro – e, conseqüentemente, a imprensa – assim o foi com o rádio, a televisão e a internet. Nenhum deles, porém, foi capaz de relegar à irrelevância o anterior. Nem se pode dizer que cada inovação tenha ocorrido em um lapso temporal exclusivo. A lógica não é de sucessão, mas de continuidade.

Daí encontrarmos manifestações tradicionais nos formatos estruturados na modernidade. Aqui pensamos na renovação proporcionada pelo podcast e o emprego que faz de estruturas narrativas. Novamente, vai-se de encontro ao que formulou o pensador da Escola de Frankfurt, que não via conciliação possível entre o espírito da narrativa e o caráter de verossimilhança da informação. “Quase nada mais do que acontece é abrangido pela narrativa, e quase tudo pela informação” (Benjamin, 1975, p. 67).

Narrativa e informação são, pois, constituintes desse podcast que chamamos radiojornalístico. A narrativa, pelo caráter central em nossa própria condição humana: “É um dos nossos mecanismos cognitivos primários para a compreensão de mundo” (Murray, 2003, p. 9). Apoiando-se nas reflexões de Ricoeur (1994) acerca da experiência narrativa como medida

do próprio tempo, Piccinin (2012) atribui a essa competência um valor que transcende o ato de contar em si. Para a pesquisadora, existe uma condição de verdade embutida na identidade estrutural da narrativa: “Narra-se, portanto, porque se busca a disposição arranjada no tempo que possa oferecer certas epistemologias necessárias aos fatos e à própria possibilidade de reconhecê-los como tal (Piccinin, 2012, p. 69). Nesse cenário, ainda segundo a autora, o jornalista emerge na condição de narrador pós-moderno, tendo em vista a relação que construiu com a literatura no decorrer de toda a história da imprensa. “Jornalistas nunca deixaram de se valer da literatura para compor suas histórias e, neste momento, essa aproximação tende a parecer revitalizada em algumas formas narrativas jornalísticas específicas” (Piccinin, 2012, p. 82). Contudo, diferente da autoridade que Benjamin (1975) concedia ao narrador, forjada na oralidade e encerrada na experiência vivida, Piccinin (2012) assinala que o narrador pós-moderno amplia o distanciamento entre vivência e narrativa. Porém, ela ressalva que

em que pese este distanciamento do narrado, ou exatamente por isso, a narrativa jornalística continua tratando-se de um bom exemplo dos diálogos da arte com a literatura, em especial naqueles formatos jornalísticos caracterizados por uma imersão mais profunda na história a ser contada, tomados como “extra-ordinários” (Piccinin, 2012, p. 83).

Ferraz e Gambaro (2020) observam que a expressão “podcast jornalístico” comporta diferentes jornalisismos de origem radiofônica. Citam os modelos de conversa e/ou debates (Mamilos), os monólogos sobre fatos históricos (Escriba Café) e as reportagens documentais radiofônicas (Radio Ambulante), entre muitos outros. De fato, caberiam na lista os *daily news* (Café da Manhã), os *true crime* (Modus Operandi), os sumários noticiosos (Resumão) e as séries narrativas, como é o caso de Praia dos Ossos, Projeto Humanos e tantos mais que passaram a disputar espaço nos tocadores a partir de 2019. Formatos jornalísticos que se encaixam na definição de “extraordinários” proposta por Piccinin (2012) e que, ao mesmo tempo, tensionam a ideia de distanciamento no contexto da narrativa pós-moderna, conforme se buscará demonstrar a seguir.

O “canto da sereia” das redes e o aceno à retomada da autoridade do narrador

As redes sociais têm sido a principal arena do debate público atual. Nesse campo, mais do que instituições, é o sujeito quem reivindica a autoridade do discurso. Ou da “narrativa”, na acepção cunhada no contexto polarizado das escaramuças políticas. Em um terreno mapeado (minado) por algoritmos, métricas de engajamento e *trend topics*, a opinião

de influenciadores e perfis com milhões de seguidores possui repercussão midiática. Especialmente em um país como o Brasil, cujo tempo médio gasto na internet é de 9 horas e 32 minutos por dia¹²² – boa parte desse tempo, recebendo e compartilhando conteúdo em grupos de mensagens e opinando sobre a mais recente polêmica do dia. Mais do que argumentos com base em evidências, vigora o “eu acho”.

A valorização do relato individual, entretanto, não é fenômeno recente. Sarlo (2007) demonstrou como o testemunho em primeira pessoa começou a ser validado nos estudos relacionados ao passado a partir final dos anos 1960. Uma década antes, a mesma situação já se verificava na produção literária e em sua intersecção com o jornalismo. Contemporaneamente, contudo, o que se vê é uma relação antagônica entre o relato individual e o conhecimento institucionalizado. A isso, Van Zoonen (2012) denominou “eupistemologia”. Se, por um lado, a centralidade da experiência pessoal tem potencializado a veiculação de fatos alternativos, discursos de ódio e empoderamento de grupos de extrema direita em nível mundial, por outro tem possibilitado a setores marginalizados ou menos visibilizados colocar em perspectiva temas que lhes são caros. Do ponto de vista do jornalismo, o cenário oferece o desafio duplo de garantir a apuração fidedigna, cuidadosa e equilibrada dos

122 Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/era-dos-brasileiros-hiperconectados/>. Acesso em: 4 jan. 2024

acontecimentos e de fazer com que a informação prevaleça no estridente ecossistema das redes sociais. Fure bolhas.

Uma alternativa é apelar à personalização que caracteriza o atual cenário. Nesse sentido, o podcast narrativo tem se mostrado capaz de engajar audiências para além do nicho que o formato representa, apostando em formas sofisticadas de narrativa que têm como premissa a proximidade com o ouvinte. Kischinhevsky, Fraga e Couto (2023) sustentam que a estratégia remete aos programas populares de rádio das décadas de 1970 e 1980, cujos apresentadores utilizavam os mecanismos de interação e proximidade que observamos em podcasts radiojornalísticos.

Esse movimento de engajar o público em histórias comuns de pessoas comuns se dá por meio do ritual estratégico de emocionalidade (Wahl-Jorgensen, 2013). Nessa estratégia, o locutor/apresentador geralmente utiliza o formato storytelling (em bom português, a velha “contação de histórias”) e as características desse formato para acionar mecanismos de empatia e identificação de sua audiência com os personagens da história (Kischinhevsky; Fraga; Couto, 2023, p. 4).

Se as semelhanças estão à vista, quais inovações podemos observar em podcasts narrativos de repercussão, como é o caso de Praia dos Ossos? A análise dos três primeiros episódios

da série narrativa, lançados entre 12 e 26 de setembro de 2020, pode oferecer algumas pistas. Vamos a eles.

Praia dos Ossos: entre o audiodocumentário, o jornalismo narrativo e o *true crime*

Os três episódios analisados tratam, na sequência: das circunstâncias do crime da Praia dos Ossos; do primeiro julgamento, três anos depois – ao fim do qual o assassino, Doca Street, “saiu livre, andando do tribunal” (Praia dos Ossos, 2020) –; e da trajetória de Ângela Diniz: de jovem beladade da alta sociedade mineira a mulher livre e “perigosa” no Rio de Janeiro até o trágico relacionamento com Doca. O tempo médio de escuta de cada episódio é de 60 minutos. Todos têm como apresentadora a linguista carioca Branca Vianna, idealizadora do programa. Em alguns momentos, ela é acompanhada pela diretora de pesquisa da Rádio Novelo, Flora Thompson-DeVeaux, com quem entabula diálogos – a exemplo do que ocorre na cena inicial da série, quando ambas percorrem a praia de Búzios onde houve o crime. O áudio captado no local puxa o ouvinte para junto das apresentadoras, enquanto a narração sobreposta, gravada posteriormente no estúdio, descreve em detalhes o ambiente e a busca de ambas pelo lugar exato em que Ângela Diniz foi morta com quatro tiros.

A construção sensorial de imagens é uma estratégia adotada pela dramaturgia radiofônica desde os anos 1930, sinaliza Ferraretto (2014). Com a distinção de que, no caso do rádio, compreende a simulação de sons específicos dentro do estúdio. Amassar uma folha de papel para sugerir uma fogueira, como exemplifica o autor. No podcast em análise, a produção é um tanto mais virtuosa, executada segundo uma perspectiva cinematográfica, conforme afirma Rellstab (2021), que por isso classifica a série como audiodocumentário – segundo a pesquisadora, um gênero derivado do audiovisual que ganhou espaço no rádio e desaguou na produção de podcasts.

De acordo com Viana (2023, p. 203), “a sensorialidade radiofônica diz respeito à forma como o meio pode envolver o ouvinte através da mensagem, estimulando a imaginação e provocando emoções”. Promove-se uma imersão, que, na definição de Murray (2003, p. 101), significa uma narrativa excitante, em qualquer meio, que “pode ser experimentada como uma realidade virtual”. Já Barsotti e Santa Cruz (2020, p. 140) entendem a imersão como “a inserção do jornalista na história a ser relatada”.

Além das vozes de Branca e Flora, Praia dos Ossos conta com entrevistas feitas pela produção da série, áudios originais da época dos fatos e material sonoro criado a partir da leitura de jornais por um locutor. Esse trabalho

de pesquisa, edição e apuração aproxima a série de uma produção radiojornalística — ou de jornalismo narrativo em podcast, para sermos mais precisos — embora alguns autores prefiram sublinhar suas aproximações com o gênero *true crime*, que tem justamente em *Serial* a principal expressão. Kischinhevsky, Fraga e Couto (2023) abordam essa relação, mas seu enfoque recai principalmente sobre a noção de jornalismo narrativo pessoal (Lindgren, 2020).

Esse jornalismo centrado no falar de si, de um eu subjetivo, é o mesmo contexto da cultura contemporânea em que o borramento cada vez maior entre as esferas do público e do privado faz surgir os reality-shows, as narrativas imersivas apoiadas em métodos de gravação que assumem a posição do sujeito que narra, que dá o tom dos relatos pessoais nas redes sociais online (Araújo, 2017, p. 40).

Com efeito, apesar das outras vozes presentes na série, é Branca Vianna quem dá o tom da narrativa — e o faz com coloquialidade, informalidade e em diálogo direto com o ouvinte. No início do primeiro episódio, a apresentadora resume a procura pelo local do crime da seguinte forma: “A gente ficou a maior parte do tempo de costas pro mar, examinando uma fileira de casas a poucos passos da areia. Parecia que a gente tava tentando identificar o culpado

naquelas filas de suspeitos na delegacia, sabe?” (Praia dos Ossos, 2020). No segundo episódio, ela retrata o final do julgamento assim: “O Evandro e o Evaristo se abraçam, feito jogador de futebol trocando camisa no fim do jogo” (Praia dos Ossos, 2020). Evandro Lins e Silva era o defensor de Doca Street; Evaristo de Moraes Filho, o advogado de acusação. Além disso, ela oferece uma perspectiva pessoal ao revelar que sua ligação com o movimento feminista que se desenvolveu a partir do primeiro julgamento (Doca foi a júri uma segunda vez, em 1981):

Durante a pesquisa pra este podcast, a Flora descobriu um manifesto, que surgiu depois do julgamento, com o título de “Contra o machismo na sociedade brasileira”. E, entre as quatrocentas e tantas assinaturas, a Flora achou o nome da minha mãe, o nome da minha irmã, e o meu. Eu tinha 17 anos naquela altura, e não tenho a menor lembrança de ter assinado aquele texto [...] aquele manifesto e este podcast não deixam de ser duas tentativas de resposta à mesma pergunta: Como é que um homem mata uma mulher com quatro tiros na cara e vira herói? (Praia dos Ossos, 2020).

O estilo da narrativa se enquadra no que Lindgren (2020, p. 119) chama uso intimista da voz: “Eles soam relaxados e pessoais – como pessoas reais, ou amigos se envolvendo em uma conversa conosco”. Além de se afastar do tom impessoal

da locução noticiosa, o enunciado não é desprovido de juízos de valor. Ao contrário, Branca não se furta a se posicionar e muitas vezes o faz recorrendo à ironia e a figuras de linguagem. Aqui, uma referência aos pretendentes da debutante Ângela, no terceiro episódio: “No duelo entre o pé de valsa boa-pinta e o construtor bom partido, venceu o Milton” (Praia dos Ossos, 2020). Kischinhevsky, Fraga e Couto (2023, p. 4) inserem essa forma de discurso no âmbito do metacommentário, “ou seja, a inserção de reflexões que ampliam a discussão sobre a notícia e tensionam os limites entre jornalismo e opinião – já historicamente fluidos nas emissoras do segmento do rádio popular”.

Conjugadas, as estratégias descritas têm por objetivo revestir o narrador de autoridade e confiança em relação à audiência. Viana (2021) argumenta que a escuta de um podcast envolve uma ação deliberada, o que estabelece um vínculo entre ouvinte e narrador. Uma relação íntima, fortalecida na medida em que o primeiro é capturado pelo que o segundo narra. O sucesso da narrativa seriada depende desse resultado.

Outro aspecto da linguagem do podcast que se relaciona com o poder de captura da audiência é a atenção dispensada ao conteúdo veiculado. Diferente do que ocorre com o rádio, cujas formas de escuta variam em intensidade no decorrer da transmissão, o podcasting demanda atenção concentrada,

não raro persuadindo o ouvinte a teclar o botão de retrocesso para completar o sentido de uma informação marginalmente compreendida – ação facilitada pela natureza assíncrona do formato. Para Ferraz e Gambaro (2020, p. 266), a audição concentrada que se dedica ao podcasting permite testar formas sonoras mais sofisticadas, “ou mesmo renovar a íntima relação que se estabelece entre ouvinte e comunicador/jornalista”. Para além do papel essencial que desempenha na construção da memória e dos sentidos da coletividade, aspectos psicológicos e existenciais, Piccinin (2012, p. 71) ressalta a dimensão estética do ato de narrar: “Sobretudo, deve sobressair na narrativa sua condição de oferecer alguma experiência prazerosa gerada pela capacidade de quem narra e pela atenção de quem escuta uma história”. A julgar pela maneira como o jornalismo vem se estruturando em torno da produção de reportagens seriadas baseadas em *storytelling*, é possível supor que a satisfação do ouvinte tem sido garantida.

Considerações finais

Em seu livro “Performance, recepção, leitura”, Zumthor (2012) discorre sobre o que classificou como um retorno forçado da voz. Algo como uma revanche do áudio, propiciada pelos meios eletrônicos: “Faço alusão a uma

espécie de ressurgência das energias vocais da humanidade, energias que foram reprimidas durante séculos no discurso social das sociedades ocidentais pelo uso hegemônico da escrita” (Zumthor, 2012, p. 15). Ainda que essa concepção dê a entender que o autor coaduna com a noção de que existe uma linha evolutiva a ordenar as manifestações da comunicação humana, quando sabemos que isso não ocorre, o fato é que o áudio parece viver um período de estrelato. A ponto de especialistas depositarem nessa mídia o futuro do jornalismo¹²³.

Muito desse entusiasmo se deve ao podcasting. E muito do sucesso do podcasting se atribui à forma como ele se apropria de estruturas narrativas nascidas na tradição oral e aprimoradas a partir de práticas radiofônicas e radiojornalísticas. Esses elementos traduzem a relação que se estabelece entre ouvinte e podcaster, a qual precisa ser renovada a cada novo episódio, sob pena de o contrato não formulado entre as partes se romper. Uma relação orientada pela proximidade que o narrador estabelece com seu público, num diálogo direto, íntimo e pessoal.

Importante destacar que essas são impressões preliminares, tomadas a partir de um esforço introdutório

123 Cf. <https://jornal.usp.br/atualidades/futuro-do-jornalismo-esta-no-audio-e-no-video/#:~:text=O%20The%20New%20York%20Times,estilo%20de%20vida%20e%20cr%C3%B4nicas>. Acesso em: 9 nov. 2023

para o entendimento das dinâmicas que mobilizam a gramática aplicada ao podcast narrativo. Resultados mais consistentes demandam estudo aprofundado. Contudo, espera-se poder contribuir para o entendimento de um fenômeno midiático recente, ainda que inserido em um contexto histórico mais abrangente.

Referências bibliográficas

Araújo, V. M. S. V. B. Jornalismo de si: subjetividade e partilha de experiências na cultura contemporânea. **Logos**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 31-45, 2017. DOI: 10.12957/logos.2017.19604. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/logos/article/view/19604>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Balsebre, A. “O rádio está morto... Viva o som!” ou como o rádio pode se transformar em uma nova mídia. **Significação: Revista de Cultura Audiovisual**, [S. l.], v. 40, n. 39, p. 14-23, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/59946>. Acesso em: 8 set. 2023.

Barsotti, A.; Santa Cruz, L. Jornalismo literário em podcasts: Uma análise dos roteiros do Vozes, da CBN. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 137-159, jan./abr. 2020.

Benjamin, W. O narrador: observações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: Benjamin, W.; Adorno, T.; Horkheimer, M.; Habermas, J. **Textos escolhidos**. Tradução: Modesto Carone *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1975.

Bonini, T. A “segunda era” do podcasting: reenquadrando o podcasting como um novo meio digital massivo. Tradução: Marcelo Kischinhevsky. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana-MG, v. 11, n. 01, p. 13-32, jan./abr. 2020.

Bufarah Júnior, A. **Proposta de classificação de podcasts jornalísticos na internet brasileira**. 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2020.

Ferraretto, L. A. **Rádio: teoria e prática**. São Paulo: Summus, 2014.

Ferraz, N.; Gambaro, D. Rádio e Podcast Jornalísticos Brasileiros: aproximações e afastamentos entre a mídia tradicional e o novo formato de produção e consumo de áudio. In: RADDATZ, V. L. S. *et al.* **Rádio no Brasil: 100 anos de história em (Re)construção**. Ijuí: Unijui, 2020, p. 263, E-book. Disponível em: <https://www.editoraunijui.com.br/produto/2257>. Acesso em: 1 out. 2023.

Inside Audio 2023. **Kantar Ibope Media**, 2023. Disponível em: https://kantaribopemedia.com/wp-content/uploads/2023/09/InsideAudio_2023_KantarIBOPEMedia_.pdf. Acesso em: 8 nov. 2023.

Kischinhevsky, M. **Rádio e mídias sociais: mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação**. Rio de Janeiro: Editora Mauad X, 1ª ed., 2016.

Kischinhevsky, M. Rádio em episódios, via internet: aproximações entre o podcasting e o conceito de jornalismo narrativo. **Revista de la Asociación Española de Investigación de la Comunicación**, v. 5, n. 10, p. 73-80, 1 nov. 2018.

Kischinhevsky, M.; Fraga, K.; Couto, L. **O “eu” no podcasting jornalístico**: considerações sobre a narrativa sonora em primeira pessoa em Praia dos Ossos. In: Anais do 32º Encontro Anual da Compós, São Paulo-SP. 3 a 7 jul. 2023.

Lindgren, M. Jornalismo narrativo pessoal e podcasting. Tradução: Gustavo Ferreira. **Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora**, Mariana, v. 11, n. 01, p. 112-136, jan./abr. 2020.

Moreira, S. V. Análise documental como método e como técnica. In: Duarte, J.; Barros, A. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

Murray, J. H. **Hamlet no Holodeck**: o futuro da narrativa no ciberespaço. Tradução: Elissa Khoury Daher, Marcelo Fernandez Cuzziol. São Paulo: Itaú Cultural: Editora Unesp, 2003.

Piccinin, F. O (complexo) exercício de narrar e os formatos múltiplos: para pensar a narrativa no contemporâneo. In: PICCININ, F.; SOSTER, D. A. (Org.). **Narrativas comunicacionais complexificadas**. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

Pinheiro et al. **O Podcast Serial como elemento de composição de narrativas**. In: Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Natal-RN, 2 a 4 jul. 2015. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-1508-1.pdf>. Acesso em: 9 nov. 2023.

Praia dos Ossos: 1 – **O crime na Praia dos Ossos**. [Locução]: Branca Vianna. [S. l.]: Rádio Novelo, 12 set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/praiadosossos/o-crime-da-praia-dos-ossos/>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Praia dos Ossos: 2 – **O julgamento**. [Locução]: Branca Vianna. [S. l.]: Rádio Novelo, 19 set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/praiadosossos/o-julgamento/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Praia dos Ossos: 3 – **Ângela**. [Locução]: Branca Vianna. [S. l.]: Rádio Novelo, 26 set. 2020. Podcast. Disponível em: <https://radionovelo.com.br/originais/praiadosossos/angela/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

Rellstab, C. C. **Audiodocumentário na era dos podcasts**: um estudo de caso sobre “Praia dos Ossos” e “Retrato Narrado”. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3OmplST>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Ricoeur, P. **Tempo e narrativa** (tomo 1). Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papyrus, 1994.

Sarlo, B. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução: Rosa Freire d’Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

Van Zoonen, L. I-Pistemology: Changing truth claims in popular and political culture. **European Journal of Communication**, n. 27, v. 1, p. 56-67, 2012.

Viana, L. **O jornalismo em primeira pessoa em podcasts narrativos**: encontros e tensões deontológicos. 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3Qr3gFq>. Acesso em: 11 nov. 2022.

Viana, L. **Jornalismo narrativo em podcast**: imersividade, dramaturgia e narrativa autoral. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2023.

Zumthor, P. **Performance, recepção, leitura**. 2 ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2012.

Capítulo 17

As Coberturas Especiais da Rádio Ponto UFSC e sua contribuição para o Rádio Universitário Contemporâneo^{124 125}

*Luis David PADILHA*¹²⁶ (UFSC)

Este trabalho concentra os esforços iniciais da elaboração da tese de doutorado em andamento pelo autor. Neste sentido, possui caráter exploratório e qualitativo, aliando como eixo principal a experiência das coberturas especiais realizadas pela webrádio universitária Rádio Ponto UFSC. O artigo utiliza análise documental como método e técnica, etnografia e estudo de caso. Entende-se que o presente trabalho também recorre a revisão bibliográfica pois parte de áreas de conhecimento que são complementares e que dialogam com o Jornalismo através de uma proposta histórica. Salientamos que esta proposta trata do início da elaboração de uma tese e, portanto, traz análises parciais de um estudo mais amplo e aprofundado. A fim de delimitar a proposta, o artigo compreende a contribuição da Rádio Ponto

124 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo - Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

125 Este trabalho é um ensaio inicial da pesquisa de Doutorado do presente autor, sob orientação da professora Dra. Valci Zuculoto.

126 Doutorando. Aluno do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da UFSC. Integrante do Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio (GIRAFÁ) certificado pelo CNPQ. Email: luisdavidpadilha@gmail.com

UFSC na construção do rádio universitário contemporâneo, mais especificamente o webrádio e rádio público utilizando as coberturas especiais da SEPEX e Eleições Gerais como *corpus*.

Portanto, ao desenvolver esta pesquisa foram observadas algumas implicâncias referentes ao termo 'Rádio Público', pois este é um conceito amplo e se faz necessário apontar por quais caminhos o presente autor almeja seguir. Esta abordagem é feita através de Zuculoto (2012), onde a autora diz que a ideia de Rádio Público pode estar ligada ao plano federal, estadual ou municipal que se inserem neste grande campo público de rádios não comerciais e pode abrigar, também, emissoras comunitárias.

Soma-se que: “[...] também, as demais não comerciais (estatais educativas, culturais e universitárias), principalmente a partir dos anos 1990, passaram a se declarar públicas. Proclamam-se nesta condição pela gestão e principalmente pelas suas programações (Enciclopédia Intercom, 2010, p.1020)”. Portanto delimitamos o nosso objeto, afastando o conceito geral de rádio para, por fim, focar no que entendemos como Rádio Público onde, a considerar que a Rádio Ponto UFSC é uma webrádio universitária, ela se enquadra.

Mas e o que é a Rádio Ponto UFSC? Para solucionarmos esta questão remontamos a origem da webemissora

propriamente dita, que data do ano de 1999, a partir do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) das alunas Fabiana de Liz e Sabrina D'Aquino (Zuculoto *et al.*, 2019), sob orientação do professor Eduardo Meditsch¹²⁷ e, com isto, tornou-se uma das pioneiras no segmento das webrádios universitárias brasileiras (Zuculoto *et al.*, 2017).

Aliando Ensino, Pesquisa e Extensão, a webemissora funciona tanto como espaço de práticas e técnicas, possibilitando os alunos a desenvolverem as características fundamentais para o exercício da profissão jornalística em áudio, amplia este escopo abrangendo a teoria e estudos sobre a mídia sonora, em especial através do grupo de pesquisa GIRAF¹²⁸ que compreende a respectiva parte de pesquisa acadêmica e a Extensão que, aliado a ambos critérios acima, oferece elo entre atividades extracurriculares e oficinas. Neste cenário, portanto, toma força as atividades estudadas neste artigo, compelindo às coberturas especiais um exemplo desta tríade aplicada pela Rádio Ponto UFSC.

Uma destas atividades é a cobertura da Semana de Ensino e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina. Segundo o site do evento, a SEPEX é “um dos maiores eventos

127 <http://lattes.cnpq.br/9884506958589514> (Acesso em 01/08/2023)

128 O GIRAF^A é o Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio certificado pelo CNPQ. Consta com alunos de graduação, pós-graduação, Mestres e Doutores de todo Brasil. É liderado pelos Professores Doutores Valci Zuculoto e Eduardo Meditsch. Diretório: <https://dqp.cnpq.br/dqp/espelhogrupo/14333>

de divulgação científica de Santa Catarina”. A partir do ano de 2000 é apresentado trabalhos que são desenvolvidos na própria universidade, com amostra pública e montada no campus da Trintade, em Florianópolis.

Este é um dos eventos que mobiliza a Rádio Ponto UFSC não somente pelo fato de ser um projeto da universidade, mas porque abre portas para os alunos calouros aprenderem na prática técnicas de entrevista (como se comportar com o microfone, as brechas para introduzir novas perguntas, improviso entre outros), de desenvolvimento de pautas, manutenção da transmissão ao vivo, da capacidade dos estudantes de pós-graduação em orientar os veteranos e, com isto, vê-los se organizar durante o evento entre outras demandas.

Outro evento que ocorre, este em nível nacional e regional, é o das Eleições Gerais. Nesta cobertura a operacionalidade do laboratório têm dinâmica distinta. É um dos principais eventos para a Rádio Ponto UFSC, pois envolve uma gama de profissionais de outros estados, entrevistas com professores de instituições de ensino superior de todo o Brasil e, também, a análise em tempo real do *'feeling'* que a eleição contém. Foi neste ambiente que projetos inovadores tomaram forma, um deles é o #JORCONVERGENTE que, através do *Progressive Web Apps*, agrega conteúdo convergente entre diversos departamentos do curso de Jornalismo da

Universidade Federal de Santa Catarina. Desenvolvida na UFSC, a atividade experimental conta com a participação do telejornal (TJUFSC), o jornal laboratório (ZERO) e Rádio (Rádio Ponto UFSC), além de grupos de pesquisa como o GIPTele (Grupo Interinstitucional de Pesquisa em Telejornalismo) e, principalmente o GIRAFÁ.

Portanto:

Articula-se com o ensino da graduação, da pós-graduação (PPGJor/UFSC) e grupos de pesquisa, sobretudo o Grupo de Investigação em Rádio, Fonografia e Áudio – Girafa/CNPq. Referência no país como uma das pioneiras da radiofonia universitária na web, integra a Rede de Rádios Universitárias do Brasil - RUBRA. Desenvolve parcerias com outros projetos, rádios, webemissoras e instituições. Em 2021, em uma destas parcerias, com a UFF- Universidade Federal Fluminense, venceu o II Prêmio Rubra de 3 Rádio Universitário - Categoria Radiodrama, pela veiculação de “Passageiro do Trem Bala”. Com suas produções constantemente premiadas, em 2022, foi novamente vitoriosa, recebendo o III Prêmio Rubra de Rádio Universitário - Categoria Reportagem, com o podcast intitulado “Desinfodemia: efeitos da desinformação no contexto da pandemia de Covid-19 no Brasil”, produzido pelo então formando Eduardo Patrício Melo (Zuculoto; *et al*, 2023, p. 2-3).

Nesta cobertura, os alunos exercem sua função cidadã e devidamente participam do pleito eleitoral. Após, o laboratório da Rádio Ponto UFSC é especialmente aberto para que a cobertura seja feita nas instalações da UFSC. Os alunos são pautados por estudantes de Mestrado e Doutorado, estes supervisionados pela Professora Dra. Valci Zuculoto. Inúmeras atividades são feitas. Enquanto grupos se deslocam para os locais de votação e relatam as atividades e realizam entrevistas, outro grupo opera nas instalações da webemissora como uma redação radiofônica.

A Rádio Ponto UFSC conta com um ambiente principal, com diversos computadores e é ali que professores e os alunos de pós-graduação se organizam nas atividades que não compelem às idas de campo, tal como edição de áudio, orientação aos alunos de graduação, confirmação de entrevistas e disposição das pautas. Em outro espaço do laboratório, dispendo de computadores e *softwares*, é feita as dezenas de entrevistas com professores e *experts* de outros estados ou com aqueles que não possuem disponibilidade em ir até a Universidade.

No cerne destes ambientes está o espaço de transmissão. Disposto com microfones, um computador, fones de ouvido e com contato direto com o servidor na mesa de som, voluntários, professores do curso de Jornalismo (tanto de pós-graduação e graduação) e estudantes do PPGJOR

acompanham em tempo real a votação, apurando as parciais e fornecendo espaço para a entrada das entrevistas e pautas que permeiam a Eleição.

Método

A metodologia contempla estudo de caso e estudo etnográfico, pois há a imersão do aluno nas atividades curriculares, extensionistas e de pesquisa, atuando constantemente na publicização da webemissora através de trabalhos voluntários nas coberturas, supervisão de atividades e manutenção da própria rádio. Estuda-se a história contemporânea pois evidencia o papel da mídia universitária através da Rádio Ponto UFSC como ferramenta de comunicação jornalística de eventos locais e nacionais, que marcam momentos de relevância regional e nacional na cultura e história de Florianópolis e Brasil. Utiliza-se, também, a observação participante pois há, no decorrer destas atividades, um conjunto de ações supervisionadas que proporcionam a manutenção da programação da rádio durante estes períodos delimitados. Deste modo, um dos mapeamentos do trabalho conta com o relato e percepção do pesquisador sobre as realizações e sistematizações, em especial no enfoque das coberturas extraordinárias (SEPEX e Eleições).

Resultados e discussões

Falar de seu objeto de estudo é também falar de paixão. O rádio, o ambiente acadêmico e as implicações que derivam da soma destes dois dão energia para pesquisar e produzir. Estudar história encanta, pois reflete sobre uma tecitura da realidade que estará preservada em documento, neste caso escrito e, quando falamos em ondas sonoras, evidentemente preservada em áudio através das plataformas digitais ou mídias físicas.

Mas estudar o que ama implica em um esforço de imparcialidade, de afastamento diante do objeto e de uma tentativa de documentar trajetórias que podem ser penosas e exaustivas. Portanto, escrever sobre a Rádio Ponto UFSC é um exercício contínuo e compreender seu passado embarca no que Marialva Barbosa (2020) aponta como questão fundamental no estudo da comunicação na história, pois há uma excessiva preocupação com o chamado ultratemporâneo, processos que estão inacabados ou que apenas tiveram início, o que torna a produção da pesquisa um dever eterno. No caso da webrádio universitária em questão, sua criação começa muito antes de sua fundação, perpassando pelos anos de 1990 através do projeto Universidade Aberta, mas não somente nele.

Tendo como principal objetivo, era um projeto que visava levar informação jornalística sobre a Universidade

Federal de Santa Catarina e o ensino superior no país à comunidade universitária e geral, além de prestar contas para a sociedade sobre os conhecimentos produzidos dentro da mesma (Frighetto; Meditsch e Zuculoto, 2005). Porém, como nenhum fenômeno contemporâneo surge alheio a um processo de desenvolvimento fincado no passado, Meditsch e Frighetto (2015, p.191) apontam que:

Uma das inspirações mais importantes foi a experiência da Universidade da Flórida, nos Estados Unidos. Em um encontro internacional de jornalismo, realizado pela IBM, professores da UFSC conheceram a iniciativa daquele curso, que funcionava em torno de um jornal comunitário, de uma emissora de TV educativa e de três rádios, sendo uma delas comercial. Os órgãos de comunicação eram ligados à faculdade e geridos por ela. E a produção do jornalismo era feita pelos alunos.

É neste cenário que os primeiros passos tomam forma¹²⁹ e acabam por evoluir de um conjunto de matérias laboratoriais para um amplo e homogêneo projeto jornalístico.

129 Importante pontuar que a Universidade Federal de Santa Catarina passou por reformulações em sua grade curricular e pedagógica. Tendo como articuladores o momento histórico do fim da ditadura militar, aliado a intelectuais como Adelmo Genro Filho e Nilson Lage e sob influência da teoria sobre a práxis de Paulo Freire. Esta articulação reposiciona o curso de jornalismo, aderindo nele disciplinas práticas já nos semestres iniciais do curso.

Todas as atividades do projeto estão concentradas em três laboratórios: telejornalismo, radiojornalismo e oficina de produção gráfica. No laboratório de TV são produzidos os materiais em vídeo, sendo que os alunos realizam as atividades próprias deste veículo, inclusive a captação das imagens. No laboratório de áudio estão concentradas as atividades de rádio e Internet, sendo que no período da tarde esse laboratório é exclusivo do projeto. Na oficina de produção gráfica são produzidos os materiais institucionais como cartazes e folders. Cabe salientar que os laboratórios são de uso exclusivo do Curso de Jornalismo e daí, portanto, essa disponibilidade (Baldessar, 2002, p.5).

Indiscutível, portanto, não ponderarmos sobre o Universidade Aberta como um marco no jornalismo universitário, e aqui com especial enfoque no radiojornalismo, pois foi neste período que as demarcações do que viria a ser a Rádio Ponto foram dadas.

Observe, se a construção da história dos meios de comunicação é o que conseguimos definir como cenário midiático existente em dado local e momento (Barbosa, 2018) é, também, “se reportar ao que se produziu, de que forma, como se produziu, para quem e que consequências trouxe essa produção para a sociedade” (Barbosa, 2005, p.102).

Ao passo que a Universidade Aberta se instituiu e posteriormente acabou, foi através desta experiência que a Rádio Ponto UFSC toma corpo, em especial pela elaboração

do trabalho de conclusão de curso de duas alunas do curso de Jornalismo na universidade, Fabiana de Liz e Sabrina D'Aquino, orientadas pelo professor Eduardo Meditsch no ano de 1999 (Zuculoto; Betti; Clasen e Aguiar, 2019).

Atualmente, a Rádio Ponto UFSC trabalha com diversas frentes, especialmente sob a tríade de Ensino, Pesquisa e Extensão universitárias. Nas coberturas especiais como a SEPEX (Semana de Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação da UFSC) e as Eleições Gerais, mobiliza um contingente de alunos de graduação e pós-graduação com elaborada organização para que os eventos demonstrem a realidade de uma redação de rádio Ao Vivo.

Estas propostas vão além da grade curricular do curso, nas coberturas eleitorais há a contribuição de outras instituições de ensino do país e professores de outras disciplinas/projetos. Durante este período os alunos também se organizam com as pautas distribuídas no laboratório e outros buscam informações *in loco* nos centros eleitorais da cidade e região. Os estudantes de pós-graduação reorganizam os materiais nas redes sociais e auxiliam no contato com entrevistados de outros estados¹³⁰, o que abrange a cobertura para âmbito nacional.

130 Os convidados podem variar desde professores do ensino superior a especialistas. Notoriamente estas entrevistas são orientadas pelos coordenadores da Rádio Ponto UFSC, que revisam o material e organizam as produções hierarquicamente. Estas entrevistas, por vezes, são postas ao vivo através da transmissão oficial da webemissora, e mobiliza dezenas de pessoas a incluir os técnicos/servidores.

Deste modo, o funcionamento da Rádio Ponto UFSC colabora com o retrato da história atual, buscando vozes e se organizando através de intenso trabalho que, por fim, produz em áudio um documento destes fenômenos contemporâneos locais e nacionais. Espelha-se, portanto, no que observamos sobre a questão industrial e rotineira da atividade, pois exerce função de agrupar as pessoas, informar enquanto público e guiar a sociedade. Assim sendo, o pluralismo na oferta é, portanto, um pré-requisito para o exercício correto da profissão através da ética, institucionalidade e política (Rüdiger, 2020).

Ao falarmos das coberturas especiais, é relevante apontar que o presente aluno foi voluntário nas Eleições Gerais de 2022 e participou de diversas coberturas da SEPEX. Estar imerso no laboratório e participar da elaboração das atividades, receber instruções e participar das atividades extensionistas, de pesquisa e ensino expandem o aprendizado do presente pesquisador. Para além deste artigo, tais funções auxiliam na percepção de como que as dinâmicas laboratoriais oferecem relatos da história contemporânea e novos locais de pesquisa.

Nas diversas atividades necessárias para a realização das coberturas, é possível apontar como que as mudanças sociais, tecnológicas e de interesse público se modificam. Pois na SEPEX são abordados temas relativos aos estandes

do evento, que são pesquisas desenvolvidas na universidade em outros departamentos. Anualmente temos amostragem das reconfigurações que tais pesquisas, para além do escopo radiojornalístico aqui presente, sofrem.

Orientar os alunos nos desafios diários que compõem o evento é, também, fazer parte de um registro da realidade e suas mudanças. Todas as coberturas estão disponíveis na WEB, podendo ser acessado através dos links na página oficial da webemissora no Youtube¹³¹ e é a partir destas memórias que se pode compreender um dos papéis da Rádio Ponto UFSC, para além do exercício do Rádio Jornalismo Universitário, mas também do Rádio Público e memória.

Nas Eleições Gerais, este esforço é diluído ‘em mais mãos’. Por um lado, abre oportunidades para termos um contingente amplo de alunos e voluntários, por outro é um desafio colocar em ordem as necessidades de cada eixo. Enquanto no laboratório principal todos se organizam em conjunto tirando dúvidas, apontando necessidades, ocupando-se com entrevistas e solicitando pautas, no estúdio há um fluxo constante de dados sendo apresentados por professores e voluntários.

A labuta para introduzir as entrevistas, a realização destas por vezes ao vivo, vinhetas e reportagens dos alunos pelos ambientes de votação faz parte de dinâmicas com

131 <https://www.youtube.com/@radiopontoufsc2595/streams> (Acesso em: 20/01/2024)

muitos eixos onde a linguagem sonora é o carro chefe. Com quase doze horas de duração, o registro do primeiro turno das eleições de 2022 apresenta uma breve compreensão do resultado de tais atividades¹³². Evidente que há uma dezena de colaboradores por trás deste estúdio, mas é um exemplo da realidade da Rádio Ponto UFSC, laboratório de rádio universitário público que preserva em sua memória eventos relevantes da história contemporânea no Brasil.

Considerações finais

A recente história da Rádio Ponto UFSC é mais que um retrato do que as universidades podem fazer com seus laboratórios e projetos de extensão. Ela proporciona o exercício da atividade profissional, retrata fenômenos que vão além dos quatro cantos de uma sala de aula e possibilita aos alunos a reflexão de como sua atividade pode ser executada. A construção de uma rádio universitária pública necessita de critérios que partem da colaboração entre ensino e pesquisa, aliando teoria e prática. E na história recente, desde o ano de 1991 com a criação do Universidade Aberta até 1999 com o início da Rádio Ponto UFSC, há o vínculo entre professores e alunos que estudam na história as reconfigurações do jornalismo, do rádio e do rádio universitário incluindo

132 <https://www.youtube.com/watch?v=I0I4HO3rCIY> (Acesso em: 20/01/2024)

neste processo a história contemporânea. O projeto não é apenas um conglomerado de alunos bolsistas e voluntários que visam somar suas horas curriculares, mas sim uma intrínseca relação de sala de aula e práxis, desenvolvendo a capacidade de todos no fazer jornalismo e, com isto, marcando na história recente da região e Brasil a Rádio Ponto UFSC como um dos veículos deste fenômeno da contemporaneidade. A webemissora contribui para o rádio universitário apresentando métodos e exercício técnico que se desdobram também na produção científica, registrado publicamente nas suas redes sociais e agregadores de áudio como o Spotify e Youtube. É na SEPEX e nas Eleições Gerais que podemos apontar para duas condições que estão presentes neste início de pesquisa, o primeiro de que não há ciência que se faça sem um conjunto histórico de saberes, e deste modo é imprescindível compreendermos o passado e origem deste projeto para, por fim, entender como é posto hoje. O segundo aspecto, é o de que o retrato da realidade atual deixa de ser perene, pois seus registros se mantêm nas redes e, inclusive, nos acervos da própria Rádio Ponto UFSC. Isto dá luz para compreendermos outro aspecto, aqui em livre associação, de que é, também, um registro das técnicas e práticas utilizadas ao longo do tempo, das vicissitudes das novas tecnologias e linguagens do século XXI ainda em desenvolvimento e da história de uma pioneira webemissora universitária brasileira.

Referências bibliográficas

Baldessar, M. Projeto de Extensão Universidade Aberta: 11 anos de experimentação. In: **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação – XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Salvador, 1 a 5 de set. 2002.

Barbosa, M.. **Comunicação e Método**: cenários e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

Barbosa, M.. Jornalismo Impresso e a construção de uma memória para a sua história. In: **Comunicação, Acontecimento e Memória**. BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S.. (Orgs.) São Paulo: Intercom, p. 102-111, 2005.

Barbosa, M.. Uma história da imprensa (e do jornalismo): Por entre os caminhos da pesquisa. In: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**. São Paulo, v.41, n.2, p.21-36, mai/ago. 2018.

Frighetto, M.; Meditsch, E.; Zuculoto, V.. Universidade Aberta: cada vez mais a UFSC e o ensino superior são notícia. In: **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**. Número 3, 2005.

Meditsch, M.; Frighetto, M.. O Projeto Universidade Aberta da UFSC: uma experiência pioneira de práxis multimídia no ensino de jornalismo. In: **Revista Brasileira de Ensino em Jornalismo**. Brasília, v.5, n.17, p.187-201, jul./dez. 2015.

Rüdiger, F.. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo**: Alemanha, União Soviética, Itália e Japão. 2ª Edição-Revisada e Ampliada. Florianópolis: Editora Insular. 2020.

Zuculoto, V.; Betti, J.; Clasen, B.; Aguiar, G.; A Rádio Ponto UFSC na cobertura das eleições municipais: uma experiência de extensão articulada com ensino e pesquisa. In: **Revista Observatório**. Palmas, v.5, n.4, p. 39-62, jul./set. 2019.

Temporalities of the dam collapse in Brumadinho in the German economic news media *Handelsblatt*¹³³

Wagner Rodrigo Arratia CONCHA¹³⁴ (UFSC)

On 25th January 2019, the mining company Vale’s B1 dam collapsed in Brumadinho, around 60 kilometres far from Belo Horizonte, the capital of the state of Minas Gerais, in Brazil. With 272 deaths (two victims were pregnant), the case is the country’s biggest labour accident, in terms of number of fatal victims (Souza; Souza, 2020), and a socio-environmental disaster that affected 26 municipalities along the Paraopeba basin, as the mud travelled down through the river. A year later the Public Prosecution Office of the State of Minas Gerais (MPMG, in Portuguese) released an investigative report revealing a “criminal relationship between Vale and TÜV Süd”, the German auditor that had certified the safety of the dam months before it burst, based on “pressure, collusion, rewards, and conflict of interest” (MPMG, 2020, p. 340).

133 Paper presented at GT 3 – Relations with contemporary history (Relações com a história contemporânea), as part of the National Meeting Media and Dimensions of the Time 2023 (Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo 2023). I would like to thank comments received on a previous version of this manuscript as well as on my presentation.

134 Doctorate student in Journalism at the Federal University of Santa Catarina (UFSC), CAPES-DS scholarship student, member of Transverso research group. E-mail: wagnerconcha@gmail.com.

After five years and three victims yet to be located (Vale, n.d.), the full impact of the dam failure “is still uncertain” (Vale, 2023, p. 1, our translation) and there are a public civil action in Brazil and transnational litigations in Germany, against TÜV Süd, and in the US, against Vale (Zaneti; Leite, 2023). Vale is also involved in another dam collapse. In 2015, Samarco’s tailings dam breached in Mariana, also in Minas Gerais, killed 19 people and the mud sludge down through the Doce river up to the Atlantic ocean. Samarco miner is a joint venture between Vale and BHP Group.

In a literature review in the field of communication¹³⁵ in Brazil, we found researches that focused on journalistic content, such as multimedia specials produced after the collapses in Mariana and in Brumadinho (e.g.: Barbosa; Carvalho, 2020) or magazine covers (Pedrini et al. , 2023). Other works examined television news coverage, such as *Jornal Hoje* (Andrade, 2021) and MG1 newscasts (Concha, 2022). Scholars also investigated other types of media, such as activity reports (Carnielli, 2021) or Firefighters’ social networks (Mattos, 2021), and studies published in international journals analysed online coverage (Cardoso, 2020) or the perception of communities affected by the two dam breaches (Teixeira; Sebastião, 2023). Thus, most of the

135 The list of revised works in Portuguese is available at <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1q1A9RCTP2Tz4C9qdPIM3iuIrOyeeAoSI/edit?usp=sharing&oid=100041825851012669070&rtpof=true&sd=true>.

work focused on the first months after the dam breach in Brumadinho, some of them investigated both cases, as they occurred in the same state and involved a common company, Vale. To the best of our knowledge, there are no studies in communication dedicated to the German news coverage of the Brumadinho case. Therefore, the objective of this article is to investigate micro-events and temporalities revealed by the dam collapse in Brumadinho reported in a German news outlet, considering that a corporation from that country is involved in the case.

Public event and temporalities

We approach the dam collapse as a public event¹³⁶, understood from the pragmatist perspective proposed by Louis Quéré (2005), who places it in the field of experience and action of subjects in the world. The author highlights “the event is a phenomenon of an hermeneutical order: on the one hand, it claims for comprehension, and not only explanation, by causes; on the other hand, it makes things understandable – it therefore has a revelation power” (Quéré, 2005, p. 60, our translation). In addition to this potential for clarification, another striking characteristic of an event is its power to

136 The concept used by Quéré in French is ‘événement’. In Portuguese, many authors translate it as ‘acontecimento’. In English it is mostly translated as ‘event’, but there is also ‘happening’. We adopt ‘event’ in this paper.

affect individual and/or collective experience: it “happens to someone”, it affects someone and raises reactions and responses to the problematic situation (Quéré, 2005, p. 61, our translation). In this paper, we focus on the inaugural nature of the event, i.e., “when it occurs, it is not only the beginning of a process, but also the end of an era and the beginning of another [era]” (Quéré, 2005, p. 60, our translation). The event highlights temporality movements (França; Lopes, 2017, p. 76), it “creates a past because it arises the question of knowing what provoked it and conditioned it and it creates a future because there is interest in its potentialities and its consequences, that is, in its meaning, and because it is intended (...) to control its reappearance” (Quéré, 2012, p. 27, our translation). The event, thus, constitutes the pivot of the internal temporalisation of conduct and has micro-events that form a temporal structure. These micro-events and the modifications that occur in them are integrated into and by the overall situation that determines the seriality of the activity (Quéré, 2005). This activity of everyday life, which results from an overall situation oriented towards an outcome, brings into play objects that continually change. Therefore, according to Quéré (2005), at each phase of the activity, attention and research focus on unique things that allow evaluating the evolution of the situation regarding the problem to be solved and what choices can be made to

obtain certain consequences and achieve the desired end. Moreover, the event “lasts as long as it takes to update its potential for creating intrigues, revealing possibilities or modifying situations, as well as ‘affecting’ (...) those to whom it happens” (Quéré, 2011, p. 24, our translation).

Vera França (2020) points out communication is considered in the pragmatist conception as a practice in the world, i.e., an action with meaning, undertaken by human agents and which unfolds into consequences. According to this understanding, “every action, when it happens, takes place in the present, but it is always a present that dialogues with other times. Acting in the present, we take past experiences and future consequences as a reference” (França, 2020, p. 59). Communication is also important for the individualisation and symbolisation of the event (Quéré, 2005; 2011; 2012). The individualisation operation separates the event, circumscribes it, structures it and gives it an internal unity and coherence, providing it with an identity and meaning (Quéré, 2011). When we individualise the event, it gains a second life (Quéré, 2012): the first life is of existential order, of affect in the collective daily life and in the sensitivity of the subjects, while the second life is of symbolic order, which makes an existential phenomenon into an object of knowledge, capable of identification and interpretation (Quéré, 2012). The news media plays an important role in individualising and symbolising events, describing and

narrating them. The narrativisation process organises the narrative of the occurrence, inscribes it in a timeline, articulating it with the past and future in the construction of the intrigue, and identifies and understands actions and agents that configure the event (Simões, 2014). Thus, we investigate how a German journalistic media narrates micro-events and temporalities related to the dam breach in Brumadinho, in which there is the direct participation of a German company.

TÜV Süd, business journalism and German media coverage about Brazil

Founded in 1866, TÜV Süd began as an association for inspecting and insuring steam boilers with headquarters in Mannheim, Germany (TÜV Süd, n.d.b). Nowadays the company is located in Munich. According to its website, “sustainability and safety continue to be the backbone of our mission and services. Our aim is to inspire trust in technology, enabling progress by managing technology-related risks and facilitating change” (TÜV Süd, n.d.a). The organisation is not listed in Frankfurt am Main’s DAX index and in 2022 had a revenue of € 2.86 billion. In Brazil, TÜV Süd is a limited society named TÜV Süd Bureau de Projetos e Consultoria Ltda.

We are interested in examining how an economic/business news outlet reports about the dam collapse in Brumadinho because we assume this type of media can play the watchdog role towards private organisations. However, it is known there is a demand for specialised media to do it more actively (Usher, 2013), especially after the financial crisis, and knowing there is little room for watchdog journalism as business news is currently practised and this kind of coverage is often reactive (Usher, 2017). The financial crisis became a turning point in the historical evolution of economic journalism “for professional and academic analysis of its role, its strengths and weaknesses, and its contribution to economic development and the shaping of a better-informed citizenry” (Arrese, 2024a, p. 92).

When covering Latin America, German news outlets privilege Brazil, Argentina, Mexico and Cuba (Cazzamatta, 2018), economy and finance (Cazzamatta, 2020), and adverse events (Cazzamatta, 2021). In the case of Brazil, the most reported country in the German press during a 15-year period, Cazzamatta (2018; 2021) found it had the highest power status (based on population, gross domestic product, number of scientific publications, defence expenditure) and economic proximity (crucial economic trade) to Germany and a coverage not extremely politicised. The country had the most balanced image and a considerable amount of

cultural coverage (Cazzamatta, 2020). In a study during a three-year period, Cazzamatta (2014, p. 551) found “the image of Brazil in the German press presents two opposing facets – one extremely negative in relation to the environment and the other exaggeratedly positive when it comes to economic growth and social programs”. Environmental topics were covered with great interest, such as the construction of Belo Monte hydroelectric dam, in the north, the financial credit to Angra 3 nuclear plant or ThyssenKrupp activities, both projects in the state of Rio de Janeiro. Yet, Cazzamatta’s research was conducted before the dam burst in Brumadinho, in 2019.

Methodology

Following Quéré (2005), we investigated the temporalities evidenced by micro-events related to the dam collapse in Brumadinho, based on the journalistic coverage of a German economic news outlet. We chose as our sample articles published on Handelsblatt¹³⁷ website (handelsblatt.com), which calls itself on its cover “Germany’s business and financial newspaper”. Based in Düsseldorf, the newspaper’s

137 Although we named Handelsblatt as an economic news media in the title of this article, we understand it is part of the economic, business and financial journalism, and the coverage of corporate problems is one of the contents of the business journalism subfield (Arrese, 2024b).

website had, from January to November 2023, an average of 25.6 million visits (PZ-Online, n.d.). We carried out a qualitative content analysis (Elo et al., 2014) split into three phases: preparation, organisation, and reporting of results. In the preparation phase we collected suitable data for content analysis, made sense of the data, and selected the unit of analysis. It was made a purposive sampling (Bryman, 2012) by manually collecting news about the dam breach on Handelsblatt's website from 25th January 2019 to 31st December 2023, using the keyword "Brumadinho", as part of a broader and ongoing research being conducted by the author. An initial search found 18 news articles. However, more recent searches resulted in only 11 articles. As the links and titles of the articles had been saved, those news items that were no longer available on the newspaper's website were searched in search engines. The content of the articles was found on Archive.org, Yahoo! Finanzen, WirtschaftsWoche (which belongs to the same media group as Handelsblatt) and on Reuters. Two articles were excluded: one was not recovered and the other is a Reuters video. The final sample is made of 16 articles, which are the units of analysis.

In the organisation phase we developed a categorisation matrix¹³⁸ on an Excel spreadsheet with the category "micro-

138 The categorisation matrix with the news articles is available at <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1M8BZIEslEpaiej-4PqVFN6aoUROnpVJkwqNi4Psal84/edit?usp=sharing>.

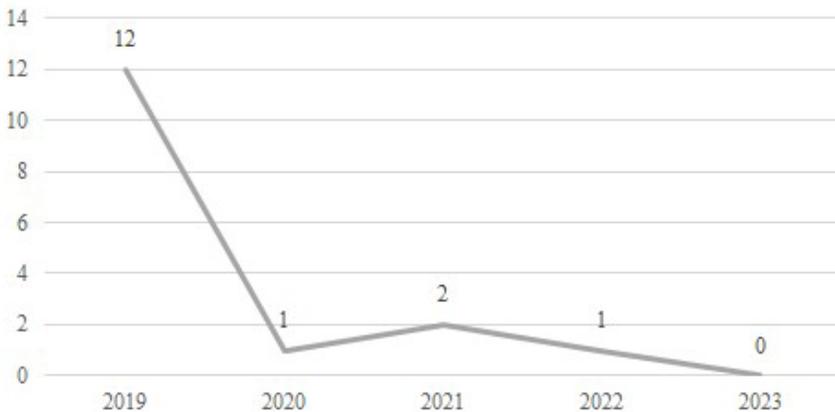
events and temporalities”, and all data were reviewed for content and coded for correspondence or exemplification. The author read all articles about Brumadinho to identify micro-events and temporalities emerged by the event. In the reporting phase, results were reported by the content of the category describing the phenomenon and are presented in the following section.

Findings

Overall, the results show a very low salience of the dam collapse in Brumadinho on Handelsblatt. Most of the news articles were published in the first year of coverage (Graph 1) and were from news agencies. On 28th January 2019 Handelsblatt reported that in 2001 ThyssenKrupp sold the mine complex (where the dam that collapsed is located) in Brumadinho to Vale, as it was a subsidiary named Ferteco; that a similar event took place in 2015, when a dam burst in Mariana, just 130 kilometre far from Brumadinho; that in 2017 Fabio Schvartsman assumed as Vale’s CEO to reorganise the company; that Schvartsman said the German certifier TÜV Süd had classified the dam as safe in September 2018; and that in December 2018 Julio Cesar Dutra Grillo, from federal environment agency Ibama, voted against the extension of the operating licence of the mine and warned for the high

risk of a dam burst. The news piece also informed R\$ 1 billion had been blocked by the Brazilian judiciary from Vale and the damages to the company could be far greater. On the same day but in another news article, it was said the dam collapse would also hit the insurance company Allianz, as its industrial customer division Allianz Global Corporate & Specialty (AGCS) led a consortium of reinsurers that covered the local liability insurers of Vale. The piece also said Allianz was a primary insurer of the dam breach in Mariana.

Graph 1. News articles about the dam breach in Brumadinho published on Handelsblatt



Source: author

On 29th January 2019 Handelsblatt informed two TÜV Süd's and three Vale's employees were arrested by the police

in Brazil. On 30th January 2019 it was reported Vale would pay R\$ 100,000 per victim to relatives. On 12th February 2019 the newspaper informed a Vale's internal report dated 3rd October 2018 stated the risk of a dam collapse in Brumadinho, and in August 2018 TÜV Süd had examined the structure and suggested a series of measures to stabilise it. The news piece also informed Vale's experts had suggested in November 2017 that all cases in which the risk of a dam breach was estimated to be at least one in 10,000 should be presented to the company's board – in Brumadinho it was then one in 5,000. On 14th March 2019 it was reported the court of Minas Gerais had reversed a decision from February and ordered the detention of 11 Vale's and two TÜV Süd's employees again. In addition, TÜV Süd's CEO Axel Stepken told the Frankfurter Allgemeine Zeitung newspaper the company would no longer inspect dams in Brazil. The German auditor had certified 30 dams for Vale but for eight structures there were doubts whether the calculation of the stability was correct.

On 11th April 2019, it was said MPMG wanted to sue Vale and some employees. Possible lawsuits against TÜV Süd's employees were also being prepared. The news article also mentioned 11 Vale's and two TÜV Süd's employees had been arrested but were later released. On 16th April 2019 the newspaper reported that, after the dam breach in Mariana, Union Investment had excluded Vale shares from

its sustainability funds. On 16th July 2019 it was said Vale announced compensation payments to victims' relatives totalling almost € 95 million. In the previous week a Brazilian court had ruled Vale would have to repair all damages caused and had blocked the company's assets summing up R\$ 11 billion for possible compensation payments. On 1st August 2019 Handelsblatt informed Vale reported a net loss of US\$ 133 million in the second quarter of the year. On 20th September 2019 the Federal Police accused Vale's and TÜV Süd's employees of using false documents. They had submitted documents to the authorities about the stability of the dam, even though they already knew about the safety problems.

In 2020, only one article was published, on 21st January, three days before the first anniversary of the dam breach: the newspaper informed MPMG filed murder charges against 11 Vale's (one of them Schwartsman, now former Vale's CEO) and five TÜV Süd's employees, and that both companies must answer in court for environmental crimes. In 2021, two articles were published: on 4th February Vale agreed on a settlement to pay R\$ 37.3 billion to the state of Minas Gerais, in which almost 30% will go to the city of Brumadinho; while on 28th September a trial started at Munich district court against TÜV Süd, as the city of Brumadinho and a family of a victim demanded compensations from the German auditor.

In 2022, only one news article was published: on 25th January the newspaper informed the trial against TÜV Süd at Munich district court I was reopened, as 1,170 plaintiffs joined the lawsuit, and the 28th Civil Chamber would inform on 1st February what would happen next in the case. Appendix 1 summarises the main micro-events and temporalities identified in the Handelsblatt coverage of the dam breach.

Conclusion

Handelsblatt's coverage of the dam collapse in Brumadinho has been quite limited, highlighting the erasure, over the years, of an event whose full impact "is still uncertain" (Vale, 2023, p. 1, our translation). Handelsblatt reported few micro-events involving other German companies, ThyssenKrupp and Allianz, but did not go into more details. Besides, the reporting does not mention other facts after the dam breach, such as the foundation of Avabrum, the association of the victims' relatives, the European Center for Constitution and Human Rights' and Misereor's complaints against TÜV Süd (ECCHR, 2019) or the reduction of a fine against the Brazilian branch of the German auditor (Cassela, 2023). The newspaper could explore some temporalities: it could assign its correspondent in Brazil to produce reports in Minas Gerais (in Brumadinho or along the Paraopeba

river basin), or its staff in Germany to investigate TÜV Süd's history in the mining sector, the progress of the lawsuit in Munich or to interview TÜV Süd representatives.

This research faced some limitations. The first one was the analysis of articles published only in the online version of Handelsblatt and performed only by the author, as it was not possible to find a second coder with knowledge of the German language. Future studies could compare this coverage with what was published in the printed version. The second limitation was the little knowledge of the author about the German media system and corporations. It is known the German media has been criticised after the Wirecard scandal (a € 1.9 billion accounting fraud) in 2020. Commenting the Wirecard case, Bernd Ziesemer (2020), a former editor of Handelsblatt said the “German corporate culture is still dominated by actors who favour corporations over their shareholders, and thus regard criticism as an affront”. Future research could examine the relationship between Handelsblatt and TÜV Süd or the involvement of German companies in issues in the global south. Christian Russau (2017), for instance, reported Volkswagen's collaboration with the Brazilian dictatorship and the scandal of ThyssenKrupp's CSA steel mill in Brazil, sold afterwards to Ternium. New studies could also compare the coverage of German news media with Deutsche Welle (DW) news service

in Brazilian Portuguese or with Brazilian news outlets. After five years, the event still “happens to someone” (Quéré, 2005, p. 61, our translation), to the affected people, to the indicted employees in Brazil and in Germany, thus the news media could hold the organisations accountable for the dam collapse and its consequences and demand celerity to the judiciary systems in both countries.

References

Andrade, M. C. de. Quando a sustentabilidade (ou seu discurso) se desfaz com uma crise: o caso Vale [When sustainability (or its discourse) falls apart with a crisis: the Vale case].

Cadernos de Comunicação, v. 25, n. 1, p. 1-18, 2021. <http://doi.org/10.5902/2316882X41126>.

Arrese, Á. The historical evolution of economic, business, and financial journalism. In: Weber, J.; Dunham, R. S. (orgs.). **The Routledge companion to business journalism**. New York: Routledge, 2024a, p. 83-95.

Arrese, Á. Vive la différence? Business journalism in its global uniformity and variety. In: Weber, J.; Dunham, R. S. (orgs.). **The Routledge companion to business journalism**. New York: Routledge, 2024b, p. 325-339.

Barbosa, K. G.; Carvalho, A. L. Testemunho, trauma e imagens de catástrofes socio-ambientais da mineração brasileira em *Vozes de Mariana* e *Vozes de Brumadinho* [Testimony, trauma and images of the Brazilian mining industry’s socio-environmental catastrophes in *Vozes de Mariana* and *Vozes de Brumadinho*]. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo

[National Meeting of Journalism Researchers], 18., 2020, on-line. **Proceedings** [...]. Brasília: SBPJor, 2020, p. 1-18. Available at: <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2605/1403>.

Barbosa, M. C. Tempos midiáticos: passado, presente e futuro em modos narrativos [Media times: past, present and future in narrative modes]. **Revista Brasileira de História da Mídia**, v. 8, n. 2, p. 25-38, 2019. <http://doi.org/10.26664/issn.2238-5126.8220199297>.

Bryman, A. **Social research methods**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

Cardoso, V. A. R. Os enquadramentos midiáticos de uma tragédia anunciada pela mineração [Media frames of a tragedy announced by the mining industry]. **Trayectorias Humanas Trascontinentales**, n. 7, p. 8-25, 2020. <http://doi.org/10.25965/trahs.2019>.

Carnielli, F. Z. **Comunicação pública e comunicação cínica na trama acontecimental das tragédias de Mariana e Brumadinho** [Public communication and cynical communication in the double event plot of Mariana and Brumadinho tragedies]. Doctoral dissertation. Federal University of Rio Grande do Sul, 2021. Available at: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/231841>.

Cassela, V. CGU multa empresa em R\$ 18 mil por laudos da barragem de Brumadinho; área técnica tinha proposto R\$ 22,7 milhões [Brazilian Office of the Comptroller General fines company in R\$ 18,000 for Brumadinho dam reports; technical area had proposed R\$ 22.7 million]. **G1**, 8 Dec. 2023. Available at: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/12/08/cgu-multa-empresa-em-r-18-mil-por-laudos-da-barragem-de-brumadinho-area-tecnica-tinha-proposto-r-227-milhoes.ghtml>.

Cazzamatta, R. A imagem do Brasil na imprensa alemã – um estudo empírico sobre os fatores de seleção da notícia e da estrutura do noticiário [The Brazilian image in the German press - an empirical study about factors of news selection and the structure of the news coverage]. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 11, n. 2, p. 540-554, 2014. <http://doi.org/10.5007/1984-6924.2014v11n2p540>.

Cazzamatta, R. The Brazilian image in the German press before the political-economic turmoil. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 43, n. 3, p. 115-131, 2020. <http://doi.org/10.1590/1809-5844202036>.

Cazzamatta, R. The determinants of Latin America's news coverage in the German press. **The Journal of International Communication**, v. 24, n. 2, p. 283-304, 2018. <http://doi.org/10.1080/13216597.2018.1492433>.

Cazzamatta, R. The role of the 'negativity' factor in international news coverage: A case study of Latin America in the German press, 2000-2014. **Global Media and Communication**, v. 17, n. 1, p. 3-23, 2021. <http://doi.org/10.1177/1742766520946465>.

Concha, W. R. A. 25 de janeiro, 12h28: a memória da tragédia da Vale em Brumadinho, ao vivo no MG1 [25th January, 12:28 pm: the memory of Vale's tragedy in Brumadinho, live at MG1]. **Lumina**, v. 16, n. 3, p. 53-70, 2022. <http://doi.org/10.34019/1981-4070.2022.v16.38466>.

ECCHR. Complaint against TÜV SÜD: deadly dam breach in Brazil. **ECCHR**, Berlin, 17 Oct. 2019. Available at: <https://www.ecchr.eu/en/press-release/complaint-against-tuev-sued/>.

Elo, S.; Kääriäinen, M.; Kanste, O.; Pölkki, T.; Utriainen, K.; Kyngäs, H. Qualitative content analysis: a focus on trustworthiness. **SAGE Open**, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2014. <http://doi.org/10.1177/2158244014522633>.

França, V. V. A questão do tempo na perspectiva pragmatista da comunicação [The matter of time in a pragmatist perspective of communication]. In: Prado, D. F. B. do; Tavares, F. de M. B.; Tavares, M. da S. (orgs.). **Mídia, tempo e interações sociais: conceitos em circulação** [Media, time and social interactions: concepts in circulation; e-book]. Belo Horizonte: PPGCOM-UFGM, 2020, p. 55-73.

França, V. V.; Lopes, S. C. Event analysis: methodological possibilities. **MATRIZES**, v. 11, n. 3, p. 71-87, 2017. <http://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i3p71-87>.

Mattos, A. D. de. **Heróis de Brumadinho**: as estratégias de comunicação do Corpo de Bombeiros de Minas Gerais após o rompimento da barragem 1 [Heroes of Brumadinho: the communication strategies of the Military Firefighters of Minas Gerais after B1's dam collapse]. Master dissertation. Federal University of Ouro Preto, 2021. Available at: <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/14039>.

Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG). Procedimento investigatório criminal [criminal investigative procedure] n.º MPMG-0090.19.000013-4. **MPMG**, Belo Horizonte, 21 Jan. 2020. Available at: https://www.mpmg.mp.br/data/files/71/E6/14/51/5D44A7109CEB34A7760849A8/Den_ncia%20VALE-TUV%20SUD%20-%20homicidio%20e%20crime%20ambiental%20site_.pdf.

Pedrini, J. C. B. F.; Correa, W. da S.; Soares, B. A.; Mata, T. A. N. da; Silva, J. B. da; Pedrini, I. A. D. Jornalismo ambiental e cidadania: Brumadinho nas capas das revistas [Environmental journalism and citizenship: Brumadinho on the cover of magazines]. In: Encontro Anual da Compós [Annual Meeting of Compós], 32., 2023, São Paulo. **Proceedings [...]**. Brasília: Compós, 2023, p. 1-23. Available at: <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/jornalismo-ambiental-e-cidadania-brumadinho-nas-capas-das-revistas>.

PZ-Online. Die Mediadaten der PZ-Verlage – Handelsblatt.com. **PZ-Online**, on-line, n.d. Available at: https://www.pz-online.de/?digitalTitle=574561efe4b05f94374c3e5f#digital_ivw.

Quéré, L. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista [The double life of the event: for a pragmatist realism]. In: França, V.; Oliveira, L. de (orgs.). **Acontecimento: reverberações** [Event: reverberation]. Belo Horizonte: Autêntica, 2012, p. 21-38.

Quéré, L. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública [The individualisation of events in the frame of public experience]. **Caleidoscópio**, v. 10, p. 13-37, 2011. Available at: <http://hdl.handle.net/10437/6050>.

Quéré, L. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento [Between fact and sense: the duality of the event]. **Trajectos**, n. 6, p. 59-75, 2005.

Russau, C. **Empresas alemãs no Brasil: o 7x1 na economia** [German companies in Brazil: the 7x1 score in the economy]. São Paulo: Elefante, 2017.

Simões, P. G. O acontecimento e o campo da comunicação [The event and the communication field]. In: França, V. V.; Alde, A.; Ramos, M. C. (orgs.). **Teorias da comunicação no Brasil: reflexões contemporâneas** [Theories of communication in Brazil: contemporary reflections]. Salvador, Brasília: EDUFBA; Compós, 2014, p. 173-195.

Souza, A. A. de M.; Souza, G. E. de. Brumadinho: maior acidente do trabalho da história do Brasil. Repercussão nas relações de trabalho [Brumadinho: the biggest labour accident in Brazil's history. Repercussion on work relations]. **Revista do Tribunal do Trabalho da 2. Região**, n. 23, p. 60-66, 2020. Available at: <https://basis.trt2.jus.br/handle/123456789/14675>.

Teixeira, C. A.; Sebastião, S. P. A percepção das comunidades locais sobre a comunicação das empresas mineradoras em situações de crise e pós-crise: os casos de Mariana e Brumadinho, no Brasil [The perception of local communities about the communication of mining companies in crisis and post-crisis situations: the cases of Mariana and Brumadinho, in Brazil]. **Estudios sobre el Mensaje Periodístico**, v. 29, n. 2, p. 369-381, 2023. <http://doi.org/10.5209/esmp.87187>.

TÜV Süd. About us. **TÜV Süd**, on-line, n.d.a. Available at: <https://www.tuvsud.com/en/about-us>.

TÜV Süd. Our foundation years. **TÜV Süd**, on-line, n.d.b. Available at: <https://www.tuvsud.com/en/about-us/history/our-foundation-years-1866-1900>.

Usher, N. Ignored, uninterested, and the blame game: How *The New York Times*, *Marketplace*, and *TheStreet* distanced themselves from preventing the 2007-2009 financial crisis. **Journalism**, v. 14, n. 2, p. 190-207, 2013. <http://doi.org/10.1177/1464884912455904>.

Usher, N. Making business news: a production analysis of The New York Times. **International Journal of Communication**, v. 11, p. 363-382, 2017. Available at: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/3258/1907>.

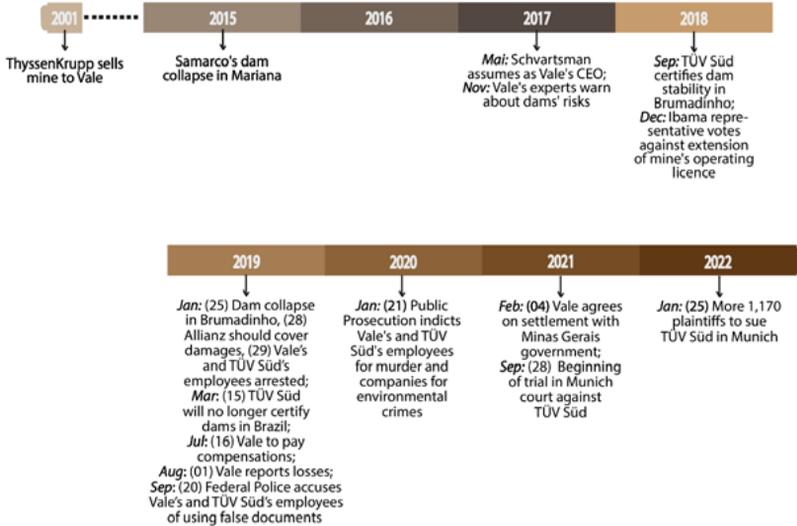
Vale. Formulário de referência [reference form] – 2023 – V12. 4. Fatores de risco [risk factors]; 4.1. Descrição dos fatores de risco [description of risk factors]. (Protocol nº 004170FRE202320231400132962-67; issue date: 07/12/2023 17:32:10). **CVM**, on-line, 7 Dec. 2023. Available at: <https://n9.cl/>

Vale. Reparação. Lista de pessoas sem contato até o momento [Reparation. List of people without contact so far]. **Vale**, on-line, n.d. Available at: <https://vale.com/pt/reparacao>.

Zaneti, G. A.; Leite, C. H. B. Litigância transnacional e acesso à justiça: implicações para o sistema de justiça brasileiro nos desastres do rio Doce e de Brumadinho (caso BHP - Inglaterra/Austrália e caso TÜV SÜD/Vale - Alemanha/Estados Unidos) [Transnational litigation and access to justice: implications for the Brazilian justice system in the disasters of Rio Doce and Brumadinho (“BHP case” - England/ Australia and “TÜV Süd/ Vale case” - Germany/ United States)]. **Revista Eletrônica de Direito Processual**, v. 24, n. 1, p. 154-180, 2023. <http://doi.org/10.12957/redp.2023.72243>.

Ziesemer, B. Why was Frankfurt so blind for so long about Wirecard? **Financial Times**, 21 Jun. 2020. Available at: <https://www.ft.com/content/f04793df-43a2-4d69-a39f-e04dac36ce8e>.

Appendix 1. Micro-events and temporalities of the dam breach in Brumadinho published on Handelsblatt



Source: author and Denise Lira¹³⁹

139 I would like to thank Denise Lira for creating the infograph.

Capítulo 19

O Bom Dia Piauí e a construção de memórias durante a primeira semana da pandemia de Covid- 19¹⁴⁰

Iaquelly de SOUSA (UESPI)¹⁴¹
Thamyres SOUSA de Oliveira (UESPI)¹⁴²

Uma doença pouco conhecida surgiu no Brasil, em 11 de março de 2020, em virtude da mesma a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou pandemia, pois a doença estava se espalhando rapidamente em vários continentes do mundo e o vírus, posteriormente, foi nomeado de Covid-19. Em meio a essa pandemia, em que as pessoas foram orientadas a permanecer em suas casas, o jornalismo se portou mesmo que não sendo sua intenção um importante lugar de memória servindo como fonte de informação e de defesa da saúde pública.

Com a orientação de não se aglomerar, vacinar- se e não fazer uso de remédios sem orientação médica, o jornalismo, por meio dos profissionais que o fazem, disponibilizou o

140 Trabalho apresentado no GT3 – Mídia e Dimensões do Tempo – Relações com História Contemporânea, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões doTempo-2023.

141 Graduada em jornalismo pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e-mail: iaquellysouza@gmail.com

142 Mestre em Comunicação. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí, e-mail: thamyressousa@pcs.uespi.br

acesso a informações e viabilizou o cuidado sobre a pandemia. Uma das maiores mudanças para a nova realidade foram as formas de trabalho, pois elas precisaram adaptar-se às novas condições de distanciamento social.

Os profissionais de jornalismo foram se adaptando a realizar seu trabalho neste novo formato, com o uso de máscaras para a equipe e para os entrevistados, o distanciamento entre o jornalista e as fontes, a adaptação de temáticas possíveis de serem realizadas em suas pautas com o envio de material pelo próprio entrevistado, são alguns exemplos de alterações que percebemos durante o período dos anos de 2020 e 2021.

Kantar Thermometer realizou uma pesquisa na qual comprovaram que, durante a pandemia, o consumo de televisão aumentou 79%. O estudo ainda mostrou que os produtos mais consumidos foram os filmes e telejornais. Tal informação reflete a importância que o telejornalismo assumiu durante a crise sanitária.

Sob a óptica de Vizeu (2009) buscamos o lugar de referência ocupado pelo telejornalismo, na qual o autor equipara o telejornalismo como um lugar de referência semelhante ao de pessoas próximas aos telespectadores como a família, os amigos, as pessoas que partilham da sua religião e etc. Se podemos entender o telejornalismo como lugar de referência em meio aos acontecimentos vividos,

podemos dizer também que ele foi um lugar de certas memórias da pandemia.

É importante pontuarmos que o produto jornalístico em geral se desenvolve, trata-se de um recorte, que passou por enquadramentos, observado nas seleções, em que deu voz a alguns, silenciou outros.

Desse modo, devemos compreender que o processo de criação de uma notícia não é simples. Envolve muitos aspectos que vão além de questões básicas, como escrever uma boa chamada ou uma reportagem completa. Para retomar a ideia anterior de que o jornalismo tem um lugar credível e de referência para falar e que suas histórias preservam a memória, importa analisar o outro lado da memória, o esquecimento. Porém, se o conhecido é personificado pela memória, o desconhecido pode, e conseqüentemente é esquecido.

Para Le Goff (2003), a imprensa se torna uma senhora da memória, mas também do esquecimento e para nós é importante investigar como esse processo de lembrar, esquecer e até mesmo silenciar foi apropriado durante um período em que a desinformação, afetou a vida, como a pandemia da Covid- 19.

Se os telejornais foram um dos formatos de maior audiência como citado pelo Kantar Thermometer, é interessante ponderarmos que as memórias construídas por

eles incidem no imaginário simbólico coletivo. Acreditamos que tais memórias são potencializadas quando a proximidade e o pertencimento são inseridos.

Este é o caso do nosso observável, o telejornal Bom dia Piauí, telejornal matinal exibido na TV Clube, afiliada da TV Globo em que no seu site oficial se intitula como o jornal que “de segunda a sexta, apresenta as notícias sobre a educação, política, segurança, cultura, esporte, comunidade e os principais destaques do Piauí” (GloboPlay, 2021, s/p).

Tendo em vista que o telejornalismo também é um espaço de construção de memórias buscaremos analisar como o telejornal Bom dia Piauí construiu memórias na primeira semana da pandemia de Covid -19. Para isso, nos debruçamos nas edições do telejornal matinal exibidas nos dias 11 a 18 de março de 2020, a primeira semana de pandemia conforme a declaração da Organização Mundial de Saúde. Entre nossos objetivos específicos buscamos: compreender o conceito de memória; perceber como o telejornalismo pode ser um lugar de memória; entender a importância do telejornalismo na divulgação de informações no período da pandemia; identificar gêneros e formatos presentes no telejornal, durante o período em questão; compreender como os gêneros e formatos utilizados no período contribuíram para o enquadramento de memórias no período; verificar que tipos de conteúdo e as tipificações utilizadas pelo telejornal

para construir o “real” e, por fim apontar possíveis questões que foram esquecidas ou silenciadas pelo Bom dia Piauí.

Para tanto nos utilizamos da pesquisa bibliográfica para embasar nosso conhecimento teórico sobre a temática, com base em Fonseca (2002). Buscamos localizar os programas por meio da plataforma Globo Play, a qual hospeda conteúdos de programas anteriores. Utilizamos como critério para a seleção do corpus os programas do Bom dia Piauí exibidos na primeira semana da pandemia.

Como técnica de análise, recorreremos à análise de conteúdo com base em Bardin (2016) adotando como unidades de registro os programas do telejornal veiculados de 11 a 18 de março de 2020. Dentro da análise de conteúdo, adotamos a análise de conteúdo categorial e teremos como categorias os temas: “Gêneros e formatos presentes no telejornal”, “Conteúdos e Tipificações presentes no telejornal” e “Questões esquecidas e /ou silenciadas pelo telejornal”.

Para atender aos objetivos da pesquisa, inicialmente abordaremos como o telejornalismo pode ser considerado um lugar de memória. Posteriormente, trataremos sobre O telejornalismo na divulgação de informações sobre a pandemia e, por fim, apresentamos a análise do Bom dia Piauí.

O telejornalismo como lugar de memória

Partindo do conceito de Pierre Nora (1993), sobre lugares de memória o qual nos explica que lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, da necessidade de criar arquivos, acreditamos que em alguns casos, involuntariamente, o telejornalismo tem se tornado um lugar de memória.

Ferreira (2016) ambienta o jornalismo como lugar de memória. Segundo ela, só é possível acessar um portal de notícias, como também outros meios comuns jornalísticos para se manter informado, graças ao arquivamento desses produtos jornalísticos. Por meio deles, acontece a disponibilização de informação e são também um local para acessar essas memórias sempre que desejarmos, por essa razão consideramos a plataforma Globoplay como o próprio telejornal, lugares de memória.

Partindo também do conceito de Pierre Nora (1993), cremos que a memória pode ser representada por versões da imprensa, pois ao serem divulgadas e armazenadas ela passa a ser a memória “oficial” desses acontecimentos, pois é por meio dela que conseguiremos revisitar acontecimentos que não presenciamos fisicamente, mas que a imprensa nos permite acessá-los, lembrá-los ou até mesmo esquecer-los.

Assim, os conteúdos de televisão, rádio e jornal podem ser entendidos como lugares de memória.

Neste sentido, de deixar uma versão “oficial” disponível à sociedade, aplicamos o conceito de “senhor de memória” ao telejornalismo. Le Goff (2003) nos explica que ser senhor da memória e do esquecimento é ser “portador” do poder de estabelecer o presente para o futuro, seja ele próximo ou distante. Nesta circunstância de determinar o que a sociedade irá lembrar ou esquecer, em relação aos acontecimentos, ou seja, os jornalistas e o próprio telejornal fazem isso, ao disponibilizar em sua plataforma tal versão e até mesmo por exibí-la.

Ao legitimar, divulgar, caracterizar e formular linguisticamente os acontecimentos, a mídia jornalística impõe seu recorte de visão do mundo, tornando-se senhores da memória social. Em virtude de tal importância, nos sentimos intrigadas a analisar as narrativas televisivas, presente no telejornal “Bom dia Piauí”.

Izquierdo (2006) apresenta o conceito de memória *priming*, a qual se adquire por meio de fragmentos, podendo ser de imagens, sons e personagens, como os que são utilizados em nosso observável. A televisão pode ser considerada um objeto rememoração de tele afetividade, pois sua experiência é promovida e recebida de maneira singular, como explicou o autor Bressan Júnior (2017), ou seja, ela transmite arquivos para acionamento das memórias.

Ela ainda produz sensações nostálgicas aos que revisitam seu passado através das imagens, isto porque ela cativa socialmente reconstruindo as lembranças das experiências coletivas e individuais atuais do sujeito que assiste. Ao refletirmos sobre a recepção por parte da audiência, assumimos o pensamento de Charaudeau (2013) no qual o autor compreende que cada telespectador entende o que assiste de uma maneira única, por causa do seu histórico cultural, emocional, e social, como também da forma com a qual ele se conecta com determinado tema.

Percebemos então, que o telejornalismo evoca memórias e se torna um lugar de memória, ao divulgar e deixar disponíveis versões de acontecimentos que interessam a sociedade de forma geral, como também que ao receber esses produtos a experiência gerada é profundamente ligada à sua bagagem individual. A partir dessas percepções, guiaremos a nossa análise a fim de problematizar e refletirmos sobre a construção de memórias no telejornalismo durante a primeira semana de pandemia difundido pelo telejornal “Bom dia Piauí”.

O telejornalismo na divulgação de informações sobre a pandemia

A televisão, desde o seu surgimento até os dias atuais, em especial na pandemia, se adapta às realidades sociais,

seja nacional, regional ou local. Talvez por isso a televisão e, por consequência, o telejornal se tornaram um dos meios de comunicação globais mais acessíveis e democráticos, principalmente no Brasil, prova disso é um levantamento realizado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD - contínua), através IBGE no ano de 2019, mostrou que cerca de 96,3% dos domicílios particulares permanentes do território brasileiro possuem televisão, são aproximadamente 72,9 milhões de domicílios. Assim, o telejornalismo está presente e acessível a quase todos por meio da televisão.

Alguns autores se referem ao jornalismo como um lugar que tenta comportar realidades. Vizeu e Correia (2004) fazem parte desse grupo que acredita que o telejornal deve “falar” pelos cidadãos, ecoar suas vozes no enfrentamento para garantir seus direitos. Por essa razão, cabe à televisão e ao gênero telejornalismo conduzir o telespectador a programas que o auxiliem na compreensão das atividades locais, iniciando do contexto global, a partir de vínculos que o aproximem da comunidade de conjuntos mais amplos (Bazi, 2001).

Dessa forma, os meios jornalísticos chegam cada vez mais próximos da realidade social e dos acontecimentos que podem e vão se tornar notícias de interesse da sociedade. Durante a pandemia de Covid-19, constatamos que foram

necessárias modificações a nível técnico para que as equipes jornalísticas desenvolvessem suas atividades antes da pandemia. O distanciamento social foi um dos desafios, pois, outrora, a produção rotineira dos telejornais nacionais e regionais, envolvia um contato próximo dos jornalistas com suas fontes. Uma das estratégias para manter esta proximidade foi a interação mais ativa por meio de redes sociais digitais e o uso de videochamadas.

Mas apesar dos desafios, o telejornal também obteve conquistas, por parte da audiência. Segundo as pesquisadoras Gomes e Kneipp (2020), a pandemia reabilitou o telejornal, por conseguinte, conquistou um público que antes não era muito presente, os jovens. Este público costuma consumir canais de notícias por meio dos canais virtuais, como os streamings, ou seja, um público atual e “conectado” que antes consumia a tevê por meios de novos negócios de televisão, como o *youtube*, tevê por assinatura, *pay per view* e que, muitas vezes, busca se informar por redes sociais digitais através dos *ig's* de notícia ou de sites jornalísticos, foi captado por um meio considerado tradicional.

Além da mudança em relação a ouvir as fontes, as gravações de chamadas também tiveram que ser adaptadas. Na pandemia elas, preferencialmente, eram feitas em locais abertos, o uso de máscara, microfone diferenciado para fonte e jornalistas em reportagem externa e o distanciamento

foram algumas das medidas adotadas pelas normas de prevenção à covid-19 nos meios de comunicação.

Além de estratégias técnicas através da aparelhagem e do texto televisivo, percebemos que pelo próprio exemplo de cuidado e de seguir as normas recomendadas pela OMS, o jornalismo se tornou lugar de referência na pandemia, informando e desmistificando outras notícias ele teve a oportunidade de mostrar-se transparente e humanizado. Para um melhor entendimento do público geral, o telejornalismo desenvolveu também técnicas artísticas para demonstrar o que conseguimos ver, e o que não conseguimos como o próprio corona vírus, para isso ele passou a utilizar os infográficos e grafismos.

Por exemplo, assistimos matérias sobre a importância do distanciamento, da maneira correta de colocar a máscara, e da própria representação do vírus com uma imagem ampliada em microscópio, ou seja, conhecemos o vírus que naquele momento matava milhões de pessoas a olho nu através da representação do mesmo por intermédio do grafismo.

Levando em consideração a dificuldade que muitos profissionais podem ter enfrentando diante do tema pela falta de aprofundamento na academia, pois jornalismo científico não é uma área muito explorada nos cursos de jornalismo, cabe uma crítica em cima desse assunto, pois uma cobertura jornalística que explica conceitos em torno da vacinação

reforça seus benefícios e discute seus riscos a partir de uma contextualização científica contribui para afastar uma visão exagerada da ciência, muitas vezes maniqueísta, pois a partir disso podemos construir uma rede científica colaborativa e mais completa (Oliveira, 2007).

O Bom dia Piauí na pandemia de Covid – 19

Partindo para a parte analítica deste trabalho, utilizamos de categorias conforme Bardin (2011), com o intuito de compreender os formatos, tipificações e a própria maneira do telejornal de construir memórias. Na categoria “Gêneros e formatos no Bom dia Piauí” procuramos observar quais foram os gêneros e formatos utilizados nas edições do telejornal; Na categoria “Tipificações no telejornal” apresentamos o conceito de tipificação e apresentaremos quais observamos nos nossos dias de análise. Já na categoria “Memórias enquadradas pelo telejornal” apontaremos quais memórias foram construídas a partir dos conteúdos noticiados.

Buscamos localizar os programas por meio da plataforma Globo Play, plataforma que hospeda os conteúdos de programas anteriores. Utilizamos como critério para a seleção do corpus os programas do Bom dia Piauí exibidos no período em que se deu no início da primeira semana da pandemia, dias 11 a 18 de março de 2020.

Gêneros e formatos no Bom Dia Piauí

A evolução da linguagem, dos gêneros e formatos do telejornalismo ocorre acompanhada de transformações tecnológicas e como podemos perceber transformações nas rotinas de trabalho, como foi o caso da pandemia da Covid-19. Antes, nos primeiros programas telejornalísticos, o formato de suas notícias era o de apresentar notas cobertas em que o apresentador apenas lia as notícias com a inserção de imagens complementares, um exemplo disso é que o primeiro telejornal transmitido no Brasil, intitulado “Notícias do Dia”, o jornal, segundo Mello (2009) fazia exatamente isso, mostrava imagens sem edição que ilustravam os acontecimentos daquele dia.

Observamos um ao vivo exibido pelo Bom dia Piauí, no dia 12/03/2020 em conjunto com o formato de entrevista. É importante mencionarmos que, de início, gostaríamos de analisar os dias 11/03/2020 e 12/03/2020, mas não obtivemos muitos produtos jornalísticos nos formatos em alusão a pandemia, houve a leitura de uma nota e um ao vivo onde o repórter fala com dois entrevistados da saúde no dia doze sobre a temática da pandemia. O momento do ao vivo ocorre quando o repórter Antônio Rocha lê uma nota divulgada pelo Hospital Regional de Picos sobre um suposto caso de covid que foi descartado, enquanto ele lê a nota

assistimos imagens dele nos corredores do Hospital Regional Justino Luz, em Picos-PI.

Entendemos que por se tratar ainda de um assunto pouco conhecido e pouco abordado, com propriedade, nos meios midiáticos a nota foi a melhor maneira que o telejornal encontrou de trazer informações sobre a pandemia dentro dos municípios do Piauí, e por mais que as notas chamem menos atenção do que uma reportagem especial, por exemplo, que tem por sua característica um aprofundamento em determinado tema, esse formato foi a maneira mais viável de abordar o vírus e pandemia naquele momento em que se tinham muitas dúvidas e incertezas.

Assistimos novos gêneros no telejornalismo, o comentário, a crônica e a caricatura. Podemos até citar o comentário casando com a reportagem do dia 12/03/2020 e o comentário feito pela repórter Jaqueline Siqueira do G1, no dia 18/03/20, pois podemos perceber que os apresentadores e o próprio repórter comentam sobre os ocorridos em Picos, e do próprio adiamento do censo do IBGE, estes seriam exemplos de um formato integrado dentro da reportagem, do ao vivo e do telejornalismo.

A maioria das vezes que o telejornal abordou a pandemia e a própria doença foi na edição dia 18/03/20, o último dia da semana, onde já se houve um tempo maior, e uma maior articulação em relação às fontes para abordar a temática. No

dia 18, percebemos quatro chamadas em relação à temática, com entrevistas de profissionais de municípios diferentes e com assuntos pertinentes à população comum como a restrição de visitas ao Hospital Regional Justino Luz, a maneira correta de higienizar mercadorias, o adiamento do censo promovido pelo IBGE, mostrando que o isolamento tem sido uma prioridade até para os maiores institutos de pesquisas como o IBGE.

Por meio destes formatos e abordagens, a televisão construiu sentidos dando ao telespectador possibilidades de construir a realidade social através de restos de memórias relatadas pelos jornalistas e pelas fontes entrevistadas. Com isso, os enquadramentos escolhidos foram reinterpretados pela audiência para que esta construísse sua linha de acontecimentos no seu imaginário.

Tipificações no telejornal

O autor João Correia (2004), ao discutir a Teoria da Comunicação de Alfred Schutz, menciona que o mundo social só pode ser percebido e experienciado por meio de tipificações, que para o autor é um modo de estabelecer realidade ao mundo, organizá-lo. Correia (2004) percebe que as tipificações estão desde a linguagem adotada pelos jornalistas até o caráter homogêneo que muitas vezes é dado à abordagem das notícias.

Uma tipificação que observamos frequentemente nos telejornais são as fontes utilizadas para a construção das reportagens. Percebemos que o Bom Dia Piauí, seguiu um “padrão” de fontes relacionadas aos acontecimentos nos dias em que analisamos. No ao vivo, que tem como chamada “Secretaria de Saúde monta comitê para monitorar casos suspeitos de coronavírus”, o repórter entrevista duas pessoas, a primeira delas é Robsoncley Viana, coordenador epidemiológico do município de Picos-PI e a segunda é Ionara Holanda, coordenadora da assistência básica de saúde do município, ambos falando em consideração a memória social são fontes oficiais, e o efeito delas para a memória é construí-la a partir de uma visão da memória institucional.

Esse padrão vai se repetindo até o fim de nossa análise que contempla o dia 18/03/20, quando as fontes são o conselheiro do Conselho Regional de Medicina, Gerardo Vasconcelos e o Coordenador de Vigilância Sanitária em Floriano-Piauí, Jocinaldo, ambos também são figuras de autoridade, ou fontes oficiais, as quais de acordo com Penna (2005) são as mais tendenciosas. O autor diz isso porque acredita que estas fontes têm interesses a preservar e informações que querem esconder e se beneficiam da própria lógica de poder que a classifica como instituição.

Trazemos esse apontamento do autor, pois acreditamos que ao utilizar apenas esse tipo de fonte ou priorizá-lo é

muito prejudicial para a memória dos piauienses, pois fontes oficiais, no nosso caso médicos, coordenadores e secretários institucionalizam a fala, fator que incide na sensação de pertencimento que deve ser estimulada pelo jornalismo local/regional, que é o caso do Bom dia Piauí.

Acreditamos também, que naquele momento era importante sim trazer sonoras com profissionais à frente de órgãos da saúde municipal, mas queremos problematizar quando essas são as únicas fontes a serem escutadas. Estas escolhas incidem na memória coletiva da população, de acordo com Halbwachs (1990).

Memórias enquadradas no telejornal

Ribeiro e Brasiliense (2007) afirmam que as memórias são construções sociais e, no caso da memória individual está sujeita a manipulações conscientes ou inconscientes de afetos, desejos, medos e inibições ou, no que se refere à memória coletiva, está ligada às negociações que acontecem entre os grupos sobre os fatos e sujeitos envolvidos. No caso do telejornalismo, observamos que estas manipulações da memória acontecem tanto para obter uma maior audiência, ou visibilidade, como também pela praticidade em ter fontes que já são de praxe, como é o caso das fontes institucionais ou oficiais.

Gostaríamos de tencionar que quando a abordagem da notícia ocorre pelo viés institucional ela transmite um caráter oficial ao acontecimento, informação ou evento deixando de fora restos e dando uma “versão” que deve ser aceita e que ficará disponível para quem quiser saber, enquanto que os demais restos serão fadados ao esquecimento, não contribuindo com o que Halbwachs (1990) chamou de memória coletiva.

No caso das edições que analisamos, não observamos falas de pessoas comuns, ou populares, prejudica o acionamento da memória por parte dos telespectadores e também incide uma crítica ao telejornal analisado, pois enquanto ele se divulga como um lugar de proximidade aos piauienses, na prática, em suas reportagens, observou apenas as fontes oficiais dos municípios do Piauí.

Salientamos que as fontes oficiais são de suma importância, principalmente se tratando de um momento em que a população se encontrava perdida e com medo, mas utilizar somente elas dão a impressão de que a fala e os medos das pessoas não mereciam estar vinculados. Na reportagem ao vivo, por exemplo, onde o secretário da Vigilância Sanitária orienta sobre como os donos de supermercados deveriam higienizar os alimentos, poderiam ter utilizado também para participar da produção uma pessoa comum sendo orientada a higienizar esses alimentos e tirando dúvidas que, possivelmente, seriam também de outros telespectadores.

Queremos chamar a atenção também a ausência de conteúdos no telejornal observados em nossa decupagem sobre o período estudado. O telejornal não veiculou materiais jornalísticos sobre a temática em quatro dias durante a semana. Entendemos que, houve silenciamentos/ esquecimentos ou até mesmo uma falta de comprometimento com o caráter de proximidade que os tv's locais regionais deveriam ter. Para Le Goff (1996), a imprensa se torna uma senhora da memória, mas também do esquecimento, pois no processo de escrever suas narrativas ela seleciona o que vai ser lembrado, esquecido e até mesmo silenciado.

Nos utilizamos de Pollak (1989) para trazer essa construção, pois para o autor a memória é construída socialmente podendo ser manipulada, nas suas disputas pode promover o silenciamento de alguns atores provocando o esquecimento ou até mesmo um não-dito, no sentido de que os jornalistas até sabem o que está se passando no mundo pelas fontes e pelos colaboradores, mas se tratando dessa pandemia em que não se podia afirmar nada sem comprovações científicas, eles optaram por se silenciar. Postura que se abordada nesse viés que apresentamos foi muito positiva, pois em um período de extremo desconhecimento e medo, o jornalismo por ser um lugar de referência só deve veicular algo depois de apurado e comprovado.

Considerações finais

Em suma, compreendemos que o telejornalismo se adaptou tanto em quesitos técnicos quanto em comportamentos durante a pandemia, mas em relação ao nosso objeto de estudo sentimos, neste início da pandemia, falta de materiais. Ainda que, naquele momento, essas adaptações ainda estavam em seu início, mas acreditamos que por ser o telejornalismo um lugar de referência e por ser ainda o principal canal de informação para os brasileiros de baixa renda de acordo com pesquisadores como Ana Paula Flores e Meditsch (2008), o telejornal cumpriu em partes sua função social.

Ademais no caso das edições que analisamos, não observamos falas de pessoas comuns, ou populares, isto prejudica o acionamento da memória por parte dos telespectadores e também incide uma crítica ao telejornal analisado, pois enquanto ele se divulga como um lugar de proximidade aos piauienses, mas na prática, em suas reportagens, observamos apenas as fontes oficiais dos municípios do Piauí.

Referências bibliográficas

Bardin, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

Bazi, Rogério Eduardo Rodrigues. **Tv Regional: Trajetória e perspectivas.** Campinas, São Paulo: Editora Alínea, 2001.

Bressan Junior, Mario Abel. A memória afetiva e os telespectadores: Um estudo do Canal Viva. 2017. 183f. **Tese** (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

Charaudeau, Patrick. **Discurso das mídias.** São Paulo: Contexto, 2013.

Correia, J. **A teoria da comunicação de Alfred Schutz.** Lisboa : Livros Horizonte, 2004.

Ferreira, Mayara Sousa. Memórias da cultura: estratégias e táticas de Revestrés na (re)construção das identidades piauienses. **Tese** (Mestrado em Comunicação) – Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí. Teresina, p. 209. 2016.

Flores, Ana Paula; Meditsch, Eduardo. A percepção do público de baixa renda sobre o jornalismo. In: IX Congresso de Comunicação da Região Sul, Guarapuava. Intercom Sul 2008. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/sul2008/resumos/R10-0399-1.pdf> , acesso em 10 nov. 2023.

Fonseca, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

Gomes, T. de L. Kneipp, V. A. P. **Telejornalismo e juventude em tempos de pandemia: comunicação de interesse público.** Vozes e Diálogos. v. 19, n. 02, p. 07-20 jul-dez 2020.

Halbwachs, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

Izquierdo, Iván. **Memória**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Le Goff, Jacques. **História e memória**. 5.ed. Campinas: UNICAMP, 2003

Nora, Pierre et al. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

Oliveira, Felipe Rodrigues; Maziero, Ronaldo Colucci; de Araújo, Liriane Soares. Um estudo sobre a web 3.0: evolução, conceitos, princípios, benefícios e impactos. **Revista Interface Tecnológica**, v. 15, n. 2, p. 60-71, 2018.

Pena, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2005

Pollack, Michael (1989). Memória, esquecimento e silêncio. In: **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, Vértice.

Ribeiro, Ana Paula Goulart. Brasiliense, Daniela Ramos. Memória e narrativa jornalística. In: Ribeiro, Ana Paula Goulart. Ferreira, Lucia Maria Alves. (org). **Mídia e Memória**. Rio de Janeiro, RJ: Mauad, 2007.

Vizeu, Alfredo. **O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica**. Revista Famecos, v. 1, n. 40, 2009.



PARTE 5 - GT-4

MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO - NA VIDA PLATAFORMIZADA

A Comunicação Comunitária On-Line E A (Re) Construção De Identidades Em Manguinhos: Uma Análise Do Fala Manguinhos¹⁴³

Adriano Mello RODRIGUES¹⁴⁴
(UERJ) (FAPERJ)¹⁴⁵

A Comunicação Comunitária e o Território

As diversas interações presentes no âmbito comunicacional se manifestam na relação entre meio e mensagem, bem como nas dinâmicas de acesso, impacto e transmissão. Embora a informação tenha historicamente representado um elemento de poder, observa-se contemporaneamente iniciativas informativas que visam descentralizar esse poder. Neste contexto, as ferramentas da comunicação e informação, que detêm considerável potencial, passam agora por um processo de compartilhamento mais equitativo, não mais

143 Trabalho apresentado no GT 4- Mídia e Dimensões do Tempo – Na Vida Plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo- 2023

144 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGCOM/UERJ). Email: rodrigues.adriano.rj@gmail.com

145 Estudo apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

subjugadas por grandes corporações que, tradicionalmente, exerciam domínio sobre o cenário comunicacional.

Ao compreender essa dinâmica, a análise de uma rede comunicacional mais acessível e imersiva revela transgressões que impactam setores específicos da sociedade, especialmente as favelas brasileiras, com ênfase nas comunidades cariocas. A comunicação, como elemento de impacto social, enfrenta obstáculos em sua circulação nas favelas cariocas, desafios provenientes de elementos históricos que fundamentam o conceito consagrado de comunicação comunitária, conforme abordado por pesquisadores como Paiva (2003) e Peruzzo (1998).

A comunicação comunitária, intrinsecamente, configura-se como uma ferramenta poderosa para o empoderamento e transformação social. Além de transcender a mera transmissão de informações, trata-se de uma comunicação realizada pelos moradores e destinada aos moradores. Este tipo de comunicação visa resgatar a cidadania e promover a participação direta da comunidade. Atualmente, entendemos a comunicação comunitária como um instrumento de protagonismo e visibilidade, conferindo autonomia à população e denunciando a negligência do Estado em relação a certas comunidades marginalizadas. O objetivo é sempre atuar com base na busca por mudanças sociais, já que

nas favelas, essas ações políticas através da comunicação são parte das reações populares contra consequências da desigualdade social: o preconceito, a falta de saneamento básico, a baixa qualidade da educação e saúde públicas, a falta de espaços de lazer e cultura, e a violência urbana (Custódio, 2016, p. 140).

Diversificados meios e plataformas de comunicação comunitária utilizam distintas ferramentas para sua atuação, destacando-se o impacto digital como uma imersão no cenário on-line que amplifica substancialmente a identificação e transmissão dos interesses da população. Estratégias de incentivo à análise conjunta das situações e desafios locais são implementadas, com o intuito de promover a resolução e enfrentamento através da concepção de projetos coletivos pela comunidade.

Em regiões historicamente marginalizadas, como o Complexo de Manguinhos no Rio de Janeiro, surgem diversas iniciativas lideradas por membros da comunidade, como o Fala Manguinhos. Essas ações visam atender especificamente aos residentes locais, destacando-se a formação de uma rede de informações robusta que altera a percepção e interação das pessoas com os desafios cotidianos da favela.

A comunicação comunitária local exerce um impacto progressivo nas dinâmicas sociais, adotando uma abordagem adaptável aos avanços tecnológicos. A criação de uma

comunicação on-line busca revitalizar o território, sendo um eficaz sistema de renovação ao abordar identidades locais, residentes e narrativas históricas, especialmente no Complexo de Manguinhos.

A favela de Manguinhos, denominada Complexo de Manguinhos, encontra-se situada na zona norte do Rio de Janeiro, destacando-se pelo quinto pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na cidade e pela significativa incidência de violência urbana. Composto por 12 comunidades, o complexo abriga cerca de 36 mil habitantes. Além de ser reconhecido como a sede da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz),

trata-se de um conjunto de comunidades com especificidades internas bastante singulares que conjugam origens, trajetórias e perfis diferenciados e construções sociais formatadas historicamente, em relação estreita com os determinantes políticos, econômicos e sociais, os quais construíram as grandes cidades brasileiras ao longo do século XX (Fernandes e Costa, 2013, p. 118).

O território, predominantemente ocupado por favelas, é frequentemente palco de conflitos armados entre as forças policiais e grupos envolvidos no tráfico de drogas, bem como entre facções adversas no contexto do comércio ilícito de entorpecentes. A Rua Leopoldo Bulhões, uma via

de importância no bairro, situada junto à linha férrea do Ramal Central - Gramacho, é notória como “Faixa de Gaza”, em alusão à região homônima na Palestina, conhecida por sua violência decorrente dos conflitos com a repressão israelense.

A compreensão da trajetória histórica e configuração contemporânea do Complexo de Manguinhos demanda a análise de fontes diversas, incluindo abordagens acadêmicas e informais, como registros fotográficos históricos e interações com moradores idosos. Antigamente um bairro com manguezais e praias, Manguinhos viu a incorporação de elementos como fábricas, instituições e estruturas de concreto ao longo de sua história. Esse processo resultou na emergência de favelas, tornando-se um ponto central na formação do Complexo de Manguinhos, caracterizado por diversidade cultural, desigualdades socioeconômicas e desafios relacionados à violência.

Embora Manguinhos não seja uma das áreas mais precárias do Rio de Janeiro, enfrenta desafios no desenvolvimento social. Nesse contexto, emergem iniciativas endógenas, como é o caso do jornal comunitário Fala Manguinhos que visa reestruturar uma rede informativa no território. Este veículo, alinhado à cultura digital, busca aumentar a visibilidade dos problemas locais tanto na comunidade física quanto no ambiente virtual.

No imaginário popular local, diversas perspectivas são delineadas em relação às redes informativas que circulam dentro da favela, compreendendo a disseminação de distintas mídias e redes de comunicação, muitas das quais vinculadas aos grandes oligopólios midiáticos. Estes, por sua vez, frequentemente perpetuam estereótipos discriminatórios, marginalizando tanto o território de Manguinhos quanto seus habitantes.

A percepção desfavorável associada ao Complexo de Manguinhos engendrou uma necessidade urgente entre os residentes de superar as narrativas difundidas pela grande mídia. A busca por uma compreensão mais abrangente do território e de suas problemáticas resultou na criação de um campo de possibilidades narrativas, que proporcionam diferentes perspectivas factuais sobre os desafios locais. Estas vão além da estagnação informativa característica dos grandes veículos de comunicação, os quais frequentemente exploram as vulnerabilidades do território e de seus habitantes, em um contexto reforçado por uma rede repressiva do Estado.

A inadequação do Estado em Manguinhos se evidencia por práticas de repressão policial, com a persistente violência urbana como um dos principais desafios enfrentados. A intervenção estatal apaga as dimensões temporais das informações locais, comprometendo a percepção dos residentes

sobre seus dilemas e suas histórias, uma vez que “o discurso hegemônico sobre a favela, angariado pelo discurso midiático, a descreve como um espaço dominado pelo tráfico de drogas, pela violência e falta de condições humanas de sobrevivência.” (Renata, 2015, p. 173). Em contraponto, a comunicação comunitária, exemplificada pelo Fala Manguinhos, resiste, reconfigurando a perspectiva informativa on-line para abordar desafios à luz das dinâmicas temporais da história e do cotidiano em Manguinhos.

O Fala Manguinhos

Ao longo da última década, o jornal Fala Manguinhos tem desempenhado um papel essencial como um veículo de amplificação das vozes dos residentes do Complexo de Manguinhos, tanto internamente quanto para além dos limites da favela. Suas pautas são elaboradas de maneira coletiva, assim como as estratégias para a condução de reportagens nas diversas favelas que integram o complexo. As reuniões do grupo de comunicação são de acesso aberto e amplamente divulgadas pela comunidade. O jornal assume uma função central na promoção da comunicação comunitária, contribuindo para a construção da narrativa própria da comunidade.

Atualmente, o jornal Fala Manguinhos direciona sua ênfase quase que exclusivamente para sua atuação digital,

mapeando iniciativas culturais nas diferentes sublocalidades do território e engajando a população no processo informativo. Este enfoque digital desempenha um papel crucial na (re)construção das narrativas locais, levando em consideração as dinâmicas temporais que permeiam a história e o cotidiano da favela.

O jornal Fala Manguinhos possui uma estrutura organizacional democrática com base em um Conselho Comunitário, onde o coordenador é eleito pelos membros. A ênfase está na descentralização do controle da expressão da comunidade, concedendo ao Conselho Comunitário, gerido pelos próprios residentes e sem formalidades institucionais, autonomia para decisões territoriais. A participação direta dos moradores é crucial, destacando a estreita relação do Fala Manguinhos com o território e seus habitantes, estabelecida por meio de contato constante e circulação pela localidade.

Os objetivos fundamentais do Fala Manguinhos incluem a defesa dos direitos humanos e ambientais, assim como a promoção da cidadania e saúde. Inicialmente, o jornal buscava destacar aspectos positivos de Manguinhos, contrapondo a visão pejorativa da mídia tradicional. Um aspecto central em sua atuação é assegurar a segurança dos moradores, especialmente durante confrontos armados, emitindo alertas por meio de suas redes sociais para fornecer informações precisas e instantâneas.

O Fala Manguinhos adota uma estratégia on-line, com uma audiência de mais de 26 mil seguidores no Facebook e quase 3 mil no Instagram. Por questões financeiras, o jornal não mantém mais um site próprio, que concentrava toda a produção de conteúdo. Nas redes, são compartilhados materiais jornalísticos, oportunidades de emprego, cursos gratuitos e campanhas de saúde. Essa abordagem on-line contrasta com a periodicidade do jornal impresso, crucial na disseminação e disputa das narrativas sobre a memória de Manguinhos. As edições impressas, acessíveis na sede do Fala Manguinhos, são consideradas um registro histórico vital para a região.

A dificuldade financeira é o principal obstáculo enfrentado pelo grupo do Fala Manguinhos, uma vez que os recursos disponíveis não são suficientes para proporcionar infraestrutura adequada e remuneração adequada aos aproximadamente quinze membros da equipe. Muitos desses integrantes participaram de oficinas de comunicação comunitária promovidas pelo jornal, visando desenvolver potenciais jornalistas e garantir a sustentabilidade do projeto. Além disso, o desafio inclui a captação de recursos para a reforma da sede, reativação do site, continuidade do jornal impresso e regularização do CNPJ.

O jornal ainda destaca a importância de criar uma rede de mídia comunitária nas favelas, promovendo colaboração

entre comunicadores para abordar políticas públicas. A proposta sugere conexão entre as favelas ao enfrentar problemas, fortalecendo investigações conjuntas e destacando a universalidade das questões.

Narrativas e Dimensões Temporais

Ao direcionar a pesquisa para a comunicação comunitária, destaca-se a interação entre o território e as redes locais, notavelmente exemplificadas pelo Complexo de Mangueiros e o jornal Fala Mangueiros. É imperativo observar como as dimensões temporais desempenham um papel essencial nessas dinâmicas de compreensão.

Abordar as dinâmicas temporais torna-se fundamental para compreender a essência da memória, não apenas no contexto desta pesquisa, mas também para introduzir uma nova perspectiva temporal na construção da história local.

A síntese deste estudo busca contextualizar como a comunicação comunitária, o território e a rede comunitária local se entrelaçam ao discutir memória, história e tempo. A preservação desses elementos é crucial não apenas para o registro histórico, mas também para reconfigurar dinâmicas sociais e (re)construir identidades que, ao longo das décadas, foram invisibilizadas pela grande mídia diante das perspectivas de um ambiente hostil e marginalizado.

Nesse contexto, a narrativa deste estudo almeja não apenas compreender a relação entre comunicação comunitária e dinâmicas temporais, mas também enfatizar a importância da preservação da memória como uma ferramenta para resistir às narrativas hegemônicas. Ao reconhecer a história local e suas nuances temporais, a comunicação comunitária emerge como uma via para a revitalização das identidades e a promoção de uma narrativa mais autêntica e inclusiva, distante dos estereótipos perpetuados pela mídia convencional. Dessa forma, destaca-se a relevância de aprofundar a compreensão de como a comunicação comunitária pode ser uma ferramenta de empoderamento na preservação e reconfiguração do tecido social em territórios historicamente marginalizados.

Ao exemplificar a experiência de uma comunicação comunitária inclusiva sob a perspectiva temporal, identificamos uma ferramenta que viabiliza a compreensão da história. Essa narrativa abrange o passado, reflete sobre o presente e antecipa o futuro, tudo isso mediado pela dinâmica temporal e pelos valores que são atribuídos a esse processo.

Dessa maneira, a comunicação comunitária não apenas registra os eventos passados, mas também os contextualiza no presente, fomentando uma compreensão mais aprofundada da evolução temporal. Além disso, ao considerar os valores do passado no contexto atual, essa abordagem contri-

bui para a construção de uma visão de futuro mais informada e alinhada com as necessidades e aspirações da comunidade.

Essa interseção entre passado, presente e futuro dentro da dinâmica temporal cria uma narrativa mais holística e integrada, reforçando a importância da comunicação comunitária como um agente não apenas de informação, mas de construção e preservação da identidade histórica e cultural de uma comunidade.

Na era digital, a atuação on-line redefine nossa comunicação e interação, registrando nossa navegação como dados históricos. Essa dinâmica reflete a nova realidade da imersão cibernética, vislumbrando formas inovadoras de interação e comunicação no ambiente digital, com base em influências algorítmicas, uma vez que a internet, enquanto meio de comunicação, viabiliza pela primeira vez a interação entre muitos em um momento determinado, em escala global, conforme apontado por Castells (2001, p. 8).

Ao explorar os diferentes modos de operação da comunicação comunitária on-line, deparamo-nos com uma perspectiva que revela redes distintas operando por meio de uma singularidade comum. Um exemplo paradigmático disso são as redes sociais, que atualmente desempenham o papel de espaços para representação, armazenamento e exposição da memória. Essa característica tornou-se cada vez mais predominante na maneira como abordamos nossas inferências

históricas e nos engajamos no ambiente digital. Essa observação suscita a reflexão sobre como o Fala Manguinhos realiza essas inferências, destacando seu aspecto mais proeminente na contemporaneidade: o impacto digital.

Conforme anteriormente mencionado, o jornal Fala Manguinhos tem direcionado seus esforços para expandir seu impacto on-line, notadamente por meio de suas redes sociais. Essas plataformas engajam-se de maneira intrigante com as dinâmicas temporais, ressaltando a importância do registro informativo local e explorando como essas informações podem moldar o território. Nesse contexto, torna-se fundamental observar a inter-relação entre o meio e a mensagem. Enquanto o jornal lida com os processos históricos dessa dinâmica, o ambiente virtual os transforma em uma dimensão temporal que transcende a simples exposição e registro do passado e do presente.

As dinâmicas temporais, neste contexto, manifestam-se na abordagem adotada pelo jornal Fala Manguinhos ao exemplificar sua atuação por meio de uma perspectiva de registro e exposição histórica do Complexo de Manguinhos. Isso influencia a construção e formação das identidades locais, que podem ser concebidas não apenas através do perfil dos moradores locais, mas também, como delineado nesta pesquisa, por meio de uma (re)construção de uma identidade já solidificada, porém fragmentada por inúmeros processos de invisibilidade.

Dessa forma, ao discutir as dinâmicas e dimensões temporais relacionadas a como o Fala Manguinhos percebe o território e a comunicação comunitária, é imperativo reconhecer que esses aspectos estão diretamente ligados à maneira como a população enxerga sua própria história e como ela passa a interagir com ela de uma nova forma, especialmente por meio do ambiente digital.

Quando distintas perspectivas abordam essa temática, evidencia-se o desafio da vida na era digital; contudo, em diversas comunidades, destacam-se iniciativas de mídias comunitárias que gerenciam essa transição, almejando não apenas o próprio desenvolvimento, mas também o da população, considerando como a vida será configurada no futuro. Nesse contexto, emergem comunidades cada vez mais conectadas, nas quais as pessoas, mesmo distantes fisicamente, aproximam-se por meio da interação e comunicação, compartilhando interesses comuns ou reconhecendo sua pertença a um mesmo contexto.

Diante dos desafios sociais e culturais previamente apresentados, torna-se crucial compreender a intrincada relação entre a comunicação comunitária e as dimensões temporais. Em um cenário fortemente influenciado por plataformas digitais, as dinâmicas temporais, como a comunicação em rede e a cultura cibernética, desempenham um papel fundamental na configuração das interações e na percepção do tempo pela sociedade contemporânea.

Objetivos e metodologia

A pesquisa parte da premissa central de compreender a dinâmica da comunicação comunitária em Manguinhos, delineando três metas essenciais. Inicialmente, propõe-se examinar a representação temporal no jornal Fala Manguinhos, explorando redes digitais na construção de narrativas temporais em diversas plataformas on-line. Em seguida, a análise volta-se para a construção de identidades individuais e coletivas, considerando a participação ativa dos moradores no ambiente virtual, destacando as interações entre comunicação comunitária, dinâmicas temporais e identidades digitais. Por fim, busca-se contribuir para a compreensão das dinâmicas comunicativas contemporâneas em Manguinhos e suas implicações na vida cotidiana do território.

A condução desta pesquisa adotou uma abordagem multidisciplinar, mesclando métodos de pesquisa documental, revisão bibliográfica e pesquisa de campo para aprofundar a compreensão da comunicação comunitária on-line e seu papel na (re)construção de identidades em Manguinhos.

A análise documental concentrou-se nas edições on-line do jornal Fala Manguinhos de 2020 a 2023, buscando identificar narrativas, temas e abordagens. Vale ressaltar que, antes de 2020, o jornal passou por reformulações, limitando o acesso a conteúdos antigos, e em 2023, uma nova direção assumiu, investindo na presença on-line.

A revisão bibliográfica abrangeu temas como comunicação comunitária on-line, teoria da identidade e estudos sobre favelas, servindo como base teórica que conectou práticas observadas em Manguinhos ao conhecimento acadêmico consolidado.

A pesquisa de campo incluiu entrevistas com a equipe do jornal e moradores. As entrevistas com a equipe buscaram compreender perspectivas, desafios e objetivos, enquanto as com moradores captaram percepções sobre o jornal e a comunicação on-line de 2020 a 2023.

Os diálogos detalharam o impacto do jornal Fala Manguinhos na favela, sua influência na (re)construção de identidades e inserção nas dinâmicas sociais de 2020 a 2023. Além disso, proporcionaram uma compreensão aprofundada das dimensões temporais das práticas comunicativas na vida cotidiana. Em síntese, a metodologia abrangente permitiu uma análise holística da comunicação comunitária on-line em Manguinhos de 2020 a 2023, destacando a interconexão entre as narrativas do Fala Manguinhos, a revisão bibliográfica e as experiências da comunidade, essencial para compreender as relações complexas entre comunicação, tempo e identidade nesse território específico.

Resultados e discussões

A minuciosa pesquisa sobre o jornal Fala Manguinhos nas plataformas digitais, no período de 2020 a 2023, revelou uma intrincada interação entre a comunicação comunitária, o tempo, a construção de identidades e seu impacto na conscientização e mobilização da comunidade. Os resultados oferecem uma visão quantitativa, elucidando facetas cruciais dessa dinâmica.

A representação temporal, abarcando 33% do conteúdo, destaca-se como elemento central. O jornal utiliza as redes digitais para construir narrativas que espelham a vivência temporal na comunidade, explorando eventos passados, questões atuais e projeções futuras.

Os informes imediatos, representando 20%, concentram-se em eventos urgentes, como operações policiais, evidenciando a complexidade das dinâmicas contemporâneas de sociabilidade digital e a interação entre a mídia e o tempo. A construção de identidades individuais e coletivas, correspondendo a 13%, revela-se crucial. O Fala Manguinhos molda ativamente sua identidade no ciberespaço, influenciando a coletiva da comunidade e contribuindo para a compreensão das complexas interações identitárias on-line.

Quanto à divulgação de informações relevantes, com 12%, desempenha um papel vital na conscientização duran-

te a pandemia, atendendo às necessidades imediatas da comunidade. A divulgação interna e externa, abordando temas como oportunidades de emprego (12%), reflete a responsividade do jornal às necessidades locais, oferecendo perspectivas plurais das dimensões do tempo na comunicação comunitária. A exploração da memória de Manguinhos (7%) destaca a importância da preservação da identidade cultural e histórica, contribuindo para uma narrativa rica e contextualizada.

A divulgação semanal da capa do jornal (3%) desempenha um papel significativo na cultura cibernética, promovendo edições e interagindo de maneira ativa com a comunidade. Esses resultados quantitativos proporcionam uma base sólida para a compreensão aprofundada da dinâmica da comunicação comunitária em Manguinhos, indicando possíveis direções para futuras investigações e melhorias na prática comunicativa local.

A pesquisa sobre o jornal Fala Manguinhos evidencia sua função polifônica na esfera da comunicação comunitária, consonante com os propósitos investigativos delineados. Para além da abordagem temporal, o jornal desempenha papel crucial na construção de identidades, na conscientização da comunidade e oferece um espaço vital para a mobilização. O estudo envolveu entrevistas realizadas com cinco membros da equipe do jornal e cinquenta residentes de Manguinhos, com idades compreendidas entre 18 e 50 anos.

As entrevistas buscaram explorar a significância do veículo na comunidade, analisando como os moradores o acesam e qual é o seu impacto nas dinâmicas sociais locais. As indagações dirigidas à equipe visavam compreender o propósito do jornal, a evolução narrativa ao longo dos últimos três anos e os meios empregados para assegurar representatividade nas plataformas digitais.

Os resultados ressaltam a relevância intrínseca do Fala Manguinhos na vida da comunidade. Os moradores o reconhecem como uma fonte conectada às realidades locais, aprimorando a percepção de Manguinhos e destacando narrativas e eventos anteriormente imperceptíveis. A comunicação on-line emerge como elemento crucial para enfrentar desafios, fomentar debates e conscientizar sobre temas relacionados à segurança, educação e cultura.

A equipe explicita o desígnio de amplificar vozes, delineando uma evolução contínua em direção a uma plataforma mais inclusiva, comprometida em representar a diversidade de identidades. Essa metamorfose está alinhada à missão de conscientização e mobilização, resultando na coesão da comunidade. Esses achados corroboram a posição central do Fala Manguinhos como agente de transformação, fomentando uma comunicação comunitária eficiente e inclusiva.

Conclusões

A presente pesquisa, ao investigar as interações entre as dimensões temporais na cultura cibernética e na comunicação em rede no âmbito acadêmico, revelou conclusões significativas para a compreensão das identidades comunitárias, corroborando as reflexões de Giannotti (2016) sobre a natureza transformadora da comunicação comunitária em diversos níveis.

O jornal Fala Manguinhos emerge como um agente crucial na promoção da comunicação comunitária, desafiando preconceitos e construindo uma identidade positiva. A equipe editorial desempenha papel essencial na representação construtiva da cultura local, capacitando os moradores. Apesar dos desafios, como o acesso limitado à internet e a presença da violência, a pesquisa indica oportunidades, como a expansão on-line de Manguinhos, sinalizando um caminho de crescimento para a comunidade.

Em síntese, este estudo contribui para o diálogo acadêmico sobre as dimensões temporais da cultura cibernética e da comunicação em rede, reforçando a importância do Fala Manguinhos na promoção de uma identidade comunitária positiva. Suas conclusões apontam desafios a serem superados e oportunidades a serem exploradas, fornecendo orientações valiosas para futuras iniciativas de comunica-

ção comunitária on-line em Manguinhos, alinhando-se aos fundamentos teóricos de Giannotti (2016) sobre a natureza transformadora da comunicação comunitária.

Observa-se que o impacto de um veículo comunitário de informações é capaz de transformar diferentes imaginários ligados às mudanças históricas na (re)construção de identidades locais, uma vez que a comunicação comunitária é um viés de pertencimento e aproximação. Além disso, atuar com comunicação comunitária dentro de uma favela é, acima de tudo, salvar vidas.

Referências bibliográficas

Castells, Manuel. **A Galáxia da Internet**: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Zahar, 2001.

Custódio, L. DA C. Panorama global da comunicação comunitária como ação política periférica. **Mídia e Cotidiano**, v. 10, n. 10, p. 138-157, 23 dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/midiaecotidiano/article/view/9799>. Acesso em: 14 dez. 2023.

Fernandes, Tania Maria; COSTA, Renato Gama-Rosa. As comunidades de Manguinhos na história das favelas no Rio de Janeiro. **Revista Tempo**, Niterói, ano 2013, v. Vol. 19, n. 34, p. 117-133, 30 jul. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/i/2013.v19n34/>. Acesso em: 3 jan. 2024.

Giannotti, C. S.. **Experiências em Comunicação Popular no Rio de Janeiro Ontem e Hoje**: uma história de resistência nas favelas cariocas. Rio de Janeiro: NPC, 2016.

Paiva, R. **O espírito comum**: comunidade, mídia e globalismo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

Peruzzo, C. M. K. **Comunicação nos movimentos populares**: a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

Souza, R. da S. Maré sitiada: o discurso midiático sobre a ocupação militar do Complexo da Maré. **RuMoRes**, [S. l.], v. 9, n. 18, p. 169-184, 2015. DOI: 10.11606/issn.1982-677X.rum.2015.98491. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/Rumores/article/view/98491>. Acesso em: 20 jan. 2024.

Capítulo 21

Desafios do fazer expressivo contemporâneo: a arte como esferacomunicativa em tempos de “vida plataformizada”¹⁴⁶

Pedro Júlio Oliveira¹⁴⁷
Thalyta Cristine Arrais¹⁴⁸

A vida contemporânea impõe desafios à existência humana que extrapolam o contato interpessoal e a presença material dos sujeitos que coabitam os espaços e tempos históricos. O domínio da *techné* molda as formas contemporâneas de compreensão das relações humanas e objetos do campo comunicativo e cultural. A cultura computacional avança e as noções de sociabilidade e vida são gradualmente modificadas, nesse entremeio o fazer expressivo da arte se estabelece como um local de questionamentos e tensões entre as redes e forças tecnológicas e a manualidade humana.

146 Trabalho apresentado no GT 4- Mídia e Dimensões do Tempo - na vida plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

147 Doutorando em Filosofia do Programa de pós-graduação em Filosofia da UFC. Mestre em comunicação pelo PPGCOM- UFPI. Bacharel em Comunicação Social pela UFPI. Membro pesquisador do NUJOC e NEPEC UFPI.

148 Doutoranda em Filosofia do Programa de pós-graduação em Filosofia da UFPI. Mestre em comunicação pelo PPGCOM- UFPI. Bacharel em Comunicação Social pela UFPI. Membro pesquisadora do NUJOC e NEPEC UFPI

Na dinâmica de sociabilidade em rede, como conceitua Manuel Castells (2015), o tempo presentificado pela cibercomunicação impõe à vida humana constantes atualizações e a cada instante nos vemos envolvidos por plataformas e tecnologias artificiais de inteligência - as I.A.¹⁴⁹. O avanço tecnológico, das últimas décadas, encontra-se por diversas frentes relacionado ao desenvolvimento de hardwares e softwares que - cada dia mais “invisíveis” - se ramificam em todas as atividades humanas desde o desenvolvimento científico - nanotecnologia, por exemplo - as práticas de sociabilidade e fazer cultural.

A “internet das coisas”¹⁵⁰ (IoT) toma conta dos lares, automóveis, serviços e vem avançando com a fundamentação programática da reprodução de determinadas formas de comportamento humano por máquinas e até mesmo na busca por uma certa autonomia relacionados a sistemas

149 “Quando se fala de Inteligência Artificial, é difícil defini-la, mas ao longo do tempo ela seguiu quatro linhas de pensamento: I. Sistemas que pensam como seres humanos: “O novo e interessante esforço para fazer os computadores pensarem... máquinas com mentes, no sentido total e literal”. (HAUGELAND, 1985). II. Sistemas que atuam como seres humanos: “A arte de criar máquinas que executam funções que exigem inteligência quando executadas por pessoas.” (KURZWEIL, 1990). III. Sistemas que pensam racionalmente: “O estudo das faculdades mentais pelo seu uso de modelos computacionais.” (CHARNIAK; MCDERMOTT, 1985). IV. Sistemas que atuam racionalmente: “A Inteligência Computacional é o estudo do projeto de agentes inteligentes.” (POOLE et al., 1998).” (GOMES, p.235, 2010).

150 Conceito introduzido por Kelvin Ashton em 1999

computacionais lógicos de “pensamento” e “raciocínio”. Saber quais os limites desse desenvolvimento tecnológico ou até que ponto a automação da vida – pautado numa hiper tecnologização do viver – dar conta das questões de nossa existência, tem sido o trabalho de muitos estudiosos de diversas áreas do saber. Nesse sentido, o trabalho aqui exposto apresenta-se como um caminho de reflexão à expressabilidade da arte na contemporaneidade.

Estamos inseridos numa era do domínio dos ordenadores e algoritmos que tem por potencial a incessante busca pela capacidade de controle técnico e tecnológico sobre os diversos âmbitos da vida social, dentre eles os acessos às formas e modos de manifestações artísticas, obras e linguagens. A experiência com as diversas formas de arte, assim como todo fluxo cultural que ela carrega, vem sofrendo constantes transformações.

Essa dinâmica cibercultural, que engloba o fazer artístico contemporâneo, além de provocar certa alteração estética e temporal de nossas experiências interpessoais nos chama atenção para o jogo da compreensão e interpretação humana sobre as coisas do mundo, que vão desde as nossas próprias configurações enquanto seres finito e questões que afligem a nossa existência – nossos medos, certezas e posições – e até às pautas sociais mais urgentes – como desigualdade, fome, o ódio, meio ambiente, solidariedade e o fazer artístico

“plataformizado”. Nesse sentido é importante que passemos a pensar sobre a instância de expressibilidade da arte diante das demandas e formas que atuam na “vida plataformizada”.

Reflexões sobre IA e arte: instância de expressibilidade e vida plataformizada

Para que possamos pensar sobre a questão da arte, numa esfera comunicativa na vida contemporânea, é imprescindível trazer para o centro da investigação os termos “expressibilidade e plataforma”. Nesse intuito iniciaremos pelo termo plataforma. A palavra não é nova e nem fruto do desenvolvimento tecnológico, apesar de sua grande utilização na contemporaneidade. Se retomarmos a epistemologia de “plataforma” observaremos que a palavra deriva da junção de dois termos, o primeiro em grego πλατφ (“platus”) que significa achatado ou largo e do latim temos “forma” significando molde, aspecto. Tais significados nos remetem à dimensão espacial da vida, à área onde algo acontece, melhor dizendo, ao suporte primeiro para que algo aconteça. Nesse sentido os dicionários de português trazem como possível significação a palavra plataforma “área que circunda”. Quando utilizado em um contexto da política a plataforma diz respeito a um programa de governo de determinado candidato, estado ou organização

política. Quando utilizada na informática, a plataforma tem em sentido literal “modelo operacional” que executa um sistema ou tecnologia o que está por traz - dando suporte operacional - de sistema de computador(es).

Nesse sentido, fazendo uma aplicação naquilo que chamamos de “vidas plataformizadas”, podemos pensar em modos de existir que tenham com área de circunvisão e co-habitação os sistemas tecnológicos de computadores (programas). Estes programas, por sua vez, estabelecem arquiteturas tecnológicas que envolvem diversos âmbitos do dia-a-dia contemporâneo hora com modelos computacionais que Russel (2003) denominou de “AI fraca” e hora com “AI forte”.

A presença, mesmo que, não visível desses modelos computacionais, especialmente à “AI forte”, enquanto forças dinâmicas de apresentação das coisas e relações modificam os modos de vida, formas de sociabilidade e experiências do viver. Como são “sistemas para” possibilitam a existência factual o encurtamento de processos e o controle sistemático de coisas e ações humanas, sejam elas em tarefas individuais ou experiências mais complexas de manualidade, organização e agir coletivo. Como aponta Santaella (2010) ao refletir sobre a arte e a mídia.

Se na era das tecnologias reprodutivas, tão bem estudadas por Walter Benjamin (1975), o sensorio humano foi submetido a um complexo tipo de treinamento, que resultou na habilidade de reagir à experiência do choque, agora a imersão na “dromosfera” (Virilio 1977, 1984) conforma os espaços sociais, políticos, militares, culturais e psíquicos a vetores de movimento e à velocidade de transmissão com que esses vetores se realizam. Em lugar da aldeia global de ações sociais simultâneas e consciências unificadas preconizada por McLuhan (1964, 1971), tem-se o não-lugar-do-espaco-veloz em que o tempo é medido em nano segundos, impingindo ao ser humano um ininterrupto reajustamento do senso de realidade (Santaella, 2010, p.316).

É ao refletir sobre o reajustamento do senso de realidade humana que a plataformaização do viver apresenta pontos que merecem a atenção e vigilância coletiva, visto que, por se tratarem de arquiteturas programáveis, os modos de utilização e controle sobre esses programas têm por potencial o domínio sobre as práticas e modos de existir, influenciando desde as atividades mais simples do labor diário às mobilizações coletivas de sociabilidade e expressabilidade. Nessa dinâmica de “plataformização da vida” o agir coletivo é disfarçado pela personalização de condutas, que numa via de mão dupla contribui como plano de fundo às formas padronizadas de pensar e agir coletivamente. Nesse momento da

história, pontuamos, que a instância de expressabilidade da arte tem um papel fundamental na desestabilização e vigi-
lância do processo de plataformização do viver. Assim, que
possa prosseguir pensado a questão é imprescindível que se
traga para o debate: o que seria a expressabilidade?

Para melhor entendimento do termo é necessário fazer
o caminho etimológico da palavra “expressão”. Derivada do
latim “*expresio, onis*”, o termo tem como significado primário
espremer, representar. A palavra expressão tem na sua car-
ga de significação a ação - em especial a ação humana - de
exprimir. Tal definição agrega ao termo a qualidade geracio-
nal da criação intelectual e prática. Por meio da linguagem o
expressar humano é percebido como pôr algo na cena enun-
ciativa, trazendo à tona o expressado, a partir da potência
do exprimir em suas múltiplas modalidades (palavras, gestos,
formas, materiais, cores, tons, melodias, cenas, etc).

Dessa forma, o expressado traz à tona questões e verda-
de que vão muito além do dito, possibilitando à experiência
humana o tato e o alargamento de mundo vivido. Tal qua-
lificação da expressão nos possibilita pensar na apropria-
ção histórica do sujeito sobre asua qualidade de represen-
tar (exprimir), acionando a expressabilidade, em especial na
expressabilidade artística. Nesse campo da vida humana, a
expressabilidade tem ligação originária ao vivenciado, como
pontua Gadamer (2015) ao refletir sobre o conceito de “vi-
vência”.

O vivenciado é sempre a vivência que alguém faz de si mesmo, e o que ajuda a construir seu significado é o fato de ele fazer parte da unidade de si mesmo e conter uma referência inconfundível e insubstituível com o todo da vida. (GADAMER, 2015, p.113)

Dito isto, a expressabilidade contingenciada na experiência com a arte conflui a compreensão humana do todo e de si, tendo como atravessamento interpretativo o espírito da história, a “história efetual”. Essa instância de expressividade da arte exige dos polos (sujeito e objeto artístico) o envolvimento criativo e vivencial, visto que a arte é possuidora de um potencial desestabilizador e comunicativo no seu exprimir. Assim, voltando-nos ao centro da questão aqui suscitada, o fazer artístico contemporâneo, em especial aqueles que tem como ferramenta ou princípio gerativo as IA’s tem desafios enormes a serem solucionados, dentre eles é preciso que reflitamos: até que ponto é possível a criação pela máquina? Até que ponto a arte das inteligências artificiais dão conta da expressabilidade do espírito humano?

Tendo como objetivo dialogar com as questões postas, tratamos no tópico que se segue sobre o espírito expressivo do fazer artístico e os desafios da criação por meio de plataformas de AI’s.

Arte e AI´s: o espírito expressivo em questão

As experiências mediadas e mediatizadas com a arte e, por conseguinte, a forma como nos relacionamos com as linguagens artísticas contemporâneas, independente do local em que estávamos no instante da experiência artística – seja na produção ou recepção da obra –, traz à tona verdades que não são acessíveis por outras formas senão pelo contato com a obra de arte. Assim, a experiência com as obras de arte na contemporaneidade possui um caráter hermenêutico interessante a ser pensado, visto que ao passo que apresentam-se como elementos culturais nas mais diversas esferas comunicativas põem e impõem desafios ao fazer expressivo contemporâneo..

Nesse movimento de devir a arte independente do seu [re]conhecer-se diante do fenômeno artístico revela que o mundo circundante pode e é representado como modos de compreender e interpretar a vida, seja ela prática, filosófica ou poética. Num sentido mais amplo é preciso reconhecer a arte como elemento constitutivo da “vida humana”, “natureza humana” e pelo seu caráter temporal é preciso pensar as questões que afligem nossa época, dentre elas o papel das inteligências artificiais nos processos artísticos de criação e produção de sentido.

A presença incessante de hardwares e softwares em nosso cotidiano possibilitam as “inteligências artificiais” uma

presentificação no mundo da vida que colocam em questão “natureza humana” em sua complexidade. Os debates acerca do “domínio humano” sobre as máquinas têm a cada dia tomando novos contornos, e as previsões mais catastróficas dessa relação apontam para uma inversão de polos de poder - as máquinas que dominariam a atividade humana. Nesse percurso histórico do desenvolvimento maquínico e cibernético Stuart Russell e Peter Novig (2013) atentaram para uma certa historiografia das IA, segundo os autores a evolução das IA's é composta por duas fases: i) Clássica (busca e lógica) e ii) Moderna (raciocínio probabilístico e aprendizado de máquinas). Ao longo da primeira e segunda década do século XXI as ciências da lógica e computacionais dedicaram-se à superação da dependência da humana, apesar de sua dita subserviência às necessidades da humanidade, e com uma certa perícia teórica surgem termos como o pós-humanismo.

O desenvolvimento tecnológico resultou em um momento histórico permeado por bancos de dados e operacionalização de ferramentas logaritimizadas que possibilitam “matematizar” e num esforço lógico reconfigurar os modos de criação, inclusive artística, inicialmente pelo potencial auxiliar da “inteligência artificial” existente. No entanto, apesar de toda evolução das ciências computacionais e lógicas a incapacidade de existir uma arte autônoma fruto

das criações de “inteligências artificiais” ainda provocam uma incômoda questão ao estudiosos de diversas áreas: será possível as IA’s criarem arte com intenção e estéticas próprias? Que sentidos passam a entrar em jogo nas produções artísticas contemporâneas?

Tais questionamentos nos fazem refletir à primeira vista sobre o impacto desse movimento tecnológico diante do fazer expressivo contemporâneo, nesse sentido, poderíamos abordar a questão da arte e inteligência artificial por diversos caminhos, mas nessa comunicação partiremos do quadro teórico da fenomenologia hermenêutica, em especial da hermenêutica filosófica gadameriana, dedicando-nos a investigar as questões que dizem respeito ao sentido das coisas que são postas ao encontro do *Dasein*.

Na obra *Verdade e Método*, publicada na década de 1960, o filósofo alemão Hans George Gadamer (1987) postula que fazer hermenêutico está na práxis, no contato com as coisas do mundo, inclusive no contato com a arte, para além das questões que norteiam a estética ou a lógica. É ao observar o acontecimento do ser na experiência com a obra de arte que Gadamer (1985) apresenta interessantes caminhos para refletir o processo da compreensão e interpretação a partir da experiência humana do sentido. Desta forma a experiência com a obra de arte na contemporaneidade, ao reivindicar uma certa atualização de práticas e linguagens, apresenta-se

como um local de encontro, de reconfiguração e perspectiva de ver o mundo, por e pela arte.

O movimento comunicacional contemporâneo da arte nos impulsiona a pensar sobre o jogo hermenêutico da arte - enquanto dito por essência - com modos de vida contemporâneos. Em cada momento histórico as diversas linguagens artísticas, por meio de um trabalho da historicidade e por si da consciência histórica, tendem a enriquecer mutuamente nossas formas de entendimento do mundo e nossas maneiras de nos entendermos. Se pensarmos que na contemporaneidade no jogo da arte se faz presente as linguagens computacionais e os sistemas cibernéticos que em casos extremos se dizem aptos à “criação artísticas”, temos questões importantes ao espírito humano e ao papel a longo prazo desses modos de ser e fazer artístico.

Em 1928 Harold Cohen inventou a Aaron, uma máquina que procurava “produzir obras de arte”. Ao longo de cinco décadas o desafio posto à invenção de Cohen, que teve sua programação atualizada a cada mês, falhou, visto que em 2016 o próprio inventor revelou a incapacidade de autonomia criativa de Aaron. Nesse caminho outros exemplos como a *The painting fool* ou a *The Next Rembrandt* buscaram a criação de obras de arte por máquinas com estéticas e conteúdos que pudessem convencer os espectadores de sua capacidade criativa e inventiva. Nos últimos anos softwares

e aplicativos que tem como fundamento à Inteligência Artificial Gerativa (GenAI) - como exemplo temos o *Redraw*, *ChatGPT*, *InventioStable Diffusion* - reivindicam esse espaço de criação artística por meio de plataformas, entretanto todas até o momento sem o sucesso criativo esperado.

A crítica maior feita pelos artistas e estetas às tentativas de criação artísticas por robôs ou máquinas de arte é a incapacidade inventiva dos sistemas, sendo esses apenas operadores reprodutores de modelos humanos criativos, filosoficamente falando o espírito da arte não estaria presente nas produções de IA, a ponto que pudessem caracterizá-las como obras de arte.

Essa incapacidade da autonomia e criação artística pelas IA's nos faz trazer para o diálogo próprio da ontologia da arte, atentando para o fazer artístico como um acontecimento de ser que revela verdades que vão para além do método, técnica ou cientificidade dos processos. A justificação da arte, em especial seu potencial de verdade, é um tema que desde Sócrates paira sobre o fazer filosófico Ocidental. Não que a arte necessita de justificação para sua existência, ela é. Porém a necessidade humana de domínio sobre as coisas e do conhecer não podem perder vista a verdade que arte requisita e que em um movimento dual provém de suas linguagens. Assim, as instâncias expressivas que se impõem as dinâmicas de vida contemporânea nos fazem pensar sobre o

potencial de sentido dos operadores maquínicos nos processos de criação artística.

Hermenêutica da Obra de arte: o jogo como um caminho a expressividade da arte

Recorrendo à filosofia moderna, em *Fenomenologia do Espírito*, de Hegel (2014) a arte é pensada como religião artística, por meio de uma elevação especulativa das “belas artes” até a “arte”. Com esse movimento sistemático, Hegel introduz explicitamente uma divisão entre a estética e a filosofia da religião, tendo como chave dessa transformação a passagem da arte enquanto revelação (em especial na arte romântica) para a arte enquanto fundada sobre a intuição. Gadamer pondera que, “a religião artística se acha fundada sobre o ponto de vista da intuição, a religião da revelação sobre o ponto de vista da representação e a filosofia sobre o ponto de vista do conceito” (Gadamer, 2010, p. 71).

Partindo dessas definições, Gadamer defende a tese que o caráter passado da arte, ora suscitado pela crítica estética de Hegel, nada teria de apocalíptico sobre a arte em si e não deveria ser tratado como fora pela tradição estética moderna como a “morte da arte”. Em uma investigação filológica a respeito do movimento especulativo de Hegel, o filósofo de Marburgo observa que antes de fazer tal afirmação catas-

trófica sobre o fim da arte é preciso que observemos o contexto histórico no qual o Hegel se encontrava, que incluem inclusive os vestígios linguísticos que levaram a tal doutrina estética.

Eu defenderei reiteradamente a tese de que a doutrina do caráter passado da arte significa na verdade a liberação da arte enquanto arte; uma tese para qual tenho inicialmente a meu favor a evidência linguística. A terminologia ensina que foi somente no tempo de Hegel que se afrouxou a tal ponto laço entre as habilidades artísticas de todos os tipos e a “arte”, que a adição do termo “belo”, ou seja, que a expressão “belas artes” se tornou supérflua. (Gadamer, 2010, p.76)

Nesse sentido, a tese defendida por Gadamer é que ao invés de decretar o fim ou a morte da arte como acontecimento histórico, na verdade a doutrina de caráter passado da arte defendida por Hegel, tem como significação mais contundente a liberação da arte enquanto arte. Por esse entendimento a doutrina do passado da arte seria percebida, agora, como a não dependência da arte à ideia de “belas artes” - da era clássica - ou mesmo a sua serventia e subserviência à revelação divina - reflexo da ideia da era romântica que subordinou a arte e o fazer artístico à difusão do cristianismo pondo em cheque a verdade das obras - uma verdade

absoluta - em detrimento da verdade da pregação que em múltiplas figuras da criação artística apresentara a dissonância entre o fenômeno e ser. .

Assim ao fazer declarações sobre a passagem de uma era a outra, ou melhor dizendo de uma forma artística a outra, Hegel ao enunciar o de “fim da arte”, está muito mais interessado em indicar algo sobre o fim de um período, tendo por propósito uma “tal passagem”, na ordem de uma reflexão filosófica do que o transcurso do acontecimento da arte em si. para validar sua Gadamer faz uma analogia ao caráter de fim da história ou mesma transição entre as formas de arte.

Entretanto, num movimento especulativo, Hegel reconhece a verdade da arte somente ao submetê-la ao saber conceitual da filosofia. Essa proposição é um ponto importante de divergência, e por isso mesmo de suma importância na proposição hermenêutica de Gadamer, especialmente no que tange à experiência com a obra de arte e o seu potencial de dizer enquanto local de verdade. Dessa forma “a medida em que a verdade do conceito se torna assim todo-poderosa, subsumindo em situada experiência, a filosofia de Hegel volta a negar o caminho da verdade que reconheceu na experiência da arte.” (Gadamer, 2014, p. 151)

Para Gadamer, o reconhecimento do “passado do belo” e até mesmo o ânimo aventureiro do artista aponta para a latência da estruturação ontológica da arte tendo como base

a “fenomenologia hermenêutica” da existência, pondo como tarefa a manutenção hermenêutica que realiza o nosso ser, mesmo distanciando-se da experiência estética ou em descontinuidade do ser estético. Assim a compreensão da experiência oportunizada pelo encontro com as obras de arte desde sempre significa um fenômeno hermenêutico, não no modelo do método científico - como pensado nas propostas hermenêuticas de Schillaemayer ou Dilthey - mas como um fazer compreensivo - e por si interpretativo - que tem morada no próprio modo de ser da obra de arte¹⁵¹.

Partindo da premissa gadameriana de que arte é declaração (Aussage) e que nesse dizer reside a missão hermenêutica do compreender, é importante olhar para os ditos de nossotempo, salientando sempre o caráter filosófico e em especial a ontologia de tudo aquilo que nos rodeia e se põe em nosso horizonte interpretativo diante as questões do espírito. Assim, arte é percebida como um mistério que vem ao nosso encontro, sempre na condição de algo a nos dizer.

“[...] a obra quer ser entendida como algo que ela “quer dizer” ou “diz”. Trata-se de uma exigência proposta pela “obra”, exigência que espera ser resgatada. Ela exige uma resposta que só pode ser dada por aquele que acatou a exigência” (Gadamer, 1985, p. 42).

151 VM I. Gadamer, 2014, p.153.

A presença declarativa da arte, tantas vezes apresentada por Gadamer, permite que pensemos sua presença na experiência da finitude humana e na forma como em cada época o dizer da arte traz para o jogo novas formas de significação e modos de apresentação dos mundos que nos circundam. Como reflete Gadamer, “o que propriamente experimentamos numa obra de arte e para onde dirigimos nosso interesse é, antes, como ela é verdadeira, isto é, em que medida conhecemos e reconhecemos algo e a nós próprios nela.” (Gadamer, 2015, p.169)

Nesse contexto estamos dispostos a pensar a ontologia da arte na contemporaneidade, não para uma apresentação de exclusividade da questões para um estilo ou formas de arte de um determinado movimento artístico ou numa defesa da escola contemporânea de arte - como é feito nas críticas e ensaios estéticos - , longe disso, nossas reflexões nas trilhas de Gadamer volta-se aos ditos da arte enquanto acontecimento de ser. Nessa guinada buscaremos dialogar com as proposições da Hermenêutica Filosófica atentamos para arte enquanto conhecimento e tendo na experiência da obra de arte um espaço onde o conhecimento é partilhável.

Para Gadamer a arte possui em essência uma constitutividade simbólica, não por ter como fundamentação o caráter remissivo ou mimético no sentido aristotélico - de algo que nos remete à outro que está para além dela - mas pela ne-

cessidade de encontro, de interpretação, que é próprio do modo de ser da arte.

Um aspecto que é grandioso e admirável na obra de arte, nas palavras de Gadamer, “é que essa interpretação determinada não representa um grilhão para nosso ânimo, mas justamente abre espaço de jogo da liberdade lúdica de nossa capacidade de conhecimento.” (Gadamer, 2014, p. 94).

Outrossim é, também, por meio da sua ludicidade a experiência da arte abre-se momentaneamente ao outro e com isso recupera a integridade que é própria do instante do fazer artístico - o momento da criação. Nessa dinâmica do conhecer a duração da arte é um aspecto fundamental à sua ontologia - inclusive às artes transitórias como a música, o cinema e o teatro que tem como fundamento a repetibilidade. Na à experiência de acontecimento simbólico da arte, a obra é “bem sucedida” quando permanece e nesse permanecer resida o sentido libertário ao gosto afirmativo ou ao sentido qualitativo de gerações históricas diversas. A duração da arte reivindica uma atemporalidade, uma atualidade que extrapolatodo fazer conceitual ou estético humano, sendo enquanto movimento o processo que se abre a possibilidades do viver.

Frente a uma obra de jamais é possível apossar-se de seu ser de uma única forma, visto que o misterioso processo de interpretação artística, que se sustenta tantas vezes na

impressão do instante da experiência, não é alcançável por nenhuma linguagem, a não ser as linguagens da arte. Na experiência com a obra de arte mesmo aquilo que está fechado à nossa compreensão não é percebido como algo que se limita, pertencendo, assim, à continuidade da auto-compreensão como um movimento de saber a experiência humana.

Retomando um pouco a trilha da tradição hermenêutica - em específico trazendo para o diálogo Heidegger¹⁵² em sua conferência traduzida para o português como “*Origem da obra de arte*” - e atentam dos que para compreender o jogo hermenêutico da experiência da arte é preciso trazer à tona elementos que extrapolam a própria ancoragem metafísica das vivências conceituais. Nesse percurso é fundamental abrir o horizonte compreensivo para as possibilidades que a experiência com arte oportuniza quando desvela-se (mesmo que sempre parcialmente) no encontro com o Dasein, visto que no jogo hermenêutico da experiência com a obra de arte “aprendemos a nos compreender e na continuidade da nossa existência suspendemos a descontinuidade e a pontualidade das vivências” (Gadamer, 2014, p.149).

Com a guinada ontológica à arte enquanto conhecimento e abertura para o “encontro com”, em um primeiro e

152 Atentamos especialmente ao conceito Heideggeriano da Terra enquanto determinação ontológica fundamental à obra de arte.

fundamental movimento, a autocompreensão¹⁵³ do fazer artístico deixa de ser percebido tão somente pelo seu caráter mimético e adquire um status de espírito vivificador onde o objeto ou a visão do artista dão lugar uma “energia espiritual ordenadora” que unificam as coisas e trazem constante e vigorosamente o novo para o diálogo com a tradição.

Toda obra de arte continua sendo assim com o assim como era antigamente uma coisa cuja existência brilhava e na qual era gerada uma ordem na totalidade. Talvez elas não sejam mais uma ordem que possa conjugar em termos de conteúdo com as nossas representações das ordens que outrora unificaram as coisas familiares com o mundo familiar, mas trazem consigo um emprego constante novo e vigoroso de energia espiritual ordenadora (Gadamer, 2010, p.22).

É nesse sentido que arte com o seu modo de encantamento misterioso eleva aquilo que “representa” ou aquilo com que ela se representa¹⁵⁴ a um novo modo de mostrar e

153 A obra de arte que diz algo confronta-nos com nós mesmos. Isso quer dizer: ela enuncia algo, de acordo como modo como esse algo é dito, se mostra como uma descoberta, isto é, como descobrimento de algo encoberto. Nisso repousa aquele encantamento. Nada que conhecemos é “tão verdadeiro, tão essente”. (GADAMER, 2010, p.7)

154 Na verdade o que está em obra na representação da arte é o reconhecimento que se caracteriza como um genuíno conhecimento da essência. (GADAMER, 2010, p.171)

mostrar-se, um novo “ínfimo cosmo”, que “em si é ordenado em si” - a autonomia da arte - e esse ordenamento permite que fale a seu modo de figuras familiares de nosso mundo circundante, de nossa cultura, de nosso tempo, de nossa relações em um movimento de significações originárias. Uma das características residentes no modo de ser da arte é o “encantamento”, nas palavras de Gadamer

A experiência da arte jamais compreende apenas um sentido do cognoscível, tal como acontece na questão da hermenêutica histórica e em sua lida com os textos. Isso quer dizer: ela enuncia algo que, de acordo com o modo como esse algo é dito, se mostra como uma descoberta, isto é, como o descobrimento de algo encoberto. Nisso repousa o encantamento (Gadamer, 2010, p. 7).

Para Gadamer a ontologia da obra de arte, que tem como principal elemento constitutivo a sua presença misteriosa, coloca a hermenêutica filosófica em uma relação de mutabilidade possibilitando o esclarecimento hermenêutico a partir da experiência da arte em via oposta a interpretação da experiência da arte a partir da doutrina hermenêutica da compreensão. Nesse entremeio é preciso que deixemos claro algumas questões que entram nesse jogo dual, especialmente no que tange à forma como a obra de arte se dá ao *Dasein* enquanto experiência de verdade.

Considerações

Trazendo para o centro da questão a produção de sentido, em especial a expressabilidade da arte na vida contemporânea, podemos considerar que a relação com a obra de arte não é expressa por um encontro sempre harmônico ou de permanente familiaridades, pelo contrário, a arte possui um caráter de surpresa que ao se fazer presente sempre coloca em cheque nossas certezas, prejuízos e convicções, convocando-nos a imersão no jogo da compreensão de seus dizeres. Nesse aspecto todo interpretar e compreender a experiência com a obra de arte é em princípio um movimento de encontro consigo mesmo.

Nesse mover-se, mesmo que o fazer artístico contemporâneo possa ser mediado e atravessado pelas tecnologias de inteligência artificiais, a presença de significação da arte não poderá ser tão somente um produto de uma racionalidade objetual tecnológica, mas em essência estará sempre a indicar um abrir-se e um voltar-se ao ser, visto que é nesse movimento dual que reside o encanto da verdade que está encoberto na ontologia da obra de arte e em seu significado hermenêutico.

Assim o encantamento misterioso da arte, enquanto ontologia, oportuniza simultaneamente à sua estética o desvelar e ocultar da existência, num jogo onde o compreender

de certas características só podem ser apreendidos e percebidos na experiência artística, seja na condição de artista ou de espectador. Envolvido no jogo dos sentidos, e para além um juízo monológico de uma tecnocientificidade radical - diversas vezes motivada pela falta de clareza sobre os procedimentos de IA. Como aponta Casanova (2010), na experiência da arte o *Dasein* oportunizado pelo ânimo - sensação de admiração, consternação e comoção - é tomado e envolvido no jogo da experiência da arte movendo-se compreensivamente pela ação de ser tocado pelo que foi dito, na forma da linguagem artísticas. Numa esfera comunicativa e de expressabilidade é potencializado o diálogo vivo que configura novas descobertas de sentido a partir do modo de dizer da experiência artística. A experiência da arte, diferente das demais atividades e técnicas humanas, oportuniza àquele que se envolve com sua aura a possibilidade de ir ao encontro encantador emisterioso do devir humano, que, limitado pelos procedimento e técnicas da cientificidade moderna, não podem ser algoritmizando ou matematizado em padrões de experiência de IA.

A experiência da arte, por sua vez, impõe ao instante do encontro o diálogo, a presentificação da linguagem em suas múltiplas modalidades e que se manifesta e se encobre na "originalidade" da arte, que sempre solicita ao intérprete uma reação, que é impulsionada pela presença artística que

sempre tem a primazia da primeira palavra. Nesse aspecto a experiência com a obra, enquanto diálogo verdadeiro e profícuo, abre a oportunidade de novas experiências compreensivas capazes, inclusive, de obstruir e superar a verdade objetiva e o conceito científico, num movimento de encontro consigo mesmo.

Referências bibliográficas

Castells, Manuel. **O poder da comunicação**. 1ª Edição, São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

Gadamer, Hans-Georg. **Atualidade do Belo**: a arte como jogo símbolo e festa. Tradução de Celeste Aída Galeão. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1985.

Gadamer, Hans-Georg. **Verdade e método I**. Tradução de Flávio Paulo Meurer. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

Gadamer, Hans-Georg. **Verdade e Método II**: Complementos e Índices. Tradução de Ênio e Paulo Giachini. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

Gadamer, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**. 2ª edição. Tradução de Marco Antônio Casanova. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

Gadamer, Hans-Georg. **Autoapresentação de Hans-Georg Gadamer** (*11.02.1900) (Concluído em 1975). In: GRONDIN, Jean (org.). O pensamento de Gadamer. São Paulo: Paulus, 2012, p. 23-72.

Heidegger, Martin. **Ser e Tempo**. Parte I. 15ª edição. Tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2005.

Heidegger, Martin. **A origem da obra de arte**. Tradução de Idalina Azevedo e Manuel António de Castro. São Paulo: Edição 70, 2010.

Hegel, Georg W. F.. **Fenomenologia do espírito**. Tradução Josiah Royce. Ed. Petrópolis: Vozes, 9ª edição, 2014. pt.1.

Norvig e Russell, Stuart J. **Inteligência artificial**. Stuart Russell, Peter Norvig; tradução Regina Célia Simille. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

Santaella, Lucia. **O papel das artes na vida pós-humana**. In: #9. ART - Encontro Internacional de arte e mídia, Suzete Venturelli (org.) - Brasília, 2010, p. 315-320.

Capítulo 22

O mercado do corpo: Como a mídia produz, distribui e cria consumidores¹⁵⁵

Kássia Letícia Ribeiro da Costa FERNANDES (UFPI)¹⁵⁶

O imaginário relativo ao corpo contemporâneo, difere de qualquer outro período histórico já presenciado. Nunca se teve uma preocupação tão grande com a beleza, a juventude e o prazer. A eterna busca pelo hedonismo se apresenta, também, como fator determinante nesse processo (Maroun e Vieira, 2008). Essa cultura corporal na sociedade contemporânea vem fazendo com que um número cada vez maior de pessoas tente adequar-se aos padrões de beleza vigente, visando a uma perfeição física praticamente inalcançável.

Desde os tempos mais remotos da história e da pré-história, o ser humano faz do seu corpo um objeto cultural. Relatos em que os povos primitivos usavam substâncias para maquiagem e embelezamento, demonstrando a preocupação com aparência são facilmente encontrados na literatura, em que rostos e corpos eram pintados e tatuados para

155 Trabalho apresentado no GT 3- Mídia e Dimensões do Tempo – na vida plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023

156 Mestranda Especial do Programa de Pós-graduação em Comunicação/ CCE da Universidade Federal do Piauí. E-mail: kassialeticia@hotmail.com

agradar aos deuses e afugentar os maus espíritos. Neste período o homem vivia em busca apenas da sobrevivência, com atividades voltadas para alimentação, fuga de animais e rituais dirigidos aos seus deuses. Já na Grécia clássica, período compreendido entre os anos V e IV a.C, os gregos nos transmitiram o gosto pela harmonia, pela proporção das formas e pelo equilíbrio perfeito, e os padrões de beleza e harmonia criados nesse período são imitados até hoje. (Suenaga. et al , 2012).

Termos como: shape, trincada, esculpida, “sarada”, tem se propagado desde as últimas décadas do século passado como signo do homem contemporâneo. O cotidiano funciona como fundamento da referida tendência, na medida em que a importância atribuída ao presente justifica a prática de consumo da cultura do corpo, por parte dos indivíduos, e a “necessidade” da mídia de pautar e refletir esta temática. (Mendes, 2010).

Por meio do corpo, o homem apropria-se da substância de sua vida traduzindo-a para os outros, servindo-se dos sistemas simbólicos que compartilha com os membros da comunidade (Le Breton, 2007). Para Trinca (2008), a ênfase na precariedade da carne, na imperfeição, na falta de resistência, no envelhecimento progressivo e na morte como ameaça constante alimentam o imaginário social referente ao descrédito para com o corpo real e amparam

diversas pesquisas científicas e numerosas práticas que pretendem remediar as deficiências do orgânico por meio de procedimentos técnicos e métodos de gestão e controle. A era do “pós-orgânico” e da “pós-humanidade” celebra a condição do corpo-máquina. Nesta perspectiva, Foucault (2002) salienta que o tipo de investimento do corpo necessário ao funcionamento da sociedade capitalista se transformou à medida que os corpos se tornaram úteis e adestrados. o corpo é valorizado e, assim, pode-se ressaltar que o mercado o descobre, o liberta, para em seguida aprisioná-lo em uma malha de necessidades e exigências sem fim.

Para Valerio Brittos (2006), a mídia e suas tecnologias seriam lugares, por excelência condutores e provocadores da cristalização de uma sociedade marcada por relações de poder desiguais, atuando como dinamizadoras do controle social. Este autor afirma ainda que as mídias exercem um papel fundamental, na medida em que contribuem com tecnologias de observação e ainda propõem padrões de comportamento.

Dessa forma, analisaremos o corpo como uma construção sociocultural, ou seja, além do seu aspecto biológico, porém daremos ênfase ao contexto cronológico docapitalismo, com discussões em torno da corporeidade e da maneira como esta se apresenta nas redes sociais.

Método

O trabalho parte de uma abordagem analítico-descritiva e perspectiva crítica a partir do contexto histórico, político e social em que os eventos acontecem no observável. Para isso, Gil (2002) afirma que as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

Dourado (2008), aponta o método materialista histórico dialético como quadro referencial desta pesquisa, por contemplar a importância da capacidade de conceber o conhecimento a partir de interpretações ativas da realidade, construídas pela experiência social única para cada indivíduo, e que produz o raciocínio lógico necessário para a interpretação das regras próprias do ambiente pesquisado. Dessa forma pretende-se tentar responder a questão-problema e alcançar os objetivos por meio da sustentação teórica da Economia política da Comunicação - EPC.

São inúmeras as áreas e especialidades capazes de estudar, analisar e interpretar questões relacionadas

ao corpo, neste sentido, buscamos articular algumas delas afim de compreender de forma dialética o corpo e suas manifestações. No entanto, o núcleo metodológico predominante em nossa análise é dialético-materialista, desta forma, reúne diferentes contribuições como elementos mediadores na construção do fenômeno em sua totalidade concreta. Nesta pesquisa realizamos uma análise acerca da forma como as redes sociais influenciam nesta imagem que os indivíduos tem dos seus corpos e do padrão que desejam alcançar, observando de que forma o Instagram influencia nos padrões criados e recriados de acordo com o tempo ou as exigências do mercado. Para Trinca (2008) os estudos que tem preocupação com a corporeidade humana ao focalizar criticamente sua transformação em mercadoria, mostram a economia enquanto esfera privilegiada na análise de como o corpo disciplinado e dominado se relaciona e se constrói por meio do processo de produção e consumo, ao considerar a mercadoria como mediadora das relações sociais estabelecidas no capitalismo.

Resultados e discussões

A modernidade capitalista, com suas profundas transformações sociais, culturais e econômicas, trazidas pelas revoluções burguesas, pelo desenvolvimento das forças produtivas e pela reconstrução do espaço urbano, nos oferece

elementos históricos para fundamentação de nossa análise, pois além da implantação de um novo modo de produção, estabeleceu-se um amplo e dinâmico processo civilizatório, o qual além de implicar em uma mudança societal de âmbito global, promoveu alterações na subjetividade humana, entre elas as que estão associadas às novas expectativas com relação ao corpo. Frederic Jameson (1994), nos desafia a caminhar em direção à história do corpo, buscando inseri-lo sempre num contexto social capaz de nos levar a compreender os nexos estabelecidos entre o fenômeno particular investigado e as dimensões mais gerais de uma totalidade em movimento.

Assim como o processo de modernização alterou o ritmo e os aspectos da vida no século XIX, Jameson (1994) mostra que as linguagens midiáticas alteraram definitivamente a subjetividade e os modos de viver após a Segunda Guerra. A cultura baseada na imagem, servindo-se de meios como a televisão, o computador, o cinema e a publicidade, se sobrepôs ao instrumental da imprensa escrita e à cultura literária anteriormente predominante, apontando, deste modo, a onipresença da imagem nos mais diferentes setores da vida. Anderson (1999) salienta que o grande divisor de águas tecnológico que demarcou o pós-moderno e possibilitou a implantação da sociedade da imagem foi a invenção da televisão. Jameson (1994) lembra que a simbiose entre mídia e mercado assinala a identificação gradual da mercadoria

com sua imagem (ou marca, ou logotipo). Nela as fronteiras ficam submersas (configurando o pós-moderno) e a “indiferenciação de níveis” aos poucos toma o lugar da divisão entre cultura e economia.

No Brasil, desde meados do século XIX, os desejos de modernidade se expandiram, sob o influxo da expansão urbana e crescimento das atividades agro exportadoras. Junto com essas transformações urbanas e comerciais, destacava-se a expansão da circulação de periódicos, jornais diários e revistas que veiculavam cada vez mais e de forma diversificada anúncios de produtos, que também apareciam em cartazes espelhados pelas cidades. Por meio da publicidade, buscava-se divulgar as novidades do mercado, existência de novos produtos, marcas e serviços, de modo a despertar o desejo de consumo nos leitores. Trinca (2008), afirma ainda que desde 1850 os produtores de remédios e cosméticos eram os maiores anunciantes e possuíam uma grande influência e impacto perante o público.

Soares e Barros (2014), aponta que já em 1920-22 cerca de 35% das publicidades apresentadas mensalmente nas edições da revista eram direcionadas especificamente à modelagem do corpo, se apresentando como remédio ou cosmético, numa função múltipla de cuidar, tratar e embelezar. As propagandas veiculadas em periódicos disseminam muito mais que as possibilidades de simples aquisição e incuti

gostos, hábitos e discursos em seus leitores através das propagandas, sendo, portanto, espaços de convencimento (Silvia Sasaki, 2010).

A valorização do corpo em um momento histórico no qual se apresenta um brutal investimento da tecnociência em direção à superação do limite da materialidade humana, aspirando a concretização do chamado homem-máquina parece indicar mais um dos paradoxos presentes na atualidade (Trinca, 2008). Ao mesmo tempo em que se é possível questionar como corpos cada vez mais livres se aprisionam a modelos e padrões ditados pela cultura do consumo, e que se remodelam à medida que surge um novo padrão estabelecido pelo mercado:

o sistema capitalista cria ou busca captar para os seus propósitos o conjunto de mediações sociais, o que mostra uma relação entre elas. Esta processualidade atende a um todo econômico, muito mais do que político, de onde a articulação desarticulada é evidente, tendo em vista não haver uma orquestração ou qualquer ausência de contradição, mas um macro interesse comum (a lucratividade), em nome do qual as partes podem abrir-se a uma variedade de angulações, já que as metas são mais de curto prazo (BRITTOS, 2006).

Trinca (2008) pontua que o capital se empenha ininterruptamente em moldar os corpos de acordo com suas próprias demandas, ao mesmo tempo em que internaliza em seu *modus operandi* efeitos de desejos corporais, vontades, necessidades e relações sociais em mudança e interminavelmente inacabados. Harvey (2004) acredita que é desta maneira que esse processo interfere nas formas de subjetividade e modela muitas esferas da vida social.

Como o crescimento do mercado de estética no mundo, vemos cada vez mais pessoas tentando se adequar aos padrões criados por ele, seja em procedimentos estéticos ou em práticas corporais que prometem resultados possíveis, ou não. Segundo Vigarello (2006), o corpo se tornou “o nosso mais belo objeto de consumo”. Ao longo da história, a humanidade sempre se preocupou em prolongar a vida e a juventude, preservando o corpo e a saúde. No mundo atual, tais práticas têm um aparato científico, aliando a biologia e a informática em especial, que produz incessantemente novos recursos, tecnologias e produtos no intuito de alcançarmos a ‘saúde perfeita’ (Santos, 2008). Para Trinca (2008) o destaque e a busca por um corpo “perfeito, saudável e jovem” não apenas revela os paradoxos em que se encontra a sociedade, mas também a incongruência de um modo de vida calcado numa racionalidade instrumental que, ao mesmo tempo em que notabiliza o corpo como local de felicidade, de

representação da identidade social, o encaminha para uma obsolescência permeada pela lógica da mercadoria. (Trinca, 2008). Assim, de acordo com Medeiros (2015), a mídia vende um estereótipo, uma imagem de sonho perfeito que passará a ser perseguido incansavelmente e onde o corpo que fuja aos parâmetros preestabelecidos será totalmente rejeitado.

Cesar Bolaño (2014) pontua que o modelo de capitalismo industrial (monopolista) que se desenvolveu ao longo do século XX, sobretudo no pós-guerra, proporcionou a estrutura necessária para que a informação, o conhecimento e a cultura fossem produzidos, utilizados e organizados da forma que conhecemos hoje, como instrumentos de poder político e econômico de tipo particular. Nesta mesma perspectiva, o filósofo Foucault elaborou uma análise sobre o sistema prisional moderno em sua obra *Em Vigiar e Punir*, onde aponta que para além das mutações formais no direito e nas formas de controle social, foi se constituindo uma nova economia política sobre o corpo com as instituições disciplinares modernas.

Agora com a intenção de adestrá-lo e exercitá-lo para que seja reduzido à capacidade de revolta e resistência, na intenção de fabricar corpos que ele denomina “dóceis”. Ou seja, Foucault descreve que a rede do poder disciplinar produz comportamentos e fabrica o tipo de homem necessário ao funcionamento e manutenção da sociedade industrial capitalista: um homem que seja ao mesmo tempo obediente

e eficaz. Desta maneira, pode-se perceber que, para que a indústria capitalista mantenha o seu funcionamento e lucratividade neste setor, precisa vender um ideal de beleza cada vez mais inalcançável, no qual produza maior quantidade e variedade de produtos e serviços com este fim. Portanto, se o padrão de felicidade relacionado ao ideal de beleza, juventude e saúde fosse facilmente atingido, inviabilizaria a própria indústria da beleza e da moda, ou melhor, o consumo como um todo, especialmente no que tange a construção da aparência física (Trinca,2008).

De acordo com Britos (2006), observa-se a mídia e suas tecnologias como os lugares por excelência condutores e provocadores da cristalização de uma sociedade marcada por relações de poder desiguais, atuando como dinamizadoras do controle social.

De um lado, os meios de comunicação distribuem uma cultura (não raro já presente no mundo da vida, mas que é industrializada, o que pressupõe incorporada aos moldes capitalistas) que tende a reforçar os limites da sociedade de consumo, o que implica em condutas que atendem aos interesses do poder, já que marcadas por um controle social. De outro lado, as tecnologias midiáticas espalham-se pelos mais diversos espaços, passando a integrar a sociabilidade, vendendo posturas definidas como adequadas e confirmando lógicas que podem acabar sendo introjetadas pela subjetividade (Britos,2006).

Para ele as mídias exercem um papel fundamental, na medida em que contribuem com tecnologias de observação e ainda propõem padrões de comportamento, mecanismos indispensáveis à introjeção das idéias que conduzem a uma auto-censura. Seguindo esta direção, o próprio Foucault posicionou corretamente a produção e distribuição de comunicação na contemporaneidade. Ele alerta para “os componentes materiais e econômicos da opinião”, constituindo-se as mídias em “uma materialidade que obedece aos mecanismos da economia e do poder em forma de imprensa, edição, depois de cinema e televisão”.

Os hábitos informativos desenvolvidos contemporaneamente vêm se alterando à medida em que se modifica a máquina de comunicação presente na sociedade, onde os processos enunciativos dados na sociedade dita moderna, que estavam seguramente distribuídos e institucionalizados, se embaralham, e assim os lugares e as formas de produção da verdade se reconfiguram, exigindo novos modos de produção e interpretação (Reis, 2016). Nesta perspectiva das tecnologias midiáticas, hoje podemos citar as redes sociais como um desses meios propositores de padrões de comportamento. De acordo com Reis (2016), nas análises de redes sociais, uma boa parte das visualizações de interações realizadas, é possível constatar a forte presença das mídias jornalísticas na produção do debate público.

Para Bolaño (2014), uma rede social pode ser definida como uma estrutura composta por pessoas ou organizações, conectadas entre si através de laços sociais e compartilhando interesses em comum. Os primeiros sites de redes sociais surgiram no final da década de 1990, quando a Internet começou a se popularizar de fato entre os usuários comuns.

Em síntese, seu principal objetivo não é produzir um saber sobre um indivíduo específico, mas usar um conjunto de informações pessoais para agir sobre outros indivíduos, que permanecem desconhecidos até se transformarem em perfis que despertem interesses de qualquer natureza. Inicialmente os bancos de dados se situam num nível infraindividual. Eles não têm apenas a função de arquivo, mas uma função conjugada de registro, classificação, predição e intervenção. É exatamente este conjunto de informações que dá às corporações que captam a subjetividade coletiva através de plataformas de internet um grande poder de mercado (Bruno, 2006).

Vender visões de mundo parece ser o que resta ao sistema tradicional de mídia, acomodado ao modelo corporativo mercadológico. Com a hegemonização do digital, a eles não restará sequer a provisão da infraestrutura de circulação (gráficas, distribuidoras de jornais, redes de radiodifusão),

bem essencial para atrair as verbas de publicidade que lhes permitem financiar a produção (Anderson, Bell e Shirky, 2013). Acrescente-se ainda a emergência dos algoritmos, a inteligência artificial, que também retiram outra parte das atribuições até então humanas e operadas pelo campo do jornalismo de seleção e edição de notícias (Reis, 2016). No entanto, o fato de o cotidiano das plataformas ser conduzido e gerenciado em tempo real por algoritmos não elimina o de que são os seus acionistas majoritários que definem, delimitam e comandam seus códigos e parâmetros. Os capitalistas determinam o que os algoritmos devem buscar, mas dificilmente definem como devem realizar suas operações. A coleta de todo e qualquer dado das pessoas passou a ser considerada imprescindível para formar o melhor perfil de cada consumidor. Com o conhecimento minucioso de cada perfil, será possível tentar modular as suas necessidades e escolhas. Essa constatação reforça a coleta de dados e a expansão do mercado de dados pessoais, assim, seus algoritmos, ao interagirem com os dados, vão buscando definir padrões conforme os objetivos inicialmente definidos (Silveira, 2020).

A venda, nos anúncios publicitários tem sido cada vez menos feita em termos de comando imperativo. Usa-se agora os termos de uma dramatização de uma situação idealizada de consumo no qual se empregam representações sociais do que seja ideal (Brittos, 2016).

Atualmente os anúncios são feitos por meio de histórias contadas e aplicadas em um contexto onde o receptor é induzido a se identificar e conseqüentemente sentir a necessidade ou o desejo do produto apresentado. Tomaél, Alcará e Di Chiara (2005) afirmam: A configuração em rede é peculiar ao ser humano, ele se agrupa com seus semelhantes e vai estabelecendo relações de trabalho, de amizade, enfim relações de interesses que se desenvolvem e se modificam conforme a sua trajetória. Assim, o indivíduo vai delineando e expandindo sua rede conforme sua inserção na realidade social. As redes sociais constituem uma das estratégias subjacentes utilizadas pela sociedade para o compartilhamento da informação e do conhecimento, mediante as relações entre atores que as integram.

De Medeiros Santos, Da Silva e Dos Santos (2016) corroboram com as afirmações anteriores quando afirma que nas redes sociais é possível ver uma cultura de emergência, onde se preza pela instantaneidade das informações e cada vez mais se tornam comuns a disseminação e produção de conteúdo com fins publicitários. É dessa maneira que funciona o aplicativo Instagram, que está entre os aplicativos mais populares do mundo, sendo o 4º aplicativo mais baixado no Brasil em 2015, e é considerado um dos melhores representantes de uma cultura visual e da tendência de redes sociais online baseadas em compartilhamento de imagem

e vídeos (Stolarski, 2018). O Instagram é um aplicativo gratuito, o que contribui para que ele se torne um aplicativo mais acessível, e sua base de relacionamentos se mantém em torno de ter amigos ou seguidores, ou seja, indivíduos que estão vinculados à conta de usuários, como intuito de acompanhar continuamente as atualizações do outro na rede (Piza, 2012).

Com o passar dos anos e de forma rápida, esta plataforma evoluiu, ganhou novas ferramentas de compartilhamento, inclusive de imagens e vídeos em tempo real. Dessa forma, o aplicativo que inicialmente foi criado apenas com a intenção de compartilhamento de fotos de forma nostálgica, tornou-se uma das principais ferramentas de marketing utilizada pelas empresas e ganhou mais espaço no meio digital. O selo de verificação, por exemplo, que objetiva ajudar a encontrar as contas reais de pessoas e marcas, antes só seria disponibilizado após o cumprimento de alguns requisitos solicitados pela plataforma, mas a partir de 2023 o selo pode ser obtido através de uma assinatura mensal no valor de R\$ 55 mensais.

A construção e solidificação de um relacionamento de confiança nas redes sociais entre um influenciador e seu público são de suma importância para que essa relação seja de sucesso e tenha em seu público uma maior receptividade do conteúdo que é ofertado, e por isso observamos uma grande

utilização dessas ferramentas como forma de utilização para fins publicitários. Para De Medeiros (2016), o Influenciador é uma pessoa que consegue influenciar sua audiência, usando de sua reputação adquirida através de blogs, sites ou redes sociais, a praticar determinada ação, seja comprar, ir a um evento, ou experimentar determinado serviço. No entanto Moraes & Saback (2021), afirmam que a profissão de Influenciador Digital nasce para alimentar o capitalismo contemporâneo, que tem como premissa a manutenção do consumo desenfreado de bens e transforma as pessoas em mercadoria. O Instagram é, na contemporaneidade, a mídia social que mais promove o engajamento dos consumidores com marcas, a uma taxa de 4,21%. Isso significa que a interação dos consumidores, neste aplicativo, presentes na mídia com as marcas é 58 vezes maior que no Facebook e 120 vezes maior que no Twitter, por exemplo. Esses números representam forte impacto nas oportunidades empresariais dentro do Instagram (Stolarski, 2018).

Com base nessas informações conseguimos visualizar como o fluxo ininterrupto de imagens está em todo ambiente e os enredos dos meios de comunicação de massa concebem um “real” ou “hiper-real” que substitui a vida cotidiana pelo que ocorre a partir dos monitores. Porém, como afirma Ricardo Melani (2011), enquanto imagens trabalhadas com “bisturi digital” (em softwares como o Photoshop) os

modelos eleitos são impossíveis de serem conquistados, o ajuste, então, nunca é completo, havendo, com isso, sempre distinção entre o corpo real e o corpo ideal, até mesmo porque a estética plástica do corpo ideal vai se modificando num movimento contínuo de distanciamento do corpo real. Para Santos (2008), é dessa forma que os indivíduos permanecem na corrida em busca da beleza ideal, ditada pela supremacia da aparência.

Considerações finais

A cultura do consumo dentro da perspectiva do mercado do corpo, se ela poder ser definida, poderia ser dita como um acordo social onde a relação entre cultura vivida e recursos sociais, entre modos de vida significativos e os recursos materiais e simbólicos dos quais dependem, são mediados pelos mercados que segundo (Slater, 2001). A cultura do consumo define um sistema em que o consumo é dominado pelo consumo de mercadorias, e onde a reprodução cultural é geralmente compreendida como algo a ser realizado por meio do exercício do livre-arbítrio pessoal na esfera privada da vida cotidiana. Dessa forma, estudaremos conceito como: corpo como mercadoria, estética, marketing, imagem corporal, e corporeidade.

Pela importância da valorização da subjetividade dos corpos, questões relacionadas ao corpo, mesmo sendo explorada de forma contínua no meio acadêmico, sempre permitirão novos olhares das mais diferentes perspectivas.

Referências Bibliográficas

Anderson, Christopher W.; Bell, Emily; Shirky, Clay. **Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos**. Revista de Jornalismo ESPM, v. 5, n. 3, p. 30-89, 2013.

Bolaño, César RS; Vieira, Eloy S. **Economia política da internet e os sites de redessociais**. Revista Eptic Online, v. 16, n. 2, 2014.

Brittos, Valério C.; Gastaldo, Édison. **Mídia, poder e controle social**. Alceu, v. 7, n. 13, p. 121-133, 2006.

De Medeiros Santos, Samir Magoya; da Silva, Pablo Petterson Praxedes; dos Santos, Joseylson Fagner. **Gabriela Pugliesi: uma análise sobre o marketing de influência na rede social Instagram**. Intercom, Caruaru, PE, 2016.

Dourado, Jacqueline Lima. **A telenovela Duas Caras e as estratégias da Rede Globo de Televisão na esfera da cidadania. Economia Política da Comunicação: Estratégias e desafios no capitalismo global**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, p. 111-130, 2008.

Foucault, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis: Vozes, 1987.

_____, Michael. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2002.

Gil, Antonio Carlos et al. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Harvey, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

Jameson, Fredric. **Reificação e utopia na cultura de massa. Crítica marxista**, v. 1, n. 1, p.1-25, 1994.

Le Breton, David. **A sociologia do corpo (SMS Fuhrmann, Trad.)**. Petrópolis, RJ:Vozes.(Original publicado em 1992), 2007.

Maroun, Kalya; Vieira, Valdo. **Corpo: uma mercadoria na pós-modernidade**. Psicologia em Revista, v. 14, n. 2, p. 171-186, 2008.

Medeiros, Vivia Gomes de et al. **A cultura da boa forma nas redes sociais da internet: o corpo como consumo na sociedade contemporânea**. 2015.

Melani, Ricardo. **Mundo, corpo e fragmentação. Motricidade humana: a práxis do possível**. Editora da Universidade Federal de Sergipe. Aracaju/SE, p. 45-66, 2011.

Moraes, Lilian Saback De Sa. **Questões sobre a comunicação em uma sociedade de consumo**. Revista CREatividade, v. 2023, n. 1, 2021.

Piza, Mariana Vassallo. **O fenômeno Instagram: considerações sob a perspectiva tecnológica**. 2012.

Reis, Ruth. **A nova economia política da comunicação em rede e o futuro do jornalismo**.In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. 2016. p. 01-15.

Santos, Ligia Amparo da Silva. **O corpo, o comer e a comida: um estudo sobre as práticas corporais alimentares cotidianas a partir da cidade de Salvador.** Edufba, 2008

Sasaki, Silvia. **Smoking Fetiche. As representações femininas nas propagandas de cigarro (1940-1960).** Seminário Internacional Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. –Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010

Silveiro, Sérgio Amadeu. **Responsabilidade algorítmica, personalidade eletrônica e democracia. Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura** (ISSN: 1518-2487), v. 22, n. 2, p. 83-96, 2020.

Slater, Don. **Cultura do consumo & modernidade**–Exame. NBL Editora, 2001.

Stolarski, Graciele et al. **Blogueiros fitness no Instagram: o corpo e o merchandising editorial de suplementos alimentares.** Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v. 12, n. 4, 2018.

Soares, Ana Carolina Eiras Coelho; BARROS, Neide Célia Ferreira. **As propagandas da Revista Feminina (1914-1936): a invenção do mito da beleza.** *Oficina do Historiador*, v. 7, n. 1, p. 106-120, 2014.

Suenaga, Camila et al. **Conceito, beleza e contemporaneidade: fragmentos históricos no decorrer da evolução estética.** Universidade do vale do Itajaí-UNIVALI. Florianópolis, 2012.

Tomaél, Maria Inês; Alcará, Adriana Rosecler; di Chiara, Ivone Guerreiro. **Das redessociais à inovação.** *Ciência da informação*, v. 34, p. 93-104, 2005.

Trinca, Tatiane Pacanaro. **O corpo-imagem na cultura do consumo: uma análise histórico-social sobre a supremacia da aparência no capitalismo avançado.** 2008.

Vigarelo, Georges. **História da beleza.** Rio de Janeiro: Ediouro, p. 127-146, 2006.

Capítulo 23

“Não nasci para trabalhar como CLT” – As lives de NPCs no Tiktok¹⁵⁷

Jorge ABRÃO¹⁵⁸ (ESPM/SP)

Com a popularização das plataformas digitais desde o início dos anos 2000, elas assumiram um papel central na organização social do mundo contemporâneo, acelerando a circulação de informações e encurtando o espaço-tempo. Nesse cenário, novas redes sociais surgem diariamente, abrindo portas para a exploração de novas formas de produção e consumo de conteúdo com base nas capacidades técnicas oferecidas. O TikTok, um aplicativo de rede social digital, tem se destacado nos últimos anos dentro desse contexto.

O TikTok ganhou destaque global em 2020, durante a pandemia de Covid-19, tornando-se o “principal destino para vídeo móvel no formato curto” (TIKTOK, 2023) e atingindo a marca de 1 bilhão de usuários em 2021, 5 anos após a

157 Trabalho apresentado no GT 4- Mídia e Dimensões do Tempo – na vida plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023

158 Doutorando em Comunicação e Práticas de Consumo (ESPM), Mestre em Ciências da Comunicação (ECA/USP) Bacharel em Linguística (UNICAMP), e-mail: j.abrao@gmail.com

sua criação em 2016. Em comparação, outras redes como YouTube e Facebook demoraram mais tempo para atingir números semelhantes, 15 e 13 anos, respectivamente. Assim, o crescimento e a popularidade da plataforma chinesa são inegáveis, consolidando-a como um espaço privilegiado de comunicação.

A plataforma permite que os usuários criem e compartilhem vídeos curtos, variando de 15 segundos a 10 minutos, embora a média geralmente não ultrapasse os 3 minutos. Recursos como duetos (respostas diretas a vídeos, exibindo-os lado a lado), “costura” (recorte e integração de vídeos de outros usuários) e transmissões ao vivo, as *lives*, ampliam as possibilidades de interação. Os usuários, conhecidos como *tiktokers*, podem interagir entre si, seguir perfis, curtir, comentar e compartilhar vídeos na própria plataforma ou em outras, como Facebook ou X.

O aplicativo ainda oferece a seus usuários formas de gerar receita que vão desde acordos de patrocínio e comercialização de produto até a obtenção de ganhos diretos na própria plataforma, através do processo conhecido como monetização de vídeos. Um desses modos é recebendo Presentes de Vídeo durante a transmissão ao vivo, por isso são consideradas uma forma rápida de geração de renda entre os criadores.

Este trabalho direciona sua atenção às lives de NPC TikTok para definir e compreender melhor esse fenômeno, suas características e possíveis efeitos enquanto modos de performance presentes na indústria criativa. É importante destacar que não buscamos esgotar a discussão sobre o assunto aqui, reconhecendo a complexidade do objeto, e nosso olhar será orientado por uma abordagem baseada nos estudos de performance e na crescente discussão a respeito dos processos de plataformização da sociedade.

“Obrigada pela rosa, atchim”: as lives de NPC enquanto performance

A interface principal do TikTok é organizada como uma sucessão infinita de vídeos sugeridos pelo algoritmo de forma individualizada, de modo que cada usuário receberá uma seleção de conteúdo a partir dos seus interesses. Esses vídeos são, em geral, gravados anteriormente pelos seus criadores e são armazenados no perfil de cada um. Soto (2022) destaca que apesar da repetição de conteúdos resultante das escolhas algorítmicas, existe um elemento de surpresa, já que não é possível saber qual será o próximo vídeo. Assim, o TikTok é projetado para prender a atenção do usuário pelo maior tempo possível, oferecendo uma onda de dopamina a cada vídeo que o leva a continuar assistindo aos próximos (Stokel-Walker, 2022).

A plataforma permite também que seus usuários façam transmissões ao vivo, chamadas de lives, que podem ser apresentadas na interface principal ou em uma área própria do aplicativo, em que se pode escolher a live do criador de sua preferência. Esse tipo de transmissão ao contrário dos vídeos tradicionais não tem limite de tempo e podem abordar os mais diversos assuntos desde sessões de perguntas e respostas sobre a especialidade do criador, passando por leituras de tarot ou sessões de live commerce/live shopping em que são anunciados produtos à venda. Durante a live a interação entre criadores e espectadores acontece em tempo real, já que o público pode escrever comentários (que são visíveis a todos) e enviar Presentes de Vídeo ao produtor da live, que pode responder a essas manifestações.

Em 2023 as chamadas lives de NPC ganharam popularidade na plataforma e fora dela sendo pauta para discussões em outras redes sociais e na imprensa. A sigla NPC significa “Non Playable Character” (Personagem Não Jogável), termo oriundo do universo dos videogames e que se refere às personagens que fazem parte da história e interagem com os jogadores, mas não possuem outras funções e não podem ser controlados por eles. Assim, nessas lives os criadores executam uma performance em que se caracterizam – com maquiagem, cabelos coloridos e adereços que remetem aos jogos digitais – e agem como se fossem personagens não

jogáveis, com movimentos característicos, falas repetidas para cada tipo de ação e até mesmo alguns “bugs” (falhas) que são recorrentes neste tipo de personagem.

A partir da definição de performance proposta por Schechner (2002), – um comportamento restaurado ou duas vezes vivenciado que pode ser aprendido e estudado – consideramos que as lives de NPC se constituem como uma forma de performance que tem início com o tiktoker que faz a live e se completa ao ser vista pelo seu público. Para o autor (2002), os estudos de performance observam as ações e como estas ações são feitas. A dança, por exemplo, exige um nível de conhecimento para ser performada, porém, o nível da habilidade não é o que mais importa na performance, e sim que essa atividade ocorre para uma audiência. Sem a audiência, não existe performance, já que quem cria sentido para a ação é quem assiste.

Goffman (2002) compara a vida social a um palco, onde os indivíduos assumem diferentes papéis de acordo com as situações vividas. O público, que são as pessoas com quem interagimos, é fundamental para a existência da performance. Por sua vez, Amaral, Soares e Polivanov (2018) nos lembram, a partir de Taylor (2013), que a performance se dá como um processo inacabado, sempre em construção, não se encerrando em si mesmos “causando afetações, reverberações e reelaborações mesmo após seu suposto fim e que certamente se iniciam antes de seu começo”.

Também é possível dizer que essa performance se configura e se retroalimenta pela interação entre criador e espectador onde cada presente ofertado pelo público irá provocar uma manifestação diferente em sua tela em uma espécie de jogo. Um exemplo em que podemos reconhecer essa dinâmica é quando em uma transmissão um usuário envia uma rosa ao streamer que ao ser notificado gesticula como se tivesse uma flor na mão, a leva ao nariz e espirra enquanto diz “obrigado pela rosa, atchim” ou falam “hmmm milho nhac nhac”, enquanto simulam comer uma espiga de milho.

Schechner ainda conceitua performance como uma categoria abrangente que engloba rituais, práticas na vida cotidiana, jogos e outros comportamentos restaurados (2012). Desse modo, o jogo é uma das qualidades centrais que permeiam a performance, juntamente com o ritual, e ela ocorre na tensão entre jogo e ritual.

O jogo, em sua liberdade criativa, possui a capacidade tanto de construir quanto de quebrar as regras, conferindo-lhe um comportamento ambíguo. Schechner destaca a complexidade do jogo, afirmando que é algo desafiador de pontuar, generalizado e praticado universalmente. O jogo pode desafiar as estruturas estabelecidas, subvertendo poderes, ou, por outro lado, pode assumir uma natureza cruel, representando um poder absoluto (Schechner, 2012, p. 92). Para Villegas (2016), o jogo é uma estratégia inerente

aos seres humanos de interagir e conceber o mundo social e físico, revelando-se como o cerne da questão da percepção e se reconhecer como observador e participante de um jogo implica em uma co-criação coletiva, onde os indivíduos desempenham papéis ativos na construção de realidades próprias.

A partir da filosofia hindu, Schechner destaca a visão de mundo em que todo o nosso universo é considerado Maya, uma ilusão ou sonho. Ele argumenta que a compreensão do jogo na filosofia hindu é extremamente relevante para seu estudo. O autor enfatiza a importância da criação de ilusões, ou jogos, no comportamento humano, sugerindo que a criação de mundos ilusórios pode ser o principal foco de atenção da humanidade (Schechner, 2012, p.116). Associando, assim, a ideia de que o universo pode ser um jogo de dados cósmicos, onde os significados são jogos de significações, e os princípios do desejo de poder e da incerteza operam em todos os níveis da vida e das experiências (Schechner, 2012, p.119).

No sânscrito, “Maya” significa ilusão, e “Lila” significa jogo. Schechner destaca que, para os hindus, o mundo diante de nossos olhos é uma ilusão, e os deuses jogam nesse mundo de ilusão, assumindo formas lila de representação, estabelecendo uma analogia com a tecnologia digital, onde “lila” seria como o eu digital no mundo virtual. Ele descreve o mundo maya-lila como uma multiplicidade de experiências

e realidades, uma plenitude de eventos ou mundos-jogados, transformáveis e não exclusivos, que são performados (Schechner, 2012, p.122).

Enquanto no mundo racional basilar, o jogo faz sentido dentro de uma abordagem funcional, no mundo maya-lila hindu, o jogo corresponde ao próprio sentido de realidade, onde os jogadores performam ou jogam em um mundo de ilusão.

É possível compreender então como as lives de NPC não apenas carregam em si um aspecto de jogo, no sentido em que os jogadores controlam a ação do streamer. Mas também no sentido inverso (e até contraditório), em que o streamer, quase como um semi-deus hindu, controla a ação e atenção dos seus fiéis, alterando a percepção o modo como o usuário se coloca no espaço-tempo do Tiktok, marcado pela sucessão constante e infinita de vídeos curto, enquanto as lives por sua natureza tendem a ter longas durações, buscando capturar a atenção de cada membro da audiência pelo maior tempo possível.

No entanto, não é apenas o tempo e a atenção do usuário que está em jogo nas lives, nelas também se joga pelos presentes que serão dados (ou deveríamos chamar de oferendas?) aos criadores e que fazem o jogo se transformar em trabalho.

“Abri meu Onlyfans e é foto que vou vender”

De acordo com o antropólogo Victor Turner a divisão entre jogo e trabalho é uma construção social (2012). Ele argumenta que, em sociedades pré-industriais, o jogo era central na vida cotidiana. Era uma atividade obrigatória e coletiva que desempenhava um papel importante na socialização e na construção da identidade.

Com a industrialização, o trabalho passou a ocupar um lugar central na vida social. Jogo, por outro lado, foi relegado à periferia da sociedade. Tornou-se uma atividade opcional e individual que servia principalmente ao entretenimento. O autor destaca a relação entre a oposição subjetividade X objetividade com a oposição jogo X trabalho. O jogo é então visto como “uma atividade livre, voluntária, não-produtiva, não-seriada e não-instrumental” (p. 230). Trabalho, por outro lado, é definido como “uma atividade dirigida a um fim, seriada, instrumental, não-livre e obrigatória” (p. 230).

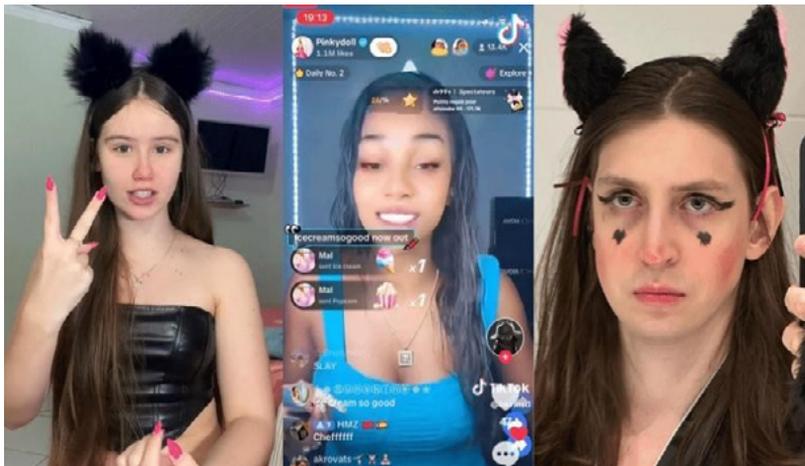
Turner chama essa mudança de “passagem do liminar para o liminoide”. O liminar é um estado de transição entre dois estados sociais. É um estado de ambiguidade e incerteza que permite que os indivíduos experimentem novos papéis e identidades. O liminoide, por outro lado, é um estado de liberdade e possibilidades. É um estado de experimentação e criatividade que permite que os indivíduos se expressem livremente.

Turner argumenta que a passagem do liminar para o liminoide é uma consequência da racionalização da sociedade. A racionalização é o processo de submissão da vida social a princípios de eficiência e produtividade.

A racionalização levou à crescente valorização do trabalho e à desvalorização do jogo. O trabalho passou a ser visto como uma atividade essencial para o progresso da sociedade, enquanto o jogo passou a ser visto como uma atividade fútil e inútil.

Ao olharmos as lives de NPC e para as algumas declarações dadas por seus realizadores podemos ver como essa prática, que poderia em um primeiro momento ser considerada apenas como algo irrelevante e “mais uma bobagem da internet”, pode ser caracterizada também como trabalho.

Durante as transmissões, os *tiktokers* reagem aos Presentes de Vídeo recebidos da audiência, muitas vezes com padrões repetitivos de comportamento. Esses presentes virtuais podem assumir a forma de rosas, espigas de milho, xícaras de café ou diamantes e segundo a empresa são “uma forma de os espectadores reagirem e demonstrarem apreço pelo seu conteúdo.” (TikTok, 2023) e podem ser acumulados e convertidos em pagamentos ao criador.

Figura 1: TikTokers que fazem ou fizeram lives de NPC. Fonte: UOL ¹⁵⁹

A tiktoker canadense PinkyDoll foi uma das primeiras a popularizar as lives de NPC com o bordão: “Yes, yes, ice cream so good” (“sim, sim, sorvete é tão bom!”, em tradução livre). A criadora afirmou em entrevista ao New York Times faturar entre dois e três mil dólares por transmissão. Já no Brasil, a tiktoker Ana Clara viralizou ao relatar ter ganhado cerca de mil e seiscentos reais em poucas horas fazendo live de NPC. No vídeo em que declara seus ganhos, ela também canta o refrão “eu não nasci para ser “eu não nasci para trabalhar

159 Disponível em: <https://www.uol.com.br/splash/noticias/2023/09/24/lives-npc.htm?cmpid=copiaecola>

como CLT”¹⁶⁰, que em certa medida pode ser considerado um hino dos streamers brasileiros. Enquanto comediante e criador de conteúdo no YouTube, Felca, realizou uma sátira ironizando o formato, resultando em um período de transmissão ao vivo de quatro horas, durante o qual obteve um ganho equivalente a vinte e cinco mil reais em presentes. Além desses exemplos, são diversos os casos de pessoas que se voltaram ao streaming (seja no TikTok ou em outras plataformas) como forma de trabalho e geração de renda.

Plataformização das performances

Isso nos leva, então à discussão sobre a plataformização desse trabalho, que pode ser entendida como a intermediação de atividades laborais por plataformas digitais e tem como uma de suas consequências a precarização das condições de trabalho. Segundo Poel, Nieborg e van Dijck

A plataformização é definida como a penetração de infraestruturas, processos econômicos e estruturas governamentais das plataformas digitais em diferentes setores econômicos e esferas da vida. Ela também envolve a reorganização de práticas e imaginários culturais (Poel, Nieborg e van Dijck, 2020)

160 Trecho da música *Onlyfans*, de Bibi BabyDoll. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/bibi-babydoll/onlyfans/>

Assim, a discussão sobre a plataformização do trabalho não se restringe à mera consideração de elementos novos ou especificamente identificados como “plataformizados”, sem levar em conta um contexto mais amplo. Este fenômeno é, simultaneamente, resultado e acentuação de processos históricos intrínsecos à sociedade brasileira, notadamente a apropriação do trabalho informal e a intensificação da flexibilização laboral. Essa dinâmica desencadeia uma série de mecanismos, como a extração de dados para fins de capitalização, financeirização, práticas de vigilância, gestão algorítmica, dataficação, inseridos nas estratégias organizacionais, entre outros.

A plataformização do trabalho revela-se em diversas dimensões. O que tradicionalmente denominamos como trabalho por meio de plataformas refere-se a pessoas que desempenham suas atividades laborais por intermédio de plataformas digitais especificamente concebidas para essa finalidade, seja nas ruas ou em seus domicílios. No entanto, a influência da plataformização do trabalho transcende essas categorias e impacta também aqueles que buscam seu sustento por meio de atividades em plataformas digitais, que variam desde a venda de produtos, como bolos de pote por meio de redes sociais como Instagram ou WhatsApp, até as atividades de criadores de conteúdo ou influenciadores presentes nessas plataformas.

Para Grohmann (2020) a aplicação das lógicas algorítmicas ao mundo do trabalho estaria afetando setores como produção cultural saúde pública, educação, jornalismo e transporte urbano e a expressão “plataformização do trabalho” é a que melhor descreveria esses processos já que sob esse termo é possível considerar a enorme multiplicidade dos trabalhos que são mediados pelo digital, entendendo assim

[...] a plataformização do trabalho como a dependência que trabalhadores e consumidores passam a ter das plataformas digitais – com suas lógicas algorítmicas, dataficadas e financeirizadas – em meio a mudanças que envolvem a intensificação da flexibilização de relações e contratos de trabalho e o imperativo de uma racionalidade empreendedora (DARDOT; LAVAL, 2016) como vias de justificação dos modos de ser e aparecer do capital. (GROHMANN, 2020)

Ou seja, é possível entender a plataformização do trabalho com processo que combina duas dimensões essenciais: a dataficação das atividades de trabalho e a totalização da racionalidade neoliberal.

A dataficação, um elemento essencial da plataformização do trabalho, pode ser caracterizada como os dados coletados sobre os trabalhadores que são usados pelas plataformas para otimizar a performance, identificar padrões de

comportamento e fornecer feedback. Isso permite às plataformas controlar e gerenciar os trabalhadores de forma mais eficiente. As lives de NPC são baseadas na coleta e análise de dados sobre os participantes, como número de visualizações, tempo de permanência na live, quantidade de recompensas recebidas, etc. Esses dados podem ser usados pela empresa para identificar padrões de comportamento dos seus usuários e maximizar os lucros, enquanto os próprios criadores de conteúdo, tendo acesso a uma parte dos dados, podem utilizá-los em menor escala para melhorar a sua performance e entender melhor seu público.

As lives de NPC são ainda uma manifestação da racionalidade neoliberal, que é baseada na ideia de que o mercado é a melhor forma de organizar a sociedade. Nesse caso, os participantes são tratados como empreendedores individuais, responsáveis por seu próprio sucesso ou fracasso.

Considerações finais

As lives de NPC TikTok são um fenômeno recente que têm chamado a atenção de pesquisadores e da mídia. Essas lives são caracterizadas pela performance de tiktokers que se caracterizam como personagens não jogáveis (NPCs) de videogames e interagem com a audiência por meio de presentes virtuais.

A partir da perspectiva da performance, as lives de NPC podem ser entendidas como uma forma de jogo, na medida em que os espectadores controlam a ação do streamer. No entanto, também é possível ver essas lives como uma forma de trabalho, na medida em que os streamers recebem pagamentos pelos presentes virtuais que lhe são dados.

A plataformização do trabalho é um fenômeno que tem impactado diversos setores da economia, incluindo o mercado de criação de conteúdo digital. As lives de NPC são um exemplo de como a plataformização pode levar à precarização das condições de trabalho, já que os streamers não possuem direitos trabalhistas e estão sujeitos à volatilidade da plataforma.

A partir dessas considerações, podemos concluir que as lives de NPC TikTok são um fenômeno complexo que envolve aspectos de jogo, trabalho e plataformização. Esse fenômeno merece ser investigado mais a fundo, a fim de compreender suas implicações para a sociedade.

Referências bibliográficas

Amaral, A.; Soares, T.; Polivanov, B.. Disputas sobre performance nos estudos de Comunicação: desafios teóricos, derivas metodológicas. Intercom: **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação** , v. 41, n. 1, p. 63-79, jan. 2018.

Costa, G. A. da. O Conceito de Ritual em Richard Schechner e Victor Turner: Análises e Comparações. **Revista Aspás**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 49-60, 2013. DOI: 10.11606/issn.2238-3999.v3i1p49-60. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/aspas/article/view/68385>.

Goffman, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2009.

Lotman, Iuri. **La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto**. Valência: Frónesis Cátedra, 1996.

Poell, Thomas; Nieborg, David; Van Dijck, José. **Plataformização. Fronteiras, Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>

Schechner, Richard. **Performance studies: an introduction**. London: Routledge, 2002.

_____. Richard. **O que é performance? Tradução de R.L. Almeida, publicado sob licença creativa commons**, classe3. Abril de 2011. Do original em ingles

_____. Richard. Performance studies: an introduccion, second edition. New York & London: Routledge, 2002. p. 28-51. Disponível em: http://performancesculturais.emac.ufg.br/uploads/378/original/O_QUE_EH_PERF_SCHECHNER.pdf

_____. Richard, **Performance e Antropologia de Richard Schechner**, 2012. Org. Zeca Ligiéro, Rio de Janeiro, Mauad X. SOTO, Helga Mariel. Estéticas en Tik Tok: entre lo histórico y lo digital. **Cuadernos del Centro de Estudios de Diseño y Comunicación**, n. 152, 2022. Disponível em: <https://dspace.palermo.edu/ojs/index.php/cdc/article/view/6688>.

Stokel-Walker, Chris. **TikTok boom: um aplicativo viciante e a corrida chinesa pelo domínio das redes sociais**. Editora Intrínseca, 2022.

Taylor, D. **O arquivo e o repertório** : Performance e Memória Cultural nas Américas. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

TIKTOK, Presentes de Vídeo no TikTOK. 2023 Disponível em: https://support.tiktok.com/pt_BR/business-and-creator/video-gifts-on-tiktok/video-gifts-on-tiktok

Turner, V. Liminal ao liminoide: em brincadeira, fluxo e ritual - um ensaio de simbologia comparativa. **Mediações - Revista de Ciências Sociais** , Londrina, v. 17, n. 2, p. 214-257, 2012. DOI: 10.5433/2176-6665.2012v17n2p214. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/14343> .

Villegas, Estela. V. . Noções de Jogo na Performance Studies: Concepções culturais e a relação do jogo com a percepção da realidade. In: **Poetic As Art 2016** Seminário Ibero-americano sobre processo de criação em artes, 2016, Vitória

Capítulo 24

A Saga da Fé Reproduzida: Romarias de Juazeiro do Norte, o Altar do Nordeste no *Instagram*¹⁶¹

Bianca SOBRAL¹⁶² (UFPI)

O tempo sempre esteve presente nas inquietudes humanas, desde os primórdios, o homem buscou entendê-lo, utilizá-lo e sistematizá-lo para ajudar a registrar suas vivências de maneira linear, apresentando os eventos que ajudam a contar suas histórias, evoluções, conquistas, saberes e seu legado enquanto ser social, político e subjetivo no mundo.

A tentativa de acertar o portal entre o passado, presente e futuro, constrói mitos, pensamentos e inquietudes que geram narrativas de confronto a respeito daquilo que se experiencia, como, quando e, sobretudo, o que é experienciado entre o tempo e o espaço.

Lugares, objetos e marcas traçam o paradoxo entre as histórias que se medem por meio do cronômetro e permanecem vivas através de um lugar de memória que as atravessa (Ricoeur, 1994).

161 Trabalho apresentado no GT 4- Mídia e Dimensões do Tempo -na Vida Plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

162 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação do CCE-UFPI, e-mail: bifernandes50@gmail.com.

Nesse sentido, as tecnologias evocaram mudanças que auxiliaram no processo de registro, ao favorecer a captação dessas interações com o ambiente: nas relações sociais, culturais, nas demonstrações de valores, crenças e ritos, que são inerentes para preencher as lacunas da existência humana.

Se tomarmos como exemplo as aquisições de nossos ancestrais, com a dominação do fogo, da agricultura, o conseqüente fim do nomadismo, as pinturas rupestres, a invenção da escrita, a pintura, a fotografia, o cinema, o computador, os celulares e todas as parafernâlias tecnológicas que sucederam-se até a chegada das inovações de hoje, por meio de ambientes digitais e realidades virtuais, vemos o quanto somos atravessados por essas evoluções.

Sodré (2002) sugeriu estarmos vivendo dentro de um ecossistema midiático “*bios*”, no qual a mídia permeia e assume um papel de protagonismo frente às relações. No que é tangível salientar, podemos dizer que sua teoria é contemporânea, à medida que tudo parte de um lugar onde a mídia se entrelaça às esferas sociais e passa a dialogar com as mais diversas áreas e vivências (Hepp, 2014). Criando um novo cenário de mundo, que se presentifica em um tempo ubíquo, simultâneo e se representa por meio das plataformas digitais que produzem e reproduzem imagens num ciclo constante. Cenas que ajudam a elucidar histórias, fatos,

versões e acontecimentos que assumem um caráter íntimo na relação dos sujeitos com as inovações que evocam e ditam modos de aproximação com seus costumes e práticas.

Neste ponto, podemos fazer analogia às teorias de Walter Benjamin (1987) sobre a reprodução de imagens como uma nova ordem de cultura revolucionária, traçando a comparação com a presença dos ambientes digitais atualmente, em especial, das redes sociais, que favorecem a comunicação entre espaços distintos, num diálogo que se sustenta por um ciclo frequente de produção e reprodução de imagens, garantido cada vez mais conexão e interação, a ponto de validar ações que antes só seriam possíveis mediante um comparecer físico.

Como exemplo, temos as práticas religiosas, que se tornaram fortemente assíduas nas redes sociais através de perfis institucionais ou de figuras de influência do nicho “adaptando suas pregações ao ambiente virtual, a fim de proporcionar uma experiência mediada por interações *on-line*.” (Fernandes, 2023, p.2).

Pensando nisso, este trabalho se atém a realizar uma análise discursiva de caráter introdutório, por meio do perfil @maedasdoresjuazeiro no *Instagram*. A página possui cerca de 63 mil seguidores e é o portal oficial de interação virtual com os romeiros do Padre Cícero Romão e de Nossa Senhora das Dores. Dessa maneira, busca-se tencionar questões que

atravessam as dimensões da reprodução da fé no ambiente digital.

2. Estratégias Metodológicas

Em busca de cumprir os objetivos propostos neste trabalho, é de interesse desta pesquisa suscitar olhares e reflexões a respeito da reprodução da fé por meio das imagens em ambientes digitais, a partir da presença de um ecossistema midiático religioso (Martino, 2016) no *Instagram* que, atualmente, é uma das maiores redes de usuários do mundo.

Para tanto, os procedimentos metodológicos se amparam em um viés qualitativo (Bauer, Gaskell, 2002) por meio da análise discursiva do perfil @maedasdoresjuazeiro. Dessa maneira, inicialmente, partiu-se da observação e investigação da página na rede social e, posteriormente, foi realizada a análise de teor discursivo dos conteúdos presentes no perfil.

Ademais, salienta-se que esta pesquisa exploratória compreende uma investigação de caráter inicial, que segue em andamento, não pretendendo neste artigo esgotar as lacunas e o repertório convocado pela temática.

3. A Saga das Imagens Reproduzidas

Torna-se característica essencial no processo de internalização dos símbolos, a incorporação de elementos fruto de uma atividade histórica marcada por mudanças de hábitos e comportamentos distintos, que permeiam as relações do homem com os mais variados espaços nos quais ele está inserido. Essas relações, por sua vez, se projetam a partir das imagens e expressões que se tornam ferramentas importantes na construção da identidade dos sujeitos.

Nas contribuições do sociólogo Stuart Hall, que se dedicou a estudar a constituição da identidade a partir da transmissão e recepção da cultura para o sujeito, aspectos relacionados ao consumo, por exemplo, estão impregnados nas expressões culturais e desempenham um papel relevante no campo comunicacional, à medida que muitos teóricos e pesquisadores passaram a questionar seu caráter protagonista em todas as instâncias da vida cotidiana.

A indústria cultural compreende impactos nos valores e ações sociais, para Adorno e Horkheimer, é um espaço onde as reflexões e o senso crítico inexistem e são substituídos pelo prazer e divertimento, a ponto de sermos conduzidos por um completo estado de alienação. Nesta visão, a cultura - que é algo tão subjetivo - passa a ser descaracterizada e se torna uma padronização banal. Os impactos ideológicos

refletem uma sociedade que desconhece a razão e é regida por uma realidade instrumental, ou seja, que cria necessidades e desejos fabricados, falsos e desnecessários. O culto a estética também se encontra imbuído em uma lógica convencionada: nos filmes, nas músicas, nas dramaturgias, nas artes, na apreciação e nas esferas criativas, que perdem sua essência e a repetitividade assume o lugar da originalidade por meio da reprodução em massa.

No entanto, as imagens nos cercam a todo momento, são vitrines que carregam consigo um legado de informações que podem ser implícitas ou explícitas, e assumem um caráter demonstrativo no patrimônio social entre as civilizações e singular para cada indivíduo. Afinal, o que seria do mundo sem as imagens? O que seria da humanidade sem seus registros visuais?

A contemplação dos vultos de sombra e a posterior descoberta do reflexo já estavam presentes há muito tempo nas vivências do homem, conforme Platão nos apresentou, mostrando essa ser uma das primeiras demonstrações da necessidade dos sujeitos em criar imagens, fabricá-las a partir de sua visão natural, imaginação ou mesmo contemplá-las por perspectivas de terceiros.

Sob esta sentença, Santaella (2012), comenta o papel da representação visual como algo que evoca a necessidade de interpretação e leitura onde são apresentados modos de

visão da realidade. Sendo assim, ela destaca que a perspectiva de compreensão das imagens está para além de uma mera estetização, pois estabelece um diálogo de significância e identidade no intermédio de uma mensagem.

Braga (2012) compreende o processo de mediação como sinônimo de uma ação na transmissão da realidade a partir da noção de “real”, que está amparado sob alguma perspectiva, o que, segundo o autor, nunca será de fato “o real” - pois a definição que entendemos como, está sempre condicionada a uma ótica subjetiva:

A ideia de mediação corresponde à percepção de que não temos um conhecimento direto dessa realidade - nosso relacionamento com o “real” é sempre intermediado por um “estar na realidade” em modo situado, por um ponto de vista - que é social, cultural, psicológico. O ser humano vê o mundo pelas lentes de sua inserção histórico-cultural, por seu “momento”. (Braga, 2012, p.32)

Superando o pessimismo dos frankfurtianos, Benjamin (1987) destacou em “A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica” a compreensão de um novo estado da arte através da fotografia e do cinema, como uma potência que provinha e era consumida pelas massas. Pois os aparelhos tecnológicos possibilitaram a reprodução e a

aproximação do público com as obras, viabilizando novas formas de interação, com experiências de contemplação e interpretação.

Desse modo, a recepção da obra de arte se transforma, à medida que há uma maior possibilidade de disseminação desse conteúdo. Além disso, Benjamin acreditava na existência de um “valor de exposição” e entendia esse fazer artístico como algo revolucionário, ainda que se perdesse a “aura”, o valor de culto da unicidade de uma obra, criava-se, por outro lado, a capacidade de politização das massas, a consciência crítica, liberdade de pensamento e o acesso a obras que antes seriam impossíveis de se tornarem conhecidas sem a reprodução.

Diante desses aspectos, podemos pensar a comunicação visual como uma ferramenta inerente às experiências humanas. Debray (1993, p. 80) escreveu que “o homem só tem acesso a um começo de imortalidade por suas próteses”. De certo, podemos pensar o papel que desempenham as imagens a partir desta reflexão, se fizermos analogia juntamente aos meios de comunicação de massa, que também se tornaram parte integrada à vida e as necessidades humanas, adentrado nas mais variadas esferas de suas interações com o meio e com os demais (Hepp, 2014).

O entendimento desse cenário ajuda a nortear a compreensão dos encadeamentos contemporâneos e a

relação tecnológica entre os meios de comunicação e os sujeitos: à medida que celebra-se o apelo na produção de conteúdos visuais, tal qual uma saga, na continuação de modos de produção e reprodução constante de imagens. Por “saga” podemos remeter a uma sequência narrada, uma novidade à espreita, neste caso, um novo jeito de se relacionar mediante a necessidade de exposição que as tecnologias evocam, sobretudo, nas redes sociais.

No impresso, no rádio, na TV e na internet, em todos os ambientes, espacialmente nos digitais, há uma dinâmica de sobrevivência que se ressignifica através do tempo assumindo um caráter comprobatório auxiliado por elementos visuais. Se “uma imagem conta mais que mil palavras” - parafraseando o dito popular - podemos dizer que elas, mais do que nunca, são prova de afirmação que conectam o público a mensagem, provocando relações subjetivas e alavancando novas conexões no âmbito midiático, pois:

Os meios de comunicação oferecem uma esfera pública para a reflexão da sociedade sobre si própria, e, através disso, é oferecido o próprio fórum que torna as várias instituições visíveis para todos, assim como promove uma discussão sobre quais recursos e regras deveriam estar disponíveis e são requeridos em quase todos os aspectos da vida social (Hjarvard, 2014, p.34-35).

Assim, os meios que comunicação ganham autonomia, passando a extrapolar o mero conceito de tecnologia, criando-se um estado de onipresença, onde não podem mais ser visto de maneira heterogênea/separada dos interesses inerentes às demandas sociais, ou seja, nessa nova configuração, mídia, cultura e sociedade se enlaçam conjuntamente criando uma nova ordem de poder.

A partir dessa discussão, é possível compreender os meios de comunicação de massa como instrumentos da indústria cultural, que forjam novas interações no modo de envolvimento com os sujeitos, nos seus gostos, crenças e práticas. Hoje, potencialmente representadas na vida plataformizada, que convoca a experimentação algorítmica e induz a expressividade de captação e superexposição da realidade.

4. O Culto na Vida Plataformizada

Idealizar a vida plataformizada, significa pensar além das relações que atravessam as subjetividades, crenças, valores e práticas que são vivenciadas pela sociedade dentro de ambientes digitais. É pensar também o paradigma das revoluções tecnológicas e as mudanças que são incorporadas ao longo do tempo. Mintz (2019, p. 102) comenta que:

De meios mais marcadamente distintos como a televisão, o rádio, ou o impresso, transladam-se ao “metameio” da internet ou do digital. Encontram-se aí reunidos imagem, texto e som em formas e combinações infinitas e diferentes modalidades de interação e endereçamento que variam do interpessoal ao broadcast, do síncrono ao assíncrono, em múltiplos matizes.

Assim, ao retratarmos as redes sociais, como observável neste trabalho, o *Instagram*, uma das mais populares entre os usuários brasileiros, vemos a potência da produção e reprodução de conteúdos visuais, que auxiliam na interação entre pessoas e grupos, garantindo o enlace e aproximação de afinidades, além de proporcionar uma melhor comodidade de acompanhamento a eventos, transmissões e ações que dialogam com as particularidades do usuário.

Sendo de interesse deste estudo retratar observações a partir do perfil @maedasdoresjuazeiro, é importante, primeiramente, frisar que no ambiente digital não é difícil encontrarmos perfis religiosos adaptando suas celebrações ao espaço plataformizado, a fim de proporcionar uma experiência de fé mediada, que se torna flexível e atende a precisão geográfica de seus seguidores. A priori, um elemento que chama atenção, é a migração de uma tradição que perdura há mais de um século, como a das romarias, adaptando-se ao ambiente digital.

Em Juazeiro do Norte, as peregrinações são símbolos de devoção ao Padre Cícero, um dos santos populares mais conhecidos do Brasil. Uma tradição de 134 anos, segundo registros, a primeira peregrinação contou com cerca de 3 mil pessoas e foi documentada por meio da fotografia, registros que até hoje são símbolo de veneração entre os fiéis e turistas que captam as recordações das idas à terra do Padim Ciço.



Fonte: *Instagram* @maedasdoresjuazeiro

Atualmente, a Basílica de Nossa Senhora das Dores, por meio de seu perfil nas redes sociais (“Mãe das Dores Juazeiro”/ @maedasdorejuazeiro) mantém uma relação mútua de interação com os peregrinos. É através do *Instagram*, com postagens diárias nas ferramentas de *feed* e *stories* que as celebrações podem ser acompanhadas de diversos lugares pelos devotos.

A comunicação visual do perfil manifesta intensa atividade: com registros enviados pelos romeiros, o dia a dia das celebrações, datas comemorativas, campanhas solidárias, quadros evangelizadores, orações, novenários e transmissões. Na grade permanente dos destaques, encontram-se informações primárias, da programação diária, celebrações, história do local e demais elementos que verticalizam a comunicação com o público.

Além disso, frequentemente verifica-se postagens que reforçam a devoção ao Padre Cícero por meio de depoimentos dos fiéis e dos pedidos em favor de sua beatificação, bem como o resgate de suas profecias e pregações que sobreviveram através do tempo. As cores das postagens também sinalizam a preocupação com uma visualidade engajada, à medida que se alteram de acordo com cada festividade.

Essas estratégias reforçam o elo comunicacional que as imagens convocam dentro e fora da vida plataformizada, levando em consideração a tradição cristã, que cultua imagens

consideradas sagradas com a reprodução representativa dos santos em quadros e esculturas, por exemplo. Para os católicos, as imagens dos santos desempenham um papel importante na constituição de sua prática devocional e ações de crença. No ambiente digital, a reprodução dessas imagens e a comunicação visual favorecem e democratizam o acesso a registros e a participação assídua dos romeiros nas celebrações, garantindo a possibilidade de manifestarem suas preces, orações e agradecimentos. Reforçando laços de pertencimento e união entre aqueles que se encontram fisicamente ou virtualmente desfrutando das mesmas experiências graças à reprodução. Na qual Lúcia Santaella comenta que:

A onipresença do paradigma fotográfico paralelo e entre-meado agora ao pós-fotográfico também não deve no levar a crer que a produção de imagens midiáticas pode dispensar o paradigma pré-fotográfico das imagens que dependem de habilidades manuais como o desenho, a pintura, a escultura e a modelagem. Essas habilidades estão preservadas nos estágios preliminares de produção midiática. Os designers frequentemente fazem esboços e desenhos na fase de elaboração de uma publicidade (Santaella, 2005, p.30).

Ademais, os registros aproximam os sujeitos das narrativas, resguardando as histórias do passado para as

próximas gerações. Elucidando o papel que os registros visuais asseguram a preservação do legado e da crença. Em suma, podemos captar a partir dessa reflexão, que o *modus operandi* de se viver as relações com o sagrado se instaura num crescente estímulo à captação de interações que viabilizam o estar presente através das redes sociais, numa significância de onipresente, tal como o Deus em que se acredita, que tudo vê, sabe, mas, especialmente, que precisa ser visto e enunciado.

Tencionar as práticas religiosas a partir da midiaticização e plataformização de suas atribuições é uma atividade que envolve reflexões sobre o sentimento de partilha, comunhão e um “estar” diante da interação com o divino. É compreender um paradigma onde as mídias adentram e se fundem a novos nichos de mercados, empresas e instituições, moldando novas formas de relacionamento entre a sociedade e a cultura (Hjarvard, 2012).

Dessa maneira, Hepp (2014) justifica esse fenômeno em sua teoria “socioconstrutivista”, acreditando que esse novo momento ultrapassa os horizontes institucionais, pois a mídia já está permeada de maneira influente no tecido social e em todas as atividades que evocam seu uso e interferem diretamente nas relações entre os indivíduos e seus costumes.

Em meio a essa discussão, podemos fazer o seguinte questionamento: há um valor de culto às imagens que são

(re)produzidas no ambiente digital, especialmente, nas redes sociais quando se trata de um aspecto tão particular quanto a religião? Se por um lado Benjamin acreditava que a “aura” estava na unicidade das obras e em sua aplicação autêntica nos rituais que envolvem as imagens. Por outro, podemos dizer que atualmente a “aura” se encontra numa lacuna subjetiva a cada indivíduo, que se atém dentro da lógica midiática, na vida plataformizada.

5. Considerações Finais

Diante do debate elucidado, este trabalho suscita estudos exploratórios em estágio inicial para a dissertação de Mestrado, não desejando esgotar as contribuições apresentadas pela temática a respeito do que é vivenciado dentro do ambiente digital mediante a produção e reprodução de imagens.

O perfil @maedasdoreşjuazeiro, é um entre muitos que pairam nas redes sociais, que encontram seus fiéis através de uma comunicação que dialoga com as particularidades de um nicho católico específico e assume um caráter simbólico frente a fé de quem pratica a partir da plataformização da religião. Além disso, Mintz (2019, p.107) reforça a existência um elo entre as dimensões midiaticizadas e plataformizadas que se sustenta na “transposição generalizada de uma mesma

lógica” que repercute impactos para além das vivências sociais.

Ademais, o trabalho nos leva a indagações como: em que tempo estamos vivendo hoje? Se estamos à mercê do cronômetro, da alta visibilidade e da superexposição, em uma temporalidade ubíqua, capaz de nos proporcionar a onipresença, qual seria o valor do aqui e agora? De que modo a reprodução afeta a conexão entre a origem das narrativas passadas e esboça anseios e inquietações sobre o futuro?

Em suma, podemos refletir que a saga das imagens apreciadas nas redes sociais representam uma temporalidade de um não estar físico, mas instantaneamente conectado com aquilo que vai de encontro a particularidade do indivíduo, em uma relação contínua de vivências compartilhadas e que demonstram uma forma contemporânea de viver as interações com o sagrado, em um novo modelo de culto à imagens, de forma possivelmente ambígua, tendo em vista a tradição do culto às imagens, inerentes aos ritos católicos.

Referências Bibliográficas

Benjamin, Walter. **A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras escolhidas I. São Paulo: Brasiliense, 1987.

Braga, J. L. Circuitos versus campos sociais. In: Janotti Júnior, J.; Mattos, M. Â.; Jacks, N. (org.) **Mediação e mediatização**. Salvador: Edufba, 2012. p. 31-52.

Debray, Régis. **Curso de midiologia geral** . Tradução de Guilherme João de F. Teixeira. Petrópolis: DataGramaZero - Revista de Ciência da Informação - Artigo 01, Vozes, 1993.

Fernandes, Bianca Sobral. **Padre Cícero Romão Batista: A Construção Midiatizada do Servo de Deus no Instagram** . Anais do Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, v. 46, p. 1-13, 2023. Disponível em: https://sistemas.intercom.org.br/pdf/link_aceite/nacional/11/0816202303311564dc6d338b316. Acesso em: 07 de nov. 2023.

Hepp, Andreas. **As configurações comunicativas de mundos midiáticos: pesquisa da midiatização na era da “mediação de tudo”**. MATRIZES, v. 8, n. 1, p. 45-64, 2014.

Hjarvard, S. **Midiatização: teorizando a mídia como agente de mudança social e cultural**. MATRIZES, v. 5, n. 2, p. 53-91, 2012.

Hjarvard, Stig. **Midiatização: conceituando a mudança social e cultural**. Matrizes, v. 8, n. 1, p. 21-44, 2014.

Martino, L.M.S. **Mídia, religião e sociedade: das palavras às redes digitais**. São Paulo: Paulus, 2016.

Mintz, André Goes. **Midiatização e plataformação: aproximações**. **Novos Olhares** , v. 8, n. 2, p. 98-109, 2019.

Ricoeur, Paul. **Tempo e narrativa** . Campinas: Papyrus, 1994

Santaella, Lucia. **As comunicações e as artes estão convergindo?**. **Revista Farol** , n. 6, p. 20-44, 2005.

Santaella, Lucia. **Leitura de imagens** . Editora Melhoramentos, 2012.

Sbardelotto, Moisés. **E o Verbo se fez rede: religiosidades em reconstrução no ambiente digital**. São Paulo: Paulinas, no prelo, 2016.

Sodré, Muniz. **Antropológica do espelho: uma teoria da comunicação linear e em rede**. Petrópolis: Vozes, 2002.

O home office nas rotinas de produção dos jornalistas da Rede Clube em Tempos de Pandemia de Covid-19¹⁶³

Jamahynna Dyelle Melão FERNANDES¹⁶⁴(UFPI)
Jacqueline Lima DOURADO¹⁶⁵ (UFPI)

O objetivo desse estudo é avaliar as transformações que ocorreram nas rotinas produtivas dos jornalistas da Rede Clube de Televisão, afiliada da Rede Globo no Piauí, que foram submetidos ao trabalho em modo home office no início da pandemia de Covid-19. Diante da instabilidade provocada pela pandemia de Covid-19 no mundo do trabalho, profissionais de comunicação não fugiram à regra e tiveram que se adaptar para continuar levando informação ao público. Uma das ferramentas que intensificou essa realidade foi o home office. Por meio da modalidade remota¹⁶⁶, jornalistas

163 Trabalho apresentado no GT 4- Mídia e Dimensões do Tempo - na vida plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023 e parte integrante de dissertação de mestrado.

164 Mestranda em Comunicação na Universidade Federal do Piauí (UFPI) e membra do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Economia Política e Diversidade (COMUM). E-mail: dyelle.net@gmail.com.

165 Doutora em Comunicação. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Economia Política e Diversidade (COMUM/UFPI). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da UFPI. E-mail: jacdourado@uol.com.br

166 No decorrer do trabalho também serão usados os termos modalidade remota, trabalho remoto e teletrabalho como sinônimos de home office.

do mundo inteiro permaneceram conectados e vigilantes aos acontecimentos desencadeados pelo novo coronavírus - SARS-CoV-2 - o qual conhecemos por Covid-19. Segundo Pereira (2020), a prática do home office provoca efeitos na forma como os jornalistas se desenvolvem na profissão. Ele aponta para o possível ciclo de demissões com a desculpa de “enxugamento” das redações e ressalta a importância de se buscarem alternativas de conciliação, pois “ caso o home office passe a ser uma prática mais disseminada e permanente, será necessário repensar outras formas de aprendizado”.

Escolheu-se a Rede Clube de Televisão, afiliada da Rede Globo de Televisão no Piauí, porque pela primeira vez na história, teve sua programação apresentada pela afiliada da Rede Globo em Recife, enquanto o apresentador da afiliada da Globo no Piauí, Marcelo Magno, diagnosticado com coronavírus - SARS-CoV-2 - foi um dos casos de muita repercussão pela gravidade, pela visibilidade da rede e da doença, no início da pandemia em Teresina.

O jornalista/apresentador foi internado em 15 de março de 2020 e encaminhado à Unidade de Terapia Intensiva três dias depois, onde respirou por aparelhos. Ele fez parte do time de jornalistas que participaram do rodízio de âncoras do Jornal Nacional aos sábados, que acabou suspenso, também por conta da pandemia da Covid-19. O caso em si poderia

ser só mais um, contudo virou um símbolo para a redação local afetando o trabalho, repercutindo nacionalmente e pautando outras emissoras.

São muitos os aspectos que evidenciam os impactos dessa nova reconfiguração de trabalho. Para que houvesse uma interpretação mais próxima do que foi vivido, dezoito jornalistas que atuam nos segmentos de tv e portal da emissora e que foram submetidos ao trabalho em home office durante a pandemia de Covid-19, responderam formulário de pesquisa e quatro deles também foram entrevistados. Foi feita uma análise crítica descritiva dos dados coletados, tendo como base uma reflexão sobre as mudanças na rotina de trabalho desses jornalistas e como esses profissionais lidaram com as transformações provenientes dessa nova configuração de trabalho.

Considerações introdutórias sobre o home office no início da pandemia de Covid-19

Segundo uma pesquisa realizada pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) em 2020, mais de 75% dos jornalistas passaram a trabalhar no modo home office por conta da pandemia da Covid-19. Aos poucos, a rotina foi voltando ao normal, mas em um contexto diferenciado, pois o home office predominou nesse cenário. As medidas protetivas determinadas pelo isolamento social afastaram os jornalistas

das ruas e da aproximação direta com o público. Parte do escritório e dos demais ambientes domésticos, se tornaram cenário improvisado para a transmissão de informações por meio do teletrabalho. Muito do conteúdo passado pelos profissionais da ciência aos profissionais de comunicação foi através dessa ferramenta.

O fluxo reduzido de profissionais nas redações durante a pandemia colaborou para que o home office fosse mais difundido. Conforme Pereira (2020), o jornalismo passa por um processo de sedentarização que pode ganhar profundidade. Ele classifica sedentarização como a diminuição da apuração dos jornalistas nas ruas e contato mais frequente por e-mail e telefone do que de forma presencial. “Esse processo se intensificou com as novas tecnologias, mas no contexto pandêmico encontra uma justificativa para virar uma prática disseminada” (Pereira, 2020).

“Essa cobertura sedentária que antes era feita na redação agora é feita em casa. Havia um terreno livre para esse tipo de prática, que a pandemia só intensificou”, avalia. Ele também destaca que o trabalho remoto sob a ótica da redução de pessoal é bastante atrativo para as organizações. Para embasar sua estimativa, Pereira (2020) alega o fato de que o home office possibilita às empresas não arcarem com custos referentes à manutenção de uma estrutura local e a partir disso reduzirem o tamanho da redação.

Impactos do home office no mundo do trabalho

Segundo Figaro (2020), o home office não é bom para o jornalismo, pois o bem comum e o contraditório são fatores que norteiam a profissão. Ela acredita que “o contato presencial é indispensável para criar identidade, construir a cultura e submeter os temas relevantes ao crivo do debate da redação”. Há vinte anos estudando o jornalismo sob a ótica do trabalho, a pesquisadora assinala que o deslocamento geográfico do ambiente de trabalho para casa provoca mudanças significativas para os profissionais, pois são duas instituições distintas.

Em abril de 2020, a professora coordenou a pesquisa “Como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19”, desenvolvida pelo Centro de Pesquisa Comunicação & Trabalho (CPCT) e habilitada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Diferentes funções e profissões relacionadas à área da comunicação, como jornalismo, publicidade, relações públicas e docência, foram consideradas no estudo. A ampliação no ritmo de trabalho dos jornalistas foi o principal resultado diagnosticado pelos pesquisadores. Foram entrevistados 557 profissionais, dos quais 36% disseram que o ritmo de trabalho ficou um pouco mais carregado e 34% mencionaram que o ritmo ficou muito mais pesado. Do total,

15% relataram que a rotina ficou um pouco mais tranquila e para 9% não houve alteração nessa questão. Perda do emprego ou da renda e riscos relacionados à infecção pelo novo coronavírus são as principais preocupações dos profissionais envolvidos. Entre os entrevistados, 57% citaram ter medo de contágio da doença e 20% tiveram receio de perder o emprego (ou continuar desempregado). Ao demonstrarem preocupação com a renda, os trabalhadores não citaram apenas a própria renda, mas, também, o bem-estar financeiro das empresas em que trabalham.

As mudanças nas rotinas laborais e a precarização do trabalho

São várias as questões levantadas sobre as mudanças provocadas na nova configuração de trabalho por meio da modalidade remota, pois muitos jornalistas passaram a extrapolar a carga horária de trabalho. Redução de salários, corte de vale alimentação, aumento da conta de energia e internet, não fornecimento de equipamentos por parte de algumas empresas, são fatores que contribuem para uma corrosão de salários e podem comprometer a saúde física e mental dos profissionais. Dessa forma, os profissionais passam a arcar com gastos que eram da empresa e muitas vezes não recebem ajuda de custo, além de trabalharem com o próprio equipamento.

Destaca-se que muitos jornalistas foram condicionados a assumir vínculos de pessoa jurídica, tornando-se microempreendedores individuais. Esse quadro contribui para que o veículo de imprensa se esquive de obrigações sobre as condições de trabalho e a relação deixe de ser entre empregado e empregador. A precarização do trabalhador afeta diretamente a qualidade do produto destinado ao público. A modalidade remota acelera a tese do capitalismo pós-industrial, excluindo os trabalhadores como classe social. “O que vivemos hoje é o efeito de um problema estrutural, que explicita uma transformação profunda a partir da reestruturação produtiva e da desregulamentação nas relações de trabalho, em condições as mais fragilizadas possíveis” (Aragão, 2022).

O universo do mundo do trabalho vem sofrendo mutações que acarretam consequências nocivas para os trabalhadores, como a queda na qualidade da saúde dos profissionais submetidos às novas configurações de trabalho. Diante de um contexto de supervalorização da flexibilidade, a precarização social e do trabalho pode contribuir para que a saúde dos profissionais seja acometida por esgotamento físico, mental, tensão, fadiga, Lesão por Esforço Repetitivo - LER, podendo ocasionar até mesmo diagnósticos mais graves como transtornos mentais, alto nível de estresse, ansiedade e quadros de depressão. Além disso, no contexto da expansão do trabalho precarizado, o público feminino

tem tido sua força de trabalho muitas vezes sobrecarregada, pois “o trabalho produtivo em domicílio mescla-se com o trabalho reprodutivo doméstico, aumentando as formas de exploração do contingente feminino” (Antunes, 2002).

Sob a luz da Economia Política da Comunicação, Aragão (2020) argumenta que a temática do trabalho é central na atual etapa do processo de acumulação capitalista, com base na referência feita por Marx sobre a ascensão das forças produtivas em níveis consideráveis. No decorrer das revoluções industriais, a observação dos desdobramentos do modo de produção capitalista expressa como o forte avanço técnico não modifica a racionalidade coletiva, mesmo que provoque uma série de contradições, que derivam-se das implicações nocivas sobre a natureza, elevados índices de concentração da riqueza, ampliação da jornada e da precarização do trabalho, intensificação dos conflitos sociais e da violência de gênero e de corte racial. A relação capital/trabalho é o ponto de partida dessa discussão, que conseqüentemente também conduz ao conceito de classe além do conceito de trabalho. Na prática, deve-se observar como a classe é formada e atravessada, já que essa questão constitui o fundamento crítico da economia política (Aragão, 2020).

A fragilidade dos vínculos empregatícios em relação às novas configurações laborais já era uma realidade antes da pandemia de Covid-19, no entanto, o cenário pandêmico

corroborou para a intensificação da precariedade do trabalho e da violação dos direitos trabalhistas. Sendo o trabalho remoto fruto da revolução informacional, alinhava-se também nessa perspectiva outra questão que vem sendo bastante discutida que é a “uberização” do trabalho (Slee, 2017), ou trabalho mediado por plataformas digitais. No discurso utilizado pelas empresas, os trabalhadores informais são parceiros e dispõem de flexibilidade e autonomia. Mas, na realidade, uma grande parcela desses trabalhadores informais utilizam seus próprios meios como transporte, dispositivos móveis, e o ambiente domiciliar para efetuarem o trabalho por aplicativos disponibilizados pelas empresas, ou seja, elas se desobrigam de arcarem com custos que seriam de sua responsabilidade, além de não garantirem uma série de direitos a esses trabalhadores. No jornalismo, essa realidade também está relacionada ao fenômeno da pejetização.

A modalidade remota ganhou status de “privilégio” no cenário da pandemia, devido ao esfacelamento do trabalho e do mercado de trabalho em meio à crise sanitária (Oliveira & Pochmann, 2020). Em decorrência do volume de atividade laboral e da falta de delimitação entre tempo de trabalho e período de repouso, a conjuntura do home office sob o olhar de Oliveira (2017) é considerada como “trabalho sem fim” imerso em uma atmosfera tecnológica e comunicacional:

[...] mensagens e chamadas (WhatsApp, telefone, e-mails), recebidas pelos trabalhadores digitais de colegas de equipe e/ou de supervisores, são, muitas vezes, percebidas como parte da lógica do trabalho (Oliveira, 2017: 167).

De acordo com Antunes (2020), a vantagem comercial do home office para as organizações é uma forma do capital e seus gestores realizarem experimentos no mundo do trabalho. Sendo assim, faz-se necessário que os fatores favoráveis e desfavoráveis do teletrabalho sejam equalizados por uma vigilância atenta no que se refere à desproporção de base dessa relação. Além disso, é importante levar em consideração que o período pandêmico potencializou em níveis dantescos essa perspectiva de experimentação do capital. Outro fator que vem sendo abordado sobre o tema é a individualização do trabalho já questionada por Cinara Rosenfield e Daniela Alves (2011). Ainda que o capitalismo tenha se pavimentado historicamente no trabalho coletivo, na sua fase contemporânea ele faz uso dessa coletividade mas de forma pulverizada digitalmente. Ao vivenciarem a nova rotina produtiva por meio do teletrabalho no ambiente domiciliar, os trabalhadores estão sujeitos ao isolamento, vedando sua percepção das formas agregadoras do seu trabalho aos demais estágios do processo laborativo e adentrando em um novo nível de alienação.

A regulamentação do teletrabalho no Brasil

No Brasil, a regulamentação do teletrabalho se sucedeu em um cenário mais abrangente de reformas laborais de austeridade e desproteção trabalhista, moldadas com base na narrativa neoliberal (Druck, Dutra & Silva, 2019). Mesmo após a tão esperada regulamentação, o trabalho em home office foi abrigado juridicamente de forma paliativa e desproporcional em relação à tutela protetiva de todas as ameaças que a modalidade remota apresenta. Sendo assim, a regulamentação incorporada pela Reforma Trabalhista de 2017 deu passe livre para a normalização de formas ilegais de relações laborais entre empregado e empregador que já eram frequentes. Conforme o termo usado por Krein e Oliveira (2019), produz-se um “cardápio” de opções de contratos de trabalho precarizados e flexíveis.

De acordo com o Art. 6 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), não há distinção entre o trabalho exercido no estabelecimento do empregador e o desempenhado no ambiente domiciliar do empregado, uma vez que a relação de emprego seja tipificada, ou seja, o trabalho em modo home office tinha aceitação na ordem jurídica brasileira, mesmo que desprovido de regimento específico. Em muitos países, a regulamentação do teletrabalho “[...] expressa tendências de garantir segurança jurídica para as empresas” (Bridi,

2020a: 181). Todavia, a autora salienta que em determinadas situações, em países como a Itália, a França e, atualmente, a Argentina, o direito de proteção de dados, desconexão e saúde dos trabalhadores. Já na Espanha e no Brasil, que também regularam esse modelo de trabalho, mas beneficiam a tratativa individual.

Saúde do trabalhador em home office na pandemia de Covid 19

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), no primeiro ano da pandemia, a prevalência global de ansiedade e de depressão aumentou em 25%. Nesse panorama, o Brasil é considerado o país que apresenta maior índice de depressão na América Latina e o país com mais pessoas ansiosas do mundo(2019). Sendo assim, é fato que paralelamente à pandemia de Covid-19, o país enfrenta uma segunda pandemia de saúde mental. Parte dessa realidade está associada ao mundo do trabalho e às consequências das novas configurações de trabalho impostas à classe trabalhadora, dentre elas, o trabalho em modo home office. As mudanças ocasionadas pelo contexto pandêmico geraram impactos na saúde do teletrabalhador, que teve que se adaptar em um cenário emergencial e foi condicionado, em muitos casos, a jornadas exaustivas de trabalho. A saúde mental muitas

vezes é desassociada da saúde física, como se fossem duas coisas distintas. É necessário que ela seja entendida como uma pauta essencial e integrante da saúde física, evitando essa separação entre físico e mental.

As mudanças provocadas nesse panorama do trabalho home office implicaram uma série de desdobramentos e um deles é a questão da ergonomia. Muitos dos trabalhadores que aderiram à essa modalidade não possuem uma condição confortável para se trabalhar. Associado a isso, muitas empresas não fornecem os equipamentos necessários para que o profissional possa ter um rendimento nivelado com o que ele desempenha presencialmente na empresa. Dentro desse espectro, a falta de ergonomia é um fator já evidenciado por Rodrigues (2011), pois o trabalho submetido a más condições e ao uso excessivo do computador pode acarretar no surgimento de doenças por esforço repetitivo.

A relação saudável com o trabalho passou a ser um desafio, como acentuam Devotto, A. et al (2020), principalmente por conta do cenário da pandemia, no qual essa modalidade ganhou espaço de uma forma repentina e implicou em vários cuidados, tanto pelas organizações, gestores como pelos trabalhadores. Dessa forma, no que se refere às demandas de trabalho que envolvem questões burocráticas, alto esforço cognitivo, relacionamento conflituoso com clientes e pressão por metas e prazos, pode haver instabilidade em decorrência da falta de apoio dos colegas e poucos recursos pes-

soais, tais como otimismo e autoeficácia. Esse quadro pode resultar desde o esgotamento e desgaste, ao adoecimento no trabalho, o que interfere diretamente na saúde e qualidade de vida do trabalhador.

O método

A partir do objetivo explicitado, os procedimentos adotados para a realização desse estudo, consistiram em aplicação de formulário de pesquisa e entrevista, bem como apresentar os resultados do referido estudo, que foi realizado com um grupo de jornalistas da Rede Clube de Televisão do Piauí, composto por 18 profissionais que atuam na TV e portal da emissora, e que foram submetidos ao trabalho em modo home office no início da pandemia de Covid-19. Assim, é classificada como pesquisa quanti-qualitativa, sendo que os dados apresentados foram coletados por meio de formulário de pesquisa, composto por perguntas objetivas e subjetivas, além de entrevista estruturada com quatro dos participantes. A análise do material teve como base uma reflexão sobre as mudanças na rotina de trabalho desses jornalistas e como esses profissionais lidaram com as transformações provenientes dessa nova configuração de trabalho.

Diante do agravamento da doença, à medida que os dias foram passando, aderir ao modelo de trabalho home office tornou-se um fator estrutural tanto para as empresas

de comunicação como para os profissionais. Ao levar em consideração esse cenário, o período a ser analisado será entre março de 2020 a dezembro de 2020. A instabilidade ocasionada por conta da gravidade da doença viabilizou ainda mais a prática da modalidade remota como via de manter os profissionais em suas rotinas de produção. Dessa forma, versando a temática em questão, o pensamento reflexivo por meio do tratamento científico “significa muito mais do que apenas procurar a verdade: é encontrar respostas para questões propostas, utilizando métodos científicos” (Marconi; Lakatos, 2001, p. 43).

Resultados e discussões

Com o objetivo de compreender as mudanças que ocorreram nas rotinas de produção dos profissionais da Rede Clube de Televisão, que atuam na TV e no portal da emissora, e que foram submetidos ao trabalho em modo home office no início da pandemia de Covid-19, foi realizada a coleta de dados por meio de formulário de pesquisa e entrevista estruturada. Entre as funções dos participantes que trabalham na TV estão: produtores, editores, diretores, apresentadores, analistas de planejamento, de comunicação e inteligência de mercado. Já entre as funções dos participantes que atuam no portal estão: editores e repórteres.

Quanto à faixa etária, dois participantes têm entre 18 e 30 anos; 14 participantes têm entre 31 e 50 anos; e 02 participantes têm entre 51 anos e 60 anos. Quanto ao gênero, 06 participantes são do gênero masculino e 12 participantes são do gênero feminino. Quanto ao contágio da doença, 10 participantes tiveram Covid-19 e 08 não contraíram o vírus. Quanto à modalidade remota, todos foram submetidos ao trabalho em modo home office no início da pandemia. aderiram ao home office no início da pandemia. Quanto à convivência com os colegas de trabalho, 10 participantes relataram que a falta de socialização com os colegas prejudicou o trabalho, 08 participantes relataram que não prejudicou o trabalho e 01 participante não respondeu. Em relação a ter algum tipo de acompanhamento psicológico durante a pandemia, 12 participantes responderam que não tiveram e 06 responderam que tiveram acompanhamento.

Quando perguntados sobre a saúde física ter ficado comprometida em algum aspecto, 10 participantes destacaram que sim e 08 participantes ressaltaram que não. Dentre as especificidades apontadas estão: aumento de peso, bronquite, gastrite, falta de memória, dores musculares e nas articulações, dores na cabeça e no pescoço de forma prolongada, e 01 participante chegou a ser entubado. Quando perguntados sobre a saúde mental ter ficado comprometida em algum aspecto, 13 participantes responderam que sim, 04 participantes relataram que não e 01 participante não

respondeu. Dentre as especificidades apontadas estão: crises de ansiedade, depressão, estresse, insônia, medo de contrair a doença, tristeza por não poder ver pessoalmente parente e amigos, além de psicológico abalado por ter que lidar e noticiar diariamente as mortes por Covid-19.

No contexto de produção para telejornal, dois dos entrevistados pontuaram que o trabalho em modo home office não é satisfatório para o telejornalismo, como especifica o relato de um dos entrevistados que trabalha no segmento da TV na emissora:

“Porque a gente precisa do contato mais próximo para discutir as pautas, para estar com o repórter, para ter o feedback. Presencial sempre você tem um ganho. É diferente. [...] a gente perde em qualidade. Nós já construímos reportagens todas à distância, mas perde a essência, a naturalidade, o repórter sentir o ambiente, conversar com as pessoas. A frieza da discussão se quebra quando o repórter está no local vivenciando, presenciando o que está acontecendo. Então, totalmente online, ficava um processo muito frio, do começo ao fim” (Entrevistado 1, entrevista realizada em 04/05/23).

Dessa forma, na dinâmica do home office para o telejornalismo, o segundo participante entrevistado destacou que o relacionamento interpessoal por meio dos dispositivos móveis é diferente da forma como se dá presencialmente,

e quando associado ao trabalho, essa realidade é ainda mais desafiadora: “No telejornalismo não funciona, [...] é diferente a troca, o envolvimento, o acolhimento da equipe. [...] eu não sinto que é uma boa opção para o resultado do nosso trabalho” (Entrevistado 2, entrevista realizada em 04/05/23). Somado a isso, em relação ao avanço na questão trabalhista, um dos entrevistados reforçou que “A legislação ainda não está adequada, ainda não alcançou a modalidade, [...] ainda falta estudo” (Entrevistado 3, entrevista realizada em 04/05/23).

No que abrange a questão da ergonomia, um dos entrevistados que ocupa cargo de direção na emissora, considera que seja fundamental o profissional receber suporte por parte da empresa para que este possa desempenhar uma performance mais satisfatória no trabalho remoto em domicílio: “Você precisa estruturar o ambiente de trabalho da pessoa, mesmo ela trabalhando em casa. [...] Tem que fornecer. O funcionário passa a ter gastos que ele não teria, então você tem que dar subsídios para isso” (Entrevistado 4, entrevista realizada em 04/05/23).

Considerações finais

A partir da presente pesquisa, sob uma ótica geral, pôde-se observar que a maioria dos profissionais participantes do estudo relataram que o período em que foram submetidos ao

trabalho em modo home office, trouxe adaptações em vários aspectos, que vão desde as mudanças na rotina de trabalho, aos efeitos tanto sociais, como físicos e mentais. Lidar com o medo de contrair o vírus, de perder familiares e amigos, e com o rigor do isolamento social imposto pela pandemia de Covid-19, tornou todo esse processo desafiador. Somado a isso, transferir o trabalho para o ambiente domiciliar de uma forma brusca e emergencial, acarretou em uma série de desdobramentos que não se limitaram em configurar uma nova realidade a esses profissionais.

Somado a isso, há uma ruptura entre a fronteira do espaço privado e do espaço de produção. Essa quebra pode apresentar riscos por meio da intensificação da exploração do trabalho e do aumento da jornada laboral, acarretando também na perda de autonomia e no adoecimento físico e mental dos profissionais. Ressalta-se também que o trabalho em modo home office no contexto pandêmico aconteceu de forma brusca, sendo um estilo em metamorfose. Embora tenha surgido com uma nova roupagem, pois já era uma prática na atividade jornalística, faz-se necessária uma investigação sobre possibilidades de uma nova face estratégica do capital que visa aumentar a exploração e exceder os limites concebidos historicamente pelas resistências da classe trabalhadora.

A experiência do trabalho por meio da modalidade remota mostra-se repleta de contradições, pois a busca de-

senfreada pelo lucro/produtividade e redução de custos por parte das organizações pode lançar o trabalhador em um terreno fértil de irregularidades e violação de direitos. Do ponto de vista da questão trabalhista, a situação é ainda mais delicada, pois a legislação brasileira não apresenta escopo protetivo suficiente em relação à problemática que envolve o tema, muito menos com as orientações firmadas pela Organização Internacional do Trabalho em 2020.

Diante do exposto, conclui-se que os profissionais participantes do estudo sentiram os impactos do trabalho em modo home office nas suas rotinas produtivas e que essa conjuntura ocasionou uma série de desdobramentos que interferiram tanto na forma de se relacionar, como na saúde física e mental dos trabalhadores, além de um possível quadro que contribui para a precarização do trabalho. Faz-se necessária a discussão sobre os fatores que permeiam essa modalidade e entender como o mecanismo do trabalho remoto pode ser melhor vivenciado, para que o exercício da profissão não sofra danos irreversíveis.

Referencias Bibliográficas:

Antunes, Ricardo. **O caráter polissêmico e multifacetado do mundo do trabalho**. Trabalho, Educação e Saúde, 1(2): 229-237, 2003

Bridi, M, Bohler, F, Zanoni, A. **Relatório Técnico científico da pesquisa: o trabalho remoto/ home office no contexto da pandemia Covid19**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade, 79p, 2020.

Devotto, R, Oliveira, D, Ziebell, M, Freitas, C, & Vazquez, A. **Guia de Bem estar no Trabalho em Tempos de Pandemia para Profissionais em Home Office**. Porto Alegre: PUCRS/Rio de Janeiro: PUC-Rio/Porto Alegre: UFCSPA. 2020 (Acesso 26 de Outubro de 2020). URL: Ebook (pucrs.br)

Druck, Graça. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Caderno CRH, v. 24, n. 1, p. 37-57, Salvador, 2011.
Druck, Graça; DUTRA, Renata e SILVA, Selma Cristina. **A Contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra**. Caderno CRH [online], v. 32, n. 86, p.289-306, 2019. Disponível em:

Franco, Tânia; DRUCK, Graça; SILVA, Edith Seligmann. **As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado**. Rev. bras.Saúde ocup., São Paulo, 35 (122): 229-248, 2010.

Lakatos, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico** . 6ª. ed. rev. São Paulo: Atlas, 2001.

Pereira, Fábio Henrique . **Jornalismo em tempos de pandemia**. PORTAL PRESS. Porto Alegre. 2020. Disponível em: <http://revistapress.com.br/revista-press/jornalismo-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

Rodrigues, A. **Teletrabalho: A tecnologia transformando as relações de trabalho**. Dissertação (Mestrado em Direito do Trabalho e Seguridade Social) São Paulo. Universidade de São Paulo, 2011.

Rosado, A; Lacerda, L (Orgs). **A Produção Jornalística em Home Office**. Disciplina de Tópicos Especiais em Assessoria de Comunicação. Rio de Janeiro: Facha Ed. 2021.1. 52 p.

Santos, A; Bastos. **Entrevista com Verlane Aragão Santos**. Revista Eptic. v. 22, n 3, 2020.

Capítulo 26

O Instagram no Cenário Jornalístico Convergente: Uma Análise dos Perfis da TV Clube e TV Meio Norte como Novos Mercados¹⁶⁷

Francisca Stefanne Orana ALVES SOBRINHO¹⁶⁸ (UFPI)
Jacqueline Lima DOURADO¹⁶⁹ (UFPI)

Junto com as novas possibilidades, no cenário contemporâneo, o jornalismo também tem se deparado com novos desafios. O surgimento da internet nos anos de 1990 mudou abruptamente não só as formas de transmissão das informações, mas também a forma de se fazer TV, rádio e impresso, fato que atingiu tanto a modificação dos conteúdos, como também as questões ligadas diretamente às atividades jornalísticas. Nesse panorama, os impactos sofridos pelas organizações midiáticas foram substanciais e

167 Trabalho apresentado no GT 04- Mídia e Dimensões do Tempo – na Vida Plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

168 Mestranda. Discente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí – PPGCOM. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Economia Política e Diversidade – COMUM/UFPI. Email: stefanneohana@gmail.com

169 Doutora. Professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí- PPGCOM. Líder do Grupo de Pesquisas em Comunicação, Economia Política e Diversidade – COMUM/UFPI. Email: jacdourado@ufpi.edu.br

o que se percebe até hoje é uma constante reconfiguração dos meios de comunicação tradicionais.

A notícia, como seu principal produto, vem sofrendo constantes modificações nos seus modos de consumo e produção, fruto da ascensão da internet como veículo de comunicação e do intenso processo de convergência midiática que posteriormente se originou. Hoje, tanto os jornais impressos quanto as emissoras de rádio e TV, além de contarem com sites e portais, agora passam a contar também com perfis em redes sociais digitais, o que evidencia a essencialidade da busca pelo estreitamento dos laços com o público por parte das mídias tradicionais nessa “nova” realidade (Silva; Alves, 2016).

Dessa forma, diante das dificuldades e possibilidades proporcionadas pelas redes, o jornalismo não se acomoda, pelo contrário, se reinventa diante das novas plataformas digitais. Com a realidade posta, cabe aos jornalistas estarem cada vez mais atentos às demandas dos internautas e às tendências originadas nestes ambientes. É o que vem ocorrendo a partir do uso do Instagram, mídia criada em 2010, que atualmente é considerada a segunda rede social digital favorita no mundo, com média de 1,48 bilhões de usuários até o início de 2022.

Com isso, a presença crescente de emissoras de televisão e de telejornais nas redes sociais digitais é parte impor-

tante do reconhecimento desse espaço privilegiado para a promoção da interação e aproximação com os telespectadores, agora convertidos em seguidores, fato que contribui para que este tema venha recebendo ênfase nas pesquisas de comunicação a partir do conceito “Telejornalismo Expandido” (Silva; Alves, 2016).

De acordo com Silva (2019), a Fase Expandida do telejornalismo, surge no contexto em que os veículos de televisão estão se apropriando das mídias sociais digitais que possuem o conteúdo audiovisual como ferramenta, principal ou não. É ancorada nos estudos principais sobre temática (Silva; Alves, 2016; Belém, 2017; Silva, 2019; Vellei, 2020; Zimmermann, 2021) e levando em conta o recente contexto de apropriação das redes sociais digitais pelo telejornalismo piauiense, que nasce o interesse e a curiosidade das pesquisadoras em compreenderem esse fenômeno de forma local.

Como exposto acima, com a migração da audiência para essas plataformas, é essencial que as mídias tradicionais pensem em maneiras de estreitar os laços com seu público. Nesse cenário, tanto a TV Clube (@redeclube) como a TV Meio Norte (@redemeionorte), observáveis desta pesquisa, são exemplos de emissoras piauienses que se adaptaram a essa realidade de migração do público e que buscaram andar lado a lado com o online, aproveitando suas potencialidades e buscando compreender o que os usuários das mídias sociais digitais esperam ver nesses ambientes.

Paralelamente, ao incluir, a partir da vertente crítica, os aspectos da economia política da comunicação (EPC) nesse processo, compreende-se que se dispõe de elementos relevantes para se estudar o objeto desta pesquisa, que são as estratégias de utilização de redes sociais pelas emissoras de televisão piauiense em questão. Nesse sentido, julga-se que os estudos da EPC chegam para dar fôlego para investigar o meio televisivo a partir de uma perspectiva de produção capitalista e a influência disso nos negócios de cada emissora. Utiliza-se para isso os aportes de Brittos (1999), Bolaño (2012), Dourado (2009) e outros.

Posto isso, o objetivo deste trabalho consiste em analisar como as TVs Clube e Meio Norte estão utilizando a rede social Instagram para se adaptarem ao contexto jornalístico de convergência de conteúdos.

Referencial Teórico

A tecnologia em si, em particular os aparelhos de celulares, foram substanciais para o processo de convergência das mídias. No entanto, isso não significa dizer que os “velhos” meios de comunicação estão fadados ao desaparecimento. Apesar da distância temporal e das avassaladoras transformações que separam a obra de Jenkins do cenário atual das mídias, ainda é oportuno perceber que o que morre não são os meios de comunicação, mas sim as

ferramentas que se usa para ter acesso a esses conteúdos. Isso se deve ao fato de que “sistemas de distribuição são apenas e simplesmente tecnologias; meios de comunicação são também sistemas culturais” (Jenkins, 2022, p. 43), o que demonstra as várias camadas que revestem esse processo.

Isto posto, por convergência midiática Jenkins (2022) entende como o fluxo contínuo de conteúdos através de múltiplas plataformas, à cooperação entre os vários mercados midiáticos e ao comportamento migratório do público, que, dependendo de onde se encontra a informação que ele deseja e dos aparatos que ele dispõe, é capaz de transitar entre ambientes online ou offline para ir em busca da informação que procura.

Para ele, a convergência é um processo que possui encadeamentos não só tecnológicos, mas também mercadológicos, culturais, sociais e que modifica a lógica pela qual a indústria midiática opera e pela qual a notícia e o entretenimento são processados pelos consumidores. Assim, “a convergência envolve uma transformação tanto na forma de produzir quanto na forma de consumir os meios de comunicação” (Jenkins, 2022, p. 46).

O telejornalismo brasileiro também vem passando por transformações nítidas ao longo dos últimos anos, incluindo alterações desde os aspectos da rotina produtiva, até mudanças na linguagem utilizada e estrutura comercial.

Devido a todas essas mudanças é possível até falar em um novo modelo jornalístico: o telejornalismo online, caracterizado por um formato híbrido que abarca particularidades da TV e da Web (Gutemberg, 2021).

Nesse mesmo sentido, pesquisadores como Silva e Alves (2016) propõem, levando em consideração as pesquisas desenvolvidas em torno da influência da internet e da cibercultura no incentivo ao uso das redes sociais digitais pelas emissoras de TVs e os telejornais nos últimos anos, a categorização de três fases distintas do telejornalismo online, são elas: transpositiva, hipermediática e expandida.

A Fase Expandida do telejornalismo, de acordo com Silva (2019), surge no contexto em que os veículos de televisão estão se apropriando das mídias sociais digitais que possuem o conteúdo audiovisual como ferramenta, principal ou não. Dessa forma, com a presença cada vez mais marcante das emissoras de televisão e dos programas de telejornais nessas redes, é possível perceber que a própria audiência, agora convertida em seguidores, passou a ocupar esses espaços de forma ativa, seja comentando nas postagens, emitindo opiniões, sugerindo pautas ou reagindo a conteúdos por meio das ferramentas dispostas nessas plataformas.

Dessa maneira, para a autora, a Fase Expandida do telejornalismo ocorre quando os telejornais passam a criar conteúdos, sejam eles exclusivos ou não, para outras

plataformas (redes sociais digitais e aplicativos), de modo que os conteúdos jornalísticos sejam expandidos para novos formatos. Ainda segundo Silva e Alves (2016), esse estágio pode ser vivenciado de formas diferentes por cada emissora e/ou telejornal, mas, independentemente disso, todas elas possuem algo em comum: a característica de contar com o repórter televisivo ou o apresentador do telejornal fora do seu ambiente nativo, a televisão.

Canavilhas (2015), ao refletir acerca da abrangência da telefonia móvel no acesso à internet, argumenta que, diante das novas tendências, o futuro do jornalismo parece estar em oferecer informações personalizadas por meio dos dispositivos móveis e ofertar possibilidades de interação entre os usuários e os jornalistas, prática que pode reverberar no fortalecimento dos vínculos do usuário com o meio e criar, a partir de estratégias de lealdade, um sentimento de identificação e pertencimento. Nessa conjuntura, fica cada vez mais evidente as constatações de Cannito (2010) de que as empresas jornalísticas estão revendo seus planos de negócios e reorganizando seus modelos de produção para ir em busca da audiência, que agora está cada vez mais presente no mundo da internet.

Conforme Brittos e Simões (2011, p.83), a ideia de uma pluralização de formatos de TV se desenvolve “diante do crescimento da variedade de opções na radiodifusão,

somado ao processo de digitalização e impulsionado por ele”. A convergência colaborou não só com o oferecimento de mais de um recurso pelos aparelhos, mas também com a geração de novos produtos simbólicos, fato que agregou mais opções de serviços à televisão. Dessa maneira, a partir do momento em que há um aumento na variedade de equipamentos que exibem conteúdos televisivos, e a sua consequente popularização, percebe-se reflexos dessas novas configurações na cadeia de valores da televisão (produção, programação e distribuição).

Assim sendo, esse efeito promovido pela popularização da televisão promove efeitos sociais e mercadológicos relevantes para o futuro do meio, o que faz com que os múltiplos lados desse processo mudem suas posturas, como: O espectador estabelece uma nova relação com o conteúdo audiovisual, o que afeta a fidelidade ao meio; os patrocinadores pulverizam seus investimentos, já que a audiência está mais distribuída; as emissoras movem seus investimentos para outros acessos ao público, o que faz com que ocorra uma diversificação dos seus conteúdos e meios (internet) e a tentativa de manutenção da liderança na busca pela maior fatia do bolo publicitário; o Estado tenta regular essa nova estrutura, que muda com muita frequência, mas é lento se comparado à velocidade das alterações e a pressão dos agentes econômicos (Brittos; Simões, 2011).

Dentro desse cenário, Belém (2017, p.191) acrescenta que, hoje, “a televisão passou a ser pensada a partir de um telespectador digital, que participa, interage e colabora”. Para o autor, “a essência do jornalismo não muda, mas as notícias, além de informar, passam a ter cada vez mais a função de entreter”. Toda essa movimentação por parte das emissoras de televisão e telejornais certamente tem como pano de fundo os interesses econômicos, haja vista que a maneira como se passou a assistir televisão provoca desdobramentos significativos no mercado televisivo, que vê o valor do break comercial sofrer alterações (Becker, 2014).

Stringari e Oliveira (2022) sustentam que, com a abundância de veículos e de notícias por todo lado, as emissoras televisivas e seus telejornais tiveram que desenvolver estratégias não só para manter, mas também para conquistar e ampliar a sua audiência. Para as autoras, toda essa dinâmica baseia-se no fato de que os números do IBOPE e de verbas publicitárias estão associados, então se os índices de audiência são relevantes, há um aumento do interesse dos anunciantes. “No contexto de economia de mercado, o sistema jornalístico alicerça-se em empresas, legitimamente preocupadas com sua sobrevivência econômica e com o lucro”, complementa Sousa (2006, p. 25).

Com isso, ferramentas como *Stories* do *instagram*, *Reels* e *posts* são frequentemente usados pelas emissoras televisivas

para a veiculação de conteúdos audiovisuais que colaboram com a humanização da imagem dos seus profissionais e do fazer jornalístico, apostando em linguagens informais, vídeos “desproduzidos”, humor e conteúdos de bastidores, tudo isso visando a conquista e a identificação da audiência.

Relembrando os apontamentos de Nilsen (2017), há três justificativas para a realização de uma produção jornalística: 1) poder (ou seja, utilizar os meios de comunicação para criar uma influência; 2) serviço público e 3) Lucro (o objetivo dos órgãos de notícia é ter retorno financeiro). O autor assinala que, apesar do surgimento da mídia ter como base o primeiro motivo, a chegada do século XX e suas transformações tecnológicas fez com que houvesse um deslocamento desse setor rumo à terceira justificativa.

Helmond (2015) explica que a plataformização da internet é justamente esse processo de protagonismo que as plataformas adquirem no cotidiano, sendo capazes de exercerem inúmeras funções e atenderem a diversas necessidades. Nesse cenário, Rieder e Sire (2014) adicionam que as plataformas acabam se tornando as grandes juízas do sucesso, ou não, dos atores envolvidos, impondo uma lógica de atuação nesses ambientes. Nessa discussão, os algoritmos não podem ficar de fora.

Em relação a esse último ponto, é interessante trazer para a discussão o objeto de estudo, que são os perfis de

duas emissoras piauienses no Instagram. Aqui, o ponto chave da percepção paira sobre a padronização dos conteúdos produzidos e distribuídos nessas plataformas visando um maior alcance do público. Como perceber isso? Tem-se como exemplo: a adaptação do conteúdo noticioso para o formato das trends do Instagram, uso de músicas ou áudios que estão viralizando na plataforma para acompanhar o conteúdo postado, a adaptação da linguagem oral e corporal dos jornalistas visando aproximá-los dos “teleinternautas”, uso de legendas que instigam a interação (estratégia clássica utilizada dentro do meio), criação de narrativas para o meio e outras lógicas de atuação na rede.

Metodologia

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva e exploratória. Assim, o primeiro passo inclui a revisão bibliográfica, para a apropriação das principais temáticas norteadoras do estudo, que são: convergência midiática, telejornalismo expandido, economia política da comunicação, economia política do jornalismo, redes sociais digitais, dentre outras. Para tanto, são utilizados livros, artigos científicos, sites e outras fontes que abordem a temática. Em seguida, houve a coleta e análise das postagens realizadas no Stories e no feed dos perfis das TVs piauienses Clube (@redeclube) e Meio Norte (@redemeionorte), observáveis deste

estudo. Após esse percurso teórico, será feito um estudo comparativo, para que assim se possa compreender, a partir das semelhanças e diferenças entre os perfis, como as TVs Clube e Meio Norte estão utilizando a rede social Instagram para se adaptarem ao contexto jornalístico de convergência de conteúdos.

O corpus deste estudo será constituído pelas postagens publicadas no feed e nos Stories dos perfis no Instagram das TVs Clube (@redeclube) e Meio Norte (@redemeionorte). Para tanto, adota-se um recorte temporal de 07 dias para a coleta de dados, determinados com base na “semana artificial ou semana construída”, que orienta o início da coleta dos materiais em um determinado dia da semana, que neste caso será uma segunda-feira, escolhida aleatoriamente, e, na semana seguinte, utiliza o dia posterior, e assim por diante, até a coleta de todos os dias planejados (Franco, 2010).

Julga-se esse método interessante para os resultados porque além de impedir que os conteúdos se tornem repetitivos, ele oferece a possibilidade de acompanhar o comportamento/reação desses perfis dentro do Instagram com o passar das semanas e as suas constantes atualizações.

Esclarece-se que o presente estudo é fruto do projeto de qualificação de Mestrado e encontra-se em andamento. Devido a isso, este estudo atará seus esforços para apenas um dia de coleta: a segunda-feira, 13 de novembro de 2023.

Resultados e Discussões

Os observáveis desta pesquisa serão os perfis no Instagram das TVs Clube (@redeclube) e Meio Norte (@redemeionorte). A escolha por analisar emissoras locais deve-se ao fato de que o telejornalismo local ajuda na construção e reforço da identidade local, visto que o público, por estar consumindo um programa em que as pautas refletem o cotidiano da sua cidade, bairro ou rua, acaba desenvolvendo uma maior proximidade e, conseqüentemente, se sente mais incentivado a participar e interagir com os conteúdos televisionados ou publicados. Destaca-se que os resultados apresentados neste estudo devem ser considerados como parciais, impossibilitando uma generalização dos dados referente aos sete dias de amostra.

a. TV Clube

O perfil da TV Clube no Instagram conta com pouco mais de 96 mil seguidores. Com 8629 publicações no feed, o perfil da emissora piauiense aposta massivamente, tanto no feed como nos Stories, em narrativas de chamada para atrair a audiência online, ou teleinternautas, para os programas televisivos transmitidos na TV Aberta. Nesse sentido, as percepções se voltam para as apropriações possibilitadas pelo uso das redes sociais digitais pelos veículos televisivos

catalogadas por Silva (2019), em que a autora destaca a Narrativa de Chamada como o primeiro tipo de apropriação na fase do Telejornalismo Expandido.

Com uma estratégia que investe na produção de Reels, o perfil da TV Clube se utiliza bastante da imagem dos seus repórteres e apresentadores, quase sempre acompanhados de elementos sonoros ou visuais que remetem ao humor, descontração e informalidade. O Reels é caracterizado por ter uma linguagem descontraída e é movido pelas “trends”, que são as tendências do momento dentro da rede social digital, ou seja, as “modinhas”, como os challenges (desafios) e as músicas/áudios virais.

Dentro dessa perspectiva, não se pode deixar de mencionar o destaque que o referido perfil dá aos conteúdos de bastidores, que, em sua maioria, são acompanhados da hashtag “bastidores” (#bastidores) em suas legendas e exploram a rotina jornalística dos apresentadores e repórteres de forma humorística, ou seja, os próprios jornalistas da emissora sempre aparecem em cena com uma imagem corporal e oral mais dinâmica, divertida e empática, fato que ajuda na criação de oportunidades de aproximação entre o perfil – aqui lê-se emissora – e os seguidores – aqui lê-se audiência.

Outro ponto relevante para essa apresentação é que é perceptível que a maioria dos vídeos publicados pelo perfil

são feitos dentro do ambiente que compreende a emissora, passando a ideia de que os apresentadores e repórteres trabalham, mas também se divertem com a produção desses conteúdos dentro do ambiente empresarial. Essa mudança na linguagem corporal e oral dos profissionais do jornalismo está fortemente imbricada com as necessidades atuais do público, que, por estar cada vez mais disperso em múltiplas telas, tem a tendência a interagir com conteúdos que se mostram criativos e atrativos. “O receptor (com os seus novos princípios de receber a informação) exige que a notícia na atualidade – independentemente do meio em que estiver inserida – informe, distraia e também lhe traga uma formação sobre o assunto publicado” (Belém, 2017).

Assim como no perfil da Meio Norte, no feed da TV Clube há postagens de peças publicitárias, matérias de portal e rádio, conteúdos nacionais transmitidos pela Rede Globo e, também, produção de conteúdos exclusivos para a plataforma. Nos Stories há a presença forte de conteúdos audiovisuais dos repórteres convidando a audiência para acompanhar os programas televisivos. Nos Stories referentes aos telejornais PI 1 e PI 2, respectivamente os telejornais do meio dia e da noite, é comum os respectivos apresentadores aparecerem nos Stories fazendo a escalada das principais notícias que serão veiculadas nos programas e convidando os teleinternautas para conferirem o conteúdo completo da matéria na TV.

Durante a coleta na segunda-feira, 13 de novembro de 2023, o perfil da @redeclube publicou 27 conteúdos nos stories e 10 no feed, totalizando 37 publicações no dia. No que concerne aos stories, 9 deles tinham vínculo com o portal e 7 tinham vínculo com a Rádio. Nesse montante, apenas 7 stories tinham vínculo com a televisão, destacando o fato de que 5 desses estavam no “padrão nacional” ou seja, divulgava algum conteúdo que seria veiculado pela Rede Globo (Conversa com Bial). Além disso, é interessante mencionar que 5 stories foram classificados como “chamada ou bastidor”, fato que faz jus ao que o perfil promete na sua biografia. Outra característica dos stories da referida tv, que a diferencia da Meio Norte, é o uso de recursos multimidiáticos que enriquecem o conteúdo postado, como uso de emojis, templates, figurinhas de interação e logo do programa.

Em relação ao feed, não foi percebido publicações que tinham vínculo com a TV local. As postagens que tinham vínculo com o meio televisivo eram voltadas para a programação nacional, haja vista a Rede Clube ser filiada a Rede Globo. Outro comportamento que se percebe é a divulgação de conteúdos promocionais, como publicidade de faculdade (com a postagem rotulada como “parceria paga”) e um evento que ocorreu na cidade e que contou com a parceria da Rede Clube. Nesse último, as postagens, majoritariamente, foram feitas em “collab” com os perfis, o

que permite que uma única publicação seja exibida em perfis diferentes.

b. TV Meio Norte

O perfil da Rede Meio Norte no Instagram conta com mais de 146 mil seguidores e 6806 publicações no feed. É de suma relevância que tenha-se conhecimento de que o perfil não se dedica a postar apenas conteúdos de cunho jornalístico. Tanto no feed como nos Stories, há a presença marcante de propagandas e divulgações relacionadas a outros seguimentos empresariais do Grupo Meio Norte Assim, no perfil da emissora (@redemeionorte) pode-se encontrar fotos e vídeos de bastidores, peças publicitárias, propagandas, matérias de portal e rádio, conteúdos exclusivos para a plataforma, sorteios, divulgação de eventos, artes de datas comemorativas e outros.

Contudo, o perfil @redemeionorte, nos últimos meses, passou a investir majoritariamente na produção de Reels, que são aproveitados tanto para convergir conteúdos do portal como da TV. Em relação aos conteúdos da TV postados nos Reels, consegue-se observar que o perfil se utiliza tanto de conteúdos audiovisuais que originalmente foram veiculados na televisão, mostrando que no processo de transposição nem todos os vídeos são adaptados para o meio, como de

conteúdos criados exclusivamente para a plataforma, como por exemplo: chamadas dos repórteres e apresentadores, bastidores das notícias e programas.

Já nos Stories consegue-se perceber que a emissora mescla bastante os conteúdos publicados, indo desde a divulgação de propagandas, reposts de marcações do público e dos próprios funcionários da casa e entrevistados de maneira geral, até o investimento em vídeos de chamadas (conteúdo em que os apresentadores aparecem em cena para convidar a audiência para acompanhar a programação televisiva pela TV Aberta ou pelo canal da emissora no Youtube) e Narrativas do tipo Nota/Comentário (Silva, 2019), em que os apresentadores ou repórteres entram em cena para dar mais detalhes acerca de uma notícia que foi ou será televisionada.

Dessa maneira, a partir desse breve, porém importante, processo de observação e apresentação do observável, já se consegue perceber certos comportamentos e estabelecimentos de lógicas de atuação que se encaixam com os aspectos que fazem parte do pano de fundo da ruptura dos modelos tradicionais de jornalismo (Silva et al. 2020).

Durante a coleta, foi possível identificar que o perfil da @redemeionorte publicou 7 stories e 48 postagens no feed, totalizando 55 conteúdos compartilhados na segunda-feira, 13 de novembro de 2023. No que se refere aos stories,

percebe-se que 4 foram publicados em formato de vídeo e 3 em formato de fotografia. Dos vídeos postados, todos foram classificados como “Narrativa de Chamada ou Bastidor” e todos possuíam vínculo com a TV, haja vista os conteúdos retratarem o bastidor de pautas televisivas ou dos próprios programas televisivos em andamento. Além disso, apenas 1 dos stories foi classificado como noticioso. Em contrapartida, 2 stories foram categorizados como promocionais, ou seja, eram publicações que envolviam outros ramos do grupo de comunicação, como a divulgação de cards de shows e eventos que acontecem na cidade.

No feed, das 48 postagens compartilhadas, 8 eram voltadas para a divulgação de conteúdos do portal (6), Jornal (1) e Rádio (1). Além disso, 15 postagens foram classificadas como “conteúdo para redes sociais”, uma vez que os conteúdos, todos em formato de Reels, tinham, majoritariamente (11), origem externa à TV Meio Norte, ou seja, não foram produzidos pela emissora e não tinham ligação com o meio televisivo. Em contrapartida, 15 publicações foram categorizadas como “transmissão da programação”, ou seja, tinham vínculo direto com a TV, já que divulgavam na rede social algum conteúdo já veiculado pela emissora. Nesse aspecto há um destaque para os conteúdos do programa “Bom dia MN” (5) e “Ronda Nacional” (3).

Considerações finais

A presente pesquisa buscou analisar a seguinte problematização: como as TVs Clube e Meio Norte estão utilizando a rede social Instagram para se adaptarem ao contexto jornalístico de convergência de conteúdos. Desta maneira, notou-se que a partir dos resultados parciais obtidos pela análise, a TV Meio Norte vem aproveitando muito mais as potencialidades que o Instagram oferece para transpor conteúdos que já foram veiculados pela TV, fato que demonstra que a emissora enxerga o perfil como mais um espaço de divulgação desse conteúdo. Nesse contexto, as publicações feitas no dia 13 de novembro de 2023 revelam que o perfil tenta abarcar uma boa parte da programação da emissora, o que evidencia o objetivo de atender ao gosto de diferentes públicos-alvo que coexistem no online.

Em contrapartida, a Rede Clube não demonstra essa mesma preocupação, haja vista que os conteúdos do perfil são preferencialmente de bastidores, revelando que o objetivo maior é construir um espaço de vínculo e “intimidade” com o teleinternauta, o que pode ajudar a fortalecer a própria marca de maneira comercial. Assim, é comum encontrarmos conteúdos que visibilizam os apresentadores e repórteres “fora da pose” televisiva, outros profissionais da emissora e o ambiente empresarial em si, o que corrobora com a percepção de fortalecimento de marca.

Como limitação de pesquisa, aponta-se a vultosa quantidade de dados coletados por perfil em um dia, o que dificulta a apresentação da totalidade dos dados. Para além das limitações, acredita-se que esta análise possibilita trazer elementos relevantes para fertilizar a discussão sobre a presença do jornalismo em diferentes ambientes do ciberespaço e os novos rumos do ecossistema midiático contemporâneo.

Referências Bibliográficas

Becker, B. **Televisão e novas mídias: repensando o papel das audiências nos telejornais.** E Compós, [S. l.], v. 17, n. 2, 2014. Disponível em: . Acesso em: 09 ago. 2023.

Belém, Vitor Curvelo Fontes. **O telejornalismo expandido em diferentes plataformas e a vinculação com o entretenimento.** In: MATOS, Marcos Fábio Belo. GEHLEN, Marco Antônio. Comunicação, Jornalismo e Fronteiras Acadêmicas II. São Luís: EDUFMA, p. 189-204, 2017. Disponível em:. Acesso em: 20 fev. 2023.

Bolaño, C. **Considerações sobre a economia política do rádio no Brasil. Economia Política das Tecnologias da Informação e da Comunicação.** Sergipe: Observatório de Economia e Comunicação (Obscom) da Universidade Federal de Sergipe v. 14, n. 2, 2012. Disponível em: < <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/417>>. Acesso em: 25 de ago. 2023.

Brittos, Valério Cruz. **A televisão no Brasil, hoje: a multiplicidade da oferta**. Comunicação & Sociedade, n.31, p.934, 1999. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistasims/index.php/CSO/article/view/7887>>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

_____; SIMÕES, Denis Gerson. **Para Entender a TV Digital: tecnologia, economia e sociedade no século XXI**. São Paulo, Intercom, 2011. Disponível em: < <https://fasam.edu.br/wp-content/uploads/2020/07/Para-entender-a-TV-digital.pdf>>. Acesso em: 24 de ago. 2023.

Canavilhas, J. **Nuevos medios, nuevo ecosistema. Profesional de la información**, [S. l.], v. 24, n. 4, p. 357-362, 2015. Disponível em: Acesso em: 8 ago. 2023.

Cannito, Newton. **A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio**. Summus Editorial, 2010. 264p.

Dourado, Jacqueline Lima. **Estudo das estratégias da Rede Globo de Televisão na esfera da cidadania**. 256f. 2009. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em ciências da comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo – RS. Disponível em: < <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2524>>. Acesso em: 14 ago. 2023.

Gutemberg, Alisson. **O jornalismo audiovisual na era da internet: desafios e experiências**. In: **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**. [S.l.], v. 8, n. 1, p. 1-6, 2021. Disponível em: . Acesso em: 05 ago.2023.

Helmond, A. **The Platformization of the Web: Making Web Data Platform Ready**. Social Media + Society, v. 1, n. 2, p. 1-11, 2015. Disponível em: . Acesso em: 25 jul. 2023.

Jenkins, Henry. Cultura da convergência. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2022. 432p. JOST, François. **Extensão do domínio da televisão à era digital**. MATRIZES, v. 13, n. 2, p. 61-74, 2019. Disponível em: < 87 <https://www.redalyc.org/journal/1430/143065890006/143065890006.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2023.

Nielsen, R. K. Media capture in the digital age. In: SCHIFFRIN, A. (Ed.). **In the Service of Power: Media Capture and the Threat to Democracy**. Washington: Center for International Media Assistance, 2017. Disponível em: < https://www.cima.ned.org/wp-content/uploads/2015/02/Capture4_Media-Capture-in-the-Digital-Age.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2023.

Rieder, B.; Sire, G. **Conflicts of interest and incentives to bias: A microeconomic critique of Google's tangled position on the Web**. New Media & Society, v. 16, n. 2, p. 195-211, 2014. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1461444813481195>>. Acesso em: 20 de ago. 2023.

Silva, E. **Fases do telejornalismo: uma proposta epistemológica**. In: Rocha, L.; Soares, S. (Orgs). Comunicação, jornalismo e transformações convergentes. Palmas: EDUFT, 2019. 136p. Disponível em: <<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1343/1/Comunica%C3%A7%C3%A3o%2C%20jornalismo%20e%20transforma%C3%A7%C3%B5es%20convergentes.pdf>>. Acesso em: 17 de jun. 2023.

Silva, Edna de Mello; ALVES, Yago Modesto. **Telejornalismo expandido: a apropriação de redes sociais e aplicativos pelo jornalismo televisivo**. In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, São Paulo (SP). Anais... São Paulo (SP): Intercom-Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. 2016. Disponível em: . Acesso em: 15 fev. 2023.

Sousa, Jorge Pedro. **Elementos de Teoria e Pesquisa da Comunicação e dos Media**. 2ª ed, rev. e ampl. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2006. 823p. Disponível em: < <https://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>>. Acesso em: 23 de jul. 2023.

Stringari, Rosângela; Oliveira, Andreia Magalhães. **Telejornalismo e interatividade: o comportamento do público em tempos de pandemia**. In: Sousa, J. P. Jornalismo e Estudos Mediáticos – Memória V, Porto: Publicações Fundação Fernando Pessoa, p. 45-61, 2022. Disponível em: < https://research.unl.pt/ws/portalfiles/porta/46653329/ebook_mem_ria_V.pdf#page=45>. Acesso em: 09 ago. 2023.

Vellei, Carolina dos Santos. **Os Stories jornalísticos no Instagram: investigando os novos formatos de narrativas nas mídias sociais**. 188f. 2020. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo – SP. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27164/tde-08032021-230133/en.php>>. Acesso em: 03 mar. 2023.

Zimmermann, Dara Yanca. **A apropriação da ferramenta Instagram Stories pelo Estadão e as narrativas criadas no noticiário interativo “Drops”**. 2021. 273p. Dissertação de Mestrado. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis – SC. Disponível em: . Acesso em: 22 fev. 2023.

O possível fechamento do Museu Paraense Emílio Goeldi e os usuários de Facebook: redes e mobilização¹⁷⁰

Phillippe Sendas de Paula FERNANDES¹⁷¹ (UFRJ)
Vanja Joice Bispo SANTOS¹⁷² (Museu Paraense Emílio Goeldi)

Com uma reflexão que envolve afeto, memória, mobilização, comunicação e ciência, debruçamo-nos em um dos episódios mais importantes da história recente do Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG), quando, em setembro de 2017, duas de suas bases científicas correram o risco de terem suas atividades encerradas, resultado dos cortes e contingenciamentos orçamentários que atingiram as instituições federais de ensino e pesquisa do país naquele ano. Nas ruas e nas redes, a mobilização em defesa do Museu Goeldi foi imediata e envolveu a sociedade civil, a imprensa e a classe política. O movimento atingiu seu ápice em 17 de setembro de 2017, com mais de dez mil pessoas participando

-
- 170 Trabalho apresentado no GT 4- Mídia e Dimensões do Tempo – Na vida plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo, 2023.
- 171 Doutorando em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista CNPq. E-mail: psendas7@gmail.com.
- 172 Mestra em Comunicação e Culturas Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia. Coordenadora do Laboratório de Comunicação Multimídia do Museu Paraense Emílio Goeldi. E-mail: joicesantos@museu-goeldi.br.

de um abraço simbólico no MPEG e com a coleta de seis mil assinaturas em um abaixo-assinado solicitando ao Ministério Público Federal a garantia do funcionamento integral da instituição.

A origem do Museu Paraense Emílio Goeldi data de 6 de outubro de 1866¹⁷³ quando foi fundada uma pequena associação filomática, resultado do empenho de naturalistas, cientistas, intelectuais e políticos com o objetivo de criar um museu natural na região amazônica (Sanjad, 2010, p. 310). A expansão veio com o tempo e, no final do século XIX, a instituição viveu o mais importante processo de organização e consolidação do seu projeto científico – o primeiro do país pensado para a Amazônia –, conduzido pelas mãos do zoólogo suíço Emílio Goeldi. É desse período a construção do Parque Zoológico, em Belém, um marco para o fortalecimento do vínculo entre a sociedade e o então Museu Paraense de História Natural e Etnografia.

Buscando compreender a construção da mobilização dos usuários das redes sociais diante da crise do museu e suas percepções sobre a instituição, levando em conta a questão afetiva como mola propulsora desse movimento, este artigo apresenta o resultado de análise de conteúdo quantitativa e qualitativa realizada na página oficial do Museu Emílio Goeldi no Facebook, considerando as publicações relacionadas ao

173 O MPEG é a segunda instituição científica mais antiga do país, atrás apenas do Museu Nacional, fundado em 1818.

possível fechamento da instituição. A escolha do Facebook se deu por ser, à época da coleta dos dados, o principal site de rede social do Museu Goeldi, com quase 30 mil seguidores – três vezes mais que o Instagram (9.769 seguidores), oito vezes mais que o Twitter (3.736 seguidores) e 50 vezes mais que o YouTube (605 inscritos).¹⁷⁴ Dada sua relevância, realizamos um mapeamento durante o mês de setembro de 2017, contabilizando 13 postagens com, pelo menos, 3.726 reações (curtidas ou *emoticons*), 3.073 compartilhamentos, 253 comentários e 337 avaliações, o que mostra o impacto e a repercussão da crise na rede social. Para entender as principais percepções dos usuários em relação à instituição, foi analisado o conteúdo de 93 mensagens publicadas junto com as avaliações do Facebook no período delimitado.

O Zoobotânico e a estação ameaçados: a mobilização que desponta das redes

Em 2017, a crise política e econômica do Brasil intensificou os cortes orçamentários de universidades e instituições de ensino e pesquisa. Com o contingenciamento de 44% que atingiu os órgãos federais, o Museu Paraense Emílio Goeldi não teria condições de dar continuidade às suas atividades até o fim daquele ano. Com o objetivo de buscar apoio da

174 Dados atualizados até 27 nov. 2019.

sociedade em defesa do orçamento da instituição, no dia 31 de agosto de 2017, a partir de uma convocação da Associação dos Servidores do Museu Goeldi (ASCON Belém), servidores e colaboradores se reuniram no Campus de Pesquisa para definir estratégias e ações para reverter esse cenário.¹⁷⁵

A reunião debateu a proposta apresentada pela diretoria da instituição que, diante das limitações orçamentárias, fecharia já no mês de outubro duas bases do Museu Emílio Goeldi: o Parque Zoobotânico e a Estação Científica Ferreira Penna. As atividades básicas do Campus de Pesquisa e do Campus Avançado do Pantanal seguiriam funcionando. O encontro também definiu estratégias de mobilização em diferentes frentes (comunicação, científica, política, jurídica etc.). Assim surgiu o movimento SOS Museu Goeldi, tendo como uma das primeiras ações uma campanha nas redes sociais, especialmente Facebook e Twitter, fazendo um alerta à população para o risco de fechamento do MPEG. Para Castells (2012, p. 11), a reprogramação das redes em torno de outros interesses e valores tendo em vista o rompimento das alternâncias predominantes é uma forma de contrapoder.

Colocou-se em rede um desejo: a reversão da situação de fragilidade orçamentária do Museu Emílio Goeldi, na tentativa de afastar a possibilidade de seu fechamento.

175 Em 2017, o orçamento do Museu Goeldi aprovado na Lei Orçamentária Anual (LOA) era de 12 milhões e 700 mil reais. Com o contingenciamento de 44%, o orçamento da instituição naquele ano foi reduzido a sete milhões e 100 mil reais (MUSEU..., 2018).

Apesar de a crise na ciência ter sido pautada pelos principais veículos de comunicação do país, certamente, na Amazônia, nenhum outro movimento à época ganhou repercussão tão extensa e imediata, como ocorreu em relação ao MPEG. A partir de postagens em perfis pessoais, sem nenhum caráter oficial, os milhares de compartilhamentos trouxeram à tona um tema que ainda era timidamente abordado pela imprensa, sobretudo, local.

Do ponto de vista da comunicação multimídia, nota-se uma reaproximação do público que participa ou já participou (direta ou indiretamente) das atividades da instituição no “mundo real”, compartilhando suas experiências no “mundo virtual”, como forma de protesto. Não entendamos aqui esses dois mundos como estancos ou contraditórios. Segundo Lévy (2010, p.5), ambos estão imbricados um ao outro: o virtual é real. Martino (2015, p. 68) chama o elemento de ligação entre os membros de uma rede social de “laço social”. Esse laço pode ser resultado de diferentes vínculos como os de amizade, trabalho e afetivos de uma maneira geral. A relação histórica da população com o Museu Emílio Goeldi é um laço social já consolidado, que ultrapassa as redes sociais mediadas pela tecnologia. Convém lembrar que Muniz Sodré (2014, p. 293) afirma que a comunicação trabalha em três níveis operativos: relacional, vinculativo e metacrítico. É interessante pensarmos esse episódio envolvendo o Museu Goeldi a partir do nível relacional, por

se referir às questões midiáticas baseadas no paradigma informacional/tecnológico, mas, principalmente a partir do nível vinculativo, que vai além dos dispositivos midiáticos e inclui formas alternativas de comunicação e sociabilidade. A memória e o afeto construídos em torno do Museu Goeldi é uma das formas de comunicação e sociabilidade mais fortes entre a instituição e a sociedade.

O Museu Paraense Emílio Goeldi é uma instituição inserida numa forma espacial urbana que, segundo perspectiva geográfica apresentada por Saint-Clair Trindade Jr. (2013, p. 7) a partir de Milton Santos (1985), é tida como uma forma-conteúdo, reflexão fundamental para a construção do conceito de “urbanodiversidade” na Amazônia. Esse significado de cada forma espacial também é alvo de diferenciações, que leva a construção de novos mundos, ideia apresentada no estudo de Caiafa (2003). Apesar de compartilharmos de memórias e imaginários consolidados em torno do Museu Goeldi, o possível fechamento da instituição foi capaz de retomar antigos laços afetivos e, ao mesmo tempo, produzir novas subjetividades sobre esse espaço, que é uma referência para a cidade. Não se pode desconsiderar ainda que o capitalismo contemporâneo é ao mesmo tempo financeiro e midiático e, por isso, estaríamos imersos no chamado bios virtual ou bios midiático (Sodré, 2014, p. 283-4). Foi por meio da campanha nas redes sociais que a crise orçamentária do Museu Goeldi ganhou notoriedade, alcançando o objetivo principal que era

sensibilizar a sociedade, a classe política e a imprensa para os problemas enfrentados pela instituição. Apenas um dia depois que as primeiras postagens repercutiram nas redes sociais, o então presidente Michel Temer anunciou, via Twitter, que garantiria os recursos necessários para o Museu Goeldi continuar suas atividades.

O pronunciamento oficial da instituição sobre a crise orçamentária e a repercussão nas redes sociais e na mídia tradicional veio por meio de coletiva de imprensa com o então diretor Nilson Gabas Jr., em 4 de setembro de 2017, no Parque Zoobotânico. Apesar da manifestação do presidente Temer, até o dia da coletiva, o Museu Goeldi não havia recebido os recursos, que só chegariam no dia 15 de setembro. Na ocasião, uma carta à sociedade foi divulgada apresentando as medidas tomadas pela gestão para evitar o fechamento das bases da instituição. No entanto, o documento afirmava que, caso a situação orçamentária não fosse revertida, o Parque Zoobotânico e a Estação Científica Ferreira Penna seriam fechados por tempo indeterminado (Carta Aberta à Sociedade, 2017).

Atualmente, a página oficial do Museu Paraense Emílio Goeldi, no Facebook, conta com quase 30 mil seguidores. Todas as postagens são vinculadas ao conteúdo publicado no portal da instituição na internet. Por se tratar de uma rede social no ambiente virtual, que oferece diferentes ferramentas de interação (curtidas, comentários e compartilhamentos), o

que Thompson (2018) chama de “interação social on-line”, o Facebook possibilita a geração de maior conteúdo por parte dos usuários. Deve-se mencionar que uma das manifestações mais frequentes realizadas pelos seguidores durante a crise orçamentária foi a avaliação da página do Museu Goeldi com a publicação das memórias vividas no Parque Zoobotânico. Centenas de pessoas postaram manifestando sua indignação e a importância do conhecimento sobre a Amazônia produzido pelo Museu Goeldi, aspectos que serão detalhados a seguir.

No período da coleta de dados para esta pesquisa, entre os anos de 2018 e 2019, a página oficial do Museu Paraense Emílio Goeldi, no Facebook, contava com quase 30 mil seguidores. Todas as postagens eram vinculadas ao conteúdo publicado no portal da instituição na internet. Por se tratar de uma rede social no ambiente virtual, que oferece diferentes ferramentas de interação (curtidas, comentários e compartilhamentos), o que Thompson (2018) chama de “interação social on-line”, o Facebook possibilita a geração de maior conteúdo por parte dos usuários. Deve-se mencionar que uma das manifestações mais frequentes realizadas pelos seguidores durante a crise orçamentária foi a avaliação da página do Museu Goeldi com a publicação das memórias vividas no Parque Zoobotânico. Centenas de pessoas postaram manifestando sua indignação e a importância do conhecimento sobre a Amazônia produzido pelo Museu Goeldi.

Um abraço no Museu Goeldi e a repercussão da crise

Apesar do anúncio do presidente Michel Temer ter ocorrido no dia 2 de setembro, os três milhões de reais que permitiram a continuidade das atividades da instituição só vieram no dia 15 do mesmo mês, quando o então ministro da Integração Nacional, Helder Barbalho, participou de uma breve cerimônia no Parque Zoobotânico, informando à comunidade técnico-científica o repasse do dinheiro. Mesmo com os recursos emergenciais garantidos, o movimento em defesa do Museu Emílio Goeldi atingiu seu ápice no dia 17 de setembro de 2017, o domingo em que foi realizado o Abraço no Museu Goeldi. O evento foi a grande ação do movimento que, até então, já havia feito uma série de outras atividades, incluindo protestos, saída fotográfica, palhaçaria, oficina de desenho e a coleta de, pelo menos, seis mil assinaturas para uma petição encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF).

Sugerido por uma seguidora do Facebook, o Abraço no Museu Goeldi conseguiu reunir em um manhã de domingo mais de dez mil pessoas, segundo informações do SOS Museu Goeldi. Em Belém, os participantes ficaram concentrados na travessa Nove de Janeiro, lateral do Parque Zoobotânico. Na Floresta Nacional de Caxiuanã, as atividades ocorreram na Estação Científica Ferreira Penna. A programação envolveu diversos coletivos de cultura, a comunidade técnico-científica

do MPEG, artistas e a população em geral, culminando com um grande abraço em torno da instituição, tanto na capital, quanto no Marajó, repetindo o gesto simbólico realizado pela primeira vez quase 30 anos atrás (Primeira..., 2017). O evento em Belém também contou com a participação voluntária de artistas, como Fafá de Belém, Victor Fasano, Nilson Chaves, Lucinha Bastos, Marco Monteiro e Andrea Pinheiro. Tamanha mobilização nos leva a refletir sobre a percepção da sociedade em relação ao Museu Goeldi como instituição científica e como Parque Zoológico – abrigo de memórias, principalmente as da infância –, o que nos faz crer que é dessa última percepção que veio o maior apelo em sua defesa.

A cobertura dada pela imprensa local foi um fator importante para a consolidação da força e visibilidade do movimento SOS Museu Goeldi. Segundo Wolf (2003, p. 61), os *mass media*, no contexto atual, assumem um núcleo central na produção simbólica, o que lhes atribui a capacidade de desempenhar um papel de construção da realidade. Entretanto, esse ponto de vista só foi possível a partir do momento em que o paradigma informacional da comunicação passou a ser questionado e suplantado, ou seja, esse modelo se mostrou bastante limitado já que os meios de comunicação eram considerados meros transmissores, ou ainda, apenas “esteiras transportadoras de significado” (Thompson, 2011, p. 9).

Quéré (1991, p. 6) trata desse tema analisando a substituição do modelo representacionista-informacional por um modelo propriamente comunicacional ou praxiológico, paradigma no qual a comunicação, além de ser tratada como lugar de constituição social de fenômenos, assume o processo de organização de perspectivas compartilhadas e construção conjunta de um espaço público. Baseando-se nesses estudos, França (2003) destaca os pontos principais do modelo praxiológico ou epistemológico, considerando também a comunicação como prática constituidora da vida social. A linearidade do processo de transmissão de informação perde espaço para o modelo que não se baseia unicamente no caráter instrumental da comunicação, ou seja, “a comunicação deixa de ser um processo recortado e restrito, e é tomada como lugar de constituição dos fenômenos sociais, atividade organizante da subjetividade dos homens e da objetividade do mundo” (França, 2003, p. 43).

Essa abordagem é interessante para auxiliar uma reflexão sobre a função do Museu Goeldi como fonte e espaço de produção e de comunicação do conhecimento científico. Um dos desafios dos museus de ciência é justamente desenvolver estratégias de comunicação que despertem ou mantenham o entusiasmo do visitante e aproxime os grupos excluídos dessas instituições (Valente et al., 2005, p. 197). Fundado em meados do século XIX, o Museu Paraense Emílio Goeldi não

escapa desse desafio, que se torna ainda maior quando se percebe que estamos diante de uma instituição fundamental para a aprendizagem não-formal dos aspectos socioculturais e ambientais da região amazônica.

Museu Goeldi curtido, compartilhado e avaliado: as reações e percepções dos usuários do Facebook diante da crise

A primeira postagem de setembro de 2018 na página oficial do Museu Paraense Emílio Goeldi no Facebook ocorreu no dia 3. Tratava-se da nota da instituição sobre o incêndio do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Naquele mês, o Museu Goeldi ainda publicaria mais 20 postagens de variados assuntos que, juntas, alcançariam 124.643 pessoas, com 2.480 reações, 1.494 compartilhamentos, 126 comentários e 14 avaliações.¹⁷⁶

Essas informações servem de parâmetro para que tenhamos noção do que foi o mês de setembro de 2017 para as redes sociais do Museu Goeldi. Considerando o volume de interação e o conteúdo compartilhado, o Facebook8 foi o principal meio de articulação e mobilização nas redes para impedir o fechamento das duas bases físicas da instituição, registrando números muito maiores que os de 2018:

176 Dados atualizados até 15 jan. 2019.

somente as 13 publicações referentes à crise orçamentária, por exemplo, alcançaram 258.869 pessoas. Partindo do pressuposto de que estamos lidando com um site de rede social que funciona como um suporte de relações sociais, conforme destaca Recuero et al. (2018), o movimento iniciado no Facebook em defesa do Museu Emílio Goeldi teve adesão imediata de grande parte da sociedade, envolvendo a classe política e pautando os principais veículos de comunicação da imprensa local. Isso reforça a ideia da contribuição dos sites de rede social na ampliação da esfera pública:

Os sites de rede social, com isso, podem ser compreendidos como elementos ampliadores da esfera pública que proporcionam um espaço onde, além da socialização, os atores podem expressar e reproduzir opiniões políticas e ideias que contribuem para o debate público. A facilidade técnica para produzir e reproduzir mensagens de manifestação e apoio (curtindo ou retuitando, por exemplo) é condizente com um conceito de opinião pública como uma rede de comunicações intermediando múltiplas relações entre sistemas sociais. Essa rede de opiniões e comunicações, contudo, não é necessariamente fática e permeia tanto posições explícitas como arranjos tácitos (RECUERO et al., 2018, p. 35).

No que diz respeito às postagens realizadas no Facebook do Museu Goeldi em setembro de 2017, a de maior repercussão foi a Carta Aberta à Sociedade, assinada pelo diretor Nilson Gabas Júnior. Só essa publicação conseguiu alcançar 143.883 pessoas, com 1.322 reações, 100 comentários e sendo compartilhada 2.017 vezes. O alcance é quase cinco vezes maior que o atual número de seguidores da página (cerca de 30 mil), o que demonstra o nível de envolvimento dos usuários da rede com o tema.

Não se pode perder de vista que, se falamos de mídia social como esfera pública, deve-se compreender este espaço como um lugar de disputa de sentidos (Recuero, 2018, p. 13). Os diferentes sentidos – que não são necessariamente opostos – em relação às percepções dos usuários do Facebook sobre a crise orçamentária do Museu Goeldi despontam quando nos debruçamos em analisar o conteúdo das avaliações realizadas na página da instituição no período de 1 a 30 de setembro de 2017. Apesar de se tratar de um método usual, recorreremos à ferramenta da nuvem de palavras para termos uma visão geral sobre as 93 mensagens publicadas junto às 337 avaliações, numa forma de qualificar os dados levantados, seguindo as orientações de Pinheiro et al. (2018):

[...] Seja na política, no mercado ou na vida social, o desafio que as mídias sociais nos inculcem hoje é o de quantificar mas também qualificar o volume de informações e atores que orbitam esse universo. Para tanto, se no passado o grande desafio era o de teorizar sobre esse ambiente cibercultural e essas novas e sociais mídias, hoje a investida se desloca para contemplar metodologias que consigam, a partir das existentes, apreender esses fenômenos sociomidiáticos capazes de fornecer mais assertividade sobre esses ambientes, suas realidades e relações com atores e plataformas offline (Pinheiro et al., 2018, p. 387).

Nas primeiras mensagens compartilhadas no Facebook por servidores e colaboradores do Museu Goeldi fazendo contagem regressiva para o fechamento da instituição, três palavras despontaram como referência: “conhecimento”, “memória” e “Amazônia”. Quando partimos para a análise das avaliações da página no mês de setembro, essas mesmas palavras também estão entre as mais relevantes, ao lado de outras como “lugar”, “pesquisa”, “ciência”, “espaço”, “história” e “cidade”. Percebe-se que todas estão relacionadas entre si e surgem nas dezenas de manifestações referenciando aspectos já consolidados sobre o Museu Emílio Goeldi. Além do caráter científico da instituição, as memórias da infância marcada pelos passeios no Parque Zoobotânico são as mais frequentes.

“Lugar” (37), “Amazônia” (30), “pesquisa” (21), “ciência” (14), “conhecimento” (13), “espaço” (13), “história” (11), “memória” (11), “cidade” (11), “Brasil” (11), “vida” (11) e “ForaTemer” (10) foram os termos mais mencionados nas manifestações publicadas com as avaliações da página do Facebook. De menor impacto, mas ressaltando aspectos importantes do Museu Paraense Emílio Goeldi, destacam-se outras palavras como “infância” (9), “passeios” (5), “fauna” (5), “flora” (5), “zoobotânico” (4), “lembranças” (4), “lazer” (4), entre outras. Atualmente, a página do Museu Goeldi no Facebook, com base na opinião de 709 pessoas, tem 4,7 como nota – numa escala que vai de um a cinco.¹⁷⁸ Das 337 avaliações realizadas no mês de setembro de 2017, apenas um usuário atribuiu a nota três, seis avaliaram com a nota quatro e 330 deram a nota máxima, cinco.

Considerações finais

Este artigo surgiu com a proposta de compreender a mobilização dos usuários das redes sociais diante da crise do museu e suas percepções sobre a instituição. Para isso, realizamos análise de conteúdo na página oficial do Museu Emílio Goeldi no Facebook. Em setembro de 2017, período em que veio à tona a crise orçamentária, a movimentação foi atípica na rede social da instituição: nas 13 postagens

178 Dados atualizados até 27 nov. 2019.

do mês, houve 3.726 reações, 3.073 compartilhamentos, 253 comentários e a página recebeu 337 avaliações. O teor das avaliações e das 93 mensagens publicadas no período converge para um contundente apoio dos usuários do Facebook ao Museu Goeldi. Além disso, da análise do volumoso conteúdo de relatos feitos de maneira espontânea na página, despontaram aspectos que evidenciam o vínculo afetivo dos usuários da rede social com o MPEG, aspecto fundamental para a construção do movimento. Registra-se também a percepção do público a respeito da relevância da instituição na produção de conhecimento sobre e para a região amazônica e o protagonismo do Parque Zoobotânico como a principal imagem do Museu Goeldi.

Na contramão no que diz respeito a adesão da sociedade à maior parte dos movimentos em defesa da ciência, o caso do Museu Paraense Emílio Goeldi gerou tamanha mobilização por alguns fatores como a longevidade na região e a construção e consolidação de um espaço de sociabilidade e de memória da população paraense, o que transformou a ameaça a uma instituição científica localizada na periferia do Brasil, em uma ameaça a uma importante referência para os que vivem na Amazônia. Neste caso, o afeto, a memória e a ciência mobilizaram as pessoas em torno da causa, e a comunicação, potencializada pelas interações mediadas online, foi fundamental para a organização e realização desse processo.

Referências Bibliográficas

Caiafa, Janice. Comunicação e diferença nas cidades. **Lugar Comum** . Estudos de Mídia, Cultura e Democracia, n. 18, nov. 2002 – jun. 2003.

Carta Aberta à Sociedade. Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém: 4 set. 2017. Castells, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

França, Vera Veiga. L. Quéré: dos modelos da comunicação. In: **Revista Fronteiras – Estudos Midiáticos**. Vol. v, n. 2, dez/2003, p. 37-51.

Lévy, Pierre. **Cibercultura** . São Paulo: Editora 34, 2010
Martino, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais** : linguagens, ambientes, redes. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

Museu Goeldi aumenta seu orçamento para 2018. **Portal Museu Goeldi** . Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/museu-goeldi-aumenta-seu-orcamento-para-2018>. Acesso em 10 jan. 2019.

Pinheiro, Wesley Moreira; POSTINGUEL, Danilo. Mensuração de audiências e análise de engajamento: uma proposta metodológica a partir das mídias sociais. In: Silva, Tarcízio; Buckstegge, Jaqueline; Rogedo, Pedro (Org.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais** . Brasília: IBPAD, 2018, p. 374-390.

Primeira batalha vencida: recursos garantem 2017. Mas, a guerra continua. **Portal Museu Goeldi** . Disponível em: <https://www.museu-goeldi.br/noticias/primeira-batalha-vencida-recursos-garantem-2017-mas-a-guerra-continua> . Acesso em 10 jan. 2019.

Quéré, Louis. De um modelo epistemológico da comunicação a um modelo praxiológico. Traduzido por Lúcia Lamounier Sena e Vera Lúcia Westin (mimeo). Do original: D'un modèle épistemologique de la communication à un modèle praxéologique. In: Réseaux , n. 46/47. Paris: Tekhné, 1991.

Recuero, Raquel. Estudando discursos em mídia social: uma proposta metodológica. In: SILVA, Tarcizio; Buckstegge, Jaqueline; Rogedo, Pedro (orgs.). **Estudando cultura e comunicação com mídias sociais** . Brasília: IBPAD, 2018, p. 13-30.

Recuero, Raquel; Bastos, Marco; Zago, Gabriela. **Análise de redes para mídia social** . Porto Alegre: Sulina, 2018.

Sanjad, Nelson. O Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907. In: Heizer, Alda; Videira, Antonio Augusto. **Ciência, civilização e república nos trópicos** . Rio de Janeiro: Mauad X, Faperj, 2010, p. 305-326 .

Santos, Milton. **Espaço e método** . São Paulo: Nobel, 1985.

Sodré, Muniz. **A ciência do comum** : notas para o método comunicacional. Petrópolis, RJ: 2014.

Thompson, John B. A interação mediada na era digital. **Matrizes** , v. 12, n. 3, p. 17-44 , set-dez. 2018.

Thompson, John B. A mídia e a modernidade : uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

Trindade Jr, Saint-Clair. Das “cidades na floresta” às “cidades da floresta”: espaço, ambiente e urbanodiversidade na Amazônia brasileira. In: **Papers do NAEA** , Belém, n. 321, p. 1-22, dez. 2013.

Valente, M. E., Cazelli, S. e Alves, F.: Museus, ciência e educação: novos desafios. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos** , vol. 12 (suplemento), p. 183-203, 2005.

Wolf, Mauro. **Teorias da Comunicação** . Lisboa: Editorial Presença, 2003.

Hermenêutica e redes sociais: uma reflexão sobre o reconhecimento na sociedade digital¹⁷⁹

Thalyta Cristine Arrais Furtado Araújo de OLIVEIRA¹⁸⁰ (UFPI)
Pedro Júlio Santos de Oliveira ARRAIS¹⁸¹ (UFPI)

No contexto contemporâneo os seres humanos estão profundamente atravessados pelas tecnologias que traduzem o mundo para os nossos sentidos. O processo mediado por algoritmos e telas geram outras camadas interpretativas sobre si e sobre o outro, colocando em evidência, a questão do reconhecimento. Assim, nosso ponto de partida é de que as redes sociais digitais, se mostram como espaço importante de reflexão visto que as narrativas ali construídas num suporte multimodal nos convidam a pensar sobre o mundo mediado por tecnologias, dando atenção à vida comum e histórias potenciais que se apresentam.

Tensionando aquilo que é posto e é postado, um jogo dual de sentidos e referências, no sentido narratológico, o cibermeio se configura não só como vivido, mas como

179 Trabalho apresentado no GT 4- Mídia e Dimensões do Tempo - Na Vida Plataformizada, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo- 2023.

180 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (PPGFIL-UFPI). E-mail: thalyta.arrais@gmail.com.

181 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal do Piauí (PPGFilo-UFC). E-mail: pedroj.comunica@gmail.com.

desejo de ser, muitas vezes, aquilo que o mundo material não suporta. “Esse processo imaginativo oferece uma e descrição do mundo e abre janelas para explorar outras maneiras pelas quais as tecnologias criam diversas formas de ser-no-mundo” (Nascimento, 2019, p. 25. tradução nossa).

Percebemos que as tecnologias longe de se fecharem numa univocidade e num caráter objetivante tem se integrado cada vez aos contextos sociais e históricos. Portanto uma abordagem hermenêutica da tecnologia torna-se um desafio necessário diante das concepções já estabelecidas, por relacioná-la às experiências de mundo, que hoje, em boa medida, são mediadas por dispositivos e interfaces. É um mundo vivo, que implica em ação e está tensionado por uma prática configurada, num ambiente automatizado, mas com implicações profundas nas relações humanas. Portanto, as relações entre sujeitos e tecnologias sugerem uma dialética que revela características conflitantes próprias da natureza humana, mas também, produtiva.

Por isso, pensamos a tecnologia pela via da hermenêutica, em especial aqui, nos filiando ao filósofo francês Paul Ricoeur. Num primeiro momento, este movimento de aproximação se dá porque, assim como Wolff (2020) observa, uma oposição entre hermenêutica e tecnologia, tal como era sustentado na modernidade, não encontra solo na contemporaneidade como comprovam as teorias e abordagens da Filosofia da

Tecnologia. Além disso, seguimos Nascimento (2019) que aponta que mais do que construções lógicas, baseadas em algoritmos, existe uma “dimensão intrinsecamente hermenêutica” no desenvolvimento de softwares.

Outro ponto que merece um esclarecimento é a escolha do autor, visto que Paul Ricoeur não se dedicou ao tema de forma robusta e quando se apresenta diante da temática se apoia em pensadores como Heidegger, Habermas e Marcuse e reafirma críticas à racionalidade tecnológica quando esta tenta “colonizar o mundo da vida”¹⁸² que não daria conta de um ambiente dinâmico, onde significados são produzidos e reproduzidos por sujeitos, como nos diz o filósofo francês, falíveis, vulneráveis e capazes.

Muito embora Paul Ricoeur não seja um filósofo da tecnologia e não tenha se voltado diretamente para o debate deste tema e seus impactos nas dimensões sociais e políticas, é possível perceber em seus estudos um caminho para pensar essas questões (Kaplan, 2006; Nascimento, 2019; Romele, 2019; 2021; Wolff, 2020). Assim, unir o percurso intelectual do filósofo francês ao debate sobre tecnologia possibilita que seus estudos ganhem contornos contextuais e interpretativos importantes, figurando para além de um estudo sobre técnicas, visto que “a tecnologia deve ser interpretada contra um horizonte cultural de significado,

182 HABERMAS, Jürgen. Teoria do Agir Comunicativo. Trad. Paulo Astor Soethe. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

como qualquer outra realidade social” (Kaplan, 2006, p. 49. tradução nossa).

Evidente que não pretendemos desconsiderar as suspeitas e críticas em torno da tecnologia e de suas intencionalidades e repercussões, mas levantar a questão do ponto de vista das experiências interfaceadas, das relações intersubjetivas no plano da tecnologia, enredados numa prática que provoca dissensos e problemas profundos, como a incompreensão de si e do outro chegando ao não-reconhecimento, que articulam dimensões éticas.

Diante disso, questionamos: como o fenômeno singular de negação da “vontade de alteridade” e exclusão do outro ganham reforço e estão sendo instituídos culturalmente a partir das dinâmicas sociais em rede digital? Como a hermenêutica nos ajuda a pensar sobre o conceito de identidade e alteridade a partir de nossas ações no ambiente digital e apontar caminhos para interpretar fenômenos experimentados nesse contexto como os discursos de ódio?

Em suma, podemos definir alguns contornos importantes no nosso percurso: num primeiro momento, trataremos sobre as redes sociais digitais e suas questões sob a ótica da hermenêutica, retomando o conceito de hermenêutica digital (Capurro, 2010; Romele, 2019, 2021); em seguida, traçaremos o debate acerca do reconhecimento na trilha de Paul Ricoeur, percebendo a alteridade como constitutiva

do si, a identidade dentro da perspectiva da *ipseidade* e o projeto de reconhecimento mútuo; por fim, seguindo com e para além de Paul Ricoeur, buscaremos perceber como a hermenêutica nos oferece suporte para responder às questões que emergem diante de fenômenos experimentados nas redes sociais digitais como o discurso de ódio.

2 . Redes sociais digitais: novos problemas e desafios hermenêuticos

Os regimes de historicidade que o novo paradigma das tecnologias da comunicação¹⁸³ apresentam aos sujeitos impactam profundamente as nossas formas de comunicação, as relações interpessoais e institucionais, os regimes políticos e econômicos e as experiências com o tempo, o que nos levam para a urgência de um debate ético em torno dessas transformações.

Na cibercultura¹⁸⁴, as redes sociais digitais - que hoje

183 Para Castells (2000), esse novo paradigma se pauta na quebra do modelo comunicacional "um para todos" e visam a interatividade. Tem como principais características: informação como matéria-prima; indivíduos e coletividades moldados pelos efeitos das novas tecnologias; a complexidade das interações na lógica das redes; a flexibilidade e capacidade de reconfiguração das redes; e a convergência tecnológica (criação de um sistema integrado).

184 "O conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço" (LÉVY, 1999. p. 17).

concentram uma parte significativa das nossas interações¹⁸⁵ - e a possibilidade de falar com “todos” sobre “tudo” (Sodré, 2006) nos coloca diante de uma armadilha que desapossa o sujeito de algumas questões: sabemos de fato com quem travamos diálogo no jogo comunicativo? Reconhecemos esses sujeitos? Quem seleciona quem deve ou não ser reconhecido?

O pressuposto de que as redes sociais digitais foram pensadas para promover e facilitar as relações somadas à sua possibilidade de mediar e afetar um grande número de pessoas, quase que instantaneamente sem barreiras geográficas e culturais, permitem um tipo de acesso ao mundo e às dinâmicas sociais de reconhecimento, inclusão, exclusão que também se apresentam por meio das inovações tecnológicas.

Sodré (2002) indica a existência de um “*bios virtual*” onde as experiências e a vida social são levadas ao ambiente digital, em uma prática coordenada por um sistema econômico com apoio das tecnologias onde a dimensão simbólica dos vínculos comunitários e do estabelecimento do “comum” na sociedade perde espaço para um novo tipo de vínculo, orientado por objetivos mercadológicos e baseado na objetificação da vida (Sodré, 2002, p. 96).

185 Isso é refletido no número crescente de usuários e também na quantidade de tempo dedicado ao acesso (PARISER, 2011).

As arquiteturas computacionais e digitais ao recomendar um amigo nas redes sociais, por exemplo, mobilizam uma estrutura de sentido e ideológica no qual as pessoas compreendem e são compreendidas, interpretam e são interpretadas. A complexidade da realidade em algum nível se desloca do ambiente projetado e arquitetado para a construção de um mundo selecionado, mas que ainda assim faz referência ao mundo prático.

Nas redes sociais, os usuários são convocados a deixar vestígios de si, por meio das informações pessoais, dos dados que compartilham e da forma como interagem. Desse modo, se no plano do não-virtual a corporeidade é suficiente para garantir a existência de uma pessoa, no mundo virtual ela precisa se evidenciar por meio daquilo que publica e como se expõe. Nesse contexto, produzimos novas formas de existências que no fundo representam e se ligam àquilo que enquanto humanidade já produzimos: produzimos narrativas de vida (sobre si e os outros), rastros, memórias e construímos e reconstruímos nossa identidade.

Evidente que no contexto das mídias sociais existem diferenças de atuação entre pessoas - sujeitos mais ativos quanto à participação e produção de conteúdo, outros mais observadores - mas em qualquer um dos casos, a vida interfaceada exige uma ação do sujeito para que comprove sua existência - seja por meio de uma identidade declarativa onde o sujeito se define por si (gênero, idade, nacionalida-

de, biografia, interesses etc.) ou por meio de suas atividades enquanto usuário (que mesmo silencioso, se multiplica por meio de informações sobre quem segue, quem curte, quem acompanha). Ainda aqueles que não possuem redes sociais, estão mergulhados nessa dinâmica e no processo de construção de identidade - quando o amigo compartilha uma foto ou um vídeo ou faz referência.

Assim, o que distingue e aponta o local privilegiado das redes sociais digitais nessa análise, é sua capacidade, diante de outras, de um uso individual alcançar pluralidades onde a visibilidade e a visualidade¹⁸⁶ atendem a necessidades diferentes, mas inter-relacionadas: responder à uma necessidade de marcar sua existência (por meio das histórias narradas em qualquer tipo de suporte multimodal - texto, fotografia, áudio, vídeo), por outro, atende uma demanda de mercado de produção de conteúdo e exposição.

Seguindo o pensamento filosófico de Paul Ricoeur, para além de habilidades técnicas e analíticas, as narrativas de vida produzidas em torno dessas novas tecnologias possuem uma dimensão ética e política, numa dinâmica de variações de sentido e de formas de se marcar no mundo, que à medida que são afetados também afetam os usos das redes sociais digitais.

186 A visibilidade pode ser entendida como "qualidade ou estado do que pode ser visto", enquanto a visualidade estaria vinculada a uma capacidade ou habilidade imaginativa de criar imagens mentais daquilo que não está diante dos nossos olhos. Por isso, aparecem nesse contexto não como opostas ou sinônimas, mas dialógicas.

Em *Hermenêutica Digital* (2020), Alberto Romele esclarece que pensar o contexto digital sob a ótica Hermenêutica consiste em assumir que a abordagem tradicional, precisamente ontológica, não daria conta das particularidades que se impõem nos dispositivos e plataformas e para isso seria necessário dar conta primeiro da sua dimensão empírica. Assim, o autor caracteriza a bidimensionalidade do ambiente digital a partir das dimensões empírica e ontológica, alertando que as tecnologias sustentam uma forma de interpretação do mundo ao passo que reconfigura formas de interpretações humanas e o mundo mediado.

[...] há dois elementos que caracterizam o habitus digital: (1) primeiro, que as práticas dos algoritmos e do Big Data são indiferentes ao sujeito, visto que operam em um nível infraindividual, na medida em que desmembram os indivíduos em algumas das suas tendências, gostos etc. Mas também porque operam a um nível supraindividual, uma vez que organizam esses elementos em categorias gerais; (2) segundo, embora seja indiferente para conosco, o digital continua a ser sobre nós muito influente. Propõe-nos continuamente imagens e imaginários das nossas identidades com os quais, em um certo nível, nos adaptamos inconscientemente, e que acabamos finalmente por tornar nossos. (Romele, 2020, p. 152).

Assim, para Romele (2020; 2021) a hermenêutica digital teria, à princípio três perspectivas: desconstrutiva, epistemológica e ontológica – sem desconsiderar as possibilidades de outras que estão aí para serem exploradas. Além disso, se apresentaria a partir de três fases (ROMELE, 2020, p. 137-140): a) a primeira fase consiste na compreensão do digital como objeto passivo; b) a segunda, percebe o digital como um *medium*, onde por meio dele o humano interpreta o mundo; por fim, a aposta na autonomia interpretativa inerente aos meios e tecnologias digitais. Neste ponto, nosso trabalho se situa nesse entremeio entre o digital enquanto meio e mediação.

Cabe ressaltar que essas tecnologias não se apresentam apenas como instâncias de mediação, neutras à princípio. Dentro do campo das possibilidades, as informações, dados técnicos ao serem formatados enquadrados em dispositivos e plataformas referem-se a uma construção de significados e sentidos que dialogam com contextos linguísticos, socioculturais e simbólicos numa arquitetura puramente hermenêutica¹⁸⁷.

Numa visão negativa somos levados a crer que na relação entre artefatos técnicos digitais e o humano, os atores

187 Um exemplo disso, observamos nas redes sociais como Twitter e Instagram quando essas provocadas por um contexto sociocultural adicionam informações extras aos conteúdos e informações disponibilizados como no caso de informações falsas.

e personagens tem suas identidades e particularidades reduzidas ou mesmo suprimidas em nome do “fator humano”, que age nesses ambientes e participa de processos como mero objeto. No entanto, pela via hermenêutica, defendemos que os sujeitos, mais do que usuários, estão enredados numa prática e numa dinâmica, que comportam histórias potenciais de si e dos outros e que não podem ser neutralizados ou objetificados sem implicações

3. Ricoeur e um projeto de reconhecimento: entre identidades e o outro

Pensando nesse deslocamento entre sujeito e usuário, ou melhor dizendo, entre sujeitos que ocupam o papel de “usuários” nas redes sociais digitais, percebemos que o conceito de identidade torna-se fundamental para pensar as relações mediadas pelas tecnologias, uma vez que nossa compreensão de si e do outro está em jogo. Nosso ponto é de que o “eu” não está latente ou implícito no contexto tecnológico, mas que ele é potencialidade, abertura e chave de transformação dos processos. Por isso, o conceito ricoeuriano de identidade narrativa se apresenta como um forte candidato a dar conta da configuração e reconfiguração do “si” que ocorre no ambiente das redes sociais digitais.

Ainda que não tenha articulado discussões em torno da tecnologia, Paul Ricoeur nos auxilia a pensar sobre a

tecnologia e as relações sociais , como nos mostra Kaplan (2006, p. 49), quando por meio do círculo hermenêutico oferece uma forma de reenquadrar as mediações entre as dimensões técnicas e sociais e por meio de sua teoria narrativa elucidada como a tecnologia tece (ou ajuda a tecer) nossas histórias de vida. Além disso, pela via do autor e de sua filosofia moral-política, podemos pensar em uma proposta de adequação e transformação das práticas experimentadas via tecnologia.

No que diz respeito à identidade, Ricoeur (1991) nos mostra que esta só pode ser percebida com relação à permanência no tempo, e isso se dá por meio de duas noções: a identidade *idem* e a identidade *ipse* . *Idem* e *ipse* são desdobramentos da identidade pessoal, que levarão à construção da identidade narrativa e que se insere na esfera da unidade narrativa de uma vida.

É por meio da narrativa que o eu encontra sua singularidade, se compreende e se diferencia do outro e é por meio dela também, que o sujeito ético é condicionado. As narrativas de uma vida encontram-se entrelaçadas a de outros, onde a intersubjetividade também se faz presente, e não contam com uma síntese porque ela não tem um começo. Mas, há uma unidade, que embora pela conceituação pareça algo estável, na verdade é composto por uma experiência real e algo de imaginativo que se estende temporalmente.

A identidade narrativa não é uma identidade estável e sem falhas; assim como é possível compor várias intrigas a respeito dos mesmos incidentes (que desse modo já não merecem ser chamados de mesmos acontecimentos), também é sempre possível tramar sobre a própria vida intrigas diferentes, opostas até. (Ricoeur, 2010, p. 422).

Ricoeur nos deixa um caminho para pensar então o processo de construção e compreensão da identidade no contexto digital. À medida que nos apresentamos nas redes (por meio dos nossos perfis, publicações, avatares, etc.) construímos, apresentamos e compreendemos a nós mesmos e aos outros. No entanto, Annemie Haselma (2021), reflete que no contexto das tecnologias digitais, em particular das redes sociais, existem diferenças entre uma identidade narrativa e a identidade digital: enquanto a primeira implica numa expressão do eu, a identidade digital visa a autoexposição.

A identidade digital a partir de Haselma (2021) corresponde a uma demanda da práxis tecnológica que obriga o sujeito a se construir nesse outro espaço, que é contíguo à vida prática. É marcada pela atuação do sujeito, enquanto usuário, um “perfil” marcado por hábitos do utilizador, onde seus atos em alguma medida definem sua identidade.

No entanto, não significa simplificar o debate da identidade digital em termos de atualizações, interações

(curtidas, comentários, compartilhamentos), mas seguindo Ricoeur (2010), a identidade é marcada por uma certa atuação ao longo do tempo, que pode ser reconfigurada, mas que exige coerência e uma constituição de “eu” por meio da linguagem.

Desta forma, perceber a identidade no contexto do digital por um viés hermenêutico é mais do que uma mediação por algoritmos (calculado com base em suas interações) ou ainda de perceber uma encenação do sujeito enquanto usuário num mundo *online*. Embora possa construir, formatar, enquadrar e reenquadrar as narrativas sobre si, há continuidades e descontinuidades entre a identidade narrativa e a identidade digital. O que apresentamos nas redes sociais não é uma cópia, não é mera transposição de um eu e nem é uma alternativa ao que poderia ser ou mesmo uma performance.

Percebendo pela via ricoeuriana, na identidade há algo que se preserva e algo que se modifica com o tempo, a dualidade da natureza do eu. Há um jogo onde a identidade é construída sob um fluxo temporal ditado por uma regra alheia a mim, mas que me atinge, me coíbe, mas que também escolho o como, de que forma e onde me exporei. Romele (2013) nos mostra que falar sobre uma co-construção de si num ambiente caracterizado por certa força normativa - ou mesmo coercitiva - não é suficiente para explicar a relação da identidade no “*offline*” e no “*online*”.

A ideia de que os sites de redes sociais estão a meio caminho entre a dispersão livre em uma multiplicidade de identidades online e a estrita fidelidade ao eu offline depende exclusivamente da presença do que chamei anteriormente de limite externo da presença dos outros. (Romele, 2013, p. 113-114. tradução nossa).

Assim acreditamos que Ricoeur nos ajuda a chegar na seguinte asserção: entre identidade narrativa e identidade digital não há uma completa convergência onde um desaparece no outro, porque os ambientes digitais e da vida fática tem suas próprias exigências e termos. A força normativa nos conduz, mas ainda sou agente, portanto devo buscar e posso manter certa coerência narrativa.

No entanto, as redes sociais digitais promovem um tipo de agência baseada na indiferenciação entre sujeitos, que na possibilidade de narrar sua própria vida encontram limitações impostas por “mundo” regido por algoritmos que se mobilizam a partir de interesses econômicos e políticos. Embora pareçam trazer uma personalização esvaziam as identidades que não conseguem mais se perceber em seus traços particulares e nem se distinguir perante aquilo ao que não é.

Todos são regidos por regras e estratégias de visibilidade que impactam na própria forma como este se apresentam:

seja por meio de uma linguagem específica (com expressões próprias do ambiente e que tem “prazos de validade”), pelos regimes de visualidade que determinam estereótipos e formas de aparecer (e geram a necessidade do uso de filtros de imagem que modificam a relação com seus aspectos estéticos, por exemplo) ou seja pela limitação de espaço físico para publicação de texto, imagem ou vídeo. Assim, como o “si” que se constitui nesse ambiente se diferencia dos demais? Como ele de fato consegue se reconhecer?

Chegamos à via do problema do reconhecimento na contemporaneidade, onde a indiferença se apresenta fomentado por uma rede de práticas que dominam nosso cotidiano e repercutem sobre o sujeito e sobre as suas concepções de mundo. Paul Ricoeur (2000) aponta que o não reconhecimento do outro é fruto de uma identidade frágil que atua como uma defesa que desconsidera a alteridade como um constituidor de si:

É um fato que o outro, porque é outro, chega a ser entendido como um perigo para a própria identidade, para a do nós e para a do eu. [...] São realmente as humilhações, os danos reais e imaginários à estima de si, sob os golpes sofridos por uma alteridade mal tolerada, que transformam a relação que o mesmo mantém com o outro, levando-a do acolhimento à rejeição e à exclusão. (Ricoeur, 2000, p. 4).

O reconhecimento no contexto digital depende então de uma rede que envolve não apenas os atores humanos, mas uma rede de práticas, sistemas e processos tecnológicos que possibilitam definir quem pode ou deve ser reconhecido. O engajamento produzido em torno de uma pessoa ou ação, confere a ela mais ou menos potencial de ser reconhecido, por isso, o olhar atento ao outro se perde em meio a uma necessidade de produzir, publicar, que ao mesmo tempo significa existir.

Mas a atuação do sujeito nesse ambiente não representa apenas dados produzidos digitalmente, eles são interpretações vivas (Romele, 2021) e que demonstram na contemporaneidade o quanto estamos carentes do outro, no sentido de que compreendê-lo faz parte de um exercício não de suprimir as diferenças em nome de uma igualdade, mas de encontrar semelhança apesar da diferença.

Nesse processo, reconhecer na perspectiva ricoeuriana passa pela compreensão de que a alteridade é constitutiva do si, onde o outro interpela o outro de si e que o reconhecimento só pode ser efetivado no plano da mutualidade, experienciado em “clareiras”, fruto de uma ação consciente, festiva e concedida livremente. O reconhecimento para o filósofo consiste numa mudança conceitual de luta por para um ato de ceder, o que leva a um deslocamento no plano gramatical: “do verbo ‘reconhecer’ de seu uso na voz ativa para seu uso na voz passiva: eu reconheço ativamente algu-

ma coisa, pessoas, eu próprio, eu peço para ser reconhecido pelos outros” (Ricoeur, 2006, p.10).

Minha hipótese é a de que os usos filosóficos potenciais do verbo “reconhecer” podem ser ordenados segundo uma trajetória que vai do uso na voz ativa para o uso na voz passiva. Essa inversão no plano gramatical carregaria a marca de uma inversão de mesma amplitude no plano filosófico. Reconhecer enquanto ato expressa uma pretensão, um claim, de exercer um domínio intelectual sobre o campo das significações, das asserções significativas. No pólo oposto da trajetória, a solicitação de reconhecimento expressa uma expectativa que pode ser satisfeita somente enquanto reconhecimento mútuo, quer este permaneça como um sonho inacessível, quer ele requeira procedimentos e instituições que elevam o reconhecimento ao plano político. (Ricoeur, 2006, p. 28).

Desta forma, as redes sociais digitais se apresentam com um lugar do excesso, onde há um deslocamento sobre o si, numa sociedade marcada por uma necessidade de exposição, pela aceleração do tempo enquanto imperativo mercadológico, onde o encontro com o outro é simplificado em termos de curtidas e comentários e onde as relações tendem a ser pautadas mais pelo impulso ou pela espetacularização provocada e menos pelas conexões mais

profundas. À medida que se autorrepresentam nas redes e se preocupam em manter essa dinâmica ativa, perde-se o diálogo com o outro.

Fenômenos de não-reconhecimento na contemporaneidade: reflexão sobre os discursos de ódio

Como vimos, o ambiente digital que se impõe promove um paradoxo na medida em que possibilita um maior estabelecimento de vínculos, o contato com uma diversidade de expressões, enquanto a sua arquitetura, por meio dos algoritmos e a criação de bolhas de interação, não possibilitam um contexto de fortalecimento da noção de alteridade e reconhecimento na sociedade contemporânea. Essas “bolhas” geram ambientes de familiaridade, específicos e personalizados (Pariser, 2011) levam os sujeitos para um “diálogo” cada vez mais singular com questões que respondam às suas convicções.

Ao entrar em contato com o diverso, o desejo de expressão impele o sujeito à violência simbólica, para que as suas crenças e expectativas sejam correspondidas. Não sem motivo, os discursos de ódio¹⁸⁸ são reflexos dessa alteridade que se põe como inimiga, como objeto de desconfiança e

188 O termo “discurso de ódio”, tradução do inglês *hate speech*, ainda é um conceito genérico que se divide entre ameaças a grupos e indivíduos e por outro lado, contempla manifestações legítimas sobre questões da vida pública (GAGLIARDONE et al., 2015).

desprezo. Os conflitos dos sujeitos (entre si e entre ele e o mundo) ganham a partir da difusão desses discursos, o plano da ação concreta. A linguagem tanto evidencia quanto denuncia essa violência simbólica provocada pelos percursos negativos do reconhecimento. Ou seja, é por meio dela que podemos compreender e impor limites.

Para Paul Ricoeur (1990) o conflito faz parte da experiência humana e nenhuma tentativa de transformá-lo em absoluta tolerância¹⁸⁹ será útil, já que precisamos nos manter no limite crítico do tolerável e do intolerável. Por isso, ele desloca o problema do conflito para a questão do reconhecimento: “O mais grave de tudo é o progresso da não-comunicação na sociedade. A patologia do conflito em nossa sociedade chega ao cúmulo quando o adversário nem mesmo é reconhecido”. (Ricoeur, 1990, p. 165).

Mas, pensar que os discursos de ódio nascem do conflito é olhar de forma superficial para a questão: o que está implicado aí, são os modos excludentes do outro, baseado em não-reconhecimento e instituídos culturalmente. Em alguns delineamentos, esse fenômeno implica um ato de comunicação que ataca a dignidade humana (Gagliardone et al., 2015), se baseiam em estereótipos sociais, no

189 Em *Leituras I: Em torno do político* (1995), o autor alerta para uma diferença significativa entre o que consideramos tolerância - no limite tratada como “indiferença” - e como deveríamos nos posicionar a partir de sua positividade e virtude, chamada de tolerância ativa, caracterizada pelo que chama de consenso conflitual.

incitamento da violência, discriminação e hostilidade em geral direcionados à questões de raça, gênero, religião, nacionalidade, orientação sexual, entre outros.

A propagação desses discursos no ambiente digital dificilmente encontra impedimentos pela arquitetura das redes, onde o privado ganha voz e expressão num ambiente público ainda pouco regulado. Por isso, a disseminação é mais eficiente e menos arriscada possibilitando ainda que se desdobre em outros fenômenos como a “cultura do cancelamento”¹⁹⁰ e a desinformação, com impactos profundos no contexto sociopolítico. Desse modo, os discursos de ódio presentes nas redes sociais digitais corrompem o espírito tolerante e democrático, ao passo que dão espaço para o preconceito e a denegação do outro.

Nesse sentido, o filósofo propõe um caminho esperançoso que visa mediar os conflitos vividos, visto por ele como inerentes à ação humana, que nem mesmo a racionalidade conseguiria colocar um fim. Ricoeur também se coloca contra um outro caminho que “pretende afirmar que, com a racionalidade tecnológica, ficará neutralizado o papel da política como lugar dos conflitos” (Ricoeur, 1990, p. 158).

190 A “cultura de cancelamento” é um movimento que objetiva chamar a atenção para causas sociais e dar voz a grupos oprimidos, sob a forma de “punição” (cancelamento) de personalidades, empresas ou produtos que adotam posturas consideradas inaceitáveis do ponto de vista ideológico.

Como bem alertou o filósofo francês, a aposta nas tecnologias como mecanismos neutros para arbitrar conflitos não se sustenta. São os sujeitos nas redes sociais, como usuários, que mobilizam e conferem potencialidade às tecnologias. Ele participa, sofre, age, interage e, sobretudo, constitui o próprio empreendimento. Assim, na dinâmicas mediadas pelas tecnologias estão presentes não apenas a transmissão de conteúdos referenciais, mas partilhas sensíveis entre quem está posto no ato de interlocução (Sodré, 2006). Enquanto as informações se dão a conhecer, o sujeito se põe a reconhecer e ser reconhecido e os sentidos em circulação estão também reverberando para e pelos sujeitos.

Sobre o segundo ponto, percebemos que a emergência dos discursos de ódio são reflexos de conflitos sociais e não individuais¹⁹¹. São fenômenos produzidos num tecido macrossocial que perpassa todas as esferas e afeta o sujeito na sua singularidade e em suas dimensões mais íntimas de ser e estar no mundo, conforme produz distanciamento e uma condição de desprezo do outro.

As tendências observadas nas redes - de aprofundamento da individualidade e o fundamento da liberdade de

191 Para Ricoeur, "os conflitos sociais e políticos são irredutíveis à situação de diálogo engendrada por nossa experiência interpessoal" (RICOEUR, 1990, p. 161).

expressão¹⁹² e informação a qualquer preço (Castells, 2000) - somada a uma “ideologia do conflito a todo preço”¹⁹³ são solo fértil para os discursos de ódio e nocivos à convivência com a alteridade. Assim compreendemos que os discursos de ódio são um ato de não-reconhecimento, um fenômeno que revela que o caminho de reconhecimento da alteridade na contemporaneidade tem sido experimentado por meio da violência. Isso implica diretamente num ataque ao exercício dialético entre *ipseidade* e *mesmidade*, onde reconhecer-se como um outro é ponto máximo da ação ética (Ricoeur, 1991).

Na trilha de Ricoeur (1990), superar esse contexto de intolerância ao outro requer uma contestação crítica, consciente e intencional e não cair na armadilha de confrontar pessoas e não ideias. Essa é a base para o que o filósofo chamou de consenso conflitual (Ricoeur, 1995), um caminho “que consiste no reconhecimento do direito de

192 A liberdade de expressão enquanto um direito imprescindível não pode ter a intolerância justificada sob sua tutela. Ricoeur (1995) alerta que o intolerável é aquilo que não está ou não pode ser incluído no consenso conflitual, sendo diferente para cada indivíduo e sociedade. “Qual é o critério do intolerável? Não pode haver senão um: é o que não merece respeito, se o respeito é a virtude da tolerância no plano cultural. [...] a recusa de presumir a liberdade de adesão na crença adversa” (RICOEUR, 1995, p. 185).

193 Ricoeur (1990) avalia a existência de duas ideologias que reverberam no contexto da sociedade moderna: a “ideologia da conciliação a todo preço” - baseada numa referência cristã de amor como superação - e a “ideologia do conflito a todo preço” - que se fixa na polaridade e que, para nós, se apresenta no contexto das redes sociais, com grande força.

existir do adversário” (Ricoeur, 1995, p. 183), um equilíbrio entre o viver bem e viver em comum.

5. Considerações finais

Diante do exposto, percebe-se que os desafios proporcionados pela utilização das tecnologias digitais e suas possibilidades colocaram a Hermenêutica enquanto disciplina diante de um novo jogo: é preciso refletir sobre os processos interpretativos que estão presentes nas tecnologias e que interpretam o mundo por meio de seus algoritmos e interfaces e como estes impactam e até que ponto determinam as formas de compreensão humana sobre o mundo.

Em certo ponto, as possibilidades de conexão, contato com o outro potencializadas pelas redes sociais digitais permite observá-las de um ponto de vista ambíguo, visto que deste local de aproximação, surgem fenômenos de distanciamento entre sujeitos, como os discursos de ódio. Facebook, Instagram, LinkedIn e outras redes sociais não apenas reproduziram o que significava ter relacionamentos, mas criaram novos significados para essas dimensões humanas. Através de um processo criativo e metafórico de reinterpretação, eles propuseram um novo sentido para o domínio da comunicação e relacionamento interpessoal humano.

Isso não é necessariamente imprevisto visto que o mal como nos aponta Ricoeur está presente na humanidade, portanto não se limita ao ciberespaço, no entanto nos coloca em um paradoxo humanitário quando os algoritmos e redes nos viciam em certo ponto a falar só sobre o que gostamos ou com quem gostamos, quando perfila o outro de si em desejos que se aproximam do meu.

Em função de suas potencialidades e contradições, os conflitos que surgem nessas dinâmicas, impostas pelas formas contemporâneas de linguagem e de comportamento humano, exigem outro nível de organização social, que resgate a relação entre sujeitos, baseado em condições éticas de reconhecimento, respeito e solicitude, como bem defende Paul Ricoeur.

Não partimos assim de um lugar que romantiza ou condena o uso das redes sociais, mas tomamos como certo que no contexto digital, o “si” estaria assim condicionado pela sua relação com a técnica e suas dinâmicas de pertencimento e distanciamento, onde a atuação do sujeito nas redes é valorizada e orientada pelos algoritmos por iniciativa do sistema, mas que ao abrir-se a ela, o sujeito impõe novas práticas e movimentos. Assim, defendemos que só pela reflexão hermenêutica no contexto do digital que conseguiremos alcançar um propósito ético, numa proposta mediadora que não opera isolando sujeitos e sistemas.

Olhar as dinâmicas que se estabelecem nas redes sociais digitais e reconhecer a intolerância, a disseminação do ódio e a recusa ao diferente, no contexto atual, não vem na esteira de um exercício desesperançoso, mas na possibilidade de um esforço crítico para lançar luz à essas questões num objetivo de compreendê-las e assim superá-las dentro das possibilidades.

Referências bibliográficas

Capurro, R. **Digital Hermeneutics: An Outline**. AI & Society, v. 35, n. 1, p. 35-42, 2010. Disponível em: <https://www.capurro.de/digitalhermeneutics.html> Acesso em: 04/10/2022.

Castells, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. 2000.

Gagliardone, Iginio. et. al. **Coutring online hate speech**. Paris: UNESCO, 2015.

Halsema, Annemie. Narrative Self-Exposure on Social Media: From Ricoeur to Arendt in the Digital Age. **In: Interpreting Technology: Ricoeur on Questions Concerning Ethics and Philosophy of Technology**. Rowman & Littlefield, 2021. p. 99-116.

Lévy, Kaplan, David M. Paul Ricoeur and the Philosophy of Technology. **In: Journal of French and Francophone Philosophy**, v. 16, n. 1/2, p. 42-56, 2006. Disponível em: <http://jffp.pitt.edu/ojs/index.php/jffp/article/view/182>. Acesso em: 08/10/2022.

Pierre. **Cibercultura** . Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

Nascimento, Fernando. Technologies, Narratives, and Practical Wisdom. **In:** Ricoeur Studies/Etudes Ricoeuriennes, v. 10, n. 2, 2019.

Pariser, Eli. **The filter bubble: what the Internet is hiding from you** . New York, NY: Penguin Press, 2011.

Reijers, Wessel; Romele, Alberto; Coeckelbergh, Mark (Ed.). **Interpreting technology: Ricoeur on questions concerning ethics and philosophy of technology** . Rowman & Littlefield, 2021.

Ricoeur, Paul. **O si-mesmo como um outro** . Tradução de Lucy Moreira Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

_____, Paul. **Tempo e narrativa** . (Tomo 3). São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____, Paul. **Percurso do Reconhecimento**. São Paulo: Loyola: 2006.

_____, Paul. **Interpretação e ideologias** . 4ª edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

_____, Paul. **Leituras 1: em torno ao político** . São Paulo: Loyola, 1995.

_____, Paul. Identidade Frágil: respeito pelo outro e identidade cultural. **In:** Les droits de la personne en question. Europa, 2000, publicação FIACAT.

_____, Paul. **A luta por reconhecimento e a economia do dom** . Tradução Cláudio Reichert do Nascimento e Noeli Dutra Rossatto. Revista Ethic@ - Florianópolis, v. 09, n.2 p. 357 - 367,

dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ethic/article/view/1677-2954.2010v9n2p357/18737>. Acesso em: 03/10/2022.

Romele, Alberto. **Digital Hermeneutics** . New York and London: Routledge, 2019.

Romele, Alberto. **Digital Hermeneutics: Philosophical Investigations in New Media and Technologies** . New York: Routledge. 2020.

Romele, Alberto. Narrative Identity and Social Networking Sites. **In:** Ricoeur Studies/Etudes Ricoeuriennes, v. 4, n. 2, 2013.

Sodré, Muniz. **As estratégias sensíveis:** afeto, mídia e política. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

Wolff, Ernst. Ricoeur and the Philosophy of Technology. **In:** Studies in the History of Philosophy, v. 11, n. 4, p. 97-121, 2020.





PARTE 6 - GT-5

MÍDIA E DIMENSÕES DO TEMPO-SUBJETIVIDADES E IDENTIDADES

Capítulo 29

A REPRESENTAÇÃO DE CRIANÇAS NO CONFLITO ISRAEL-HAMAS NO “FANTÁSTICO”¹⁹⁴

Christina Ferraz MUSSE¹⁹⁵

Susana Azevedo REIS¹⁹⁶

Lara Cavalheri SOARES¹⁹⁷

Mariana Ferraz MUSSE¹⁹⁸

Este trabalho se propõe a compreender como o telejornalismo brasileiro está construindo narrativas que apresentam crianças em situações de conflito. Assim, a proposta é investigar a representação das crianças em matérias telejornalísticas sobre o conflito Israel-Hamas, iniciado em 7 de outubro de 2023, depois de uma ação terrorista do Hamas, em Israel, que matou 1200 pessoas, a maioria judeus, e fez 240 reféns. O resultado imediato foi o bombardeio sistemático e a invasão do território da Faixa

194 Trabalho apresentado no GT 5- Mídia e Dimensões do Tempo - subjetividades e identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo - 2023.

195 Doutora. Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFJF). E-mail: cferrazmusse@gmail.com

196 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFJF). Bolsista Capes. E-mail: susanareis.academico@gmail.com

197 Graduada em Jornalismo e bolsista de IC na Facom/UFJF. E-mail: lara.cavalheri@estudante.ufjf.br

198 Doutora. Professora na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM/RJ). Email: mariana.musse@espm.br

de Gaza, pelas tropas israelenses, que, até 20 de dezembro de 2023, tinham matado cerca de 20 mil pessoas. De acordo com reportagem da BBC, a partir de dados fornecidos pelo Ministério da Saúde gerido pelo Hamas, 70% dos mortos seriam mulheres e crianças (Thomas, 24 dez. 2023).

Para nossa análise, vamos tomar como recorte as reportagens produzidas pelo programa “Fantástico”, da TV Globo, no primeiro mês do conflito, observando de que forma são produzidas as narrativas sobre crianças. Como metodologia, faremos uma análise qualitativa, a partir de quatro categorias: “contexto”, “metáfora”, “vozes”, e “edição”, que foram adotadas em dois trabalhos anteriores referentes à guerra da Ucrânia (Musse et al., 2022, 2023).

De modo geral, acreditamos que essas reportagens geram um tipo de conteúdo que valoriza menos as batalhas e atos heróicos e expõem mais a fragilidade e a intimidade de pessoas comuns, principalmente as crianças.

O telejornalismo e a representação das crianças

Depois de meados do século XX, mais precisamente, após a Segunda Guerra Mundial, o homem comum, aquele que não é recrutado pelo Exército convencional, passou a ser o foco das narrativas jornalísticas sobre a guerra. Para defender esta hipótese, podemos pensar nas inúmeras

reportagens, que colocam em tela não mais os soldados, mas as vítimas. Assim, podemos dizer que o Holocausto, que levou à morte mais de seis milhões de seres humanos, mudou a forma de rememorar os conflitos, destacando, nos meios de comunicação, não mais a força dos Exércitos, mas a fragilidade das vítimas. Este seria um enquadramento a ser perseguido até o início do século XXI, quando, uma parcela ainda mais específica das vítimas passou a ocupar o centro das atenções: as crianças.

Como explicam Musse et al. (2022), a presença das imagens de crianças nos telejornais é delicada, já que sua utilização depende do direito legal de uso de imagem, baseado em um código de ética que visa a protegê-las. A Unicef¹⁹⁹, por exemplo, disponibiliza diretrizes para reportagens éticas e responsáveis sobre crianças e adolescentes, chamando a atenção da população mundial sobre os riscos que se abatem sobre a infância durante conflitos. Nesse sentido, as “[...] diretrizes destinam-se a respaldar as melhores intenções do jornalismo ético: servir ao interesse público sem comprometer os direitos de crianças e adolescentes” (Unicef, 2022).

199 Criado pela Organização das Nações Unidas em 1946, o Unicef promove os direitos e o bem-estar de crianças e adolescentes em mais de 190 países e territórios. Está presente no Brasil desde 1950. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sobre-o-unicef>. Acesso em 10 jan. 2024.

Alguns destes princípios nos chamam a atenção, principalmente quando pensamos na representação de crianças em situação de conflito: buscar evitar o uso de estereótipos, positivos ou negativos; respeitar a identidade da criança através do nome e da nacionalidade; fornecer um contexto preciso para a história ou imagens das crianças; e adotar a diversidade e a inclusão nestas representações, “apresentando meninas e meninos de todas as origens, incluindo crianças e adolescentes com deficiência, e mantendo um equilíbrio de gênero e identificações culturais” (Unicef, 2022). Além disso:

Nas entrevistas e reportagens sobre crianças e adolescentes, é necessária atenção especial para garantir o direito de cada menina e menino à privacidade e à confidencialidade, a ter suas opiniões ouvidas, a participar das decisões que os afetam e a ser protegidos de danos e represálias reais ou potenciais (Unicef, 2022).

De forma geral, a imagem e o depoimento das crianças não são corriqueiros nas narrativas dos telejornais, exceto, por exemplo, quando se deseja dar leveza e gerar riso a partir de suas falas, em matérias bastante específicas, como no Dia das Mães, ou nas Campanhas sobre Vacinação Infantil, por exemplo. Nestes casos, apresenta-se uma imagem da criança como alguém divertido, um sujeito em formação, que não teria

o compromisso e a racionalidade encontrados no “mundo dos adultos”. Por outro lado, as crianças também aparecem em matérias que denunciam maus tratos e violências cometidas contra elas, construindo a ideia da criança inocente e frágil - um ser indefeso. Ou encontramos essa imagem de crianças ainda como “menores infratores”, quando aparecem - em geral com os rostos desfocados - cometendo algum delito. Nos últimos dois casos, as práticas dos jornalistas devem ser mais cuidadosas, para que a exposição da criança não crie mais violência (Musse et al.).

As crianças e suas imagens não fazem parte do dia a dia das pautas dos telejornais feitos por adultos e para adultos, levando a uma limitação das representações das crianças e da infância. Além disso, essa representação é mediada e editada pela figura do jornalista, que é quem narra a infância e reforça padrões e estereótipos sobre o universo infantil, apresentados nos telejornais. Há no jornalismo o que se costuma chamar de portões, que definem as matérias que entram ou não nos programas. Portanto, a infância está sujeita a esses portões, que são comandados por adultos. Nesse sentido, qualquer que seja a cultura, a maneira como a criança será apresentada depende de como o adulto permitirá que isso aconteça. Necessariamente, esse movimento se dá pela linguagem (Laurindo; Formentin, 2011, p. 463).

A representação da infância na mídia está em constante transformação, principalmente após a chegada das redes sociais e todo o ambiente que elas oferecem para que mães, pais, escolas, e as próprias crianças possam interagir e se comunicar (Scolari, 2008). As redes sociais permitem uma produção de conteúdo sobre as crianças de uma forma mais informal e emotiva. Assim, os veículos de massa, que, antes, muitas vezes representavam as crianças de forma mais generalista, estão, agora, influenciados pela web, começando a criar narrativas mais sensíveis e subjetivas sobre a infância, trazendo novos elementos para as reportagens.

A sensibilidade e a humanização do telejornalismo contemporâneo

No nosso entendimento, as mudanças na forma de se fazer jornalismo televisual podem revelar novas estratégias narrativas, que se afastam da objetividade e do distanciamento do acontecimento jornalístico, para trabalhar com a sensibilidade e o envolvimento da audiência.

Acreditamos que o telejornalismo que fala sobre a infância está cada vez mais humanizado, sensível e com aportes subjetivos. Ana Paula Goulart Ribeiro e Igor Sacramento (2020) destacam que uma grande particularidade das narrativas contemporâneas seria essa centralidade midiática

no individual, com o aumento de narrativas que trazem histórias de vida, relatos pessoais, testemunhos e confissões, desde biografias a perfis de redes sociais. “[...] há um número interminável de gêneros e formatos de comunicação em que se dão processos e narrativas de figuração do eu na torrente de discursividade social” (Ribeiro; Sacramento, 2020, p.31).

Para Fabiana Moraes (2022), o jornalismo subjetivo é um jornalismo engajado, no sentido de buscar posicionamentos que se afastam da misoginia, do racismo, da cor e da classe. Assim, não existem temas “apolíticos” ou menores, mas, na verdade, o que existe muitas vezes é uma mídia com um olhar preguiçoso para o mundo. Segundo a autora, “novas discursibilidades podem emergir justamente daquilo que foi parcialmente iluminado pela imprensa” (Moraes, 2022, p.145). Para isso, seria necessária uma “sensibilidade hacker”, que teria uma relação direta com a coletividade, em um contexto de compartilhamento e engajamento, em prol dos movimentos democráticos. Buscar-se-ia uma verdade interpretada em evidências para servir aos interesses do público, o que não se afasta da ética jornalística.

Assim, essa sensibilidade hacker se constitui em um posicionamento reflexivo do jornalista, que poderá atuar para contradizer narrativas comuns e desequilibrar naturalizações, sendo essencial para que as narrativas jornalísticas sejam cada vez mais humanizadas. Seria necessário oferecer visibilidade para aqueles que são excluídos e hostilizados

pela imprensa e se recusar a entendê-los como diferentes ou exóticos, além de ficar atento aos fatos e à natureza do que é narrado, sendo vigilante também sobre nossas atividades pensantes. Assim, a subjetividade é pertinente e essencial dentro do jornalismo, afinal, não se nega a tomada de um lado.

Nesse sentido, na televisão, as reportagens também podem trazer essa sensibilidade. Thomé e Reis (2017, 2020) conceituam este enquadramento como “videoteratura” no telejornalismo, a partir do termo cunhado por Arthur da Távola. Essas reportagens trazem elementos narrativos como a voz autoral, lirismo, sensibilidade, que oferecem as histórias de vida em imagens que focam no olhar, na cena que não daria conta de ser descrita apenas com o recurso do distanciamento e da objetividade, tão caras ao jornalismo hegemônico.

Além disso, são utilizados recursos visuais e sonoros na edição dos conteúdos, que contribuem para criar uma experiência audiovisual mais intensa, com o envolvimento emocional do espectador. É esta nova maneira de narrar, que pretendemos investigar nesta pesquisa, tendo como foco os conteúdos sobre crianças, no telejornalismo. Assim, estaríamos vivenciando uma “guinada subjetiva”²⁰⁰, que pode ser traduzida por abordagens mais autorais, sensíveis, que

200 Expressão cunhada pela crítica literária argentina, Beatriz Sarlo, para designar o comportamento das novas gerações e as narrativas por elas produzidas, em especial nas mídias, a partir do final dos anos 1960.

mobilizam sentimentos e emoções, e se aproximariam de um tratamento do conteúdo com viés cinematográfico, o que defendemos chamar, neste artigo, de guinada documental.

Análise da representação das crianças no conflito Israel-Hamas

Como metodologia, vamos realizar uma análise qualitativa a partir de categorias desenvolvidas em trabalhos anteriores, que também analisam as crianças em situação de conflito. São quatro categorias: “contexto”, os elementos verbais e não-verbais utilizados para situar o conflito militar; “metáfora”, a construção textual e imagética das reportagens; “vozes”, os enunciadores presentes e priorizados na narrativa telejornalística; e “edição”, “os elementos e estratégias narrativas próprias da linguagem televisiva presentes no produto, com a finalidade de potencializar determinadas produções de sentido” (Musse et al., 2022, p.12).

Assim, nossa amostra serão as edições do “Fantástico”²⁰¹, exibidas nos dias 8, 15, 22 e 29 de outubro de 2023, em que serão selecionadas as reportagens jornalísticas, que

201 O “Fantástico” é definido pela emissora como um programa em forma de revista eletrônica, que mistura jornalismo, denúncia, esporte, humor, dramaturgia, documentário, música e ciência. O slogan do programa é “o show da vida”. O “Fantástico” completou, em 2023, meio século de exibição. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

possuem como tema o conflito Israel-Hamas. O conflito se iniciou no dia 7 de outubro, por isso, acreditamos que os quatro programas deste mês oferecem a matéria-prima necessária para refletirmos sobre os novos enquadramentos do jornalismo na tentativa de narrar conteúdos sensíveis. Vamos analisar as reportagens, onde crianças são citadas, entrevistadas ou suas imagens utilizadas, observando como o texto e a visualidade são trabalhados para a construção da narrativa e a representação dos personagens.

Os dados foram colhidos no dia 7 de novembro de 2023, através da plataforma de *streaming* Globoplay. Percebemos que, com o decorrer das semanas, as reportagens sobre o conflito foram diminuindo em quantidade, mas, paradoxalmente, houve uma inversão em termos da presença da questão da infância, que aumentou. Os três primeiros programas - 8, 15 e 22 de novembro - tiveram, respectivamente, dez, nove e sete reportagens sobre o conflito, sendo que, dentre elas, encontramos três, seis e quatro matérias respectivamente, onde verificamos a presença de crianças, seja por imagens, entrevistas ou no texto em off. Já o programa do dia 29 de novembro apresentou quatro reportagens e todas elas com a presença de crianças. Assim, podemos dizer que o número de reportagens sobre o conflito caiu com o tempo, mas a presença do personagem criança aumentou nesses conteúdos.

O dia seguinte

No programa do domingo, 8 de outubro, que durou 2h52min, 43 minutos foram dedicados ao conflito Israel-Hamas, isto é, 25% do conteúdo privilegiou a temática jornalística. Foram dez reportagens, mas, em apenas três, aparece algum tipo de referência às crianças.

Na matéria que abre o programa, de cinco minutos, o tom é factual, e há uso em profusão de imagens amadoras, feitas por celular, com uso intenso de som ambiente, como sirenes, bombas e gritos, cujo efeito é de uma imersão do espectador no ambiente do conflito. Para contextualizar o conteúdo, lança-se mão de mapas, que localizam a Faixa de Gaza e Israel, no Oriente Médio, e há uso de trilha sonora que amplifica a tensão. O conflito é nomeado de guerra, na chamada que ocupa o cenário, em que as duas âncoras do programa se movimentam: Poliana Abritta e Maju Coutinho.

O repórter Murilo Salviano, que fala da Alemanha, nem parece ter gravado a distância, tal a ênfase no factual, no aqui e agora. Os combatentes do Hamas são chamados de extremistas armados, milicianos e terroristas. O Hezbollah, do Líbano, é um bando. A população civil palestina é mostrada em situação de desolação, no maior ataque realizado à região. As crianças aparecem numa imagem rápida, em um abrigo. As fontes citadas, através de agências de notícias, in-

cluem autoridades da Palestina e de Israel, mas também o Papa Francisco.

Na segunda matéria, de Pedro Vedova, de oito minutos, gravada do Brasil, as imagens amadoras de celular reconstituem o ataque à rave, que acontecera na véspera, e intensificam ainda mais a percepção da realidade, ainda que mediada. Por chamada de vídeo, os jovens, que se salvaram, relatam o terror. Todas as fontes são judias, que são identificados nos créditos. Usam-se mapas para contextualizar o conteúdo.

A terceira matéria, narrada por Paola de Orte, a única correspondente que está no Oriente Médio, privilegia o ponto de vista dos israelenses, repercutindo com pais de reféns o desespero pelo rapto dos filhos. O Exército de Israel fornece a imagem de celular de uma criança, que, segundo eles, estaria chorando ao ver a irmã ser executada. A criança diz: “Eu queria que ela estivesse viva. Não há chance de ela voltar?”. Ao que a mãe responde: “Não”.

A repórter usa colete, que a identifica como jornalista, sempre de Israel. A matéria de Paola de Orte apresenta várias passagens da repórter, algumas com microfone de canopla. Na entrada ao vivo, já alta madrugada em Israel, ela afirma que um foguete lançado pelo Hamas, no Sul, teria atingido um menino israelense de oito anos, que teria ficado ferido.

A reportagem de Cládia Bomtempo, em Brasília, é dedicada ao resgate dos brasileiros, que estão na Faixa de

Gaza, e a de Sandra Coutinho, ao vivo da ONU, em Nova York, fala da repercussão do ataque do Hamas, com privilégio para fontes oficiais.

As matérias que seguem são baseadas em material de arquivo. A primeira, de Renata Capucci, feita em 2023, é sobre seis túneis construídos pela “organização paramilitar” Hezbollah, no Sul do Líbano, com a pretensão de invadir Israel. Em seguida, é veiculada uma reportagem baseada em um vídeo de propaganda do Hamas, que mostra o treinamento dos militantes da organização, com toques de filmes de 007.

Para finalizar, o correspondente Guga Chacra entra ao vivo, da redação de Nova York. Especialista em Relações Internacionais, ele analisa a questão dos reféns israelenses: crianças, idosos. Reconhece-se um grande esforço de cobertura, com um tom de urgência, amplo uso de imagens amadoras ou de agências de notícias. Editorialmente, há enquadramento noticioso que privilegia Israel e poucos referenciais históricos para contextualizar o tema.

O nono dia da guerra

A edição de 15 de outubro tem 2h44min, sendo 61 minutos destinados para o conflito, isto é, 37,20% do tempo total, menos que na semana anterior. No total de nove reportagens, pelo menos seis fazem menções às crianças.

Paola de Orte começa ao vivo de Tel Aviv, em Israel. Imagens de agências de notícias mostram a destruição de Gaza

pelo bombardeio israelense. Apesar de, quantitativamente, haver mais fontes israelenses, a reportagem abre espaço para os palestinos. Um médico mostra recém-nascidos em incubadora, que não podem ser removidos. No off, quando o tema é a falta de comida, aparecem imagens de crianças. Uma menina sem nome chora e fala: “É assustador, não sabemos para onde ir”. Outra fonte, sem crédito, apenas o primeiro nome, Ibrahim, faz comida. Em Israel, sirenes voltaram a tocar. Imagens de crianças com famílias deixando um lugar. Uma mulher com um bebê no colo diz que tem medo dos terroristas.

A situação de Gaza começa a ganhar mais destaque: ambulâncias, feridos. Um cirurgião palestino participa de chamada de vídeo. Há humanização da fonte palestina: ele tem filhos, suas fotos aparecem. Outro médico, que vive na Inglaterra e que chegou a Gaza, um dia antes do conflito começar, diz: “Eles me contaram que a situação é terrível, que as crianças feridas ficam pelos corredores”. Imagem de criança desfocada. Um cirurgião plástico é entrevistado. Ele conta que a situação mais difícil pela qual passou foi a reconstrução do rosto de uma menina de seis anos. A mãe e a irmã morreram no bombardeio. Imagem de um ursinho de pelúcia, em uma árvore.

Os reféns do Hamas são destaque em matéria de Renata Ceribelli, que entrevista parentes, com apoio de fotos e mensagens de WhatsApp; estas histórias são contadas com

mais detalhes, mais ilustradas por imagens. Algumas, como a do parquinho infantil vazio, funcionam como metáfora da dor, estampada, depois, nas fotos dos reféns, muitos são crianças. Esta reportagem serve de gancho para a seguinte, feita pelo correspondente em Nova York, Felipe Santana, que conta a história de um homem, que já tinha sido refém do Hamas. Júlio Mosquera, de Brasília, fala dos brasileiros que querem ser repatriados de Gaza. Hasam Habee, brasileiro que está em Gaza, faz imagens do celular, e conta a história das cidades e da marcha da família.

A matéria seguinte, de Bete Lucchese, mostra os brasileiros, que estavam em Israel, e já voltaram para o Brasil, em voo comercial. Jorge Pontual traz matéria de repercussão política, que fala do direito e da obrigação de Israel de se defender do Hamas. Murilo Salviano também repercute a situação com autoridades. Imagem rápida da população civil correndo, inclusive uma criança nos braços de uma pessoa. Na cobertura da fala do papa, imagens de crianças feridas.

Renata Capucci conversa com as famílias dos brasileiros mortos na rave. O DJ Juarez, pai do famoso Alok, dá entrevista, ao lado do filho. Na sonora, ilustrada com foto dele com os netos, ele conta como escapou do ataque à rave, onde iria se apresentar. Ele confessa que foi a imagem dos netos, o que lhe deu forças. A matéria humaniza os relatos.

Já Sonia Bridi narra o planejamento da guerra, com vídeos de propaganda do Hamas. Ela está no estúdio, onde exhibe

mapas e faz entrevistas com especialistas. Há muitas imagens da destruição em Gaza, que exibem crianças, tentando pegar água, ou no campo de refugiados.

A via crúcis dos refugiados

A edição de 22 de outubro tem a duração de 2h40min, e a cobertura do conflito dura 40min, isto é, 25%. São sete reportagens sobre a guerra, em quatro, há menções a crianças.

A correspondente Bianca Rothier fala, da sede das Nações Unidas, na Suíça, sobre o comboio de ajuda humanitária, que começa a entrar em Gaza. O porta-voz israelense informa que um soldado israelense morreu e três se feriram num confronto com o Hamas, mas não são veiculadas as imagens do confronto. No território palestino, 266 pessoas morreram só nas últimas 24 horas. Imagem de corpos enfileirados em torno do hospital. Um médico fala que a maioria são idosos e crianças. Um milhão e 400 mil palestinos deixaram suas casas. Na tela, o VT de uma mulher com crianças - ela e os seis filhos dividem uma sala de aula com outras 100 pessoas. Enquanto isso, Israel organiza a saída de moradores de perto da fronteira. As imagens dos palestinos mostram sempre multidões e confusão, há uso de drones, as tomadas são feitas à distância, sem detalhes. As imagens de Israel mostram poucas pessoas e organização, e geralmente revelam mais proximidade.

Há matérias, como a de Álvaro Pereira Júnior, que humanizam o personagem do palestino: neste caso, a fonte tem nome, família e uma história para contar. É o caso de Wassim Issa, cirurgião ortopedista, que conversa com o repórter por chamada de vídeo. O médico faz uma especialização em Pernambuco. Ele tem 32 anos e duas fillhas, de 2 e 6 anos, que estão em Gaza. Outro médico é ouvido, Jamal Abu Helal, que está em Gaza. Ele relata que um colega perdeu a filha, enquanto trabalhava, e o filho, no dia seguinte. Imagem de uma pessoa, carregando uma criança no colo. O Dr. Helal fala sobre a falta da energia espiritual, no território palestino, e relembra o período, quando criança, em que viveu no

Brasil. Fotos antigas. A edição da sonora usa imagens de crianças, em Gaza. Os médicos dizem ter esperança. A matéria acaba com a imagem de um recém-nascido, no colo de um médico, metáfora de vida, fé e esperança.

Outra reportagem é sobre o grupo de brasileiros que espera para retornar ao Brasil. Entre eles, Hasam Habee, cujas imagens amadoras ilustraram várias matérias. Ele mostra a situação caótica, em que crianças aparecem. A repórter Júlia Zarembo participa de São Paulo. Depoimentos angustiantes da adolescente que tenta voltar para o Brasil, Shahed AlBanna. Uma criança no chão, com fraldas.

O fotógrafo Gabriel Chaim capta as imagens da matéria seguinte, que é narrada no Brasil. O foco é o sistema de

defesa de Israel, os exercícios militares, a repercussão entre aqueles que têm parentes como reféns do Hamas. Imagens de câmeras de segurança são usadas para ilustrar a chegada de terroristas a um prédio. É impactante a sequência em que Shani Hadar grava seus ferimentos, enquanto espera pelo socorro. “O povo de Israel está vivo”. Este tom de resistência e heroísmo também caracteriza a reportagem de Paola de Orte, que tem como personagem o general, que veste de novo a farda para salvar vidas na região da rave. Ele dá o testemunho. Ela aparece ao lado dos banheiros químicos: marcas de tiros. As barracas, reviradas. Depoimento emocionado do jornalista israelense que reencontrou o filho, que estava na rave.

Renata Capucci faz matéria sobre os túneis do Hamas. As imagens foram divulgadas pelo Exército de Israel. Não entrevistaram nenhuma fonte palestina ou árabe para falar do assunto. Os especialistas reforçam que os túneis estão embaixo de hospitais, mesquitas etc, o que legitimaria os bombardeios. Enquanto isso, Felipe Santana, de Nova York, repercute a situação com autoridades, inclusive o papa, que pede o cessar-fogo.

“Têm medo de dormir, tentam ficar acordadas”

O programa do dia 29 de outubro tem 2h42min de duração e a parte dedicada ao conflito tem 24min, cerca de

15% do total, mas há uma preocupação editorial em trazer à tona a questão da infância, que é retratada em todas as quatro matérias.

A correspondente Paola de Orte está perto da fronteira de Gaza. Nenhuma equipe da Globo entrou em território palestino. Há um black out de comunicações. Nas imagens de Gaza, vêem-se crianças. Ela conta que Israel pede para que um hospital seja evacuado e os palestinos respondem que há milhares de refugiados, cerca de 14 mil pessoas. Nas UTIs, a maioria são crianças. Um homem identificado, com criança no colo, diz que divide a barraca com dez pessoas, oito são crianças. Enquanto na Cisjordânia, três palestinos não identificados morreram em confronto com tropas de Israel, o funeral de uma pequena israelense de seis anos, que morreu de uma parada cardíaca, depois de ouvir as sirenes de alerta de foguetes, ganha grande destaque, com sonoras etc. A fala do pai da menina é expressiva, ao dizer que, ao invés de brincar, as crianças têm que se esconder de foguetes, das sirenes, dos mísseis dos terroristas...

O brasileiro Hasan Rabee conversa com Júlia Zaremba, do estúdio. Ele faz uma fala ao vivo. “Guerra de procurar comida e água”. O cenário de desabastecimento é preocupante. Uma menina aparece. Em outra chamada de vídeo, os registros do almoço de domingo feito por um casal. No desfecho da reportagem, imagens de crianças que brincam, apesar da guerra. Um garotinho veste a camisa da Seleção Brasileira.

A reportagem seguinte, de Gabriel Chaim, mostra a destruição do kibutzin de Be'eri, onde viviam 1100 pessoas. Nas imagens, a tranquilidade antiga dos parques e brinquedos para crianças contrastam com a destruição. Entre as fontes, uma mulher grávida, de 34 anos, que fala dos pais, que foram assassinados ali. Outros personagens que geram empatia são os militares: um deles ajuda na procura de desaparecidos, em Israel, o outro, esteve no Brasil, para participar do trabalho de resgate de corpos em Brumadinho, Minas Gerais. O clímax da reportagem é o Centro Médico, em que Gabriel Chaim grava a unidade neo-natal, localizada em um bunker. A mãe com uma bebê no colo diz que a alegria deu lugar ao medo e à insegurança. O final da gravidez foi dentro de um abrigo. Mas o nome da bebê é um voto de esperança: Shalom Tohar (Paz e pureza).

A última matéria tem um enfoque original, em que especialistas são ouvidos, através de chamada de vídeo, para relatar o impacto da guerra na saúde mental das crianças, dos dois lados do conflito. A reportagem usa muitas imagens de crianças, algumas desfocadas. A profissional brasileira, que trabalhou com os Médicos sem Fronteiras, na Síria e Palestina; o profissional uruguaio, que vive há 40 anos em Israel, e que afirma que: “Agora, depois dos ataques, 90% das crianças nos hospitais israelenses, têm sintomas de ansiedade”; a brasileira que é dona de uma escola em Israel, e que diz que um aluno, de menos de três anos, já sabe a

diferença entre a sirene da ambulância e aquela do alerta de bombardeio; o psiquiatra, que vive em Gaza, e que tenta passar uma mensagem de esperança, de um futuro melhor, de que vamos sobreviver. “Se eu não fizesse isso, seria desastroso”.

Considerações finais

A cobertura do conflito Israel-Hamas pelo “Fantástico” evidencia a preocupação com a qualidade da cobertura, e, de acordo com as categorias analisadas, reflete: i) contexto: uso de mapas para facilitar a localização, mas quase nenhuma referência histórica para a compreensão do conflito, ou dado estatístico sobre crianças; ii) metáfora: apesar da destruição, a esperança sobrevive, simbolizada pela imagem de crianças recém-nascidas; iii) vozes: a pessoa comum compete com os especialistas e as fontes oficiais, mas há o predomínio de vozes dos israelenses, crianças não são fontes; iv) edição: o factual é predominante, com o tom de urgência, e utilização de muitas imagens amadoras; o “ao vivo” é destacado, com a presença do repórter no lugar dos fatos; o som ambiente e a trilha sonora amplificam o envolvimento do espectador.

A temática da infância vai ganhar mais espaço, depois do primeiro mês do conflito, a partir das denúncias de genocídio e limpeza étnica em Gaza, pela comunidade internacional. A forma narrativa que trata dos temas sensíveis revela

características da videoteratura e da guinada documental do telejornalismo, com amplo uso da emoção e da sensibilidade, mas o modelo ainda se mantém fiel ao formato tradicional, isto é, não se observa ainda nas matérias predominância do jornalismo subjetivo, que provocaria uma ruptura das práticas consagradas pelo cânone do campo, propiciando o protagonismo à visão de mundo dos excluídos e hostilizados.

Referências Bibliográficas

Fantástico. Edição do dia 8 out. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12011875/>. Acesso em 7 nov, 2023.

_____. Edição do dia 15 out. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12031395/>. Acesso em 7 nov. 2023.

_____. Edição do dia 22 out. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12051042/>. Acesso em 7 nov. 2023.

_____. Edição do dia 29 out. 2023. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12070333/>. Acesso em 7 nov, 2023.

Laurido, E. de B; Formentin, C. N. Crianças e telejornalismo: como a infância está representada no Jornal Nacional. **Poiésis**. Niterói, 2011, v.4, n.8, p.456-472.

Moraes, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo desumanizado**. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

Musse, Christina Ferraz et al. **Crianças da guerra: o telejornalismo brasileiro e a representação da infância**. Anais do XVI Congresso de la Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación (ALAIIC), Buenos Aires, 2022. Disponível em: <https://alaic2022.ar/memorias/index.php/2022/article/view/795>. Acesso em: 22 mai. 2023.

_____. **O repórter de TV e as narrativas audiovisuais sobre as crianças na guerra da Ucrânia**. Trabalho apresentado no GP Telejornalismo, no 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Belo Horizonte: PUC-Minas, 4 a 8 set. 2023.

Reis, M. A.; Thomé, C. de A. “Videoteratura”: Uma proposta de análise do cronismo na televisão. **Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação**. Blumenau, 2017, v. 11, n. 3, p. 564-585.

Ribeiro, Ana Paula Goulart; SACRAMENTO, Igor. **Televisão e memória: entre testemunhos e confissões**. 1 ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.

Scolari, **Carlos**. **Hipermediaciones: elementos para una teoría de la comunicación digital interactiva**. Barcelona: Editorial Gedisa. 2008

Thomas, Merlyn. 20 mil mortos em Gaza: o que número de vítimas revela sobre o conflito. BBC News Brasil. **BBC Verify**. 24 dez. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/clmergn9gmro>. Acesso em 10 jan. 2024.

UNICEF. Diretrizes para reportagens éticas. S.D. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/diretrizes-para-reportagens-eticas>. Acesso em 31 de outubro de 2023.

Capítulo 30

Representações do Aborto na Telenovela Brasileira²⁰²

Gêsa CAVALCANTI²⁰³

Em junho de 2022, a Suprema Corte dos Estados Unidos deixou de lado os direitos fundamentais estabelecidos pelo caso *Roe v. Wade*²⁰⁴, afirmando que não há garantia constitucional ao aborto no país. A decisão abandonou quase cinquenta anos de precedente e abriu espaço para que políticas que visam impedir o aborto seguro sejam colocadas em prática nos estados norte-americanos.

Um ano depois do caso, o Supremo Tribunal Federal (STF) do Brasil está colocando em discussão a pauta da descriminalização do aborto até doze semanas de gestação. A abertura para a temática acontece a partir da decisão da ministra Rosa Weber de julgar a Arguição de Descumprimento

202 Trabalho apresentado no GT 5 - Mídia e Dimensões do Tempo – Subjetividades e Identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

203 Bolsista de Pós-doc CNPQ associada à Universidade de São Paulo. Professora temporária do departamento de Comunicação Social da Universidade do Rio Grande do Norte. Doutora em Comunicação pela UFPE. Email: gesacavalcanti@gmail.com

204 O caso *Roe* contra *Wade* ou *Roe v. Wade* foi um litígio no qual a Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu que a Constituição deveria proteger a liberdade individual das mulheres grávidas e de garantir-lhes a opção de fazer um aborto sem restrição governamental.

mento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, ação proposta pelo Partido Socialista (PSOL) com foco na reparação de danos a mulheres que foram criminalizadas pela realização do aborto. Em oposição ao STF, o Senado brasileiro solicitou que fosse realizado um plebiscito para entender a opinião da maioria da população sobre a temática, alegando ativismo judiciário. Tal plebiscito precisa ainda ser aprovado tanto pelo Senado quanto pelos membros da Câmara, e, caso seja, existe um prazo de até dois anos para realização da consulta popular.

Em meio a essa discussão político-judiciária e ao ativismo tanto de grupos contrários ao aborto (como a Frente Parlamentar Mista contra o Aborto e em Defesa da Vida) quanto de movimentos que defendem a direito de escolha da mulher (como o Nem Presa Nem Morta), a temática foi pautada na telenovela *Vai na Fé* (Rede Globo, 2023) uma das produções de maior audiência e melhor recepção na faixa das 19h nos últimos anos.

A discussão na trama da telenovela gira em torno da capacidade de acesso aos direitos que já são legalmente garantidos²⁰⁵, ou seja, em situações em que aborto já é previsto por lei e nas quais a mulher deveria receber amparo

205 No Brasil três casos de aborto são, teoricamente, garantidos por lei. 1) abortos em caso de estupro; 2) aborto quando a manutenção da gravidez oferece risco de vida para a mulher grávida; 3) anencefalia do feto. Apesar disso, mesmo quando a mulher se aplica nesses casos, conseguir o aborto ainda depende da aprovação judicial a partir da interpretação da legislação.

do estado. A representação da temática movimentou as redes sociais suscitando debates entre telespectadores, e, além disso, alcançou relevância ao ser citada em matérias que discutem o processo de legalização do aborto em portais jornalísticos como Folha de São Paulo, Carta Capital etc.

Considerando a forma como a telenovela opera como narrativa da nação (Lopes, 2009) e ainda a ideia de imaginação telenovelesca (Tillman, 2023), o foco deste artigo é investigar o modo como o aborto aparece representado em telenovelas brasileiras numa perspectiva histórica, tratando a telenovela como documento (Motter, 2001; Cavalcanti, 2022), a ideia é que essa análise permita entender os regimes de visibilidade instaurados quando pauta-se o aborto na teledramaturgia brasileiras.

Nesse sentido, opto por um recorte temporal focado nos últimos vinte três anos (2020-2023). As buscas pelos títulos que tratassem sobre a temática do aborto foi realizada através do Memória Globo e dos acervos de jornais como O Globo e Folha de São Paulo. Foram então encontradas, no período pré-estabelecido, vinte e três telenovelas (Tabela 01) e uma série, a produção *Segunda Chamada* (Rede Globo 2019-2021). Opto apenas pela análise das telenovelas considerando que a série é um produto com um público mais específico que as telenovelas.

Telenovela, imaginários e narrativas

Através da continuidade de suas representações a mídia ajuda a agendar o debate público acerca de determinadas questões, operando como um campo de batalha de ordem simbólica - já que nele são realizadas disputas sobre significados - e mantendo uma correspondência com a esfera política (Shohat; Stam, 2006).

Nesse campo de batalha os interesses do Estado encontram-se com os interesses dos conglomerados midiáticos e se enveredam no cotidiano. Tratando o cotidiano como a vida dos mesmos gestos, ritos e ritmos diários (Motter, 2003), localizo a telenovela como um produto central na cotidianidade brasileira nas últimas décadas, seja por sua produção permanente na Rede Globo nos últimos setenta anos, seja pela organização de uma grade de telenovelas (Cavalcanti, 2022) através da qual, por muito tempo - e ainda hoje em alguma medida - organiza-se o dia-a-dia.

Boa parte dos produtos midiáticos que operam na construção de imaginários e narrativos, como afirma Maria Motter (2003), são mobilizadores de atenção. Ainda segundo a autora, a informação, por exemplo, opera através de um saber sobre o mundo em que predominam a ameaça e o medo.

O entretenimento, por sua vez, faz uso de outras estratégias, mais sutis, ele é “o descompromisso, a

desmobilização da atenção, o descanso e a recomposição restauradora do desgaste provocado pelos embates da vida cotidiana” (Motter, 2003. p.31). A autora comenta ainda que, diferente do jornalismo, a ficção não traz problemas que acontecem com o outro, em vez disso, ela nos coloca diante de seres com os quais construímos laços e afetos e que estão vivendo conflitos. Dessa forma, na medida que os personagens lidam com tais conflitos, também vamos lidando com eles e tomando posições.

É por essa desmobilização da atenção que a ficção é um lugar privilegiado para construir noções sobre determinados assuntos, é aí que ela encontra seu poder como narrativa da nação e na construção de uma imaginação telenovelesca, conceitos que se interligam e que considero fundamentais para entender o papel que a telenovela possui no cotidiano e no imaginário brasileiro.

Entender a telenovela como narrativa da nação da nação significa compreender a força do gênero no processo de criação e consolidação de “de novas identidades culturais compartilhadas” (Lopes, 2010).

Lopes (2010) analisa o papel da telenovela no processo de construção da identidade nacional através de, pelo menos, quatro modalidades: tematização, ritualização, pertencimento e participação. Sendo tais modalidades complementares.

No que diz respeito à tematização o foco recai sobre a forma como a telenovela representa a identidade nacional através de seus elementos narrativos básicos, tais como tempo, espaço, contexto, personagens e temas. O tema da telenovela no Brasil está intimamente ligado à realidade nacional, o que não significa, claro, que toda problemática encontrará espaço na telenovela ou mesmo que será tratada de um modo que contribua de forma benéfica. A temática central da presente pesquisa, o aborto, além de pouco explorada encontra desdobramentos que contribuem com um discurso moral religioso, mas que pouco dialoga com as pautas feministas.

A ritualização, por sua vez, envolve a forma como a televisão lida com tempos sociais da nação, operando uma sincronia e criando ritmos próprios que tanto mimetizam os ritmos dos telespectadores, quanto é capaz de “criar grandes rituais coletivos, seja documentando fenômenos ocorridos (catástrofes, acidentes, mortes), seja produzindo eventos (festivais, concertos), seja organizando media events (funerais, escândalos, casamentos)” (Lopes, 2010). Tudo isso aumenta o senso de cotidianidade e presença envolto no assistir telenovela, o tempo do telespectador passa com o do personagem e mesmo que em ritmos diferentes eles encontram um senso de compartilhamento entre suas temporalidades que são distintas mas a todo tempo se misturam.

O pertencimento está bastante relacionado à modalidade de ritualização, pois, há uma conexão (Lopes, 2010) entre passado, presente e futuro que ao mesmo tempo constrói e aciona uma memória coletiva “através da antecipação e a construção de expectativas respeito a eventos ou âmbitos específicos (a ciência, a técnica, a política). Este é o nível que provoca, mesmo que de forma elementar, um sentido de pertencimento” (Lopes, 2010).

Por fim, Lopes destaca a ideia de pertencimento que está relacionada ao que, em pesquisas anteriores (Cavalcanti, 2016; 2017), chamo de efeito de sociabilidade da telenovela, definido como a capacidade de construção de laços sociais que se manifestam no atendimento de uma necessidade socioafetiva e conversacional. A telenovela “dá espaço para representações, constituindo um fórum eletrônico (Newcomb, 1999) através do qual diversas partes sociais podem ter acesso ou ser representada, no qual, ao menos potencialmente, exprime-se a sociedade civil” (Lopes, 2010).

Posto isso, para pensar sobre a imaginação telenovelesca e operar uma costura entre ela e a ideia de narrativa da nação, opto por um retorno à noção de cotidiano.

Marc Augé afirma que a ficção também constitui um vínculo de socialização, no entanto, a ficção não se confunde com o real, que, por sua vez, não se confunde com os mundos imaginários coletivos que a interpretam. Além disso, o autor

afirma ainda que a ficção se baseia na existência de um autor reconhecido como tal, com suas características singulares e que, por isso, consegue estabelecer com seu público um vínculo virtual de socialização. Fazendo uma leitura de Augé, Motter concorda com que há uma clareza na distinção entre o ficcional e o real, no entanto, diz que no “interior da ficção e nas suas diferentes formas de manifestar-se, por artifício da própria ficção, pode-se diluir a nitidez desses limites promovendo-se a interpenetração dos dois mundos no interior da obra” (Motter, 2001 p.29).

Tal mescla entre esses mundos nos permite abordar aqui a noção de imaginação telenovelesca introduzida por Juliana Tillmann, a pesquisadora, identifica a existência de um certo conjunto de recursos de ordem estética, produtiva e narrativa nas telenovelas nacionais e o fato de que esse conjunto significa a produção de um universo “simbólico (códigos e sentidos) compartilhado tanto pelos realizadores das telenovelas quanto pelos telespectadores”. Essa gramática da telenovela, por assim dizer, é compartilhada e nos permite não apenas a leitura de cada produção individualmente, mas ainda o entendimento do gênero com base em suas categorias mais ou menos estáveis.

A ideia de uma imaginação telenovelesca, como afirma Tillman, nos permite pensar numa relação dinâmica entre imaginação e memória. Embora essa imaginação tenha

pelo menos três tipos de memória - sendo elas “televisual (Barbosa, 2013), mnemônica (Keightley e Pickering, 2012) e melodramática (Brooks, 1995)” (Tillman, 2023), nos interessa a noção de memória mnemônica por sua relação com a forma como “imagens, atores, personagens e tramas se tornam memória tanto de quem produz como de quem assiste e são fonte para imaginar sentidos presentes e futuros” (Tillman, 2023).

Dessa forma, representar ou silenciar o aborto na telenovela significa um processo de memória que nos ajuda a tecer sentidos sobre o abortar, sobre a mulher que aborta e ainda estimula um debate sobre a temática. É justamente isso que me interessa entender nesta pesquisa.

O aborto como política de controle de corpos femininos

“If men got pregnant, you could get an abortion at an ATM. Let’s state the obvious.” - Veep (HBO)

O papel que a mulher assume no seio social não se determina por ordem biológica, ou por nenhum destino econômico ou psíquico (Salih, 2002). Tal papel vai sendo construído enquanto uma prática discursiva que não tem começo ou fim (Butler, 2018) e que está aberta a processos de negociações que podem acontecer via movimentos de diferentes naturezas e direções. O que serve para nos

lembrar que os direitos conquistados pelas mulheres - bem como qualquer grupo minoritário do ponto de vista representacional - não são garantias irrefutáveis. Um exemplo disso é o abandono do precedente estabelecido em *Roe v. Wade* para julgar casos de aborto nos Estados Unidos, reforçando uma necessidade de luta constante.

O patriarcado é uma ferramenta de manutenção do direito masculino de ter acesso e gerir o corpo feminino. Para Simone Beauvoir, o núcleo duro do sexismo consiste na negação do direito da mulher a uma subjetividade, desse modo, nunca somos definidas por nós mesmas, mas sim enquanto objetos vistos através da ótica masculina. Esse processo de objetificação tem modos de manifestação muito diferentes, mas que possuem a mesma finalidade: a dominação masculina.

Pensemos, por exemplo, no casamento heterossexual enquanto instituição que mesmo com diversas mudanças legislativas ainda significa uma relação posse do homem sob a mulher. Se hoje a violência dos maridos contra suas esposas legalmente não encontra respaldo na maioria dos países ocidentais, ainda há uma moral circulante da não intercedência nos conflitos maritais, replicada pelos homens, principalmente, mas ainda por muitas mulheres. O objetivo deste exemplo é apontar um processo de naturalização da relação de poder entre homem e mulher ocupando os papéis, respectivamente, de dominante e dominado.

De acordo com Guillaumin (apud: Wittig, 2022) há que considerar que a mulher sofre uma dupla opressão, uma delas no âmbito privado em que é oprimida a nível individual por homens como seus pais ou maridos; e há ainda uma apropriação coletiva pela classe dos homens. O papel da mulher, mesmo fora da esfera privada, é entendido, naturalmente, como o de cuidar, acolher e nutrir.

Tal naturalização é apenas aparente, já que a categoria “mulher” não significa por si mesma, algo imutável. Para Wittig (2022) a ideologia da diferença entre os gêneros feminino e masculino funciona como uma censura que mascara, dando um ar de natural, a oposição que se fabrica entre homens e mulheres. A autora defende que tais categorias são criadas para disfarçar os procedimentos intencionais de ordem econômica, política e ideológica que de fato estabelecem tal diferença e são inerentes a um sistema de dominação.

Um importante marcador dessa diferença é o sexo, enquanto ato sexual propriamente dito. O sexo para Andrea Dorwink é o meio através do qual o homem invade a mulher e a categoria “mulher” é construída justamente como “aquilo a quem se entra, penetra, ocupa” (Dworkin, 1987, pp.144-6). Mesmo que as ideias de Dorwink sobre sexo sejam taxadas como sexo-negativas por alguns pesquisadores, a ideia de tomada de posse, invasão/colonização do corpo feminino pelo homem é extremamente interessante para entender a

violência de gênero, o estupro, a desigualdade e mesmo o direito ao aborto.

O destino biológico se realiza, principalmente, através do sexo e é usado, por exemplo, como argumento para a não representação política, para a manutenção da desigualdade salarial, para a proibição do aborto.

Dessa forma, o sexo concensual, o estupro, o casamento, o acesso a métodos anticoncepcionais e produtos de higiene pessoal, os procedimentos esterilizantes, as cirurgias de redesignificação de gênero, ou abortos são apenas alguns dos muitos exemplos da complexa teia de dominação tecida pelos homens no processo de controle dos corpos das mulheres, são ainda os procedimentos mais ou menos intencionais através dos quais os homens exercem seu poder.

As manifestações do poder patriarcal mais óbvias são a violência contra mulher e a misoginia, no entanto, há um enraizamento desse poder que propaga a ideia de que as mulheres existem para os homens. Essa ideia toma como argumento tanto uma mitologia de origem da mulher como parte (costela) do homem; quando um destino de manutenção da espécie pela capacidade reprodutiva. Impedir o aborto é então garantir o controle sobre as mulheres enquanto objetos para o homem e quanto ao cumprimento dessa função/destino social, que pode ainda encontrar argumentos de ordem econômica como a manutenção de

taxas de natalidade. Em qualquer uma dessas opções, negar o direito ao aborto não é sobre a mulher e sim sobre o homem e suas estratégias e políticas de controle.

O aborto parece ser então uma recusa/afronta ao masculino e isso parte do que Dworkin nomeia como a crença obscessiva de que o penis/esperma, uma vez dentro da mulher, significa que haverá um feto masculino.

A vagina/útero, como articulou Erik Erikson, é percebida pelo homem como um espaço vazio que deve ser preenchido por um pênis ou por uma criança (homem até prova em contrário, caso em que desvalorizado), que é o pênis realizado – ou a própria mulher é um vazio, isto é, uma nulidade, sem valor (Dworkin, 1987).

É interessante pensar que há uma relação fundamental entre o direito ao aborto e a equidade. Para Metzger (2007) a capacidade de uma mulher de determinar se e quando ela tem filhos é extremamente relevante para garantia de sua total e igualitária participação social. Cabe ainda dizer que a proibição do aborto é uma política de controle que se enquadra enquanto necro no sentido de que não significa a impossibilidade do aborto, mas sua realização em redes clandestinas e que colocam em risco a vida das mulheres que abortam. É pensando nisso que exploramos, a partir de

agora, a forma como as telenovelas brasileiras representam o aborto e as mulheres que abortam, tentando entender quais sentidos são construídos, que mitos são reforçados e quais discursos atravessam tais representações.

Abortos em telenovelas brasileiras

Nesse sentido, opto por um recorte temporal focado nos últimos vinte três anos (2020-2023). As buscas pelos títulos que tratassem sobre a temática do aborto foi realizada através do Memória Globo e dos acervos de jornais como O Globo e Folha de São Paulo. Foram então encontradas, neste período, vinte e três telenovelas (Tabela 01) e uma série, a produção *Segunda Chamada* (Rede Globo 2019-2021). Opto apenas pela análise das telenovelas.

Na tabela a seguir, além dos títulos das produções, podem ser vistas informações de quando elas foram exibidas e reprisadas, em alguns casos, a faixa de exibição e ainda a autoria. Esses dados nos permitem pensar sobre a circulação da temática no país.

Tabela 01 – Corpus de Análise

| Título | Exibição | Faixa | Autoria |
|-----------------------------|-----------------|--------------|-----------------------------------|
| Mulheres Apaixonadas | 2003 | 21h | Manoel Carlos |
| Páginas da Vida | 2006 | 21h | Manoel Carlos |
| Viver a Vida | 2009 | 21h | Manoel Carlos |
| Passione | 2010 | 21h | Silvio de Abreu |
| Insensato Coração | 2011 | 21h | Gilberto Braga e Ricardo Linhares |
| Fina Estampa | 2011-2012; 2020 | 21h | Aguinaldo Silva |
| A Vida da Gente | 2011-2012; 2021 | 18h | Lícia Manzo |
| Lado a Lado | 2012 | 18h | João Ximenes Braga, Claudia Lage |
| Amor à Vida | 2013 | 21h | Walcyr Carrasco |
| Em Família | 2014 | 21h | Manoel Carlos |
| Além do Tempo | 2015 | 18h | Elizabeth Jhin |
| Babilônia | 2016 | 21h | Silvio de Abreu |
| Novo Mundo | 2017 | 18h | Thereza Falcão, Alessandro Marson |
| A força do Querer | 2017 | 22h | Glória Perez |
| A Dona do Pedaco | 2019 | 21h | Walcyr Carrasco |
| Amor de mãe | 2019 | 21h | Manuela Dias |
| Bom sucesso | 2019-2020 | 19h | Rosana Svartman e Paulo Halm |
| Malhação Toda Forma de Amor | 2019 | 17h | Emanuel Jacobina |
| Topíssima | 2019 | 22h | Cristianne Fridman |
| Nos tempos do Imperador | 2021 | 18h | Thereza Falcão, Alessandro Marson |
| Pantanal | 2022 | 21h | Bruno Luperi |
| Travessia | 2022 | 21h | Glória Perez |
| Vai na Fé | 2023 | 19h | Rosana Svartman |

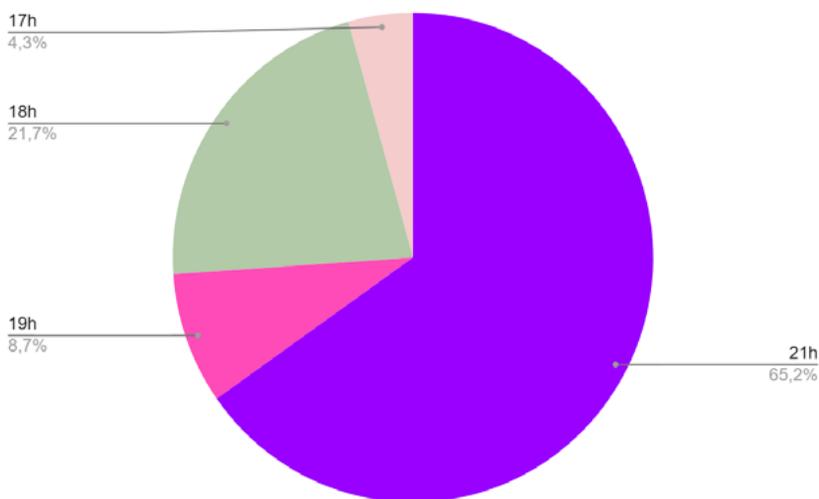
A partir da descoberta dos títulos, busquei, principalmente na plataforma Globo Play, já que a maioria das telenovelas em questão são da Rede Globo, as cenas nas quais o aborto é discutido. Além de entender o tratamento narrativo dado e os desfechos, realizei, para pesquisas futuras, um mapeamento das personagens envolvidas na representação, considerando atravessamentos de raça, classe e gênero, já que me interessam as noções construídas sobre as mulheres que abortam.

Os abortos, as causas e as culpas

Os primeiros resultados tratados são os mais gerais. Nesse sentido, o levantamento permitiu identificar vinte e três títulos, dos quais 65,2% foram exibidos na faixa das 21h. É importante destacar que as faixas de exibição das telenovelas, principalmente na Rede Globo - a emissora que de fato possui uma tradição contínua na produção do gênero-, criam determinadas expectativas sobre os conteúdos que serão tratados em determinadas faixas (Cavalcanti, 2022). As telenovelas das 19h, por exemplo, são vistas como focadas em um público mais jovem e, por isso, têm maior teor cômico que as das 18h e das 21h. Talvez por isso, mais telenovelas tratem da noção do aborto nas 18h (21,07%) do que na faixa das 19h (8,7%).

A predominância do tema na faixa das 21h se explica pela mesma razão, as telenovelas das do chamado horário nobre possuem temática mais densas e são consideradas como mais realistas (Lopes, 2003). Apesar disso, é importante considerar que o número total de tramas que abordam o aborto é pequeno frente a quantidade de títulos produzidos no percurso histórico da telenovela brasileira, o que reforça a ideia do aborto como temática tabu e os atravessamentos morais que envolvem a consciência histórica se estabelece no período analisado.

Gráfico 01 - Tratamento da temática "aborto" por faixa de exibição



Outro ponto que chama atenção é o fato de que a maioria das telenovelas aqui analisadas são projetos escritos exclusivamente por homens: 52,38% dos títulos. Apenas 28,57% das tramas são assinadas exclusivamente por mulheres²⁰⁶. O autor Manoel Carlos, por exemplo, é responsável por quatro das telenovelas que tratam do aborto (*Mulheres Apaixonadas*, *Páginas da Vida*, *Viver a Vida* e *Em Família*). Observamos ainda que a direção dessas novelas também é majoritariamente masculina.

Ao todo as tramas analisadas contam com trinta e uma personagens que passaram por um aborto ou que consideraram o procedimento frente a uma gravidez indesejada. A única exceção é a personagem Diana (*Passione*) já que na trama envolvendo a personagem o aborto aparece como uma chantagem feita pela vilã da novela que estava tentando separar Diana de seu par romântico. Na maior parte das produções o aborto aparece como um recurso de movimentação da trama, ela faz a mocinha sofrer (*Passione*), pune a vilã (*Além do Tempo*) que tenta usar a gravidez para separar o casal protagonista, mas não necessariamente se torna uma temática a ser debatida. Poucas dessas tramas de fato se propõem a discutir o aborto enquanto um problema de ordem político-social.

206 Cabe comentar que considero aqui a autoria/criação, sem levar em contas os roteiristas que trabalham com equipes de colaboradores.

Em *Mulheres Apaixonadas* (Rede Globo, 2003), por exemplo, o aborto aparece como três personagens diferentes. Gracinha, uma garota de origem humilde que se envolve com um jovem rico e engravida. Gracinha é filha da empregada doméstica que trabalha para a família de Cláudio e suas origens são um problema para a mãe do jovem que não quer seu nome associado ao da família de Gracinha. A mulher estimula Gracinha a abortar, e isso inicia uma série de conversas sobre se a jovem deveria ou não seguir com o procedimento. Cláudio briga com a mãe dizendo que “aborto é crime” e Edwigens, namorada de Cláudio e que foi traída por ele e Gracinha, é quem convence a jovem a não abortar, a cena se desenrola dentro de uma igreja.

Marina e Estela são as outras duas personagens através das quais o aborto é pautado em *Mulheres Apaixonadas*, ambas sofrem abortos espontaneos e falam sobre a perda, a dor que envolve o processo de esperar um filho e isso não se realizar. Ambas as construções sobre o aborto na telenovela de Manoel Carlos reforçam valores morais à respeito do aborto. É como se as tramas de Marina e Estela estivessem dizendo que existem mulheres querendo ter filhos e não conseguem, enquanto outras abortam, como se essa relação de equivalência simplória fosse capaz de dar conta das complexidades que envolvem a pressão financeira, social e psicológica do tornar-se mãe. A mesma lógica se repete em

Em Família, do mesmo autor, com as personagens Guiomar e Juliana.

Entre as personagens, apenas metade considera abortar. Isso significa dizer que em metade do material analisado a sugestão do aborto vem de outras pessoas, o parceiro sexual, a mãe do parceiro, a mãe da personagem, etc.

Quero concentrar minha atenção nas personagens que de fato consideram o aborto. Nesta outra metade do universo de análise, 43,78% das personagens desistem do aborto, algumas delas tomam essa decisão mesmo em caso de estupro; 18,75% acabam tendo a gravidez interrompida de forma espontânea; e 37,5% optam pelo aborto. Duas dessas personagens morrem por consequência do aborto (*A Dona do Pedaco* e *Topíssima*), duas ficam em estado grave por se submeterem a procedimentos sem as condições de higiene necessárias e sem o suporte de profissionais especializados; uma delas vai presa após uma denúncia de aborto. Apenas a personagem Guiomar de *Passione* não tem uma relação de punição explícita associada ao aborto, mas o próprio discurso médico e religioso envolto na trama da personagem permite o estabelecimento de tais associações. No gráfico abaixo apresentamos alguns indicadores sobre o desfecho das tramas das mulheres que abortam nas telenovelas analisadas.

Considerações finais

As telenovelas brasileiras possuem, de fato, um inegável papel no estímulo processual e conversacional não só via aspectos puramente fictícios como a torcida pela felicidade de um determinado casal ou mesmo pela punição de um vilão. Tendo a ficção uma importante relação com a imaginação e o imaginário, os efeitos da abordagem de determinadas temáticas estimulam um debate individual, social e até mesmo político em torno dos temas apresentados.

Há uma tradição no tratamento de temáticas sociais que ganha força nas últimas duas décadas, as telenovelas, cada vez mais, abordam temas como alcoolismo, violência contra a mulher, doação de órgãos e homofobia, logo, era de se esperar que o aborto encontrasse espaço do debate instaurado, principalmente por sua pauta político-social que tem sido amplamente discutida no campo político, alvo de controversias entre partidos de esquerda e direita, grupos religiosos conservadores e organizações feministas. Há, em vez disso, a ideia de que é um tema em que não se toca. Em palestra realizada em um dos Seminários do OBITEL em parceria com a Rede Globo, o autor Lucas Paraíso, responsável pela premiada série *Sobre Pressão*, falou sobre a “orientação” interna de não tratar da temática.

As poucas novelas que de fato pautam o aborto estabelecem uma recorrência ao abordar o tema com pouca

seriedade ou de discuti-lo de modo muito raso, o discurso médico e o religioso são os principais motores dessas representações. As chaves através das quais as mulheres que abortam são representadas também são muito específicas: culpa e vergonha.

As mulheres que abortam nas telenovelas são principalmente pobres, sem apoio familiar e que não possuem filhos, sendo apresentadas como progressivas, egoístas e/ou feministas. Há uma associação perjorativa e rasa entre esses termos no sentido que o feminismo defende o direito de realização do aborto enquanto garantia de vida para a mulher, bem como política de autogestão do próprio corpo e o fato de que a realidade das mulheres que abortam, segundo a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA), indica o procedimento como algo que faz parte da realidade de 1 em cada 7 mulheres de até 40 anos no Brasil, e não como uma anomalia de um grupo desviante. Mulheres que, em sua maioria são católicas ou evangélicas, possuem um relacionamento estável e já têm outros filhos. A construção dessa imagem de egoísta e irresponsável para a mulher que decide abortar nas telenovelas ajuda a reforçar mitos danosos sobre o procedimento.

Referências bibliográficas

Butler, J. **Gender trouble: Feminism and the subversion of identity**. Old Saybrook, CT, USA: Tantor Media, 2018.

Cavalcanti, Gêsa. **Estudando a telenovela: um panorama das pesquisas realizadas no Brasil**. Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Pernambuco, PPGCOM-UFPE. Recife, 2022

Dworkin, A. **Right wing women: The politics of domesticated females**. Londres, England: Women's Press, 1983.

Lopes, Maria Immacolata Vassallo **Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. Comunicação & Educação**, São Paulo, n. 26. 2003.

_____, Ficção televisiva e identidade cultural da nação. ALCEU - v. 10 - n.20 - p. 5 a 15 - jan./jun. 2010

Metzger, Gillian, **Abortion, Equation, Equality quality, and Administrative Regulation**. n, 56 EMORY L. J. 865, 2007.

Motter, Maria Lourdes. A telenovela: documento histórico e lugar de memória. *Revista USP*, 48. São Paulo: USP, CCS, 2001.

_____, Ficção e Realidade: **A construção do cotidiano na telenovela**. São Paulo: Alexa Cultural, Comunicação & Cultura - Ficção Televisiva, 2003.

Newcomb, H. (ED.). **Television: The critical view**. 7. ed. Nova Iorque, NY, USA: Oxford University Press, 2006.

Shohat, Ella; STAM, Robert. **Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação**. São Paulo: Cosac Naify, 2006. 528 p.

Tillmann, Juliana. **Gabri-e-e-la: memória, imaginação e telenovela A construção da imaginação telenovelesca na Gabriela de 1975**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ecó-Pós UFRN: Rio de Janeiro, 2023

Wittig, M. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2022.

Transexuais idosas no Porto e no Rio de Janeiro. Ruas e corpos como trânsitos de significação²⁰⁷

Maria Livia RORIZ²⁰⁸ (UFRJ)

Eu adoro ser mulher trans. O momento em que se reconhece como pessoa trans é maravilhoso. Quão difícil é explicar para as pessoas cis – que não são trans – o sentimento de plenitude que nos preenche. A transição entre como nosso corpo era, para a forma com a qual nós nos identificamos, é um nascimento: tornamo-nos nós mesmos. Engana-se terrivelmente quem acha que nossa jornada é fora, ela é para dentro (Jaqueline Gomes de Jesus).

Ao decidir pesquisar determinado grupo - nesse caso optamos pelo que agrega as mulheres brasileiras transexuais idosas que vivem em Portugal e/ou no Brasil, olhamos de modo singular para os sujeitos desta pesquisa. Neste trabalho,

207 Trabalho apresentado no GT 5- Mídia e Dimensões do Tempo – Tempo, Mídia e Subjetividade, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

208 Pós Doutoranda em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – bolsista CAPES PNPd; Doutora em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ); Psicóloga pela Universidade Gama Filho (UGF). Desenvolve pesquisa sobre envelhecimento, gênero e subjetividade. Desenvolve pesquisa com as mulheres transexuais idosas.

Julia, nome pelo qual optamos por identificá-la e, por ser seu nome de “trabalho”²⁰⁹, é a personagem síntese e, ao mesmo tempo, agrupa as questões que atravessam o texto.

A rigor, três territórios aparecem configurados no texto. A personagem Julia se movimenta no território geográfico luso e, na sequência, se desloca para o território geográfico Rio de Janeiro. São territórios físicos, objetos de análises geo-espaciais, com culturas e histórias díspares, que, de certa forma, seu corpo trans une e reúne. O terceiro território, que une os dois primeiros, é aquele que denominamos território sensível.

Assim, é através das histórias que Julia formulou, confidenciou e me contou, durante o período em que andamos juntas pelas ruas do Porto e do Rio de Janeiro, que pude perceber suas experiências e vivências nos territórios geográficos/físicos. Nas ruas, das duas cidades percorremos caminhos que permitem perceber a transformação dos territórios pelos passos que constroem caminhos do sensível. No território luso, deu-se o nosso encontro na cidade do Porto, no qual aparecem com destaque os sentimentos de esperança e desesperança. No território brasileiro, a cidade do Rio de Janeiro, o reencontro dela com a família, a cidade, a “cena” LGBTQIAP+, os espaços da rua, a volta depois de anos

209 Entre os trabalhadores de sexo e os personagens desviantes da noite, o nome torna-se alcunha que é popularmente referenciado como “nome de guerra”.

fora do país, a eminência e o fim. O sonho da volta frente ao retorno de uma vida que se esvaiu.

É desses cenários que este texto trata. Sendo assim, faz da interpretação de um diário de campo a reconfiguração geográfica de uma vida, síntese de um território trans, a principal metodologia. Seguimos Julia por quatro meses na cidade do Porto. Na sua volta ao Brasil, o reencontro se deu em março de 2023 e continuamos a sequência de contatos, quase diariamente, durante mais sete meses. Desses encontros, das conversas, dos passeios ao ar livre nas ruas das duas cidades nasce cenários geográficos sensíveis que serão objeto de reflexão neste texto.

Como questão de fundo que atravessa a pesquisa sobre as trabalhadoras de sexo transexuais que vivem no Rio de Janeiro e no Porto, em Portugal, objeto de projeto de pós-doutoramento, o objetivo é relacionar a questão do envelhecimento desse grupo com a forma como a idade interfere na produção do sujeito trans, que transfigura o tempo na própria experiência de vida cotidiana. Quem são essas idosas? Como lidam com o cotidiano de um corpo retransfigurado pelo tempo e pela experiência trans? Como as que vivem o território diaspórico da imigração se conectam com o espaço onde vivem? A transitoriedade é percebida quando vivem a diáspora migratória? Estas perguntas permeiam a pesquisa mais ampla.

O território é, portanto, percebido como produtor de normas e parâmetros culturais que interferem, na nossa hipótese, na maneira como essas idosas reelaboram a existência num território considerado outro. Mas para além do território espacial, há que se considerar o território do sensível, já referido anteriormente, que pode se manifestar nas histórias que contam e que reconfiguram as suas próprias existências.

Como objeto empírico privilegiado, propomos, portanto, seguir Julia, personagem síntese metonímica de um grupo mais amplo. O cotidiano desta mulher trans e seus passos começaram a ser seguidos ainda na cidade do Porto, em Portugal, como já apontamos. Sua vida, seus anseios, seus medos, revelam uma geografia da experiência ou da existência desta mulher que trabalha com sexo para sobreviver.

Um ano depois, ao chegar ao Rio de Janeiro, segue novos caminhos, tem outros anseios, revela outros desejos. Até que ponto o território de sua memória (já que é nascida no Rio de Janeiro) interfere na forma como se conecta com um espaço que deixa de ser meramente geográfico e passa a ser de uma memória existencial?

Se pensarmos o grupo - transexuais brasileiras no Porto - não a partir de uma visão que amalgama, mas como possibilidade teórico-metodológica de delimitação, temos que enfatizar qual o lugar a partir do qual o olhar que direcionamos para este grupo pode ampliar a sua própria abordagem.

Esta percepção teórica não é apenas importante porque “permite a teorização sobre grupos com opressões múltiplas e simultâneas” (Nogueira, 2017), como é o caso do grupo escolhido, mas sobretudo porque este tipo de análise evita ou previne a essencialização das categorias, percebendo em um mesmo grupo, metodologicamente construído pelo olhar do pesquisador, especificidades, histórias de vida, experiências próprias. Capturando as diferenças, consegue-se perceber vários níveis de opressão.

A políticas identitárias devem ser vistas também como projeto político de amalgamar, muitas vezes para normatizar, aqueles que são nomeados por uma designação comum. Como enfatiza Preciado, em relação ao feminismo, a proliferação de teorias e estratégias naturalizaram a noção de “mulheres”, produzindo, a rigor, a normatização do sujeito que querem liberar. Assim, acrescenta ele: “o feminismo cria seus próprios excluídos, mulheres não brancas, trabalhadoras sexuais, lésbicas, usuárias de drogas, chicanas, mulheres transexuais e transgêneras, mulheres deficientes, imigrantes”. E conclui: “todos esses sujeitos subalternos ao feminismo produziram os seus próprios movimentos durante o século XX” (PRECIADO, 2018, p. 9).

A pesquisa mais ampla tem ainda como objetivos observar as mulheres transexuais no espaço de origem e nos territórios diaspóricos, como se constituem como grupo, que estratégias cotidianas desenvolvem, enfim, como elas se veem

e são vistas. Que tipo de ação pública é direcionada a elas? Que diferenças e semelhanças podem ser estabelecidas (se é que podem?²¹⁰) entre o que ocorre no Brasil e em Portugal em relação à população transexual? Haveria diferenciação entre os modos de olhar (oficiais e oficiosos, as imagens públicas dos transexuais, por exemplo) para prostitutas e transexuais? O que é ser transexual, na condição de migrante, e a maioria das vezes de maneira irregular?

O objeto de estudo, portanto, de maneira geral, é a população trans em trabalho sexual nas ruas em dois territórios geográficos distintos. Interessa-nos conhecê-las e perceber como seus passos pelas ruas da cidade podem revelar a condição de duplo estrangeiro: de trans e de imigrante.

É preciso pensar que os corpos nas ruas expressam, como enfatiza Butler (2018, p. 13), a própria existência. O espaço público enquanto local de visibilização e de atuação produz ações de exercício de liberdade. Corpos se unem “para expressar sua indignação e para representar sua existência plural no espaço público”. E quando se unem,

210 O Brasil é o país do mundo que mais mata transexuais no mundo. Segundo os dados estatísticos Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), desde o ano de 2008 o Brasil se manteve em primeiro lugar no ranking mundial de assassinatos de pessoas trans. Em 2020, foram 175 pessoas trans assassinadas, e somente nos quatro primeiros meses do ano de 2021 foram registrados 56 assassinatos – sendo 54 mulheres trans/Travestis e 2 homens trans/Transmasculinos (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2021).

“eles também estão fazendo exigências mais abrangentes: estão reivindicando reconhecimento e valorização, estão exercitando o direito de aparecer, de exercitar a liberdade, e estão reivindicando uma vida que possa ser vivida” (Butler, 2018, p. 33).

A metodologia adotada neste artigo interconecta a experiência de conviver em várias situações com a personagem síntese do trabalho. Na pesquisa mais ampla, serão ainda realizadas entrevistas em profundidade com algumas transexuais idosas. O caráter imersivo da pesquisa destaca-se fazendo da metodologia possibilidade viver com o outro em diversos espaços de significação de sua vida. A opção por um personagem que seria uma espécie de sujeito símbolo de um grupo permite também o aprofundamento da relação pesquisador/pesquisado, ampliando o escopo de reflexão.

Conversando, andando e observando, com Júlia

Nas linhas geográficas que atravessam a pesquisa (Brasil – Portugal), há um desvio em outra parte da Europa – a Itália-, onde se encontra a pessoa que me passou o contato de Julia²¹¹. Começa assim os passos, caminhos e observações que fundam o primeiro território, o luso, atravessado sempre pelo território sensível.

211 Manuela (nome fictício), que me deu o contato de Julia, é uma mulher transexual, cafetina e que há de trinta anos vive na Europa.

O primeiro contato, via WhatsApp, com Julia, a primeira descoberta que, pelo estranhamento, revela o desconhecimento de um território: são mulheres que não se fixam, estando sempre em estado de circulação. A cada semana estão numa cidade diferente em Portugal. “Nosso trabalho tem que ter novidade, carne nova na praça, não dá para acomodar em um único lugar, se é que você me entende” (Grifos nossos).

O território circulante não tem fronteiras, nem se configura como lugar: é móvel, contínuo, se estende um lugar ao outro, num intercâmbio que produz paisagens múltiplas, diferenciadas e híbridas. A necessidade de oferecer “carne nova” produz um território permanentemente de passagem, a falta da casa, do pouso, do ponto fixo. O território trans no território luso revela a desterritorialização geográfica e a construção de uma nova geografia da ordem do sensível.

Um mês após a nossa conversa inicial, recebo nova mensagem de Julia avisando que estaria por dez dias na cidade do Porto. Ela mesma agenda o encontro, determinando dia, horário e local. Era uma manhã chuvosa, e as 10 horas, numa confeitaria tradicional da cidade, aguardava a sua chegada. Ela me enviou mensagem dizendo que estava a caminho, vestida com um moletom cinza estampado com personagens da Disney.

O encontro poderia ser marcado pelo estranhamento: afinal existiam diversos fatores contribuindo para isso, como,

por exemplo, o fato de eu ser uma mulher cis, que, enquanto uma vivia confortavelmente na Europa, pesquisando, se confrontava com outra que tinha uma vida baseada na insegurança e vulnerabilidade. Eram muitos contras, mas o primeiro encontro foi de cumplicidade. Ao rever, pelos trabalhos de memória, a cena, percebo que ambas viviam situações diferentes, mas que havia pontos de contato: eram estrangeiras e buscavam escutas, uma como pesquisadora e a outra como mulher que trilhava um caminho duro e solitário em Portugal.

Ao chegar na confeitaria, Julia, faminta, pede dois croissants e uma média, enquanto informa que trabalhou muito na noite anterior. Durante quatro horas partilhamos histórias. Enquanto comia, com sofreguidão, me analisava com olhar firme: “como você é bonita, parece muito com aquela atriz brasileira, a Françoise Fourton”. Timidamente agradei e compreendi que estávamos estabelecendo uma vinculação e admiração mútuas.

Sua chegada à Europa aconteceu no final da década de 1990: primeiro na Itália, onde sofreu repressões, perseguições, passou frio, fome, violência, mas continuou. Ainda não havia realizado sua cirurgia de redesignação sexual, vivia o processo de transição hormonal, com aparência forte, entre o masculino e o feminino, um dos fatores prejudiciais para a sua primeira estadia. Descreve as pessoas que fazem

cafetinagem como sugadoras de alma, e durante muitos anos viveu sob jugo do que ela intitula corja do mal: “pessoas que ganham dinheiro com exploração do corpo alheio”.

Em meio às inúmeras dificuldades, retorna ao Brasil, carregando a desesperança. Esperou seis anos na fila do SUS para realizar sua cirurgia e que foi o pai que lhe mostrou um anúncio no jornal *O Dia* divulgando a vaga de cirurgia no hospital Pedro Ernesto, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mais alguns anos se passaram até que conseguiu fazer sua transição e decidiu retomar o velho sonho de ganhar, novamente, a vida na Europa.

Na nova temporada, chegou na Espanha e, na sequência, foi para Portugal. Explica que uma pessoa que escolhe enfrentar o mundo e ir em busca da sua verdadeira identidade - ser mulher-, não consegue emprego em outra coisa a não ser como profissional do sexo. “Eu gosto de sexo, se não ficaria difícil trabalhar com isso. Mas ando cansada, tenho buscado outros caminhos, a idade pesa e não aguento mais rodar por esse país com uma mala”. Mas as tentativas de mudar de profissão foram frustradas. E continuou rodando e arrastando sua mala, espécie de símbolo da sua própria desterritorialização.

Sua vida literalmente de passagem, materializando a desterritorialização, se coadunava com o que lhe era atribuído. Como afirma Sara Armed (2022, p. 188), as/os trans, são “todas/os, num sentido profundo, residentes temporárias/

os. Chegamos a um mundo só para partir novamente. A vida é o que vem e o que vai e o que acontece no meio. Passamos por um mundo”.

Quando estamos de passagem, algumas/ns de nós são paradas/os e questionadas/os. Para passar, você pode ter que ir em outro sentido: passar-se por algo. Pode ser que nos parem se não conseguimos passar. Aqueles que não são parados podem ser considerados os residentes certos; tornam-se residentes permanentes, mesmo que não haja nada permanente em sua residência” (Ahmed, Sara. 2022, pg.188).

As mulheres transexuais estão sempre com a sua legitimidade sendo contestada, um corpo que não reside na sua casa de origem. São corpos abjetos, sem adequação às regras, as normas e por isso precisam de tantas intervenções. Em especial, as mulheres transexuais idosas esbarram no corpo que se degenera com a idade: o corpo se desterritorializa mais uma vez. Chega um determinado momento em que tudo que produziram de efeito no corpo, passa a se perder. Assim iniciam outro embate: o da manutenção do corpo jovem. Em seus últimos meses na Europa, Julia passou por situações difíceis, mas, ao chegar no Brasil, pegou todo o dinheiro que conseguiu trazer e entregou em uma clínica de estética, na Barra da Tijuca para poder “remodelar o corpo”.

Chamou-me a atenção no primeiro encontro o fato de carregar permanentemente dois celulares. A partir do final da manhã começa a receber as ligações dos fregueses. Pergunto o motivo de ter dois aparelhos, aponta para o telefone rosa e diz: “esse é para o anúncio de mulher transexual, o fato de ser operada desperta o interesse. Os homens portugueses querem sempre saber como é com as operadas. Você vai perceber que recebo mais chamadas nesse aparelho”. E continua explicando que o outro aparelho, de cor branca, é para os anúncios de mulher cis.

Questiono se ela trabalha nas ruas, outra hipótese que se desmancha. Em especial após a pandemia, as profissionais do sexo não iam para rua por questões de segurança. A captação de cliente se faz pelos anúncios divulgados via internet e me mostra o site em que anuncia seus serviços. Para isso desembolsa por semana dez euros. Nos anúncios, as fotos nunca deixam verdadeiramente sua fisionomia à mostra: está de costas, por vezes usa avatares, figuras de personagens infantis como Hello Kitty, Minie e Barbie, isso tanto no site, como no perfil do WhatsApp.

Enquanto relata seu cotidiano de trabalho, Julia percebe meu olhar se desviando para a mesa atrás dela. Num reflexo, vira o corpo com toda a força e olha fixamente para um grupo de três senhoras portuguesas que estava comentando sobre nós. Quando meu olhar escapa, escuto: “o que essa menina

está fazendo com uma figura dessas nesse lugar de família”. O olhar fuzilante de Julia para as senhoras faz com que elas peçam rapidamente a conta. Compreendo que todos os seus sentidos têm que ficar o tempo inteiro em plena atenção como forma de defesa.

A narrativa sobre sua história de vida só era interrompida pelas chamadas nos telefones: naquela manhã acompanhei todas as ligações dos clientes, o modo como negociava e marcava os programas. Comprovei que, de fato, o telefone rosa – o do anúncio da mulher operada –, tocava mais do que o branco. Muitos clientes ligavam primeiro para o rosa e depois para o branco, para comparar valores. Naquela manhã agendou três clientes e me disse que precisava comprar um batom, se eu poderia ir com ela.

Nos dirigimos para a principal rua de comércio da cidade, continuando a conversa, quase sob a forma de confidência. Fomos ao shopping, entramos na loja de maquiagem, trocamos dicas de produtos e juntas escolhemos um batom vermelho. A partir desse primeiro encontro, quase todos os dias, nos falamos. Até hoje tem sido assim. Tivemos mais outro encontro presencial ainda em Portugal.

Era janeiro de 2022 e eu já estava quase retornando ao Brasil. Júlia marcara no mesmo shopping. Lá, me pergunta se poderíamos ir outro shopping, do outro lado da cidade, pegando o metrô. Explica que tem que comprar uma mala e que precisaria ir a uma loja mais barata.

Diferente de outras profissionais do sexo, independente de ser mulher transgênera, mulher cis ou homem, Júlia não tinha uma casa fixa, um lugar onde aportar entre uma cidade e outra. Por estar sem documentação, não tinha muito como transitar por outros países: o máximo que se distanciava era até cidades fronteiriças entre Portugal e Espanha.

Numa briga com uma cafetina teve todos os seus documentos rasgados.

Ao trabalhar o conceito de conforto, Ahmed (2022) enfatiza que para as pessoas que estão enquadradas numa dada normatividade social a rua será sempre confortável e adequada. A rua não é confortável para os vulneráveis, esses precisam se adequar as suas regras. A rua que antes era local de trabalho para Julia, passa a ser cada vez mais o lugar do medo, dos olhares, dos julgamentos.

Nesse nosso encontro eu tinha novidades: havia conhecido uma pessoa que poderia ajudá-la com a documentação para retornar ao Brasil. Ela sempre me dizia do desejo de ver seus pais e irmãos. Afinal tinha nove anos que não conseguia sair da Europa. Julia, me puxou pelo braço e perguntou: “podemos ir de braços dados? Eu gosto de andar assim com minhas amigas na rua”.

Andar de braços dados com Júlia encena um enfrentamento à rua, as regras impostas pela sociedade: confrontar com aqueles que tentam regular e controlar o espaço público.

Estar com ela é ser autorizada por ela a experimentar um lugar de desconforto, o mesmo que certamente ela enfrenta pelo simples ato de existir. Simbolicamente ao caminhararmos juntas, de braços dados, estabelecemos um elo de cumplicidade em que a luta travada por Júlia pelo direito de existir é também a minha luta.

O corpo em transição se envolve em lutas entrelaçadas: para mudar, para ser reconhecido, para não despençar, na luta contra o envelhecimento. O corpo monstro (Preciado, 2022) que diariamente enfrenta essas lutas não é somente o do discurso, da troca de pronomes, mas o material em que é preciso injetar hormônios, consumir medicações, passar por inúmeras intervenções cirúrgicas.

Não se trata de um jogo banal de palavras falar sobre corpos que importam/corpos materiais [bodies that matter] nesses contextos clássicos, pois ser material significa materializar, se compreendermos que o princípio dessa materialização é precisamente o que 'importa' [matters] sobre aquele corpo, sua própria inteligibilidade. Nesse sentido, saber o significado de alguma coisa é saber como e por que ela importa, sendo que 'importar' significa ao mesmo tempo 'materializar' e 'significar' (Butler, 2019, pp.63-64).

Ao descrever os corpos que vivem em transição Preciado (2022) intitula-os de monstro. "Aquele cujo rosto, corpo e

práticas não podem ainda ser considerados verdadeiros em um regime de saber e poder determinados” (p.36). Julia é esse ser que mantém a sua subsistência com o “corpo monstro”. Tal como descreve Preciado, Julia também não é heroína, somente carrega o desejo de viver. “Não há nada de heroico nesse processo. Não sou um lobisomem nem tenho a imortalidade de um vampiro. Meu único heroísmo era o desejo de viver, a força com a qual o desejo de mudança se manifestava e se manifesta ainda hoje em dia” (Preciado, 2022, p.41).

(...) qualquer experiência transexual é estritamente singular, sendo impossível sua apreensão a partir da generalização psicológica, seja ela a mais sofisticada que for. Isso porque para cada sujeito o que está em jogo é uma constelação simbólica única, exclusiva, impossível de ser repertoriada como um fato psíquico geral (JORGE e TRAVASSOS, 2018, p. 18).

Diferente do primeiro encontro, no segundo, o trabalho estava para ela escasso. O telefone quase não tocou, ela desanimada com a proximidade do território da nova guerra (a da Ucrânia) e a recessão que já era uma realidade em Portugal. Seu desejo de regressar ao Brasil tornara-se mais forte. Acreditava que uns meses junto com a família lhe faria bem.

Território de reencontros

Em abril de 2023, recebo uma ligação de Júlia emocionada: havia conseguido, finalmente, comprar as passagens para retornar ao Brasil. “Farei uma verdadeira maratona, mas vou retornar ao meu país”.

Foi de ônibus de Vigo, na fronteira da Espanha com Portugal, até Lisboa. De lá, pegou o avião até Madrid e de Madrid (já que não podia sair por Portugal por estar ilegal no país) para o Rio, depois de 16 horas de espera na Espanha. Combinamos um encontro assim que chegasse ao Rio.

A cada movimentação recebia uma mensagem me atualizando, áudios compartilhando medos, afinal teria que passar pela imigração depois de anos como ilegal na Europa. Sua chegada no Brasil não aconteceu como idealizara: seus familiares não foram buscá-la no aeroporto, não teve uma recepção calorosa e percebeu que não estava mais incluída no cotidiano da família.

Nas semanas que se seguiram trocamos muitas mensagens, sempre como teor de desabafo. Sua maior decepção foi com a mãe, que a partir do seu regresso fazia questão de chamá-lo pelo nome de batismo, firmando sempre seu gênero de nascimento. Mas não era só em Portugal que Julia circulava sem documentos: no Brasil também não tinha identidade, cadastro de pessoa física (CPF). Restava

apenas a velha carteira de trabalho. Júlia desterritorializada permanecia no seu território de origem.

No Rio, nos reencontramos em maio: acompanhei-a numa peça de Suzy Brasil (um transformista famoso) na sede da turma OK²¹². Marcamos na entrada do clube, às 19 horas. Ela viria do Méier, subúrbio do Rio de Janeiro. Durante o seu percurso até a Lapa, ia me enviando fotos e relatando o medo, que tinha agora, de andar por algumas partes do centro. “Antes a Lapa era o meu país, agora eu temo cada esquina”. A insegurança transformava o território, tornando-o lugar de desconhecimento para alguém nascido e criado na cidade. No seu território, Julia continuava sem território.

Com o número enorme de pessoas interessadas na peça, os organizadores decidiram abrir mais uma sessão, às 22 horas. Como teríamos que esperar, fomos a um bar. Naquela noite, assistimos a peça e depois nos aventuramos no Karaokê na rua Mem de Sá. Ela sempre pedindo para cantar música em italiano e de cantores populares na década de 1980. Nosso segundo encontro no Brasil, aconteceu numa festa junina LGBTQIAP+ na praça Marechal Âncora, no centro do

212 Fundada em 13 de janeiro de 1961, a Turma Ok é a sociedade civil, sem fins lucrativos de sociabilização LGBTQIPN+ em atividade no Brasil e no mundo. No início funcionava nos apartamentos de seus membros com o intuito de fazer cultura através do transformismo. Sua primeira sede foi na Rua do Resende na Lapa – centro do Rio de Janeiro, atualmente fica situada na Rua dos Inválidos no 39, na Lapa. Para mais informações: <https://midianinja.org/news/turma-ok-o-mais-antigo-clube-lgbtqia-em-atividadeno-mundo/>.

Rio. Depois desse, mais outro. Depois outros. Sempre festas, sempre territórios de alegria. Mesmo que sejam, quase sempre, passageiros.

Considerações Finais

O meu encontro com Julia passou a ser o que Butler (2016) afirma ser uma “tarefa do ativismo trans”, o de se sentir inserida, ter prazer apesar de todas as adversidades. Desde que nos conhecemos, Julia sempre me convida para fazer algo que possa produzir prazer a ela: ir a uma festa para dançar, cantar no karaokê, assistir a um show de transformista, ir à praia. Na Europa vivia em grande solidão, mas no Brasil ela tem reencontrado amigos de longa data. A alguns procura me apresentar.

A sua luta para ser uma mulher transexual idosa é constante e esbarra na desterritorialização permanente de sua vida. A busca pela origem, a volta a sua cidade não significou uma reterritorialização. Muito pelo contrário.

Mas existe na luta permanente pelo reconhecimento uma inclusão de uma territorialidade sensível que a impele a continuar. Como diz Butler (2016) a tarefa do ativismo trans é “seguramente a de fazer com que respirar seja mais fácil, obter reconhecimento quando necessitamos tê-lo, uma vida que possamos afirmar com prazer e alegria, mesmo em meio as dificuldades” (p. 24).

Certamente, nós buscamos reconhecimento neste mundo de maneira a existir enquanto sujeitos social, participando em mundo comum. Ao mesmo tempo, nós sabemos que não há reconhecimento perfeito neste mundo. Isso não significa que devemos deixar de lutar por reconhecimento, mas que compreendamos o reconhecimento precisamente como uma luta constante. Nós demandamos reconhecimento não somente pelo que somos, mas por nossa capacidade mesma de autodeterminação, nossa reivindicação de igualdade e de liberdade” (Butler, 2016, p. 28)

Espera-se com este projeto adensar as reflexões em torno da questão da memória em correlação com a questão do envelhecimento, explorando territórios de significações os mais diversos, levando a um melhor conhecimento do cotidiano deste grupo que sofre todo o tipo de violência numa sociedade conservadora como a brasileira. Este conhecimento pode significar a proposição de políticas públicas mais eficazes para estes sujeitos em situação de extrema vulnerabilidade.

Por último, gostaria de enfatizar o vínculo deste trabalho com o Grupo de Pesquisa Geografias da Comunicação: a compreensão do espaço como lugar em que o comunicacional se articula com estas diversas dimensões dos territórios de vivências, produzindo sentidos e, ao mesmo tempo,

articulando o comum humano, no sentido atribuído por Muniz Sodré (2014). Este olhar nos permite ampliar a concepção de território para além dos lugares evidentes, colocando também memória e cotidiano como dimensões importantes das espacialidades.

Referências bibliográficas

Ahmed, Sara. **Viver uma vida feminista**. São Paulo: UBU editora, 2022.

Butler, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo; n-1edições, Crocodilo edições, 2019.

Colling, Leandro (ORG). Dissidências sexuais e de gênero. In: Butler, Judit. **Corpos que ainda importam**. Salvador: EDUFBA, 2016.

Jorge, Marco e Travassos, Natália. **Transexualidade**: o corpo entre o sujeito e a ciência. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

Moira, Amora; Rocha, Márcia; Brant, T e Nery, João. **Vidas trans**: a luta de transgêneros brasileiros em busca de seu espaço social. Bauru, SP: Astral Cultural, 2017.

Preciado, PAUL. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

Capítulo 32

Cazuza em sua ideologia: como a mídia impressa consagrou o artista como agente político e a partir do seu primeiro álbum após a descoberta da AIDS/HIV²¹³

João Maurício Maturana Ferreira²¹⁴ (UFRJ)

Transcendendo gerações e tocando até mesmo aqueles nascidos muito depois da sua morte, Cazuza se tornou um dos maiores nomes da música brasileira, e um dos artistas mais consagrados no chamado BRock (rock brasileiro). No entanto, ainda é escasso o volume de literatura acadêmica a respeito do cantor.

“Exagerado”, “ladrão”, “bicha” e “maconheiro”, o artista era tudo que a sociedade mais reprimia, e tudo o que ela mais queria libertar. Ele ajudou a escrachar um lado oculto do povo brasileiro, ao criticar a hipocrisia da sociedade em faixas como “Brasil” e “Ideologia”. Sua música foi um retrato direto da sua personalidade polêmica, extravagante, impulsiva e revoltosa.

213 Trabalho apresentado no GT 5 - Mídia e Dimensões do Tempo- Subjetividades e Identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo - 2023

214 Graduando de Jornalismo na Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (ECO - UFRJ) e-mail: joao.mauricio.maturana@gmail.com

O questionamento a ser feito neste trabalho, todavia, é a respeito de sua atuação política. Se hoje - como foi no passado - suas músicas ecoam por diferentes ideologias, sendo usadas por fins partidários e ideais subversivos, e sua própria existência carrega uma forte carga de representatividade para a população LGBTQIAP+, andrógina e portadora do vírus da AIDS/HIV, como ele era visto pela imprensa na época do lançamento de dois dos seus discos mais aclamados da sua carreira?

Pensando nisso, o presente artigo se debruça sobre questões tangentes à produção artística e construção da narrativa midiática acerca de dois álbuns do artista, “Ideologia” e “O Tempo Não Para”. Cazuza era realmente um agente político? Se não, por qual motivo? Se sim, o que justificaria isso?

Para investigar tal problemática, foi feita uma análise a partir da repercussão a respeito da produção, lançamento e divulgação dos discos nos jornais O Globo, Folha de São Paulo, Jornal do Brasil e O Estado de São Paulo, conhecidos por serem os periódico diários impressos de maior tiragem nacional, fazendo um recorte para os anos de 1988 e 1989, período em que houve a produção, divulgação e repercussão imediata dos LPs em questão.

A fim de completar essa missão, foi utilizado o acervo oficial dos jornais e, também, da hemeroteca digital, buscan-

do pela palavra-chave “Cazuza” e filtrando de forma temática as notas, notícias, reportagens, críticas e entrevistas que fossem pertinentes ao tema. Tudo isso rendeu uma amostra de 419 textos cabíveis de análise.

Já é sabido o poeta se mantém vivo por meio do seu bloco de Carnaval contemplado anualmente, intitulado “Bloco Exagerado”, pelas suas músicas que caíram no gosto popular, e também pelas referências adotadas pelos novos nomes da música brasileira - o que agrega exemplos como Jão fazendo um tributo ao cantor no seu show no Rock in Rio 2022 e no Prêmio Multishow que aconteceu no mesmo ano; o disco em homenagem ao que seria aniversário de 65 anos de Cazuza, que contou com participações de Silva, Thiago Pantaleão e Luiza Martins; entre outros. Mas e quanto ao seu impacto para a política nacional? Será que ele existe?

O artista surgiu com o Barão Vermelho, em pleno auge do rock brasileiro na década de 1980. Nesse período, a juventude buscava por um novo som que representasse seus ideais e rompesse com valores impostos pelas gerações anteriores, como explica Afonso (2016)

A nova realidade político-social, proporcionada pela Abertura, associada com uma maneira de pensar inédita da juventude brasileira na década de 1980, que produzia uma nova forma de intervenção cultural, fez com que se desenvolvesse um novo rock brasileiro, diferente de tudo o que se havia feito

antes. Mesmo sem o objetivo de viverem apenas de música, as bandas não buscavam a marginalização da década de 1970 (Afonso, 2016, p.65).

Em seguida, descontente com sua limitação quanto grupo e a fim de se desprender das amarras da cooperatividade em busca de um som cada vez mais autoral, o filho de Lucinha e João Araújo decide seguir seus próprios passos. No seu terceiro álbum de estúdio, Cazuza surge com um novo som. Ele se arrisca ainda mais em gêneros para além do BRock e temáticas que saem da sua própria individualidade.

É importante destacar, desde já, que foi mais do que sua ávida vontade por coisas novas e sua impulsividade em ir cada vez mais longe que o fez explorar um outro percurso musical. Ao final do ano de 1987, ele descobriu ter AIDS e ser portador do vírus HIV. Coincidentemente, ou não - como veremos ao longo da monografia -, essa descoberta fez o artista tomar um lugar reflexivo, a respeito da sociedade, de si mesmo e da própria finitude da vida.

Ainda que toda a imprensa repercutisse a teoria (certeira) de que o cantor estava doente, demorou até que o mesmo assumisse sua condição a público. Quando o fato aconteceu, a mídia, no geral, assumiu duas posições antagônicas: de um lado, a doença de Cazuza foi o que os conservadores precisavam para atestar seu preconceito contra os seus costumes - com isso, leia-se personalidade

polêmica, vício assumido em bebida e outras drogas e, claro, sua bissexualidade e vida sexual -; do outro, decretou-se a morte civil do cantor (Daniel, 2018), garantindo grande compadecimento e compaixão por parte da sociedade e da classe artística no geral.

Sua nova urgência pela vida se refletiu no seu primeiro álbum após descobrir a doença, “Ideologia”, no qual desbravou as profundezas do tabu em torno da “vida louca e breve”, ao versar sobre morte, melancolia, sociedade, tempo e a própria vida, assim como no registro sonoro da sua turnê, o LP “O Tempo Não Para”.

Análise da repercussão midiáticas dos álbuns “Ideologia” e “O Tempo Não Para”

“Ideologia” foi considerado por boa parte da crítica especializada como o melhor trabalho de Cazuzá. Na época, destacaram o fato do cantor conseguir explorar sua subjetividade, atravessada por todos os conflitos pelos quais passava na sua vida pessoal, na mesma medida em que refletia sobre o mundo ao seu redor. “Não que não me considere mais cronista da minha tribo, mas é que a minha tribo aumentou” (Cazuzá, 1988, p.3).

É um soco na emoção do ouvinte. O terceiro elepê solo de Cazuza, 'Ideologia', não é mole. Lançado com atraso, devido aos graves problemas de saúde que o artista teve no final do ano passado, e que foram devidamente registrados nesse disco a partir da faixa título, consolida a marcante atuação do cantor desde sua saída do grupo Barão Vermelho, quando passou a trilhar caminhos solos (Aragão, 1988, [s.n.]).

Segundo Afonso (2016), a partir do momento em que o cantor descobre que é soropositivo, ele muda radicalmente sua forma de pensar e interagir com o mundo, o que afeta diretamente suas letras.

Devido ao preconceito e o despreparo da medicina para lidar com essa doença, os portadores acabavam isolados devido ao medo da contaminação. Nesse período as suas composições passam a demonstrar sentimentos como medo e impotência, gerados devido à proximidade de uma morte iminente, mostrando como as experiências de vida afetam diretamente a produção do artista (Afonso, 2016, p.136)

A crítica do Jornal do Brasil sobre o álbum, por exemplo, classifica Cazuza como “poeta romântico do absurdo e do exagero” e defende a maturidade do projeto, que busca auto referenciar o criador e seu estado em músicas como “Boas Novas”, na qual canta: “Eu vi a cara da morte e ela estava

viva”, e na faixa-título do disco: “Meus heróis morreram de overdose, meus inimigos estão no poder”.

E a opinião do crítico Alberto Villas, do jornal Estadão, confirma:

Seria tolice afirmar que o terceiro LP solo de Cazuzza - *Ideologia*, lançamento Polygram - não tem grandes novidades. Tem e muitas. Cazuzza, ao lado de Lobão e Evandro (a mídia praticamente ignorou seu último ótimo LP), é a estrela-revelação da música popular brasileira dos anos 80. *Ideologia* é música e poesia. De boa, de ótima qualidade (Villas, 1988, p.3)

Na biografia “Só as Mães São Felizes”, Lucinha Araújo conta os bastidores da produção desse projeto.

Uma urgência febril tomou conta de meu filho depois de escapar da última crise, no CTI do New England Medical Center. Consciente de que seu tempo era curto, Cazuzza não queria desperdiçar as energias conquistadas a duras penas e a melhora visível que o medicamento AZT lhe proporcionou no começo do tratamento (Araújo, L., 1977, p.83)

Ainda que não tivesse ido à público anunciar o verdadeiro diagnóstico da sua doença, Cazuzza deixava claro como tal período influenciou na sua produção artística. As letras e melodias de “*Ideologia*” reforçam isso, de modo que

os meios de comunicação enalteceram o cantor por sua coragem em adotar um novo rumo musical, distanciando-se do seu conhecido rock para se aproximar do blues e da MPB, e versar sobre temas mais abrangentes e socialmente relevantes. Destacando, ainda, que, ao explorar a doença nas suas canções, o artista lutava não só pela sua vida, como também pela vida cível de todas as pessoas com AIDS e HIV.

O doente de Aids carrega consigo os estigmas que marcavam grupos já marginalizados e discriminados, como os homossexuais e os usuários de droga. Tudo isto leva o doente a um processo de clandestinização. Além de se ver afetado por uma doença grave, ter de vivê-la solitária e clandestinamente é a pior tragédia que pode ocorrer a uma pessoa com Aids. Para combater a morte civil, o doente tem de romper com as barreiras da clandestinidade. Acredito que todos nós temos de nos curar da vergonha, da culpa e do medo. Por isto, é necessário que as pessoas com Aids não se escondam. Mostrem-se como são. Falem de sua situação. Formem grupos de auto-ajuda e participação social. Esses grupos, destinados a combaterem a morte decretada da clandestinidade, não servirão apenas para terapia de seus membros. Servirão, principalmente, como terapia para uma sociedade que adoece com a discriminação que cria o que a Organização Mundial de Saúde chama de “Terceira Epidemia de Aids”^{3/4} a epidemia do pânico e dos preconceitos (Daniel, 2018, p.23)

“O Tempo Não Para” leva todo esse sentimento, reflexões e críticas do disco para os palcos.

O sumo do pontífice do rock dilacerado, jogado aos seus pés, exagerado: gravado ao vivo o disco “O Tempo Não Para” (PolyGram), de Cazuza, amarra a essência da obra do lancinante letrista. A captura da passagem voraz do tempo, as adversidades do capitalismo selvagem, conflitos amorosos sem misericórdia (Souza, 1989, p.2)

Para a Folha de S.Paulo, a jornalista Ana Carmen Foschini destacou a nova “fase do banquinho” do artista, no qual ele passou a se apresentar sentado nos seus shows, devido à fragilidade que desenvolveu a partir da doença, mas ressaltou o caráter íntimo que a turnê inédita trouxe para suas apresentações.

O cantor e compositor parece ter encontrado na reflexão sobre a morte e seus arredores um equilíbrio entre o mundo exagerado de “sex, drugs and rock’n’roll” e a tradição da MPB, recuperada principalmente na interpretação. (Foschini, 1989, p.10)

Sua coragem em expor seu frágil estado de saúde, enquanto resiste por meio da arte cativou o público e a crítica. O jornal Globo reconheceu Cazuza como uma

“unanimidade” e afirmou que o show em questão foi um dos que mais apresentou com clareza ao público a múltipla personalidade do artista. “Seu espelho multifacetou-se com nitidez: havia, sim, espaço para o poeta de intuição blues, o viajante da estrada rock and roll e a promessa da MPB” (FOSCHINI, 1989).

Considerações finais

Os textos analisados ajudaram a entender como a mídia criou uma narrativa a partir dos lançamentos dos seus álbuns “Ideologia” e “O Tempo Não Para”, relacionando suas letras e contexto com o diagnóstico de portador do vírus da AIDS recebido por Cazuza no processo de criação do primeiro LP em questão. Além disso, a pesquisa serviu para compreender o porquê dele poder ser considerado um agente político.

Em um período contaminado por uma epidemia de desinformação e preconceito a respeito das pessoas com AIDS e HIV (DANIEL, 2018), abordar questões relativas à vida e reflexões sobre a morte e a hipocrisia da sociedade por meio da música - ainda que de forma implícita - serviram para representar todo um grupo social que havia recebido o diagnóstico de “morto civil”.

Ao olhar para a cara da morte e enxergá-la viva, Cazuza trouxe esperança para mostrar que, mesmo aqueles que

receberam um “óbito provisório”, tem direito de viver, cantar e expressar suas subjetividades através da arte.

Ir na contramão dos estigmas sociais da época e que afetam indivíduos soropositivos até os dias de hoje apresentou um caráter de subversividade com um grande potencial de transformação social.

Os meios de comunicação, por sua vez, compreenderam o caráter dos seus discos e as temáticas tratadas ali. Ao aclamarem tais álbuns e reforçarem o conteúdo das canções e a forma como elas eram atravessadas pelas próprias experiências de Cazusa e transformadas em uma expressão de (mais de) um grupo social, a mídia legitima seu poder de produzir novas possibilidades e desconstruir preconceitos que ela mesma reproduz. Como bem pontuado por Foucault (2002), “O poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção”.

O debate acerca do entendimento de Cazusa como agente político tem muitas camadas, que são limitadas para a conclusão deste trabalho. Afinal, esbarra no entendimento no que é, de fato, política. Ainda assim, o material apresentado fornece bases bem interessantes para pensarmos como a arte pode usar de subjetividades e olhar social para proporcionar reflexões e possíveis transformações no mundo. Do mesmo modo que os meios de comunicação têm o poder de legitimar

o lugar do artista como agente de mudanças e elevar o status de música como entretenimento para objeto de mudança e subversão dos valores, estigmas e padrões sociais vigentes.

Referências bibliográficas

Afonso, Luís Fellipe Fernandes. **O som e a fúria de um novo Brasil: juventude e rock brasileiro na década de 1980**. 198p. Dissertação (Mestrado em História Comparada) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Aragão, D. **Auto-retrato vocal**. O Globo, 21 de abril de 1988

Araújo, Lucinha. **Cazuza: Só as mães são felizes**. São Paulo, SP, Ed. Globo, 1997.

Daniel, Herbert. **Vida antes da morte/Life before death**. Rio de Janeiro: Abia, 2018.

Fausto Neto, Antonio. **Mortes Em Derrapagens: os casos Corona e Cazuza no discurso da comunicação de massa**. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1991.

Foschini, C. **Novo LP de Cazuza fica entre o exagero e a tradição**. Folha de S.Paulo, São Paulo, 08 de janeiro de 1989.

Foucault, M. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. São Paulo: Ática, 2002.

Silva, B. **Cazuza mora na ideologia**. O Estado de S.Paulo, 22 de abril de 1988.

Souza, T. **Poeta à flor da pele.** Jornal do Brasil, 21 de abril de 1988.

Villas, A. **E canta sua filosofia.** O Estado de S.Paulo, 22 de abril de 1988.

Capítulo 33

Transformações nas estruturas temporais e usos do tempo na profissão do jornalista - um breve recorte sobre aceleração social e velocidade²¹⁵

Marcelo BALBINO²¹⁶ (UMESP)

Do natural para o social

Na antiguidade, o tempo surgia como algo que nos era concedido e que se relacionava diretamente com a natureza, medido pelas fases da lua, movimento dos mares ou época das colheitas na agricultura (Giannini, 2012). Um tempo que passava e poderia ser aproveitado, em condição vinculada à natureza e exterior ao homem, como documentado nos estudos de Evans-Pritchard (1978) sobre a tribo Nuer, na África.

Posteriormente, foi criada a necessidade de estabelecer parâmetros via utensílios, como a clepsidra, que surgiu 1500 anos a.C. no Egito (Mays, 2010, p.17). O instrumento, que utilizava a vazão de certo volume de água, anunciava

215 Trabalho apresentado no GT 5- Mídia e Dimensões do Tempo – Subjetividades e Identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

216 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo (PPGCOM/UMESP), bolsista Capes. E-mail: marcelobalbino22@gmail.com

uma orientação e sentido de justiça para a troca da guarda ou julgamentos, proporcionando um tempo igualitário e determinado para seu uso.

No sentido de orientação, também surgiram o relógio de sol, ampulheta ou mesmo os relógios gigantes colocando em várias faces das torres e edificações antigas, como o Orloj em Praga, no século XV. Tais instrumentos permitiam uma leitura de longa distância e poderiam orientar os horários das missas, trens ou tarefas (Giannini, 2012). Principalmente na sociedade ocidental, os ponteiros dos relógios começaram a indicar um modo de vida organizado e social, que privilegiava o desempenho.

A modernidade é produzida pelo capitalismo contemporâneo e dominada pelo princípio do desempenho, sua temporalidade não é a da experiência, do conhecimento, da felicidade; ela é institucionalmente organizada e este é “o atributo mais eminente da dominação” – o que corresponde a um encolhimento do “espaço de experiências” na vida social e de liberdade; liberdade de acesso ao passado e ao futuro como construção de uma subjetividade democrática. (Matos, 2014, p. 455-468).

A partir do progresso científico e dos avanços tecnológicos o tempo passou a ser percebido com uma

importância maior nas ciências sociais. Novos modelos de inserção no tempo e no espaço tornaram o passado unitário e mundial, “utilizando tempo e espaço recombinaados para formar uma estrutura histórico-mundial genuína de ação e experiência” (Giddens, 1991, p.24).

Como multifacetado e múltiplo em suas formas e níveis de expressão, o tempo atua também como medida, sentido, limite, recurso e mercadoria. “[...] o foco no tempo nos ajuda a ver o invisível. Isso torna a nossa visão e compreensão transparentes e mostra que a realidade física de nossas criações, sustenta nossas teorias” (Adam, 1990, p.169).

Atualmente, a diretriz de ser veloz e de utilizar todas as horas do dia já não nos parece mais uma novidade. Ao mesmo tempo, questiona-se qual seria a velocidade ideal, tanto para o trabalho, como para a vida dos indivíduos.

Aceleração Social: a montanha russa imprevisível, irresistível e incompreensível

Na corrida do mundo capitalista, Sevckenko (2004) compara o passado das descobertas e transformações do mundo com a subida de uma montanha russa, que seguia de forma lenta e tranquila, até entrar em um *looping* em que apenas nos deixamos levar e somos conduzidos, pois é grande a velocidade em que estamos.

A aceleração das inovações tecnológicas se dá agora numa escala multiplicativa, uma autêntica reação em cadeia, de modo que em curtos intervalos de tempo o conjunto do aparato tecnológico vigente passa por saltos qualitativos em que a ampliação, a condensação e a miniaturização de seus potenciais reconfiguram completamente o universo de possibilidades e expectativas, tornando-o cada vez mais imprevisível, irresistível e incompreensível (Sevcenko, 2004, p.16-17).

O conceito da modernidade traz o ideal de acelerar e superar o passado, com ou sem pressa, sendo descrito até mesmo antes em “períodos que antecederiam a Revolução Industrial, próximo ao ano de 1750” (Rosa, 2019, p.28-29).

Segundo Rosa, uma sociedade é moderna quando apenas consegue se estabilizar dinamicamente; “quando é sistematicamente disposta ao crescimento, ao adensamento de inovações e à aceleração, como meio de manter e reproduzir sua estrutura”. (Rosa, 2019, p.XI). Para o autor, a tríade de crescimento, aceleração e a concentração das inovações deixa-se compreender enquanto dimensão temporal (aceleração), material-factual (crescimento) e social (adensamento de inovações) de um único processo de dinamização.

Rosa (2019) estrutura a aceleração social a partir de três eixos que se conectam entre si e fazem parte das nossas

vidas: aceleração tecnológica; aceleração da mudança social e aceleração do ritmo de vida.

A aceleração da técnica é descrita principalmente pelas máquinas e processos dirigidos a algum objetivo. Entre os principais exemplos temos o aumento da velocidade dos transportes, redes de transmissão e comunicação. Na aceleração da mudança social o presente se “contrai tanto na política quanto na economia, na ciência e na arte, tanto em relações de emprego quanto nos arranjos familiares, em orientações morais e práticas cotidianas, bem como, com isso, em perspectivas culturais e estruturais” (Rosa, 2019, p.152).

Essa diferença pode ser ilustrada pela história da difusão da inovação: da descoberta do aparelho de radiofusão, no fim do século XIX, até a sua propagação alcançar 50 milhões de receptores, passaram-se 38 anos; introduzida um quarto de século mais tarde, a televisão precisou, para o mesmo feito, de apenas 13 anos, enquanto a internet alcançou em apenas quatro anos 50 milhões de conexões (Rosa, 2019, p.148).

Para agregar outro dado e atualizar a analogia, acrescentamos também que o ChatGPT alcançou 100 milhões de usuários²¹⁷ em janeiro de 2022, apenas dois meses

217 <https://www.infomoney.com.br/negocios/chatgpt-atinge-100-milhoes-de-usuarios-ativos-mensais-em-janeiro-e-vira-o-app-de-crescimento-mais-rapido-da-historia/>

após seu lançamento, tornando-se, até agora, o aplicativo de consumo com o crescimento mais rápido da história.

A aceleração do ritmo de vida é caracterizada pelo aumento dos episódios de ação ou experiência. Em seu formato objetivo, é descrita pelo encurtamento ou mesmo acúmulo de episódios de ação.

Isso significa, por exemplo, a diminuição da duração das refeições, do sono ou do tempo médio de comunicação na família e ainda tentativas de reduzir a duração total, seja de uma visita ao cinema, de uma festividade ou enterro – em suma, reduzir o intervalo de tempo entre o término de uma atividade e o início de outra (Rosa, 2019, p.155).

De acordo com Rosa (2019), tal adensamento de ações provoca uma sobreposição de atividades, que são desenvolvidas de forma simultânea, no conceito chamado *multitasking*.

Aceleração social e jornalismo

O tempo presente é a matéria-prima do jornalismo e “a dimensão temporal não é apenas uma qualidade complementar que as notícias possuem, mas é central para compreender o próprio jornalismo: o jornalismo se funda

no tempo presente como condição para sua realização.” (Franciscato, 2013, p.11).

Considera-se, portanto, o “agora” como importante noção de tempo, na qual acontecem os fatos e a resignificação do passado e do futuro para o relógio atual.

O uso do tempo presente justifica-se pela necessidade de simular a presença do leitor na cena na qual se desenrolaram os fatos. Dessa forma, abundam, no discurso jornalístico, expressões como morre, nasce, sobe, muda etc. Por intermédio desse artifício, tem-se a ideia de que o fato ainda acontece, que o leitor está ligado a ele. Estamos todos, leitores e narradores, naquela cena, ainda sendo tocados por aquela ação. (Dalmonte, 2010, p.328-344).

No caminho da velocidade, Moretzsohn (2002, p. 25-27) observa nos pensamentos de Harvey, Castells e Virilio, a ampliação da escalada de aceleração do ritmo de inovação do produto e da sua obsolescência programada. A volatilidade do descartável mostrou-se capaz de jogar fora não só bens de consumo como valores, estilo de vida, relacionamentos estáveis, apego a coisas e modos de agir e ser.

Virilio (1996) intitulou de Dromologia, a ciência que estuda os impactos culturais e sociais produzidos pelo efeito da velocidade das novas tecnologias. Santaella (2013)

menciona o conceito da ubiquidade, na vertente que coloca a comunicação em todos os sentidos, a partir de todos os lados, alterando assim o antigo papel do jornalista como exclusivo emissor das notícias.

Para Virilio (1996, p.122) a revolução dromológica, qualificada como o estudo dos impactos culturais e sociais produzidos pelas novas tecnologias, em grades proporções relaciona-se diretamente com a imprensa. “O ciberespaço, ou mais exatamente o ‘espaçotempo’ cibernético, surgirá da constatação, cara aos homens de imprensa: a informação só tem valor pela rapidez de sua difusão, ou melhor, a velocidade é a própria informação!”

Castells (2000, p. 69) menciona que “as novas tecnologias da informação não são apenas ferramentas a serem aplicadas, mas processos a serem desenvolvidos. Usuários e criadores podem se tornar a mesma coisa.” Isso significa que também o perfil do profissional é sistematicamente construído a partir dos novos processos de trabalho. Nesse sentido, viabilizados por tecnologias, não é raro encontrar atualmente, no mesmo profissional, atribuições que antes demandavam cargos específicos, como diagramador, fotógrafo, cinegrafista, entre outros.

As mudanças, que alteraram demasiadamente o setor, foram muito mais acentuadas a partir da virada do ano 2000, principalmente pela influência das tecnologias. “(...) a

imprensa, o rádio, a televisão, a internet constituem hoje, no seu conjunto, uma realidade que já muito pouco tem a ver com o que se passava a umas décadas” (Correia, 2006, p.13).

A nova relação temporal, descrita por Moretzsohn (2002, p.34) é, portanto, definida pela natureza do sistema e a finalidade a que se destina ao lidar com a informação. Assim o valor do uso da informação será tanto maior quanto mais acessível estiver o dado (dispendioso para quem o buscou, mas imediato para quem o acessou). “O efeito útil é a realização da comunicação, após o que seu valor se degrada.”

Percurso metodológico das entrevistas

Com o objetivo de entender o impacto da aceleração social foram realizadas entrevistas junto a um grupo de profissionais, seguindo o princípio da diversidade interna (Guerra, 2006, p.46). Buscou-se então variáveis pertinentes, como a opinião de cada um, em face ao objeto (velocidade, aceleração social e questões do tempo).

Ao todo foram entrevistadas 12 pessoas, todas brasileiras, com a faixa etária entre 28 e 60 anos de idade, sendo sete homens e cinco mulheres. Os profissionais escolhidos atuam essencialmente como jornalistas e trabalham em criações de textos (notícias, artigos, livros) e imagens (publicidade, ilustração). Trata-se de um grupo reduzido de entrevistados,

mas cuja densidade das narrativas nos garante uma elevada consistência na construção de reflexões sobre o estudo.

Seguimos o método de amostragem teórica, procurando contatar cada um(a) dos entrevistados(a)s a partir de uma análise prévia das características e da situação em que se encontram. Um dos procedimentos para a escolha dos profissionais entrevistados foi respeitar o princípio da diversidade, abrangendo pessoas que reunissem os seguintes critérios: tempo de experiência na função, tipo de empresa e diferentes segmentos de atuação (rádio, TV, jornal, revista), desenvolvimento de atividade intelectual e criativa, com a necessidade de escrita e preparação de textos. Atendendo ao interesse em aprofundar algumas ideias sobre as transformações associadas a novas tecnologias, juntamos ao grupo entrevistados mais jovens no desempenho do mesmo tipo de atividades.

No processo das entrevistas optou-se em manter o anonimato perante a identidade do(a)s entrevistado(a)s, uma vez que a maioria atua em instituições e empresas e tal contexto poderia inibir as respostas. A medida foi anunciada de antemão para o grupo. Foram oito entrevistas realizadas oralmente (gravadas) e quatro no formato escrito (perguntas e respostas).

O processo total resultou em 522 minutos de gravação e 81 páginas de transcrição (formato Times New Roman,

fonte 12, espaço simples). As entrevistadas foram realizadas individualmente, previamente combinadas. Entre as perguntas destacam-se principalmente: como lidava com o tempo; relato de rotinas; se era cobrado pela rapidez ou qualidade; influência das tecnologias; como se dava seu método de escrita; sente a vida acelerar e como lida com isso, entre outras questões. As perguntas seguiram a mesma linha para todos os entrevistados(a)s.

Após a leitura de todas as respostas foram criadas categorias para a distribuição do material. São elas: 1) Rotinas; 2) Percepção da aceleração; 3) Como lidam com a aceleração; 4) Como se relacionam com tecnologias; 5) Qualidade e velocidade; 6) Transformação da profissão e futuro; 7) Tempo, trabalho e saúde. Ao todo, 12 respostas para cada uma das categorias, considerando o formato de enunciação descrito por Guerra (2006, p.63): “Entende-se a entrevista como um processo. Usa-se sobretudo para entrevistas longas e muito abertas em que se desprezam os aspectos formais da linguagem, centrando-se na análise de conteúdos”.

Alguns resultados

No presente artigo não iremos adentrar no universo de cada resposta da pesquisa, mas sim nos principais resultados e nos cinco pontos que julgamos mais pertinentes após as

entrevistas. A seguir uma tabela e na sequência faremos uma breve análise das respostas, além de alguns cruzamentos com a opinião de autores que se dedicam ao tema da comunicação.

Tabela 1 – Principais Resultados da pesquisa

| Perguntas | Sim (%) | Não (%) | Outro (%) |
|---|---------|---------|-----------|
| Sente o tempo acelerar? | 91,67 | 8,33 | |
| Tecnologias aceleram o trabalho? | 75 | 25 | |
| É cobrado pela velocidade em primeiro lugar? | 75 | 25 | |
| Acha que seu trabalho vai acelerar mais? | 67 | 16,5 | 16,5 (A) |
| O trabalho já lhe causou problemas de saúde? 100 | | | |
| <i>(A) Acha que vai continuar igual</i> | | | |

Fonte: Elaborada pelo autor com base na pesquisa

Como descrito, a maioria dos entrevistados percebe uma aceleração do tempo, relatada principalmente em suas rotinas e processos de trabalho. Os aumentos e adensamentos de episódios de ação por unidade de tempo estão descritos por Rosa (2019).

Nas dinâmicas dos entrevistados, a escassez do tempo na rotina de prazos mais longos é compensada pela soma de períodos maiores de trabalho em outros dias e finais de semana. Ou então é equilibrada pela diminuição ou sobreposição de outros episódios de ação da vida do profissional, como tempo de sono, períodos de lazer, entre outros. O artifício adotado para suprir a escassez de tempo é previsto por Rosa (2019, p. 157) na tentativa de adensar ou “reduzir o intervalo de tempo entre o término de uma atividade e o início de outra”.

Deuze & Witschge (2016, p.18) mencionam uma vertente de alterações nos cronogramas de trabalho jornalísticos, com a sublimação de etapas, no caminho de um novo modelo de trabalho instável, que migra para o individualismo. Nesse formato, não importam o passado (e a experiência), mas a adaptação às mudanças. Por outro lado, Sennett (2006, p.118) nos lembra que “quaisquer que sejam as aptidões inatas de uma pessoa, a capacitação só se desenvolve por etapas, irregularmente – na música, por exemplo, até uma criança prodígio só poderá tornar-se um artista maduro errando ocasionalmente e aprendendo com os erros”. Porém, se não há nem tempo para pensar, que dirá aprender com erros. Instabilidade quanto ao trabalho e o futuro e ausência de experiência por dinâmicas velozes e mecanizadas também foram relatadas.

A natureza do trabalho do jornalista é calibrada pelo tempo nas tarefas de medir, verificar, documentar, denunciar, registrar e informar fatos, ações e ideias. Portanto se refere a um sinal temporal, que também é utilizado pela sociedade como orientação. “O jornalismo é uma dessas instituições sociais que atua como quadro de referência para constituir aquilo que se entende por tempo”. (Antunes, 2009, p.85).

Cinco pontos principais em busca de novas discussões

No breve recorte desse estudo saltamos para os pontos principais do levantamento, à guisa de novos debates e discussões. O primeiro deles é a constatação de que a aceleração avançou e ganhou prioridade, de forma nunca vista anteriormente. Na prática significa que em muitas rotinas a velocidade se impõe como majoritária e molda, acima que qualquer quesito, grande parte dos trabalhos. Um resultado pode ser diferente para um tempo de execução diferente. Muitos projetos são iniciados com a pergunta: “Para quando é?”.

No segmento da imprensa e da comunicação a categoria do tempo, que já era natural da profissão, torna-se então requisito máximo, no sentido de acelerar e de priorizar quem sai na frente. Como verificamos em Bauman (2000, p.167), o jogo da dominação na era da modernidade líquida não é mais

jogado entre o “maior” e o “menor”, mas entre o mais rápido e o mais lento. “Dominam os que são capazes de acelerar além da velocidade de seus opositores”. Traquina (2001, p. 37) menciona que os jornalistas “estão continuamente envolvidos numa batalha aparentemente perdida para reagir aos (mais recentes) acontecimentos”. Mas, para ele, as notícias são muito mais do que aquilo que “acontece” (Traquina, 2005, p. 207).

O segundo ponto é a chegada e ampliação dos meios digitais, viabilizando a velocidade por um lado e por outro provocando o redimensionamento temporal e cultural dos jornalistas. Sistemas e equipamentos complexos, amplificados por exemplo pelo ChatGPT, ou inteligência artificial (que não entraram na pesquisa), são considerados por alguns autores como principais atores políticos. Dessa forma, os jornalistas atuariam como “gerentes” dessas máquinas, em sua interface com o grande público. “É uma função condenada, pois a tendência do desenvolvimento tecnológico é a de capacitar as pessoas a terem acesso direto, elas mesmas, às informações e aos acontecimentos” (Marcondes, 2000, p.30).

No terceiro ponto constatamos que o erro passou a fazer parte do processo de informar, uma vez que a velocidade é mais importante. Soma-se ao contexto a possibilidade de edição e correção, (entendida como “ajuste”) que se tornou

muito mais rápida e acessível com o uso das ferramentas digitais. Entrevistados nos informaram que é melhor colocar algo nos meios digitais, para sair na frente, ainda que sejam informações incompletas ou imprecisas e, se for necessário, corrigir depois. Constata-se que a tecnologia apresenta duas faces: uma de herói, viabilizando dados, velocidade e informações de forma *on-line*, chegando em lugares inimagináveis e outra de vilã, sublimando processos e profissionais que hoje temem perder o emprego para as máquinas. No caso já citado, da correção posterior de uma notícia lançada nas redes, verificamos que uma informação poderá ser replicada inúmeras vezes, mesmo depois de apagada, como já vimos em muitos casos de *fake news*.

No quarto ponto destacamos o redimensionamento cultural do jornalista, revelado nas entrevistas e reforçado por uma percepção de instabilidade em relação ao futuro e suas transformações, como se sempre estivessem desatualizados. Hall (1996, p.147) apregoa que as extensões criadas pelos homens são um tipo de projeção particular e que, não apenas aceleram e facilitam o trabalho, mas também separam os indivíduos do seu trabalho.

“Quando uma função se desenvolve através da produção de uma extensão, esta última começa, por um lado, a existir por si própria, e por outro lado, a confundir-se com a realidade a qual substitui.”

No quinto e último ponto encontramos a categoria voltada para a saúde profissional. De início o tema não constava no guia de perguntas, mas após a preocupação ser mencionada em todas as entrevistas, foi incluída no estudo. Em sua pesquisa sobre estresse e a qualidade de vida do jornalista Heloani (2006, p.171-198), verifica que o suposto bemestar apregoado pelos entusiastas da tecnologia, “não foi apenas substituído por cargas de trabalho excessivas e invasão da vida pessoal dos executivos, mas também por desconfortos físicos”.

A falta de regulamentação da profissão, somada às grandes jornadas, condições de trabalho, baixos salários e poucos benefícios tem gerado dúvidas sobre o futuro da profissão em muitos países. “É preciso a elaboração de uma teoria crítica empenhada em reassumir o mundo como uma ‘tarefa humana’ lembra Moretzsohn, (2002, p. 176). Wolton (Apud Ferraz, 2017) diz que é preciso dissociar a informação técnica da comunicação humana. Não existe outra rede: a rede humana é a mais importante. O mais complicado são os homens e a sociedade.”

Diante dos pontos levantados enfatizamos que a velocidade não é inimiga e que nem tudo pode ser acelerado. Ainda assim, as queixas reforçam a noção de um novo sentido para o trabalho e a qualidade de vida em relação à velocidade. Na contramão do acelerado percurso, no conceito do *slow* para o jornalismo, são citadas três perspectivas principais.

(1) a desnaturalização da velocidade como elemento central do jornalismo em ambientes digitais; (2) a crítica ao uso compulsório das tecnologias (e seu uso apropriado com propósito jornalístico); (3) a análise das potências das mídias digitais para a construção de um processo de produção, distribuição e recepção jornalísticas com produtos reflexivos e engajadores a partir da criação de vínculos afetivos e reflexivos. (Prazeres, 2017, p.128).

Nesse contexto destacam-se, entre possíveis soluções, mudanças culturais e sociais, como o uso saudável das tecnologias (que vieram para ajudar e não aumentar o trabalho, em uma corrida alucinada de lucro e concorrência), possibilitando maior integração, funcionalidade e bom senso. Acrescenta-se ao quadro, novos modelos de trabalho e de consumo, criados a partir do reconhecimento de diferentes tempos de ação. Ou seja, o *slow* não é inimigo do *fast* e vice-versa, assim como é suposto o estabelecimento de temporalidades voltadas para a criatividade, tempo interior e biológico, aprofundamento e satisfação laboral. “Se tempo é dinheiro, ele não é a busca de sentido e subjetividade, mas quantidade e heteronomia imposta pela temporalidade do capitalismo tardio” (Matos, 2014, p. 455-468).

Longe de esgotar o tema, parece que o desafio é conjugar modelos de trabalho e de vida que façam sentido para empresas e seus colaboradores, mas que também se

enquadre na velocidade da chamada sociedade moderna. Um debate que priorize as estruturas temporais, sentido e a sociedade. “Por isso, uma teoria sistemática e um conceito preciso de aceleração social são absolutamente necessários” (Rosa, 2022, p.17).

Referências bibliográficas

Adam, B. **Time and social theory**. Cambridge, United Kingdom: Polity Press, 1990.

Antunes, E. **Enquadramento**: considerações em torno de perspectivas temporais para a notícia. Revista Galáxia, São Paulo, n. 18, pp. 85-99, dez. 2009.

Bauman, Z. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro (RJ), Brasil: Zahar Editora, 2000.

Castells, M. **A sociedade em rede** (Vol. I – 8a. edição). Tradução: Roneide Venancio Majer com colaboração de Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2000.

Correia, J.C. **Teoria e crítica do discurso noticioso** – Notas sobre Jornalismo e representações sociais. Covilhã, Portugal. Livros Labcom, 2006.

Dalmonte, E. F. **Presente: o tempo do jornalismo e seus desdobramentos História** (São Paulo). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, Brasil. vol. 29, núm. 1, 2010, pp. 328-344. ISSN: 0101-9074.

Deuze, M. & Witschge, T. **O que o jornalismo está se tornando.** Parágrafo. Jul/Dez. 2016 São Paulo. Brasil.V.4, N.2 (2016) - ISSN: 2317-4919

Evans-Pritchard, E. E. **Os Nuer.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

Ferraz, T. Et AL. Wolton, D. (Entrevistado). **Dissociar a informação técnica da comunicação humana.** Compós 2017. Faculdade Cásper Líbero, 2017. Disponível em: https://casperlibero.edu.br/compos_noticias/dominique-wolton-dissociar-a-informacao-tecnica-da-comunicacao-humana/ . Acesso em 15 fev. 2024.

Franciscato, C. E. **A atualidade no jornalismo:** bases para sua delimitação teórica. 336 f. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013. Disponível em: <<http://poscom.tempsite.ws/wp-content/uploads/2011/05/CarlosEduardo-Franciscato.pdf>>. Acesso 02 out. 2019.

Giannini, E. **Tempo, Trabalho e Subjetividade** – Crises da Atualidade. Série Audiovisual da Tese de doutorado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro (RJ), Brasil. (2012). Disponível em: <https://youtu.be/yTARiMPJYrg> Acesso em 15 fev. 2024.

Giddens, A. **As consequências da modernidade.** Tradução: Raul Fiker. São Paulo, Brasil: Editora Unesp, 1991.

Guerra, I.C. **Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo** – Sentidos e formas de uso. Cascais, Portugal: Principia, 2006.

Hall, E.T. **A dança da vida** – a outra dimensão do tempo. Tradução: Manuel Alberto. Lisboa, Portugal: Relógio D'Água Editores, 1996.

Heloani, R. **O trabalho do jornalista:** estresse e qualidade de vida. Interações, vol. XII, núm. 22, julho-dezembro, 2006, p. 171-198. Universidade São Marcos. São Paulo, Brasil. ISSN: 14132907.

Marcondes, F. C. **A saga dos cães perdidos.** São Paulo. Hacker Editores, 2000

Matos, O. **O mal-estar na contemporaneidade:** performance e tempo. Revista do Serviço Público, [S. l.], v. 59, n. 4, p. 455-468, 2014. DOI: 10.21874/rsp.v59i4.159. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/159>. Acesso em: 15 jul. 2023. MAYS, L.W. (Org.) **Ancient water technologies.** London, England: Springer, 2010.

Moretzsohn, S. **Jornalismo em tempo real** – O fetiche da notícia. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2002.

Prazeres, M. **Comunicar devagar:** Como o ensino, a pesquisa e a prática de Jornalismo podem se inspirar no movimento slow para desacelerar. LÍBERO Revista eletrônica do Programa de Mestrado em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero ISSN 1517-3283 ANO XX - No 40 JulhoDezembro, 2017.

Rosa, H. **Aceleração:** A transformação das estruturas temporais na modernidade. Tradução: Rafael H. Silveira. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

_____ **Alienação e aceleração** – Por uma teoria crítica da temporalidade tar-do-moderna. Tradução: Fábio Roberto Lucas. São Paulo: Editora Vozes, 2022.

Santaella, L. **Comunicação Ubíqua** – Repercussões na Cultura e Educação. São Paulo, Brasil: Paulus Editora, 2013.

Sennett, R. **A cultura do novo capitalismo**. Rio de Janeiro. Editora Record, 2006.

Sevcenko, N. **A corrida para o século XXI** – No loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Traquina, N. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo (RS), Brasil: Unisinos, 2001.

----- **Teorias do Jornalismo**. Volume I. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Editora Insular, 2005.

Virilio, P. **A arte do motor**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

As Experienciações Temporais Dos Jovens Universitários: Tecnologias de hiperconexão e Identities²¹⁸

Enrickson VARSORI²¹⁹

A presença das tecnologias de hiperconexão no cotidiano tem sido marcada como um fenômeno corrente e em ascensão. A permeabilidade das redes digitais e dos acessos em tecnologias de hiperconexão é registrada nas últimas duas décadas com crescimentos ao nível mundial (Varsori, 2023, p. 33–34), e como demonstram diferentes estudos, vivemos em tempos de uma *mediatização profunda* (Couldry; Hepp, 2020) cujas dinâmicas sociais se instauram a partir da lógica da presença contínua e das práticas tecnológicas (Floridi, 2015; Van Dijck; Poell; Waal, 2018). Não obstante, o estágio avançado de mediatização tecnológica atravessada por todos elementos do mundo social, é uma das problematizações que se destaca nessa condição da

218 Trabalho apresentado no GT 5 - Mídia e Dimensões do Tempo - subjetividades e identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo – 2023.

219 Doutor em Ciências da Comunicação, residente como Jovem Talento CAPES-Print pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – Brasil e membro colaborador no Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade (CECS) da Universidade do Minho. Email: enrickson.varsori@gmail.com.

modernidade tardia e relaciona-se com as estruturas temporais, nomeadamente sobre as noções de passagem do tempo e de aceleração social (Rosa, 2019).

Com dinâmicas digitais cada vez mais emaranhadas nos quotidianos, viver em regime *onlife* (Floridi, 2015) é pressuposto corrente na própria da digitalização da vida. E dentro de uma lógica exercida pelos supostos benefícios temporais que as tecnologias permitem, é natural “domesticar os tempos” a partir de dispositivos tecnológicos que dão a sensação de constante economia temporal. A exemplo disso, é corrente o discurso de aproveitamento do tempo, tendo assim a necessidade de ter dispositivos cada vez mais ágeis para suprir a falta de tempo no quotidiano. Embora equipamentos mais velozes sejam tidos como meios para economizar tempo, os atores sociais estão cada vez a fazer mais atividades com o intuito de se sentirem mais produtivos. Como os tempos objetivos e subjetivos não acompanham a mesma lógica de produção, efeitos diversos são associados na “domesticação do tempo”, como sentimento de esgotamento, ansiedade, depressão, Fomo (Varsori; Pereira, 2020). Adicionalmente, os efeitos de “bemestar” provocados pelas tecnologias fazem com que haja um prolongamento na permanência no meio digital, levando à sedação contínua por um ambiente em constante atualização (Oliveira, 2019; Sibilia; Galindo, 2021).

Tendo a noção da ubiquidade das tecnologias nos quotidianos, e os efeitos subjetivos do próprio compasso

temporal, propõe-se nesta publicação analisar as experiências-tempo dos jovens universitários, com particular destaque às percepções do tempo criadas pelos jovens enquanto estudantes. Através do estudo empírico realizado na tese de doutoramento “As tecnologias de hiperconexão e os usos do tempo no quotidiano dos jovens: um estudo com estudantes universitários” (Varsori, 2023), este trabalho tem por objetivo uma análise posterior das 33 entrevistas de estudantes realizadas no trabalho doutoral, que são compreendidos entre os 18 e 23 anos, inscritos nos ciclos de licenciatura e mestrado integrado de duas universidades públicas portuguesas.

Metodologia

A metodologia adotada no presente artigo é resultado da investigação doutoral *As tecnologias de hiperconexão e os usos do tempo no quotidiano dos jovens: um estudo com estudantes universitários* (Varsori, 2023). Por meio da questão de investigação *de que modo os estudantes universitários percebem o tempo e o impacto das tecnologias de hiperconexão no seu dia-a-dia?* foram operacionalizados objetivos com o intuito de responder à questão central da tese.

A investigação foi delimitada através da Abordagem Mista de Conversão (Teddlie; Tashakkori, 2009), categorizada

como desenho misto, que conjuga abordagens das linhas qualitativas e quantitativas. Nesta publicação em particular, cingiu-se a análise através de uma das técnicas de recolha de dados aplicadas na tese, as entrevistas em profundidade semiestruturadas. Foram utilizados um guião de perguntas distribuídas em duas secções 1) Quotidiano, tecnologias e contexto universitário; e 2) Opinião e aferição exploratória de indicadores – o modelo conceitual e o guião das entrevistas podem ser conferidos na tese original (Varsori, 2023). Optou-se pela técnica da análise temática como forma de analisar os resultados.

As entrevistas foram realizadas com a população de jovens universitários compreendidos entre os 18 e 23 anos, inscritos nos graus de licenciaturas e mestrados integrados de duas universidades portuguesas no ano letivo de 2020/2021, a Universidade do Minho e a Universidade de Aveiro.

Tendo o parecer favorável da instituição no qual o estudo foi realizado – Conselho de Ética em Investigação em Ciências Sociais e Humanas pela Universidade do Minho – foram realizadas entrevistas por videochamadas (Zoom) devido ao período pandémico por COVID-19 registado em 2021. Por fim, todas as entrevistas foram registadas, transcritas e anonimizadas para manter a confidencialidade das identidades dos participantes (que para carácter de análise utiliza-se pseudónimos como forma de identificação).

Resultados

A amostra para o estudo é constituída por 33 participantes: 18 do género feminino (54,5%) e 15 do género masculino (45,5%). A idade dos participantes varia entre os 18 e os 23 anos, sendo que a média de idades é de 20,2 anos ($s=1,2$).

Ao nível das dimensões de análise das entrevistas, seleccionou-se para esta publicação um conjunto de quatro temas que orientam a discussão a seguir, sendo: 1) Práticas e (in)visibilidade das tecnologias no quotidiano; 2) Identidades dos jovens-adultos universitários; 3) Gestão do tempo e do estudo; e 4) Interinidade das tecnologias e dos tempos.

Práticas e (in)visibilidade das tecnologias no quotidiano

Ao caracterizar os usos e práticas tecnologias recorrentes pelos jovens universitários, verificou-se na análise que as tecnologias permeiam os quotidianos dos estudantes de maneiras distintas em termos dos contextos de utilização. Porém, a lógica de utilização constante e ubíqua dos dispositivos tecnológicos permanece de maneira similar nos quotidianos dos discentes. Isso porque, a presença das tecnologias no quotidiano revelasse como um meio para executar ações e atividades e não como um meio que possui materialidade física em si. Tal ponto é evidenciado em entrevista quando se pergunta aos alunos “como é um dia

(cronológico) comum nas suas vidas, desde que acordam até quando dormem?”. Por padrão, as respostas são destacadas por ações ordenadas temporalmente como “acordo, vou à casa de banho, faço as atividades de higiene pessoal, preparo o meu pequeno-almoço, arranjo-me e vou à universidade...”. Entretanto, quando se analisa as entrevistas em conjunto, verifica-se ausência de referências sobre os usos das tecnologias – sejam digitais ou não –. Só se visualiza as diferentes tecnologias quando se questiona “e as tecnologias como telemóvel, computador e outras, estão presentes?” A exemplo disso, refere o estudante:

Há o computador, o telemóvel e depois a televisão. No caso o computador é por causa das aulas, mas antes da pandemia, pronto, era uma ferramenta de estudo. O telemóvel é mais para falar, para comunicação com os meus amigos, e ainda é para as redes sociais também para passar um bocado de tempo. Depois, a televisão é mais para um momento de descontração. (Carlos Siqueira, 21 anos, 4º ano do Mestrado integrado em Engenharia Biomédica)

Face às motivações de uso, a presença das tecnologias que era invisível num primeiro momento se materializa através das práticas dos estudantes. Conforme é realçado por diferentes estudantes – inclusivamente no excerto acima destacado pelo estudante Carlos Siqueira – a utilização das tecnologias é determinada para os fins de utilização

(estudo, comunicação, entretenimento, passar o tempo...) e adicionalmente, cada tecnologia acaba por ter uma função nas dimensões de uso.

Identities dos jovens-adultos universitários

Ao assumir as generalizações recorrentemente associadas aos jovens, nomeadamente os estereótipos de utilização constante das tecnologias como tele móvel, o presente tema engloba as percepções dos universitários em relação às suas identidades enquanto jovens adultos.

Ao serem questionados sobre as generalizações feitas dos jovens, nomeadamente do constante uso das tecnologias de hiperconexão, os estudantes são enfáticos nos seus posicionamentos. Como explana este estudante ao ser questionado sobre o estereótipo:

Eu percebo perfeitamente que seja feito o estereótipo. De facto, a minha geração vive, eu não diria a volta, se calhar essa parte é um bocadinho insultuosa, mas vive muito decorada com isto (aponta para o tele móvel), com telemóveis, com auscultadores. Com coisas que para nós são absolutamente banais, e obviamente que tem o seu quê de cómico. A nossa quase dependência dessas tecnologias, mas eu sinceramente não acho (que somos dependentes). (Luís Miguel Duarte, 21 anos, 3.º ano da Licenciatura em Ciências da Comunicação)

Para os estudantes, reduzi-los somente às práticas de utilização das tecnologias é restringir todas as possíveis experiências e vivências que eles possam ter enquanto indivíduos. Embora a utilização das tecnologias de hiperconexão seja efetivamente mais acentuada na atualidade, a generalização de constante utilização de dispositivos técnicos por parte dos jovens também é reproduzida pelos próprios estudantes. A nível da percepção dos entrevistados, existe uma distinção significativa entre a autopercepção e héteropercepção relativamente às práticas de utilização das tecnologias no cotidiano.

Ao abordar sobre o que os estudantes achavam acerca do tempo em que se dedicam às tecnologias, por norma, as respostas se concentravam na ideia de utilização saudável e adequada. Ao fazer semelhantemente a pergunta e mudar de sujeito, no caso a opinião dos amigos/pares e dos familiares, a noção temporal de uso muda completamente. No caso dos amigos e pares, os entrevistados percebem que os seus amigos/pares utilizam as tecnologias de forma similar ou de forma mais intensa dos que eles próprios. E relativamente a percepção que eles associam aos pais e familiares, é de que a recorrência às tecnologias é tida como excessiva e problemática. Conforme descreve esta estudante:

Eu acho que os meus pais acham que eu passo muito tempo, mas o principal problema dos meus pais não é o computador, é o telemóvel. Eles não me suportam ver com o telemóvel, aliás, não é o telemóvel. O problema para o meu pai não é bem o telemóvel, são as redes sociais, em geral. É um pouco por aí! Os meus pais associam geralmente o computador com coisas produtivas porque eles trabalham pelo computador também, então quando eles me veem a utilizar o computador não tem um efeito negativo sobre eles. Eles não gostam de me ver no telemóvel. Em relação aos meus amigos, eles acham normal. Nem tem uma opinião positiva ou negativa, é só ok. (Catarina Almeida, 20 anos, 3.º ano da Licenciatura em Psicologia)

Gestão do tempo e do estudo

Fator imprescindível para a organização quotidiana, a gestão do tempo funciona como uma bússola para os estudantes conseguirem realizar as diferentes atividades, seja escolar, social ou pessoal. Para investigar como os estudantes lidam com atividades do dia a dia, perguntou-se como ocorre a gestão dos tempos diários. De modo geral, os estudantes mencionaram que estruturam os seus tempos a partir da lógica da priorização das atividades. Ou seja, define-se uma ordem de execução de atividades, do mais

prioritário ao menos prioritário, sendo que as atividades da universidade incidem comumente no topo das prioridades.

Foram reportados que a gestão do tempo ocorre por meio de diferentes maneiras, seja de forma estruturada – a partir de agendas, calendários, listas de verificação, aplicações e programas como *Google Calendar* e *Google Tasks* – ou não estruturada – sem auxílio de suporte para organização das atividades –. Tal gestão também se estende por meio de estratégias de otimização do tempo. Por exemplo, os estudantes utilizam de ferramentas e técnicas para aproveitar o tempo que possuem para tirar proveito do tempo de estudo, como separar horas específicas para estudar, estudar em grupo, e utilizar de temporizadores.

Relativamente aos estudos, observou-se que os entrevistados são conscientes sobre os prazos impostos na universidade. Apesar de se assumir que determinados períodos como os de exames e entregas de trabalhos geram sobrecarga e pressão momentânea, os alunos elucidam que conseguem lidar os prazos estipulados. Conforme esclarece esta aluna:

Nós até costumamos ter as coisas bastante em dia, mas de repente nós temos muitas coisas. Sentimos um *estresse* muito forte, uma pressão. Ainda não está naquele ponto desesperador, mas sim, geralmente tem aquela pressãozinha de “está chegando tal

prazo”, “vou ter de entregar tal coisa”, “a gente está atrasada nisso”. No geral, eu sinto um pouco desta pressão, mas não é uma pressão no grau que deixa de ser produtivo. Por enquanto é uma pressão motivadora. (Catarina Almeida, 20 anos, 3.º ano da Licenciatura em Psicologia)

Interinidade das tecnologias e dos tempos

Ao analisar o ponto de vista dos estudantes relativamente às tecnologias e a duração dos tempos subjetivos (isto é, as sensações sobre a passagem de tempo) o presente tema apresenta as perceções dos entrevistados sobre os compassos temporais. Tal processo é destacado pela análise das dimensões: perceção do controlo de utilização das tecnologias; e perceção sobre o tempo de conexão *online*.

Quando questionados sobre o controlo que tinham sobre os usos das tecnologias de hiperconexão, os alunos indicaram que tinham uma relação adequada de uso no quotidiano. Para a maioria dos entrevistados, o tempo que passam a utilizar tecnologias é justificável por conta das diferentes atividades que fazem, que inclui estudar, pesquisar, sociabilizar, se comunicar, e consumir conteúdos de entretenimento. Na perspectiva deste aluno:

Eu acho que no meu caso é aceitável porque bastante do tempo que eu passo é, especialmente agora, temos muitos trabalhos de grupo e trabalhos que se faz, e estou sempre a falar com os meus colegas por conta disso e está tudo ligado à Internet. E depois, passo bastante tempo ligado à Internet por motivos de trabalho. É preciso fazer pesquisa, preciso pesquisar imagens, editar no Photoshop, fazer pesquisas e textos nos trabalhos, e seja o que for. E mais no fim do dia, eu passo algum tempo *online* para lazer, mas não eu não acho que seja demasiado. (Nicolas Barros, 18 anos, 2.º ano da licenciatura em Línguas e Relações Empresariais)

Porém, na ótica da constante utilização das tecnologias, os estudantes por vezes associam o discurso de produtividade e desempenho. Assume-se que o problema não é estar *online* por muitas horas, e sim, não tirar proveito dessas horas. O discurso corrente dos alunos generaliza as tecnologias como meio para alcançar resultados. Neste sentido, defende este estudante:

Quando se fala de entretenimento eu acho um desperdício. Tem aquela desculpa de “a gente precisa”, “a gente precisa de entretenimento”. Eu acho que existe entretenimento ruim e entretenimento saudável. É que nem sobremesa. Eu posso comer uma taça de sorvete, mas eu posso

comer uma salada de frutas. Os dois vão saciar a vontade de comer doce. É uma coisa que eu tenho pensado. Eu posso pegar um livro e não precisa ser um Machado de Assis, pode ser um livro sobre música, a biografia de Led Zepelim. Eu acho que isso é muito mais benéfico do que outras coisas. Entretenimento eu acho um desperdício de tempo que passamos em redes sociais. No entanto, as tecnologias na perspectiva da aprendizagem, eu acho que passo um tempo considerável, mas esse tempo não é desperdício. Nesse tempo, a maioria do tempo estou vendo algo²²⁰. (Renan Ribeiro, 19 anos, 2.º ano da licenciatura em Novas Tecnologias da Comunicação)

O excerto acima destaca a percepção sobre o tempo de conexão *online*. A lógica de otimização é elucidada através das palavras escolhidas pelos alunos ao falar que “não perdem tempo”, ou que “usam o necessário”. Para além da percepção do tempo em que passam conectados, identificou-se que os estudantes possuem noção sobre os efeitos que as tecnologias de hiperconexão tem sobre a passagem do tempo, nomeadamente sobre a aceleração temporal e a sensação de perda de tempo. Nesta ótica, retrata esta aluna:

220 Este excerto também está presente na tese de doutoramento (VARSORI, 2023, p. 174).

Sim, eu sou uma pessoa que não gosto de ver séries. Aliás, eu sinto-me mal em ver séries porque sinto que estou a perder tempo no computador ou na televisão. Como é que eu lido com o facto de que o tempo passou? Se sentir que passou muito tempo e sentir que estou no telefone e não fiz nada, muitas das vezes quando a gente está cansada de estudar, vamos para as redes sociais para espaiar a cabeça, mas aquilo não espaiar nada. Uma pessoa só está a fazer *scroll* para baixo. Se eu vir que não estou mesmo a conseguir-me desligar das redes sociais, o que eu faço é desligar o telefone e escondê-lo. Pô-lo num sítio que não costumo ver e esconder, e pronto, é isso que eu faço. (Isadora Ribeiro, 23 anos, 3.º ano de licenciatura em Secretariado e Comunicação Empresarial)

Discussão dos resultados

De forma abrangente, o conjunto temático analisado retrata como as práticas de utilização das tecnologias de hiperconexão se torna normalizada e ubíqua nas diferentes vivências e formas de experienciar o tempo. Tal evidência, quando refletida a partir da ótica do consumo tecnológico dos jovens universitários, permite realçar as subjetividades criadas nas próprias noções de identidade juvenil. Isso porque, como é destacado brevemente nesta publicação – e de forma acurada na tese de doutoramento (Varsori, 2023) –

as dinâmicas com as tecnologias de hiperconexão ecoam em diferentes domínios da vida e projetam na própria forma de experienciar o tempo.

Observado no primeiro tema – Práticas e (in)visibilidade das tecnologias no cotidiano –, as tecnologias estão permeadas nos mais diferentes contextos em nossas vidas. A (in)visibilidade das tecnologias digitais e de hiperconexão tem sido discutida por diferentes autores, e conforme explanado por Floridi e demais autores (2015), vive-se num momento onde a simultaneidade de eventos ocorridos no cotidiano faz com as tecnologias se tornem ubíquas à realidade (seja no plano físico ou digital), ou em outras palavras, como defendem Couldry e Hepp (2020), o cotidiano é mediado pelas tecnologias através da *mediatização profunda*. Tal cenário, inclui de forma bastante marcada nas vivências dos jovens-adultos, que possuem diferentes experiências a partir dos ecrãs luminosos, independentemente do contexto (comunicação, busca de informação, aprendizagem, trabalho...). Os seus dias são marcados pelos usos das tecnologias, e como reflete um dos entrevistados, “as tecnologias são tão banais nas suas vidas” que acabam por serem normalizadas para tudo.

A normalização das tecnologias no cotidiano permite assumir que os processos identitários também passam pelas práticas e usos que são efetivamente representativos nas

vidas dos jovens-adultos e isso é demonstrado no segundo tema – Identidades dos jovens universitários –. Conforme é exaustivamente disseminado pelos estudos de consumo, ano após ano a incidência de utilização das tecnologias tende a aumentar, nomeadamente em relação ao uso da Internet e ao uso dos dispositivos móveis como o telemóvel (Kemp, 2024). Embora tais números demonstrem que os acessos e práticas com as tecnologias sejam reflexos de uma sociedade de consumo, não é possível generalizar que as tecnologias de hiperconexão são reflexo das identidades das novas gerações de crianças e jovens que nasceram num período cujo acesso é intensificado por diferentes razões. Por essa razão, conforme demonstrado nas entrevistas, a noção identitária dos jovens vai além dos rótulos que lhe são atribuídos.

É importante frisar que os processos de estereotipação são estruturais na sociedade e isso é verificado através das próprias falas dos estudantes. Por exemplo, verificou-se a distinção entre a autoperceção e a heteroperceção relativamente ao tempo de uso das tecnológicas pelos estudantes. A autoperceção de uso é normalmente associada ao uso saudável, mas quando o assunto é a heteroperceção de outros atores, como pais e amigos/pares, a ideia de uso das tecnologias tende a ser percecionada como excessiva ou problemática. Tal problemática leva ao terceiro tema analisado – Gestão do tempo e do estudo.

A gestão dos tempos quotidianos é essencial para que os estudantes possam organizar as agendas pessoais, e adicionalmente, possam cumprir com as demandas pessoais e da universidade. Por norma, os estudantes buscam se orientar temporalmente a partir da priorização das atividades da universidade. Conforme explicam Was e Isaacson (2008), este é o principal tipo de perfil identitário entre os estudantes universitários, uma vez que é caracterizado pelo compromisso com os valores adotados e propostos pela universidade. Via análise, demonstrou-se que os estudantes conseguem organizar as suas agendas, e lidam bem com os prazos estipulados.

No quarto tema – Interinidade das tecnologias e dos tempos – buscou-se compreender como os estudantes percebem a passagem do tempo a partir da utilização das tecnologias de hiperconexão. Embora seja subjetivo o sentimento da passagem de tempo, como é investigado por Rosa (2019), a sensação de descompasso do tempo é comum no atual modelo de sociedade em que vivemos. Verificou-se com os estudantes que o uso recorrente das tecnologias provoca a sensação de “perda de tempo” e é necessário um controle constante para que se “tire proveito” das tecnologias. O argumento dos estudantes é pautado sob a ótica da otimização, e embora os estudantes objetivem ter os tempos controlados, na prática, não se consegue controlar totalmente os usos das tecnologias.

Considerações finais

A análise de conteúdo das entrevistas em profundidade permitiu aprofundar noções sobre as relações que os estudantes têm com as próprias tecnologias de hiperconexão, trazendo uma reflexão sobre as práticas de utilização contínua, gestão dos tempos pessoais e do estudo. Tais reflexões vão ao encontro com a própria noção identitária dos estudantes universitários, que experienciam suas vidas a partir das próprias navegações, que por sua vez, são permeadas pelas tecnologias de hiperconexão.

É necessário enfatizar que a produção deste trabalho não pretende reduzir as diferentes expressões juvenis como sendo marcas de uma identidade única. As construções identitárias (seja das crianças, jovens ou jovens-adultos) estão a ser discutidas a partir de novos paradigmas, e as tecnologias de hiperconexão estão presentes nos mais sentidos contextos sociais. Por isso, para além das noções identitárias mais tradicionais, é necessário refletir sobre as representações criadas pelas diferentes navegações, que por vezes, estão cada vez mais próximas das práticas e usos das tecnologias digitais.

Referências bibliográficas

Couldry, Nick; HEPP, Adreas. **A construção mediada da realidade**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2020.

Floridi, Luciano (ORG.). **The onlife manifesto: being human in a hyperconnected era**. Oxford: Springer, 2015. DOI: 10.1007/978-3-319-04093-6 Springer.

Kemp, Simon. **Digital 2024: Global overview report**. [s.l.: s.n.]. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2024-global-overview-report>.

Oliveira, Lídia. Sedated by the Screen: Social Use of Time in the Age of Mediated Acceleration. In: OLIVEIRA, Lídia (org.). **Managing Screen Time in an Online Society**. Aveiro: IGI Global, 2019. p. 1–30. DOI: 10.4018/978-1-5225-8163-5.ch001. Disponível em: <https://www.igi-global.com/chapter/sedated-by-the-screen/223051>.

Rosa, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2019.

Sibilia, Paula; GALINDO, Manuela Arruda. Correndo para não perder nada: temporalidade ansiosa e a frustração do (i)limitado. **Civitas**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 203–213, 2021. DOI: 10.15448/1984-7289.2021.2.39950.

Teddle, Charles.; Tashakkori, Abbas. **Foundations of mixed methods research: Integrating quantitative and qualitative approaches in the social and behavioral sciences**. California: Sage Publications, 2009. Disponível em: <https://uk.sagepub.com/engb/eur/foundations-of-mixed-methods-research/book226302>. Acesso em: 5 jul. 2018.

Van Dijck, José; Poell, Thomas; Waal, Martijn De. **The platform society: public values in a connective world**. Oxford: Oxford University Press, 2018. DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.

Varsori, Enrickson. **As tecnologias de hiperconexão e os usos do tempo no quotidiano dos jovens: Um estudo com estudantes universitários**. 2023. Universidade do Minho, [S. l.], 2023. DOI: 10.13140/RG.2.2.13402.82880. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1822/83497>.

Varsori, Enrickson; Pereira, Sara. Vida digital: relações entre jovens e tecnologias. **Texto Digital**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 113–139, 2020. DOI: 10.5007/1807-9288.2020v16n2p113.

Was, Christopher A.; Isaacson, Randall M. The development of a measure of academic identity status. **Journal of Research in Education**, [S. l.], v. 18, n. Fall, p. 94–105, 2008.

Capítulo 35

Produções de sentidos sobre tradição e modernidade na telenovela *Gabriela*, 1975²²¹

Juliana Tillmann (UFRJ)

O objetivo global deste artigo é refletir sobre um tema recorrente das telenovelas brasileiras que é a tensão e negociação entre a tradição e a modernidade, uma discussão já levantada por outros pesquisadores, como Esther Hamburguer (2005). O objetivo específico é analisar a construção de sentidos sobre a tradição e a modernidade na telenovela *Gabriela*, de 1975, produzida e exibida pela Globo. Para observar e discutir a produção de sentidos sobre tradição e modernidade, apresento e examino cenas selecionadas e que evidenciam os aspectos aqui propostos. Se faz importante sobressaltar de antemão que a problematização aqui sugerida – de investigação dos sentidos e usos de tradição e modernidade – se refere à telenovela, mais especificamente às falas e toda a composição audiovisual. Então, o problema colocado não se refere a uma discussão acadêmica sobre os conceitos de tradição e modernidade, mas sim, ao que a telenovela comunica.

221 Trabalho apresentado no GT 5- Mídia e Dimensões do Tempo - subjetividades e identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

O artigo está organizado da seguinte maneira: uma breve apresentação das personagens e da trama; a discussão sobre os sentidos de tradição e modernidade na *Gabriela*, 1975; e o exame das cenas. A metodologia de análise constituiu em assistir a todos os 88 capítulos da versão compacta (menor do que a original de 1975 exibida pela Globo), veiculada na SIC de Portugal em 2004, gravada amadoristicamente e vendida pelo site Mercado Livre. Tendo como referência de análise de audiovisual, Rosado (2017) e Zanatto (2023), busquei observar, identificar e interpretar os enunciados, compreendendo como tal toda a composição audiovisual. Enunciado, como utilizado neste artigo, é certa “unidade” de todas as formas de comunicação em qualquer linguagem, como texto escrito, comunicação verbal, ação, enquadramento do plano, cenário, figurino, palheta de cores, escalação de ator e mesmo o silêncio e as ausências em cena, tomando-se a teoria de Mikhail Bakhtin (1997, p. 277-326) como referência. Sendo assim, foram observadas e discutidas todas as formas de comunicação: composição das atrizes e atores, encenação, escolhas de planos, figurinos, diálogos, cortes, sequências, ângulos etc.

Breve apresentação das personagens e trama

A telenovela *Gabriela* se passa na cidade baiana de Ilhéus, em 1925, e tem como fio condutor o conflito entre tradição e modernidade, enunciado na briga entre os coronéis do

cacau, tendo o coronel Ramiro Bastos (Paulo Gracindo) como principal figura, e aqueles que lutam contra o seu governo retrógrado, sendo Mundinho Falcão (José Wilker) o maior representante dos opositores. No último capítulo, Ramiro morre e Mundinho assume o seu lugar.

Gabriela (Sônia Braga) é uma jovem que foge da seca do sertão baiano para Ilhéus em busca de trabalho como cozinheira. Começa a trabalhar para Nacib (Armando Bórgus) e os dois se envolvem amorosamente. Gabriela gosta da situação, mas Nacib tem muito ciúmes e a convence de se casarem. Gabriela, como mulher livre, não gosta da situação de esposa porque se sente presa. Ela se relaciona sexualmente com Tônico Bastos (Fúlvio Stefanini) e é descoberta. Nacib termina com ela e ambos ficam extremamente infelizes. Voltam a ficar juntos, no entanto, sem ser estarem casados tradicionalmente.

As personagens Jerusa (Nívea Maria) e Malvina (Elizabeth Savalla) são duas jovens moças, neta e filha de coronéis, respectivamente, mas que desafiam os lugares sociais impostos para elas pela família, desejando estudar, trabalhar ou mesmo se casar com a pessoa que amam. Jerusa termina a história com Mundinho, opositor de seu falecido avô, e Malvina é punida, sendo enviada para um colégio interno em Salvador.

Dona Sinhazinha é casada com um homem mais velho, coronel Jesuíno, e é muito religiosa. Se apaixona pelo jovem

dentista Osmundo e, mesmo tentando evitar, acaba se relacionando com o rapaz. Seu marido descobre e mata o casal. Na cidade de Ilhéus, homens traídos matavam suas esposas e não eram julgados e nem punidos. No entanto, como os tempos estão mudando em Ilhéus, Jesuíno é levado à julgamento e condenado (no último capítulo).

Essas são as tramas principais, há ainda personagens de um cabaré, o Bataclan, e as esposas dos coronéis que exercem papel relevante nos enunciados produtores de sentidos sobre tradição e modernidade.

Tradição e Modernidade na telenovela *Gabriela*, 1975

Acredito ser verdadeira a afirmação de que a tensão entre tradição e modernidade é um tema recorrente das tramas das telenovelas brasileiras, inclusive como fio condutor, e esse mote compõe o repertório da imaginação telenovelesca²²². Muitas vezes, a tradição é encarnada nas

222 Venho propondo, em outros artigos e na tese, a utilização da categoria de "imaginação telenovelesca" como chave de análise das telenovelas brasileiras. Articulo a imaginação telenovelesca com outras três categorias analíticas – imaginação televisual (Barbosa, 2018 e 2013); imaginação melodramática (Brooks, 1995); e imaginação mnemônica (Keightley e Pickering, 2012) – para me referir a um repertório de práticas e sentidos produzidos pelos realizadores das telenovelas e pelo público. Com o uso da categoria durante o artigo, acredito que ficará evidente a que tipo de repertório estou me referindo. De todo modo, para uma melhor compreensão, ver: Tillmann (2023a; 2023b; 2021).

figuras políticas e mais velhas, como os coronéis de *Gabriela* ou o Odorico Paraguaçu (Paulo Gracindo), o prefeito de *O Bem-Amado*, telenovela de Dias Gomes, exibida em 1973. Já a modernidade é dramatizada por jovens que trazem o progresso e modernização dos costumes ou das cidades. Esther Hamburger aponta esta característica (tradição versus modernidade) das telenovelas da Globo, inclusive citando *Gabriela*, para destacar uma modificação na produção de *Roque Santeiro*, 1985:

Ao contrário de novelas anteriores, em *Roque Santeiro* não há transição para jovens renovadores, possivelmente casados com herdeiras dos patriarcas, como em *Gabriela* ou em *O Bem Amado*. (Hamburger, 2005, locais do Kindle 1257-1258)

Hamburger salienta o jovem renovador e a filha do patriarca como personagens desse repertório da imaginação telenovelesca que enunciam o moderno. A pesquisadora também fala que *Roque Santeiro* (telenovela exibida dez anos depois de *Gabriela* e doze anos depois de *O Bem-amado*) “ênfatiza a força renitente de uma ‘tradição’ perversa” porque a personagem viúva Porcina renuncia “à fuga com o mais jovem e moderno Roque” (José Wilker) e escolhe ficar com Sinhozinho Malta (Lima Duarte), uma “autoridade inquestionável” (Hamburger, 2005, locais do Kindle 1257-1258). Ao demonstrar certa ruptura da telenovela de 1985

em que a tradição “vence” o moderno, a pesquisadora destaca três aspectos: a recorrência do tema tradição versus modernidade nas telenovelas da Globo; os jovens enunciando o moderno e os velhos, a tradição; e a repetição dos modernos “vencendo” a tradição.

Gabriela produz enunciados nas três dimensões identificadas por Hamburger. Ao mesmo tempo, há um germe da “força renitente de uma tradição” na telenovela adaptada da obra de Jorge Amado. Apesar de Mundinho vencer as eleições e Jesuíno ser condenado pelo assassinato da esposa que o traiu, as moralidades continuam presentes, os costumes não mudam tanto assim. As senhoras casadas e “de respeito” continuam a ocupar lugar de destaque social e defender a moral, as profissionais do prostíbulo Bataclan ficam restritas ao local de trabalho, a jovem Malvina é enviada para a capital e a prostituta Glória é expulsa de casa (com o amante e feliz, mas expulsa). Somente Gabriela vence, no que diz respeito a viver como deseja e com suas regras, e talvez seja por isso que é a heroína dessa história, a protagonista que dá o nome ao livro e à telenovela. No final, Mundinho ocupa o lugar de coronel Ramiro. A telenovela enuncia isso com última cena em que populares (a escolha são mulheres negras vestidas de baianas) beijam as mãos de Mundinho assim como faziam com coronel Ramiro Bastos.

Jorge Amado resume a “renitência da tradição” na abertura do romance literário:

Modificava-se a fisionomia da cidade, abriam-se ruas, importavam-se automóveis, construíam-se palacetes, rasgavam-se estradas, publicavam-se jornais, fundavam-se clubes, transformava-se Ilhéus. Mais lentamente, porém, evoluíam os costumes, os hábitos dos homens. Assim acontece sempre, em todas as sociedades (Amado, 2008; locais do Kindle 70).

Essas ideias sobre a tradição e a modernidade são enunciadas em certas personagens arquetípicas reconhecíveis. Em *Gabriela*, a tradição é enunciada por: coronéis, senhoras casadas, o advogado religioso, o padre. O moderno por: Mundinho e Malvina, desde o princípio da trama, e por Jerusa e Sinhazinha depois de viradas dramáticas. Ao mesmo tempo, há ambiguidade nas personagens citadas e naquelas com menos protagonismo: as prostitutas e os jagunços. Assim como em Nacib, um dono de bar que não se mete com política, segundo o próprio.

A presença de enunciados de tradição e modernidade em uma mesma personagem aparece bastante em *Gabriela*, que “com sua beleza que transcende as classes sociais e sua integridade moral, escapa destas variáveis práticas. De fato, nada pode explicar *Gabriela* e sua conduta libertária, a não ser o desejo do autor e da própria personagem!”, conclui Roberto DaMatta (1997, p. 82). O antropólogo, ao analisar *Gabriela, cravo e canela*, destaca, “há uma disputa pelo poder entre os donos do status quo, os velhos coronéis do cacau”, coronel

Ramiro e seus asseclas, e “uma jovem burguesia comercial e modernizante”, o exportador de cacau Mundinho Falcão. No entanto, completa, “as coisas não são monolíticas; antes, são dialógicas” (1997, p. 81).

Nesta disputa de forças entre tradição e modernidade, Gabriela surge com força de terceira via. DaMatta analisa (sobre o livro, mas que acredito ser válido para a telenovela também):

Porque Gabriela e todas as categorias de mulheres de Ilhéus surgem com seus poderes dos fracos para complicar as forças em jogo. Assim, os fazendeiros são desmoralizados por suas belas e jovens amantes (que os traem e os desonram durante todo o livro), de mesmo modo que os burgueses são desgraçadamente traídos pela liberdade e autenticidade da jovem Gabriela, que é de todos e não é de ninguém. Cozinheira, doméstica e construída como imagem viva da mulher antiintelectual, Gabriela revoluciona com as armas que possui: seu corpo, seu tempero, sua comida, seu cheiro de cravo e seu sabor de canela. (1997, p. 81).

A interpretação de DaMatta é bastante válida porque o tema tradição versus modernidade é o palco, no entanto, o cenário da telenovela como o do livro comporta atores que não se encaixam na dicotomia e mais, usam “seus poderes de fracos” para vencer. As amantes traem e fogem com homens

pobres (sempre mais novos), dona Sinhazinha realiza seu desejo pessoal e sexual, Malvina luta para tomar escolhas individuais e Jerusa idem. E Gabriela é algo à parte porque subverte toda a ordem estabelecida pelo coronelismo e a nova burguesia dos anos 1920.

Abaixo, construí um quadro para traduzir em imagem essas forças e personagens:



Imagem 01 – Tradição e modernidade: quadro elaborado pela autora para demonstrar as interseções de diversos sentidos entre tradição e modernidade enunciados pelas personagens da telenovela de 1975. Gabriela não se encaixa plenamente nessa dicotomia.

Pensei no quadro acima para demonstrar como os sentidos produzidos pelos enunciados da telenovela assemelham tradição, moral, atraso e velho. Durante toda a trama, essas categorias se confundem nos enunciados. Do mesmo modo, modernidade, progresso, civilização, urbano e jovem são usados como sinônimos ou com sentidos associados pelas. Já Gabriela é desejo e juventude, que seriam características da modernidade. Ao mesmo tempo, rejeita a civilização nos modos porque não quer usar sapatos e não tem estudo, o que a colocaria em certa posição de atraso. Mas rejeita também as moralidades e os velhos coronéis, prefere os moços, como Nacib e Tônico. Gabriela está além da dicotomia.

Analisando os enunciados, proponho compreender estes conjuntos “tradição, atraso, moral e velho” e “modernidade, progresso, civilização e jovem” como categorias faladas pelas personagens e pertencentes ao enredo e não como categorias analíticas do campo teórico acadêmico. O que interessa para a análise e construção do problema de pesquisa (os enunciados, o que comunica) é: quais são os sentidos produzidos pelos agentes da telenovela *Gabriela* de 1975 (autores, atores, diretores, figuristas etc.). Essa dicotomia e os conjuntos, como proposto no quadro acima (Imagens 01), é importante porque são recorrentes em outras telenovelas da Globo e produzem elementos que fazem parte

do repertório da imaginação telenovelesca: o jovem moderno da cidade traz o progresso; o atraso dos velhos; o atraso do Nordeste; a civilização está nas capitais; e outras forma de produção dessa dicotomia que se repetem em outras tramas da emissora.

Os usos dessas categorias na fala das personagens e composição das cenas colocam em oposição “atraso, tradição e moral” a “civilização, progresso e modernidade”. Mas a ideia de uma interseção, mesmo que pequena, se deve ao fato de alguns sentidos, em determinadas situações, pertencerem a práticas tradicionais e modernas. O exemplo mais contundente é o fim da telenovela, como já foi dito, quando Mundinho é eleito, todos falam com ele e beijam sua mão, como faziam com coronel Ramiro, o maior representante da tradição de Ilhéus, como podemos observar nos videogramas abaixo. Outro exemplo é quando a oposição, que luta para derrubar os coronéis e levar a modernização, acha que dona Sinhazinha teve o que mereceu ao ser morta. Este assassinato, no discurso telenovelesco, é bastante representativo do atraso, da tradição e da moral. Mesmo assim, os representantes da modernidade o apoiam.



Imagens 02 - Reprodução de videogramas de capítulos da telenovela com o beija-mão de coronel Ramiro (esquerda) e de Mundinho ao final da telenovela (direita).

Já Gabriela é desejanante e age, ao contrário das senhoras de Ilhéus que têm que esconder seus desejos e agir sob as ordens dos pais, maridos e avôs. Então Gabriela se opõe à tradição ao ser uma mulher que age e realiza os seus desejos pessoais. Sua sexualidade livre também se opõe às moralidades tradicionais. Ao mesmo tempo, seu temperamento livre, pés descalços, suas brincadeiras de crianças não são características representativas ou almejadas da mulher que busca a modernidade, como Malvina, que quer estudar e ser independente. Mas Gabriela é independente e dona de sua vida, o que seria uma característica dessa mulher moderna. Enfim, Gabriela circula entre aspectos modernos e tradicionais. Talvez, como escreve Jorge Amado no livro, ela seja o povo. Porque se desviarmos o olhar para

além da classe média e alta, vamos encontrar mulheres trabalhadoras, independentes e que não enquadram a sua sexualidade na moral hegemônica das elites intelectuais e econômicas. O interessante é essa mulher ser a protagonista ou, pelo menos, seu nome dar título à telenovela e ao livro.

Como veremos nas análises a seguir, há a dicotomia, mas há espaço para ambiguidade e para uma convivência entre modernidade e tradição, se fazendo presentes vários “estratos do tempo” (Koselleck, 2014, p.9) em *Gabriela*. São as várias temporalidades (percepções e experiências do tempo) produzidas pelos enunciados e que atuam sincronicamente. Um exemplo das várias temporalidades é a simultaneidade entre as velhas práticas coronelistas (a violência e autoritarismo dos fazendeiros de cacau) e o progresso (com a drenagem da barra para abertura do porto, as obras de modernização da cidade, o jornal de oposição). Em Ilhéus, o aclamado progresso convive com as tradições locais.

O cenário político de disputas e déspotas se assemelha de fato, em certos aspectos, com o período histórico de veiculação de *Gabriela*, devido à ditadura militar. No campo cultural, a censura se fez presente na produção artística, tendo efeitos diretos no conteúdo das programações. Ao mesmo tempo, é um momento de consolidação da televisão brasileira e de uma “revolução estética” na TV (Ribeiro; Sacramento, 2018). A censura à *Gabriela* com maior repercussão foi uma cena

de nudez (feminina e masculina) em uma praça, quando dois amantes são expulsos de casa pelados. Não encontrei relato em jornais, nem em entrevistas e nem na documentação da Globo sobre nenhum tipo de censura maior com os núcleos de coronéis autoritários e violentos ou sobre cenas com ações da oposição ou mesmo de cenas de desvalorização dos velhos governantes despóticos. Claro, o fato de não ter conseguido encontrar nenhum documento ou relato não significa que de fato não houve censura sobre os coronéis da telenovela. Pode sim ter tido e os vestígios não terem sobrevivido ou eu não os ter encontrado durante a pesquisa. De todo modo, é curioso terem sido permitidas a exibição de tantas cenas em que os coronéis são vilões e em que a oposição tem atitudes de muito enfrentamento ao governo, assim como os jovens militantes e as classes trabalhadora e intelectual de esquerda se opunham ao governo militar no Brasil dos anos 1970.

A “modernização da telenovela brasileira se deu entre rupturas e continuidades e criou um espaço marcado pela heterogeneidade” (Ribeiro e Sacramento; 2018) e esta inovação da estética foi usada para enunciar a dicotomia tradição e modernidade. Por exemplo, nos movimentos da câmera é possível observar uma nova linguagem para enunciar o tema. A faixa das 22h era destinada a produtos de experimentação e maior liberdade na grade da Globo

e é nesse contexto experimental que se produz e veicula *Gabriela*.

Nos primeiros capítulos, onde se apresentam os costumes e tradições da velha Ilhéus dos coronéis, as cenas foram gravadas com uma câmera fixa. Esta técnica leva o espectador a ver de um ponto de vista imóvel, menos dinâmico, dando a impressão de maior durabilidade, o que representaria a tradição. Com a chegada de Mundinho Falcão a Ilhéus e à trama, a câmera passou a ter mais mobilidade e não mais ficar em um ponto fixo. Assim, o telespectador assiste à telenovela de uma perspectiva móvel, dinâmica. O jovem empresário da capital traz movimento à narrativa, simbolizando a modernidade e o progresso²²³. Sua primeira aparição é em um pequeno barco porque o navio encalhou na entrada da barra. Há um plano do mar em movimento e depois a câmera parada, mas se mexendo junto com o barco. Falam sobre ser uma terra do futuro e Mundinho diz que um dia ainda será o “primeiro na terra do cacau”. Nesta fala, o zoom rápido de câmera para fechar em um *close* no seu rosto, enfatizando todo o movimento que ele trará a Ilhéus. É um movimento sutil. Elizabeth Savalla, intérprete da personagem Malvina, comenta sobre a direção de Walter Avancini e a escolha artística da movimentação de câmera:

223 Fonte: www.memoriaglobo.globo.com/programas/entretenimento/novelas/gabriela-1-versao e acessado em 10/09/2018.

Os vinte primeiros capítulos foram feitos com uma câmera fixa, coisa de cinema. Você entra para a câmera, a câmera não vai buscar você. Quando o Wilker chegou na novela trazendo o moderno, aí é que as câmeras começaram a ter atividade, até então, o quadro era fixo. (Britto, 2005, p. 72)

Outro enunciado que traz o sentido da modernidade é o cabelo de Malvina, cortado muito curto, tipo *chanel*. O corte da personagem foi um grande sucesso entre as meninas da época, virando assunto de jornais e revistas. Segundo relato da figurinista ao Memória Globo, a intenção era trazer modernidade à figura da atriz (Carneiro e Memória Globo, 2005).

Análise das cenas

A seguir, serão apresentadas algumas cenas, dentre uma enorme quantidade que enunciam essa dicotomia. Em um dos primeiros capítulos, doutor Ezequiel, bêbado no bar do Nacib, faz um encalorado discurso chamando coronel Ramiro de “retrógrado” e

Mundinho, um “homem de ideias arejadas”. E completa, Mundinho, querendo ganhar prestígio político, já resolveu pelo menos três problemas da cidade e o que pretende é derrubar coronel Ramiro Bastos. Ao fim do discurso, coronel

Amâncio comenta sobre a dificuldade de se conseguir votos sem o apoio dos coronéis, numa clara ameaça aos presentes no bar.

Noutro exemplo de cena, Mundinho, em conversa com seu amigo Capitão, fala que quando viu Ilhéus pela primeira vez teve vontade de chorar. O Capitão indaga se foi pelo atraso. O exportador responde, “Você me entendeu. É exatamente isso, Capitão. Uma terra nova, rica, onde tudo está por fazer. Uma terra em que o trabalho é, por assim dizer, uma civilização a construir”. O Capitão completa que é por esta razão que Mundinho devia “se meter na política, que está vinte anos atrasada”. Aqui, os coronéis que fazem a política são considerados atrasados e Ilhéus é atrasada. Mundinho veio para construir uma civilização. No diálogo, se enuncia o atraso em oposição à civilização. Falas como essas produzem um repertório de imaginação telenovelesca que constrói o conjunto que propus.

Muitas vezes o velho, o retrógrado, a moral e o atraso são associados à ideia de tradição. Nesse caso, os coronéis e suas políticas. O mesmo acontece com os sentidos de jovem, progresso e civilização que são usados associados à modernidade. Mundinho, empresário jovem e que vem do Sudeste (São Paulo e Rio de Janeiro) para levar o progresso a Ilhéus. Em mais uma cena que traz a dimensão do tempo, coronel Ramiro fala sobre a vantagem que Mundinho leva

porque o tempo está a favor dele e contra si. Desta forma, também se constrói um mapa imaginado, porque o jovem do sudeste é a civilização e o velho do nordeste é o atraso.

O coronelismo é falado algumas vezes, como por exemplo, no final da telenovela. Mundinho já está em guerra com coronel Ramiro e a oposição publica uma matéria sobre o caso da barra e anuncia o “fim do coronelismo”, lido em voz alta por coronel Ramiro.

Mundinho também afirma, em outras cenas, que “o coronelismo está chegando ao fim”. Em muitos capítulos se enuncia a violência na conquista das fazendas, do uso de jagunços como sendo algo do passado, mas ao mesmo tempo chamando os jagunços quando precisam, louvando coronel Jesuíno que “lavou a honra com sangue” e que “honra de homem se salva com uma bala”. Assim, a violência é associada aos velhos e à tradição. Em mais uma cena, coronel Ramiro, de certa maneira, admira Mundinho e enxerga as mudanças que estão acontecendo em Ilhéus e a força de seu opositor. Então, pondera que talvez tenha que “adaptar as velhas ideias aos tempos modernos”.

O jovem filho do coronel Amâncio também contrasta com o pai na dicotomia jovem e velho ou modernidade e tradição. Berto Leal (Mário Gomes) estimula a família a ter um carro e investe nas marinetes (tipo de ônibus) que liga Itabuna e Ilhéus. Berto mostra ao pai que é preciso conquistar

o progresso. Doutor Ezequiel também faz um discurso sobre as marinetes serem importante para Ilhéus “aderir ao progresso”. Essa dupla de pai coronel e filho empresário enuncia o imaginário de jovem/progresso e velho/atraso em vários momentos da trama. Por exemplo, quando Berto não aceita, a mando de seu pai, bater em Zanolha, uma prostituta que está enfrentando as senhoras e os coronéis. Mesmo com o pai insistindo na violência, nessa cena, esse sentido de jovem/progresso/não-violência se contrapõe ao de velho/atrasado/violência.

Outra personagem que enuncia o atraso é o velho advogado Maurício Caires, muito retrógrado. Há várias cenas dele culpando o progresso pelas mazelas de Ilhéus, como Sinhazinha ter se deitado com o dentista. Assim como no livro, o velho advogado culpa as festas do Clube Progresso e a “escola de depravação: o cinema”. As festas do clube que mistura moças e rapazes e a tecnologia do cinema vão acabar com a amoral, segundo ele.

Aqui, os sentidos se misturam em velho/retrógrado/moral versus jovem/progresso/tecnologia/liberação de costumes. Doutor Maurício, culpa, várias vezes, o cinema pelas mudanças de comportamento dos jovens de Ilhéus.

Uma outra passagem que opõe a tradição e o progresso é a ida de Malvina e Jerusa para o sítio de coronel Jesuíno, com ele e Mundinho. São cenas interessantes porque enunciam a

dicotomia tradição versus modernidade em vários aspectos. Nestas cenas se evidencia bastante o tema da telenovela. Nessas sequências se opõem os trabalhadores negros/rural/velho a estudantes brancas/urbano/progresso. São várias cenas delas na fazenda, inclusive em um riacho e descalças, molhando os pés bastante livres. Outra sequência, mostra Mundinho percorrendo a fazenda a cavalo e trabalhadores negros na lavoura de cacau.

A primeira cena delas na fazenda começa com uma câmera na mão, linguagem que não é muito usada nesta ou em outras telenovelas. O ponto de vista da câmera assume a das personagens, subindo uma escada e olhando o casarão. Enquanto isso, comentam das diferenças de viver na fazenda, como suas avós, e na cidade. Cena corta para duas mulheres negras trabalhando, elas ainda conversando (*voz off*) sobre como era ruim para mulheres estudadas morar em uma fazenda. Aqui, negros/trabalho/rural se opõem a brancas/estudo/urbano. Depois, elas começam a falar de Sinhazinha, olhando um retrato e comentam que ela não foi na viagem porque estava com dor de dentes. O telespectador sabe que Sinhazinha está naquele momento com o jovem Osmundo, e vai colocar em prática seu desejo pessoal, a sexualidade feminina, transando com o rapaz. As duas meninas falam de como ela foi obrigada a casar com um homem muito mais velho e a viver na fazenda. São enunciados que contrapõem

tradição (velho, rural, lavoura, falta de escolha e direito das mulheres) à modernidade (jovens, urbano, estudo, desejo feminino e direito das mulheres). Inclusive a montagem das sequências deste capítulo e do seguinte enuncia o tema da telenovela, porque a decupagem traz cenas da lavoura, das jovens no casarão, da prostituta Glória conhecendo a casa de Coriolano e virando sua amante, de Sinhazinha com Osmundo na cidade, de Jerusa percebendo que o padrinho Jesuíno estava tramando um casamento para ela, de Jesuíno recebendo a carta anônima e matando Sinhazinha.

Esta cena de Jerusa e Malvina na fazenda de coronel Jesuíno parece ser uma boa síntese do tema da telenovela e apresenta os múltiplos sentidos dessa dicotomia. Eu analiso o aspecto do feminino em outros trabalhos (Tillmann, 2023a; 2023b), mas vale evidenciar como o atraso é enunciado como falta de direitos das mulheres. O estudo se contrapõe ao rural, dona Esther (de quem elas falam), que estudou em colégio fino e tocava piano perdeu a cabeça na solidão da fazenda. As fazendas são várias vezes enunciadas pela violência (morte nas conquistas de terra e jagunços) em outros momentos da trama.

Há uma outra sequência bem elucidativa da violência versus estudo: a destruição da livraria e dos livros de João Fulgêncio, uma agressão dos coronéis contra a oposição. O livreiro tenta defender a livraria do ataque de coronel

Melk, coronel Amâncio e os guardas, porém, o homem das letras não consegue usar a arma. Se enuncia esta ação de impotência no plano fechado na arma e mão de João Fulgêncio hesitando. Toda a sequência deste capítulo e do próximo é em torno da violência dos coronéis na política, que querem matar a esposa de um jagunço falecido em combate, ao mesmo tempo que rezam uma novena pela paz. As cenas de destruição dos livros são cortadas por coronel Ramiro na igreja liderando uma novena de paz.

O capítulo se encerra e o seguinte começa com uma breve recapitulação da cena e a continuação, ainda entrecortando igreja e destruição dos livros. Melk e Amâncio conversam sobre a inutilidade dos livros, chamando de “tanta bobagem” e Melk de “tempo perdido”. Amâncio pega um livro qualquer e lê um salmo do *Cântico dos Degraus*, sem fazer ideia do que é. A passagem bíblica fala sobre Deus olhar os homens e observar que nenhum se comporta com moral e religiosidade e, assim, nenhum se salvará: “Se tu, Senhor, observares as iniquidades, então, Senhor, quem sobreviverá?”. Enquanto ouvimos coronel Ramiro na igreja dizendo que pecou, vemos os livros sendo jogados na água. Ramiro, batendo no peito, “minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa” e os livros boiando na água, destruídos.

Os velhos coronéis destroem livros com uso de violência. O livreiro João Fulgêncio não consegue usar a arma, a violência

não lhe cabe, ele é um homem do intelecto. Depois de tudo destruído, faz um discurso de desabafo aos companheiros da oposição, Capitão, Doutor, Mundinho e doutor Ezequiel. Eles se veem sem saída. Porque além da destruição de livros, os coronéis também cortaram o fornecimento de papel para o jornal e não pode haver denúncias publicadas na imprensa. Se comenta que o povo de Ilhéus não vai se indignar porque não se importam com livros, ainda mais que os coronéis não destruíram os livros escolares, quer dizer, preservando aquele tipo de livro que a maior parte da população valoriza. Toda essa trama é sobre censura da imprensa e dos livros. João Fulgêncio fala que o que lhe doeu mais foi que se sentiu ridículo demais segurando a arma e que se tivesse dado o tiro que prometeu, teria se assustado com a explosão. Mundinho comenta que ele é um livreiro e não um jagunço, ao que ele responde, “Eu sei, mas o que me pergunto é o seguinte: como é que homens como nós, exportadores, funcionários, advogados, livreiros, funcionários, como é que nós podemos enfrentar essa luta contra verdadeiros jagunços?”. A polaridade dessa dicotomia imaginada é muito evidente nessa trama, que dura vários capítulos.

Ainda sobre o episódio, em outra cena, doutor Ezequiel, conversando com professor Josué, diz que a intenção dos coronéis foi destruir a memória dos homens. Doutor Maurício Caires (personagem que enuncia atraso e tradição)

dá sua opinião: há livros a serem preservados e outros, não. Além disso, como sempre, fala da culpa do cinema e doutor Ezequiel o provoca nesse sentido, ele diz que se o livreiro João Fulgêncio fosse mais à Igreja do que ao cinema, seria um homem mais capaz de respeitar as leis de Ilhéus. No jogo político, coronel Ramiro comenta o episódio, alguns capítulos adiante, na reinauguração da livraria. Pronuncia que, em seu “nome, a intendência de Ilhéus pede desculpas” e lembra “àqueles que lidam com uma mercadoria tão perigosa como o livro, que o livro pode tanto ser uma flor, como uma bomba”. Uma ameaça velada, ou não, aos seus opositores. Toda a trama do entrave do fornecimento do papel de jornal e da destruição dos livros enuncia a violência e censura dos coronéis.

Interessante se observar que é uma trama sobre a censura da imprensa e dos livros sendo exibida durante a ditadura militar no Brasil. São coronéis brutos e destruidores de livros. Coronéis velhos impedindo a imprensa e a opinião de denunciar a violência. Como essa trama foi exibida sem censura? Ainda tinham censores nas redações de jornais em 1975. O jornalista Vladimir Herzog foi assassinado em outubro de 1975. Zuzu Angel foi assassinada em abril de 1976 por denunciar o desaparecimento do filho, principalmente na imprensa internacional. Para calar o movimento estudantil, o prédio da Faculdade de Medicina da Praia Vermelha foi

demolido em 1975 e a faculdade transferida para longe do centro da cidade e da zona Sul. Como essa trama foi ao ar com coronéis destruindo livros e a voz da imprensa? A cena censurada mais comentada pelos realizadores em diversas entrevistas foi a de Juca Viana e Chiquinha saindo pelados pela cidade. Não poderia ter corpos nus no meio da praça, nem no horário das 22h. A nudez então foi sugestionada, aparecem pernas, colos, ombros, costas. Mas não aparecem nádegas, seios ou partes sexuais. Será que a moralidade era mais importante do que a denúncia da violência do governo? Ou será que os militares do governo golpista de 1964 não se identificavam com a violência e autoritarismo nordestino da década de 1920? Não sei, mas destruíram livros e calaram a imprensa na telenovela das 22h.

Finalizando, é importante marcar como ao mesmo tempo que há tensão e disputa, há também convivência. A dicotomia tradição versus modernidade abarca ambiguidades e os estratos do tempo. Porque, como escreve Jorge Amado, as mudanças de costumes são mais lentas do que as modificações dos prédios, estradas e da entrada da barra. Para compreender isso, a cena final (anteriormente citada) é uma síntese bastante interessante e merece ser minuciosamente examinada.

É admirável porque se utiliza, nesse último capítulo, uma linguagem completamente nova. Uma cena etérea, filmada

através de uma cortina de transparente e em movimento por causa do vento. Por trás da cortina, Coronel Ramiro Bastos está morto. A cortina para de bailar. Cessou o vento? Não. É a imagem que congela, como uma foto. Corta para uma foto de Jerusa, Alfredo e Silvia chorando a morte de Ramiro. A imagem congelada, como uma foto (*still*), enuncia a imobilidade no tempo daquele velho coronel e sua família. Começamos a ouvir, paralelamente às imagens congeladas, uma voz em *off*. Ouvimos o início do julgamento de coronel Jesuíno Mendonça pelo assassinato de sua esposa Sinhazinha e seu amante Osmundo. As imagens voltam a ganhar movimento, entrecortando o velório de Ramiro e o julgamento de Jesuíno. No entanto, os andamentos das imagens são distintos. Os planos do velório são em câmera lenta, atraso, e os do julgamento são em cadência normal. Essa linguagem contrapõe o parado no tempo das fotos e o tempo lento (tradição) que morre junto com coronel Ramiro ao tempo mais rápido (modernidade) do julgamento e da condenação de um assassino de esposa.

Corta para um plano com uma roda que gira, o mundo gira, enquanto o doutor Ezequiel fala que prefere “aguardar o julgamento sair do século passado para chegar nos dias de hoje” para começar a sua fala. Seu discurso, contrapõe a velhice de Jesuíno à juventude de Sinhazinha, diz: “os senhores todos sabem, e os senhores jurados também sabem, que os tempos estão mudando. E que hoje, ninguém quer ser

propriedade de ninguém não. Um homem não é mais homem de outro homem, um ser humano de calça ou de saia”. Enuncia a mudança dos costumes em relação à violência e impunidade, inclusive a violência contra às mulheres. Últimos cortes de coronel Ramiro sendo enterrado. Corta para Doutor Ezequiel, que continua seu discurso e diz que não se quer mais viver debaixo da bota de outro homem e quando se vive, mais cedo ou mais tarde, morde essa bota. O que pode ser entendido como a bota dos militares do regime de 1964? Talvez sim, talvez não. Doutor Ezequiel ainda pergunta se os jurados vão ficar ao lado da bota. O juiz indaga se os jurados chegaram a alguma conclusão e recebe o papel com a decisão. O juiz parece chocado ao ler o veredito. Todos tensos no tribunal. Culpado. Até doutor Ezequiel, no papel de promotor, parece surpreso com a vitória, sua própria vitória no tribunal.

A montagem traz a morte e enterro do maior símbolo da tradição, o coronel Ramiro Bastos, em paralelo a outro símbolo, mas de mudança dos costumes, que é o julgamento e condenação de Jesuíno. A montagem propõe dois enterros simultâneos em cena: a morte de coronel Ramiro Bastos e a morte das antigas leis de Ilhéus. Silêncio, Maria Machado puxa palmas. Doutor Ezequiel começa a ser ovacionado. A elite está triste.

Corta direto para planos abertos de cenas da cidade, com muito movimento. Vemos Gabriela livre como gosta e Nacib

apaixonado. Corta para Tônico no Bataclan, dançando com uma acompanhante com o cabaré vazio, sozinho, isolado. Corta para uma câmera na mão, subjetiva. Nos vemos andando pela praça e toda a cidade nos cumprimentando. Vemos que a “câmera” carrega uma bengala como a de coronel Ramiro. Corta para o contraplano, é Mundinho. A cidade toda o cumprimenta. Ao fundo, sempre tocando a trilha sonora da personagem, *Caravana*, de Geraldo Azevedo. Dona Silvia e Jerusa aparecem, param para cumprimentá-lo, conversam alegremente. Só escutamos a música e não a conversa. A mãe de Jerusa passa a admirá-lo, como era com Coronel Ramiro. Mundinho continua a caminhada e é saudado por seus antigos inimigos, coronel Melk e coronel Amâncio. Se dão tapinhas nas costas e se despedem. Mundinho, com sua nova (ou velha?) bengala, continua a caminhada e encontra duas mulheres negras com indumentária de baianas, elas se ajoelham e beijam a sua mão. Nessa hora, a imagem congela novamente como foto. Várias imagens paradas e de ângulos diferentes da cena do beija-mão. Mundinho segurando altivo a sua bengala e as mulheres ajoelhadas à sua frente. Tempo parado, Mundinho parado no tempo. Torna-se o chefe de Ilhéus. Com uma linguagem melodramática (símbolos da bengala e do beija-mão) e o recurso audiovisual do plano congelado, se enuncia o futuro e o passado no presente de Ilhéus. À imagem, se sobrepõe a palavra “Fim”.

Essa sequência é um exemplo muito bom de como a linguagem audiovisual pode usar recursos técnicos e tecnológicos para enunciar sentidos. Produzindo imaginação telenovelesca, tanto um repertório técnico (planos, movimentos de câmera, corte, sequência de montagem), como um repertório imagético (com ações, como o beija-mão, ou objetos de cena, como a bengala, ou atores, como Mundinho é jovem, Ramiro é velho e a mulher do povo é negra) e um repertório textual-verbal (as falas, como “os livros são bobagem” ou “os tempos mudaram”). Essa cena é uma ótima síntese da imaginação telenovelesca acerca do tema tradição e modernidade. Tema do livro e da adaptação da telenovela, que mantém personagens e tramas da obra literária e cria novas, conservando aspectos fundamentais que nos permitem identificar o romance literário na televisão.

Conclusão

A partir da análise dos enunciados da telenovela, nas cenas selecionadas e apresentadas, foi possível perceber que há uma produção de sentidos sobre tradição e sobre modernidade em *Gabriela*. Acredito também que ter ficado evidente que há personagens que enunciam a modernidade e outros, a tradição. As telenovelas são produto de realizadores do audiovisual, autores, atores, diretores, executivos,

produtores, figurinistas, cenógrafos, marceneiros, costureiras, entre tantos outros e são essas pessoas que fazem escolhas e colocam em prática suas ideias. Claro, sempre com limitações, seja por suas funções na produção, pelo orçamento, pela faixa de horário ou pela censura de cada época. Mesmo assim, são sujeitos produzindo sentidos na sociedade. Por essa razão, as histórias contadas pelas telenovelas e a história das telenovelas contam também a história dos sentidos e práticas da nação.

Referências bibliográficas

Bakhtin, Mikhail. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

Barbosa, Marialva Carlos. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Britto, Ângela. **Walter Avancini**. O último artesão. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

BrookS, Peter. **The melodramatic Imagination**. Balzac, Henry James, Melodrama, and the Mode of Excess. New Haven e Londres: Yale University Press, 1995.

Carneiro, Marília; Memória Globo. Entrevista concedida ao Memória Globo em 20/06/2005. Consulta no local em 2022.

Damatta, Roberto. **A casa e a rua**. Espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

Hamburger, Esther. **O Brasil Antenado**: A Sociedade da Novela. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2005.

Keightley, Emily; Pickering, Michael. **The Mnemonic Imagination**: remembering as creative practice. Londres: Palgrave Macmillan, 2012.

Koselleck, Reinhart. **Estratos do tempo**: Estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

Ribeiro, Ana Paula Goulart; Sacramento, Igor. **A Renovação Estética da TV**. In: Ribeiro, Ana Paula Goulart; Roxo, Marco; Sacramento, Igor (Org.). História da Televisão no Brasil. **Do início aos dias de hoje**. São Paulo: Editora Contexto, 2018.

Rosado, Leonardo Coelho Corrêa. **Telenovelas brasileiras**: um estudo histórico discursivo. Belo Horizonte: Tese de doutorado defendida na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas, 2017.

Svartman, Rosane. A telenovela e o futuro da televisão brasileira. Rio de Janeiro: Cobogó, 2023.

Tillmann, Juliana. **Gabri-e-e-la: memória, imaginação e telenovela**. A Construção da imaginação telenovelesca na *Gabriela* de 1975. Tese defendida na Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 2023a.

----- . **Sub-representação de pardos e negros na telenovela Gabriela, de 1975.** Artigo apresentado no GT História das Mídias Audiovisuais, integrante do XIV Encontro Nacional de História da Mídia, realizado na Universidade Federal Fluminense (UFF), 2023b.

----- . **Gabriela no telhado:** nostalgia pura. Artigo apresentado ao Grupo de Trabalho Memória nas Mídias do XXX Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo - SP, 27 a 30 de julho de 2021.

Zanatto, Rafael Morato. **Rockers (1978):** Clássico da cultura cinematográfica. In: Policarpo et al. (Org.). Maconha. Erva boa para pensar. Rio de Janeiro: Autografia, 2023.

Narrativa de bastidor: uma estratégia do telejornalismo para atrair audiência na web²²⁴

Luciana MORAIS²²⁵

Cláudia THOMÉ²²⁶

Por muitos anos o telejornalismo direcionou sua audiência a se informar pela televisão, diante de uma grade de programação que condicionava o telespectador a assistir as notícias apenas em determinados horários, diferente da realidade atual. A TV detinha certo prestígio em relação aos outros meios, ao exibir fatos com exclusividade e, ao mesmo tempo, transferia notoriedade ao trabalho jornalístico. Ao considerarmos as transformações tecnológicas imbuídas não só organizacionalmente, mas também na vida do telespectador, o telejornal ancorou estratégias narrativas (Thomé, 2022; Reis, Thomé, Miranda, 2019) para atrair outras gerações que já nascem inseridas no meio digital.

Com a presença das mídias on-line e, conseqüentemente, a elaboração de novos conteúdos, o público pôde optar por

224 Trabalho apresentado no GT 5-Mídia e Dimensões do Tempo – subjetividades e identidades integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo-2023.

225 Doutoranda do PPGCOM/UFJF. Integrante do grupo de pesquisa Narrativas Midiáticas e Dialogias (CNPq/UFJF), e-mail: luciana.morais@estudante.ufjf.br.

226 Professora doutora da Facom/UFJF e do PPGCOM/UFJF, pós-doutora pelo PPGCOM/UFJF, líder do grupo de pesquisa Narrativas Midiáticas e Dialogias (CNPq/UFJF), e-mail: claudia.thome@ufjf.br.

qual meio se informar. As fases do telejornalismo (Mello, 2018) já evidenciavam a utilização dos aparatos tecnológicos nas produções telejornalísticas, introduzindo novas linguagens e formatos, como aponta Mello (2018), no que a autora denomina de “narrativas de chamada” e “narrativas tipo nota/comentário”. As próprias empresas de jornalismo ampliaram os canais de comunicação, levando a notícia para outras telas, como fez o Jornal Nacional ao compartilhar pela primeira vez uma série, “Brasil em Constituição”, no Instagram²²⁷, criando vínculo com a audiência na *web* mostrando os bastidores pelas redes sociais.

A pandemia da Covid-19 foi um divisor de águas tanto na produção jornalística quanto no consumo de informação. As mudanças advindas da evolução tecnológica somadas ao modo com que os profissionais da área da comunicação trabalharam na cobertura do vírus em virtude do isolamento social criaram um novo jeito de se fazer telejornalismo que já vinha sendo alterado, salientando uma subjetividade que por décadas foi velada perante a pretensa objetividade jornalística (Tuchman, 1999) e que vinha ganhando espaço nas coberturas, evidenciando-se com maior frequência e intensidade na pandemia. Desde então, observamos entradas ao vivo dos repórteres com relatos pessoais, configurando

227 Ver análise do perfil do Jornal Nacional no Instagram feita por Piccinin, Thomé, Morais e Reis (2023). ⁵ <https://globoplay.globo.com/v/12067713/>. Acessada em 30/10/2023.

uma “emoção editorializada” por parte dos âncoras dos telejornais (Thomé, 2021; Reis, Thomé, Reis, 2022; Becker, Thomé, 2022; Morais, Thomé, 2022).

Ao longo dessa reconfiguração do telejornalismo (Thomé, Reis, 2020), nos deparamos com exibições do noticiário não só com intuito de informar, mas tornar os profissionais mais próximos do público, como fez o programa “É De Casa”, da Rede Globo, do dia 28/10/2023⁵, em que os apresentadores encerraram a edição com o cantor Stevie B cantando uma trilha de sua carreira e, concomitante a esta exibição, foram exibidos na tela da TV também os colaboradores que estavam no *suiter* (Figura 1) do telejornal e a produção dançando por trás das câmeras, ou seja, os bastidores do programa.

Figura 1: Colaboradores do “É De Casa” no *suiter* do telejornal.



Fonte: Print da internet. Reprodução Rede Globo. Link <https://globoplay.globo.com/v/12067713/>. Acessada em 12/02/2024.

A presença do bastidor está cada vez mais atuante nos programas que mesclam entretenimento e jornalismo. Na edição do dia 27/10/2023 do “Encontro com Patrícia Poeta”, programa também da Rede Globo, a jornalista menciona algumas vezes a palavra bastidor. Em uma de suas falas se refere a um contexto que outras pessoas desconhecem, como na situação do quadro “Encontro Pet”²²⁸ ao mencionar o especialista em comportamento animal, Alexandre Rossi, que aguardava para entrar no estúdio: “O Rossi tá aqui nos bastidores e já já tá vindo pra cá pra dar dicas maravilhosas pra gente” ou também para se referir a uma situação que ela e os telespectadores não acompanharam como, por exemplo, no caso de dois personagens que participaram do programa do dia 27/10/2023 e contaram sobre situações que aconteceram com eles no metrô²²⁹, a apresentadora disse: “A gente não acompanhou este bastidor aí”. Em ambas situações o termo bastidor vem sendo utilizado para compartilhar algo que o jornalista pressupõe que o telespectador não tenha acesso ao acontecimento e/ou ainda vai anunciá-lo.

O bastidor desliza também para as telas da *web*, buscando a atenção do internauta, em uma relação de maior proximidade própria das redes sociais. O telejornal de maior audiência do país, o Jornal Nacional, tem utilizado situações

228 <https://globoplay.globo.com/v/12064780/>. Acessado em 30/10/2023.

229 <https://globoplay.globo.com/v/12064716/>. Acessado em 30/10/2023.

de bastidores para informar o telespectador que também se faz audiência no Instagram. Pela primeira vez, a editoria do telejornal compartilhou nos destaques dos *stories* um produto telejornalístico, a série “Brasil em Constituição”. Em pesquisa anterior sobre a produção audiovisual²³⁰, identificamos que o JN utilizou como estratégia a publicação do conteúdo não só na mídia tradicional como também nas redes sociais digitais. Além disso, dos 62 *posts* publicados no *feed* e *stories*, oito foram direcionados aos bastidores.

Desta forma, este artigo tem como objetivo trazer uma nova evidência em relação à produção audiovisual a partir da metodologia do Estudo de Caso (Yin, 2001). Conforme apontado anteriormente em pesquisa de Thomé, Piccinin, Morais e Reis (2023), das 33 produções audiovisuais do JN em seu perfil no Instagram, 15 destinavam-se à “narrativa de chamada”, com convite do repórter para assistir à série Brasil em Constituição e 14 à “narrativa tipo nota/comentário”, marcando o lugar explicador do telejornal também no ambiente das redes. Nesta nova investigação, identificamos, neste deslizamento das produções para a *web*, um novo tipo de narrativa em relação às produções em vídeo, a de bastidor, que é o foco deste trabalho.

230 Artigo publicado na coleção Jornalismo Audiovisual, Volume 17, da Rede de Pesquisadores em Telejornalismo (Rede TeleJOR), com resultados de pesquisa em parceria (Thomé, Piccinin, Morais e Reis, 2023).

Método

Para elaborar este trabalho utilizamos a metodologia do Estudo de Caso (Yin, 2001). Segundo (Yin, 2001), “um estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (Yin, 2001, p.32). Desta maneira, a metodologia empregada nos possibilitou lidar com um contexto atual, a partir da elaboração de janelas com as postagens das redes sociais feitas pelo Jornal Nacional em seu perfil do Instagram, que nos possibilitaram identificar o fenômeno da narrativa de bastidor por meio da análise audiovisual de cada postagem.

Na nova ecologia comunicacional (Gomes, 2006), o telejornalismo não assume mais o papel de mediador, construindo novas narrativas como os bastidores de produção em conteúdo integrativo da notícia/reportagem, característica evidenciada por Piccinin e Soster (2012) no telejornalismo midiaticizado, e que pode ser exemplificada no programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo. Vale ressaltar que esse tipo de bastidor prioriza trazer a pós-produção já sendo a notícia, com todos os percalços que os jornalistas poderiam encontrar pelo caminho, diferentemente do que seria mostrado em outro telejornal. As intercorrências não fazem parte do produto final. A partir desta visão, diversos

tipos de bastidores têm surgido atrelados ao conteúdo informativo. No caso em investigação, constatamos um bastidor escondido do público na tela da TV, sendo evidenciado nas redes sociais e sendo, assim, uma produção midiática na rede social digital que é objeto de análise.

Durante os 10 meses de produção da série especial “Brasil em Constituição”, mais de 30 profissionais da Rede Globo colaboraram para planejar reportagens televisivas e criar conteúdo para as redes sociais. Conforme elucidado, foram publicadas nas redes sociais 62 postagens relacionadas aos 23 episódios transmitidos pela televisão. Após a coleta destes posts publicados no Instagram do JN, catalogamos cada um de acordo com o dia de postagem; sua publicação em vídeo ou foto; se o produto foi postado no *feed* ou *stories* do telejornal e incluímos o link em que ele se encontra disponível na rede social. Em seguida, conseguimos identificar que oito materiais tinham exaltado mais as condições do bastidor, isto é, nas produções é possível detectar a presença de uma ambiente de gravações diferente do convencional (estúdio) e profissionais que atuaram na elaboração da série Brasil em Constituição. A metodologia nos possibilitou ter uma visão detalhada dos produtos em fotos e vídeo para melhor compreensão deste tipo de narrativa de bastidor e, neste sentido, elaborar um conceito sobre esta produção cada vez mais presente nos telejornais e em seus perfis nas redes sociais.

Resultados e discussões

A partir da metodologia empregada foi possível identificar uma narrativa de bastidor (Tabela 1) e, a partir disso, criar um conceito a respeito desta eventualidade, ou seja, da narrativa que preconiza mostrar de maneira informal a construção da notícia desde um direcionamento do roteiro e/ou posicionamento de luz, assim como os profissionais envolvidos na produção e que, ao mesmo tempo se assemelha à narrativa de chamada, pois conduz o internauta a se interessar pelo que será exibido na televisão.

Tabela 1: Produções que exaltam os bastidores da série Brasil em Constituição.

| Data | Produto / Post | Exibição | Link |
|----------------|--|------------------|---|
| 29/08/ 2022 | Vídeo explicando que a série será em 23 episódios | Stories/ Feed | https://www.instagram.com/reel/Ch2PChSMsYP/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D |
| 29/08/ 2022 | Foto mostrando a equipe que produziu a série no estúdio do JN | Feed | https://www.instagram.com/p/Ch3NRTwti4S/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D |
| 02/09/ 2022 | Vídeo do Bonner explicando sobre a reportagem de Pedro Bassan sobre a ditadura | Stories/ Feed | https://www.instagram.com/tv/CiBG-eCsrpK/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D |
| 04/09/ 2022 | Carrossel de fotos mostrando os bastidores da série | Feed | https://www.instagram.com/p/CiFEBbNjBU/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D |

| | | | |
|------------|---|-------------|---|
| 11/09/2022 | Carrossel de fotos mostrando os bastidores | <u>Feed</u> | https://www.instagram.com/p/CiXtwq7uJWW/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D |
| 18/09/2022 | Carrossel de fotos mostrando os bastidores | <u>Feed</u> | https://www.instagram.com/p/CiplqbNNcWC/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D |
| 28/09/2022 | Carrossel de fotos mostrando as pessoas que trabalharam na produção | <u>Feed</u> | https://www.instagram.com/p/CjEGm7GO2a3/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D |
| 30/09/2022 | Vídeo dos bastidores da produção da série | <u>Feed</u> | https://www.instagram.com/tv/CjIbxrTBXuA/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D |

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras.

A pesquisa detectou que este tipo de bastidor se difere das produções que inserem toda a construção da notícia, mesmo que algo não ocorra como planejado seja apresentado. Neste sentido, a narrativa de bastidor, à luz de uma guinada subjetiva do telejornalismo (Thomé, Reis, 2022), traz a figura do profissional de forma menos tradicional do que estamos acostumados a ver pela tela da TV. Portanto, podemos depreender deste tipo de narrativa uma maneira do telejornal se aproximar do público, que é telespectador e também internauta, oferecendo uma ideia de transparência, espécie de revelação sobre a forma de construir a notícia.

Considerações finais

Ao longo do trabalho percebemos o quanto a subjetividade está cada vez mais presente na produção telejornalística de tal maneira que na divulgação da notícia há um teor de informação entrelaçado ao modo com que ela foi elaborada. O telejornalismo por décadas cunhou pela produção formal dos acontecimentos e, na atualidade, observamos que os fatos são compartilhados com o público desde os primeiros momentos, antes de se tornar um produto pronto. A presença dos bastidores dos telejornais na *web* faz parte das estratégias de aproximação do público e também de garantia de autenticidade do que está sendo contado, configurando um pacto de transparência, revelando como foi feita a reportagem ou a produção de todo o telejornal. conteúdo mais real, dando uma noção de como se chegou a determinada situação.

O trabalho mostra, portanto, que a série “Brasil em Constituição”, do Jornal Nacional, ao deslizar para as telas da *web*, no perfil do Instagram, entregou ao público uma produção que configura narrativa de bastidor, carregada de subjetividade, o que confirma que o telejornal de maior audiência do país se utiliza de uma estratégia para fidelizar o seu público e atrair novas potencialidades, em uma linguagem mais leve, com fragmentos e recortes de como os jornalistas

da empresa trabalham para levar a informação, seja pela TV ou pela web.

Palavras-chave: Telejornalismo; Narrativa de bastidor; Instagram.

Referências bibliográficas

Gomes, Pedro Gilberto. **Filosofia e Ética da Comunicação na Midiatização da Sociedade**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

Mello, Edna Silva. Fases do Telejornalismo: Uma proposta epistemológica. In: Emerin, Cárlica; Coutinho, Iluska e Finger, Cristiane.(Orgs.). **Epistemologias do telejornalismo brasileiro**. Coleção Jornalismo Audiovisual. V.7, 2018. Florianópolis: Insular.

Miranda, Pedro Augusto Silva; Thomé, Cláudia de Albuquerque; Reis, Marco Aurelio Reis. **Estratégias narrativas no telejornalismo em contexto de convergência**. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 42º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Belém, 2019. Disponível em <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2019/resumos/R14-1163-1.pdf>. Acesso em 10 nov de 2023.

Piccinin, Fabiana; Soster, Demétrio de Azeredo. Da Anatomia do telejornal do telejornal midiatizado: metamorfoses e narrativas múltiplas. In: Brazilian Journalism Research - Volume 8 - Número 2, pp. 118-134, 2012. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/427/385>. Acesso em 10 nov de 2023.

Piccinin, Fabiana; Thomé, Claudia de Albuquerque; Morais, Luciana. Soares; Reis, Marco Aurélio. Práticas editoriais e narrativas do JN no Instagram: **estudo de caso da série “Brasil em Constituição”**. In: Ariane Pereira; Edna Mello; Cristiane Finger; Cárilda Emerim. (Org.). **Na TV e em outras telas**. 1ª ed. Florianópolis, SC: Insular, 2023, v. 17, p. 41-60.

Thomé, Cláudia. **Emoção e testemunho no Jornal Nacional: Estratégias narrativas no mês das 500 mil mortes pela Covid-19**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 45o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2021/resumos/dt1-te/claudia-thome.pdf>. Acesso em 10 nov de 2023.

Thomé, Cláudia; Becker, Beatriz. **Subjetivação como estratégia do telejornalismo na defesa da ciência**. In: Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática, V. 21 n. 47, 2022. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/72173/50962>. Acesso em 10 nov de 2023.

Thomé, Claudia; Piccinin, Fabiana; Reis, Marco Aurélio. **Memória, intimidade e combate à desinformação nos Stories do JN: estratégias de construção de confiança e intimidade**. In: Anais do 20º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo, 2022, Fortaleza. Disponível em :<https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2022/trabalhos/memoria-intimidade-e-combate-a-desinformacao-nos-stories-do-jn-estrategias-de-co?lang=pt-br>> Acesso em: 21 ago. 2023.

_____. Anatomias narrativas do Telejornalismo contemporâneo e seus elementos certificadores. In: EMERIM, Cárilda; Pereira, Ariane; Coutinho, Iluska. (Orgs.). **Telejornalismo 70 anos: o sentido das e nas telas**. Florianópolis: Insular, 2020, v. 9, p. 159-196. Acesso em 10 nov de 2023.

Thomé, Cláudia; Reis, Marco Aurelio. **Emoção editorializada como estratégia narrativa no telejornalismo**. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 45o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Disponível em <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0810202221021062f4470215f04>. Acesso em 10 nov de 2023.

-----**Reconfiguração do telejornalismo regional mineiro frente à pandemia do Covid-19**. SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo 18o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo. 3 a 6 de Novembro de 2020. Disponível em <https://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2580/1454>. Acesso em 10 nov de 2023.

Tuchman, Gaye. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. IN: Traquina, Nelson (org.). **Jornalismo: questões teorias e “estórias”**. 2 ed. Lisboa: Vega, 1999.

Yin, Robert. **Pesquisa Estudo de Caso - Desenho e Métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Capítulo 37

Temporalidade hegemônica e epistemologia ch'ixi: tensionamentos em busca de novos futuros possíveis²³¹

Marlos Augusto Rangel MENDES²³²

Há sinais de que o risco de o fim estar próximo é mais concreto do que as profecias de arautos do apocalipse. Apesar disso, parece que insistimos em “não olhar para cima”. Por opção cega ou apatia, dançamos a beira do precipício da hecatombe climática e da aniquilação. Evidências da degradação ambiental e do aquecimento global há décadas advertem a humanidade das consequências funestas para a vida na Terra, ou, ao menos, para sua própria existência. A pandemia da Covid-19 trouxe novos elementos para medos e reflexões inquietantes. Estaria a natureza tentando se livrar da única espécie que, a exceção dos vírus, tem por hábito destruir o lugar onde vive? Seríamos capazes de, enfim, dar a devida atenção aos indícios alarmantes? Justo quando a pandemia começava a dar sinais de arrefecimento, o conflito armado na Ucrânia sacudiu as relações internacionais com impactos imediatos na economia global, assim como

231 Trabalho apresentado no GT 5 - Mídia e Dimensões do Tempo- Subjetividades e Identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo - 2023

232 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano do Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (IACS/UFF) e-mail: marlosmendes@id.uff.br; marlos.mendes@gmail.com

desdobramentos imprevisíveis até então inimagináveis, como o advento de uma nova ordem mundial, o fim do “mundo globalizado”, ou mesmo a hecatombe nuclear, retirada do sono da hipótese distante e trazida de volta ao “âmbito das possibilidades”.²³³

O Brasil, abalado diretamente, embora com intensidades distintas, pela pandemia e pelo confronto no Leste Europeu, enfrenta, no contexto interno, turbulências de toda ordem no âmbito das agressões e ameaças crescentes ao meio ambiente. O desmatamento bate recordes históricos na Amazônia, onde o garimpo ilegal e predatório se alastra como praga em forma de explosões de dinamite e derramamento de mercúrio nos rios; o Pantanal sofre queimadas de proporções inéditas; terras indígenas são atacadas pelos interessados na exploração mineral e na grilagem, assim como pelos seus representantes no Congresso, que elaboram a toque de caixa (des) regulamentações que favoreçam a exploração desenfreada dos recursos naturais. Tudo isso com a anuência do executivo federal, que, sob o comando de Jair Bolsonaro, deixava “passar a boiada”. No momento de crise, para onde olhar? Para cima, em busca de evidências? Para baixo, resignados ante o inexorável?

233 Sobre o conflito na Ucrânia, o secretário-geral da ONU António Guterres afirmou: “A perspectiva de um conflito nuclear, antes impensável, agora está de volta ao âmbito das possibilidades”. O Globo, 14/3/2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/secretario-geral-da-onu-diz-que-querra-nuclear-volta-ao-ambito-do-possivel-aposinvasao-da-ucrania-25432149> Acessado em 1/4/2022.

Para frente, a procura de utopias que orientem a ação?
Para trás, à cata de vivências e lições inspiradoras?

O objetivo do presente trabalho é articular o alerta de Isabelle Stengers (2015) sobre o risco de uma hecatombe e a proposta epistemológica de Silvia Rivera Cusicanqui inspirada nas temporalidades dos povos Aymará e Quéchua. Isabelle Stengers (2015) afirma que o modelo de progresso advindo do iluminismo e implementado pelo capitalismo ameaça exaurir o planeta e torná-lo inabitável e propõem que se busquem alternativas de futuro e ação diferentes das propostas pelo mercado para superar crises sem mudar as condições que as provocam. Silvia Rivera, por seu turno, formula uma visão de mundo em que o tempo é interpretado e vivido de forma distinta da linearidade positivista. Se a temporalidade de origem positivista concebe o futuro como um devir a ser alcançado pelo progresso, a temporalidade indígena pensa em ciclos de criação e destruição, que remetem à produção e troca de bens e a rituais coletivos referentes às divindades, ao indivíduo e seu corpo, à natureza e à cultura.

A Intrusão de Gaia

Em *O Tempo das Catástrofes*, Isabelle Stengers (2015) aborda a “verdade inconveniente” da degradação climática e suas perspectivas nefastas como uma consequência do capitalismo, marcado por mirar o progresso a qualquer

preço, herança do pensamento iluminista e do postulado de que o homem, por meio do racionalismo e da ciência, poderia dominar a natureza e explorá-la para satisfazer suas vontades. A humanidade se encontra em suspenso entre duas histórias: de um lado, a do capitalismo e suas disputas na arena global por lucro e progresso, que dispõe de argumentos de como alcançar seus objetivos, mas parece ignorar os desdobramentos; do outro, a dos que alertam para essas consequências, mas não dispõem de respostas claras:

Vivemos tempos estranhos, um pouco como se estivéssemos em suspenso entre duas histórias, que falam ambas de um mundo que se tornou “global”. Uma é conhecida de todos. Seu ritmo é marcado pelas notícias do fronte da grande competição mundial, e seu crescimento segue a flecha do tempo. Ela tem a clareza da evidência quanto ao que exige e promove, mas é marcada por uma notável confusão em relação às suas consequências. A outra, em compensação, pode ser pensada como nítida quanto ao que está acontecendo, mas obscura no que exige, na resposta àquilo que está acontecendo. (STENGERS, 2015. p. 9).

A autora critica uma forma de pensamento dominante que não ousa tocar nas “leis de bronze do mercado” e exige adaptações aos novos tempos, com um misto de crença da inexistência de alternativas possíveis e fé inabalável no

suposto poder da ciência para tudo resolver, de inovar para que tudo continue como está. O acúmulo de problemas que só fazem se agravar — “desigualdades sociais crescentes, poluição, envenenamento por agrotóxicos, esgotamento das fontes, diminuição do volume dos lençóis freáticos etc.” (Stengers, 2015, p.11) — leva a autora a questionar se é possível manter o estado atual das coisas:

A ideia de que cabe a esse tipo de desenvolvimento, movido pelo crescimento, consertar o que ele mesmo ajudou a criar não desapareceu, mas ela não é mais evidente. O caráter intrinsecamente “insustentável” desse desenvolvimento, que alguns anunciavam há décadas, tornou-se agora um saber comum. E é precisamente esse saber, hoje comum, que cria o sentido distinto de que outra história começou. O que sabemos agora é que, se aguentarmos firme e continuarmos a ter confiança no crescimento, vamos, como se diz, “dar de cara com a parede”. (Stengers, 2015, p 11-12).

Em sua abordagem, a autora propõe uma ideia que represente a urgência do momento e que sirva de ponto de partida para pensar em alternativas de futuro, que não a barbárie. “Aquilo para o que temos que criar uma resposta é a intrusão de Gaia”. (ibid., p. 47)

Mais do que uma referência à figura da mitologia grega, a ideia é tributária da teoria do cientista inglês James Lovelock

e do microbiologista Lynn Margulis, defendida em artigos publicados no começo dos anos 1970. Lovelock e Margulis propugnaram a existência de relações complexas entre seres vivos e os elementos físicos e químicos da natureza que resultariam numa autorregulação do sistema planetário. A teoria foi recebida com polêmica na comunidade científica, mas despertou entusiasmo em ambientalistas, principalmente devido às afirmações de Lovelock de que a Terra é viva²³⁴. Stengers ressalta que “interrogar Gaia é, então, interrogar algo coeso, e as questões dirigidas a um processo particular podem pôr em jogo uma resposta, às vezes inesperada, do conjunto”. (Ibid., p. 50).

Esse “algo coeso” é também indiferente ao ser humano, uma entidade que “no passado foi honrada, foi por ser temida, aquela a quem os camponeses se dirigiam, pois sabiam que os homens dependem de algo maior do que eles, de algo que os tolere, mas de cuja tolerância não se deve abusar.” (ibid., p. 51). Uma entidade anterior aos gregos e seus deuses dotados de senso de justiça e injustiça, com especial interesse pelos mortais. Anterior também à ideia do amor materno. “Uma mãe, talvez, mas irascível, que não se deve ofender”. (Stengers, 2015, p.51)

A autora opõe Gaia a outras concepções da natureza, a saber: aquela ameaçadora e que deve ser domada; aquela frágil

234 “Teoria Gaia: de idéia pseudocientífica a teoria respeitável”. ComCiência. SBPC/Labjor. 2005

e que deve ser protegida; ou aquela que pode ser explorada pelo homem a seu bel-prazer. “A hipótese é nova. Gaia, a que faz intrusão, não nos pede nada, sequer uma resposta para a questão que impõe. Ofendida, Gaia é indiferente à pergunta “quem é responsável? “e não age como justiceira”. (ibid., p. 52).

O ponto fulcral do argumento da intrusão de Gaia é que esse “algo coeso” é anterior ao ser humano, dele independe e a ele pode sobreviver, mesmo que a humanidade sucumba às consequências de seus atos, ou melhor, às “ofensas” à Gaia. A resposta não deve ser dada à Gaia, mas às causas que levaram a sua “intrusão”:

E, aliás, talvez seja isto o mais difícil de conceber: não existe um futuro previsível em que ela nos restituirá a liberdade de ignorá-la; não se trata de “um momento ruim que vai passar”, seguido de uma forma qualquer de *happy end* no sentido pobre de “problema resolvido”. Não seremos mais autorizados a esquecê-la. Teremos que responder incessantemente pelo que fazemos diante de um ser implacável, surdo às nossas justificativas. (Stengers, 2008, p.53).

Stengers identifica o problema e dá a dimensão de sua grandeza e urgência. Se, por um lado, não oferece respostas prontas ou caminhos para a ação, por outro dá indicações

de que seu enfrentamento com vistas à construção de um futuro outro que não a barbárie requer formas de pensamento distintas das que hoje embasam nosso modo de vida (industrial, capitalista, globalizado), assim como da ação coletiva. Tarefa tão hercúlea quanto inescapável:

Que não me venham perguntar que “outro mundo” será possível, que “outro mundo” seremos capazes de construir com ela. Não cabe a nós a resposta; ela cabe a um processo de criação cuja enorme dificuldade seria insensato e perigoso subestimar, *mas que seria um suicídio considerar impossível*. Não haverá resposta se não aprendermos a articular luta e engajamento nesse processo de criação, por mais hesitante e balbuciante que ele seja. (Stengers, 2015, p. 58).

A crítica ao pensamento eurocêntrico e capitalista aliada à proposta de novas formas de pensamento, a busca de uma relação menos destrutiva do homem com a natureza, a ênfase na ação coletiva são alguns pontos de contato possíveis entre o texto de Stengers e o pensamento de Silvia Rivera Cusicanqui. A seguir, busca-se descrever as bases da epistemologia *Ch'ixi* formulada pela pensadora boliviana e tensioná-las com as ideias da belga.

Rivera é uma autora de formação marxista e atuação inicialmente anarquista que volta seus esforços para a

construção de um pensamento decolonial. Ela busca compreender a formação social e política da Bolívia e as relações entre os vários estratos sociais que a compõem, assim como o papel das nações indígenas nessa sociedade. Seu pensamento parte da crítica a formulações liberais, populistas e progressistas — situadas, historicamente, na formação do estado nacional, no desenvolvimentismo dos governos militares, na década de 1970, e nos movimentos de partidos de esquerda nos anos 1960 —, que considera sofrerem de um problema original, a saber, ter por base uma visão de mundo eurocêntrica, trazida pela Colonização Espanhola.

Seu esforço é no sentido de propor uma epistemologia fundamentada nos saberes dos povos indígenas da região que hoje constitui a Bolívia — principalmente Aymarà e Quéchuá — articulando o ser humano ao território que ocupa, aos ciclos da natureza, assim como às relações de produção e troca. Na base desse pensamento decolonial está a ideia central de que a modernidade, ao menos para a Bolívia, não deve ser buscada nas ideias eurocêntricas e nas práticas capitalistas, mas nas visões de mundo, tradições e práticas dos povos originários. Dito de outra forma, a modernidade não está no europeu, mas no indígena.

Rivera desenvolve essas ideias em *Un mundo ch'ixi es possible* (2018). A autora toma de empréstimo a ideia de

“abigarrado”, usada por Rene Zavaleta no esforço de refletir sobre a heterogeneidade que caracteriza a sociedade boliviana. Em espanhol, “abigarrado” é adjetivo que designa algo de várias cores, principalmente se mal combinadas. Rivera tensiona o conceito com a ideia de *ch'ixi*, termo da língua aimará que designa um mineral que aparenta ser cinza quando visto de longe, mas que na verdade é composto por vários pontos brancos e pretos que se misturam. Note-se que a ideia de “abigarramiento” é apropriada por Rivera para interpretar com “imaginação sociológica” tanto os estratos da sociedade boliviana quanto as temporalidades distintas em que vivem esses estratos. Sobre Zavaleta, diz a autora:

En efecto, el abigarramiento es en su escritura un concepto al mismo tiempo espacial y temporal — afín a la idea quechumara de pacha [espaço/tempo; ciclo, época] — aunque él no prestara atención a esta conexión. Explorar la matriz andina/popular de lo abigarrado y sus diferencias con el concepto de lo *ch'ixi* será entonces un breve ejercicio de “imaginación sociológica” (Mills), urgido por la intención de problematizar la realidad del aquí-ahora, más que por establecer genealogías y orígenes. (Rivera, 2018, p. 9)

Outro conceito tomado de empréstimo é o de *double bind*. Seria está a situação dos intelectuais bolivianos

que investigaram sua nação a partir de um pensamento baseado em princípios eurocêntricos, desconectado das características “*abigarradas*” da sociedade boliviana. Para Rivera, isso levaria a uma situação de *double bind*, ou seja, de um aprisionamento a duas forças distintas que provocaria uma contradição paralisante. Isto porque esses intelectuais são de um país atravessado pela colonização, mas educados para pensar nos termos do colonizador. Pessoas da elite, por certo, mas de uma elite “abigarrada” à cultura das nações indígenas originárias a compartilhar com elas o mesmo território.

Rivera coteja o conceito *double bind* com outro, de origem aymara: *Pã chuyma*. A palavra pode ser decomposta em dois elementos: *pã*, que significa dois e *chuyma*, que se refere às entranhas superiores (pulmão, coração e fígado). *Pã chuyma*, portanto, designaria uma pessoa indecisa entre duas ações ou ordem contraditórias.

Como solucionar esse impasse? Ao contrário da tradição dialética que proporia que contradições levassem a uma síntese unificadora, Rivera oferece uma “*mirada ch’ixi*”. Não se trata de assimilar o indígena em uma cultura colonizada à europeia, numa proposta desenvolvimentista, tampouco de considerá-lo um dos elementos subalternos da luta de classes, numa interpretação dos movimentos liderados por partidos de esquerda. Ou seja, não se trata de buscar uma síntese a

partir das contradições. Trata-se, isto sim, de vivenciar as tensões dessa sociedade, articular suas contradições, e tomá-las como instrumento de transformação social, um processo constante a ser vivenciado no tempo, espaço, nos corpos, na linguagem, nos rituais.

Como resumiu a autora na apresentação de *Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*:

Lo indio no debe ser planteado entonces en términos de una identidad rígida, pero tampoco puede subsumirse en el discurso ficticio de la hibridación. Lo ch'ixi como alternativa a tales posturas, conjuga opuestos sin subsumir uno en el otro, yuxtaponiendo diferencias concretas que no tienden a una comunión desproblematizada. Lo ch'ixi constituye así una imagen poderosa para pensar la coexistencia de elementos heterogéneos que no aspiran a la fusión y que tampoco producen un término nuevo, superador y englobante. (Rivera, 2010, p.7).

O percurso metodológico de Silvia Rivera remonta aos trabalhos do Taller de História Oral Andina (THOA), um coletivo que aplicou a metodologia da história oral para investigar saberes e traços culturais dos povos Quéchua e Aimará (do qual, aliás, Rivera tem um antepassado). Vários

conceitos culturalmente arraigados foram trazidos à tona e aplicados nas reflexões do grupo. Como, por exemplo, as ideias de *pacha* (espaço-tempo, ciclo, época); *pachamama* (mãe natureza, o cosmos que nos rodeia) e *pachakuti* (regresso do tempo, retorno, mudança do tempo, reversão do cosmos, mas também ciclo de catástrofe e renovação). Ou ainda, como sintetiza Rivera “la revuelta o vuelco del espaciotiempo, con la que se inauguran largos ciclos de catástrofe o renovación del cosmos” (ibid., p.22).

Esses termos indicam o modo indígena de entender a natureza como formada por ciclos, que remetem à produção e troca de bens, assim como a rituais que envolvem a coletividade e as divindades, o indivíduo e seu corpo, natureza e cultura. Segundo Rivera, a chegada do invasor europeu teria sido interpretada pelos indígenas como o início de um desses ciclos de destruição, dado o choque de duas epistemologias conflitantes. Ela exemplifica essa incompatibilidade com a história, buscada em ilustrações do período colonial, de um suposto um diálogo entre o colonizador e o indígena sobre o ouro. Para os indígenas, o ouro tinha um valor ritual, era oferecido aos deuses como forma de garantir boas colheitas enquanto, para eles, o invasor parecia comer literalmente o ouro. Assim, os indígenas teriam visto os invasores como seres não humanos cuja chegada seria o prenúncio um novo ciclo de destruição do cosmos, deixando-se abater diante do inexorável.

Por meio da história oral, Rivera sugere realocar o indígena como ator participante do processo de investigação (Rivera, 1987). A proposta é colocada em oposição às ideias tanto da esquerda dos anos 1960, de inspiração estruturalista, como dos liberais desenvolvimentistas uma vez que ambos “instrumentalizavam” o indígena. Para Rivera, esquerda interpretava a questão do indígena não pelo viés étnico, mas enquadrando-o na luta de classes ao lado com operários e camponeses. Por seu turno, os governos militares dos anos 1970, incentivados pelos Estados Unidos, visavam a assimilar os indígenas numa perspectiva de “modernização” e “progresso”.

Com surgimento de novos fenômenos políticos e mobilizações populares na passagem dos anos 1960 para 1970, a ênfase passou a ser “produzir conhecimentos e resultados de investigação significativos não apenas para o investigador e a comunidade acadêmica, mas também para os interesses do grupo estudado”. (Rivera, 1987, p.5). Visando a recuperar a história dos movimentos indígenas, indivíduos aimarás procuram vínculos com intelectuais não indígenas e escolhem parceiros de trabalho. O retorno de resultados estabelece um refinamento metodológico constante. Há dois enfoques centrais: por um lado, presta-se mais atenção à visão dos aymaras com relação à sociedade, à história e ao Estado; por outro, atenta-se à história mítica, haja vista

que “o mito funciona como mecanismo interpretativo das situações históricas” (ibid., p.8). Nesse sentido, “Interessa, portanto, não apenas reconstruir a história ‘tal qual foi’, “mas também, fundamentalmente, compreender a forma como as sociedades índias pensam e interpretam sua experiência histórica” (Rivera, 1982a, apud. Rivera, 1987, p.9).

Considerações finais

Ao cotejar o alerta da intrusão de Gaia de Stengers e a mirada *ch'ixi* de Rivera encontramos como pontos de contato a crítica ao pensamento eurocêntrico capitalista articulada com novas abordagens epistemológicas, a procura de formas para estabelecer uma relação menos destrutiva entre homem e natureza e a ênfase na ação coletiva. A abordagem global de Stengers, que tem como objeto a hecatombe climática, e o enfoque local de Rivera, que almeja pensamentos e práticas decoloniais, convidam para a construção de novas utopias.

Trilhando esse caminho, podemos elocubrar que, assim como as teses de Marx e Engels se apresentam como resposta às contradições do capitalismo burguês almejando a revolução e a superação desse modo de produção, talvez caiba na contemporaneidade uma nova utopia, em que a ideia de preservação da raça humana como parte integrante do planeta – sem o qual ainda não pode existir – conduza a outras formas de pensar e estar no mundo.

Uma utopia desse jaez poderia ser imaginada em bases locais e comunitárias. Tome-se, por exemplo, a tragédia das chuvas em Petrópolis (RJ) em fevereiro de 2022, provocada tanto pela ação da natureza, pela inação de governos contra as ocupações de áreas de risco, uma constante agressão ao meio ambiente. Poderia uma mirada *ch'ixi* contribuir para a reelaboração do modo de vida naquele território? A ocupação seguiu apenas a lógica econômica que ignorou os aspectos ambientais da ocupação de áreas de risco para moradia. Ou seja, não foi observado o ritmo da natureza, seus ciclos de seca e chuvas. E, segundo o que mostra o retrospecto, outros desastres virão. Caberia, então, uma visão *Ch'ixi* em que natureza e modo de vida não entrassem em choque direto? Haveria como pensar uma cadeia produtiva, uma forma existência e subsistência para a cidade em que as trocas se dessem em uma lógica alternativa de valores? Eis um exemplo de desafio contemporâneo para o qual a intrusão de Gaia e a epistemologia *Ch'ixi* podem inspirar soluções.

A conjuntura internacional, contudo, não é das mais animadoras. Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU divulgado em abril de 2022 alertou que as emissões de gases que provocam o aquecimento global estão nos níveis mais altos da história e que os anos até 2025 serão cruciais para manter o aumento da temperatura na Terra dentro das metas acertadas no Acordo

de Paris. É preciso limitar as emissões de gases em 45% até 2030 e atingir emissões zero em 2050. Também é preciso repensar formas de transporte e alimentação. Dirigindo-se às gigantes do setor de petróleo e gás, o secretário-geral da ONU António Guterres afirmou: “Vocês não podem afirmar serem ‘verdes’ quando seus planos e projetos minam o acordo para emissões zero até 2050 e enquanto ignoram que grandes cortes de emissões precisam ocorrer nesta década”²³⁵. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a qualidade do ar respirado por 99% das pessoas está abaixo dos padrões recomendados pela própria entidade²³⁶.

Talvez falte a todos e cada um de nós uma reflexão sobre um conceito aymará a respeito do tempo: “con el pasado ante sus ojos y el futuro en sus espaldas”. (Rivera, 2018, p.22). Olhando o passado, as vivências de outras comunidades humanas, podemos buscar fontes de inspiração para outros modos de ser e estar no mundo porque carregamos o futuro em nossos ombros, sua configuração depende de nosso esforço. O desafio é gigantesco e as reflexões apresentadas apontam para um caminho utópico. A fim de evitar que tal constatação tenha efeito paralisante, cite-se novamente

235 Relatório do Ipcc prova “o fracasso da liderança global sobre o clima”: Disponível em <https://news.un.org/pt/story/2022/02/1781142> Acessado em 06/04/2022.

236 Almost everyone now breathing polluted air, warns WHO Disponível em <https://news.un.org/en/story/2022/04/1115492> Acesso em 06/04/2022

Stengers: “Não haverá respostas se não aprendermos a articular luta e engajamento nesse processo de criação, por mais hesitante e balbuciante que ele seja” (Stengers, 2015, p. 58). Enfim, tudo indica que já passou da hora de “olhar para cima”.

Referências bibliográficas

Cusicanqui, Silvia Rivera. **Un mundo ch'ixi es posible**: Ensayos desde um presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

___ **Ch'ixinakax utxiwa**: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores. Buenos Aires. Tinta Limón, 2010.

___ El potencial epistemológico y teórico de la historia oral: de la lógica instrumental a la descolonización de la historia. **Revista Temas Sociales**, La Paz, número 11, 1987, p. 49-64. IDIS/UMSA.

Neto, Nei de Freitas; Lima-TavareS Marina de; El- Hani, Charbel Niño. Teoria Gaia: de ideia pseudocientífica a teoria respeitável. **Com Ciência**: revista eletrônica de jornalismo científico. SBPC/ Labjor, 2005. Disponível em: <https://www.comciencia.br/dossies-172/reportagens/2005/11/08.shtml> Acesso em: 01/01/2023

Stengers, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. São Paulo: Cosacnaify, 2015.

O projeto ético-identitário homossexual: uma arquitetura temporal²³⁷

Vinicius Ferreira²³⁸ (UFRJ)

É você o veado?
Quando a pronunciam eles a inscrevem em mim pra sempre,
como um estigma,
aquelas marcas que os gregos infligiam a ferro ou faca
no corpo dos indivíduos desviantes, perigosos para a comunidade.
E percebi a impossibilidade de me desfazer desse estigma.
Édouard Louis

Um mapa-múndi que não incluía a Utopia não é digno de consulta, pois
deixa de fora as terras a que a Humanidade está sempre aportando.
Oscar Wilde

A história comunicacional da homossexualidade que pretendemos contar é construída a partir das conexões afetivas, situadas no tempo. Se trata de um método de escrita da história que Elizabeth Freeman (2010) denomina de *erotohistoriography*. Nessa compreensão sobre o fazer historiográfico, não reescrevemos sobre um “objeto perdido” pelo presente, ao contrário, o encontramos já no presente.

237 Trabalho apresentado no GT 5 - Mídia e Dimensões do Tempo - subjetividades e identidades, integrante do Encontro Nacional Mídia e Dimensões do Tempo - 2023.

238 Doutor e mestre em Comunicação e Cultura pela UFRJ. Jornalista pela UFPI. Pesquisador do NUJOC/UFP, do MEMENTO/UFRJ e da Rede Historicidade dos Processos Comunicacionais, e-mail: viniciusf@hotmail.com

Isso significa que o momento em que vivemos, e a partir do qual tecemos nossa escrita história, é sempre híbrido. É a partir das conexões afetivas entre os sujeitos do passado e deles para conosco que somos capazes de narrar as transformações do mundo. Dessa forma, a consciência histórica, que permite imaginar o passado, está intimamente ligada as sensações que emanam das nossas fontes, como também, das afetações que elas provocam em nosso corpo no contexto da escrita.

Mas como escrever uma história da homossexualidade que seja capaz de considerar as singularidades afetivas das experiências e, ainda assim, estabelecer conexões com outros tempos e espaços? Para Dinshaw (1999; 2001) a resposta seria o desenvolvimento de uma história afetiva que considere a existência de uma comunidade queer ao longo do tempo. A solução proposta pela autora, de considerar a existência de uma comunidade queer como operadora das vinculações no espaço-tempo, nos lança, contudo, novas questões como, por exemplo: o que significa uma comunidade homossexual? Quem decide sobre quais corpos históricos pertencem ou não a ela?

Pretendemos, neste capítulo, elucidar essas questões. Partimos inicialmente dos argumentos apresentados por Dinshaw (1999; 2001) para justificar a adoção da ideia de uma comunidade queer como articuladora de uma escrita

histórica afetiva. Em um segundo momento desenvolvemos o que estamos denominando de comunidade homossexual e a centralidade que a dimensão temporal ocupa em nossa abordagem.

A temporalidade vinculativa do comum homossexual

Para Dinshaw (1999; 2001) as comunidades sexuais são, pelo menos em parte, virtuais, sendo demarcadas pelo olhar lançado pelo pesquisador em determinado contexto histórico. As intenções do pesquisador, com suas demandas políticas e culturais do presente, são, dessa forma, parte constitutiva dos elementos de ligação que sustentam a percepção sobre dada comunidade. Com isso, não se quer negar os vínculos concretos que agiam sobre os sujeitos do passado ou seus laços para com os tempos atuais. O que se busca é evidenciar que a história é sempre uma narrativa particular. Ter essa consciência permite que novos pesquisadores sejam capazes de articular múltiplas visões do passado, permitindo que as visões sobre comunidades ao longo do tempo se ampliem.

Para além de sua virtualidade, as comunidades queer também são formadas através de conexões parciais concretas. Coalizões organizadas em torno de interesses ou causas específicas – atravessando assim as fronteiras estabelecidas pelas concepções clássicas de comunidade. As comunidades

queer seriam, assim, estabelecidas por meio de elementos compartilhados entre sujeitos históricos.

A vergonha e o isolamento seriam para Dinshaw (1999; 2001) os elementos de conexão que ligariam inicialmente os sujeitos da comunidade queer. Seria a abjeção legada a esses corpos que conformaria um senso de comunidade partilhada. Com isso, a autora busca subverter as lógicas de exclusão para os “nossos próprios propósitos perversos” criando uma primeira instância de pertencimento com potência para a agência comum.

A definição da vergonha e do isolamento como as bases para a constituição de uma comunidade queer não é unânime. Alguns autores argumentam os limites dessa estratégia, pois toma para si os papéis fornecidos pelos “nossos perseguidores”, os reafirmando como “diretores da cena”. Se questiona, porque, afinal, os mecanismos de exclusão são retomados para ditar os termos de constituição e funcionamento das comunidades queer. Em nossa explicação sobre as comunidades homossexuais tentamos superar essa dicotomia demonstrando que se trata de uma lógica complexa atravessadas por diversos movimentos e matrizes de força.

Esse posicionamento da autora, de qualquer forma, evidencia que ao se falar em comunidade não estamos evocando, necessariamente, uma coletividade de

“homossexuais felizes” por estarem coletivamente conectados. Não se trata de contar a história de encontros entre “amigos e amantes gays através dos séculos”. Estamos falando sobre sujeitos distintos, oriundos das mais diversas realidades que não necessariamente se conhecem ou estão em harmonia, mas ainda assim estão vinculados entre si pelas disposições das linhas de força da sociedade, muitas vezes, em espaços de confrontos, lutas e negociações.

Para traçarmos o que compreendemos enquanto comunidade homossexual e como ela será operacionalizada na história que iremos contar, o tempo acabou se apresentando, como um organizador metodológico e teórico fundamental. Foram os diálogos com outros pesquisadores e a participação nas redes e grupos de pesquisa²³⁹ que fizeram com que o tempo ganhasse maior centralidade na atual pesquisa. Mas o que estamos considerando tempo, ou melhor, temporalidade?

As longas discussões em torno da categoria tempo, fizeram dele em vários domínios de conhecimento, um

239 Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa participei de alguns grupos e redes de pesquisa que influenciaram, direta e indiretamente, na elaboração e execução deste trabalho. Gostaria de destacar a participação nos encontros bianuais da Rede Historicidades dos Processos Comunicacionais e das reuniões do grupo de pesquisa Memento – Mídia, Memória e Temporalidade. Os debates em torno das questões de historicidade e temporalidade auxiliaram no amadurecimento das ideias aqui apresentadas. Para consultar a agenda de eventos e as publicações realizadas pelos grupos acessar: <https://encontrohistoriciidades.wordpress.com/> e <https://www.memento.eco.br/>

marcador conceitual fundamental. Na comunicação, a importância do conceito é sintetizada, dentre outros autores, por Ribeiro, Leal e Gomes (2017) que, ao articularem o tempo e a comunicação, destacam os modos de habitar o mundo, questão cada vez mais fundamental na reflexão dos tempos ditos contemporâneos.

Ao considerar a especificidade do conceito para a Comunicação, evidentemente, não estamos desconsiderando a sua longa tradição nas ciências humanas e no pensamento científico de maneira geral através dos séculos. O tempo, chave teórica e metodológica da pesquisa, é, sem dúvida, um conceito extremamente complexo, talvez numa construção menos rebuscada, mas igualmente definidora, podemos dizer que ele seria um desses conceitos escorregadios. Santo Agostinho, já alertava para a dificuldade de apreendê-lo e explicá-lo. Em suas *Confissões*, o filósofo, ao fazer suas aporias sobre o tempo, se questiona: o que seria o tempo? Agostinho responde que “se ninguém me perguntar, eu sei, se quiser explicá-lo a quem me fizer a pergunta, já não sei” (Agostinho, 2015 p. 304).

As questões temporais são objetos de estudos em diferentes campos do saber. Existem diversas concepções sobre o que é o tempo, sua natureza e funcionalidades. No entanto, o senso comum continua prisioneiro de um imaginário que associa o estudo do tempo como sendo

uma questão física. A ênfase em um tempo físico estabelece barreiras para compreender o tempo enquanto problema histórico, sociológico e comunicacional. Se estabelece assim uma espécie de dualidade entre o tempo da natureza e o tempo social que impede a apreensão do tempo enquanto temporalidade, ou seja, a forma como se vive a duração. Essa visão esquemática sobre o tempo só pode ser superada com o esforço de explicá-lo em sua pluralidade (Elias, 1998).

O tempo não é absoluto como supunha Newton, ele é composto por múltiplas camadas sobrepostas e independentes (Pomian, 1990; Koselleck, 2006, 2014). Compreender a multidimensionalidade do tempo exige perceber que existe um tempo psicológico, um tempo solar, um tempo físico, um tempo religioso e um tempo político. Essas diferentes formas de significar as questões temporais se referem a maneiras quantitativas e/ou qualitativas de perceber a mudança (Pomian, 1990).

A pluralidade é uma premissa que precisa ser adotada para a compreensão do conceito. Os diferentes tempos devem ser compreendidos como autênticos. Devemos superar os impulsos reflexivos que selecionam uma perspectiva de tempo como verdadeira enquanto as demais seriam interpretadas como ilusões provisórias (Pomian, 1990, p. 384).

A coexistência de múltiplos tempos pode ser melhor compreendida ao utilizarmos uma metáfora geológica para

exemplificar sua dinâmica. Os diversos tempos seriam como “estratos”, eles remetem a formações com diferentes profundidades, com duração, velocidades e origens distintas, mas que, apesar disso, atuam simultaneamente. Precisamos recorrer a metáforas espaciais porque só conseguimos representar o tempo por meio do movimento espacial (Koselleck, 2014).

O caráter relacional do tempo é outra premissa tão importante quanto a da pluralidade (Pomian, 1990; Elias, 1998). Cada estrato temporal se transforma e se diferencia em velocidades distintas. Os tempos não possuem entre si uma relação simétrica. O caráter relacional e a premissa da multiplicidade do tempo evidenciam sua ligação com a dimensão espacial. Cada momento histórico possui uma maneira particular de organizar suas relações temporais.

A organização das várias camadas temporais variam de acordo com os lugares e as épocas. Autores como K. Pomian e François Hartog utilizam conceitos metafóricos, como arquitetura temporal e regimes de historicidade, para tornar inteligíveis as experiências do tempo e, assim, poder perceber e refletir sobre suas particularidades em cada sociedade e suas mudanças ao longo da história.

O conceito elaborado por Hartog (2015) de regimes de historicidade, muito em voga no momento, recorre a junção do caráter metafórico da palavra regime (alimentar, político

etc.) com a longa história filosófica do termo historicidade (Heidegger, Ricoeur). Da noção de regime, o autor evoca a capacidade de atingir um equilíbrio provisório ao organizar uma mescla de noções temporais. Chama a atenção o autor não nomear seu conceito de regime de temporalidades, já que ele está trabalhando com diversas ordens temporais. Porém, o conceito de historicidade acrescenta para Hartog (2015) a dimensão da experiência histórica, a maneira como o indivíduo ou a coletividade se desenvolve no tempo.

O regime de historicidade seria, assim, um instrumento analítico, com vocação comparatista, que permite perceber as relações estabelecidas entre presente, passado e futuro em cada contexto histórico. Ao desenhar as linhas temporais de cada época a figura analítica do regime de historicidade nos direciona a entrelaçar essas teias do tempo com o emaranhar das vidas e os anseios da sociedade (Hartog, 2015).

Seguindo por uma linha metafórica, para Pomian (1990), a pluralidade do tempo leva à constituição de uma arquitetura temporal. Cada época possuiria uma maneira de inscrever suas atividades na duração, havendo em um mesmo período uma multiplicidade de apreensões temporais que constituiriam uma dada arquitetura temporal. Em cada organização dessa arquitetura os estratos de tempo já consolidados condicionariam a presença de novas formas de lidar com o tempo, os quais, uma vez constituídos, seriam também modificados em um movimento constante.

Entre os múltiplos tempos existiria o tempo homossexual, que estaria simultaneamente dentro e em contraponto as crenças do tempo moderno (Freeman, 2010). A vida dos homossexuais escaparia do roteiro de “chrononormatividade” estabelecida para os corpos heterossexuais. Não se trata somente de uma “disformidade” na linha do tempo da vida, já que esses corpos quebram com o ciclo do imperativo heterossexual baseado em nascer-crescer-casar-reproduzir-morrer, mas também de uma quebra no projeto coletivo político-temporal.

A temporalidade da comunidade homossexual, baseada em uma crença no progresso civilizatório, estabeleceria um fluxo temporal de futuros presentes, tal como o da modernidade (Huyssen, 2000; Koselleck, 2014). O projeto de modernidade, alicerçado nos ideais iluministas, teria como bandeira valores como liberdade, igualdade e fraternidade. O estado democrático e o reconhecimento da cidadania aos seus membros representariam a máxima para esse modelo político de sociedade. No entanto, esse projeto civilizatório possui uma face oculta, que como aponta os estudos decoloniais, não é um efeito perverso, imprevisto, mas um componente intrínseco a sua existência. Os preceitos iluministas acabaram servindo aos interesses burgueses, criando um refinado sistema de relações de poder. A modernidade pode ser vista como a consequência deste sistema de poder, saber

e ser instaurado pela relação do pensamento iluminista e os anseios da burguesia europeia. O que podemos observar é o desenvolvimento de uma moralidade com pretensões universais que instaura uma clara divisão entre o colonizador e o colonizado, o civilizado e o bárbaro, o moral e o imoral. Nessa lógica, o homossexual seria o impuro, o cuja voz devia ser controlada e as práticas sanitarizadas (Ferreira, 2016).

A capacidade de percepção da multiplicidade do tempo só é possível porque existe uma instância que coordena as mudanças incluídas nesta multiplicidade. O tempo, enquanto tal, não pode ser visto ou observado, o que percebemos são suas instâncias coordenadoras e os símbolos e transformações que elas emitem. Essa instância coordenadora, que pode ser a consciência de um indivíduo ou uma instituição social, por exemplo, age sobre as próprias mudanças ou opera suas representações integrando-as no que podemos chamar de relações temporais (Pomian, 1990).

A teoria do tempo proposta por Ricoeur (2010) privilegia a narrativa enquanto instância coordenadora das relações temporais. Para o autor, é por meio da narrativa que o tempo pode ser experimentado, apropriado e qualificado. A relação entre tempo e narrativa se estabelece por meio de um processo concreto em que o tempo é configurado na composição textual. A narrativa assume, então, o papel mediador entre um tempo prefigurado, da ordem do campo

prático, e um tempo refigurado, pelas nossas experiências no ato da leitura. A narração instaura, assim, o tempo humano, transformado em tempo da história.

Todavia, as instâncias coordenadoras funcionam, segundo Pomian (1990), conforme um programa. O programa se situaria “fora do tempo” instaurado pelas instâncias coordenadoras. Isso seria possível porque ele antecede as relações temporais produzidas pelas instâncias coordenadoras. O programa funcionaria como um maestro com sua partitura que fornece a direção para a execução do trabalho. Seguindo por essa metáfora musical o programa (o maestro) seria quem indicaria as relações que produziriam a obra (as dinâmicas temporais). As leis da física, por exemplo, seriam o programa que direcionaria o tempo físico.

Neste sentido, cada extrato do tempo só é possível porque existe algo que lhe é exterior e constituinte e que permanece invariável (Pomian, 1990). A inalterabilidade do programa permite infinitas ações e variações nas instâncias coordenadoras, contudo, uma mudança na ordem do programa leva a uma crise nas dinâmicas do tempo e, por conseguinte, a formulação de novos extratos temporais. Essa arquitetura teórica sobre o tempo fundamenta a hipótese principal deste trabalho. Pretendo demonstrar que existe um programa que fundamenta um tempo homossexual. Acredito que ele seria formado por duas forças, a da violência e a da

utopia. Ambas em oposição mútua coordenariam uma forma particular de entrelaçar das teias do tempo com o emaranhar das vidas e dos anseios de homens que mantinham relações sexuais/afetivas com outros homens.

Segundo nossa hipótese, houve outros programas que antecederam e que sucederam um estar-em-comum no tempo-espço para os homens que mantinham relações sexuais/afetivas com outros homens. O que buscamos apresentar é a especificidade do programa que estamos denominando, ao reverberar uma linha histórica de tradição foucaultiana, de homossexual. Nosso objetivo é demonstrar o que caracteriza esse programa, suas instâncias coordenadoras e também a processualidade, o movimento do tempo, demonstrando as continuidades e rupturas para com os programas que o antecederam e o sucederam.

Escritas de violência e escrituras de utopia

Partimos do pressuposto que a partir do século XIX ocorreu um movimento para disciplinar e normatizar os corpos que levou a invenção da heterossexualidade e de uma comunidade homossexual. Ambas são criações recentes, em comparação a longa história da humanidade, e fazem parte de um projeto moderno de delimitação e definição da sexualidade. Até esse momento histórico a atividade sexual

entre pessoas do mesmo sexo não era vista como sendo exclusiva de um tipo particular de pessoa, como uma espécie própria. A atividade da sodomia, por exemplo, podia ser praticada potencialmente por qualquer pecador (Foucault, 2010; Weeks, 2013).

O esforço em definir os tipos e as formas de comportamento sexual passou a colocar essas duas novas comunidades em campos opostos. A heterossexualidade se tornou o quadro de referência, a norma, enquanto a homossexualidade era a anormalidade que precisava ser delimitada e controlada. Observar as práticas e os processos inseridos nas redes e circuitos comunicacionais permite explicar como essa distinção provocou a constituição entre esses dois grupos.

Defendemos que ocorreu um movimento centrípeto nos discursos circulantes sobre a sexualidade que levou a delimitação da heterossexualidade como sendo a forma considerada natural de experimentar a sexualidade. Podemos organizar a ação desses discursos circulantes em três níveis comunicacionais principais: o primeiro grupo de discurso é da ordem da organização coletiva, constituída por esquemas de pensamento normatizadores e os sistemas de valores propícios aos grupos. O segundo nível discursivo é da ordem de exibição, aqui são compartilhados para a própria comunidade as características comportamentais, os lugares

comuns e os ritos que os diferenciam de outros grupos. Existe ainda os discursos de encarnação onde figuras de destaque da comunidade ganham visibilidade para representar os valores dominantes dessa dada identidade coletiva²⁴⁰.

A eficácia dos sentidos produzidos pelos discursos circulantes, de cunho centrípeto, sobre a comunidade heterossexual levou à sua naturalização. Essa dinâmica comunicacional ocorreu paralelamente a um outro movimento, de força centrífuga, que visando defender os valores morais da heterossexualidade (que se confundia como sendo os da humanidade) buscava repelir os corpos que não se enquadrassem na heteronorma.

O movimento centrífugo produzido pela comunidade heterossexual estabelece quem é o “outro” e cria um lugar a ser ocupado por ele. Nessa perspectiva, alguns corpos seriam identificados ou se identificariam enquanto homossexuais em decorrência desses discursos circulantes de força centrífuga marcados pela violência. Esses discursos somados as práticas e os processos de vigilância e controle interpelariam esses corpos marcando sua identificação pelas múltiplas faces da injúria.

A presença de um programa regido pela violência no processo de identificação dos sujeitos homossexuais pode

240 Nossa reflexão sobre os discursos comunicacionais circulantes e sua atuação na produção de comunidades é baseada na discussão apresentada por Charaudeau (2010).

ser percebida, por exemplo, nos inúmeros relatos em que já na infância, quando o sexo ainda não fazia parte de um horizonte expectativas, os corpos desconformes já são marcados como homossexuais por meio de inúmeros tipos de agressão (Sedgwick, 2007; Preciado, 2020).

Ao caracterizarmos o movimento centrífugo como sendo da ordem da violência estamos adotando uma visão ampliada sobre o que a palavra significa. É preciso ter clareza que existem vários tipos de violência, tanto físicas como simbólicas (Bourdieu, 2014). Existe, por exemplo, uma que reside na coerção da coletividade sobre o indivíduo, como a das leis, da polícia e das instituições. Mas também existe a violência que diz respeito aos indivíduos, que poderíamos chamar de encarcerante (Barthes, 2004).

Para explicar a violência, Barthes (2004) propõe uma distinção entre o substantivo violência e o adjetivo violento. Para o autor, existe escolhas ou condutas que podem ser violentos até mesmo de forma positiva, como uma paixão criativa. A violência, em si, aparece quando o atributo se torna a essência. Utilizar de violência para defender uma doutrina, como no nosso caso de análise, seria apenas se valer de um alibi para causar a destruição. Barthes (2004, p. 433), para exemplificar o seu posicionamento, rememora um dizer calvinista que afirma: “Matar um homem não é defender uma doutrina, é matar um homem”.

Ainda no que diz respeito a violência enquanto matriz para o programa homossexual vale dizer que seria ingênuo acreditar que somente os sujeitos que se identificam enquanto heterossexuais produzem e reproduzem a sua lógica. Apresentar a violência como uma reação do movimento centrífugo da comunidade heterossexual não significa limitar os seus usos a seus membros. Isso porque a violência está intimamente ligada as relações de poder (Barthes, 2004) e o poder se estende como uma água que escorre por toda parte, fazendo com que sujeitos da comunidade homossexual também entrem o seu discurso. Movidos por uma excitação moral esses sujeitos, acreditando se tratar de um discurso universal, viriam a reivindicar a seu favor, ainda que, apresentando a violência de forma deslocada (Barthes, 2013).

Contudo, a violência não seria a única força presente no programa de formação da comunidade homossexual. Conforme já apontado, acredito que em oposição a violência existiria a utopia. A percepção da abjeção na qual se encontraria os seus corpos, enquanto homossexuais, levaria a um movimento de união de matriz utópica. Temos na utopia um movimento de força centrípeta produzida pela própria comunidade homossexual.

A força utópica parte de uma reação contestadora e produtiva de uma comunidade homossexual que vinha sendo

constituída através da violência. A violência produz um exterior constitutivo ao sujeito homossexual. Ser homossexual significava carregar uma existência que devia ser repudiada, afastada da zona social para garantir a integridade coletiva dos sujeitos. Não se trata somente de uma rejeição social, mas também individual, “Eu preferia morrer a fazer ou ser isso!”. Nesse sentido, os homossexuais são sujeitos abjetos, que vivem nas zonas inóspitas e inabitáveis da vida social (Butler, 2019). Bataille (1970), ao se referir as comunidades abjetas, afirma que existe também uma característica positiva na abjeção. As zonas abjetas teriam uma função gregária com potência para a subversão. Para o autor, na subversão ocorreria uma reestruturação radical das dinâmicas sociais²⁴¹. Esse novo projeto de sociedade que é elaborado e executado pela subversão teria, na nossa visão, a utopia como força matriz.

A palavra utopia, tornada celebre pelo romance de Thomas Morus, significa “lugar nenhum”. Parece apropriado reivindicá-la para se referir a uma imaginação cultural produzida por uma zona abjeta. Esse não lugar que se apresenta como o espaço habitado pelos homossexuais seria fundamental para instaurar uma reflexividade que possibilita captar e transformar os papéis sociais estabelecidos. O “lugar

241 Sobre a aproximação da ideia de abjeção no pensamento de Butler e Bataille, assim como, uma defesa da obra do pensador francês frente a críticas de teóricos *queer* ler Santos (2013).

nenhum”, elemento central para a utopia segundo Ricoeur (2017), é o que permite estabelecer um distanciamento crítico tanto com relação ao sistema cultural como a nós mesmos. Com o benefício da extraterritorialidade as convenções se mostram artificiais e se abre um campo de possibilidades que aceita encarar maneiras de viver radicalmente outras.

O programa de força utópica, a qual estamos nos referindo, diz respeito ao discurso de um grupo e não a pensamentos soltos flutuando pelo ar. Quando nos referimos a utopia estamos falando sobre uma mentalidade que organiza um conjunto de sentimentos, ideias e ações. Dessa forma, a utopia impregna todos os aspectos da existência. Enquanto uma imaginação cultural o pensamento utópico auxiliaria a repensar a natureza da vida social (Ricoeur, 2017).

A utopia, nos instiga a pensar Ricoeur (2017), pode parecer algo impossível e irrealizável na visão dos grupos dominantes, que se sentem ameaçados com as suas projeções de futuro. Nessa perspectiva o pensamento utópico soa como devaneios ou ficções sociais esparsas. No entanto, a utopia é estabelecida enquanto um projeto, com intenção de minar a ordem estabelecida, que seria responsável por uma forma de cumplicidade entre aqueles que a compartilham. Nesse sentido a utopia não é somente um sonho, pois apesar de estar orientada para o futuro ela já abala a ordem estabelecida no presente, provocando transformações que sugerem que o utópico pode estar em vias de realizar-se.

A utopia homossexual seria, assim, de ordem concreta. Ela coloca em cena a esperança como sentimento operador da ação política. Os discursos circulantes, baseados nessa dimensão, produzem uma forma “singular-plural” de estar junto que permite um senso positivo de comunidade. Se trata de um ser-em-comum comprometido com um projeto de futuro que provoca mudanças nas formas de estar no tempo, tanto no presente quanto nas elaborações do passado (Muñoz, 2009).

Podemos estabelecer uma relação de similitude e diferença entre as duas forças que apontamos como centrais para o nosso programa homossexual. A utopia, assim como a violência, diz respeito às lógicas do poder, mas no caso da força utópica trata-se de um esforço para transformá-las. O exercício de buscar estabelecer proximidades e diferenças entre como estamos percebendo a utopia e a violência leva ainda a percepção de que cada uma dessas forças produz um sentido particular de tempo no programa homossexual. O tempo da utopia seria marcada por futuros presentes enquanto o da violência por passados presentes.

A violência e a utopia, enquanto forças opostas do programa homossexual, serão percebidas em nosso trabalho por meio de suas instâncias coordenadoras. Será por meio das narrativas, regidas por suas forças, que conseguiremos apreender como o tempo é experimentado, apropriado,

qualificado e se entrelaça com as formas de habitar o mundo do homossexual. Recorremos a Barthes para definir os formatos narrativos vinculados a cada uma dessas forças. Defendemos que a utopia estaria ligada à escritura²⁴² enquanto a violência à escrita.

A escrita e a escritura seriam formas particulares de usar a língua²⁴³. Em ambas se estabelece um tipo específico de vínculo entre o individual e o social. O que as diferencia seria a forma de utilizar a palavra (Barthes, 2013b). A escritura seria uma prática desestabilizadora. Nessa forma de

242 Uma leitura detalhada e literal da obra de Barthes poderia indicar uma possível contradição ao utilizar a noção de escritura para pensar ações comunicacionais. Isso porque de forma pontual, em alguns de seus textos, o autor diz que a escritura está para além da comunicação ou então que o comunicacional é da ordem da escrita. Dessa forma, é importante realizar uma observação sobre a maneira pela qual a comunicação é compreendida por ele. As obras de Barthes foram escritas no momento de crescimento exponencial da indústria cultural e dos meios de comunicação de massa. Esse contexto direciona o autor a uma percepção informacional do comunicacional. A comunicação, nesse sentido, é utilizada por Barthes como sinônimo de uma transmissão resumida da informação. Logo, consideramos que a compreensão alargada que conferimos a comunicação, como já apontamos anteriormente, permite a aproximação do que estamos propondo para com a noção de escritura tal como Barthes pensou.

243 A língua para Barthes (2000) é um corpo de prescrições e hábitos comuns a todos os sujeitos de um lugar. Ela seria um sistema de valores institucionalizados que se apresenta como um horizonte humano que atravessa as ações. O conceito da língua, em Barthes, sofre grande influência do pensamento de Saussure. A língua, nesse sentido, seria praticamente a linguagem menos a fala (referente a parte individual da linguagem) (Barthes, 2012c).

enunciação se faz visível o ser e o parecer do poder, ou seja, o que ele é o que ele queria que se acreditasse que ele fosse (Barthes, 2000). Isso significa que a escritura é de caráter autorreflexiva. Os seus formuladores buscam a mudança social e, em última instância, a transformação da linguagem em si (Barthes, 2000; 2005). Dessa forma, a escritura, ao transformar a língua, busca concomitantemente mudar o mundo. Na escritura podemos observar a função utópica da linguagem (Barthes, 2000; 2013a)

A escrita, por sua vez, diria respeito a uma forma instrumental de utilizar a língua. Barthes (2013b) denomina os que a utilizam de escreventes. Para eles, a palavra suporta um fazer, ela não o constitui. Os seus enunciados pertenceriam a uma espécie de *koinè*, uma língua que, embora se possa distinguir variações, se entende enquanto comum a todos, universal. Na escrita, não se admite que a sua mensagem se volte e se feche sobre si mesma, e que se possa ver nela outra coisa para além do que ela diz ser. A escrita, ingenuamente ou não, acredita estar representado o real. A linguagem seria, neste caso, um sistema dado que permite escrevências sobre um mundo naturalizado. Logo, as palavras proferidas pela escrita seriam consideradas uma explicação irreversível ou uma informação incontestável (Barthes, 2013b).

A escritura e a escrita não são propriamente conceitos (concepções gerais e abstratas de um objeto) mas sim noções

(conhecimentos sintéticos intuitivos e imprecisos), presente ao longo de toda a obra de Barthes. A escritura, em especial, se apresenta como um duplo no pensamento barthesiano. Ao indicar uma forma de perceber o texto (seus objetos de análise) a noção também alcança uma dimensão operatória para a sua prática analítica. Com a escritura, Barthes pensa, efetua suas ações, repensa e avança em seu pensamento (Perrone-moisés, 2012).

Entre as várias fases²⁴⁴ do pensamento barthesiano, as particularidades das noções de escrita e escritura propostas em seu momento pós-estruturalista são as que mais interessam para o nosso trabalho. Com forte influência lacaniana e foucaultiana, Barthes (2015) situa a escritura como a ciência dos gozos da linguagem, o seu kama-sutra. Oposto ao gozo²⁴⁵, estaria o prazer. Ambas são forças paralelas de

244 Para uma explicação sobre as distintas fases de Barthes, ler Ribeiro (2004).

245 A noção de gozo em Barthes é influenciada pela psicanálise lacaniana. Contudo, não se trata de uma aplicação dogmática do conceito. Em linhas gerais, o gozo aqui referido, não diz respeito especificamente ao gozo físico, decorrente do ato sexual, por exemplo. O gozo é aquilo que não se diz, uma transgressão da lei. Recorrer ao Francês, idioma no qual foi constituído o conceito, auxilia na sua compreensão. Na língua francesa existiria tanto a expressão a *la petite mort*, referente ao orgasmo, quanto a palavra *jouissance*, que seria o gozo. Barthes utiliza em sua obra a palavra *jouissance*. Dessa forma, ainda que o gozo não esteja inteiramente desassociado da dimensão sexual ele não estaria limitado a ela. A *jouissance* seria como uma pulsão de vida. Para saber mais sobre o gozo na obra de Barthes, ler Perrone-Moisés (2012). Para a interface com o conceito de gozo na psicanálise, ler Freud (2010) e Lacan (1998) ou consultar Roudinesco (1998) e Dunker (2020).

uma história não pacífica. Existiriam, nessa perspectiva, textos de gozo e textos de prazer. O gozo surge na escritura como um escândalo, por traçar um corte, uma afirmação contestadora, enquanto, o prazer teria como origem as escrivências da cultura estabelecida, da qual ela não deseja romper.

O autor recorre a uma imagem espacial para explicar o lugar do gozo. Na imagem metafórica proposta existiriam duas margens, uma primeira sensata, conforme, plagiária (trata-se de copiar a língua em seu estado canônico); e uma segunda margem móvel onde se entrevê a morte da linguagem. Nem a cultura hegemônica e nem a sua destruição são eróticas, o gozo é a fenda entre uma e outra. O gozo quer provocar o corte, a redistribuição da linguagem. O sujeito no imo do seu gozo busca exceder as leis da sociedade, mas não provocar a sua destruição. A cultura retorna como margem, ainda que deslocada (Barthes, 2015).

Os homossexuais, em nossa perspectiva, seriam o que Barthes (2005) denomina de logotetas, fundadores de línguas. Não se trata, evidentemente, de uma língua linguística. Estamos nos referindo a uma forma de operar a linguagem que atravessaria a língua “natural”. Os seus textos buscam alcançar o gozo. Se trata de uma escritura que provoca uma crise no sistema da linguagem e estremece as bases históricas, culturais e psicológicas. Assim, ao adotar

a escritura homossexual, ou melhor dizendo, assumindo essa escritura, os sujeitos estão se engajando, mesmo sem precisar dizer. Ao aderir a essa palavra de gozo, a escritura se torna uma espécie de assinatura abaixo de uma proclamação coletiva. Os textos passam a ser manifestações capazes de desvendar o passado, conferir uma história e escancarar uma realidade (Barthes, 2000).

A escritura homossexual transmigra para dentro das vidas daqueles que a formulam. Se produz uma coexistência em que a escritura de um outro homossexual chega a escrever fragmentos de nossa própria cotidianidade. Trata-se de receber o autor que vem do seu texto e vai para dentro de nossa vida. Esse autor não tem unidade, não se trata de um herói ou pessoa física, e sim de um plural de “encantos”, uma espécie de “ordem fantasística”, que se torna fonte de vivos lampejos de pertencimento e, com isso, produz um corpo cultural (Barthes, 2005).

Considerações Finais

A análise desenvolvida neste capítulo oferece uma visão aprofundada sobre a construção temporal e identitária da comunidade homossexual, elucidando as complexas interações entre violência e utopia. A partir do conceito de erotohistoriografia de Freeman (2010), compreendemos que

a escrita da história da homossexualidade é um processo híbrido que conecta passado e presente através de vínculos afetivos, possibilitando uma narrativa que transcende a mera recuperação de um “objeto perdido” e se estabelece como uma vivência contínua e transformadora. Esta abordagem permite uma revalorização da história queer, não como um apêndice marginalizado da narrativa histórica dominante, mas como um componente integral e dinâmico da mesma.

A análise dos impactos da violência na formação da identidade homossexual é central para compreender as dinâmicas de exclusão e resistência que permeiam a história queer. A violência, tanto física quanto simbólica, não apenas marginaliza, mas também molda a identidade de maneira profunda e duradoura. Neste contexto, a utopia emerge como um espaço de resistência e de imaginação radical, onde as possibilidades de um futuro livre de opressão são continuamente exploradas e reivindicadas. A utopia queer, portanto, não é meramente um ideal distante, mas um componente ativo da luta diária contra as normatividades opressoras.

O conceito de comunidade queer, conforme explorado, oferece uma alternativa significativa às estruturas tradicionais de pertencimento. Em vez de se basear em laços de sangue ou proximidade geográfica, a comunidade queer se fundamenta em experiências compartilhadas de marginalização e resistência, criando redes que transcendem

barreiras temporais e espaciais. Estas comunidades não são estáticas, mas estão em constante processo de formação e reconfiguração, refletindo as mudanças nas condições sociais e políticas.

Ademais, ao reconhecer a multiplicidade de temporalidades que coexistem dentro da experiência homossexual, abrimos espaço para uma compreensão mais rica e matizada da história queer. Esta abordagem nos permite ver a história não como uma linha reta de progresso, mas como um tecido complexo de momentos entrelaçados, onde passado, presente e futuro se encontram e se reconfiguram continuamente. A história da homossexualidade deve ser narrada a partir de uma perspectiva que reconheça e valorize as múltiplas temporalidades e experiências afetivas dos sujeitos, compreendendo que a violência e a utopia são forças constitutivas que moldam e reconfiguram constantemente a identidade e a comunidade homossexual. Este reconhecimento não só enriquece a compreensão histórica, mas também abre caminhos para novas formas de resistência e agência, onde a memória e a luta por um futuro inclusivo se entrelaçam de maneira indissociável. A história queer, portanto, não é apenas um registro do passado, mas um campo de batalha onde o presente e o futuro são continuamente negociados e reivindicados.

Em última análise, a abordagem aqui discutida sublinha a importância de uma historiografia queer que não apenas

documenta as experiências homossexuais, mas também as contextualiza dentro de um quadro mais amplo de luta e resistência. Este quadro não só ilumina as complexidades da experiência queer, mas também desafia as narrativas dominantes que frequentemente marginalizam essas histórias.

Referências

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Petrópolis: Vozes, 2015.

BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França. São Paulo: Cultrix, 2013a.

BARTHES, Roland. Deliberação. In: **O Rumor da Língua**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012c, p. 445-462.

BARTHES, Roland. Escritores e Escreventes. In: **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2013b, p. 31-39.

BARTHES, Roland. Estrutura da Notícia. In: **Crítica e Verdade**. São Paulo: Perspectiva, 2013b, p. 57-67.

BARTHES, Roland. **O grau zero da escrita**: seguido de novos ensaios críticos. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BARTHES, Roland. Palavras sobre a violência. In: **O grão da voz**: entrevistas. Editora WMF Martins Fontes, 2004, p.428-436.

BARTHES, Roland. **Sade, Fourier, Loyola**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BATAILLE, Georges. L'Abjection et les Formes Misérables. In: BATAILLE, Georges (org.). **Oeuvres Complètes: écrits posthumes (1922-1940)**, Vol. 2. Paris: Gallimard, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica**. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam: os limites discursivos do sexo**. São Paulo: N1- Edições/ Crocodilo Edições, 2019.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto. 2010.

DINSHAW, Carolyn. **Getting Medieval: sexualities and communities, pre-and postmodern**. Durham and London: Duke University Press, 1999.

DINSHAW, Carolyn. Got Medieval? **Journal of the History of Sexuality**. University of Texas Press, vol. 10, n. 2, p.202-212, Abr. 2001.

DUNKER, CHRISTIAN I. L.. **O Cálculo Neurótico do Gozo**. 2. ed. São Paulo: Zagodoni, 2020.

ELIAS, Norbert. **Sobre o Tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FERREIRA, Vinicius. Regimes de visibilidade e modelos ideais de homossexualidade: o modelo igualitário da imprensa gay brasileira e suas disputas. In: FERREIRA, Vinicius; SILVEIRA, Thiago; BARBOSA, Maria do Socorro. (Org.). **Estudos de Gênero: uma perspectiva multidisciplinar**. 1ed. New York: Mr. Wilson Publishing, 2016, v. 1, p. 67-96.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2010.

FREEMAN, Elizabeth. **Time Binds: Queer Temporalities, Queer Histories**. Durham and London: Duke University Press, 2010.

FREUD, Sigmund. Além do Princípio do Prazer (1920). In: **Obras Completas vol. 14**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p.120-178.

HARTOG, François. **Regime de Historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

HUYSSSEN, Andreas. **Seduzidos pela Memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano Editora, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**. Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC-Rio, 2006.

LACAN, Jacques. **Escritos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

MUÑOZ, José Esteban. Fantasmas do sexo em público: desejos utópicos, memórias. **Periódicus**, Salvador, n.8, v.1, nov. 2017 - abr. 2018, p. 04-19, 2018.

PERRONE-MOISÉS. **Com Roland Barthes**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

POMIAN, Krzysztof. **El Orden del Tiempo**. Madrid: Júcar Universidad, 1990.

PRECIADO, Paul B. **Um apartamento em Urano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Discurso e poder: a contribuição barthesiana para os estudos de linguagem. **Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n.1, p. 79-93, 2004.

RICOEUR, Paul. **A ideologia e a utopia**. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. Gozo. In: **Dicionário de psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p.299-301.

SANTOS, Matheus Araujo dos. Abjeto em disputa: dissidências ou não entre Bataille, Kristeva e Butler. In: COLLING, Leandro; THURLER, Djalma. (Org.). **Estudos e Políticas do CUS**. 1ed.Salvador: Edufba, 2013, v. 1, p. 61-85.

SEDGWICK, Eve. How to bring your kids up gay. In: WARNER, Michael (org.). **Fear of a queer planet: queer politics and social theory**. Minneapolis, London: University of Minnesota Press, 2007, p. 69-81.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Afetividade e subjetivação: Pensando os afetos reativos como estratégia de controle e opressão

Vinícios Serrão²⁴⁶

1 Introdução

Além das capacidades cognitivas e sensoriais, os seres humanos possuem a afetividade, campo em que se manifestam as emoções, sentimentos e paixões, que podemos nomear de afetos. O amor, o ódio, o medo, a coragem entre outros, são elementos importantes da nossa natureza, que interferem na formação, manutenção e qualidade das nossas relações. As experiências afetivas possibilitam mudanças positivas ou negativas em nossa saúde física e mental, interferem no desempenho das nossas atividades diárias e na forma como enxergamos o mundo, os grupos, as pessoas e a nós mesmos (Boke, 2014; Floyd, 2008).

Os afetos são forças inconscientes e espontâneas que têm autonomia sobre a razão, sendo a primeira informação que o cérebro colhe antes das tomadas de decisão e julgamentos (Schwarz, 2012; Ekman, 2013). São significativos

246 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação – PPGCOM - da UFRGS. Integrante do Núcleo de Pesquisa Corporalidades. Bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. E-mail: heritonvinicios@live.com.

na aprendizagem e na adaptação (Vygotsky, 1929). Além disso, contagiam e podem mover indivíduos e multidões, por meio de contágios mentais/emocionais, pois “as ideias contagiosas são sínteses de elementos afetivos [...] essenciais na propagação das opiniões e das crenças”, como indica Le Bon (1911, p. 217).

Para Espinosa (1677/2021) e Deleuze e Guattari (1997, 1992) os afetos são forças pré-subjetivas que circulam entre os indivíduos, intensidades produzidas através do encontro entre corpos humanos ou entre corpos humanos e não-humanos, forças que não pertencem a nenhum dos envolvidos, mas que são produzidas na relação, capazes de aumentar (afetos ativos) ou diminuir (afetos reativos) a potência de agir dos corpos, configurando assim um elemento importante no processo de subjetivação, isto é, no processo de formação dos nossos modos de pensar, agir, julgar e viver. São elementos fundantes da subjetividade, podendo ser vistos como vetores de subjetivação (Castro, 2024), isto é, forças modeladoras da subjetividade.

Na contemporaneidade, há um forte interesse de pesquisadores das ciências humanas e sociais pela afetividade, devido a sua importância na ação humana e na formação subjetiva. A virada afetiva, movimento que teve início na segunda metade do século XX, busca tensionar a herança filosófica que, dentre outras coisas, hierarquizava a

razão e/ou a empiria como fontes únicas do conhecimento, fundamentada muitas vezes na ideia de separação entre mente e corpo.

Os estudos sobre a afetividade, de modo geral, abordam sobre a manipulação dos estímulos emocionais através da retórica, das postagens na web, da música, dos rituais cívicos e religiosos, da publicidade e da propaganda, do entretenimento e do jornalismo. Trata de um tópico estudado em áreas diversas, entre elas a psicologia social, a ciência política, a sociologia, as relações internacionais, a linguística, além da comunicação.

Por meio de uma pesquisa exploratória, percebemos que grande parte dos estudos sobre afetos e comunicação discutem de formas diferentes como o poder político-econômico explora a afetividade, objetivando o controle social. Sabendo disso, vamos desenvolver uma discussão sobre os estudos de Sodré (2006), Safatle (2021), Lotman (2008) e Ahmed (2014) – autores que surgiram da nossa pesquisa exploratória e que consideramos suficientes para o objetivo proposto – no tocante os afetos, relacionando suas perspectivas às percep es sobre afetos de Espinosa (1677/2021) e Rolnik (2018). O estudo buscar  compreender como o poder político-econômico-hegemônico explora a afetividade dos indivíduos objetivando o consumo e   desigualdade social e que tais afetos (como o medo, o ódio, o

desprezo etc.) contribuem para a não emancipação humana, gerando desigualdade e violência. Na parte final, entretanto, buscaremos discutir sobre as linhas de fuga propostos por Rolnik (2018) e Sodré (2006).

Dividiremos a discussão em quatro seções, sendo que na primeira trataremos sobre o que s o afetos, depois falaremos sobre os afetos ativos e reativos, no terceiro momento falaremos sobre as perspectivas de Sodré (2006), Safatle (2021), Lotman (2008) e Ahmed (2014) sobre afetos e controle, e, por fim, discutiremos possíveis linhas de fuga para o fenômeno da desigualdade provocada pelo controle afetivo.

2 O que s o afetos?

Espinosa (1677/2021, p. 237) concebe que os afetos estão conectados   nossa capacidade de agir: “Por afeto entendo as afecções do corpo pelas quais a potência de agir do próprio corpo é aumentada ou diminuída, favorecida ou coibida, e simultaneamente as ideias destas afecções”. A afecção é o processo de produção de afetos que, necessariamente, corresponde a choque entre os corpos,   uma força que circula entre as relações e que pode produzir uma variedade de efeitos, como alegria, tristeza, desejo, repulsa, entre outros (Espinosa, p. 1677/2021; Deleuze e Guattari, 2003). Assim, o afeto seria uma força pr -individual - pois não pertence a

nenhum indivíduo em particular, mas à relação entre eles - que aumenta ou diminuí a potência de agir de um corpo, sob a ação de outro corpo, sendo que “nenhum é passivo, mas tudo é interação” (Deleuze e Guattari, 1992, p.198).

A compreensão de afetos para Espinosa (1677/2021), assim como para Deleuze e Guattari (1992, 2003), é fundamentada pelo entendimento de que não há dualidade entre mente e corpo:

A saber, que a mente e o corpo são uma só e a mesma coisa que é concebida ora sob o atributo do pensamento, ora sob o da extensão. Donde ocorre que a ordem, ou seja, a concatenação das coisas seja uma só, quer a natureza seja concebida sob um quer sob o outro atributo, e que, conseqüentemente, a ordem das ações e paixões de nosso corpo seja, por natureza, simultânea com a ordem das ações e paixões da mente (...) Sem dúvidas, tudo isso mostra com clareza que tanto o decreto da mente quanto o apetite e a determinação do corpo são simultâneos por natureza, ou melhor, são uma só e a mesma coisa que, quando considerada sob o atributo pensamento e por ele explicada, denominamos decreto e, quando considera sob o atributo extensão e deduzida das leis do movimento e do repouso, chamamos determinação; o que será patente de maneira ainda mais clara a partir do que se vai dizer (Espinosa, 2021, p.241, 247).

Espinosa (1677/2021), em sua ‘filosofia monista’, concebe a mente e o corpo como uma única substância. O filósofo defende que só existe uma substância na natureza, que ele chama de “Deus” ou “Natureza”. Essa substância é infinita, indivisível e compreende tanto o que consideramos como mente quanto o que consideramos como corpo, assim, mente e corpo são dois modos de existência da substância única, cada um expressando a natureza dessa substância de maneiras diferentes, contribuindo conjuntamente na aprendizagem e no comportamento humano. Dessa forma, os afetos são resultado da experiência corpórea-mental entre corpos vivos, e entre corpos vivos e não vivos²⁴⁷.

A noção da potência do afeto na ação do corpo/mente nos faz meditar a sua importância nos processos de subjetivação, ou seja, nos processos de construção do sujeito (Foucault, 1987), funcionando como vetores de subjetivação (Castro, 2024) que influenciam nossos modos de pensar, agir, julgar, viver..., isto é, a forma como agimos e enxergamos o mundo, os grupos, as pessoas e nós mesmos. Além disso, contribuem na formação, manutenção e qualidade das nossas relações, possibilitando mudanças positivas ou negativas em nossa saúde física e mental, interferindo de diferentes formas no desempenho das nossas atividades diárias etc. (Floyd, 2008).

247 Podemos falar sobre afecções entre uma obra de arte e um observador, por exemplo. Trata-se de um corpo não vivo, mas que produz afecção àquele que a contempla (Deleuze e Guattari, 1992), entretanto, nesse caso, podemos também aferir que a obra de arte intermediária afecções entre o artista e o observador.

Para Deleuze e Guattari (2003), assim como para Espinosa (2021), o afeto não é aquilo que a gente sente, mas uma força que está em constante movimento, que flui e se transforma, produzindo efeitos diferentes em diferentes contextos:

Do mesmo modo, os sentimentos são arrancados à inferioridade de um “sujeito” para serem violentamente projetados num meio de pura exterioridade que lhes comunica uma velocidade inverossímil, uma força de catapulta: amor ou ódio já não são em absoluto sentimentos, mas afectos. E esses afectos são outros tantos devir-mulher, devir-animal do guerreiro (o urso, as cadelas). Os afectos atravessam o corpo como flechas, são armas de guerra. Velocidade de desterritorialização do afecto. (Deleuze, Guattari, 1997, p.18).

Nesse trecho, Deleuze e Guattari (1997) descrevem os afetos como forças dinâmicas que operam além das fronteiras do sujeito individual, forças poderosas capazes de produzir transformações, por meio da capacidade de afetar e ser afetado, podendo ampliar ou reprimir a ação do desejo²⁴⁸. Dessa forma, a capacidade de agir do corpo dependerá, necessariamente, da qualidade ativa ou reativa do afeto

248 Para Espinosa, os desejos são expressões da natureza ativa da mente e do corpo, são movimentos naturais que surgem da interação entre os corpos e as afecções que os afetam, parte integrante da vida e resultado do aumento da potência de agir.

(como já veremos), isto é, da capacidade do afeto estimular o desejo. O desejo é uma parte fundamental da natureza humana e diz respeito a tendência inerente do ser humano de perseverar a sua existência, ação que está intimamente ligada ao conceito de “*conatus*”, que será elucidado nessa próxima seção.

3 Os afetos (re)ativos e a essência humana

Espinosa (1677/2021) e Deleuze e Guattari (1992; 2003) compreendem que tanto a mente quanto o corpo buscam aumentar sua potência e isso é alcançado através do conhecimento adequado de si mesmo e da compreensão das causas que os afetam. O “*conatus*”, conceito fundamental na filosofia de Espinosa, se refere à tendência inerente de cada coisa de perseverar em sua existência é a expressão de um corpo e de uma mente conectados. O *conatus* é a essência atual de um ser, uma potência interior que parte da nossa essência, “para criar as condições de persistir em nosso ser” (Trindade, 2013). Dessa forma, afetos ativos e afetos reativos seriam elementos que movem ou reduzem os movimentos de um corpo/mente²⁴⁹, de acordo com a potência do desejo.

249 Para Espinosa (1677/2021) existem três afetos primitivos: A alegria, a tristeza e o desejo. A alegria e a tristeza seriam os polos da potência de agir, sendo que a alegria a aumenta e a tristeza a diminui. Dentre esses três afetos estão todos os outros: amor, ódio, esperança, desprezo, devoção, escárnio etc.

Para Espinosa (1677/2021) o corpo humano é capaz de manter ou não as suas proporções de movimento e de repouso ao passar por uma ampla variedade de modificações impostas pelo movimento e repouso de outros corpos. As afecções aumentam a capacidade do corpo de manter suas proporções de movimento e repouso, porém os afetos ativos (vinculados a alegria) possibilitam a passagem de uma potência menor para uma maior, isto é, aumenta a “potência de agir” e, paralelamente, na mente, aumenta a “potência de pensar”.

Em contrapartida, os afetos reativos (vinculados à tristeza) diminuem a potência do corpo de manter as proporções de movimento e repouso, diminuindo a potência de agir e, em paralelo, na mente, uma diminuição da potência de pensar. Assim, os indivíduos (mente e corpo) se esforçam no que podem para cultivar a alegria, opondo-se às causas que lhes causam tristeza, com o objetivo de aumentar a ação de agir no mundo, ao encontro da felicidade e do bem-estar. Esse movimento de esforço por manter e aumentar a potência de agir do corpo e de pensar da mente é o que o Espinosa (2021) chama de “desejo” que se trata de uma força motivadora que nos impulsiona a buscar o que percebemos como aumentando nossa potência de agir, ou seja, aquilo que acreditamos ser bom para nós, a causa de alegria. Por outro lado, evitamos (não desejamos) aquilo que percebemos nos causar tristeza, o que nos prejudica ou nos limita.

Rolnik (2018), estudiosa de Espinosa, Deleuze e Guattari, faz uma reflexão sobre os aspectos ativos e reativos da ação humana sob a ótica da subjetivação e da política do desejo:

Essa política do desejo é própria de uma subjetividade reduzida à sua experiência como sujeito, na qual começa e termina seu horizonte. Por estar bloqueada em sua experiência fora-do-sujeito, ela se toma surda aos efeitos das forças que agitam um mundo em sua condição de vivente, ignorando aquilo que o saber-do-corpo lhe indica. O gérmen de mundo que a habita é por ela vivido como um corpo a tal ponto estranho e impossível de absorver que se torna aterrorizador, razão pela qual deverá ser calado a qualquer custo e o mais rapidamente possível. Esse tipo de subjetividade vive o universo exclusivamente como um objeto que lhe é exterior e o decifra apenas da perspectiva de sua experiência como sujeito. (Rolnik, 2018, p.66).

Rolnik (2018) está descrevendo uma forma de subjetividade na qual o indivíduo está limitado à sua própria experiência como sujeito isolado, sem considerar as influências externas que moldam sua existência. Nesse tipo de subjetividade, o horizonte de compreensão é estreito, centrado apenas na experiência pessoal do sujeito, sem considerar as interações com o mundo ao redor. Em vez de estar aberto ao fluxo de influências e transformações do mundo, o sujeito reativo é

surdo a essas forças, fechando-se em sua própria experiência limitada. Rolnik descreve como esse tipo de subjetividade percebe o mundo como estranho e ameaçador. O “gérmen de mundo” que habita o sujeito é experimentado como algo totalmente estranho e inassimilável, gerando medo e terror. Como resultado, o sujeito reativo busca silenciar e suprimir essas experiências desconhecidas e perturbadoras a qualquer custo, em vez de confrontá-las e compreendê-las. Aceitando as traduções superficiais da existência.

4 O controle por via dos afetos reativos

Espinosa, Deleuze e Guattari foram importantíssimos para as compressões contemporâneas sobre afetos, podendo contribuir nos estudos de vários pesquisadores dentre os quais os estudiosos da “virada afetiva”. A virada afetiva é um termo que se refere a um movimento na teoria social e nas ciências humanas que enfatiza a importância dos afetos e das emoções na vida individual e coletiva, desafiando a primazia da razão e do pensamento cognitivo na compreensão do comportamento humano. Este movimento surgiu como uma reação ao que alguns consideram uma tradição excessivamente racionalista e cognitivista na teoria social, que tende a enfatizar o papel da razão e da cognição na explicação do comportamento humano, muitas vezes deixando de lado ou subestimando o papel dos afetos.

Alguns dos principais temas abordados pela virada afetiva inclui a abordagem da autora feminista britânica Sara Ahmed, conhecida por suas análises sobre política, identidade e emoção. Em seu livro *The Cultural Politics of Emotion* (2014), Ahmed examina como as emoções são socialmente construídas e como influenciam as relações de poder:

In *The Cultural Politics of Emotion*, I explore how emotions work to shape the ‘surfaces’ of individual and collective bodies. Bodies take the shape of the very contact they have with objects and others. My analysis proceeds by reading texts that circulate in the public domain, which work by aligning subjects with collectives by attributing ‘others’ as the ‘source’ of our feelings. ‘the others’, who are named as illegal immigrants and bogus asylum seekers, threaten to overwhelm and swamp the nation. This is, of course, a familiar narrative, and like all familiar narratives, it deserves close and careful reading. The narrative works through othering; the ‘illegal immigrants’ and ‘bogus asylum seekers’ are those who are ‘not us’, and who in not being us, endanger what is ours. (Ahmed, 2014, p.1),²⁵⁰

250 Em *The Cultural Politics of Emotion*, exploro como as emoções funcionam para moldar as “superfícies” dos corpos individuais e coletivos. Os corpos tomam a forma do próprio contato que têm com objetos e outros. Minha análise prossegue lendo textos que circulam em domínio público, que trabalham alinhando sujeitos com coletivos, atribuindo “outros” como “fonte” de nossos sentimentos. (...) “os outros”, que são apontados como

Ahmed (2014) estuda como as emoções influenciam as interações entre corpos individuais e coletivos, moldando as superfícies desses corpos através dos contatos que têm com objetos e outras pessoas - perspectiva que conversa com as percepções de Espinosa (1677/2021) e de Deleuze e Guattari (1992, 2003). Nesse exercício, a autora destaca como as emoções são manipuladas e instrumentalizadas nos discursos públicos para alinhar os sujeitos com determinados grupos, muitas vezes por meio da atribuição de fontes externas como responsáveis por nossos sentimentos/emoções. Ao mencionar narrativas familiares que retratam imigrantes ilegais e solicitantes de asilo como uma ameaça, Ahmed aponta para o processo de “outremização” (othering), no qual esses grupos são retratados como “não nós”, colocando em risco o que é considerado como “nosso”. Essa estratégia retórica é usada para reforçar identidades coletivas e fortalecer fronteiras sociais, criando uma dicotomia entre “nós” e “eles”. A compreensão de Ahmed (2014) conversa com as perspectivas de Lotman (2008) acerca dos afetos e desigualdade.

imigrantes ilegais e falsos requerentes de asilo, ameaçam dominar e inundar a nação. Esta é, naturalmente, uma narrativa familiar e, como todas as narrativas familiares, merece uma leitura atenta e atenta. A narrativa funciona através do outro; Os “imigrantes ilegais” e os “falsos requerentes de asilo” são aqueles que “não somos nós” e que, ao não sermos nós, põem em perigo o que é nosso. (Tradução nossa).

Lotman (2008), importante representante da semiótica russa, escreveu um artigo sobre o modo como determinadas mulheres, nos séculos XVI e XVII, foram semiotizadas (formas de construção do processo de significação dessas mulheres) como bruxas. Ele compreendeu que os sentidos produzidos sobre “bruxa”, na verdade, foram uma construção social que visou, por meio do medo, provocar a perseguição e morte desse grupo, interpretado como ameaça à vida coletiva. O autor afirma:

En esta situación aparecen unos destinatarios mistificados, construidos semióticamente: no es la amenaza la que crea el miedo, sino el miedo el que crea la amenaza. El objeto del miedo resulta ser una construcción social, la creación de códigos semióticos, con cuya ayuda la sociedad en cuestión se codifica a sí misma y al mundo circundante. Son precisamente estos casos los que se nos presentan como especialmente significativos. La caza de brujas, cuyo paroxismo sacudió la Europa occidental en los siglos XVI y XVII, puede considerarse como un clásico ejemplo de este tipo. (Lotman, 2008, p.12).²⁵¹

251 Nesta situação aparecem uns destinatários mistificados, construídos semióticamente: não é a ameaça que cria o medo, mas o medo que cria a ameaça. O objeto do meio resulta ser uma construção social, a criação de códigos semióticos, com a qual ajuda a sociedade encarregada de se codificar a si mesmo e ao mundo circundante. São precisamente esses casos que nos apresentam como especialmente importantes. A caça às bruxas, cujo paroxismo sacudiu a Europa ocidental nos séculos XVI e XVII, pode ser considerada um exemplo clássico deste tipo. (tradução nossa).

Yuri Lotman (2008) diagnostica que o episódio da perseguição das bruxas ocorreu num período em que o ritmo da vida cultural na Europa estava em grande ascensão, apontando, assim, que episódios como esse são comuns em momentos pontuais da história, tendo o medo e a ameaça como afetos protagonistas das “psicoses coletivas”, provocadas estrategicamente pelo poder, visando o controle social, por meio da perseguição de grupos minoritários. Por meio de Lotman (2008) podemos compreender que tais ocorrências são materializadas em textos²⁵² da cultura, os quais são construídos sobre princípios de exclusão e, portanto, estimulam a intolerância sobre minorias sociais, grupos que tensionam, de alguma forma, o exercício do poder.

Os entendimentos de Ahmed (2014) e Lotman (2008) não se distanciam tanto da compreensão de Safatle (2021) sobre os circuitos dos afetos políticos. O autor compreende que uma dimensão fundamental da sociedade é a circulação de afetos políticos que têm objetivos de controle. O autor percebe que o poder político hegemônico tem interesse em criar figuras de insegurança no social, possibilitando o apagamento da alteridade e da tolerância entre os homens,

252 Para Lotman, texto é uma unidade mínima da cultura capaz de gerar significação, envolvendo mais de uma linguagem e podendo ter extensões diversas. Assim, os episódios citados anteriormente podem todos ser considerados textos da cultura.

causando medo e desamparo (afetos políticos centrais)²⁵³. O autor fala afirma:

Compreender sociedades como circuito de afetos implicaria partir dos modos de gestão social do medo, partir de sua produção e circulação enquanto estratégia fundamental de aquiescência à norma. Pois, se, de todas as paixões, a que sustenta mais eficazmente o respeito às leis é o medo, então deveríamos começar por nos perguntar como ele é produzido, como ele é continuamente mobilizado. De forma mais precisa, como se produz a transformação do medo contínuo da morte violenta, da despossessão dos bens, da invasão da propriedade, do desrespeito à integridade de meus predicados em motor de coesão social. [...] há uma espécie de aprisionamento do desamparo na lógica neurótica das narrativas de reparações. Retirar o desamparo dessa prisão é a primeira condição para a nossa emancipação. (Safatle, 2021, p.17, 19).

Safatle discute o papel dos afetos na gestão social e na manutenção do *status quo*, sugerindo que compreender as sociedades como circuitos de afetos implica em investigar como o medo e o desamparo são geridos e utilizados como estratégias para promover ‘a conformidade dos corpos

253 O objetivo final desse “circuito de afetos de controle” é a promoção do poder soberano que, irá gerir tais figuras de insegurança, substituindo o medo e o desamparo pela ‘esperança’.

às normas estabelecidas'. O medo e o desamparo seriam ferramentas de desequilíbrio social que - em consonância com Ahmed (2014) e Lotman (2008) - provocariam a desigualdade entre grupos hegemônicos e grupos não-hegemônicos, sendo que os últimos seriam os mais prejudicados nessa guerra, como foi o caso das bruxas das quais trata Lotman, dos imigrantes das quais trata Ahmed, mas também de outros grupos minoritários como os mulçumanos, judeus, LGBTQIAPN+ etc., levando muitas vezes esses grupos à morte.

Muniz Sodré, um dos principais pensadores da comunicação no Brasil, discute de forma lacônica na obra "Os modos do sensível" (2006) sobre a predominância do aspecto sensível nas relações humanas e como isso se reflete na sociedade atual, incluindo mídia, política e expressões culturais espontâneas. O autor expressa preocupação com a mídia, destacando-a como uma parte integrante de uma "nova forma de existência", descrevendo essa relação como um novo tipo de *bios*, que se desenvolve, sustenta e vive por meio dela, pois a mídia vai além de uma simples linguagem ou tecnologia. Dessa forma, a mídia passa a ser uma referência para o ser humano, que a utiliza para fortalecer sua cultura e, por conseguinte, sua subjetividade. Nossa subjetividade é moldada, tornando-se dependente e ávida por informações e tecnologia, constituindo o que Sodré denomina de *bios* midiático:

O *bios* midiático é uma espécie de chave aplicada à vida cotidiana, à existência real-histórica do indivíduo. Em termos de puro livre-arbítrio, pode-se entrar e sair dele, mas não condições civilizatórias em que vivemos (urbanização intensiva, relações sócio-mercadoológicas, predomínio do valor de troca capitalista), estamos imersos na virtualidade midiática, o que nos outorga uma forma de vida vicária, paralela, “alterada” pela intensificação da tecnologia audiovisual conjugada ao mercado. Isto faz do *bios* midiático a indistinção entre tela e realidade - realidade “tradicional”, bem entendido, uma vez que a realidade de hoje já se constitui sob a égide da integralidade espetacularizada ou imagística a que aspira o virtual. (Sodré, 2006, p. 102).

Sodré (2006) compreende que o *bios* midiático é fruto do controle sobre o campo afetivo que objetiva explorar o sensível de forma a não provocar a reflexão e a emancipação humana. Acrescenta: “A emoção está aí a serviço da produção de um novo tipo de identidade coletiva e de controle social, travestido na felicidade pré-fabricada” (Idem, p.51). Não obstante, cita alguns movimentos extremistas que usufruíram do poder subjetivo-sensível da mídia em benefício do controle social:

O nazismo, o fascismo e o stalinismo foram grandes mestres no uso das estratégias emocionais, na trilha dos grandes impérios do passado. Mas diferentemente destes com suas aristocratizações dos ícones, foram estratégias tecnológicas de democratização das emoções, que incitavam à substituição da ambivalência da experiência viva por ideais pré-fabricados e estetizados - portanto convertidos a sensações e emoções - em bandeiras, desfiles, uniformes, fogueiras, simplificações artísticas, literárias e intelectuais etc. A emoção pelo dever-ser implica quase sempre o desprezo pelo que o homem realmente é, com suas contradições e sua diversidade. (Sodré, 2006, p. 50).

Tratar sobre os regimes totalitários também é destacar a preocupação destes em manter o poder por meio da opressão de minorias, como destacam Ahmed (2014) e Lotman (2008) em seus textos. O Nazismo, por exemplo, através de seu conceito restrito de raça, “a raça ariana”, dizimou milhões de judeus, LGBTQIAPN+, ciganos, pessoas com deficiência, comunistas e outras minorias étnicas e religiosas, que não faziam parte das famílias de línguas indo-europeias. A mídia foi extremamente importante na subjetivação do social, ajudando a tornar esse movimento de intolerância possível.

5 Sujeitos passivos *versus* sujeitos ativos

Na citação anterior, Sodré destaca como regimes totalitários como o nazismo, o fascismo e o stalinismo utilizaram estratégias emocionais para manipular as massas, assim como nos grandes impérios antigos, porém, dessa vez, tiveram como aliadas as tecnologias de massa, tv e o rádio, possibilitando uma maior penetração subjetiva. Lotman também dedica um espaço em seu artigo *Caza de brujas* (2008) para tratar desse tocante, referindo-se à produção cinematográfica patrocinada pela Alemanha nazista:

Em septiembre de 1933, nueve meses después del ascenso hitleriano al poder, el director de cine Steinhoff rodó *El joven hitleriano Quex*. En pleno apogeo de las persecuciones contra las fuerzas de izquierdas, apareció en las pantallas alemanas una película donde se mostraba cómo unos violentos personajes «de izquierdas» y comunistas asesinaban brutalmente a un valeroso y pacífico muchacho nazi. Se procuró por todos los medios que la película provocase en los espectadores emociones extraestéticas. Se presentaba como el relato de un hecho real, y el papel del personaje protagonista, el joven hitleriano Quex, fue interpretado por un actor no profesional cuyo nombre no aparecía en los carteles: en la conciencia del público debía ser presentado como un niño de carne y hueso: una víctima real de liberales y comunistas sanguinarios.²⁵⁴

254 Em setembro de 1933, nove meses após a ascensão de Hitler ao poder,

Em ambos os casos, Sodré (2006) e Lotman (2008), o objetivo do poder é gerir as emoções, buscando substituir a ambivalência da experiência humana por ideais pré-fabricados e estetizados, transformando-as em sensações e emoções facilmente manipuláveis, como destaca Sodré (2006). Isto é, há um esforço da mídia em apagar da consciência do homem a sua categoria de ser pensante e diverso, modulando as emoções naturais do homem e implantando modelos de emoções que garantem o exercício do poder, como também analisa Rolnik no tocante aos sujeitos reativos. Vale lembrar que para a autora essa vulnerabilidade está atrelada a redução do indivíduo a condição de sujeito, isto é, assujeitamento às regras da governamentalidade, como destaca Foucault (1982; 1987), promovendo a conformidade dos corpos às normas estabelecidas (Safatle, p. 2021), explorando o sensível de forma a não provocar a reflexão e a emancipação humana (Sodré, 2006). Assim, nessa ótica, trata-se não somente de docilizar os corpos, mas torná-los impotentes, homogêneos e ‘inofensivos’.

o diretor de cinema Steinhoff filmou Hitler Young Quex. No auge das perseguições contra as forças de esquerda, apareceu nos ecrãs alemães um filme mostrando como violentos personagens “esquerdistas” e comunistas assassinaram brutalmente um corajoso e pacífico rapaz nazi. Todos os esforços foram feitos para garantir que o filme provocasse emoções extraestéticas nos espectadores. Foi apresentado como a história de um acontecimento real, e o papel do personagem principal, o jovem hitlerista Quex, foi interpretado por um ator não profissional cujo nome não aparecia nos cartazes: na consciência pública ele deveria ser apresentado como uma criança de carne e osso: uma verdadeira vítima de liberais e comunistas sedentos de sangue. (Tradução nossa).

Na perspectiva espinosana, tal problemática poderia ser interpretada como uma tentativa bem-sucedida do poder hegemônico de enfraquecer ou ‘enganar’ o *conatus* humano, de forma que ele não possa cumprir à sua tendência inerente de perseverar a existência e, assim, viver em potência. Como vimos, Sodré (2006) também concorda com esta discussão quando afirma que, em nossas palavras, a manipulação afetiva implica em “um desprezo pela verdadeira natureza humana”.

O processo de ‘afecção’ do medo (que vem acompanhado de outros afetos como o ódio, o desprezo, a raiva, o rancor, desamparo etc.) tem como finalidade “flexionar” os sujeitos, distanciando os corpos de determinações identitárias fixas, como afirma Safatle (2021):

Na verdade, perguntar-se sobre as mutações na corporalidade dos sujeitos seria uma forma de determinar o que são aquilo que poderíamos chamar de “identidades flexíveis”, ou seja, identidades que absorvem a dissolução mercantil das determinações de conteúdo (por isso são “flexíveis”), que flertam com a indeterminação mesmo sendo capazes de conservar a determinação formal de predicação por propriedades (por isso ainda são “identidades”). Identidades que se expressam em corpos não mais pensados como *locus* de determinações estáveis de conteúdo. Corpos em mutação e reconfiguração contínua, mas que determinam cada uma de suas figuras sob a forma geral da propriedade, do próprio,

da extensão do domínio consciente da vontade. Nossos corpos perderam a qualidade narrativa, eles são habitados pela violência dos fluxos contínuos codificados pela forma-mercadoria, mas eles ainda sabem contar. Para as sociedades neoliberais, isso basta. (Safatle, 2021, p. 136).

Safatle (2021) salienta que há um esforço do capitalismo em fabricar identidades mutantes, moldadas pela constante influência dos fluxos codificados pela mercantilização, o que resulta em corpos habitados pela violência desses fluxos contínuos. Esse esquema reduz nossos corpos às narrativas pré-concebidas, fazendo com que percamos a capacidade de narrar nossas próprias histórias e, não só isso, nos afasta de nossa verdadeira natureza, isto é, da capacidade de instituir nossos próprios desejos, como diz Espinosa (1677/2021): “o desejo é o apetite quando dele se tem consciência; e o apetite é a própria essência do homem enquanto determinada a fazer algo que serve a sua própria conservação”.

Vale lembrar que o controle pelos afetos não nos faz somente sujeitos configurados a uma corporalidade reativa, mas visa também nos provocar desigualdade, pois a forma de fortalecer e manter o poder também está na perseguição de minorias sociais que, muitas vezes, são resistência a essa lógica política de subjetivação. Entendemos, então, que o objetivo do controle é tornar os sujeitos oprimidos ou

opressores (Freire, 1987), no sentido de que o maior esforço do poder é de nos doutrinar a sermos desiguais.

5.1 *Linhas de fuga*

Antes de finalizar a discussão, propomos brevemente nos deixar guiar pelas linhas de fuga de pesquisa propostos por Deleuze e Guattari (2006)²⁵⁵, isto é, nos surge a necessidade de propor caminhos de resistência às dinâmicas de controle sobre os afetos. A linha de fuga que propomos está nos próprios afetos, ademais nos afetos ativos que nos possibilitam sermos agentes de mudança:

O que orientará o desejo em seus cortes, nesse caso, é a busca de uma resposta ao ponto de interrogação que se colocou para a subjetividade ao se ver destituída de seus parâmetros habituais. Em suas ações, ele se concertará com pontos inabituais da superfície para fazer seu corte, buscando vias de passagem para a germinação e o nascimento do referido embrião de

255 Para Deleuze e Guattari, as “linhas de fuga” são um conceito central em sua filosofia, especialmente desenvolvido em sua obra conjunta “Mil Platôs” (2006). Essa noção refere-se a movimentos de desvio, escape ou ruptura que desafiam as estruturas dominantes e as formas de controle social. Em termos mais simples, as linhas de fuga representam caminhos ou trajetórias que escapam das normas, dos padrões estabelecidos pela sociedade, das estruturas de poder e das categorias tradicionais de pensamento. Elas são caracterizadas pela criatividade, pela inventividade e pela resistência ao controle.

mundo que habita silenciosamente o corpo. (...) o que importa é transduzir o afeto ou emoção vital, com suas respectivas qualidades intensivas, em uma experiência sensível – seja pela via do gesto, da palavra etc.-, e que esta se inscreva na superfície do mundo, gerando desvios em sua arquitetura atual. (Rolnik, 2018, p.61).

Nesse trecho do livro “Esferas da Insurreição” (2018), Rolnik, discute o papel do afeto desejo na criação de novos caminhos de subjetividade e transformação social. A autora sugere que somos capazes de orientar o desejo para aspectos não convencionais do mundo, visando a criação de algo novo e singular. Destaca a importância de transformar afetos e emoções em experiências sensíveis, seja através do gesto, da palavra ou de outras formas de expressão. Essas experiências, ao se inscreverem na superfície do mundo, podem gerar desvios e transformações na arquitetura atual da realidade. A autora evoca a ideia de que dentro de cada indivíduo há uma potencialidade criativa e transformadora, um “embrião de mundo” que aguarda para se manifestar. O desejo busca expressar e liberar essa potência interior.

Mas poderíamos nos perguntar: Por onde começar?

Sodré (2006, p. 61 e 69) nos dá pistas por meio daquilo que ele chama de *comum* que é uma “maneira nova de qualificação do ser, que se realizaria nas determinações da linguagem, da produção de subjetividade e da biopolítica [...],

instaurador de vínculos”. Em nossas palavras, o comum trata-se do reconhecimento da comunicação e da linguagem, é valorizar relações e vínculos comunitários, comunicação que chamaríamos de ‘raiz’, menos sufocada pelos ruídos e vozes que desejam nos assujeitar. O comum se estabelece também pela via dos afetos ativos: “um projeto de resgate político da dimensão afetiva enquanto ‘sedimento ontológico’ de lutas sociais e enquanto potência de transformação expansiva, presumidamente capaz de revalorizar ‘o que é comum’ em termos de singularidade e universalidade” (Sodré, 2006).

Trata-se do desejo de construir um mundo novo, valorizando “às riquezas primárias”²⁵⁶ que consistem nas “relações e realizações não computáveis e não remuneráveis, cuja motivação é a alegria espontânea na colaboração livre, no convívio e na doação livres (...) capacidade de sentir, de amar, de se unir e de viver com o próprio corpo, com a natureza e com o próximo” (Gorz apud Sodré, 2006, p.). Percebe-se que os caminhos de mudança residem no cultivo de afetos ativos que promovem a ação do homem na busca por um mundo igualitário, diferente de afetos reativos como o medo, o ódio e o desprezo, que incitam a desigualdade e a violência.

Os afetos ativos são concebidos por Deleuze e Guattari (1997, p.18) como instrumentos de subversão, pois “atravessam o corpo como flechas, são armas de guerra”,

256 Ele usa esse termo também em referência à perspectiva de Marx em O capital (2023).

forças que Rolnik (2019, p.1) compreende como “as armas de resistência micropolítica do desejo para promover devires que devolvam à vida seu fluxo”. A autora acrescenta que o que confere ao sujeito a sensação de existir, nesse contexto, é sua “participação” nos processos de criação de mundos, visando à recuperação do ritmo da vida do ecossistema em seu fluxo, processos necessariamente coletivos.

6 Considerações finais

A problemática dos afetos é ampla e complexa, pois as emoções e sentimentos são capazes de nos guiar para caminhos diversos dentre os quais estão o controle e a liberdade. Os autores puderam nos contribuir para a compreensão de que o medo, o desamparo, o ódio entre outros afetos negativos têm um peso para a construção de um mundo melhor, mais igualitário. No entanto, é importante ressaltar que os afetos negativos, como o medo, o ódio e o desprezo, muitas vezes atuam como instrumentos de controle, perpetuando estruturas de poder e opressão. Por outro lado, os afetos ativos, como o amor, a alegria e a amizade, têm o potencial de desestabilizar essas estruturas e promover formas mais inclusivas e igualitárias de convivência.

Ao reconhecer a influência dos afetos em nossas vidas e em nossas relações sociais, torna-se evidente a importância

de cultivar e fortalecer os afetos ativos, buscando promover uma cultura emocional mais saudável e solidária. Nesse sentido, é fundamental fomentar espaços e práticas que estimulem a expressão e o compartilhamento de afetos positivos, incentivando a construção de vínculos baseados na empatia, na compaixão e no respeito mútuo.

Portanto, ao refletirmos sobre os afetos como campo de controle, é crucial considerar não apenas os efeitos dos afetos reativos, mas também o potencial transformador dos afetos ativos. Somente assim poderemos avançar em direção a uma sociedade mais justa, solidária e verdadeiramente livre.

Referências

AHMED, Sara. **The Cultural Politics of Emotion**. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2014.

BOKE, Ana Mercês Bahia. **Psicologias: uma introdução ao estudo da psicologia**. 14ª edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

CASTRO, Elton André Silva. O ódio como um vetor de subjetivação: considerações teóricas sobre os discursos de ódio nas redes sociais digitais. **Dialogia**, São Paulo, n. 48, p. 1-19, e24474, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/48.2024.24474>

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs 1: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Ed. 34/1995, 4ª reimpressão, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 5.** São Paulo: Ed. 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

EKMAN, Paul. **Basic Emotion.** September, 2013. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/<https://www.paulekman.com/wp-content/uploads/2013/07/Basic-Emotions.pdf>. Acesso em: 16/04/2024.

ESPINOSA, Benedictus de. **Ética.** 1. ed., 2. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2021, c. 1677.

FLOYD, Kory. **Communicating affection: interpersonal Behavior and Social Context.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

FOUCAULT, Michael. “The Subject and Power”. In: DREYFUS, H.& RABINOW, P. (eds). **Michael Foucault: Beyond Structuralism and Hermeneutics.** Chicago, II: University of Chigado Press, 1982.

FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

LE BON. As opiniões e as crenças. (1911). Disponível em: www.ebooksbrasil.org/eLibris/lebon.html#lv. Acesso em: 16/09/2023.

LOTMAN, Yuri. Caza de brujas. La semiótica del miedo. **Revista de Occidente,** Madrid, n. 329, p. 5-33, 2008.

ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada.** São Paulo: n-1 edições, 2018. 208p.

ROLNIK, Suely. **O regime de inconsciente colonial-racializante-capitalístico**. Sugestões para abolir a monocultura espiritual (Segunda parte). Atlântica, nueva etapa: revista de arte y pensamiento. Publicado 2019. Disponível em: <https://www.revistaatlantica.com/suely-rolnik-portugues/>. Acesso em: 18/10/2023.

SAFATLE, V. **O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SCHWARZ, Norbert. **Felling as information**. Setember 2012. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/266330418>. Acesso em: 13/04/2024.

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SODRÉ, Muniz. **As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

TRINDADE, Rafael. **Espinosa – Conatus**. Razão Inadequada. Disponível em: <https://razaoinadequada.com/2013/07/27/espinosa-conatus/>. Acesso em: 06/03/2024.

VYGOTSKY, L. S. **Manuscrito de 1929**. Educ. Soc., Campinas, v. 21, n. 71, p. 21-44, Jul 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302000000200002. Acesso em: 04/11/2023.

NUJOC

PPGCOM | Programa de Pós-Graduação em Comunicação



PATROCÍNIO

